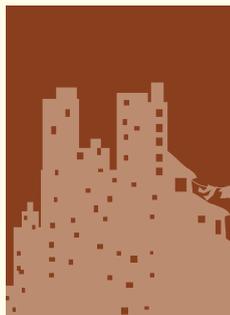


III Conferência Nacional do Meio Ambiente
MUDANÇAS CLIMÁTICAS
Brasília, 7 a 10 de maio de 2008



**TEXTO-BASE
CONSOLIDADO**

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra do Meio Ambiente

Marina Silva

Secretário-Executivo

João Paulo Ribeiro Capobianco

Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC)

Hamilton Pereira da Silva

Secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ)

Thelma Krug

Secretária de Biodiversidade e Florestas (SBF)

Maria Cecília Wey de Brito

Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU)

Luciano Zica

Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR)

Egon Krakhecke

Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)

Bazileu Alves Margarido Neto

Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

João Paulo Ribeiro Capobianco

Presidente do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ)

Liszt Benjamin Vieira

Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA)

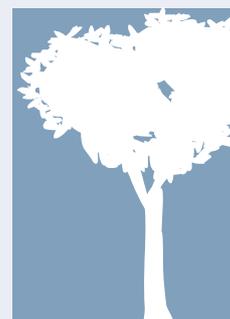
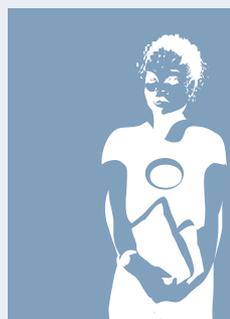
José Machado

Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro (SFB)

Tasso Rezende de Azevedo



III Conferência Nacional do Meio Ambiente
MUDANÇAS CLIMÁTICAS
Brasília, 7 a 10 de maio de 2008



TEXTO-BASE CONSOLIDADO

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

EXPEDIENTE

Equipe da III Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA)

Coordenador Nacional

Hamilton Pereira da Silva
Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC)

Coordenador Geral

Pedro Ivo Batista
Diretor do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental (DCRS)

Coordenador Executivo

Geraldo Vitor de Abreu

Coordenador Executivo da III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente no MMA

Marcos Sorrentino - Diretor do Departamento de Educação Ambiental (DEA)

Coordenadora Executiva da III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente no MEC

Rachel Trajber – Coordenadora Geral de Educação Ambiental (CGEA/MEC)

Equipe Técnica e de Apoio

Ana Carla Almeida
Ana Patrícia Gonçalves Bruno
Beatriz Alves Leandro
Carlos Henrique Rodrigues Alves
Christiane Telles
Cloves Farias Pereira
Damásio Anunciação
Débora Angelim
Gicélia Santos
Haryadne Silva de Almeida
Jeferson Henrique Aguiar Pereira
José Marcius Dias Coradine
Juliano Niero
Leandro Signori
Lucia Aragão
Luciana Pureza
Marcela Escribano
Maria Thereza Ferreira Teixeira
Marília Marreco Cerqueira
Patrícia Carvalho Nottingham
Paulo Lima
Renata Rodrigues
Roberto Vieira
Suzane Durães

Equipe da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ)

Secretária

Thelma Krug

Chefe de Gabinete

Geraldo Augusto de Siqueira Filho

Diretor do Departamento de Mudanças Climáticas

Ruy de Góes Leite Barros

Equipe Técnica e de Apoio

Adriano Santhiago de Oliveira
Bruna Craveiro de Sá e Mendonça
Edmilson Rodrigues da Costa
Gilberto Campello Brasil
Jorge Brito Batista
Josana de Oliveira Lima
Luis Eduardo Freitas Tinoco
Nubia Elizabeth De Santana Silva
Oswaldo Luiz Ceotto
Paula Pinto Bennati
Vania de Araújo Soares

Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental

Conferência Nacional do Meio Ambiente

Esplanada dos Ministérios – BL “B” – 7º andar – Sala 753
Cep 70068-900 – Brasília/DF
Fone: 55 xx 61 33171500
Fax: 55 xx 61 33171193
e-mail: cnma@mma.gov.br
www.mma.gov.br/conferencianacional

Centro de Informação, Documentação Ambiental e Editoração – CID Ambiental
Esplanada dos Ministérios – BL “B” – térreo
Cep 70068-900 – Brasília/DF
Fone: 55 xx 61 33171235
cid@mma.gov.br



Sumário

APRESENTAÇÃO	5
Eixo temático I – MITIGAÇÃO	9
FLORESTAS	9
AGROPECUÁRIA	23
ENERGIA	34
RESÍDUOS	46
EDIFICAÇÕES	54
INDÚSTRIA	61
TRANSPORTE	71
Eixo temático II – ADAPTAÇÃO	80
RECURSOS HÍDRICOS	80
SAÚDE	95
ZONA COSTEIRA E MARINHA	102
AGROPECUÁRIA	107
ASSENTAMENTOS HUMANOS	119
ECOSSISTEMAS NATURAIS	128
Eixo temático III – PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	139
Eixo temático IV – EDUCAÇÃO E CIDADANIA AMBIENTAL	156
Institucionalização e Carta de Responsabilidade Socioambiental	198





Os processos de participação popular são inseparáveis da fisionomia do governo Lula. Não apenas pelo aspecto central de incorporar vastos setores populares à disputa dos recursos públicos, mas também por outro aspecto, não menos relevante: induzir processos de democracia participativa.

Essa segunda dimensão planta uma semente nova na cultura política da sociedade brasileira: a noção de que o cidadão é portador de direitos, não apenas destinatário de favores ou consumidor de serviços públicos.

Chegamos à Plenária Nacional com um balanço absolutamente positivo. Foram milhares de brasileiros, do campo e da cidade, reunidos nos municípios, nas regiões e por Estados. Ouvimos a voz da periferia das metrópoles e das populações ribeirinhas. Os quilombolas e os empresários, a juventude e os educadores, as mulheres rendeiras e os operários, os pescadores e os grupos de hip-hop. A sociedade organizada deu vida à democracia nas plenárias e debateu as questões em torno das mudanças climáticas, tema de nossa conferência. Mais de cento e quatorze mil pessoas foram envolvidas no processo, que será concluído com a Plenária Nacional da III Conferência, em Brasília.

O tema geral das mudanças do clima se revelou de grande apelo e capacidade de mobilização em todas as regiões do País. Abriu espaço para o debate de questões concretas vividas pelos Estados: desmatamento, preservação, impacto da produção de bioenergia sobre os territórios, desertificação, alterações nas áreas costeiras, entre outros.

O processo da III Conferência atende a dois objetivos: a) abrir espaço para que a sociedade brasileira tenha acesso a um conjunto de informações sobre o tema das mudanças do clima e ofereça suas propostas para formulação da Política Nacional em face das mudanças do clima e do Plano Nacional que derivará dela, consolidadas no documento final que será entregue ao Presidente Lula; e b) consolidar-se e elaborar um processo de institucionalização como um instrumento permanente de consulta e participação popular – no âmbito do SISNAMA – para a elaboração das políticas ambientais do governo brasileiro.

Este Texto-Base Consolidado é fruto da sistematização de mais de 5.300 emendas de seus 16 temas, derivadas – ou acrescentadas a elas – das 272 proposições originais aprovadas nas 566 conferências municipais e 153 conferências regionais nas 27 unidades da federação. Este debate não é mais dos especialistas, espaços acadêmicos ou do parlamento: a agenda ambiental vai deixando de ser assunto exclusivo de alguns setores para se tornar um tema do dia-a-dia dos cidadãos. Ele deve orientar os Grupos de Trabalho como guia e referência da discussão. Uma equipe de mais de 26 pessoas das mais diversas áreas do MMA organizou, classificou, agrupou e sintetizou as emendas das Conferências Estaduais para facilitar e agilizar o processo de debate.

Esse trabalho todo de recolher os anseios e organizar as vontades, de envolver os mais distintos segmentos da sociedade brasileira e fazer deles protagonistas desse processo de construção de um projeto de desenvolvimento sustentável é a melhor homenagem que podemos oferecer ao companheiro Chico Mendes nos vinte anos de sua morte.

HAMILTON PEREIRA

Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do MMA





**CHICO
MENDES**

20

anos depois,

**CHICO
MENDES**

Presente





Florestas

Texto Original

Perseguir o desmatamento ilegal ZERO nos Biomas brasileiros;

Destaques

Supressão Parcial

RJ - Perseguir Coibir o desmatamento **ilegal-ZERO** nos Biomas brasileiros;

Substitutiva;

AC - Alcançar Perseguir o desmatamento ilegal ZERO nos Biomas brasileiros;

AM - Perseguir Combater o desmatamento ilegal **ZERO** nos Biomas brasileiros;

DF - Perseguir Programar o desmatamento ilegal ZERO nos Biomas brasileiros, **particularmente no bioma Cerrado**;

MS - 1.1.1 Coibir Perseguir o desmatamento **ilegal-ZERO** nos Biomas brasileiros **com apoio dos órgãos de fiscalização**;

PA - Perseguir Fiscalizar o desmatamento ilegal ZERO nos Biomas brasileiros **pela polícia ambiental**;

PE - Eliminar o corte e/ou supressão ilegal de vegetação em todos os Biomas e fomentar a sua recuperação através de:

a) Ampliação das ações de fiscalização com o incremento da infra-estrutura dos órgãos competentes (nos três níveis de governo);

b) Viabilização do controle social;

c) Implantação e instalação de viveiros, que forneçam gratuitamente mudas de espécies nativas, para aqueles que queiram fazer reflorestamento e enriquecimento de APPs (nascentes, margens de rios e riachos, topos de morros e suas encostas) e áreas degradadas. Este processo deve estar articulado com escolas públicas, privadas, comunidades, sociedade civil e o setor empresarial públicos e privados.

SC - Perseguir Criar mecanismos legais para alcançar efetivamente o desmatamento ilegal ZERO nos Biomas brasileiros;

Aditiva

CE - Perseguir o desmatamento ilegal ZERO nos Biomas brasileiros **e ter maior rigor nos licenciamentos dos desmatamentos ilegais**;

ES - Perseguir o desmatamento ilegal ZERO nos Biomas brasileiros **por meio da ampliação do quadro de fiscais federais, estaduais e municipais; fiscalização mais ostensiva e aplicação da lei**;

Propostas de Síntese

1 - Combater o desmatamento ilegal nos Biomas brasileiros.

Texto Original

Promover alternativas à produção predatória de carvão vegetal (de origem nativa), estimulando o emprego de técnicas de manejo florestal sustentável e formas de reflorestamento que supram as necessidades das indústrias e das residências;

Destaques

Substitutiva

AM - Promover alternativas à produção predatória de carvão vegetal (de origem nativa), **estimulando facilitando** o emprego de técnicas de manejo florestal sustentável e formas de reflorestamento que supram as necessidades das indústrias e das residências;

Aditiva;

CE - Promover alternativas à produção predatória de carvão vegetal (de origem nativa), estimulando o emprego de técnicas de manejo florestal sustentável, **outras tecnologias** e formas de reflorestamento que supram as necessidades das indústrias e das residências;

DF - Promover e implementar alternativas à produção predatória de carvão vegetal (de origem nativa), estimulando o emprego de técnicas de manejo florestal sustentável e formas de reflorestamento que supram as necessidades das indústrias e das residências;

MA - Promover alternativas à produção predatória de carvão vegetal (de origem nativa), estimulando o emprego de técnicas de manejo florestal sustentável e formas de reflorestamento que supram as necessidades das indústrias e das residências; **gerando crédito de carbono, contribuindo para o MDL**;

PA - Promover alternativas à produção predatória de carvão vegetal (de origem nativa), estimulando o emprego de técnicas de manejo florestal sustentável e formas de reflorestamento **e do extrativismo** que supram as necessidades das indústrias e das residências;

RO - Promover alternativas à produção predatória de carvão vegetal (de origem nativa), estimulando o emprego de técnicas de manejo florestal sustentável e formas de reflorestamento que supram as necessidades das indústrias e das residências; promover o incentivo à produção de briquetes, que são o resíduo das indústrias e também da agroindústria, por meio de ferramentas acessíveis;

Propostas de Síntese

5 - Promover alternativas à produção predatória de carvão vegetal, estimulando o emprego de técnicas de manejo florestal sustentável e formas de reflorestamento que supram as necessidades das indústrias e residências.

Texto Original

Propor instrumentos econômicos para inibir o desmatamento em todos os biomas e premiar boas práticas de conservação;

Destaques

Substitutiva

AC - Criar Propor instrumentos econômicos para inibir o desmatamento em todos os biomas e premiar boas práticas de conservação **ambiental e socioeconômico**;

PB - 1.1.3 Propor instrumentos econômicos para inibir o desmatamento em todos os biomas e **premiar incentivar** boas práticas de conservação;

RJ - Propor Executar ações e propor instrumentos econômicos para inibir o desmatamento em todos os biomas e premiar boas práticas de conservação, **inclusive a criação de unidades de conservação**;

RR - Propor Garantir instrumentos econômicos para inibir o desmatamento em todos os biomas e premiar boas práticas de conservação;

SC - Propor instrumentos econômicos para inibir o desmatamento em todos os biomas, **incluindo os campos naturais, premiando ou remunerando as e premiar** boas práticas de conservação;

Aditiva;

CE - Propor instrumentos econômicos para inibir o desmatamento em todos os biomas e premiar boas práticas de conservação **e uso sustentável;**

PA - Propor instrumentos econômicos **por meio de incentivos ambientais e subsídios aos produtos extrativistas** para inibir o desmatamento **ilegal** em todos os biomas e premiar boas práticas de conservação **e de planos de manejo florestal sustentável;**

SP - Propor instrumentos econômicos para inibir o desmatamento em todos os biomas e premiar, **disseminar e fomentar** boas práticas de conservação;

Propostas de Síntese

6 - Propor instrumentos econômicos de premiação das boas práticas de conservação em todos os biomas (acesso a linhas de crédito e incentivos fiscais e financeiros).

Texto Original

Estabelecer uma política nacional de manejo florestal comunitário que contemple os mecanismos legais e institucionais para atendimento do setor (acesso a crédito, fomento, capacitação, assistência técnica, financiamento e regularização fundiária), respeitando suas características de diversidade socioambiental;

Destaques

Substitutiva

MT - Estabelecer uma política nacional para o manejo florestal comunitário, que contemple os mecanismos legais e institucionais para atendimento do setor **aos pequenos e médios produtores (acesso a crédito, fomento, capacitação, assistência técnica, financiamento e regularização fundiária), respeitando suas características de diversidade socioambiental;**

RJ - Estabelecer **Estimular** uma política nacional de manejo florestal comunitário que contemple os mecanismos legais e institucionais para atendimento do setor (acesso a crédito, fomento, capacitação, assistência técnica, financiamento e regularização fundiária), respeitando suas características de diversidade socioambiental;

Aditiva

MA - Estabelecer uma política nacional de manejo florestal comunitário que contemple os mecanismos legais e institucionais para atendimento do setor (acesso a crédito, **exemplo PRONAF Floresta**, fomento, capacitação, assistência técnica, financiamento e regularização fundiária), respeitando suas características de diversidade socioambiental;

PA - Estabelecer uma política nacional de manejo florestal comunitário que contemple os mecanismos legais e **socio**institucionais para atendimento do setor (acesso a crédito, fomento, capacitação, assistência técnica, financiamento e regularização fundiária), respeitando suas características de diversidade socioambiental;

SP - Estabelecer uma política nacional de manejo florestal comunitário, que contemple os mecanismos legais e institucionais para atendimento do setor (acesso a crédito, fomento, capacitação, assistência técnica, financiamento e regularização fundiária) **e reforma agrária**, respeitando suas características de diversidade socioambiental;

TO - Estabelecer uma política nacional de manejo florestal comunitário que contemple os mecanismos legais e institucionais para atendimento do setor (acesso a crédito, **gestão e cooperativismo**, fomento, capacitação, assistência técnica, financiamento e regularização fundiária), respeitando suas características de diversidade sócio-ambiental;

Propostas de Síntese

7 - Estabelecer uma política nacional para o manejo florestal comunitário, que contemple os mecanismos legais e institucionais para atendimento aos pequenos e médios produtores (acesso a crédito, gestão e cooperativismo, fomento, capacitação, assistência técnica, financiamento e regularização fundiária), respeitando suas características de diversidade socioambiental.

Texto Original

Implantar o Plano Nacional de Silvicultura com Espécies Nativas e Sistemas Agro-florestais (PENSAF), como instrumento de estímulo à produção diversificada madeireira e não-madeireira, seja empresarial, comunitária ou familiar;

Destaques

Aditiva

MT - Implantar o Plano Nacional de Silvicultura com Espécies Nativas e Sistemas Agro-florestais (PENSAF), como instrumento de estímulo à produção diversificada madeireira e não-madeireira, seja empresarial, comunitária ou familiar, **priorizando e potencializando os sistemas de manejo já implementados por povos indígenas e comunidades tradicionais;**

PA - Implantar o Plano Nacional de Silvicultura com Espécies Nativas e Sistemas Agro-florestais (PENSAF), **associado aos bancos de sementes florestais nativas** como instrumento de estímulo à produção diversificada madeireira e não-madeireira, seja empresarial, comunitária ou familiar;

RJ - Implantar o Plano Nacional de Silvicultura com Espécies Nativas e Sistemas Agro-florestais (PENSAF), **utilizando corredores ecológicos** como instrumento de estímulo à produção diversificada madeireira e não-madeireira, seja empresarial, comunitária ou familiar;

TO - Implantar o Plano Nacional de Silvicultura com Espécies Nativas e Sistemas Agro-florestais (PENSAF), **Silvopastoril**, como instrumento de estímulo à produção diversificada madeireira e não-madeireira, seja empresarial, comunitária ou familiar;

Propostas de Síntese

8 - Implantar o Plano Nacional de Silvicultura com Espécies Nativas e Sistemas Agro-florestais (PENSAF), associado aos bancos de sementes florestais nativas utilizando os corredores ecológicos como instrumento de estímulo à produção diversificada madeireira e não-madeireira, seja empresarial, comunitária ou familiar.



Texto Original

Criar condições para a produção, manejo florestal e comercialização de recursos naturais, de forma sustentável, gerando renda, empregos e conservação ambiental;

Destaques

Substitutiva

AC - Criar condições para a produção, **manejo florestal beneficiamento** e comercialização **do manejo florestal comunitário** de recursos naturais, de forma sustentável, gerando renda, empregos e conservação ambiental;

AM - Criar, **condições fortalecer e facilitar mecanismos econômicos** para a produção, manejo florestal e comercialização de recursos naturais, de forma sustentável, gerando renda, empregos e conservação ambiental;

PA - Criar condições para a produção, manejo **florestal** e comercialização de recursos **florestais naturais, de forma sustentável**, gerando renda, empregos e conservação ambiental;

Aditiva

RJ - Criar condições para a produção, manejo florestal e comercialização de recursos naturais, de forma sustentável, **protegendo o ecossistema existente**, gerando renda, empregos e conservação ambiental;

RS - Criar condições para a produção, manejo florestal e comercialização de recursos naturais, de forma sustentável, gerando renda, empregos e conservação ambiental, **respeitando o zoneamento ecológico econômico**;

Propostas de Síntese

9 - Criar condições para a produção, manejo e comercialização de recursos florestais, gerando renda, empregos e conservação ambiental, respeitando o zoneamento ecológico-econômico.

Texto Original

Apoiar o Projeto de Emenda Constitucional de reconhecimento do Cerrado e Caatinga como Biomas Nacionais e Patrimônios Naturais Nacionais;

Destaques

Supressão Parcial

MT - Apoiar o Projeto de Emenda Constitucional de reconhecimento do Cerrado e Caatinga como Biomas **Nacionais** e Patrimônios Naturais Nacionais;

SE - Acelerar a aprovação do **Apoiar o** Projeto de Emenda Constitucional de reconhecimento do Cerrado e Caatinga como Biomas Nacionais e Patrimônios Naturais Nacionais;

Substitutiva

DF - **Apoiar Aprovar** o Projeto de Emenda Constitucional de reconhecimento do Cerrado e Caatinga como Biomas Nacionais e Patrimônios Naturais Nacionais;

Aditiva

PR - Apoiar o Projeto de Emenda Constitucional **de** para reconhecimento do Cerrado, **e** Caatinga e campos naturais como Biomas Nacionais e Patrimônios Naturais Nacionais, **e que atenda às necessidades das comunidades tradicionais**;

Propostas de Síntese

2 - Apoiar e articular junto ao congresso nacional – e assembléias legislativas – aprovação da Emenda Constitucional que reconhece o cerrado e a caatinga como Biomas Nacionais e Patrimônios Naturais Nacionais.

Texto Original

Estimular a elaboração de Zoneamento Ecológico-Econômico possibilitando uma maior racionalização na criação de programas e projetos de desenvolvimento sustentável;

Destaques

Substitutiva

DF - Estimular a elaboração **de e realizar o** Zoneamento Ecológico-Econômico possibilitando uma maior racionalização na criação de programas e projetos de desenvolvimento sustentável;

MT - **Estimular a elaboração de Elaborar o** Zoneamento Ecológico-Econômico possibilitando uma maior racionalização na criação de programas e projetos de desenvolvimento sustentável;

RJ - Estimular, **elaborar e implementar a elaboração de o** Zoneamento Ecológico-Econômico possibilitando uma maior racionalização na criação de programas e projetos de desenvolvimento sustentável;

SP - **Estimular a elaboração de Elaborar e implantar o** Zoneamento Ecológico-Econômico possibilitando uma maior racionalização na criação de programas e projetos de desenvolvimento sustentável **e na conservação e preservação dos biomas brasileiros**;

Aditiva

MA - Estimular a elaboração de Zoneamento Ecológico-Econômico, **com ampla participação de todos os setores da sociedade**, possibilitando uma maior racionalização na criação de programas e projetos de desenvolvimento sustentável;

TO - Estimular a elaboração, **divulgação e utilização** de Zoneamento Ecológico-Econômico possibilitando uma maior racionalização na criação de programas e projetos de desenvolvimento sustentável;

Propostas de Síntese

10 - Estimular a elaboração de zoneamento ecológico-econômico possibilitando uma maior racionalização na criação de programas e projetos de desenvolvimento sustentável, colaborando para a conservação e preservação dos biomas brasileiros e dinamizando economicamente com responsabilidade socioambiental.

Texto Original

Propor e instituir mecanismos econômicos e outras formas de incentivo visando à remuneração por serviços ambientais associados à conservação e uso sustentável das florestas;

Destaques

Substitutiva

MS - 1.1.9 **Propor**-e Instituir mecanismos econômicos e outras formas de incentivo visando à remuneração **por** aos detentores daquele que tem o domínio do bem, serviços ambientais associados à conservação e uso sustentável das florestas;

Aditiva

CE - Propor e instituir mecanismos econômicos e outras formas de incentivo visando à remuneração por serviços ambientais associados à **preservação**, conservação e uso sustentável das florestas;

TO - Propor e instituir mecanismos **financeiros e fiscais** e outras formas de incentivos **econômicos** visando à remuneração por serviços ambientais associados à conservação, **preservação** e uso sustentável das florestas;

Propostas de Síntese

11 - Propor e instituir mecanismos econômicos, financeiros ou fiscais, ou outras formas de incentivo, visando à remuneração por serviços ambientais associados à preservação, conservação e uso sustentável das florestas.

Texto Original

Estimular e fomentar as atividades florestais sustentáveis madeireiras, não-madeireiras e de serviços;

Destaques

Substitutiva

DF - Estimular, e fomentar **e implantar** as atividades florestais sustentáveis madeireiras, não-madeireiras e de serviços;

RJ - **Estimular**-e Fomentar as atividades florestais sustentáveis madeireiras, não-madeireiras e de serviços;

Aditiva

GO - Estimular e fomentar as atividades florestais sustentáveis madeireira, não madeireira e de serviços; **priorizar as espécies nativas;**

MA - Estimular e fomentar as atividades florestais sustentáveis madeireira, não madeireira e de serviços; **dando ênfase a política nacional de plantas medicinais aromáticas e condimentares, objetivando a conservação da biodiversidade brasileira consorciando as ações do MMA, Ministério da Saúde e Ministério do Desenvolvimento Agrário;**

Propostas de Síntese

4 - Estimular, fomentar e implantar as atividades florestais sustentáveis madeireiras, não-madeireiras e de serviços, priorizando as espécies nativas.

Texto Original

Implementar o acesso às florestas públicas, por meio da criação de unidades de conservação, destinação não-onerosa para uso comunitário e estabelecimento de contratos de concessão florestal, visando à produção sustentável das florestas e à contenção do desmatamento;

Destaques

Supressão Parcial

MT - Implementar o acesso às florestas públicas, por meio da criação de unidades de conservação, destinação não-onerosa para uso comunitário **e estabelecimento de contratos de concessão florestal**, visando à produção sustentável das florestas e à contenção do desmatamento;

RJ - Implementar o acesso às florestas públicas, por meio da criação de unidades de conservação, destinação não-onerosa para uso comunitário **e estabelecimento de contratos de concessão florestal**, visando à produção sustentável das florestas e à contenção do desmatamento;

Aditiva

PA - Implementar o acesso às florestas públicas, por meio da **efetivação da regularização fundiária das UCs existentes** e criação de unidades de conservação **com as devidas regularizações**, destinação não-onerosa para uso comunitário e estabelecimento de contratos de concessão florestal, visando à produção sustentável das florestas e à contenção do desmatamento;

RS - Implementar o acesso às florestas públicas, por meio da criação de unidades de conservação, destinação não-onerosa para uso comunitário e estabelecimento de contratos **exclusivos com organizações nacionais, e com auditorias por parte de setores governamentais e da sociedade**, de concessão florestal, visando à produção sustentável das florestas e à contenção do desmatamento;

SP - Implementar o acesso às florestas públicas, por meio da criação de unidades de conservação, destinação não-onerosa para uso comunitário e estabelecimento de contratos de concessão florestal, visando à produção sustentável das florestas e à contenção do desmatamento **desde que priorizando os itens 1.1.12 e 1.1.13;**



Propostas de Síntese

12 - Implementar o acesso às florestas públicas, por meio da criação de unidades de conservação e da destinação não-onerosa para o uso comunitário, visando à produção sustentável das florestas e à contenção do desmatamento.

Texto Original

Desenvolver e implantar o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, visando a reunir dados geo-referenciados sobre as florestas públicas brasileiras e a fortalecer o conhecimento e o monitoramento do uso da terra e das florestas;

Destaques

Substitutiva

PA - Desenvolver e implantar o Cadastro Nacional de Florestas Públicas **e das unidades de conservação particulares**, visando reunir dados geo-referenciados sobre as florestas públicas brasileiras e fortalecer o conhecimento e o monitoramento do uso **do solo, subsolo da terra** e das florestas;

Aditiva

CE - Desenvolver e implantar o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, visando a reunir dados geo-referenciados sobre as florestas públicas brasileiras e fortalecer o conhecimento e o monitoramento do uso da terra e das florestas **com educação ambiental**;

ES - Desenvolver, e implantar **e tornar público** o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, visando reunir dados geo-referenciados sobre as florestas públicas brasileiras e fortalecer o conhecimento e o monitoramento do uso da terra e das florestas;

GO - Desenvolver e implantar o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, visando a reunir dados geo-referenciados sobre as florestas públicas brasileiras, **terras indígenas e quilombolas** e a fortalecer o conhecimento e o monitoramento do uso da terra e das florestas;

MT - Desenvolver e implantar o Cadastro Nacional de Florestas Públicas e **privadas**, visando reunir dados geo-referenciados sobre as florestas públicas **e privadas** brasileiras e fortalecer o conhecimento e o monitoramento do uso da terra e das florestas;

Propostas de Síntese

13 - Desenvolver e implantar o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, visando reunir dados geo-referenciados sobre as florestas públicas, terras indígenas e quilombolas e fortalecer o conhecimento e o monitoramento do uso da terra e das florestas.

Texto Original

Desenvolver e implantar o Sistema Nacional de Informações Florestais e o Inventário Florestal Nacional, visando acompanhar e a monitorar as alterações no uso da terra e das florestas e quantificando os estoques de carbono em cada bioma;

Destaques

Substitutiva

AC - **Desenvolver-Criar** e implantar o Sistema Nacional de Informações Florestais e o Inventário Florestal Nacional, visando acompanhar e monitorar as alterações no uso da terra e das florestas e quantificando os estoques de carbono em cada bioma;

SC - Desenvolver e implantar o Sistema Nacional de Informações Florestais e **os Inventários Florestais** Nacional **e Estaduais**, visando acompanhar e monitorar as alterações no uso da terra e das florestas e quantificando os estoques de carbono em cada bioma;

Aditiva

ES - Desenvolver, e implantar **e tornar público** o Sistema Nacional de Informações Florestais e o Inventário Florestal Nacional, visando acompanhar e monitorar as alterações no uso da terra e das florestas e quantificando os estoques de carbono em cada bioma;

Propostas de Síntese

14 - Desenvolver, implantar e tornar público o Sistema Nacional de Informações Florestais e o Inventário Florestal Nacional, visando acompanhar e monitorar as alterações no uso da terra e das florestas e quantificando os estoques de carbono em cada bioma.

Texto Original

Fortalecer a fiscalização, visando coibir atividades ilegais relacionadas à exploração florestal, queimadas, desmatamentos e outras formas de uso irregular;

Destaques

Substitutiva

AC - Fortalecer a fiscalização **e as organizações sociais**, visando coibir atividades ilegais relacionadas à exploração florestal, queimadas, desmatamentos e outras formas de uso irregular;

Aditiva

AP - Fortalecer a fiscalização **e o monitoramento**, visando coibir atividades ilegais relacionadas à exploração florestal, queimadas, desmatamentos e outras formas de uso irregular, **através da criação de guardas-parque formados pelos membros das comunidades locais e do entorno de áreas de preservação e unidades de conservação**;

CE - Fortalecer a fiscalização, **com a implantação com postos fiscais da polícia ambiental em parceria com a polícia federal**, visando coibir atividades ilegais relacionadas à exploração florestal, queimadas, desmatamentos e outras formas de uso irregular;

ES - Fortalecer a fiscalização, **nas três esferas de governo**, visando coibir atividades ilegais relacionadas à exploração florestal, queimadas, desmatamentos e outras formas de uso irregular;



GO - Fortalecer a fiscalização **nos âmbitos nacional, estadual e municipal**, visando coibir atividades ilegais relacionadas à exploração florestal, queimadas, desmatamentos, **dragagens** e outras formas de uso irregular;

MS - 1.1.14 Fortalecer a fiscalização, visando coibir atividades ilegais relacionadas à exploração florestal, queimadas, desmatamentos e outras formas de uso irregular e revisão da legislação da lei de crimes ambientais e sua regulamentação;

MT - Fortalecer a fiscalização, visando coibir atividades ilegais relacionadas à exploração florestal, queimadas, desmatamentos e outras formas de uso irregular, **revertendo o atual quadro de impunidade**;

RJ - Fortalecer **e garantir** a fiscalização **da atuação dos órgãos do Sisnama**, visando coibir atividades ilegais relacionadas à exploração florestal, queimadas, desmatamentos e outras formas de uso irregular;

SC - Fortalecer a fiscalização, **com o aumento do contingente de agentes e policiais, bem como o melhor aparelhamento e capacitação**, visando coibir atividades ilegais relacionadas à exploração florestal, queimadas, desmatamentos e outras formas de uso irregular;

SE - Fortalecer **Ampliar o quadro de funcionários para uma** melhor fiscalização, visando coibir atividades ilegais relacionadas à exploração florestal, queimadas, desmatamentos e outras formas de uso irregular;

TO - Fortalecer a **orientação e a** fiscalização, visando coibir atividades ilegais relacionadas à exploração florestal, queimadas, desmatamentos e outras formas de uso irregular, **inclusive nos projetos de assentamentos**;

Propostas de Síntese

15 - Fortalecer a fiscalização nos âmbitos nacional, estadual e municipal, com aparelhamento e capacitação, visando coibir atividades ilegais relacionadas à exploração florestal, queimadas, desmatamentos e outras formas de uso irregular, revendo o atual quadro de impunidade.

Texto Original

Estabelecer sistemas de macromonitoramento das áreas que sofrem constantes ameaças de desmatamentos e queimadas ilegais, além de realizar o monitoramento dos biomas Cerrado, Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica e Pampa;

Destaques

Substitutiva

AM - Estabelecer sistemas de macromonitoramento das áreas que sofrem constantes ameaças de desmatamentos e queimadas ilegais, além de realizar o monitoramento dos biomas Cerrado, Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica, Pampa **e floresta amazônica (Amazônia Legal)**;

CE - Estabelecer sistemas de macromonitoramento das áreas que sofrem constantes ameaças de desmatamentos e queimadas ilegais, **mediante o estabelecimento de convênios com institutos e/ou fundações de pesquisas espaciais, além de realizar o monitoramento dos Biomas Cerrado, Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica e Pampa**;

RJ - Estabelecer **Criar e implementar** sistemas de macromonitoramento das áreas que sofrem constantes ameaças de desmatamentos e queimadas **ilegais**, além de realizar o monitoramento dos biomas Cerrado, Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica e Pampa;

RS - Estabelecer sistemas de **macro-monitoramento monitoramento** das áreas que sofrem constantes ameaças de desmatamentos e queimadas ilegais, além de realizar o monitoramento dos biomas Cerrado, Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica e Pampa;

Aditiva

ES - Estabelecer sistemas de macromonitoramento das áreas que sofrem constantes ameaças de desmatamentos e queimadas ilegais, além de realizar o monitoramento **dos demais dos** biomas **brasileiros**: Cerrado, Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica **e ecossistemas associados** e Pampa;

MS - 1.1.15 Estabelecer sistemas de macromonitoramento das áreas que sofrem constantes ameaças de desmatamentos e queimadas ilegais, além de realizar o monitoramento dos biomas Cerrado, Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica, **e** Pampa e Chaco;

PB - 1.1.15 Estabelecer sistemas de macromonitoramento das áreas que sofrem constantes ameaças de desmatamentos e queimadas ilegais, além de realizar o monitoramento dos biomas Cerrado, Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica, **Zona Estuária (Manguezal)** e Pampa;

RR - Estabelecer sistemas de macromonitoramento das áreas que sofrem constantes ameaças de desmatamentos e queimadas ilegais, além de realizar o monitoramento **e disponibilizar os dados coletados aos estados e municípios**, dos biomas Cerrado, Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica e Pampa;

TO - Estabelecer sistemas de macromonitoramento das áreas que sofrem constantes ameaças de desmatamentos e queimadas ilegais, além de realizar o monitoramento dos biomas **brasileiros** e **Ecótonos relacionados**;

Propostas de Síntese

19 - Estabelecer sistemas de monitoramento das áreas que sofrem constantes ameaças de desmatamentos e queimadas nos biomas brasileiros e ecossistemas associados.

Texto Original

Executar Planos de Ação, em conjunto com a Funai e com a Polícia Federal, para prevenir a retirada ilegal de madeira em áreas indígenas;

Destaques

Supressão Parcial

DF - Executar Planos de Ação, **em conjunto com a Funai e com a Polícia Federal**, para prevenir a retirada ilegal de madeira em áreas indígenas;

Substitutiva

MA - Executar Planos de Ação, em conjunto com a Funai, SEPPIR, **e com a Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal**, para prevenir a retirada ilegal de madeira em áreas indígenas **e territórios quilombolas**;

PA - Executar Planos de Ação, em conjunto com a Funai, **e com a Polícia Federal, Força Nacional e IBAMA**, para prevenir **e coibir** a retirada ilegal de madeira em áreas indígenas **e proteger as terras indígenas**;



Aditiva

AP - Executar Planos de Ação, em conjunto com a Funai, com as Organizações Indígenas, IBAMA, INCRA, GRPU e com a Polícia Federal, para prevenir a retirada ilegal de madeira em áreas indígenas, comunidades de áreas fundiárias, ribeirinhas e reservas dos assentamentos;

ES - Executar Planos de Ação, em conjunto com a Funai, **e com** a Polícia Federal **e as Forças Armadas**, para prevenir **e coibir** a retirada ilegal de madeira em áreas indígenas, **de grilagem, de mineração e demais áreas de extração ilegal**;

MT - Executar Planos de Ação, em conjunto com **a os povos indígenas e associações**, Funai, **IBAMA** e com a Polícia Federal, para prevenir **e punir** a retirada ilegal de madeira em áreas indígenas;

PI - 01.01.16 - Executar Planos de Ação, em conjunto com a FUNAI, **INCRA, CRÉDITO FUNDIÁRIO, Polícia Militar Ambiental, Polícia Rodoviária Federal** e Polícia Federal, para prevenir a retirada ilegal de madeira em áreas indígenas, **populações tradicionais e assentamentos humanos**;

RS - Executar Planos de Ação, em conjunto com a Funai e com a Polícia Federal **e IBAMA**, para prevenir a retirada ilegal de madeira em áreas indígenas **e florestas brasileiras**;

SE - Executar Planos de Ação, em conjunto com a Funai, **INCRA e** com a Polícia Federal, para prevenir a retirada ilegal de madeira em áreas indígenas **e quilombolas**;

TO - Executar Planos de Ação, em conjunto com a Funai e com a Polícia Federal, para **impedir** a retirada ilegal de madeira em áreas indígenas **e fomentar junto a essas comunidades programas de manejo florestal sustentável**;

Propostas de Síntese

20 - Executar Planos de Ação, em conjunto com a Funai, com o IBAMA e com a Polícia Federal, para impedir a retirada ilegal de madeira em áreas indígenas e fomentar junto a essas comunidades programas de manejo florestal sustentável.

Texto Original

Fortalecer as iniciativas existentes relacionadas à prevenção, monitoramento, controle, combate e fiscalização de incêndios florestais e queimadas;

Destaques

Substitutiva

RR - Fortalecer **e garantir as** iniciativas existentes relacionadas à prevenção, monitoramento, controle, combate e fiscalização de incêndios florestais e queimadas.

Aditiva

ES - Fortalecer **e ampliar** as iniciativas existentes relacionadas à prevenção, monitoramento, controle, combate e fiscalização de incêndios florestais e queimadas;

GO - Fortalecer as iniciativas existentes relacionadas à prevenção, monitoramento, controle, combate e fiscalização de incêndios florestais e **manejo das** queimadas;

SP - Fortalecer **e integrar** as iniciativas existentes relacionadas à prevenção, monitoramento, controle, combate e fiscalização de incêndios florestais e queimadas, **assim como dos Sistemas de Monitoramento Climático**;

TO - Fortalecer as iniciativas **com financiamento diretamente para os municípios, vindo inclusive do pagamento de impostos recolhidos pela autorização de queimadas**, existentes relacionadas à prevenção, monitoramento, controle, combate e fiscalização de incêndios florestais e queimadas;

Propostas de Síntese

21 - Fortalecer e integrar iniciativas existentes relacionadas à prevenção, monitoramento, controle e fiscalização de incêndios florestais e queimadas, utilizando financiamento para os municípios, com recursos oriundos de impostos recolhidos pela autorização de queimadas.

Texto Original

Propor alternativas de cooperação técnica (convênio, acordo, etc.) com as Forças Armadas para fortalecer a fiscalização e o combate ao desmatamento clandestino, especialmente em regiões remotas e de difícil acesso;

Destaques

Supressão Parcial

AP - Propor alternativas de cooperação técnica (convênio, acordo, etc.) com as Forças Armadas para fortalecer a fiscalização e o combate ao desmatamento clandestino, especialmente em regiões remotas e de difícil acesso; **... caso os governos federais, estaduais e municipais cumpram a legislação já existente**;

Aditiva

CE - Propor alternativas de cooperação técnica (convênio, acordo, etc.) com as Forças Armadas para fortalecer a fiscalização e o combate ao desmatamento clandestino, **através do uso de tecnologias de monitoramento por satélite e veículo aéreo**, especialmente em regiões remotas e de difícil acesso;

DF - Propor **e implantar** alternativas de cooperação técnica (convênio, acordo, etc.) com as Forças Armadas para fortalecer a fiscalização e o combate ao desmatamento clandestino, especialmente em regiões remotas e de difícil acesso;

GO - Propor alternativas de cooperação técnica (convênio, acordo, etc.) com as Forças Armadas **e/ou Força Nacional de Segurança** para fortalecer a fiscalização e o combate ao desmatamento clandestino, especialmente em regiões remotas e de difícil acesso, **inclusive em áreas de atuação de guerrilhas e narcotráfico**;

RR - Propor alternativas de cooperação técnica (convênio, acordo, etc.) com as Forças Armadas para fortalecer a fiscalização e o combate ao desmatamento clandestino, especialmente em regiões remotas e de difícil acesso, **enfatizando a erradicação do tráfico de animais silvestres e a biopirataria**;



SC - Propor alternativas de cooperação técnica (convênio, acordo, etc.) com as Forças Armadas **e/ou instituições de policiamento ambiental dos Estados da Federação** para fortalecer a fiscalização e o combate ao desmatamento clandestino, especialmente em regiões remotas e de difícil acesso;

SE - Propor alternativas de cooperação técnica (convênio, acordo, etc.) com as Forças Armadas **e polícia ambiental estadual** para fortalecer a fiscalização e o combate ao desmatamento clandestino, especialmente em regiões remotas e de difícil acesso;

Propostas de Síntese

22 - Propor alternativas de cooperação técnica (convênio, acordo, etc.) com as Forças Armadas e com instituições de policiamento ambiental dos Estados da Federação para fortalecer a fiscalização e o combate ao desmatamento clandestino, especialmente em regiões remotas e de difícil acesso.

Texto Original

Universalizar o georreferenciamento das propriedades agrícolas com definição dos objetos das matrículas dos imóveis através das coordenadas geográficas;

Destaques

Supressão Total da Proposta

MS - **Supressão Total da Proposta**

Substitutiva

CE - Universalizar **a documentação dos imóveis e** o georreferenciamento das propriedades **rurais agrícolas com definição dos objetos das matrículas dos imóveis através das coordenadas geográficas;**

RS - **Universalizar Incentivar** o georreferenciamento das propriedades agrícolas **e áreas urbanizadas** com definição dos objetos das matrículas dos imóveis através das coordenadas geográficas;

Aditiva

DF - Universalizar o georreferenciamento das propriedades **rurais** agrícolas com definição dos objetos das matrículas dos imóveis através das coordenadas geográficas **da área total, da reserva legal e das áreas de preservação permanente;**

GO - Universalizar o georreferenciamento das propriedades agrícolas com definição **dos objetos do objeto** das matrículas dos imóveis através das coordenadas geográficas;

RO - Universalizar o georreferenciamento das propriedades agrícolas com definição dos objetos das matrículas dos imóveis através das coordenadas geográficas; **com apoio da sociedade civil organizada;**

RR - Universalizar o georreferenciamento das propriedades agrícolas com definição dos objetos das matrículas dos imóveis através das coordenadas geográficas, **garantindo a disponibilidade desses dados a sociedade;**

TO - Universalizar o georreferenciamento das propriedades **rurais, projetos de assentamentos e Unidades de Conservação** com definição dos objetos das matrículas dos imóveis através das coordenadas geográficas;

Propostas de Síntese

16 - Supressão Total da Proposta.

26 - Universalizar, com o auxílio da sociedade civil organizada, o georeferenciamento das propriedades rurais e urbanas com definição dos objetos das matrículas dos imóveis através de coordenadas geográficas e disponibilizar os dados.

Texto Original

Promover a melhoria no processo de produção florestal e uso dos resíduos para geração de energia;

Destaques

Supressão Total da Proposta

MS - **Supressão total da Proposta**

RJ - Promover a melhoria no processo de produção florestal e uso dos resíduos para geração de energia; **Supressão Total da Proposta;**

Aditiva

DF - Promover **e implantar** a melhoria no processo de produção florestal e uso dos resíduos para geração de energia;

ES - Promover **pesquisas para** a melhoria no processo de produção florestal e uso dos resíduos para geração de energia;

PA - Promover a melhoria no processo de produção florestal e uso dos resíduos para geração de energia **e imediato aproveitamento do material lenhoso abandonado nos pátios das mineradoras, assim como nas áreas submetidas a inundação das usinas hidrelétricas;**

SE - Promover a melhoria no processo de produção florestal e uso dos resíduos para geração de energia, **barragens e açudes;**

Propostas de Síntese

17 - Supressão Total da Proposta.

27 - Apoiar pesquisas a fim de promover a melhoria no processo de produção florestal e uso de resíduos para geração de energia e o aprimoramento das áreas submetidas a inundação das usinas, barragens e açudes.



Texto Original

Estimular a recuperação de áreas degradadas e restauração de ecossistemas;

Destaques

Substitutiva

RO - Estimular a recuperação de áreas degradadas e restauração de ecossistemas;

Estimular Promover a recuperação de áreas degradadas e restauração de ecossistemas, com implantação de sistemas agroflorestais, através de parcerias com empresas nacionais ou estrangeiras, visando preferencialmente os pequenos produtores;

Aditiva

PA - Estimular e fomentar a recuperação de áreas degradadas e restauração de ecossistemas;

RJ - Estimular a recuperação de áreas degradadas e restauração de ecossistemas, fomentando a criação de viveiros de mata nativa;

RS - Estimular a recuperação de áreas degradadas e restauração de ecossistemas e/ou das áreas de preservação permanente como um todo;

TO - Estimular economicamente e fiscalmente a recuperação de áreas degradadas e restauração de ecossistemas, com ênfase nas APPs, em todas as propriedades, inclusive os assentamentos rurais;

Propostas de Síntese

3 - Incentivar e fomentar a recuperação de áreas degradadas e restauração de ecossistemas, com implantação de sistemas agroflorestais, através de parcerias com empresas nacionais ou estrangeiras, visando preferencialmente os pequenos produtores.

Texto Original

Promover a conservação do entorno dos reservatórios de hidrelétricas com a recuperação das áreas de preservação permanente;

Destaques

Supressão Total da Proposta

AM - Supressão Total da Proposta

Substitutiva

GO - Promover a fiscalização e conservação do entorno dos reservatórios de hidrelétricas visando com a recuperação das áreas de preservação permanente; e a restauração dos ecossistemas. Que as empresas empreendedoras de usinas hidrelétricas já instaladas forneçam para os micípios atingidos, um plano diretor ambiental e em caso de acidente a empresa deve recuperar a área atingida e indenizar as pessoas atingidas;

PA - Promover Exigir, conforme legislação vigente, a conservação do entorno dos reservatórios de hidrelétricas com a recuperação das áreas de preservação permanente;

SC - Promover a conservação do entorno dos reservatórios de hidrelétricas com a recuperação restauração das áreas de preservação permanente e de reserva legal;

Aditiva

MS - 1.1.22 Promover a conservação do entorno dos reservatórios de hidrelétricas com a recuperação das áreas de preservação permanente sem prejuízos dos projetos turísticos já implantados;

RJ - Promover a conservação do entorno dos reservatórios de hidrelétricas com a recuperação das áreas de preservação permanente e inibir ações antrópicas que acelerem o processo de eutroficação dos lagos;

RS - Promover a conservação do entorno dos reservatórios de hidrelétricas, de irrigação e abastecimento com a recuperação das áreas de preservação permanente;

TO - Promover a conservação do entorno dos reservatórios de hidrelétricas com a recuperação das áreas de preservação permanente, nos reservatórios implantados anteriormente a Resolução CONAMA 302 e 303/2003;

Propostas de Síntese

18 - Supressão Total da Proposta

28 - Promover a conservação e fiscalização do entorno dos reservatórios de hidrelétricas com a recuperação das áreas de preservação permanente.

Texto Original

Apoiar a inserção de atividades florestais no mercado de carbono;

Destaques

Aditiva

ES - Apoiar e incentivar a inserção de atividades florestais no mercado de carbono;

GO - Apoiar a inserção de atividades florestais e áreas voluntariamente preservadas no mercado de carbono; , considerando-as produtivas para efeito de reforma agrária;

PR - Apoiar a inserção de atividades florestais no mercado de carbono, criando mecanismos para apoio ao aproveitamento da captação de carbono, desde que com espécies nativas, facilitando o uso de propriedades da agricultura familiar para tais empreendimentos;

RJ - Apoiar a inserção de atividades florestais e a criação de unidades de conservação no mercado de carbono;

RO - Apoiar a inserção de atividades florestais e propriedades rurais no mercado de carbono;

SC - Apoiar a inserção de atividades florestais no mercado de carbono, principalmente através do envolvimento de comunidades tradicionais e grupos desfavorecidos que vivem em áreas de alta importância biológica;

Propostas de Síntese

23 - Apoiar, incentivar e criar mecanismos legais para a inserção de atividades florestais no mercado de carbono.

Texto Original

Estabelecer um plano nacional de extrativismo que contemple os mecanismos legais e institucionais para atendimento do setor (acesso a crédito, fomento, financiamento e regularização fundiária), respeitando suas características de diversidade sócio-ambiental;

Destaques**Substitutiva**

PA - Estabelecer um plano nacional, estaduais e municipais de extrativismo que contemplem os mecanismos legais e institucionais para atendimento do setor (acesso a crédito, fomento, financiamento e regularização fundiária), respeitando suas características de diversidade sócio-ambiental;

Aditiva

SC - Estabelecer um plano nacional de extrativismo sustentável que contemple os mecanismos legais e institucionais para atendimento do setor (acesso a crédito, fomento, financiamento e regularização fundiária), respeitando suas características de diversidade sócio-ambiental;

TO - Estabelecer um plano nacional de extrativismo que contemple os mecanismos legais e institucionais para atendimento do setor (acesso a crédito, fomento, financiamento e regularização fundiária), respeitando suas características de diversidade sócio-ambiental; em todas as propriedades e assentamentos rurais;

Propostas de Síntese

24 - Estabelecer um plano nacional de extrativismo sustentável que contemple os mecanismos legais e institucionais para atendimento do setor (acesso a crédito, fomento, financiamento e regularização fundiária), respeitando suas características de diversidade sócio-ambiental.

Texto Original

Criar um Programa Nacional de Aquisição dos Produtos do Extrativismo, conforme o modelo do Programa de Aquisição de Alimentos gerenciado pela CONAB.

Destaques**Substitutiva**

MA - Fortalecer e ampliar o ~~Criar um~~ Programa Nacional de Aquisição dos Produtos do Extrativismo, conforme o modelo do Programa de Aquisição de Alimentos gerenciado pela CONAB;

Aditiva

GO - Criar **e/ou aprimorar** um Programa Nacional de Aquisição dos Produtos do Extrativismo, conforme o modelo do Programa de Aquisição de Alimentos gerenciado pela CONAB;

MS - 1.1.25 Criar um Programa Nacional de Aquisição dos Produtos do Extrativismo exclusivamente florestal, conforme o modelo do Programa de Aquisição de Alimentos gerenciado pela CONAB;

RJ - Criar um Programa Nacional de Aquisição dos Produtos do Extrativismo, conforme o modelo do Programa de Aquisição de Alimentos gerenciado pela CONAB, **e conforme o processo de produção e gestão da economia solidária do Ministério de Trabalho e Geração de Renda;**

Propostas de Síntese

25 - Criar Programa Nacional de Aquisição dos Produtos do Extrativismo, conforme o modelo do programa de aquisição de alimentos gerenciado pela CONAB utilizando o processo de produção e gestão da economia solidária do Ministério de Trabalho e Geração de Renda.

Texto Original

Nova Proposta

Destaques**Aditiva**

AC - Incluir no Plano Nacional sobre Mudanças climáticas ações de apoio e recuperação da áreas afetadas por incêndios florestais;

AC - Fiscalizar com maior rigidez e agilidade as empresas licitadas que elaboram e executam os planos de manejo florestal comunitário e outros;

AC - Expandir a experiência de manejo sistemas agroflorestais (SAFs) consorciado para utilização do consumo familiar, implementadas nas terras indígenas do Estado do Acre;

AC - Criar alternativas de sobrevivência na floresta;

AC - Desenvolver programas de reflorestamento;

AC - Suspender por 10 anos a licença de desmate nos Projetos de Assentamentos;

AC - Apoiar através de incentivos fiscais os produtores que por demanda espontânea atuem na recuperação de APPs;

AC - Fortalecer as brigadas de incêndios com capacitações e incentivo aos produtores rurais e indígenas e aumentar as fiscalizações;

AC - Criar um programa de bolsa verde para a comunidade extrativista e indígena;



- AC** - Garantir recursos financeiros nas três esferas de governo para políticas públicas de meio ambiente relacionadas à conservação e manutenção das florestas;
- AC** - Reflorestar as áreas próximas aos açudes;
- AC** - Aumento do quadro de técnicos qualificados para atender a área agrícola, florestal e ambiental;
- AL** - **Reflorestar as áreas de nascentes, as matas ciliares, o entorno dos açudes e barragens, e arborizar as margens das rodovias;**
- AL** - **Instrumentalizar e fortalecer as ações do IBAMA para que, juntamente com os órgãos de fiscalização estaduais e municipais, assumam suas funções e seja mais atuante;**
- AL** - **Exigir do DNOCS a arborização no entorno dos açudes que estão sob domínio Público, respeitando a flora regional;**
- AM** - Implementar imediatamente através do INCRA, IBAMA, órgãos locais e populações envolvidas o plano de recuperação florestal das reservas legais e das áreas de preservação permanente (APP) em todos os assentamentos rurais da Amazônia;
- AM** - Destinar recursos do Governo Federal e Estadual para projetos de reflorestamento de matas ciliares da região de várzea e terra firme;
- BA** - Contemplar nos planos de desenvolvimento territoriais recursos para implantação de programas de revegetação, incluindo viveiros para a produção de mudas de espécies nativas;
- BA** - Que as instituições governamentais (Banco do Brasil, Banco do Nordeste e outros) revejam seus projetos de incentivos agro – econômico, que incentivam o desmatamento e as queimadas de matas nativas para criação de animais (bovinos, caprinocultura, etc) e a monocultura.
- BA** - Viabilizar a implementação de concursos públicos na área ambiental aumentando o contingente de pessoal especializado em fiscalizar as queimadas e desmatamentos em Áreas de Proteção Permanente – APP's;
- BA** - Criar cadastro do “agricultor verde” beneficiando aqueles produtores rurais engajados com os projetos de recuperação das Áreas de Preservação Permanente - APP apresentando alternativas de incentivos econômicos e técnicos;
- CE** - Nova Proposta: Facilitar para os pequenos proprietários de terras cobertas com florestas nativas o título de propriedade e isenção dos impostos, como ITR e incentivar o turismo ecológico caso avaliação técnica assim defina;
- CE** - Nova Proposta: Implementar acervos técnico-científicos (herbários) e viveiros de mudas nativas dos diferentes biomas do país através da municipalização do financiamento da união e parcerias com a iniciativa privada;
- DF** - Fortalecer os órgãos competentes de fiscalização ambiental;
- ES** - Criar uma política nacional de uso de madeira certificada em obras, públicas e privadas, com campanha de veiculação na mídia;
- GO** - Nova Proposta: Aprovar o bioma Cerrado como “Patrimônio Nacional” na Constituição Federal;
- MA** - Facilitar investimentos de reflorestamento, com espécies nativas, voltados para comunidades tradicionais e assentamentos de reforma agrária, na forma de recursos não reembolsáveis e recursos de custeios, acompanhados de programa de assistência técnica;
- MA** - Divulgar informações e criar condições de acesso, pelas comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas e pequenos produtores aos projetos de crédito de carbono;
- MA** - Revogar o artigo da lei que permite o desmatamento da vegetação nativa para o plantio de essências exóticas, a exemplo o eucalipto, a teça e o nim;
- MA** - Criar leis que dêem incentivos à preservação de áreas, além da área de reserva legal;
- MA** - Reformular a legislação referente à reserva legal em projetos de desmate em monoculturas, sendo ampliada para 50% nos biomas cerrado e caatinga para propriedades com área superior a 1000 ha;
- MA** - Criar uma frota de hidroaviões para ser utilizada no combate a incêndios florestais;
- MG** - Proposição e implementação de ações de Planos de Manejo no entorno das unidades de conservação;
- MG** - Intensificar campanhas e programas de proteção e recuperação de matas ciliares, nascentes e áreas de recarga, utilizando órgãos e entidades diretamente ligados ao assunto;
- MG** - Articulação do poder público visando o reflorestamento com espécies nativas em APP's, reservas legais e topos de morro;
- MG** - Promover o reflorestamento de matas ciliares e topos de morros com espécies nativas de mudas doadas;
- MG** - Contratação de profissional qualificado para fiscalização e trabalhos referentes às queimadas, desmatamentos, nos órgãos pertinentes;
- MG** - Reflorestamento com mata nativa que atrairá a biodiversidade;
- MG** - Revitalizar as reservas legais integradas com corredores ecológicos às APP's e aumentar a fiscalização;
- MG** - Capacitação de pessoal para a formação de brigadas locais para combate aos incêndios florestais;
- MG** - Promover a qualificação junto às comunidades e setores competentes governamentais no sentido de minimizar os impactos causados por queimadas ocorridas, dotando-as de equipamentos necessários ao combate das mesmas, disponibilizando informações (através dos mapas do sistema orbital de monitoramento), prioritariamente às unidades de conservação, áreas de preservação permanente e áreas rurais;
- MG** - Fazer a mobilização social e incentivar o reflorestamento de áreas degradadas e APP's com espécies nativas;
- MG** - Intensificar a fiscalização e proteger as regiões da floresta estacional semidecidual da Mata Atlântica nos arredores de Caeté, Catas Altas e Barão de Cocais onde ocorrem crescentes desmatamentos;
- MG** - Estabelecer políticas públicas para o fomento florestal que venha atender a demanda de consumo energético de biomassa;
- MG** - Incentivo à plantação de espécies nativas em áreas já degradadas;
- MG** - Incentivar o plantio de árvores frutíferas nativas nas áreas de preservação e áreas públicas, com a participação da comunidade local;
- MS** - Promover o aparelhamento humano e material dos órgãos encarregados da fiscalização ambiental, propiciando o cumprimento da legislação vigente. Nova Proposta;
- MS** - Facilitar o acesso aos recursos governamentais para o desenvolvimento de viveiros de mudas nativas, a fim de recuperar as Reservas Legais e matas ciliares dos municípios;
- MS** - Propiciar benefícios fiscais para pessoas físicas e jurídicas que comprovadamente conservam áreas pontuais, monitoradas através de instrumentos de fiscalização;
- MS** - Suspender temporariamente todas as licenças ambientais para o desmatamento, em todas as regiões do país, até que os Estados promovam as zonas ecológicas e regulamentem através dos planos estaduais de políticas públicas de Meio Ambiente;
- MS** - Fiscalizar com mais eficácia e rigor, as carvoarias, combatendo o desmatamento ilegal.;
- MS** - Fazer com que as fábricas, por exemplo, siderúrgicas, sejam obrigadas a plantar 10% dos seus lucros de reserva nativa anualmente;
- MS** - Aumentar o efetivo de fiscais ambientais a nível municipal, Estadual e Federal;
- MS** - Criar brigadas contratadas e brigadas voluntárias, guardas-parque e bombeiros, com núcleos contendo equipamentos de consumo, permanente e alimentação;
- MS** - Implantar programas de incentivo à recuperação de Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais e de recuperação de nascentes e mananciais;
- MS** - Incentivar ações de reflorestamento de áreas degradadas às margens dos córregos e rios;

- MS** - Garantir subsídios governamentais para: fornecimento de mudas, incentivos fiscais, assistência especializada (biólogos, engenheiro ambiental e assistência com máquinas);
- MS** - Promover o plantio de árvores nativas em todos os espaços físicos sem utilização, sejam eles na área urbana ou rural e ainda às margens das rodovias federais, estaduais e municipais;
- MS** - Implementar políticas municipais, estaduais e federais para o adensamento, via plantio de árvores, preferencialmente espécies nativas e frutíferas, seja nos núcleos urbanos assim como nas propriedades rurais;
- MS** - Criar Centros Regionais de Combate a Incêndios Florestais, equipados e com orçamento;
- MT** - Implantar nos órgãos públicos, através de projeto de lei, a licitação sustentável para produtos derivados de madeira;
- MT** - Estabelecer programas de incentivo para utilização de madeiras certificadas;
- PA** - **Fiscalizar o carvão clandestino também nas portas das siderúrgicas;**
- PA** - **Criar e implantar fundos municipais de conservação e recuperação de florestas e que os recursos sejam repassados da União diretamente aos municípios com a fiscalização da comunidade;**
- PA** - **Fortalecer a fiscalização através da reunificação do IBAMA e ICMBio;**
- PA** - **Desburocratizar e incentivar o reflorestamento na Amazônia;**
- PA** - **Implantar Projetos de Restauração e Recuperação Florestal em Áreas Protegidas (Áreas de Preservação Permanente (APP's), Reservas Legais (RL's) e Unidades de Conservação (UC's) no âmbito do Projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), para créditos de seqüestro de carbono e de reflorestamento utilizando os instrumentos legais do Plano Diretor Urbano (PDU), assim como os Sistemas Nacional e Municipal de Conservação e o licenciamento Ambiental;**
- PB** - 1.1.26. Criar programas permanentes de recuperação de matas ciliares;
- PB** - 1.1.42. Criar bancos de sementes de plantas nativas da caatinga, para garantir a preservação do bioma;
- PB** - 1.1.48. Incentivar a criação viveiros de mudas para incentivar a população, a reflorestar;
- PB** - 1.1.50. Promover projetos de reflorestamento nas áreas desmatadas e queimadas em parceria com órgãos competentes;
- PB** - 1.1.51. Promover programas de incentivo ao plantio das espécies nativas usando espaços anteriormente desmatados, com técnicas de controle vetorial baseados no uso de biofertilizantes;
- PB** - 1.1.67. Estabelecer programa de manejo florestal para reposição da lenha consumida, visando a um sistema de exploração sustentável do estoque madeireiro;
- PB** - 1.1.74. Estimular o plantio de fruteiras nativas consorciadas com plantas adaptadas à área para o reflorestamento de matas ciliares dos corpos d'água;
- PB** - 1.2.30. Exigir o cumprimento da lei que garanta a recuperação das áreas degradadas por quem a promoveu;
- PB** - 2.2.27. Reflorestar as margens dos rios, riachos e mananciais de forma a proporcionar a recuperação das matas ciliares, recuperando sua fauna;
- PI** - **[Nova Proposta]** Criar programa federal destinando recursos para os municípios para criação e manutenção de brigadas de incêndios e controle do meio ambiente;
- PI** - **[Nova Proposta]** Adequar o calendário escolar da zona rural no sentido de incentivar os alunos na prevenção de incêndios florestais, capacitando-os para atuarem no controle das coivaras, em especial no semi-árido nordestino;
- PI** - **[Nova Proposta]** Apoiar projetos agroflorestais com múltiplos usos da água e reflorestamento de matas ciliares;
- PR** - **Incrementar reflorestamentos com espécies nativas e exóticas, desde que previamente autorizadas pelo órgão ambiental, para aumentar a captação de carbono. Evitar o corte de nativas remanescentes, garantindo que não haja perda de biodiversidade pelo plantio excessivo de exóticas;**
- PR** - **Promover a redução de alíquota no Imposto de Renda de entidades físicas ou jurídicas que invistam em políticas ambientais;**
- PR** - **Apoiar com incentivo fiscal o agricultor com matas em regeneração ou recuperadas;**
- PR** - Nova Proposta **Incentivar a reconstituição de reserva legal e áreas de preservação permanente degradadas, através de medidas fiscais e financeiras, diminuindo a burocracia com respeito a documentação para averbação da reserva legal;**
- PR** - Nova Proposta **Regulamentar mecanismos de compensação ou transferência de reserva legal obrigatória de áreas florestadas excedentes, mediante arrendamento, venda ou outras formas de transferência de direitos ou ainda através de "bolsa verde" de negociação de cotas de reserva legal;**
- RJ** - **Criar mecanismos legais para aplicação dos recursos provenientes das multas geradas por supressão vegetal em ações de reflorestamento enriquecimento e conservação na região impactada;**
- RJ** - **Monitorar permanentemente as APPs através de sensoriamento remoto e do aumento de efetivo fiscalizador em qualquer nível de meio ambiente, de forma a coibir o desmatamento de novas áreas e ser vir de subsídio para a recuperação das áreas degradadas.**
- RN** - **Elaborar e operacionalizar um sistema interinstitucional para as atividades de fiscalização nas suas diferentes matizes (transporte florestal - DOF, manejo florestal, consumo, exploração, áreas de preservação permanente, unidades de conservação, etc.), contribuindo para a redução das taxas de queimadas e desmatamentos no estado;**
- RN** - **Alterar a sistemática de licenciamento de derrubada de matas, para contemplar fiscalizações periódicas anteriores e posteriores à retirada da cobertura vegetal;**
- RN** - **Incentivar a criação de bancos de sementes nativas;**
- RN** - **Reformular a Lei nº 4.771/65 para ampliar o percentual de reserva legal em áreas de assentamentos, além de médias e grandes propriedades, na região Nordeste;**
- RN** - **Criar políticas de reflorestamento que possibilitem a produção de mudas de espécies nativas com potencial econômico, visando o reflorestamento de áreas degradadas e/ou áreas em processo de desertificação, que a médio e longo prazo seja um fator gerador de renda;**
- RN** - **Recuperar as matas ciliares e cobertura vegetal onde houver desmatamento de Área de Preservação Permanente (APP), e em áreas degradadas e em processo de desertificação;**
- RO** - [Nova Proposta] **Promover a distribuição de mudas de plantas nativas para a população da forma que exista uma árvore para cada habitante;**
- RO** - [Nova Proposta] **Promover políticas públicas de incentivo ao crédito de carbono e à sua comercialização, visando implementar projetos ecologicamente corretos, socialmente justos e economicamente viáveis;**
- RO** - [Nova Proposta] **Aumentar os recursos orçamentários e financeiros dos órgãos fiscalizadores e do quadro de funcionários dos referidos órgãos, fixando em 5% do orçamento total dos Municípios, Estados e União;**
- RO** - [Nova Proposta] **Incentivar e implementar projetos de reflorestamento, exclusivamente com espécies nativas, que visem o mercado de crédito de carbono;**



RO - [Nova Proposta] Fomentar o cooperativismo florestal dos pequenos produtores agregados ao extrativismo sustentável das florestas para conservação aliada a geração de renda via mercado de carbono;

RO - [Nova Proposta] Fomentar ações para pequenos produtores (agricultores familiares), que mantém as áreas de preservação permanente e reserva legal, através de políticas públicas, por meio da sociedade civil organizada;

RO - [Nova Proposta] Definir um percentual do imposto gerado pela extração e industrialização da matéria prima oriunda da floresta para programas de reflorestamento em propriedades rurais da agricultura familiar;

RO - [Nova Proposta] Agrupar em pólos os municípios que não tenham órgãos ambientais e promover capacitações de profissionais na área ambiental;

RO - [Nova Proposta] Produzir mudas através de viveiros comunitários para reestruturação de áreas de preservação permanentes e áreas degradadas;

RR - Atualizar e adaptar a legislação ambiental, art. 2 da lei 4771, (código florestal brasileiro) para os diferentes ecossistemas brasileiros, principalmente para a bacia amazônica que é predominantemente uma região de rios de planícies.

SC - Nova Proposta - Estimular a gestão ambiental da propriedade rural, com o manejo sustentável da cobertura florestal existente, principalmente no que tange a araucária e outras espécies em extinção;

SC - Nova Proposta - Desenvolver, aperfeiçoar e estimular técnicas de manejo economicamente viáveis que substituam as tradicionais queimadas de campo nativo;

SC - Nova Proposta - Criação de uma política de manejo para reflorestamento com espécies nativas;

SC - Nova Proposta - Ampliar e fortalecer os sistemas de controle e fiscalização da origem de produtos florestais, em especial nos aspectos de exploração madeireira com procedência registrada na cadeia produtiva (comercialização);

SC - Nova Proposta - Propor políticas de zoneamento e exploração florestal sustentável com o uso de espécies nativas, tendo em vista a descontrolada substituição de campos nativos por florestas exóticas levando em consideração os aspectos econômicos e de fixação de carbono;

SC - Nova Proposta - Ampliar as formas de controle e acompanhamento da sociedade civil sobre licenciamento ambiental de corte ou supressão de vegetação nativa;

SC - Nova Proposta - Viabilizar manejos sustentáveis e certificados para conferir valor social econômico aos biomas brasileiros para evitar a depredação;

SC - Nova Proposta - Estimular e fomentar as atividades florestais sustentáveis visando promover os usos múltiplos, plantas medicinais, frutíferas nativas, sistemas silvopastoris, quebra-ventos e outros, utilizando inúmeras técnicas de reflorestamento e de recuperação de áreas degradadas;

SC - Nova Proposta - Obrigar a Averbação de reserva legal de fontes geradoras de hidroeletricidade em tamanho correspondente ao do lago, além da compensação ambiental.

SC - Nova Proposta - Aplicar os recursos provenientes das medidas mitigatórias dos impactos ambientais causados pelos empreendimentos imobiliários na própria região de ocorrência.

SC - Nova Proposta - Assumir metas internas de redução do desmatamento, não implicando, porém no prejuízo dos compromissos nacionais no protocolo de Kioto e na Convenção do Clima, como país não constante do anexo B e do anexo I, respectivamente;

SC - Nova Proposta - Desenvolver políticas de incentivo para os que mantêm cobertura florestal nativa nas propriedades rurais, além do mínimo estabelecido por lei;

SE - exigir Aplicação efetiva da reserva legal

SE - CRIAR BANCOS DE MUDAS EM CONSORCIO

SP - Alocar verbas para Ampliar operações mata-fogo e brigadas de incêndio, incluindo a intensificação e aparelhamento das brigadas de incêndio em todo território nacional (incluindo a responsabilidade dos municípios).

SP - Implementar ações concretas de redução e combate ao desmatamento e às queimadas, bem como o reaproveitamento da madeira submersa nos reservatórios em todo o país.

SP - Incentivar os reflorestamentos e a utilização de pastos abandonados e áreas degradadas em detrimento da ampliação das fronteiras agrícolas

SP - Criação de uma certificação oficial dos produtos oriundos da região da Floresta Amazônica para que o consumidor saiba que esta comprando um produto que não afetou a floresta e todo aquele ambiente, estendendo-se aos outros biomas brasileiros ameaçados.

SP - Divulgação dos maiores degradadores da Floresta Amazônica para que a população tenha acesso a estas informações, inclusive com obrigatoriedade por parte da mídia de colocar em suas programações onde acessar essas informações.

SP - Desenvolver Programa Nacional da erradicação das queimadas

SP - Que o INCRA e os Órgãos responsáveis pela titulação dos imóveis promovam a entrega dos títulos com o levantamento e a averbação da reserva legal junto as matrículas.

SP - Incentivo a restauração de áreas degradadas em Área de Preservação Permanentes e Reserva Legal.

SP - O Poder Público deve incentivar a produção de árvores de espécies nativas e promover a divulgação das instituições e entidades que o fazem.

SP - O Governo deve ampliar a fiscalização da madeira e das empresas de certificação.

SP - Garantir a conservação do mínimo de 57% do território nacional com cobertura florestal nativa.

SP - A Fauna deve ser preservada e protegida, por meio da recuperação da cobertura vegetal nativa, realizada pelo poder público em parceria com a sociedade civil, e o setor produtivo.

TO - Propor instrumentos legais para impedir a reincidência da comercialização de produto florestal de origem ilegal;

TO - Rever a legislação de leilão de produtos de origem florestal apreendidos, a fim de evitar a legalização do crime ambiental aplicando a legislação federal.

TO - Promover a sustentabilidade ambiental, nas Terras indígenas e nas áreas de concentração água e solo, englobando estudos a respeito da utilização dos Recursos Naturais.

Propostas de Síntese

29 - Incentivar a proposição e implementação de ações de Planos de Manejo no entorno das unidades de conservação.

30 - Desenvolver, aperfeiçoar e estimular planos de manejo florestal economicamente viáveis, estimulando a gestão ambiental da propriedade rural, gerando renda e empregos, substituindo as tradicionais práticas predatórias como queimadas e desmatamentos.

- 31** - Estimular e fomentar programas e ações de manejo florestal para reposição da lenha e do carvão consumidos, visando um sistema de exploração sustentável do estoque madeireiro, com geração de emprego e renda, fiscalizando com mais eficácia e rigor, as carvoarias, o desmatamento ilegal e o carvão clandestino nas portas das siderúrgicas.
- 32** - Instrumentalizar e fortalecer as ações dos órgãos públicos para atender a área agrícola, florestal e ambiental por meio do aumento dos recursos orçamentários e financeiros e do contingente de pessoal especializado, através de concurso público e do aparelhamento material para que, por meio de parcerias, assumam suas funções e sejam mais atuantes.
- 33** - Divulgar informações e criar condições de acesso e alternativas de sobrevivência para as comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas e pequenos produtores, fomentando o cooperativismo florestal agregado ao extrativismo sustentável para conservação aliada a geração de renda, incluindo a alternativas via mercado de carbono.
- 34** - Criar políticas de reflorestamento que possibilitem a produção de mudas de espécies nativas com potencial econômico, visando a revegetação de áreas degradadas e áreas em processo de desertificação, que a médio e longo prazo sejam um fator gerador de renda e incentivar e facilitar o acesso aos recursos governamentais para o desenvolvimento de viveiros de mudas, estimulando a população, a reflorestar.
- 35** - Implementar acervos técnico-científicos (herbários) e criar bancos de sementes de plantas nativas e viveiros de mudas nativas dos diferentes biomas do país, por meio do incentivo do poder público e parcerias com a iniciativa privada e promover a divulgação das instituições e entidades participantes.
- 36** - Incentivar e desenvolver programas de reflorestamento com espécies nativas e exóticas, desde que previamente autorizadas pelo órgão ambiental, e implementar políticas públicas para o adensamento, via plantio de árvores, preferencialmente espécies nativas e frutíferas, seja nos núcleos urbanos assim como nas propriedades rurais.
- 37** - Implementar ações concretas de redução e combate ao desmatamento em todos os biomas, assumindo metas internas de redução do desmatamento, estabelecendo limites máximos de desmatamento contínuo de mata nativa por bioma, não implicando, porém no prejuízo dos compromissos nacionais no protocolo de Kioto e na Convenção do Clima, como país não constante do anexo B e do anexo I, respectivamente.
- 38** - Divulgação dos maiores degradadores das florestas para que a população tenha acesso a estas informações, inclusive com obrigatoriedade por parte da mídia de colocar em suas programações onde acessar essas informações.
- 39** - Suspender temporariamente as licenças ambientais para o desmatamento, em todas as regiões do país, até que os Estados promovam as zonas ecológicas e regulamentem através dos planos estaduais de políticas públicas de Meio Ambiente.
- 40** - Propiciar incentivos fiscais para pessoas físicas e jurídicas que comprovadamente mantenham vegetação nativa além do mínimo estabelecido por lei, conservem ou recuperem vegetação nativa, prestem serviços ambientais, incluindo a definição de um percentual do imposto gerado pela extração e industrialização da matéria prima oriunda da floresta para programas de reflorestamento.
- 41** - Implementar linhas de créditos governamentais diferenciadas com juros básicos para o fomento de produtos florestais madeireiros e não madeireiros, com pagamento proporcional aos anos necessários para produção da espécie escolhida, e orientar as instituições governamentais (Banco do Brasil, Banco do Nordeste e outros) para que revejam seus critérios e mecanismos de incentivo agroeconômico, no sentido de evitar o financiamento de práticas predatórias.
- 42** - Melhorar as técnicas de monitoramento para detecção de incêndios, promovendo o incentivo e qualificação junto às comunidades e setores competentes governamentais no sentido de minimizar os impactos causados pelas queimadas, dotando-os de equipamentos necessários ao combate das mesmas, disponibilizando informações, fortalecendo brigadas de incêndios.
- 43** - Elaborar, operacionalizar e fortalecer um sistema interinstitucional para as atividades de fiscalização nas suas diferentes matizes (transporte florestal - DOF, manejo florestal, consumo, exploração, áreas de preservação permanente, unidades de conservação, certificação, etc.), contribuindo para a redução das taxas de queimadas e desmatamentos no estado, e rever a legislação de leilão de produtos de origem florestal apreendidos, a fim de evitar a legalização do crime ambiental aplicando a legislação federal.
- 44** - Criar uma política nacional de uso de madeira certificada em obras, públicas e privadas, com campanha de veiculação na mídia e implantar nos órgãos públicos, através de projeto de lei, a licitação sustentável para produtos derivados de madeira.
- 45** - Incentivar e implantar Projetos de Restauração e Recuperação Florestal em Áreas de Preservação Permanente (APP's) e Reservas Legais (RL's) no âmbito do Projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), para créditos de seqüestro de carbono e de reflorestamento.
- 46** - Exigir dos órgãos competentes a arborização no entorno dos açudes que estão sob domínio Público, respeitando a flora regional.
- 47** - Fortalecer a fiscalização através da reunificação do IBAMA e ICMBio



Agropecuária

Texto Original

Estimular o aumento da produtividade e a sustentabilidade da produção em áreas já abertas, especialmente promovendo a recuperação de áreas degradadas e boas práticas de manejo agropastoril e silvicultura para reduzir a necessidade de abertura de novas áreas;

Destaques

Substitutiva

PB - 1.2.1 Estimular o aumento da produtividade, **garantindo** a sustentabilidade da produção em áreas já abertas, especialmente promovendo a recuperação de áreas degradadas e boas práticas de manejo agropastoril e silvicultura, com acompanhamento técnico específico, para reduzir a necessidade de abertura de novas áreas;

RJ - Estimular o aumento da produtividade e a sustentabilidade da produção em áreas já abertas, especialmente promovendo **a recuperação de áreas degradadas e** boas práticas de manejo agropastoril e silvicultura para **reduzir coibir** a necessidade de abertura de novas áreas;

RR - Estimular o aumento da produtividade e a sustentabilidade da produção **em áreas desmatadas já abertas**, especialmente promovendo a recuperação de áreas degradadas **com sistemas agroflorestais** e boas práticas de manejo agropastoril e silvicultura para reduzir a necessidade de abertura de novas áreas;

Aditiva

CE - Estimular o aumento da produtividade e a sustentabilidade da produção em áreas já abertas, especialmente promovendo a recuperação de áreas degradadas e boas práticas de manejo agropastoril e silvicultura **e práticas de conservação do solo** para reduzir a necessidade de abertura de novas áreas;

ES - Estimular o aumento da produtividade e a sustentabilidade da produção em áreas já abertas, **especialmente promovendo a recuperação de áreas degradadas e com** boas práticas de manejo agropastoril e silvicultura para reduzir a necessidade de abertura de novas áreas;

MS - 1.2.1 Estimular o aumento da produtividade e a sustentabilidade da produção em áreas já abertas, especialmente promovendo a recuperação de áreas degradadas e boas práticas de manejo agropastoril e silvicultura para reduzir a necessidade de abertura de novas áreas; Fomentar a diversificação de culturas agrícolas, como forma de minimizar os impactos ambientais causados pela monocultura;

MT - Estimular o aumento da produtividade e a **diversidade de produtos visando** a sustentabilidade da produção em áreas já abertas, especialmente promovendo a recuperação de **solos e áreas degradadas** e boas práticas de **agricultura familiar** manejo agropastoril e silvicultura para reduzir a necessidade de abertura de novas áreas;

PA - Estimular, **através de políticas públicas em parceria**, o aumento da produtividade e a sustentabilidade da produção em áreas já abertas, especialmente promovendo a recuperação de áreas degradadas e boas práticas de manejo agropastoril e silvicultura para reduzir a necessidade de abertura de novas áreas;

RS - Estimular o aumento da produtividade, **da diversificação e rotação de culturas**, e a sustentabilidade da produção em áreas já abertas, especialmente promovendo a recuperação de áreas degradadas e boas práticas de manejo agropastoril e silvicultura para reduzir a necessidade de abertura de novas áreas;

Propostas de Síntese

1 - Estimular o aumento da produtividade, da diversificação e rotação de culturas, garantindo a sustentabilidade da produção em áreas desmatadas, especialmente promovendo a recuperação de solos e áreas degradadas, com boas práticas de manejo agropastoril, silvicultura para coibir a necessidade de abertura de novas áreas, como forma de minimizar os impactos ambientais.

Texto Original

Propor incentivos econômicos para os serviços sócio-ambientais das propriedades rurais, realizados com inclusão social, tais como a conservação da biodiversidade, a proteção dos recursos hídricos e a absorção de carbono;

Destaques

Substitutiva

AC - Propor incentivos econômicos para os serviços sócio-ambientais das propriedades rurais **realizados com inclusão social tais como:** a conservação da biodiversidade, a proteção dos recursos hídricos e a absorção de carbono, com inclusão social;

CE - **Criar Propor** incentivos econômicos para os serviços sócio-ambientais das propriedades rurais, realizados com inclusão social, tais como a conservação da biodiversidade, a proteção dos recursos hídricos e **o sequestro de carbono realizado com inclusão social. a absorção de carbono;**

DF - **Propor Criar** incentivos econômicos para os serviços sócio-ambientais das propriedades rurais, realizados com inclusão social, tais como a conservação da biodiversidade, a proteção dos recursos hídricos e a absorção de carbono;

Aditiva

RS - Propor incentivos econômicos, **fiscais e tributários** para os serviços sócio-ambientais das propriedades rurais, realizados com inclusão social, tais como a conservação da biodiversidade, a proteção dos recursos hídricos e a absorção de carbono;

TO - Propor incentivos econômicos para os serviços sócio-ambientais das propriedades rurais, realizados com inclusão social, tais como **a preservação** e conservação da biodiversidade, a proteção dos recursos hídricos e a absorção de carbono **e proteção do solo;**

Propostas de Síntese

2 - Propor incentivos fiscais e tributários para os serviços socioambientais das propriedades rurais, realizados com inclusão social, tais como a preservação e conservação da biodiversidade, a proteção dos recursos hídricos, proteção e recuperação de solo e o sequestro de carbono;

Texto Original

Propor a eliminação do uso do fogo em práticas agropecuárias, estimulando o uso de sistemas agro-florestais;

Destaques**Supressão Total da Proposta**

PA - Propor a eliminação do uso do fogo em práticas agropecuárias, estimulando o uso de sistemas agro-florestais; **Supressão Total da Proposta**

Substitutiva

AC - Propor a **eliminação redução e controle** do uso do fogo em práticas agropecuárias, **estimulando o uso de práticas alternativas tais como sistemas agroflorestais, silvipastoris, e outras;**

CE - **Propor a eliminação do Eliminar o** uso do fogo em práticas agropecuárias, estimulando o uso de sistemas agro-florestais;

DF - **Propor a eliminação do Eliminar o** uso do fogo em práticas agropecuárias, estimulando o uso de sistemas agro-florestais;

RJ - **Propor a eliminação Eliminar do** uso do fogo em práticas agropecuárias, estimulando o uso de sistemas agro-florestais;

RO - Propor a eliminação do uso do fogo em práticas agropecuárias, estimulando o uso de sistemas **agro-florestais; agro-silvo-pastoril e a promoção de outras práticas culturais e de manejo adequado do solo;**

RR - **Propor promover** a eliminação do uso do fogo em práticas agropecuárias, estimulando o uso de sistemas agro-florestais, **agro extrativismo, agro ecologia e outras formas de manejo dos produtos florestais;**

RS - Propor a eliminação do uso do fogo em práticas agropecuárias, estimulando o uso **de sistemas agro-florestais de práticas alternativas;**

Aditiva

ES - **Propor a eliminação do Desenvolver pesquisas buscando alternativas ao** uso do fogo em práticas agropecuárias, estimulando o uso de sistemas agro-florestais **e agro-ecológicos;**

GO - Propor **a eliminação o manejo, com a redução progressivo** uso do fogo em práticas agropecuárias, estimulando o uso de sistemas agro-florestais;

Propostas de Síntese

3 - Supressão Total da Proposta.

4 - Eliminar o uso do fogo em práticas agropecuárias, estimulando o uso de sistemas agro-florestais.

5 - Propor o manejo, controle e a redução do uso do fogo em práticas agropecuárias, estimulando o uso de práticas alternativas, tais como: sistemas agroflorestais, silvipastoris e outras formas de manejo dos produtos florestais.

Texto Original

Fortalecer os programas que visem a consolidação da agro-ecologia, ou de novos padrões de desenvolvimento rural de baixo impacto ambiental;

Destaques**Substitutiva**

CE - **Fortalecer os Criar** programas **agrosilvopastoris que visem a consolidação da agro-ecologia**, ou de novos padrões de desenvolvimento rural de baixo impacto ambiental;

Aditiva

PR - Fortalecer **e efetivar** os programas que visem a consolidação da agro-ecologia, ou de novos padrões de desenvolvimento rural de baixo impacto ambiental;

Propostas de Síntese

6 - Criar, fortalecer e efetivar os programas que visem a consolidação da agroecologia, ou de novos padrões de desenvolvimento rural de baixo impacto ambiental;

Texto Original

Criar o marco regulatório para que o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE seja consultado em todas as iniciativas governamentais de desenvolvimento, de uso sustentável e de preservação;

Destaques**Supressão Total da Proposta**

PA - Criar o marco regulatório para que o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE seja consultado em todas as iniciativas governamentais de desenvolvimento, de uso sustentável e de preservação; **Supressão Total da Proposta;**

Substitutiva

CE - Criar o marco regulatório para que o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE **seja consultado e utilizar** em todas as iniciativas governamentais de desenvolvimento, de uso sustentável e de preservação;

RJ - Criar o marco regulatório para que o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE seja **consultado exigido** em todas as iniciativas governamentais de desenvolvimento, de uso sustentável e de preservação;

Aditiva

ES - Criar o marco regulatório para que o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE seja consultado em todas as iniciativas governamentais **e não governamentais** de desenvolvimento, de uso sustentável e de preservação;

RR - Criar o marco regulatório para que o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE seja consultado em todas as iniciativas governamentais **e não governamentais** de desenvolvimento, de uso sustentável e de preservação;



Propostas de Síntese

7 - Supressão Total da Proposta.

8 - Criar o marco regulatório para que o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE seja exigido em todas as iniciativas governamentais e não governamentais de desenvolvimento, de uso sustentável e de preservação.

Texto Original

Estimular a capacitação e a assistência técnica agro-florestal;

Destaques

Supressão Total da Proposta

PA - Estimular a capacitação e a assistência técnica agro-florestal; **Supressão Total da Proposta;**

Substitutiva

AM - **Estimular Implementar através do poder público** a capacitação e a assistência técnica agro-florestal;

RR - **Promover Estimular** a capacitação e a assistência técnica agro-florestal **e agroecológica integrando as ações das Políticas de Educação e de Assistência Técnica e Extensão Rural, priorizando a agricultura familiar;**

SP - **Estimular a Implantar Programa Nacional de** capacitação e a assistência técnica agro-florestal **para comunidades envolvidas;**

Aditiva

ES - Estimular a capacitação e a assistência técnica agro-florestal **e agro-ecológica;**

MA - Estimular a capacitação e a assistência técnica agro-florestal **e silvopastoril;**

MT - **Estimular a capacitação e a adoção da assistência técnica agroflorestal e pecuária;**

RO - Estimular a capacitação e a assistência técnica agro-florestal, **e em gestão ambiental;**

RS - Estimular a capacitação e a assistência técnica agro-florestal **e agrossilvopastoril;**

Propostas de Síntese

9 - Supressão Total da Proposta.

10 - Estimular a capacitação e a assistência técnica agroflorestal, agrossilvopastoril e agroecológica.

Texto Original

Fortalecer e, quando necessário, implementar o Licenciamento Ambiental de Atividades Agropecuárias;

Destaques

Supressão Total da Proposta

PA - Fortalecer e, quando necessário, implementar o Licenciamento Ambiental de Atividades Agropecuárias; **Supressão Total da Proposta;**

Supressão Parcial

AM - Fortalecer e, **quando necessário,** implementar o Licenciamento Ambiental de Atividades Agropecuárias;

MA - Fortalecer e, **quando necessário,** implementar o Licenciamento Ambiental de Atividades Agropecuárias;

Substitutiva

CE - **Fortalecer e, quando necessário, implementar o Exigir o** Licenciamento Ambiental de Atividades Agropecuárias, **fortalecer e ampliar os serviços de fiscalização ambiental;**

PB - 1.2.7 **Fortalecer e, quando necessário, implementar o Aplicar o** Licenciamento Ambiental de Atividades Agropecuárias;

RJ - **Sistematizar Fortalecer e, quando necessário,** implementar o Licenciamento Ambiental de Atividades Agropecuárias, **em nível do Sisnama;**

RR - **Fortalecer e, quando necessário,** implementar **e monitorar** o Licenciamento Ambiental de Atividades Agropecuárias.

SP - **Fortalecer e, quando necessário; Implementar a obrigatoriedade do** Licenciamento Ambiental de Atividades **Agropecuárias agrossilvopastoris, principalmente dos Projetos de financiamento com recurso público, iniciando pelos grupos do BNDES e PROGER;**

Aditiva

AP - Fortalecer e **normatizar,** quando necessário, implementar o Licenciamento Ambiental de Atividades Agropecuárias;

MT - **Fortalecer e, quando necessário, implementar o Licenciamento Ambiental de Atividades Agropecuárias, simplificando e facilitando o licenciamento das pequenas propriedades rurais;**

RS - Fortalecer e, quando necessário, implementar o Licenciamento Ambiental de Atividades Agropecuárias, **por propriedade rural, envolvendo todas as atividades agropecuárias;**

Propostas de Síntese

12 - Supressão Total da Proposta.

13 - Fortalecer e implementar o Licenciamento Ambiental de atividades agrossilvopastoris.

Texto Original

Incentivar e promover a recuperação de solos e terras degradadas;

Destaques

Supressão Total da Proposta

AC - Incentivar e promover a recuperação de solos e terras degradadas; **Supressão Total da Proposta;**

MT - Incentivar e promover a recuperação de solos e terras degradadas; **Supressão Total da Proposta;**

PA - Incentivar e promover a recuperação de solos e terras degradadas; **Supressão Total da Proposta;**

Substitutiva

CE - **Incentivar e** Promover a recuperação de solos e terras degradadas **através de incentivos econômicos a fundo perdido para pequenas propriedades e agricultores familiares;**

Aditiva

PB - 1.2.8 Incentivar e promover a recuperação de solos e terras degradadas, **com acompanhamento técnico especializado;**

RS - Incentivar e promover a recuperação de solos e terras degradadas, **através do plantio de espécies recicladoras, adubação orgânica e a obrigatoriedade da recuperação da área pelo proprietário e/ou responsável pela degradação;**

SE - Incentivar e promover a recuperação de solos e terras degradadas, **com uso de práticas conservacionistas;**

TO - Incentivar, promover **e fomentar com crédito direto** a recuperação de **áreas** degradadas;

Propostas de Síntese

14 - Supressão Total da Proposta.

15 - Incentivar e promover a recuperação de solos e terras degradadas através de incentivos econômicos, com acompanhamento técnico especializado.

Texto Original

Estimular a melhoria das técnicas de aplicação de fertilizante nitrogenado para reduzir as emissões de N2O (óxido nitroso);

Destaques

Supressão Total da Proposta

PA - Estimular a melhoria das técnicas de aplicação de fertilizante nitrogenado para reduzir as emissões de N2O (óxido nitroso); **Supressão Total da Proposta**

Propostas de Síntese

16 - Supressão Total da Proposta.

Texto Original

Quantificar as emissões no setor agropecuário e identificar tecnologias para reduzir as emissões de gases de efeito estufa do setor, apoiando os projetos de pesquisa existentes e incentivando o desenvolvimento de novos projetos;

Destaques

Supressão Total da Proposta

AC - Quantificar as emissões no setor agropecuário e identificar tecnologias para reduzir as emissões de gases de efeito estufa do setor, apoiando os projetos de pesquisa existentes e incentivando o desenvolvimento de novos projetos; **Supressão Total da Proposta;**

PA - Quantificar as emissões no setor agropecuário e identificar tecnologias para reduzir as emissões de gases de efeito estufa do setor, apoiando os projetos de pesquisa existentes e incentivando o desenvolvimento de novos projetos; **Supressão Total da Proposta;**

Substitutiva

AM - Quantificar as emissões **de gases de efeito estufa** no setor agropecuário e identificar tecnologias para **sua redução reduzir as emissões de gases de efeito estufa do setor;** apoiando os projetos de pesquisa existentes e incentivando o desenvolvimento de novos projetos;

Aditiva

MT - Quantificar as emissões no setor agropecuário e identificar tecnologias para reduzir as emissões de gases de efeito estufa do setor, apoiando os projetos de pesquisa existentes e incentivando o desenvolvimento de novos projetos, **inclusive nas escolas;**

RS - Quantificar as emissões no setor agropecuário e identificar tecnologias para reduzir as emissões de gases de efeito estufa do setor, apoiando os projetos de pesquisa existentes e incentivando o desenvolvimento de novos projetos, **principalmente agricultura e pecuária orgânica;**

Propostas de Síntese

17 - Supressão Total da Proposta.

18 - Quantificar as emissões de gases de efeito estufa no setor agropecuário e identificar tecnologias para sua redução, apoiando os projetos de pesquisa existentes e incentivando o desenvolvimento de novos projetos;

Texto Original

Incentivar a adoção de práticas para a melhoria do manejo de áreas agrícolas e da gestão dos dejetos animais para a expansão da agricultura familiar sustentável, da agro-ecologia, do sistema de plantio direto e da integração lavoura-pecuária;

Destaques

Substitutiva

SP - **Incentivar Promover através de financiamentos e/ou premiação** a adoção de práticas para a melhoria do manejo de áreas agrícolas e da gestão dos dejetos animais para a expansão da agricultura familiar sustentável, da agro-ecologia, do sistema de plantio direto e da integração lavoura-pecuária;

Aditiva

CE - Incentivar a adoção de práticas para a melhoria do manejo de áreas agrícolas e da gestão dos **restolhos de culturas e** dejetos animais para a expansão da agricultura familiar sustentável, da agro-ecologia, do sistema de plantio direto e da integração lavoura-pecuária;

TO - Incentivar a adoção de práticas para a melhoria do manejo de áreas agrícolas e da gestão dos dejetos animais para a expansão da agricultura sustentável, da agro-ecologia, do sistema de plantio direto e da integração lavoura-pecuária - **silvicultura**



Propostas de Síntese

19 - Promover e incentivar a adoção de práticas para a melhoria do manejo de áreas agrícolas e da gestão dos dejetos animais para a expansão da agricultura familiar sustentável, da agroecologia, do sistema de plantio direto e da integração lavoura-pecuária-silvicultura;

Texto Original

Estabelecer cronograma de atendimento estrito ao Código Florestal – Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal –, bem como ao georreferenciamento dos limites das propriedades agrícolas, como condição para as operações de crédito agrícola em todo o território nacional.

Destaques

Supressão Total da Proposta

PA - Estabelecer cronograma de atendimento estrito ao Código Florestal – Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal –, bem como ao georreferenciamento dos limites das propriedades agrícolas, como condição para as operações de crédito agrícola em todo o território nacional.**Supressão Total da Proposta;**

PR - Estabelecer cronograma de atendimento estrito ao Código Florestal – Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal –, bem como ao georreferenciamento dos limites das propriedades agrícolas, como condição para as operações de crédito agrícola em todo o território nacional.**Supressão Total da Proposta;**

RS - Estabelecer cronograma de atendimento estrito ao Código Florestal – Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal –, bem como ao georreferenciamento dos limites das propriedades agrícolas, como condição para as operações de crédito agrícola em todo o território nacional;

Supressão Parcial

PI - 01.02.12 Estabelecer cronograma de atendimento estrito ao Código Florestal – Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal –, bem como ao georreferenciamento dos limites das propriedades agrícolas, como condição para as operações de crédito agrícola em todo o território nacional;

Substitutiva

MS - 1.2.12 Estabelecer cronograma de atendimento estrito ao Código Florestal – Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal –, bem como ao georreferenciamento dos limites das matrículas **propriedades** agrícolas, como condição para as operações de crédito agrícola em todo o território nacional;

RJ - **Estabelecer cronograma de atendimento estrito ao Exigir o cumprimento do** Código Florestal – Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal –, bem como ao georreferenciamento dos limites das propriedades agrícolas, como condição para as operações de crédito agrícola em todo o território nacional;

SP - Estabelecer cronograma de atendimento estrito ao Código Florestal – Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal –, bem como ao georreferenciamento dos limites das propriedades agrícolas, das APP's e da reserva legal, necessárias ao Licenciamento ambiental, como condição para as operações de crédito agrícola em todo o território nacional;

Aditiva

CE - Estabelecer cronograma de atendimento estrito ao Código Florestal – Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal –, bem como ao georreferenciamento dos limites da **área de reserva legal e** das **respectivas** propriedades agrícolas, como condição para as operações de crédito agrícola em todo o território nacional;

MG - Estabelecer cronograma de atendimento estrito ao Código Florestal – Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal –, bem como ao georreferenciamento dos limites das propriedades agrícolas, como condição para as operações de crédito agrícola em todo o território nacional, **sendo que para agricultura familiar será subsidiado pelos órgãos ambientais competentes;**

Propostas de Síntese

20 - Supressão Total da Proposta.

21 - Estabelecer cronograma de atendimento estrito ao Código Florestal – Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal –, bem como ao georreferenciamento dos limites das propriedades agrícolas, como condição para as operações de crédito agrícola em todo o território nacional.

Texto Original

Promover o uso do Imposto Territorial Rural para incentivar a proteção ambiental e o uso eficiente do solo agricultável.

Destaques

Supressão Total da Proposta

MS - Supressão Total da Proposta

PA - Promover o uso do Imposto Territorial Rural para incentivar a proteção ambiental e o uso eficiente do solo agricultável.**Supressão Total da Proposta;**

RR - Promover o uso do Imposto Territorial Rural para incentivar a proteção ambiental e o uso eficiente do solo agricultável.**Supressão Total da Proposta;**

Substitutiva

AC - **Promover o uso do Direcionar** o uso do Imposto Territorial Rural para incentivar a proteção ambiental e o uso eficiente do solo agricultável;

AM - **Promover o uso Utilizar o recurso** do Imposto Territorial Rural para incentivar a proteção ambiental e o uso eficiente do solo agricultável;

Aditiva

RS - Promover o uso do Imposto Territorial Rural, **constituir fundo** para incentivar a proteção ambiental e o uso eficiente do solo agricultável;

TO - Promover o uso do Imposto Territorial Rural para incentivar a proteção ambiental e o uso **sustentável** do solo agricultável;

Propostas de Síntese**22** - Supressão Total da Proposta.**23** - Promover o uso do Imposto Territorial Rural para incentivar a proteção ambiental e o uso sustentável do solo agricultável.**Texto Original**

Estabelecer diretrizes para a geração de energia descentralizada pela produção de biogás (metano) a partir de biomassa residual disponível em atividades pecuárias (suinocultura, criação de aves, gado) e agrícolas (resíduos de cultivos diversos) para produção de energia e calor, substituição de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) usado para aquecimento de aves em granjas e nas cozinhas rurais, por exemplo: deslocando o uso de combustíveis fósseis;

Destaques**Supressão Parcial**

PR - Estabelecer diretrizes para a geração de energia descentralizada pela produção de biogás (metano) a partir de biomassa residual disponível em atividades pecuárias (suinocultura, criação de aves, gado) e agrícolas (resíduos de cultivos diversos) para produção de energia e calor, substituição de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) **usado para aquecimento de aves em granjas e nas cozinhas rurais, por exemplo: deslocando o uso de combustíveis fósseis;**

Substitutiva

PA - **Estabelecer Incentivar diretrizes para a geração de tecnologias alternativas de produção de** energia descentralizada pela produção de biogás (metano) a partir de biomassa residual disponível em atividades pecuárias (suinocultura, criação de aves, gado) e agrícolas (resíduos de cultivos diversos) para produção de energia e calor, substituição de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) usado para aquecimento de aves em granjas e nas cozinhas rurais, por exemplo: deslocando o uso de combustíveis fósseis;

Aditiva

TO - Estabelecer diretrizes **e criar incentivos financeiros** para a geração de energia descentralizada pela produção de biogás (metano) a partir de biomassa residual disponível em atividades pecuárias (suinocultura, criação de aves, gado) e agrícolas (resíduos de cultivos diversos) para produção de energia e calor, substituição de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) usado para aquecimento de aves em granjas e nas cozinhas rurais, por exemplo: deslocando o uso de combustíveis fósseis;

Propostas de Síntese

24 - Incentivar tecnologias alternativas, criar incentivos financeiros e estabelecer diretrizes para a geração de energia descentralizada pela produção de biogás (metano) a partir de biomassa residual disponível em atividades pecuárias (suinocultura, criação de aves, gado) e agrícolas (resíduos de cultivos diversos) para produção de energia e calor, substituição de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) usado para aquecimento de aves em granjas e nas cozinhas rurais.

Texto Original

Disseminar boas práticas de produção agropecuária e silvicultura, tais como o planejamento integrado da propriedade, a conservação do solo e dos recursos hídricos, o manejo integrado de pragas, a produção diversificada, a inclusão de atividades florestais e extrativistas, o aproveitamento multi-funcional de faixas com espécies nativas entre os cultivos, o plantio direto, a integração lavoura-pecuária e a criação de animais silvestres;

Destaques**Supressão Parcial**

PR - Disseminar boas práticas de produção agropecuária e silvicultura, tais como o planejamento integrado da propriedade, a conservação do solo e dos recursos hídricos, o manejo integrado de pragas, a produção diversificada, a inclusão de atividades florestais e extrativistas, o aproveitamento multi-funcional de faixas com espécies nativas entre os cultivos, o plantio direto, a integração lavoura-pecuária **e a criação de animais silvestres;**

RJ - Disseminar boas práticas de produção agropecuária e silvicultura, tais como o planejamento integrado da propriedade, a conservação do solo e dos recursos hídricos, o manejo integrado de pragas, a produção diversificada, a inclusão de atividades florestais e extrativistas, o aproveitamento multi-funcional de faixas com espécies nativas entre os cultivos, o plantio direto, a integração lavoura-pecuária **e a criação de animais silvestres;**

Aditiva

PA - Disseminar boas práticas de produção agropecuária **de pequenos animais, piscicultura** e silvicultura, tais como o planejamento integrado da propriedade, a conservação do solo e dos recursos hídricos, o manejo integrado de pragas, a produção diversificada, a inclusão de atividades florestais e extrativistas, o aproveitamento multi-funcional de faixas com espécies nativas entre os cultivos, o plantio direto, a integração lavoura-pecuária e a criação de animais silvestres;

PB - 1.2.15 Disseminar boas práticas de produção agropecuária e silvicultura, tais como o planejamento integrado da propriedade, a conservação do solo e dos recursos hídricos, o manejo integrado de pragas, a produção diversificada, a inclusão de atividades florestais e extrativistas, o aproveitamento multi-funcional de faixas com espécies nativas entre os cultivos, o plantio direto, a integração lavoura-pecuária e a criação de animais silvestres **em ambiente natural;**

RS - Disseminar boas práticas de produção agropecuária e silvicultura, tais como o planejamento integrado da propriedade, a conservação do solo e dos recursos hídricos, o manejo integrado de pragas, a produção diversificada, a inclusão de atividades florestais e extrativistas, o aproveitamento multi-funcional de faixas com espécies nativas entre os cultivos, o plantio direto, a integração lavoura-pecuária e a criação de animais silvestres **e aproveitamento racional dos resíduos;**

SP - Disseminar **e fomentar** boas práticas de produção agropecuária e silvicultura, tais como o planejamento integrado da propriedade, a conservação do solo e dos recursos hídricos, o manejo integrado de pragas, a produção diversificada, a inclusão de atividades florestais e extrativistas, o aproveitamento multi-funcional de faixas com espécies nativas entre os cultivos, o plantio direto, a integração lavoura-pecuária e a criação de animais silvestres;



TO - Disseminar boas práticas de produção agropecuária e silvicultura, tais como o planejamento integrado da propriedade, a conservação do solo e dos recursos hídricos, o manejo integrado de pragas, a produção diversificada, a inclusão de atividades florestais e extrativistas **sustentáveis**, o aproveitamento multi-funcional de faixas com espécies nativas entre os cultivos, o plantio direto, a integração lavoura-pecuária – **silvicultura** e a criação de animais silvestres;

Propostas de Síntese

25 - Disseminar e fomentar boas práticas de produção agropecuária e silvicultura, tais como o planejamento integrado da propriedade, a conservação do solo e dos recursos hídricos, gestão adequada dos resíduos, o manejo integrado de pragas, a produção diversificada, a inclusão de atividades florestais e extrativistas, o aproveitamento multi-funcional de faixas com espécies nativas entre os cultivos, o plantio direto e a integração lavoura-pecuária.

Texto Original

Implementar ações que busquem a otimização do uso da água no setor da agricultura irrigada, mediante a adoção de tecnologias mais eficientes, bem como do manejo, tendo em vista que elevadas demandas do setor agrícola constituem o principal vetor de conflitos potenciais por usos múltiplos da água no país.

Destaques

Aditiva

RJ - Implementar ações que busquem a otimização do uso da água no setor da agricultura irrigada, mediante a adoção de tecnologias mais eficientes, bem como do manejo, tendo em vista que elevadas demandas do setor agrícola constituem o principal vetor de conflitos potenciais por usos múltiplos da água no país, **como, por exemplo, construção de cisternas;**

Propostas de Síntese

26 - Implementar ações que busquem a otimização do uso da água no setor da agricultura irrigada, mediante adoção de tecnologias mais eficientes, bem como o manejo, tendo em vista as elevadas demandas do setor agrícola, constituindo o principal vetor de conflitos potenciais por usos múltiplos da água no país;

Texto Original

Novas Propostas;

Destaques

Aditiva

AC - Estimular a extensão rural através de programas de capacitação familiar e de assistência técnica agro-florestal;

AC - Utilizar adubo orgânico a partir do aproveitamento de fezes e urina de animais domésticos como o gado;

AC - Criar programa de mecanização agrícola em áreas degradadas ;

AC - Criar Linha de financiamento a juros mais baixos para projetos de formas alternativas de produção, recuperação das áreas degradadas, recomposição da mata ciliar para pequenos produtores rurais;

AC - Mecanizar das áreas degradadas;

AC - Implantar SAF's realizando capacitação dos produtores rurais quanto à exploração racional da atividade ;

AC - Implantar novos SAF'S com base na vocação local, em parcerias nos três níveis de governo com acompanhamento dos já existentes;

AC - Programa de mecanização agrícola para lavoura branca e aquisição ferramentas agrícolas;

AC - Fortalecer a cadeia do sistema produtivo dos produtos regionais ;

AC - Desburocratização e facilidade de acesso aos recursos para financiamento da produção agrosilvopastoril;

AC - Programa de mecanização agrícola;

AC - implantar agroindústria para agregar valor à produção;

AC - Desburocratizar o processo de implantação de manejo florestal comunitário;

AC - Ampliar o alcance do programa Pró-Ambiente para que beneficie uma maior quantidade de famílias.;

AC - Implementar políticas públicas para o uso de leguminosas na recuperação de áreas alteradas;

AL - Incentivar o uso da agroecologia, principalmente em programas de recuperação de áreas degradadas;

AM - Estabelecer parcerias técnicas e financeiras, agregar e efetivar as multas federais estaduais e municipais para o fundo entre os governos e a sociedade civil para efetuar a recuperação das áreas degradadas, primeiramente as de proteção permanente, como matas ciliares;

BA - Políticas públicas e programas de incentivo aos Sistemas Agroflorestais e agricultura alternativa;

BA - Garantir a destinação de investimentos em técnicas de manejo florestal sustentável comunitário aos agricultores nas áreas de reforma agrária, bem como os localizados em pequenas comunidades;

BA - Desestimular o financiamento, produção e consumo de produtos agrícolas de áreas provenientes de desmatamento, em especial nas áreas de fronteira agrícola;

BA - Desenvolver políticas de incentivo à diversificação de culturas, propiciando condições para inibir a expansão de práticas monocultoras.

BA - Promover a implementação de políticas, programas e projetos destinados aos produtores que utilizam práticas de manejo ecologicamente correta, especialmente a agricultura orgânica em substituição as praticas predatórias de maior impacto;

BA - Disseminar boas práticas de produção agropecuária e silvicultura, tais como o planejamento integrado da propriedade, a conservação do solo e dos recursos hídricos, o manejo integrado de pragas, a produção diversificada, a inclusão de atividades florestais e extrativistas, o aproveitamento multi-funcional de faixas com espécies nativas entre os cultivos, o plantio direto, a integração lavoura-pecuária e a criação de animais silvestres;

CE - Criar programas e incentivos fiscais para a Agricultura orgânica;

CE - Redefinir assistência técnica e extensão rural com difusão de novas tecnologias sustentáveis, com foco no bioma caatinga;

GO - Propor o fim das queimadas no cultivo da cana-de-açúcar até o ano de 2010 eo zoneamento agroecológico para o cultivo da mesma, tendo em vista o rápido crescimento do setor sucroalcooleiro;

- GO** - Limitação do plantio de monoculturas em áreas já desmatadas;
- GO** - Incentivar a migração do sistema de produção rural para formações mais sustentáveis ambientalmente como: agroextrativismo, agricultura orgânica, agrofloresta, agrosilvicultura, cultura consorciada, fruticultura, ecoturismo, turismo rural, artesanato, bovinocultura e holericultura orgânica, incentivando a pesquisa, disseminando e utilizando tecnologias menos impactantes, com linhas de financiamento direcionados aos agricultores, incluindo a criação de centros de comercialização ou cooperativas, a utilização do mercado de carbono, o incentivo ao uso de certificação ambiental de produtos e serviços e de qualidade;
- GO** - Criar normatização e instrumentos econômicos que incentivem a agropecuária sustentável, o reaproveitamento de águas residuais e pluviais e ainda determine a construção de poços de recarga na quantidade proporcional às áreas impermeabilizadas; realizar a recuperação de áreas degradadas, por meio da formalização de parceria com empresas e escolas e da destinação de uma porcentagem dos recursos liberados para financiar as atividades agrícolas para a recuperação de APPs e RLs;
- MA** - Destinar recursos específicos para projetos de agricultura sustentável (orgânicos, agroecológicos) para os povos indígenas e territórios quilombolas, com sua participação nos processos decisórios e respeitando a sua cultura;
- MA** - Criar linha de crédito específica para projetos agroecológicos, agropesqueiros e culturas diversificadas;
- MA** - Financiar projetos de agroextrativismo e da economia solidária;
- MA** - Buscar, junto aos órgãos governamentais, apoio técnico-financeiro que incentive os pequenos e grandes produtores rurais a realizarem práticas de manejo e conservação do solo, conforme sua aptidão e classe de capacidade de uso;
- MA** - Fortalecer a implantação de sistemas agroflorestais com espécies nativas de cada região nos assentamentos da reforma agrária;
- MA** - Criar um programa de incentivo à comercialização de produtos agroflorestais;
- MG** - Estimular a implantação de sistemas agroflorestais orgânicos, diversificando as culturas;
- MG** - Promover a aplicação de práticas conservacionistas de solo e água nas atividades agrícolas através de assistência técnica;
- MG** - Incentivo à diversificação das culturas nas propriedades, criando limites para a monocultura;
- MG** - Contemplar, nos programas de agricultura familiar, projetos e programas de conservação dos solos e das águas (ampliação da capacidade produtiva da região) incluindo nesses programas, a saúde do produtor rural;
- MG** - Subsidiar análises de solos e mapeamento ecológico das regiões;
- MG** - Exigência de conservação de solo e água nas propriedades agrícolas, restringindo a liberação de recursos para quem não se adequar;
- MG** - Incentivar a agricultura familiar reduzindo impostos sobre a aquisição de equipamentos;
- MG** - Capacitar o produtor rural para o manejo orgânico do solo;
- MG** - Utilizar a agroecologia como alternativa de produção agrícola e preservação ambiental;
- MG** - Ampliar a assistência técnica aos produtores através de um modelo de desenvolvimento sustentável, ou seja, a agroecologia (que não utiliza produtos tóxicos, além de atentar para as questões sociais);
- MG** - Incentivo ao uso de adubos orgânicos;
- MG** - Fazer plantio em terraços de base larga nas áreas de agricultura. Na pecuária, fazer curvas de nível, escarificação das pastagens para conseguir o efeito esponja e esclarecer aos produtores, da importância do estrato arbóreo para conservação das áreas de pastagens e qualidade na produtividade do setor;
- MG** - A introdução de práticas mais racionais, mudando da criação extensiva para a semi-extensiva (implantação de política);
- MG** - Alterações no padrão alimentar dos bovinos, reduzindo a quantidade de gases liberados no processo de fermentação do rúmen (implantação de política);
- MG** - Incentivar a implantação de biodigestores;
- MG** - Programa de incentivo à reforma de áreas de pastagem degradadas, evitando assim a abertura de novas áreas de cobertura nativa (implantação de política);
- MG** - Incentivar a produção de produtos orgânicos (selo orgânico);
- MG** - Regulamentar as monoculturas;
- MG** - Criar lei limitando o uso da monocultura, estimulando a diversificação na produção rural;
- MG** - Obrigar a recuperação ambiental das áreas queimadas;
- MG** - Implantar em todos os níveis de governo instrumentos de planejamento e uso racional do solo;
- MG** - Criar um programa de incentivo à agricultura familiar já existente, estimulando a produção orgânica;
- MG** - Programa que construa alternativas para as áreas de erosão e demais áreas degradadas, incentivando a adesão das comunidades;
- MG** - Incentivar Sistemas Agroflorestais sustentáveis em áreas degradadas, com o intuito de gerar matéria-prima, emprego, renda e recuperação ambiental, para reduzir a pressão sobre matas nativas e disponibilizar modo de produção alternativo;
- MG** - Em contraponto à monocultura da cana-de-açúcar, criar programas para a produção social do etanol para suprir a demanda local de energia através de mini-distilarias de álcool, cujo processo produtivo é bem parecido com o processo de produção da cachaça artesanal. O cultivo da cana se daria em pequenas áreas cultiváveis, aliado ao cultivo de outras culturas tradicionais ou mesmo à criação de animais, e ainda é uma atividade sustentável, pois todo o resíduo é utilizado no processo;
- MS** - Promover incentivo financeiro aos produtores rurais para o desenvolvimento sustentável e manejo e uso correto do solo;
- MS** - Implantar sistema de colheita mecanizada da cana-de-açúcar desde o início da operação da usina, diminuindo assim os impactos ambientais;
- MS** - Destinar 2% do orçamento da União para atividades de proteção ambiental e uso eficiente do solo agrícola;
- MS** - Tornar obrigatória a Licença Ambiental para propriedades que desenvolvem a atividade de plantio de cana-de-açúcar, mediante georeferenciamento;
- MS** - Fornecer apoio técnico e orientação ao pequeno, médio e grande produtor;
- MS** - Coordenar o manejo do solo considerando as micro-bacias e com exigências na liberação de recursos públicos ou financiamentos;
- MS** - Criar e disponibilizar incentivos financeiros para promover a recuperação de solos degradados;
- MS** - Incentivar o uso de produtos homeopáticos na pecuária;
- MS** - Criar e facilitar o acesso às linhas de créditos especiais para melhoria do solo, visando melhorar a qualidade das pastagens e fortalecer a agricultura, priorizando os produtores rurais com iniciativas de preservação, conservação e recuperação do meio ambiente;
- MS** - Aplicar legislação que assegure a adoção do manejo sustentável no aproveitamento dos recursos naturais, a fim de garantir sua utilização futura;
- MS** - Criar mecanismos no âmbito nacional, visando à delimitação de área de plantio de cana-de-açúcar nos municípios, visando o fortalecimento e a diversificação das monoculturas existentes;
- MS** - Implantar tecnologia adequada nas regiões agrícolas que precisam de curvas de nível nas lavouras e pastagem e com isto evitar problemas com erosão criando parcerias no fornecimento de equipamentos e na assistência técnica;



- MS** - Aprovar legislação estadual e nacional proibindo a prática de queimadas da palha de cana-de-açúcar e fazer vigorar imediatamente;
- MS** - Fiscalizar o cumprimento da legislação de Reserva Legal em pequenas e médias propriedades rurais arrendadas para fins de cultivo de cana-de-açúcar destinada à indústria sucroalcooleira ou exploração de atividades agropecuárias;
- MS** - Propor projeto de lei que determine a construção de novas usinas de açúcar e álcool a uma distância mínima de 50km da sede do município e o mais distante possível dos grandes rios, evitando que o plantio de cana encoste no perímetro urbano.
- MS** - Estimular o aumento da produtividade e a sustentabilidade da produção em áreas já abertas, especialmente promovendo a recuperação de áreas degradadas e boas práticas de manejo agropastoris e de silvicultura com redução de impostos ou financiamento para recuperação de áreas;
- MS** - Fortalecer e, quando necessário, implementar o Licenciamento Ambiental de Atividades Agropecuárias de atividades de médio e alto impacto;
- MS** - Cumprir a Legislação Ambiental intensificando a fiscalização nas empresas poluidoras e em áreas que poderão ser utilizadas em arrendamento para o cultivo da cana-de-açúcar e outras atividades agropecuárias;
- MS** - Proibir a queima de cana-de-açúcar, visando à redução do impacto ambiental e proteção da fauna;
- MS** - Desenvolver e/ou apoiar técnica para utilização de fertilizantes naturais no manejo agrícola em parceria com Instituição de Ensino Superior (IES);
- MS** - Criar e apoiar iniciativas relacionadas à socioagroecologia, bem como projetos pilotos de implantação de técnicas rurais sustentáveis;
- MS** - Promover mais incentivo fiscal para o biodiesel feito através de óleo vegetal como, por exemplo, no pinhão manso que se adapta em nossa região (Mato Grosso do Sul) e outros;
- MS** - Realizar parcerias público-privadas para conservação de solos e água;
- MS** - Criar dispositivos legais para o controle da prática de pulverização aérea que visem garantir a conservação e preservação da coleção hídrica (rios, lagos, mananciais), incentivando o uso do controle biológico em atividades agropastoris;
- MT** - Desenvolver e implementar estratégias político-institucionais e de orientação técnica para manejo agrícola sem a utilização de queimadas, incentivando principalmente o uso múltiplo da floresta (PMFS-NM) e a implementação de SAF – Sistemas Agros florestais;
- MT** - Estabelecer metas socialmente e ambientalmente sustentáveis para mitigação dos efeitos de prática de queimadas no entorno de 10 km dos perímetros urbanos, especialmente na colheita de cana-de-açúcar;
- MT** - Manter, incentivar e Disseminar boas práticas de produção agropecuária e silvicultura, tais como o planejamento integrado da propriedade, a conservação de solo e água, o manejo integrado de pragas, a produção diversificada (policultivo), a inclusão de atividades florestais e extrativistas, o aproveitamento multifuncional de faixas vegetadas com espécies nativas entre cultivos, o plantio direto, a integração lavoura-pecuária e a criação de animais silvestres que reduza a geração de gases de efeito estufa e que promova o desenvolvimento sustentado e que contemple os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo;
- MT** - Garantir e financiar a implantação de programas sustentáveis que viabilizem a agricultura orgânica e a agroecologia, levando em conta as especificidades locais;
- PA** - Estabelecer diretrizes de práticas de plantio direto, favorecendo dessa forma a manutenção dos nutrientes do solo;
- PA** - Implementar projetos de substituição da mecanização tradicional por alternativas de produção conservacionista (tipitamba, tração animal e micro tratores) na produção agropecuária familiar;
- PA** - Promover políticas públicas de verticalização da cadeia produtiva agropecuária (agroindustrias);
- PA** - Implementar ações alternativas ao uso do fogo nas atividades agropecuárias, fomentadas através de projetos voltadas a essas ações;
- PA** - Melhorar o atendimento na assistência técnica de extensão rural-(ATER) através de capacitação com bases agroecológicas e investimento em pesquisas nas culturas regionais, fortalecendo associações e cooperativas e comunidades que se propõe a produzir de forma agroecológicas e fortalecer os órgãos oficiais de assistência técnica e extensão rural da Amazônia;
- PA** - Estruturar os órgãos ambientais e fundiários para agilizar os licenciamentos ambientais;
- PB** - 1.2.18.Criação de bancos de sementes e viveiros para a produção de mudas de espécies nativas como forma de proteger o solo, a fauna e a flora;
- PB** - 1.2.20. Combate às queimadas, ao desmatamento e ao extrativismo mineral desordenado, através da conscientização e fiscalização mais efetivas;
- PB** - 1.2.23. Incentivo à orientação técnica, com práticas de manejo em agropecuárias que preservem o solo: plantio direto; rotação de culturas; manutenção da cobertura vegetal (viva ou morta); plantio em nível;
- PB** - 1.2.33. Corrigir a fertilidade do solo, com orientação e assistência técnica especializada em Agroecologia;
- PB** - 1.2.34. Fortalecer a Agricultura Familiar através de alternativas como Cooperativismo/associativismo e/ou redes pela sustentabilidade sócio-econômica e Ambiental;
- PB** - 1.2.37. Preservar e Recuperar as espécies frutíferas nativas;
- PB** - 1.2.44. Buscar parcerias com entidades do setor financeiro para o financiamento das atividades agropecuárias auto-sustentáveis;
- PB** - 1.2.45. Incentivar a prática da apicultura utilizando a criação em colméias programadas com utilização e cultivo da flora nativa da caatinga;
- PB** - 1.2.48.Garantir e aplicar assistência técnica e orientação de combate à prática das queimadas;
- PB** - 1.2.58.Favorecer a prática da Agroecologia nos espaços produtivos;
- PB** - 1.2.73.Implantação do sistema SAF'S;
- PB** - 2.6.45. Promover assistência técnica para produção agro-ecológica adequada ao semi-árido;
- PB** - 1.1.73.Estimular um modelo de desenvolvimento rural sustentável para a agricultura familiar;
- PB** - 2.2.19. Buscar viabilizar o cultivo de produtos orgânicos para não contaminar os mananciais;
- PB** - 2.2.40. Analisar, corrigir e conservar o solo visando maior produtividade das culturas existentes minimizando o assoreamento dos mananciais;
- PE** - Ampliar as ações de extensão e orientação aos investimentos de agentes financeiros (públicos e privados) e cooperativas de crédito, para implementação de atividades agroflorestais, agrosilvopastoris, manejo florestal sustentável e de recursos pesqueiros que preservem a biodiversidade
- PI** - Promover e fomentar ações decorrentes de projetos apoiados pelo FNMA, que visem a recuperação de áreas degradadas e desertificadas.
- PR** - Construir uma nova matriz tecnológica, introduzindo a agroecologia como política pública (por ser primordial para todas as regiões), com incentivos financeiros e técnicos, dos governos federal, estadual e municipal. As práticas agroecológicas trazem entre outros benefícios, a retenção de: CO₂, de água no sistema, o aumento da biodiversidade e a permanência do ser humano no campo, fazendo com que se produza mais alimentos e com melhor qualidade;
- PR** - Proibir novas áreas de lavoura para o biocombustível, ou seja, aproveitar a área existente. Incorporar outras tecnologias para uso de novas culturas não comestíveis para produção de biodiesel;

PR - Realizar estudos de impacto ambiental, considerando a emissão de GEE para programas de produção de biocombustível em grandes empreendimentos agropecuários, limitando a área de plantio, com percentual por propriedade. A instalação de usinas deve ser microrregional, e com a participação dos trabalhadores nos lucros das indústrias do setor biocombustível;

PR - Proibir a queima de cana em qualquer situação, estabelecendo um limite de prazo para a eliminação total desse procedimento;

PR - Limitar, por meio de zoneamento, as áreas destinadas à cultura da cana e oleaginosas, exigindo-se que a implantação dessa cultura só seja aprovada mediante o cumprimento integral das obrigações sociais, e ambientais legais como manutenção da reserva legal, proteção das áreas de preservação permanente e mata ciliar;

PR - Difundir as práticas recomendadas do plantio direto para áreas agrícolas, como uso adequado do solo e irrigação; adotando medidas punitivas aos agricultores que não procedam a conservação e proteção adequada dos recursos naturais em suas propriedades, com aumento da fiscalização ambiental em todos os níveis e com políticas públicas isentas de influência do grande capital, estruturando o setor público ambiental e de extensão rural com recursos humanos e materiais suficientes e adequados para cumprir com suas funções;

PR - Definir, através dos órgãos governamentais, a prioridade de área da cultura a ser plantada;

PR - Instituir incentivos fiscais para a instalação de biodigestores nas áreas de criação de gado bovino e suíno, com informação e apoio tecnológico dos órgãos competentes. Onde não for economicamente viável, que sejam viabilizadas alternativas de produção menos impactantes, como leite seco de dejetos para a suinocultura e pecuária ao ar livre;

PR - Intensificar os programas de conscientização para o agricultor, em relação ao manejo correto dos solos e água;

PR - Ampliar as normas técnicas para que os novos projetos de engenharia na área agropecuária, contemplem a captação de água da chuva, para que sejam aprovados;

RJ - Estabelecer diretrizes de sustentabilidade ambiental e conservação do solo nas práticas de pecuária extensiva;

RJ - Reduzir gradativamente a aplicação de fertilizantes nitrogenados (NO₂) e fosforados, ampliando as técnicas de controle biológico de pragas e o melhoramento genético de espécies plantadas;

RN - Incentivar projetos que propiciem o uso dos dejetos da criação de bovinos, ovinos, caprinos e suínos em biodigestores, para produção de gás como substituto de combustíveis fósseis;

RN - Fortalecer a agricultura familiar nos princípios da agroecologia, através da assistência técnica e extensão rural contínua, visando contribuir para a ampliação do sequestro de carbono;

RN - Fomentar a utilização de cercas vivas na divisão de propriedades rurais e o sombreamento de pastagens, como forma de contribuir para compensar as emissões de gases de efeito estufa;

RN - Criar mecanismos de Apoio à implantação do agroflorestamento;

RN - Implementar o Plano Nacional de Biodiesel, criando mecanismos legais e fiscais de incentivo a culturas agrícolas que forneçam insumos para a produção de Biodiesel e garantindo o fornecimento de sementes e a comercialização do produto, com ênfase na agricultura familiar e fixação do homem no campo e a plena participação do setor produtivo e acadêmico;

RN - Promover a divulgação dos recursos do programa de crédito fundiário do governo federal que estabelece medidas de proteção a áreas de reservas legais e de preservação permanente;

RO - Incentivar e subsidiar a produção e comercialização de produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar sustentável;

RO - Estabelecer com apoio do poder público, selo de qualidade do pequeno produtor com parâmetros progressivos até aos altos padrões internacionais, emitidos pelas instituições reconhecidas nas devidas áreas afins, oferecendo assessoria técnica ao manejo sustentável;

RO - Criar mecanismos legais de indução à pecuária semi-intensiva e limitar a ampliação de áreas destinadas à pecuária extensiva no estado;

RO - Desenvolver e incentivar alternativas ao uso do fogo na limpeza de terrenos e renovação de pastagens;

RO - Restringir seriamente a atividade pecuária na Amazônia da seguinte forma: a) impedir a expansão da área atualmente utilizada; b) incluir a restrição no Zoneamento Ecológico Econômico;

RO - Desenvolver mecanismos para incentivar os produtores rurais na produção de biomassa, garantindo o apoio técnico e estimular o beneficiamento, a aplicação e a comercialização da produção, com parceria dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal);

RO - Criar programas de incentivo a famílias que realizarem a compostagem, isentando de impostos ou comprando adubo produzido;

SC - Controlar o plantio para biocombustível, através de instrumento regulador, evitando a ocupação de grandes áreas de monocultura, o que resultaria em perda da biodiversidade;

SC - Promover e incentivar a certificação descentralizada de toda a cadeia de custódia de produtos agropecuários, incluindo critérios ambientais e sociais;

SC - Subsidiar programas que auxiliem os produtores da agricultura familiar e populações quilombolas no acesso à certificação dos seus produtos;

SC - Integrar e aperfeiçoar os programas de recuperação de áreas degradadas, incentivando os proprietários rurais para a manutenção e/ou reposição da vegetação nativa;

SC - Subsidiar o georeferenciamento das propriedades rurais que estejam enquadradas na agricultura familiar;

SE - CRIAR REGULAMENTAÇÃO DO CULTIVO E QUEIMA DA CANA-DE-AÇÚCAR, LIMITANDO A ÁREA DE EXPANSÃO DESSA CULTURA;

SP - Manejar adequadamente os solos, reduzindo a quantidade de áreas e gradeações, para se evitar processos erosivos e a lixiviação dos solos.

SP - Desenvolver política efetiva para a utilização de áreas alteradas existentes para a agricultura visando à erradicação do desmatamento.

SP - Proibir a prática de queimadas, e fomentar a colheita mecânica, para a cultura da cana-de-açúcar, além de iniciar imediatamente a capacitação e qualificação da mão-de-obra do setor canavieiro, para as novas necessidades do setor, e direcionando o excedente desta, para outros setores da agricultura e para outras atividades de desenvolvimento rural de baixo impacto ambiental;

SP - Proibição de financiamentos com recursos públicos para projetos de pecuária extensiva, incentivando sistemas de pecuária e intensiva e semi-intensiva;

SP - Incentivar a implantação da cadeia produtiva do biodiesel, priorizando a diversidade de espécies vegetais como o pinhão manso, nabo forrageiro ou outras espécies que não causem elevação do custo da cadeia produtiva dos alimentos, democratizando o acesso e comercialização do biodiesel entre comunidades produtivas de agronegócio voltados a agricultura familiar;

Propostas de Síntese

11 - Promover e incentivar a substituição da prática de queimadas no cultivo da cana-de-açúcar por programa de colheita mecanizada, além de qualificar a mão-de-obra para o setor e direcioná-la para outras atividades agrícolas;

21 - Fortalecer e agilizar o Licenciamento Ambiental nas propriedades agrícolas destinadas à produção de biocombustíveis, limitando o plantio para áreas já desmatadas;

27 - Garantir o apoio técnico aos produtores rurais, estimular o beneficiamento dos dejetos da criação de bovinos, ovinos, caprinos e suínos em biodigestores, a utilização de biomassa para produção de gás como substituto de combustíveis fósseis;



- 28** - Contemplar, nos programas de agricultura familiar, o manejo sustentável das áreas agrícolas e os princípios da agroecologia, promovendo a assistência técnica e extensão rural, visando contribuir para o seqüestro de carbono;
- 29** - Promover apoio técnico-financeiro aos produtores rurais que propicie a realização da produção orgânica, recuperação e conservação do solo;
- 30** - Estimular alteração da dieta alimentar dos bovinos a fim de reduzir a quantidade de gases liberados no processo digestivo;
- 31** - Fomentar a utilização de cercas vivas na divisão de propriedades rurais e o sombreamento de pastagens, como forma de compensação das emissões de gases de efeito estufa;
- 32** - Incentivar a prática da pecuária intensiva e semi-intensiva e estabelecer diretrizes de sustentabilidade ambiental e conservação do solo de áreas destinadas à pecuária extensiva;
- 33** - Promover e incentivar a certificação descentralizada de toda a cadeia de custódia de produtos agropecuários, subsidiando os pequenos produtores rurais ao acesso à certificação e comercialização dos seus produtos, incluindo critérios ambientais e sociais;
- 34** - Incentivar e ampliar ações de orientação e extensão dos investimentos financeiros (públicos e privados) e cooperativas de crédito, além de desenvolver estratégias político-institucionais de orientação técnica na implementação de atividades agroflorestais, agrosilvipastoris, agroextrativistas, agroecológicas, agricultura orgânica e manejo florestal sustentável nas atividades agropecuárias;
- 35** - Promover e fomentar programas e ações de recuperação de áreas degradadas, estimulando o aumento da produtividade e a sustentabilidade da produção em áreas já abertas.
- 37** - Desenvolver e apoiar técnicas para utilização de fertilizantes naturais no manejo agrícola reduzindo gradativamente a aplicação de fertilizantes nitrogenados (NO₂)
-

Energia

Texto Original

Propor e utilizar instrumentos econômicos para favorecer o uso de fontes alternativas e renováveis de energia;

Destaques

Supressão Parcial

RO - Propor e utilizar instrumentos econômicos para favorecer o uso de fontes alternativas **e renováveis de energia;**

Substitutiva

RR - **Propor e utilizar** Definir mecanismos com o apoio de instrumentos econômicos para favorecer o uso de fontes alternativas e renováveis de energia.

Aditiva

CE - Propor e utilizar instrumentos econômicos para favorecer o uso de fontes alternativas e renováveis de energia, respeitando as especificidades dos ecossistemas regionais;

PR - Propor e utilizar instrumentos econômicos para favorecer o desenvolvimento e o uso de fontes alternativas e renováveis de energia e utilização de sistema co-geração;

RS - Propor e utilizar instrumentos econômicos para favorecer o uso de fontes alternativas e renováveis de energia, reservando pelo menos 50% dos recursos do BNDS para a parte energética com este perfil;

Propostas de Síntese

2 - Definir mecanismos com o apoio de instrumentos econômicos para favorecer o desenvolvimento e o uso de fontes alternativas e renováveis de energia, respeitando as especificidades dos ecossistemas regionais, reservando pelo menos 50% dos recursos do BNDES para a parte energética com este perfil.

Texto Original

Adotar ações que visem a eficiência energética, como por exemplo, a iluminação e o controle térmico eficiente em prédios residenciais e comerciais, a troca de equipamentos obsoletos que consomem mais energia, etc;

Destaques

Substitutiva

PR - **Adotar ações que visem** Exigir de imediato, através de legislação específica, que a eficiência energética, como **por exemplo;** a iluminação e o controle térmico eficiente em prédios **públicos,** residenciais e comerciais, a troca de equipamentos obsoletos que consomem mais energia, adaptação de sistema de resfriamento para transferência de energia, onde a água fria seja utilizada para consumo e energia extraída (geotérmica) transferida de forma direta ou indireta para outros fins etc;

SC - Adotar ações que visem a eficiência energética, como por exemplo, a iluminação e o controle térmico eficiente em prédios residenciais e comerciais, a troca de equipamentos obsoletos **por mais eficientes que consumam mais energia, etc;**

Aditiva

BA - Adotar ações que visem à eficiência energética, como por exemplo, a iluminação e o controle térmico eficiente em prédios residenciais e comerciais e propriedades rurais, a troca de equipamentos obsoletos que consomem mais energia, arquitetura bioclimática, fortalecendo os programas PROCEL e COMPET, etc.;

RS - Adotar ações que visem a eficiência energética, como por exemplo, a iluminação e o controle térmico eficiente em prédios residenciais e comerciais, a troca de equipamentos obsoletos que consomem mais energia, etc, **com prazos progressivos que tenham como cenário de pelo menos a substituição destes itens, em 50% até 2012;**

Propostas de Síntese

4 - Exigir de imediato, através de legislação específica, adoção de medidas de eficiência energética, como a iluminação e o controle térmico eficiente em prédios públicos, residenciais e comerciais, a troca de equipamentos obsoletos por mais eficiente, adaptação de sistema de resfriamento para transferência de energia, onde a água fria seja utilizada para consumo e a energia extraída seja transferida de forma direta ou indireta para outros fins, determinando prazos para que as medidas de eficiência energética sejam adotadas.

Texto Original

Fortalecer tecnologias de energia renovável mais maduras / consolidadas, que atualmente são competitivas no mercado de energia (hidrelétricas e biomassa);

Destaques

Supressão Total da Proposta

MA - Supressão Total da Proposta

SC - Supressão Total da Proposta

Substitutiva

PR - Fortalecer **e aprimorar** tecnologias de energia renovável **como a solar-térmica, solar fotovoltaica em áreas remotas, fazendas eólicas, biomassa para co-geração; com recuperação e aproveitamento de gás carbônico e metano, e uma adequada ocupação e uso do solo na expansão dos biocombustíveis; mais maduras / consolidadas, que atualmente são competitivas no mercado de energia (hidrelétricas e biomassa);**



RS - Fortalecer tecnologias de energia renovável mais maduras/consolidadas, que atualmente são **competitivas-no-mercado pequenas centrais descentralizadas** de energia (hidrelétricas e biomassa) **sustentáveis com respeito à biodiversidade**;

Aditiva

CE - Fortalecer tecnologias de energia renovável **de curto prazo**, mais maduras / consolidadas, que atualmente são competitivas no mercado de energia (hidrelétricas e biomassa);

Propostas de Síntese

5 - Supressão Total da Proposta

6 - Fortalecer e aprimorar, a curto prazo, tecnologias de energia renovável como a solar-térmica, solar fotovoltaica, fazendas eólicas, biomassa para co-geração; com recuperação e aproveitamento de gás metano, e uma adequada ocupação e uso do solo na expansão dos biocombustíveis, estimulando o estabelecimento da geração distribuída de energia, de acordo com os critérios de sustentabilidade.

Texto Original

Fortalecer tecnologias de energia renovável que são competitivas em situações especiais: solar-térmica, solar fotovoltaica em áreas remotas, fazendas eólicas, etanol de cana-de-açúcar, biomassa para co-geração;

Destaques

Substitutiva

MA - Fortalecer tecnologias de energia renovável que são competitivas em situações especiais: solar-térmica, solar fotovoltaica **em áreas remotas; fazendas eólicas**, etanol de cana-de-açúcar, biomassa para co-geração; **(Hidrelétricas e biomassa)**

Aditiva

PR - Fortalecer tecnologias de energia renovável que são competitivas em situações especiais: **como a** solar-térmica, solar fotovoltaica em áreas remotas, fazendas eólicas, etanol de cana-de-açúcar, biomassa para co-geração **com recuperação e aproveitamento de gás carbônico e metano, e uma adequada ocupação e uso do solo na expansão dos biocombustíveis**;

RS - Fortalecer tecnologias de energia renovável que são competitivas em situações especiais: solar-térmica, solar fotovoltaica em áreas remotas, fazendas eólicas, etanol de cana-de-açúcar, biomassa para co-geração, **prezando por investimentos em produção sustentável com uso da biodiversidade em cultivo de agro-combustíveis em permacultura com plantas nativas, como as palmeiras e oleaginosas**;

SC - Fortalecer tecnologias de energia renovável **e limpa** que são competitivas em situações especiais: solar-térmica, solar fotovoltaica em áreas remotas, fazendas eólicas, **marinhas, fluviais**, etanol de cana-de-açúcar, biomassa para co-geração;

TO - Fortalecer tecnologias de energia renovável que são competitivas em situações especiais: solar-térmica, solar fotovoltaica em áreas remotas, fazendas eólicas, etanol de cana-de-açúcar, **batata doce, etc**; biomassa para co-geração;

Propostas de Síntese

7 - Fortalecer tecnologias de energia renovável que são competitivas em situações especiais: solar-térmica, solar fotovoltaica em áreas remotas, fazendas eólicas, energia das marés, etanol de cana-de-açúcar, biomassa para cogeração com recuperação e aproveitamento de gás metano, prezando por investimentos em produção sustentável.

Texto Original

Substituir combustíveis fósseis por fontes renováveis de energia com o fim de prover calor (biomassa, geotermia ou solar) ou eletricidade (energia eólica, solar, hídrica e bioenergia), assim como por sistemas de co-geração;

Destaques

Substitutiva

CE - **Substituir Fomentar a substituição de** combustíveis fósseis **e carvão vegetal** por fontes renováveis de energia com o fim de prover calor (biomassa, geotermia ou solar) ou eletricidade (energia eólica, solar, hídrica e bioenergia), assim como por sistemas de co-geração;

Aditiva

RR - Substituir combustíveis fósseis por fontes renováveis de energia com o fim de prover calor (biomassa, **geotermia** ou solar) ou eletricidade (energia eólica, solar, hídrica e bioenergia), assim como por sistemas de co-geração.

Propostas de Síntese

8 - Fomentar a substituição de combustíveis fósseis e carvão vegetal por outras fontes renováveis de energia com o fim de prover calor (biomassa, geotermia ou solar) ou eletricidade (energia eólica, solar, hídrica e bioenergia), assim como por sistemas de co-geração.

Texto Original

Reduzir emissões fugitivas de combustíveis fósseis;

Destaques

Substitutiva

CE - **Reduzir Buscar formas de aproveitamento das** emissões fugitivas de combustíveis fósseis **e resíduos não reaproveitados**;

Aditiva

MG - Reduzir emissões fugitivas de combustíveis fósseis, **utilizando os filtros apropriados para reduzir a emissão de gases oriundos de motores de combustão a diesel**;

Propostas de Síntese

9 - Buscar formas de redução e aproveitamento das emissões fugitivas de combustíveis fósseis, com utilização de equipamentos apropriados.

Texto Original

Estimular a geração de energia descentralizada nos locais apropriados, como por exemplo, utilização de geradores descentralizados de energia renovável em regiões rurais e/ou isoladas;

Destaques**Substitutiva**

AM - Estimular a geração **descentralizada** de energia **descentralizada nos locais apropriados, como por exemplo, utilização de geradores descentralizados de energia renovável em regiões rurais e/ou isoladas elétrica, preferencialmente por fontes renováveis, nas regiões e comunidades que não estão incluídas no sistema nacional interligado de energia elétrica, priorizando a região amazônica.**

PR - Estimular a geração **distribuída** de energia **descentralizada** nos locais apropriados, como por exemplo, utilização de geradores descentralizados de energia renovável **de baixo impacto** em regiões rurais e/ou isoladas **inclusive PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas);**

SC - Estimular a geração de energia descentralizada nos locais apropriados, como por exemplo, utilização de geradores descentralizados de energia **limpa renovável** em regiões rurais e/ou isoladas;

Aditiva

TO - Estimular a geração de energia descentralizada nos locais **apropriados, cujo atendimento não seja viável por sistema convencional,** como por exemplo, utilização de geradores descentralizados de energia renovável em regiões rurais e/ou isoladas;

Propostas de Síntese

10 - Estimular a geração distribuída de energia por fontes renováveis e de baixo impacto ambiental, nas regiões e comunidades que não estão incluídas no sistema nacional interligado de energia elétrica.

Texto Original

Incentivar a melhoria da gestão ambiental nos projetos agrícolas e florestais destinados a produção de insumos energéticos, tais como cana de açúcar, oleaginosas e madeira destinadas à produção de biocombustíveis e carvão vegetal de origem plantada;

Destaques**Supressão Parcial**

RS - Incentivar a melhoria da gestão ambiental nos projetos agrícolas e florestais destinados a produção de insumos energéticos, tais como cana de açúcar, oleaginosas e madeira destinadas à produção de biocombustíveis; **e carvão vegetal de origem plantada;**

Substitutiva

PR - **Incentivar a melhoria da gestão ambiental nos projetos agrícolas e florestais destinados a produção de insumos energéticos; Exigir através de legislação a gestão ambiental nos projetos de agronegócio com ênfase aos deswtindos a produção e insumos energéticos** tais como cana de açúcar, oleaginosas e madeira destinadas à produção de biocombustíveis e carvão vegetal de origem plantada, **desde que exista ZEE (Zoneamento Ecológico Econômico);**

RR - **Incentivar Estabelecimento de políticas públicas no sentido da na** melhoria da gestão ambiental nos projetos agrícolas e florestais destinados a produção de insumos energéticos, tais como cana de açúcar, oleaginosas, madeira destinadas à produção de biocombustíveis e carvão vegetal de origem plantada.

Aditiva

DF - Incentivar a melhoria da gestão ambiental, **inibindo abertura de novas áreas,** nos projetos agrícolas e florestais destinados a produção de insumos energéticos, tais como cana de açúcar, oleaginosas e madeira destinadas à produção de biocombustíveis e carvão vegetal de origem plantada;

TO - Incentivar a melhoria da gestão ambiental **com responsabilidade sócio-ambiental** nos projetos agrícolas e florestais destinados a produção de insumos energéticos, tais como cana de açúcar, **batata doce, etc;** oleaginosas e madeira destinadas à produção de biocombustíveis e carvão vegetal de origem plantada;

Propostas de Síntese

12 - Incentivar e exigir, através de políticas públicas e instrumentos legais como o ZEE (Zoneamento Ecológico Econômico), a gestão ambiental nos projetos de agronegócio com ênfase na produção de insumos energéticos, tais como: cana de açúcar, oleaginosas e madeira destinadas à produção de biocombustíveis e carvão vegetal de origem plantada.

Texto Original

Fortalecer a participação de produtos da biodiversidade na produção de combustível alternativo;

Destaques**Aditiva**

AC - Fortalecer, **subsidiar e manter pesquisas para** a participação de produtos da biodiversidade na produção de combustível alternativo;

PR - Fortalecer a participação de produtos da biodiversidade na produção de combustível alternativo, **preservando a área destinada a produção de alimentos;**

TO - Fortalecer a participação **sustentável** de produtos da biodiversidade na produção de combustível alternativo;



Propostas de Síntese

13 - Fortalecer, subsidiar e manter pesquisas para a participação sustentável de produtos da biodiversidade na produção de combustível alternativo, preservando a área destinada à produção de alimentos.

Texto Original

Fortalecer a participação de Povos e Comunidades Tradicionais na produção sustentável de biocombustíveis a partir de produtos do extrativismo ou de resíduos de sua transformação;

Destaques

Supressão Total da Proposta

PR - Fortalecer a participação de Povos e Comunidades Tradicionais na produção sustentável de biocombustíveis a partir de produtos do extrativismo ou de resíduos de sua transformação;**Supressão Total da Proposta**

Substitutiva

RR - **Fortalecer Ampliar por meio de instrumentos econômicos** a participação de Povos **indígenas, não indígenas** e Comunidades Tradicionais na produção sustentável de biocombustíveis a partir de produtos do extrativismo ou de resíduos de sua transformação.

Aditiva

AP - Fortalecer a participação de Áreas Quilombolas e áreas indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Ribeirinhas na produção sustentável de biocombustíveis a partir de produtos do extrativismo ou de resíduos de sua transformação;

DF - Fortalecer a participação de Povos e Comunidades Tradicionais na produção **e no uso** sustentável de biocombustíveis a partir de produtos do extrativismo ou de resíduos de sua transformação **de acordo com a característica da região**;

MA - Fortalecer a participação de Povos e Comunidades Tradicionais na produção sustentável de biocombustíveis a partir de produtos do extrativismo ou de resíduos de sua transformação;**com sua participação nos processos decisórios e respeitando as especificidades de sua cultura**;

RS - Fortalecer a participação de Povos e Comunidades Tradicionais **e agricultura familiar** na produção sustentável de biocombustíveis, a partir de produtos do extrativismo ou de resíduos de sua transformação;

TO - Fortalecer a participação **e oferecer suporte técnico de aos** Povos e **às** Comunidades Tradicionais **e indígenas, assentamentos rurais** na produção sustentável de biocombustíveis a partir de produtos do extrativismo ou de resíduos de sua transformação;

Propostas de Síntese

14 - Supressão Total da Proposta.

15 - Ampliar, por meio de instrumentos econômicos e oferecimento de suporte técnico, a participação de Povos Indígenas e de Comunidades Tradicionais (Quilombolas, Ribeirinhas) na produção e no uso sustentáveis de biocombustíveis a partir de produtos do extrativismo ou de resíduos de sua transformação, respeitando as especificidades regionais.

Texto Original

Fortalecer os Programas de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores PROCONVE (automóveis) e PROMOT (motocicletas) fixando prazos, limites máximos de emissão e estabelecendo exigências tecnológicas para veículos automotores, nacionais e importados;

Destaques

Substitutiva

PR - **Fortalecer Exigir a implantação dos os** Programas de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores PROCONVE (automóveis) e PROMOT (motocicletas) **e o incentivo ao uso de motores elétricos, motores sem combustão interna, como motores a ar**, fixando prazos, limites máximos de emissão e estabelecendo exigências tecnológicas para veículos automotores, nacionais e importados, **fiscalizando de acordo com a legislação vigente**;

RR - Fortalecer **Estabelecimento de novos** os Programas de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores PROCONVE (automóveis) e PROMOT (motocicletas) fixando prazos, limites máximos de emissão e estabelecendo exigências tecnológicas para veículos automotores, nacionais e importados.

Propostas de Síntese

16 - Fortalecer os Programas de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores PROCONVE (automóveis) e PROMOT (motocicletas) fixando prazos, limites máximos de emissão e estabelecendo exigências tecnológicas para veículos automotores, nacionais e importados e incentivar o uso de motores elétricos e motores sem combustão interna.

Texto Original

Promover o aumento da eficiência energética para a conversão de energia primária em outras formas de energia em atividades energo-intensivas como a mineração, o refino, etc;

Destaques

Substitutiva

RR - Promover **o desenvolvimento de tecnologias máquinas buscando minimizar otimizar a perda de energia e consequente** aumento da eficiência energética para a conversão de energia primária em outras formas de energia em atividades energo-intensivas como a mineração, o refino, etc.

Propostas de Síntese

17 - Promover o desenvolvimento de tecnologias buscando minimizar a perda de energia e conseqüente aumento da eficiência energética para a conversão de energia primária em outras formas de energia em atividades energo-intensivas como a mineração, o refino, etc.

Texto Original

Incentivar a coleta de efluentes gasosos da indústria de carvão vegetal, queimando o metano preferencialmente para geração de energia;

Destaques

Substitutiva

DF - **Incentivar Implementar** a coleta de efluentes gasosos da indústria de carvão vegetal **e de aterros sanitários**, queimando o metano preferencialmente para geração de energia;

PR - **Incentivar Exigir a implantação a curto prazo do programa de** a coleta de efluentes gasosos da indústria de carvão vegetal, queimando o metano preferencialmente para geração de energia;

RO - **Incentivar a coleta de efluentes gasosos da indústria de carvão vegetal, queimando o metano preferencialmente para geração de energia;**

incentivar a instalação de processos modernos e eco-eficientes para a produção de carvão vegetal, em que possam ser coletados os gases e voláteis, gerando energia;

SC - Incentivar **a coleta o uso de novas tecnologias que permitam a captação** de efluentes gasosos **da por indústrias que utilizam o** de carvão vegetal, **queimando o metano preferencialmente para objetivando a** geração **adicional** de energia **e a redução das emissões de gases do efeito estufa (GEE) na atmosfera;**

Aditiva

CE - Incentivar a coleta de efluentes gasosos da indústria de carvão vegetal, **enquanto é feito o processo de substituição do mesmo por outras fontes renováveis de energia**, queimando o metano preferencialmente para geração de energia;

MG - Incentivar a coleta de efluentes gasosos da indústria de carvão vegetal, **queimando o metano preferencialmente para geração de energia;**

Propostas de Síntese

18 - Estabelecer, em curto prazo, programa de incentivo para a coleta de efluentes gasosos da indústria de carvão vegetal e de aterros sanitários, queimando o metano, preferencialmente, para geração de energia, reduzindo, assim, a emissão de gases de efeito estufa.

Texto Original

Incentivar o desenvolvimento das várias formas de captura e estocagem de carbono (CCS, na abreviação em inglês);

Destaques

Supressão Total da Proposta

PR - Incentivar o desenvolvimento das várias formas de captura e estocagem de carbono (CCS, na abreviação em inglês); **Supressão Total da Proposta**

RS - Incentivar o desenvolvimento das várias formas de captura e estocagem de carbono (CCS, na abreviação em inglês);

Aditiva

SE - Incentivar o desenvolvimento das várias formas de captura e estocagem de carbono (CCS, na abreviação em inglês) **através de incentivos fiscais;**

Propostas de Síntese

19 - Supressão Total da Proposta.

20 - Promover, através de incentivos fiscais, o desenvolvimento das várias formas de captura e estocagem de carbono (CCS, na abreviação em inglês).

Texto Original

Propor instrumentos econômicos e fiscais para o desenvolvimento e aquisição de veículos que utilizam combustíveis limpos;

Destaques

Substitutiva

PR - Propor instrumentos econômicos e fiscais para o desenvolvimento e aquisição de veículos **que utilizam combustíveis limpos sem combustão intrna para uso coletivo;**

Aditiva

TO - Propor instrumentos econômicos e fiscais para o desenvolvimento e aquisição de veículos que utilizam combustíveis limpos, **promovendo a substituição dos outros veículos;**

Propostas de Síntese

21 - Propor instrumentos econômicos e fiscais para o desenvolvimento e aquisição de veículos que utilizam combustíveis limpos, incentivando a substituição dos veículos antigos, inclusive os de uso coletivo.



Texto Original

Melhorar a qualidade dos combustíveis fósseis disponíveis no mercado, medida indispensável para permitir a introdução de tecnologias avançadas para a redução de emissões de poluentes pelos veículos;

Destaques

Substitutiva

PR - Melhorar a Exigir a melhora da qualidade dos combustíveis fósseis disponíveis no mercado, medida indispensável para permitir a introdução de tecnologias avançadas para a redução de emissões de poluentes pelos veículos;

PR - Melhorar a Exigir a melhora da qualidade **e a fiscalização** dos combustíveis fósseis disponíveis no mercado, medida indispensável para permitir a introdução de tecnologias avançadas para a redução de emissões de poluentes pelos veículos;

Aditiva

ES - Melhorar a qualidade dos combustíveis fósseis disponíveis no mercado, medida indispensável para permitir a introdução de tecnologias avançadas para a redução de emissões de poluentes pelos veículos, **fazendo cumprir a resolução do CONAMA sobre esta matéria;**

RR - Melhorar a qualidade dos combustíveis fósseis **disponíveis no mercado, e integrar as empresas multinacionais nesse contexto,** medida indispensável para permitir a introdução de tecnologias avançadas para a redução de emissões de poluentes pelos veículos.

Propostas de Síntese

22 - Exigir a melhora a qualidade e a fiscalização dos combustíveis fósseis disponíveis no mercado, medida indispensável para permitir a introdução de tecnologias avançadas para a redução de emissões de poluentes pelos veículos.

Texto Original

1.3.17 Promover a repotenciação das usinas hidroelétricas existentes, por meio da autorização para que a energia a ser gerada adicionalmente à já existente possa ser, efetivamente, remunerada a preços de mercado;

Destaques

Supressão Total da Proposta

MG - Supressão Total da Proposta

Supressão Parcial

TO - Promover a repotenciação das usinas hidroelétricas existentes, por meio **da de** autorização **com responsabilidade sócio-ambiental** para que a energia a ser gerada adicionalmente à já existente possa ser, efetivamente, remunerada a preços de mercado;

Substitutiva

DF - Promover a repotenciação das usinas hidroelétricas existentes, por meio **da autorização de substituição de equipamentos de baixa eficiência por equipamentos mais modernos** para que a energia a ser gerada adicionalmente à já existente possa ser, efetivamente, remunerada a preços de mercado;

ES - 1.3.17 Promover a **repotenciação repotencialização** das usinas hidroelétricas existentes, por meio da autorização para que a energia a ser gerada adicionalmente à já existente possa ser, efetivamente, remunerada a preços de mercado;

PR - 1.3.17 **Promover Exigir a implementação de programas para** a repotenciação das usinas hidroelétricas existentes, **para evitar a construção de novas, por meio da autorização para que a energia a ser gerada adicionalmente à já existente possa ser, efetivamente, remunerada a preços de mercado;**

Aditiva

SC - 1.3.17 Promover a repotenciação das usinas hidroelétricas existentes, **com adequação ambiental,** por meio da autorização para que a energia a ser gerada adicionalmente à já existente possa ser, efetivamente, remunerada a preços de mercado;

Propostas de Síntese

23 - Supressão Total da Proposta.

24 - Exigir a implementação de programas para a repotencialização das usinas hidroelétricas existentes, por meio de substituição de equipamentos de baixa eficiência por equipamentos mais modernos, com adequação ambiental e autorização para que a energia a ser gerada adicionalmente à já existente possa ser, efetivamente, remunerada a preços de mercado.

Texto Original

Promover a redução das perdas nos sistemas de transmissão e distribuição de eletricidade, pela definição de indicadores específicos que incentivem as medidas de conservação pelas concessionárias dos respectivos serviços públicos;

Destaques

Substitutiva

PR - Promover **e reconhecer na tarifa, ações que contribuam para** a redução das perdas nos sistemas de transmissão e distribuição de **energia, e monitorar estas perdas; eletricidade, pela definição de indicadores específicos que incentivem as medidas de conservação pelas concessionárias dos respectivos serviços públicos;**

Propostas de Síntese

25 - Promover e reconhecer, na tarifa, ações que contribuam para a redução das perdas nos sistemas de transmissão e distribuição de energia e monitorar estas perdas.

Texto Original

Combater as perdas não-técnicas de energia (“gatos”);

Destaques**Supressão Parcial**

MS - 1.3.19 Combater as perdas não-técnicas de energia (“gatos”);

Substitutiva

PR - Combater as perdas não-técnicas de energia (“gatos”) e **procedimentos irregulares e fomentar a regularização de loteamentos já consolidados e as tarifas sociais;**

RR - **Combater Fortalecer as políticas públicas no sentido de evitar** as perdas não-técnicas de energia (“gatos”).

Aditiva

AC - Combater as perdas **técnicas e** não-técnicas de energia (“gatos”);

DF - Combater as perdas não-técnicas de energia (“gatos”) **garantindo formas de energia mais barata aos consumidores;**

TO - **Orientar, fiscalizar e** combater as perdas não-técnicas de energia (“gatos”), **publicizando as leis e normativas para taxas mínimas e garantindo o acesso de energia elétrica a todos**

Propostas de Síntese

26 - Fortalecer as políticas públicas no sentido de evitar e combater as perdas não-técnicas de energia e procedimentos irregulares, possibilitando menores custos, e divulgar as normas para a adesão à taxa mínima de forma a garantir o acesso de energia elétrica a todos.

Texto Original

Usar incentivos econômicos para a introdução de tecnologias e equipamentos que reduzam o consumo de eletricidade e energia, em todos os setores consumidores;

Destaques**Substitutiva**

PR - **Usar Implantar programas de** incentivos econômicos para a **pesquisa e** introdução de tecnologias e equipamentos **mais eficientes; que reduzam o consumo de eletricidade e energia, em todos os setores consumidores;**

Aditiva

RS - Usar incentivos econômicos para a introdução de tecnologias e equipamentos que reduzam o consumo de eletricidade e energia, em todos os setores consumidores, **coibindo incentivos públicos e privados para empreendimentos que não prezem por maior eficiência energética.**

Propostas de Síntese

27 - Implantar programas de incentivos econômicos para a pesquisa e a introdução de tecnologias e equipamentos mais eficientes, coibindo incentivos públicos e privados para empreendimentos que não prezem por maior eficiência energética.

Texto Original

Apoiar a recuperação das áreas de preservação permanente ao redor das represas das usinas hidroelétricas, com o objetivo de restaurar processos ecológicos e remover carbono da atmosfera através da fotossíntese;

Destaques**Substitutiva**

CE - **Incentivar e cobrar Apoiar** a recuperação das áreas de preservação permanente ao redor das represas das usinas hidroelétricas, com o objetivo de restaurar processos ecológicos e remover carbono da atmosfera através da fotossíntese;

DF - **Apoiar Promover e implementar** a recuperação das áreas de preservação permanente ao redor das represas das usinas hidroelétricas, com o objetivo de restaurar processos ecológicos e remover carbono da atmosfera através da fotossíntese;

MG - **Apoiar Exigir** a recuperação das áreas de preservação permanente ao redor das represas das usinas hidroelétricas, com o objetivo de restaurar processos ecológicos e remover carbono da atmosfera através da fotossíntese;

PI - 01.03.21 - Apoiar a recuperação das áreas de preservação permanente **ao redor no entorno** das represas das usinas hidroelétricas, com o objetivo de restaurar processos ecológicos e remover carbono da atmosfera através da fotossíntese;

PR - **Apoiar a recuperação O empreendedor deve recuperar com espécies nativas e conforme legislação vigente, as áreas de preservação permanente, das áreas de preservação permanente** ao redor **dos reservatórios e promover a gestão ambiental por bacias hidrográficas das represas das usinas hidroelétricas;** com o objetivo de **restaurar processos ecológicos e remover carbono da atmosfera através da fotossíntese recuperar áreas degradadas, sequestrar carbono e melhorar a qualidade e a disponibilidade das águas, sob orientação dos órgãos ambientais e estaduais, ouvidas as universidades que desenvolvem pesquisas na área e/ou órgãos de pesquisa;**

RO - **Apoiar a recuperação Exigir que as usinas hidrelétricas recuperem** as áreas de preservação permanente ao redor das represas **das usinas hidroelétricas,** com o objetivo de restaurar processos ecológicos **Evitar o assoreamento** e remover carbono da atmosfera através da fotossíntese;

RR - **Apoiar a recuperação das Recuperar e Fiscalizar as** áreas de preservação permanente ao redor das represas das usinas hidroelétricas, com o objetivo de restaurar processos ecológicos e remover carbono da atmosfera através da fotossíntese.

SC - **Apoiar Obrigat** a recuperação das áreas de preservação permanente ao redor das represas das usinas hidroelétricas, com o objetivo de restaurar processos ecológicos e remover carbono da atmosfera através da fotossíntese;

SE - **Apoiar Aplicar a Lei para** a recuperação das áreas de preservação permanente ao redor das represas das usinas hidroelétricas, com o objetivo de restaurar processos ecológicos e remover carbono da atmosfera através da fotossíntese;



Aditiva

MA - Apoiar a recuperação das áreas de preservação permanente ao redor das represas das usinas hidroelétricas **e dos rios de sua bacia**, com o objetivo de restaurar processos ecológicos e remover carbono da atmosfera através da fotossíntese;

TO - **Garantir a preservação, conservação** Apoiar a recuperação das áreas de preservação permanente, **ao redor em todas as áreas afetadas das represas** das usinas hidroelétricas, com o objetivo de restaurar processos ecológicos e remover carbono da atmosfera **através da fotossíntese; inclusive áreas indígenas e comunidades tradicionais, com geração de bônus aos municípios e as comunidades afetadas;**

Propostas de Síntese

28 - Incentivar e exigir a recuperação das áreas de preservação permanente ao redor das represas das usinas hidroelétricas e dos rios de sua bacia, com o objetivo de restaurar processos ecológicos e remover carbono da atmosfera através da fotossíntese, de acordo com o estabelecido pelo órgão ambiental.

Texto Original

Dar continuidade ao desenvolvimento de sistemas integrados de gaseificação (ciclo combinado) que permitam maior eficiência energética.

Não existem destaques.

Não existem propostas de síntese.

Texto Original

Promover o uso de processos de pirólise e gaseificação de biomassa para geração de energia (uso em motores a gás).

Destaques

Aditiva

PR - Promover **com controle de emissão atmosférica** o uso de processos de pirólise e gaseificação de biomassa para geração de energia (uso em motores a gás).

Propostas de Síntese

29 - Promover com controle de emissão atmosférica o uso de processos de pirólise e gaseificação de biomassa para geração de energia (uso em motores a gás).

Texto Original

Destaques

Aditiva

AC - Incentivar e apoiar iniciativas de uso de energia limpa

AC - Incentivar alternativas de uso de energia renovável

AL - Normatizar e estimular o uso de energia limpa (eólica, solar, das marés e biomassa), oferecendo alternativas tecnológicas de combate ao desperdício;

AL - Incentivar, de forma equilibrada, o uso de energias limpas nos veículos públicos e nos transportes coletivos;

AL - Ampliar o subsídio para o gás de cozinha e a energia elétrica utilizados pela população de baixa renda, evitando o uso ilegal de madeira da mata nativa, principalmente nas áreas rurais;

AL - Incentivar a implantação de biodigestores para disponibilizar energia para pequenos agricultores;

AM - Utilizar os recursos e subsídios da Conta Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) para a promoção e desenvolvimento de sistemas da geração descentralizada com fontes alternativas renováveis, nas regiões e localidades isoladas do sistema nacional interligado;

AM - Paralisar a construção das hidrelétricas do Rio Madeira e Jirau, previstas no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) para a região amazônica, rediscutindo e dando prioridade para a produção de energia elétrica por fontes alternativas como a energia solar, energia de biomassa, uso de biocombustíveis e mini-hidrelétricas, que proporcionam menores impactos sociais e ambientais;

AM - Viabilizar, através das esferas municipal, estadual e federal, a utilização da reserva de gás natural em todos os municípios da Amazônia para produção de energia e outros minerais;

AM - Incentivar a geração de energia com recursos naturais renováveis (sementes oleaginosas e outros);

AM - Realizar audiências públicas sobre a exploração do potencial energético de todos os rios da Amazônia;

AP - Criar subsídio para aquisição e instalação de fontes de energia alternativas (solar, eólica, etc.).

AP - Estabelecer mecanismos que garantam a melhoria da eficiência energética dos setores produtivos dependentes da lenha como matéria-prima, dando ênfase especial ao subsídio ou implementação de frentes de crédito que tornem viáveis as substituições de fornos a lenha e/ou caldeiras a lenha por similares alimentados por fontes energéticas mais limpas, que façam reposição florestal aonde se originou matéria prima florestal no prazo máximo de dois anos

BA - Desenvolver alternativas energéticas para diminuir o uso da lenha nativa, bem como a divulgação e aplicação de alternativas energéticas sustentáveis, com uso de briquetagem de restos vegetais, para diminuir o uso de lenha;

BA - Incentivar e implementar projetos e ações que priorizem e resultem em uma matriz energética e tecnologias limpas e que sejam realizadas gestões junto aos órgãos financiadores para mudança de regulamentação de forma a facilitar a aprovação dos referidos projetos

BA - Incentivar e implementar projetos e ações que priorizem e resultem em uma matriz energética e tecnologias limpas e que sejam realizadas gestões junto aos órgãos financiadores para mudança de regulamentação de forma a facilitar a aprovação dos referidos projetos.

BA - Incentivar a reciclagem e reuso dos recursos naturais, o desenvolvimento de pesquisas e conservação do Bioma Caatinga, a busca da ecoeficiência e as ações orientadas para uso sustentável do processo ambiental

BA - Estabelecer diretrizes para a geração de energia descentralizada pela produção de biogás (metano) a partir de biomassa residual disponível em atividades pecuárias (suinocultura, criação de aves, gado) e agrícolas (resíduos de cultivos diversos) para produção de energia e calor, substituição de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) usado para aquecimento de aves em granjas e nas cozinhas rurais, por exemplo: deslocando o uso de combustíveis fósseis;

CE - Resgatar o programa de BIOGÁS, incentivando o uso de biodigestores com reaproveitamento da biomassa para produção de energia limpa, ampliando as áreas produtoras de oleaginosas e incentivar a produção de cana de açúcar para biocombustíveis, além de implantar unidades de beneficiamento de mamona e outras oleaginosas.

CE - Incentivar os produtores de matéria-prima para a produção do biodiesel sem a degradação de áreas florestais e incentivo à utilização de biodigestores, substituindo o diesel pelo biodiesel com processo de treinamento e implantação de usinas de beneficiamento, reforçando o consórcio de outras culturas, e estimulando cooperativas de produção, beneficiamento e comercialização.

CE - Regulamentar através de normas específicas a localização, instalação e operação de usinas eólicas.

CE - Incentivar o uso do gás natural e outras formas de energia limpa pelas indústrias e comércios, uso doméstico, diminuindo o uso da lenha;

CE - Criar mecanismos de proteção contra a criação de novas empresas que poluam através de queima de vários tipos de combustíveis, criando alternativas de utilização de energia limpa.

MA - Difundir e incentivar o uso de células de combustíveis para geração de energia doméstica que tem como emissão a água;

MG - A agroenergia deve ser implementada sem a prática do desmatamento e sem comprometer o uso e a ocupação do solo por meio da elaboração de plano de manejo de florestas, plano de manejo para o uso sustentável do solo, de uma maneira geral, incluindo a agricultura familiar e práticas de inclusão social.

MG - Incentivo à implantação de energias limpas, através da redução de impostos e pesquisas.

MG - Incentivo ao uso de energia solar e eólica.

MG - Sistema alternativo de baixo custo (materiais recicláveis) para a geração de energia para pequenos produtores. Realização de cursos de capacitação para a fabricação destes sistemas.

MG - Estabelecimento de metas para a redução de uso de combustíveis fósseis.

MG - Utilizar resíduos gerados pela suinocultura e resíduos sólidos provenientes de esgoto doméstico para a geração de energia alternativa.

MG - Criar, apoiar e implantar programa de coleta de óleos de cozinha para a produção de energia.

MG - Políticas públicas para a redução e minimização do uso de energias não renováveis integrada para todas as atividades consideradas altamente poluidoras.

MG - Incentivar à modernização das indústrias priorizando a utilização de energias limpas.

MG - Incentivar práticas que estejam voltadas para a eficiência energética, ou seja, otimização dos recursos disponíveis.

MG - Implementar, incentivar, coordenar e planejar a aplicação de metodologia de combate ao desperdício de energia mais eficaz.

MG - Deve, urgentemente, criar uma forma de evitar o uso da lenha, criando outras alternativas, como o uso de fogões a álcool, que não são poluentes e altamente seguros.

MG - É preciso educar e orientar os novos empreendedores, no momento de produzir energias relativamente renováveis, a cumprir normas que contemplem o gerenciamento de impactos ambientais, no caso de produção do biodiesel, considerem a diversidade da cultura, evitando a monocultura, evitando o cansaço da terra, que levará à provável desertificação.

MG - Políticas de incentivo a tecnologias limpas e eficiência energética;

MG - Criar, apoiar e implantar programa de coleta de óleos de cozinha para a produção de energia.

MG - Deve-se produzir o biodiesel pensando em sustentabilidade social, não ficando em mãos de multinacionais ou grandes empresas. Deve-se concentrar no pequeno produtor. Deve ser feito em associação com planos de manejo de florestas e solos, para que sua produção não seja às custas de degradação ambiental; incentivar o associativismo e o cooperativismo locais ou regionais; outras práticas de economia solidária.

MG - É preciso educar e orientar os novos empreendedores, no momento de produzir energias relativamente renováveis, a cumprir normas que contemplem o gerenciamento de impactos ambientais, no caso de produção do biodiesel, considerem a diversidade da cultura, evitando a monocultura, evitando o cansaço da terra, que levará à provável desertificação.

MS - Fomentar o uso de placas solares como fonte de energia renovável nas comunidades rurais e urbanas.

MS - Propor instrumentos econômicos no sentido de incentivar o uso de fontes alternativas e renováveis de energia tais como: eólica, solar, biodigestores;

MS - Usar instrumentos econômicos para favorecer o uso de fontes alternativas e renováveis de energia, reduzindo custos;

MS - Estimular a geração de energia descentralizada nos locais apropriados como, por exemplo, a utilização de geradores de energia renovável em regiões rurais e/ou isoladas;

MS - Reduzir o preço de mercado de lâmpadas fluorescentes;

MS - Promover incentivos às empresas e órgãos públicos para obtenção de energia a partir de placas solares como complementação à energia utilizada;

MS - Incentivar utilização de novas fontes de energia alternativas (solar, eólica) facilitando o acesso e o custo acessível aos equipamentos necessários a sua instalação.

MS - Na indústria siderúrgica, exigir o uso obrigatório de biomassa oriundo de reflorestamento na produção de carvão vegetal.

MS - Implementar a oferta de álcool na região produtora com a diminuição do custo final para o consumo varejista ao menor custo;

MS - Usar os resíduos agro-industriais (bagaço de cana, casca de arroz, palha, tortas vegetais) e florestais como combustível em caldeiras e em co-geração, permitindo gerar vapor para processos industriais e energia elétrica para usos cativos e para venda à rede pública urbana, deslocando uso de outros combustíveis de origem fóssil.

MS - Criar e implementar projeto de reutilização do óleo de cozinha na produção de energia, evitando a sua disposição em locais inadequados (cursos d'água, solo etc.);

MS - Criar normas e procedimentos para que o biocombustível produzido seja preferencialmente vendido na região produtora, estimulando o consumo limpo, evitando uso de combustíveis no transporte e provocando a redução de emissões entre outras vantagens;

MS - Alocar recursos para a criação de aterro sanitário, usinas de compostagem e biodigestores para a produção de energia a partir de biogás;

Rever o direito de propriedade rural em caso de reincidência de crimes ambientais;

PA - Criar e implementar programas em parceria com médias e grandes empresas para a execução de projetos que gerem energias alternativas (solar, eólica, etc.);

PA - Priorizar na Região Amazônica a utilização de fontes alternativas de energia tais como a solar, de biomassa e eólica, menos danosas ao meio ambiente;



- PA** - Impedir a instalação de novas usinas termo elétricas movidas a combustível fósseis e fiscalizar as já existentes dentro da federação.
- PA** - Garantir energia alternativa (solar, eólica, biomassa e outras) para povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais que não possuam acesso ao fornecimento de outras formas de energia.
- PB** - 2.6.42. Priorizar a utilização de espécies vegetais exóticas como recurso para fins energéticos. Com controle do plantio de novas plantas;
- PB** - 2.6.57. Propor uma fonte de energia alternativa com o intuito de barrar a devastação do mangue;
- PE** - Diversificar as fontes de geração de energia em todos os biomas, destinando recursos para pesquisa, para implantação de programas de energia eólica e solar, bem como a implantação imediata de projetos de florestamento com espécies nativas, com fins ao atendimento da demanda energética, em prol da conservação dos recursos florestais nativos
- PI** - Gerar gás metano a partir de fermentação anaeróbia e usar esse gás para produzir energia elétrica e uso veicular (ônibus).
- PR** - Implantar programa de incentivo de instalação de biodigestores para o setor de agronegócio com melhor aproveitamento de metano;
- PR** - Criar programa de eletrificação rural com energias renováveis (eólica, solar) para atendimento dos povos e comunidades tradicionais isoladas ou em áreas de preservação ambiental;
- PR** - Incentivar a bioenergia, como política de governo, obedecendo a critérios sócio-ambientais, definidos em Zoneamento Ecológico Econômico, evitando riscos como o aumento das fronteiras agrícolas, o que acarretaria em aumento de áreas desmatadas, ou ainda, na substituição da produção de alimentos por bioenergia;
- PR** - Incentivar a bioenergia, como política de governo, obedecendo a critérios sócio-ambientais, definidos em Zoneamento Ecológico Econômico, evitando riscos como o aumento das fronteiras agrícolas, o que acarretaria em aumento de áreas desmatadas, ou ainda, na substituição da produção de alimentos por bioenergia;
- PR** - Substituir o carvão por gás ou biomassa nas termoeletricas;
- PR** - Avaliar a pertinência da energia elétrica e melhorar a sua eficiência no fornecimento e distribuição;
- PR** - Incentivar os setores produtivos para:
- Readequação de instalações e substituição de máquinas e equipamentos por de baixo consumo de energia;
 - Para melhoria e eficiência de seus equipamentos elétricos;
 - Desenvolver campanhas para readequação de moradias e mudança de hábitos pessoais, visando o menor consumo de energia;
- PR** - Adotar a geração distribuída de energia elétrica, segundo as características de cada região, como estratégia para diversificação da matriz energética, como a utilização de biodigestores para a captação de gás metano e CO₂, principalmente da suinocultura e aterros sanitários;
- PR** - Estimular a diversificação da matriz energética brasileira, excluindo a energia nuclear e a carvão;
- PR** - Incentivar a utilização de geradores de energia elétrica que utilizam resíduos agroindustriais;
- PR** - Reduzir os impostos dos aparelhos que tenham selo "A" do PROCEL, visando a diminuição do seu preço final;
- PR** - Implementar políticas públicas para o uso racional da matriz energética, com isenção de impostos para a aquisição de equipamentos que reduzam os impactos ambientais, tais como: aquecedor solar, cisterna, biodigestor e outros;
- PR** - Editar norma legal que:
- Determine que a agroenergia só deverá ser produzida de forma diversificada e complementar à produção de alimentos, e que a produção de energia não possa, de modo algum, substituir ou colocar em risco a produção de alimentos, nem ser determinada pela lógica do mercado e pelos interesses de lucro das empresas petrolíferas, automobilísticas e do agronegócio;
 - Defenda um modelo energético popular e descentralizado, que expresse as necessidades sociais e as características e potencialidades locais e regionais, e proponha a produção e gestão na forma de pequenas usinas cooperativadas, comunitárias ou familiares, sob o controle dos camponeses e trabalhadores;
 - Garanta à União a normatização e controle da política de soberania energética e defina instrumentos, políticas e instituições públicas com controle social que garantam o papel efetivo do Estado para gerir todo o processo de produção e comercialização de agroenergia no Brasil;
 - Determine um modelo energético sustentável e diversificado onde a agroenergia seja uma das alternativas, ao lado de medidas de eficiência e outras fontes de energia renovável e sustentável;
 - Determine que a agroenergia deve ser produzida para garantir a soberania energética do povo e não para ser exportada com o objetivo de abastecer os países ricos e gerar lucros para o agronegócio e as grandes empresas privadas e transnacionais;
- PR** - Fomentar a pesquisa e financiar a implantação de fontes alternativas de energia;
- PR** - Incentivar a implantação do uso de coletores de energia eólica e solar nas cidades e no campo;
- PR** - Incentivar o emprego da biomassa para geração de energia pública e privada, adotando sistemas de co-geração para maximizar a produção, utilizando-se tanto o calor quanto o vapor de água resultantes do sistema;
- PR** - Utilizar tratores movidos a gás metano e energia elétrica e construir biodigestores;
- PR** - Desenvolver sistemas de reaproveitamento dos materiais residuais oriundos de espécies vegetais, (exemplo: coco vegetal, cana-de-açúcar, fibras) e também a geração de energia através da biomassa desses resíduos;
- RJ** - Fomentar a discussão para estabelecer a política nacional de produção de biocombustível;
- RN** - Estabelecer uma política pública de implantação de novas fontes de energia consideradas mais limpas, como solar, eólica, biomassa entre outras, como também promover a construção de ciclovias e a substituição da matriz energética dos veículos oficiais, transporte coletivo e de cargas por fontes menos poluentes como o álcool, biodiesel, gás natural veicular, etc.
- RN** - Promover a adequação da matriz energética privilegiando as potencialidades locais.
- RN** - Criar um programa para fomentar a utilização de energia solar nas comunidades rurais com financiamento do Estado e da União.
- RN** - Criar linha de crédito para a substituição de tecnologias dependentes do uso da lenha como fonte de energia, por outras fontes mais limpas e/ou eficientes, fomentando parcerias que facilitem o acesso a essas linhas de crédito em cerâmicas, indústrias e similares.
- RO** - Incentivar a formulação e implementação de programas de redução de consumo de energia elétrica, buscando alternativas como a implantação de parques eólicos, utilização da energia solar, respeitando as características geográficas de cada região e sem prejudicar a sua biodiversidade;
- RO** - Ampliar o PROCEL (Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica) e outros programas de economia de energia para as residências e empresas;
- RO** - Gerar energia através da queima de biogás extraído de biomassa;
- SC** - Incentivo à criação e implementação de fazendas eólicas e PCH's;
- SC** - Substituir gradativamente a matriz energética baseada no carvão e criação de programas de incentivo fiscal e ou creditício para a substituição da matriz energética utilizada na indústria, agricultura, transporte, etc.
- SC** - Incentivar e fortalecer os programas de redução de consumo de energia elétrica. Buscando alternativas de energia limpa, como os parques eólicos; biodigestores; energia solar e ondas do mar, respeitando a biodiversidade.
- SC** - Fomento do uso de resíduos de origem agropecuária (suínos, aves, etc.) para compostagem e geração de energia através de biodigestores e biogás.

- SC** - Criar uma legislação específica, que permita que fontes domésticas à base de energia solar, biocombustível e outras sustentáveis possam fornecer seus excedentes à rede pública de energia e que seus proprietários sejam compensados por isto.
- SC** - Que o governo acabe com o incentivo a produção de carvão mineral e continue fomentando políticas de energia limpa.
- SC** - Exigir das fontes geradoras de hidreletricidade, termelétricas e indústrias, a implantação, num prazo máximo de 2 anos, de tecnologias que visem a neutralização de poluentes atmosféricos.
- SC** - Incentivar por instrumentos econômicos a aquisição de equipamentos residenciais de geração de energia alternativa.
- SC** - Promover instrumentos econômicos para a substituição da energia elétrica de fontes fósseis por outras fontes alternativas e renováveis de energia, desenvolvendo de forma imediata um programa de reconversão socioambiental articulado com toda a sociedade visando a paralisação gradativa e definitiva das atividades extrativas e de uso do carvão mineral com metas de curto e médio prazos para a transferência dos trabalhadores deste setor para a implantação de atividades não poluentes tais como, na recuperação de áreas degradadas e o uso de fontes renováveis de energia.
- SC** - Estimular o desenvolvimento tecnológico de utensílios e produtos mais eficientes em termos de consumo de energia, disseminando a selagem por parâmetros tecno-científicos de qualidade e eficiência.
- SC** - Incentivar a substituição gradativa dos utensílios e eletrodomésticos de baixa eficiência energética, considerando a co-responsabilidade, e também a logística reversa, dos grandes consumidores e produtores, que deverão dar o destino final adequado aos aparelhos retirados do uso.
- SC** - Elaborar plano de substituição do carvão mineral de forma gradativa, incentivar o uso de outras fontes renováveis e sustentáveis, garantindo a adaptação socioeconômica do setor.
- SE** - Proibir a construção de novas usinas nucleares no território brasileiro
- SP** - Fomentar, através de incentivos fiscais e mecanismos de financiamento, a utilização de energia sustentável como a solar, eólica, biomassa, gases gerados em aterros sanitários, processos de compostagem e processamento de lodo de aterro sanitário.
- SP** - Estimular nas indústrias, através de incentivos fiscais, o uso otimizado de energia nos seus processos de produção.
- SP** - O Governo Federal deve criar resolução, através da ANEEL, para possibilitar a venda de energia particular de fontes renováveis às concessionárias de distribuição de energia.
- SP** - Incentivar, através de incentivos fiscais e financeiros, a produção própria de energia elétrica em propriedades situadas em áreas remotas, através de pequenos sistemas hidrelétricos e/ou energias alternativas, reduzindo com isso, os custos da transmissão, impedindo novos impactos ambientais.
- SP** - Proibir a fabricação, importação e a comercialização de eletro domésticos com classificação fora dos padrões ABC estabelecidos pelo INMETRO garantindo assim uma boa eficiência energética.
- SP** - Incentivo ao uso de energias alternativas (Modelo de Desenvolvimento Energético).
- SP** - Promover a substituição crescente do uso de combustíveis fósseis;
- SP** - As Indústrias de Siderurgia, instaladas ou que vierem a ser instaladas, deverão, obrigatória e urgentemente comprovar a disponibilidade atual e para os próximos dez anos, do recurso vegetal de Silvicultura com espécies exóticas, ou de nativas oficialmente registradas, além das notas fiscais de compra do Carvão vegetal, necessário a Produção de ferro gusa, dos últimos 3 anos.
- SP** - O Poder Público deve promover e incentivar a coleta,, destinação adequada à reciclagem de óleo de cozinha.
- SP** - O Poder Público deve promover e incentivar a coleta,, destinação adequada à reciclagem de óleo de cozinha.
- TO** - Promover instrumentos para substituição dos aparelhos eletrodomésticos não eficientes pelos certificados pelo PROCEL.

Propostas de Síntese

- 30** - Normatizar, incentivar e apoiar iniciativas de uso de energia renovável (eólica, solar, marés, resíduos, biomassa), levando em consideração critérios de sustentabilidade, utilizando instrumentos econômicos e criando subsídios para substituição, aquisição e instalação dos equipamentos.
- 31** - Incentivar e subsidiar alternativas de fontes sustentáveis de energia em regiões ou atividades que utilizam madeira ilegal, promovendo a realização e a divulgação de pesquisas sobre novas fontes renováveis, levando em consideração as especificidades regionais.
- 32** - Incentivar o uso de energias limpas nos veículos públicos e nos transportes coletivos.
- 33** - Utilizar os recursos e subsídios da Conta Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) para a promoção e desenvolvimento de sistemas da geração descentralizada com fontes alternativas renováveis, nas regiões e localidades isoladas do sistema nacional interligado.
- 34** - Incentivar a geração distribuída de energia, utilizando fontes renováveis e levando em consideração as especificidades regionais e os critérios de sustentabilidade, priorizando áreas rurais ou isoladas e permitindo a venda do excedente à concessionária de energia.
- 35** - Estabelecer políticas públicas para a redução e minimização do uso de energias não renováveis para todas as atividades consideradas altamente poluidoras.
- 36** - Estabelecer e ampliar programas, como o PROCEL, de incentivo às medidas de eficiência energética, com redução do preço de custos de equipamentos para substituição daqueles não eficientes energeticamente e proibição da importação, fabricação e comercialização de eletrodomésticos que não garantam a eficiência energética, bem como possibilitar a conservação de energia nos processos industriais.
- 37** - Impedir a instalação de novas usinas termo elétricas movidas a combustível fósseis e fiscalizar as já existentes dentro da federação.
- 38** - Incentivar a bioenergia, como política de governo, obedecendo critérios sócio-ambientais, definidos em Zoneamento Ecológico Econômico, evitando riscos como o aumento das fronteiras agrícolas, o que acarretaria em aumento de áreas desmatadas, ou ainda, na substituição da produção de alimentos por bioenergia.
- 39** - Exigir que as atividades que utilizam carvão vegetal como fonte energética planejem e comprovem a disponibilidade e o uso legal e sustentável do recurso energético.
- 40** - Promover a substituição crescente do uso de combustíveis fósseis, favorecendo a diversificação da matriz energética com a ampliação do uso de fontes renováveis e ambientalmente sustentáveis.



- 41** - Proibir a construção de novas usinas nucleares no território brasileiro.
 - 42** - Exigir das empresas geradoras de energia que mitiguem as suas emissões de gases de efeito estufa.
 - 43** - Fomentar a discussão para estabelecer a política nacional de produção de biocombustível.
 - 44** - O Poder Público deve promover e incentivar a coleta do óleo de cozinha e a sua destinação adequada à reciclagem, visando a produção de energia.
-

Resíduos

Texto Original

Incentivar o incremento qualitativo e quantitativo do tratamento de águas residuais nos diversos setores;

Destaques

Substitutiva

MS - 1.4.1 Intensificar a fiscalização para verificar **Incentivar** o incremento qualitativo e quantitativo do tratamento de águas residuais nos diversos setores;

SC - **Incentivar** Criar programas para o incremento qualitativo e quantitativo do tratamento de águas residuais nos diversos setores;

Aditiva

PA - Incentivar o incremento qualitativo e quantitativo do tratamento de águas residuais nos diversos setores de acordo com as legislações pertinentes;

RO - Incentivar e fomentar o incremento qualitativo e quantitativo do tratamento de águas residuais nos diversos setores;

TO - Incentivar o incremento qualitativo e quantitativo do tratamento de águas residuais e resíduos sólidos nos diversos setores;

Propostas de Síntese

1 - Incentivar e fomentar o incremento qualitativo e quantitativo do tratamento de águas residuais nos diversos setores.

Texto Original

Estimular a implantação de sistemas de geração de biogás a partir de esgotamento sanitário;

estaques

Substitutiva

AM - Estimular a implantação de sistemas de geração e aproveitamento de biogás a partir dos sistemas de tratamento de resíduos sólidos e efluentes industriais e domésticos, de esgotamento sanitário;

RJ - Estimular a Implementar políticas públicas de incentivo de implantação de sistemas de geração de biogás (biossistemas), a partir da utilização dos resíduos de esgotamento e aterros sanitários, como práticas de uso de MDL e redução de GEE;

SP - Estimular Desenvolver programa nacional para a implantação de sistemas de geração de biogás a partir de esgotamento sanitário;

Aditiva

PA - Estimular a implantação de sistemas de geração de energia através de biogás a partir de esgotamento sanitário e outros;

RO - Estimular econômica e estruturalmente a implantação de sistemas de geração de biogás a partir de esgotamento sanitário, dentro dos critérios estabelecidos pelas normas técnicas brasileiras e internacionais vigentes

RS - Estimular a implantação de sistemas de geração de biogás a partir de esgotamento sanitário e de atividades produtivas animal, como a suinocultura;

SE - Estimular a implantação de sistemas de geração de biogás a partir de esgotamento sanitário, garantindo às cidades de pequeno porte a implantação de biodigestores coletivos e individuais;

TO - Estimular a implantação de sistemas de geração de biogás a partir de esgotamento sanitário e aterros sanitários;

Propostas de Síntese

2 - Desenvolver um programa nacional para a implantação de sistemas de geração e aproveitamento de biogás a partir de processos de tratamento de resíduos sólidos, efluentes industriais e domésticos e outros.

3 - Estimular a implantação de biodigestores em cidades de pequeno porte.

Texto Original

Estimular a compostagem de resíduos orgânicos;

Destaques

Substitutiva

PA - Estimular a reciclagem, o reaproveitamento e a compostagem de resíduos sólidos orgânicos através das cooperativas de catadores;

Aditiva

CE - Estimular a compostagem de resíduos orgânicos para recuperação do solo em área em processo de desertificação;

MS - 1.4.3 Estimular a compostagem de resíduos orgânicos, através da implantação de projetos, incentivos financeiros e fiscais;

RO - Estimular a coleta seletiva e a posterior compostagem de resíduos orgânicos, através de linhas de financiamento;

SC - Estimular a implantação de programas de compostagem como forma de tratamento e gestão de resíduos orgânicos;

SE - Estimular a compostagem de resíduos orgânicos, principalmente em comunidades rurais;

Propostas de Síntese

4 - Estimular, por meio da criação de linhas de financiamento e de incentivos fiscais e financeiros, a implantação de programas de compostagem como forma de tratamento e gestão de resíduos orgânicos, principalmente em comunidades rurais.



Texto Original

Promover as boas práticas de ecoeficiência, produção limpa, produção mais limpa e de prevenção à poluição, utilizando medidas de redução da quantidade de resíduos gerados no processo produtivo, minimizando os riscos à saúde humana e ao meio ambiente, bem como implementando estratégias combinadas de re-uso da água e de reutilização/reciclagem de resíduos, de modo que a eficiência energética, a proteção ambiental e o uso sustentável dos recursos hídricos tornem-se elementos indissociáveis neste processo;

Destaques

Supressão Parcial

MA - Promover as boas práticas de ecoeficiência, produção limpa, **produção mais limpa** e de prevenção à poluição, utilizando medidas de redução da quantidade de resíduos gerados no processo produtivo, minimizando os riscos à saúde humana e ao meio ambiente, bem como implementando estratégias combinadas de re-uso da água e de reutilização/reciclagem de resíduos, de modo que a eficiência energética, a proteção ambiental e o uso sustentável dos recursos hídricos tornem-se elementos indissociáveis neste processo;

PB - 1.4.4 Promover as boas práticas de ecoeficiência, produção limpa, produção mais limpa e de prevenção à poluição, utilizando medidas de redução da quantidade de resíduos gerados no processo produtivo, minimizando os riscos **à saúde humana** e ao meio ambiente, bem como implementando estratégias combinadas de re-uso da água e de reutilização/reciclagem de resíduos, de modo que a eficiência energética, a proteção ambiental e o uso sustentável dos recursos hídricos tornem-se elementos indissociáveis neste processo;

RJ - Promover as boas práticas de ecoeficiência, produção limpa, **produção mais limpa** e de prevenção à poluição, utilizando medidas de redução da quantidade de resíduos gerados no processo produtivo, minimizando os riscos à saúde humana e ao meio ambiente, bem como implementando estratégias combinadas de re-uso da água e de reutilização/reciclagem de resíduos, de modo que a eficiência energética, a proteção ambiental e o uso sustentável dos recursos hídricos tornem-se elementos indissociáveis neste processo;

Substitutiva

AM - Promover as boas práticas de ecoeficiência, produção limpa, produção mais limpa e de prevenção à poluição, utilizando medidas de redução da quantidade de resíduos gerados no processo produtivo, minimizando os riscos à saúde humana e ao meio ambiente, bem como **planejamento estratégico - implementando estratégias combinadas** de re-uso da água e de reutilização/reciclagem de resíduos, de modo que a eficiência energética, a proteção ambiental e o uso sustentável dos recursos hídricos tornem-se elementos indissociáveis neste processo;

SC - Promover as boas práticas de ecoeficiência, produção limpa, produção mais limpa e de prevenção à poluição, utilizando medidas de redução da quantidade de resíduos gerados no processo produtivo, minimizando os riscos à saúde humana e ao meio ambiente, bem como implementando estratégias **de redução na fonte com minimização da geração** combinadas **com o de** re-uso da água e **de a** reutilização/reciclagem de resíduos, de modo que a eficiência energética, a proteção ambiental e o uso sustentável dos recursos hídricos tornem-se elementos indissociáveis neste processo;

Propostas de Síntese

5 - Promover as boas práticas de ecoeficiência, produção mais limpa e de prevenção à poluição, utilizando medidas de redução de resíduos gerados no processo produtivo, minimizando os riscos à saúde humana e ao meio ambiente, bem como implementando estratégias combinadas de reuso da água e de reutilização e reciclagem de resíduos, de modo que a eficiência energética, a proteção ambiental e o uso sustentável dos recursos hídricos tornem-se elementos indissociáveis nesse processo.

Texto Original

Desenvolver sistemas de aplicação simplificada para tratamento de esgoto e resíduos que reduzam as emissões de metano, ao mesmo tempo que removam os patógenos e substâncias prejudiciais à saúde humana;

Destaques

Substitutiva

PA - **Aplicar Desenvolver** sistemas **de aplicação simplificada simplificados** para tratamento de esgoto e resíduos **que reduzam as emissões de metano, ao mesmo tempo** que removam os patógenos e substâncias prejudiciais à saúde humana;

RJ - **Desenvolver Investir em instituições técnico-científicas para o desenvolvimento de** sistemas **eficientes** de aplicação simplificada para tratamento de esgoto e resíduos que reduzam as emissões de metano, ao mesmo tempo que removam os **organismos patógenos patogênicos** e substâncias **tóxicas e** prejudiciais à saúde humana;

Aditiva

CE - Desenvolver **e estimular o uso de** sistemas de aplicação simplificada para tratamento de esgoto e resíduos que reduzam as emissões de metano, ao mesmo tempo que removam os patógenos e substâncias prejudiciais à saúde humana;

PR - Desenvolver sistemas de aplicação simplificada **e eficientes** para tratamento de esgoto e resíduos que reduzam as emissões de metano, ao mesmo tempo que removam os patógenos e substâncias prejudiciais à saúde humana;

TO - Desenvolver sistemas de aplicação simplificada para tratamento de esgoto e resíduos que reduzam as emissões de metano, ao mesmo tempo que removam os patógenos e substâncias prejudiciais à saúde humana, **incluindo o sistema de biodigestor**;

Propostas de Síntese

6 - Desenvolver e estimular sistemas de aplicação simplificada para tratamento de esgoto e resíduos que reduzam as emissões de metano, ao mesmo tempo que removam os organismos patogênicos e substâncias prejudiciais à saúde humana.

Texto Original

Reforçar os procedimentos para determinar a quantidade de resíduos gerados e as alterações em sua composição, com o objetivo de formular políticas de minimização da geração, utilizando instrumentos econômicos ou de outro tipo para promover modificações benéficas nos padrões de produção e consumo;

Destaques**Supressão Total da Proposta**

PA - Reforçar os procedimentos para determinar a quantidade de resíduos gerados e as alterações em sua composição, com o objetivo de formular políticas de minimização da geração, utilizando instrumentos econômicos ou de outro tipo para promover modificações benéficas nos padrões de produção e consumo;**Supressão Total da Proposta**

Aditiva

CE - Reforçar os procedimentos para determinar a quantidade de resíduos gerados e as alterações em sua composição, com o objetivo de formular políticas de minimização da geração, utilizando instrumentos econômicos **de incentivos fiscais aos catadores e comerciantes de materiais recicláveis** ou de outro tipo para promover modificações benéficas nos padrões de produção e consumo **com a implantação de alvarás com condicionantes ambiental;**

PR - Reforçar os procedimentos para determinar a quantidade de resíduos gerados e as alterações em sua composição, com o objetivo de formular políticas de minimização da geração, utilizando instrumentos econômicos ou de outro tipo para promover modificações benéficas nos padrões de produção e consumo. **Criar mecanismos de exigência para que as empresas geradoras se responsabilizem pela destinação final adequada dos resíduos gerados (exemplo: retorno remunerado);**

Propostas de Síntese

7 - Supressão total da proposta.

8 - Reforçar os procedimentos para determinar a quantidade de resíduos gerados e as alterações em sua composição, com o objetivo de formular políticas de minimização da geração, utilizando instrumentos econômicos ou outro tipo de mecanismos para promover modificações benéficas nos padrões de produção e consumo, fortalecendo a responsabilização das empresas geradoras quanto à destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados.

Texto Original

Promover políticas, tecnologias e ações que visem reduzir ao mínimo a geração de resíduos;

Destaques**Supressão Parcial**

TO - Promover políticas, tecnologias, e ações **e projetos de conscientização que tenha como objetivo a redução de resíduos**, que visem reduzir ao mínimo a geração **de destes** resíduos;

Substitutiva

AM - Promover políticas que incentivem a pesquisa científica e tecnológica, **tecnologias e ações que visem reduzir ao mínimo a geração de resíduos;**

PA - Promover políticas, tecnologias e ações que visem **tratar e** reduzir **ao mínimo** a geração de resíduos;

PB - 1.4.7 Promover **e implementar** políticas, tecnologias e ações que visem reduzir **ao mínimo** ao máximo a geração de resíduos;

Aditiva

MS - 1.4.7 Promover **e implantar** políticas, tecnologias e ações **ambientais** que visem reduzir ao mínimo a geração de resíduos;

RO - Promover políticas **e programas de capacitação continuada em tecnologias** e ações que visem reduzir ao mínimo a geração de resíduos;

Propostas de Síntese

9 - Promover e implementar políticas, tecnologias e ações que visem reduzir ao máximo a geração de resíduos, bem como implementar políticas de incentivo à reutilização e à reciclagem.

Texto Original

Incentivar a reciclagem e a reutilização de resíduos, inclusive dos inorgânicos, como vidro, lâmpadas, resíduos de construção e de demolição, etc;

Destaques**Supressão Total da Proposta**

PA - Incentivar a reciclagem e a reutilização de resíduos, inclusive dos inorgânicos, como vidro, lâmpadas, resíduos de construção e de demolição, etc;**Supressão Total da Proposta**

Substitutiva

AC - **Incentivar investir na a** reciclagem e na reutilização de resíduos, inclusive dos inorgânicos, como vidro, lâmpadas, resíduos de construção e de demolição, etc;

AM - **Incentivar Implementar políticas de incentivo à redução, a reutilização e a** reciclagem **e a reutilização** de resíduos, inclusive dos inorgânicos, como vidro, lâmpadas, resíduos de construção e de demolição, etc;

Aditiva

RO - Incentivar a reciclagem e a reutilização de resíduos, inclusive dos inorgânicos, como vidro, lâmpadas, resíduos de construção e de demolição, **através de linhas de crédito específicas, via fundos setoriais internacionais, nacionais, estaduais e municipais;**



SE - Incentivar a reciclagem e a reutilização de resíduos, inclusive dos inorgânicos, como vidro, lâmpadas, resíduos de construção e de demolição, etc; **de acordo com a Resolução CONAMA 307/02;**

SP - Incentivar, **através de instrumentos econômicos e fiscais,** a reciclagem e a reutilização de resíduos, inclusive dos inorgânicos, como vidro, lâmpadas, resíduos de construção e de demolição, etc;

TO - Incentivar a reciclagem e a **oficina de arte PET e coleta seletiva nas escolas para** reutilização de resíduos, inclusive dos inorgânicos, como vidro, lâmpadas, resíduos de construção e de demolição, etc; **em parceria com as entidades civis com responsabilidade sócio-ambiental;**

Propostas de Síntese

10 - Proposta já contemplada nos itens 01.07.

11 - Supressão total da proposta.

Texto Original

Incentivar projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) para recuperação de metano em aterros;

Destaques

Substitutiva

RO - Incentivar projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) para **recuperação o aproveitamento energético** de metano em aterros **sanitários;**

SC - Incentivar **Divulgar informações de incentivos para** projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) **para que visem a** recuperação de metano em aterros **e possível geração de energia;**

Aditiva

ES - Incentivar projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) para recuperação de metano em aterros, **estações de tratamento de esgoto e congêneres;**

PR - Incentivar projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) para recuperação de metano em aterros, **bem como para dejetos de animais confinados em granjas e outros confinamentos;**

TO - Incentivar projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) para recuperação **/aproveitamento** de metano em aterros, **no tratamento de esgoto, na agricultura, pecuária, silvicultura e demais sistemas produtivos;**

Propostas de Síntese

12 - Incentivar projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) para recuperação de GEE, principalmente metano, em aterros e atividades humanas relacionadas à agropecuária e tratamento de esgoto.

Texto Original

Apoiar a aprovação do Projeto de Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, encaminhado pelo Governo Federal ao Congresso em 2007, o qual incorpora princípios como a responsabilidade do gerador, o apoio às iniciativas de gestão associada e o controle social sobre a atividade, viabilizando a erradicação de lixões, a geração de trabalho e renda, o maior reaproveitamento de resíduos e a redução da degradação ambiental.

Destaques

Supressão Total da Proposta

RJ - Apoiar a aprovação do Projeto de Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, encaminhado pelo Governo Federal ao Congresso em 2007, o qual incorpora princípios como a responsabilidade do gerador, o apoio às iniciativas de gestão associada e o controle social sobre a atividade, viabilizando a erradicação de lixões, a geração de trabalho e renda, o maior reaproveitamento de resíduos e a redução da degradação ambiental.

Supressão Total da Proposta

Substitutiva

PE - Trazer para discussão de forma regional e em conjunto com a sociedade para posterior aprovação do Projeto da Política Nacional de Resíduos Sólidos, encaminhado pelo Governo Federal ao Congresso em 2007, o qual incorpora princípios como a responsabilidade do gerador, o apoio a iniciativas de gestão associada e o controle social sobre a atividade, viabilizando a erradicação de lixões, a implantação do plano de gerenciamento integrado dos resíduos sólidos, a geração de trabalho e renda, prioritariamente para as organizações de catadores, maior reaproveitamento de resíduos e a redução da degradação ambiental.

SC - Apoiar a **aprovação do Projeto de Lei da criação de uma** Política **Nacional Pública** de Resíduos Sólidos, **encaminhado pelo Governo Federal ao Congresso em 2007, o qual incorpora que incorpore** princípios como **a logística reversa,** a responsabilidade do gerador, o apoio às iniciativas de gestão associada, **com inclusão social de catadores** e o controle social sobre a atividade, viabilizando a erradicação de lixões, a geração de trabalho e renda, o maior reaproveitamento de resíduos e a redução da degradação ambiental;

Aditiva

ES - **Apoiar a Acompanhar e pressionar o Congresso Nacional para a** aprovação do Projeto de Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, encaminhado pelo Governo Federal ao Congresso em 2007, o qual incorpora princípios como a responsabilidade do gerador, o apoio às iniciativas de gestão associada e o controle social sobre a atividade, viabilizando a erradicação de lixões, a geração de trabalho e renda, o maior reaproveitamento de resíduos e a redução da degradação ambiental.

RS - Apoiar a aprovação do Projeto de Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, encaminhado pelo Governo Federal ao Congresso em 2007, o qual incorpora princípios como a responsabilidade do gerador, o apoio às iniciativas de gestão associada e o controle social sobre a atividade, viabilizando a erradicação de lixões, a geração de trabalho e renda, o maior reaproveitamento de resíduos e a redução da degradação ambiental, **e fiscalizar o cumprimento das legislações existentes para a gestão de tratamentos dos resíduos.**

TO - Apoiar a aprovação do Projeto de Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, **incentivando movimento de catadores locais,** encaminhado pelo Governo Federal ao Congresso em 2007, o qual incorpora princípios como a responsabilidade do gerador, o apoio às iniciativas de gestão associada e o controle social sobre a atividade, viabilizando a erradicação de lixões, a geração de trabalho e renda, o maior reaproveitamento de resíduos e a redução da degradação ambiental.

Propostas de Síntese

13 - Apoiar a aprovação do Projeto de Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, encaminhado pelo Governo Federal ao Congresso em 2007, o qual incorpora princípios como a responsabilidade do gerador, a logística reversa, o apoio às iniciativas de gestão associada e o controle social sobre a atividade, viabilizando a erradicação de lixões, a geração de trabalho e renda, o maior reaproveitamento de resíduos e a redução da degradação ambiental.

14 - Supressão total da proposta.

Texto Original

Propor e implementar tecnologias para redução de emissões de metano e de óxido nitroso em sistemas de tratamento de esgoto sanitário.

Destaques**Supressão Total da Proposta**

PA - Propor e implementar tecnologias para redução de emissões de metano e de óxido nitroso em sistemas de tratamento de esgoto sanitário.

Supressão Total da Proposta**Substitutiva**

AM - Propor e implementar tecnologias para redução de emissões de metano e de óxido nitroso **provenientes de processos de fertilização química e em** sistemas de tratamento de esgoto sanitário.

Aditiva

AC - Propor e implementar tecnologias para redução de emissões de metano e de óxido nitroso em sistemas de tratamento de esgoto sanitário **e estimular a implantação de sistemas de geração de biogás a partir de esgotamento sanitário;**

PR - Propor e implementar tecnologias para redução **e reaproveitamento** de emissões de metano e de óxido nitroso em sistemas de tratamento de esgoto sanitário.

Propostas de Síntese

15 - Supressão total da proposta.

16 - Propor e implementar tecnologias para redução de emissões de metano e de óxido nitroso em sistemas de tratamento de esgoto sanitário.

Texto Original

Desestimular, por meio de instrumentos econômicos, o uso de sacolas plásticas e embalagens não-recicláveis;

Destaques**Substitutiva**

AM - Desestimular, por meio de instrumentos econômicos, o uso de **embalagens não recicláveis e/ou não retornáveis, sacolas plásticas e embalagens não-recicláveis;**

Aditiva

GO - Desestimular, por meio de instrumentos econômicos, o uso de sacolas plásticas, **garrafas PETs** Supressão Total da Proposta. e embalagens não-recicláveis;

PA - Desestimular **a curto prazo**, por meio de instrumentos **legais e** econômicos, o uso de sacolas plásticas e embalagens não-recicláveis;

PB - 1.4.12. Desestimular, por meio de instrumentos econômicos, **legais e educacionais**, o uso de sacolas plásticas e embalagens não-recicláveis e;

PR - Desestimular, por meio de instrumentos econômicos, o uso de sacolas plásticas e embalagens não-recicláveis, **estimular, por outro lado, o desenvolvimento de programas que leve ao uso de embalagens retornáveis;**

TO - Desestimular, por meio de instrumentos econômicos **e legais** o uso de sacolas plásticas e embalagens não-recicláveis, **substituindo por outros biodegradáveis, com a participação das empresas que deprezam o meio ambiente dando o custo benefício em produzir embalagens;**

Propostas de Síntese

17 - Desestimular, por meio de instrumentos econômicos, o uso de embalagens não recicláveis ou não retornáveis.

Texto Original

Buscar a sustentabilidade dos serviços públicos de saneamento, incluindo os de esgotos e de resíduos sólidos;

Destaques**Substitutiva**

SC - Buscar a sustentabilidade **e o desenvolvimento tecnológico** dos serviços públicos **e privados** de saneamento, **incluindo os de esgotos e de resíduos sólidos;**

Aditiva

RO - Buscar a sustentabilidade dos serviços públicos de saneamento, incluindo os de esgotos e de resíduos sólidos **ampliando e dando transparência sobre estudos técnicos de tais serviços para a sociedade;**



Propostas de Síntese

18 - Buscar a sustentabilidade dos serviços públicos de saneamento, incluindo os de esgotos e de resíduos sólidos, ampliando e dando transparência sobre tais serviços para a sociedade.

Texto Original

Estimular Estados e Municípios a elaborarem Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos buscando soluções regionais e consorciadas de maneira a viabilizar a sustentabilidade dos serviços.

Destaques

Aditiva

MS - 1.4.14 Fazer cumprir a legislação, orientar e estimular os Estados e Municípios a elaborarem Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, industriais, construção civil e dos resíduos sólidos dos serviços de saúde, buscando soluções regionais e consorciadas de maneira a viabilizar a sustentabilidade dos serviços.

RR - Estimular Estados e Municípios a elaborarem Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos **e implementar agendas ambientais** buscando soluções regionais e consorciadas de maneira a viabilizar a sustentabilidade dos serviços.

TO - Estimular Estados e Municípios a elaborarem, **regulamentarem e implantarem** Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos buscando soluções regionais e consorciadas de maneira a viabilizar a sustentabilidade dos serviços, **bem como, a implantação/manutenção de aterros sanitários e centrais recicladoras em conformidade com a legislação, levando os municípios a cumprir o Plano Nacional de Resíduos Sólidos;**

Propostas de Síntese

19 - Estimular Estados e Municípios a elaborarem, regulamentarem e implantarem Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos buscando soluções regionais e consorciadas de maneira a viabilizar a sustentabilidade dos serviços, bem como, a implantação e manutenção de aterros sanitários e centrais recicladoras em conformidade com a legislação.

Texto Original

Nova Proposta

Destaques

Aditiva

AC - Fomentar a coleta seletiva em âmbito nacional

AC - Implantar e divulgar um programa de gestão de resíduos sólidos com capacitação dos recursos humanos

AC - Oferecer capacitação adequada para reciclagem de lixo doméstico para a população em geral

AC - Incentivar a implantação de indústria de reciclagem através da redução de impostos

AL - Criar lei de incentivos fiscais para empresas que executem projetos sócio-ambientais relacionados ao aproveitamento de resíduos;

AM - Exigir a contratação de profissionais qualificados e a aquisição de instrumentos técnicos nas indústrias para o gerenciamento dos resíduos;

CE - Acelerar o processo de implantação dos aterros sanitários consorciados nos estados e a instalação de centros de triagem dos resíduos sólidos. Incentivar e fortalecer programas de construções de aterros consorciados financiados pelos governos estadual e federal.

CE - Implantação de aterro sanitário com usina de reciclagem, compostagem, incentivando e fortalecendo programas de coletas seletivas e reciclagem, financiados pelo governo estadual e federal.

CE - Implementação de política pública nacional para a implantação de sistema de coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos, com incentivo à instalação de galpões em cada município apoiando os grupos de catadores (as) organizados, que participarão da gestão de todo o programa.

GO - Incentivar a formação de cooperativas e associações que trabalham com materiais recicláveis, capacitando seus integrantes, visando à inclusão social e geração de renda;

MA - Fomentar a construção de aterros sanitários;

MA - Apoiar cooperativas para reciclagem de lixo;

MA - Erradicar os lixões até 2012 (data limite do Protocolo de Kioto);

MG - Fomentar o "Fórum Lixo e Cidadania" nos municípios, buscando a sustentabilidade do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PGIRS.

MG - Disponibilizar recursos governamentais (federal, estadual e municipal), para implantação de aterros sanitários e coleta seletiva.

MG - Criar linhas de crédito para financiamentos específicos destinados à aquisição e implantação de biodigestores para geração de energia, biogás e biofertilizantes.

MG - Promover ampla campanha educativa sobre a coleta seletiva doméstica e destinação de resíduos considerando a nova significação do lixo, visando substituir os lixões para diminuir os impactos ambientais e incentivando a participação das comunidades e empresas nos programas de reciclagem, com vistas à inclusão social, a fim de gerar trabalho e renda;

MG - Incentivo à reciclagem com inserção dos catadores;

MG - Combater e coibir sistematicamente as queimadas em terrenos baldios nas áreas urbanas e também a queima de lixo.

MG - Criar mecanismos para a co-responsabilização das indústrias quanto à logística reversa para o reuso dos resíduos pós-consumo de produtos e embalagens.

MG - Exigir a adequação do tratamento e da disposição dos resíduos sólidos gerados.

MS - Disponibilizar recursos estaduais e federais, supervisionado por um conselho específico, para implantação de aterros sanitários e coletas seletivas em todos os municípios.

MS - Elaborar através do governo federal e dos Estados, em um prazo de até três anos, um Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, cabendo aos governos municipais implementar, em um prazo de até dois anos, aterros sanitários e sistema de coleta seletiva;

MS - Criar cooperativas regionais visando incentivar a coleta seletiva nos pequenos municípios, com melhor aproveitamento dos resíduos sólidos;

- MS** - Criar formas de integrar o tratamento de lixo urbano com caldeiras industriais através de incentivo fiscais;
- MS** - Tornar a coleta seletiva obrigatória em todos os núcleos urbanos e destinar corretamente os resíduos;
- MS** - Fiscalizar mais rigorosamente as queimadas de lixo no perímetro urbano;
- MS** - Proibir imediatamente as queimadas domésticas indiscriminadas;
- MS** - Elaborar e implantar políticas que estimulem a iniciativa de coleta seletiva para a gestão integrada de resíduos sólidos.
- MT** - Promover a desativação de lixões, implantar aterros sanitários, programa de coleta seletiva, área para triagem de resíduos e reciclagem dos mesmos e usinas de compostagem visando a proteção das águas subterrâneas e águas de superfície
- PB** - Favorecer e promover a capacitação dos catadores e demais profissionais que lidam com resíduos sólidos e fomentar a participação destes profissionais no processo de gestão integrada, e maneira a contribuir com a formação e resgate da auto-estima;
- PB** - Adotar e/ou criar um selo de incentivo aos geradores de resíduos que adotem práticas, políticas, sociais e ambientais corretas;
- PB** - Incentivar a prática de política de fomento ao associativismo e cooperativismo de resíduo sólido;
- PR** - Criar mecanismos legais para assegurar que nos âmbitos Federal, Estaduais e Municipais, os recursos orçamentários públicos sejam efetivamente destinados aos sistemas de coleta, tratamento e destinação final de resíduos urbanos domésticos (sólidos, líquidos e gasosos), como nos moldes da lei de responsabilidade fiscal (responsabilidade ambiental);
- PR** - Reforçar o monitoramento dos programas de gerenciamento de resíduos através de acompanhamento técnico ambiental qualificado para as áreas afins;
- PR** - Exigir a aplicação dos planos de gerenciamento de resíduos em todos os segmentos do setor produtivo;
- PR** - Viabilizar apoio efetivo dos órgãos municipais e estaduais na instalação de Associações/Cooperativas de catadores de materiais recicláveis, com fornecimento de locais apropriados (centrais) e de equipamentos para operação, bem como de cursos artesanais e capacitação técnica e educação geral sobre a reutilização dos materiais recicláveis gerados;
- PR** - Implantar a coleta seletiva em todos os estados, com destinação adequada dos resíduos e aproveitamento do metano gerado, com o apoio das cooperativas de coletores;
- PR** - Garantir investimento do governo federal no financiamento e obrigatoriedade de usinas de reciclagem e implantação de aterros sanitários em todos os municípios dos Estados e/ou consórcios municipais, com a produção de compostagem de resíduos orgânicos e o aproveitamento dos gases por biodigestores;
- PR** - Promover a implementação de sistemas de coleta e tratamento de esgotos em todos os municípios através da viabilização de recursos;
- RN** - Criar mecanismos legais e fiscais à utilização de reciclagem e/ou reuso nos processos produtivos, com atenção ao incentivo da participação da sociedade no processo de coleta e seleção.
- RN** - Disponibilizar recursos para implantação de sistema de saneamento ambiental e/ou de tratamento de resíduo orgânico e inorgânico atendendo o rural e o urbano de cada município ou em consórcio.
- RN** - Criar os mecanismos para que todos os municípios do Brasil possuam saneamento básico em 100% de sua área urbana e que a competência para sua execução e manutenção seja distribuída entre União, Estados e municípios.
- RN** - Incentivar e apoiar os municípios na busca de recursos financeiros junto aos governos Federal, organismos internacionais, iniciativas privadas para a criação e implantação do programa de saneamento básico em todo território estadual.
- RN** - Fomentar e incentivar linhas de financiamento para criação e implementação de planos de gerenciamento integrado de resíduos sólidos.
- RN** - Incentivar e implementar políticas de coleta seletiva.
- RN** - Implementar política de gestão integrada dos aterros sanitários para a produção de biogás visando atender empresas de pequeno porte.
- RO** - Incentivar a implantação de cooperativas no ramo de catação e reciclagem dos resíduos sólidos;
- RO** - Buscar sustentabilidade dos serviços públicos de saneamento, incluindo os de esgotos e de resíduos sólidos começando por municípios que apresentem maior déficit serviços;
- RO** - Executar a legislação que trata da destinação adequada de resíduos sólidos;
- RO** - Criar fundos de investimentos para incentivar cooperativas de reciclagem;
- RO** - Promover estímulos fiscais para indústrias que promovam a reciclagem de resíduos sólidos urbanos;
- SC** - Criar programas de desoneração fiscal para desenvolvimento e implementação de tecnologias que visem a mitigação dos impactos ambientais negativos oriundos da geração e destinação de resíduos
- SP** - Incentivar a responsabilidade empresarial pelos resíduos gerados através de uma certificação nacional como um selo verde.
- SP** - Implementar uma política eficiente de apoio técnico, jurídico e fiscal para a criação e implantação de cooperativas e empresas que trabalhem com a separação de materiais recicláveis, visando a diminuição dos volumes destinados aos aterros sanitários.

Propostas de Síntese

- 20** - Estimular programas de promoção e capacitação dos catadores, incentivando a formação de cooperativas e associações que promovam a reciclagem e o reaproveitamento de resíduos sólidos e matéria-prima, visando à inclusão social e geração de renda.
- 22** - Fomentar o “Fórum Lixo e Cidadania” nos municípios, buscando a sustentabilidade do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PGIRS.
- 23** - Acelerar o processo de implantação de aterros sanitários em municípios consorciados, garantindo investimentos do governo federal, para a erradicação dos lixões até 2012 (data limite do Protocolo de Kioto). Fomentar a implantação de usinas de compostagem de resíduos orgânicos para o aproveitamento dos gases por biodigestores.
- 24** - Implantar e divulgar um amplo programa de gestão de resíduos sólidos com capacitação de recursos humanos e oferecendo informação adequada à população em geral, particularmente sobre coleta seletiva e destinação de resíduos. No setor produtivo, exigir a contratação de profissionais qualificados e o emprego de técnicas e tecnologias ambientalmente adequadas para o gerenciamento de resíduos.
- 25** - Incentivar a responsabilidade empresarial pelos resíduos gerados por intermédio da adoção de uma certificação nacional a exemplo do selo verde.
- 26** - Combater e coibir sistematicamente as queimadas domésticas e a queima de lixo no perímetro urbano, fortalecendo e intensificando os instrumentos de proibição e fiscalização.



27 - Elaborar, em conjunto com os Estados, em um prazo de até três anos, um Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, cabendo aos governos municipais implementar, em um prazo de até dois anos, aterros sanitários e sistema de coleta seletiva, incluindo plano de monitoramento das atividades implementadas.

28 - Criar instrumentos econômicos, inclusive desoneração, bem como, linhas de crédito para financiamentos destinados à criação e implementação de planos de gerenciamento integrado de resíduos sólidos que incluam: estímulo à reciclagem ou reuso nos processos produtivos, incentivo à formação de cooperativas de reciclagem, aquisição e implantação de biodigestores para geração de energia, biogás e biofertilizantes, dentre outros. Criar mecanismos legais e fiscais que assegurem que os recursos públicos sejam efetivamente destinados aos sistemas de coleta, tratamento e destinação final de resíduos urbanos domésticos, como nos moldes da lei de responsabilidade fiscal (responsabilidade ambiental).

Edificações

Texto Original

Incentivar a disseminação do conceito de bioclimatismo, com aplicação prática em projetos de edificações, em que se busca uma maior interação do corpo edificado com o ambiente externo - com maior uso de ventilação e iluminação naturais - reduzindo a demanda energética;

Destaques

Substitutiva

AC - Incentivar a disseminação Fomentar políticas que garantam os princípios de bioclimatismo, com aplicação prática em projetos de edificações, em que se busca uma maior interação do corpo edificado com o ambiente externo - com maior uso de ventilação e iluminação naturais - reduzindo a demanda energética.

PR - Incentivar a disseminação do conceito de bioclimatismo, com aplicação de técnicas de reuso de água, que reflitam na economia de energia, como captação de água da chuva, e na com aplicação prática em projetos de edificações, em que se busca uma maior interação do corpo edificado com o ambiente externo - com maior uso de ventilação e iluminação naturais - reduzindo a demanda energética e expandir a infra-estrutura bioclimática da arborização urbana com prazos pré-determinados para adaptação das redes de distribuição elétrica pela substituição das redes de arquitetura antiga por redes isoladas ecológicas;

Aditiva

PA - Incentivar a disseminação nas escolas de formação técnicas e universidades do conceito de bioclimatismo, com aplicação prática em projetos de edificações, em que se busca uma maior interação do corpo edificado com o ambiente externo - com maior uso de ventilação e iluminação naturais - reduzindo a demanda energética e criação de sistemas de reaproveitamento da água;

SC - Incentivar a disseminação do conceito de bioclimatismo e bioconstrução, com aplicação prática em projetos de edificações, em que se busca uma maior interação do corpo edificado com o ambiente externo - com maior uso de ventilação e iluminação naturais - reduzindo a demanda energética;

Propostas de Síntese

1 - Fomentar políticas que garantam os princípios de bioclimatismo e da bioconstrução e incentivar a disseminação de seus conceitos nas escolas de formação técnica e universidades, com aplicação de técnicas de reuso da água e técnicas que reflitam na economia de energia, e com sua aplicação prática em projetos de edificações, buscando-se uma maior interação do corpo edificado com o ambiente externo, com maior uso de ventilação e iluminação naturais e redução da demanda energética, e com a expansão da infra-estrutura bioclimática da arborização urbana, com prazos pré-determinados para a adaptação das redes de distribuição elétrica através da substituição das redes antigas por redes isoladas ecológicas;

Texto Original

Fomentar o uso, em edifícios e residências, de sistemas de aproveitamento da energia solar, térmica e fotovoltaica quanto ao fornecimento de energia elétrica, que apresentam tecnologia consolidada no Brasil, bem como grande potencial de expansão, tendo em vista os índices nacionais de insolação;

Destaques

Substitutiva

AM - Fomentar Incentivar o uso, em edifícios e residências, de sistemas de aproveitamento da energia solar, térmica e fotovoltaica quanto ao fornecimento de energia elétrica, que apresentam tecnologia consolidada no Brasil, bem como grande potencial de expansão, tendo em vista os índices nacionais de insolação;

PB - 1.5.2 Incentivar e fomentar o uso, em edifícios e residências, de sistemas de aproveitamento da energia solar, térmica e eólica fotovoltaica quanto ao fornecimento de energia elétrica, que apresentam tecnologia consolidada no Brasil, bem como grande potencial de expansão, tendo em vista os índices nacionais de insolação;

Aditiva

MG - Fomentar o uso, em edifícios e residências, de sistemas de aproveitamento da energia solar, térmica e fotovoltaica e outras alternativas ambientalmente corretas, quanto ao fornecimento de energia elétrica, que apresentam tecnologia consolidada no Brasil, bem como grande potencial de expansão, tendo em vista os índices nacionais de insolação;

RJ - Fomentar o uso, em edifícios e residências, de sistemas de aproveitamento da energia solar, térmica e fotovoltaica e outras formas de energia quanto ao fornecimento de energia elétrica, que apresentam tecnologia consolidada no Brasil, bem como grande potencial de expansão, tendo em vista os índices nacionais de insolação;

SE - Fomentar o uso, por meio de linhas de crédito e financiamento subsidiados, em edifícios e residências, de sistemas de aproveitamento da energia solar, térmica e fotovoltaica quanto ao fornecimento de energia elétrica, que apresentam tecnologia consolidada no Brasil, bem como grande potencial de expansão, tendo em vista os índices nacionais de insolação;

Propostas de Síntese

2 - Incentivar e fomentar o uso, por meio de linhas de crédito, financiamento e subsídios, em edifícios e residências, de sistemas de aproveitamento da energia solar fotovoltaica e energia solar fototérmica; da energia eólica e outras formas de energia ambientalmente corretas, que apresentam tecnologia consolidada no Brasil, bem como grande potencial de expansão, tendo em vista os índices nacionais de insolação e a velocidade e o regime de ventos de algumas regiões;

Texto Original

Fomentar a substituição total ou parcial do uso de chuveiros elétricos e aquecedores a gás natural por sistemas de aquecimento solar da água;



Destaques

Substitutiva

AM - Fomentar e incentivar a substituição total ou parcial do uso de chuveiros elétricos e aquecedores a gás natural por sistemas de aquecimento solar da água;

Aditiva

CE - Fomentar a substituição total ou parcial do uso de chuveiros elétricos e aquecedores a gás natural por sistemas de aquecimento solar da água **considerando as possíveis restrições condicionadas pelos aspectos de preservação do patrimônio histórico;**

RS - Fomentar a substituição total ou parcial do uso de chuveiros elétricos e aquecedores a gás natural **ou GLP** por sistemas de aquecimento solar da água **ou outras alternativas;**

Propostas de Síntese

3 - Fomentar e incentivar a substituição total ou parcial do uso de chuveiros elétricos e aquecedores a gás natural ou a gás liquefeito de petróleo - GLP por sistemas de aquecimento solar da água considerando as possíveis restrições condicionadas pelos aspectos de preservação do patrimônio histórico;

Texto Original

Aplicar o conceito de avaliações periódicas de performance energética e manutenção preventiva de edifícios, visando a reduzir índices de desperdícios, como vazamentos;

Destaques

Supressão Parcial

MG - Aplicar o conceito de avaliações periódicas de performance energética e manutenção preventiva de edifícios, visando a reduzir índices de desperdícios, **como vazamentos;**

Aditiva

PR - Aplicar o conceito de avaliações periódicas de performance energética e manutenção preventiva de edifícios, visando a reduzir índices de desperdícios, como vazamentos, **aplicação das técnicas de reuso de água;**

Propostas de Síntese

4 - Aplicar o conceito de avaliações periódicas de performance energética e manutenção preventiva de edifícios, visando a redução de índices de desperdícios e a aplicação das técnicas de reuso de água;

Texto Original

Fomentar o planejamento integrado dos projetos de edificações, propiciando uma maior cooperação entre os profissionais envolvidos, alcançando-se assim uma sinergia do corpo edificado com os sistemas que o compõe, como o elétrico, hidráulico, etc;

Destaques

Supressão Total da Proposta

PB - Supressão Total da Proposta

Aditiva

MG - Fomentar o planejamento integrado dos projetos de edificações **públicas e privadas,** propiciando uma maior cooperação entre os profissionais envolvidos, alcançando-se assim uma sinergia do corpo edificado com os sistemas que o compõe, como o elétrico, hidráulico, etc.;

Propostas de Síntese

5 - Fomentar o planejamento integrado dos projetos de edificações públicas e privadas, propiciando uma maior cooperação entre os profissionais envolvidos, alcançando-se assim uma sinergia do corpo edificado com os sistemas que o compõe, como o elétrico, hidráulico, etc.;

6 - Supressão Total da Proposta. (Fomentar o planejamento integrado dos projetos de edificações, propiciando uma maior cooperação entre os profissionais envolvidos, alcançando-se assim uma sinergia do corpo edificado com os sistemas que o compõe, como o elétrico, hidráulico, etc.);

Texto Original

Divulgar técnicas de re-uso de água para usos secundários, captação de água da chuva, coleta seletiva de lixo, uso de materiais livres de componentes tóxicos e adoção de práticas sustentáveis;

Destaques

Supressão Parcial

RR - Divulgar técnicas de re-uso de água para usos secundários; **captação de água da chuva, coleta seletiva de lixo, uso de materiais livres de componentes tóxicos e adoção de práticas sustentáveis;**

Substitutiva

MS - 1.5.6 Adoção de práticas sustentáveis, **divulgando para a população em geral e exigindo das Agro-indústrias** o uso-a utilização de técnicas de água para usos **secundários** primários e subseqüentes através de captação **pluviométrica,** coleta seletiva de lixo, **emprego** de materiais livres de componentes tóxicos; **adoção de práticas sustentáveis;**

Aditiva

DF - Divulgar **e implantar** técnicas de re-uso de água para usos secundários, captação de água da chuva, coleta seletiva de lixo, uso de materiais livres de componentes tóxicos e adoção de práticas sustentáveis;

PR - Divulgar **e aplicar** técnicas de re-uso de água para usos secundários, captação de água da chuva, **com a obrigatoriedade de área mínima permeável para a infiltração de água no solo**, coleta seletiva de lixo, uso de materiais livres de componentes tóxicos e adoção de práticas sustentáveis;

SE - Divulgar e **incentivar** técnicas de re-uso de água para usos secundários, captação de água da chuva, coleta seletiva de lixo, uso de materiais livres de componentes tóxicos e adoção de práticas sustentáveis;

Propostas de Síntese

8 - Divulgar, incentivar e implantar práticas sustentáveis de re-uso da água para usos secundários, de captação de água da chuva, respeitando-se a área mínima permeável para a infiltração de água no solo; de coleta seletiva de lixo e uso de materiais livres de componentes tóxicos.

Texto Original

Criar meios de incentivo à expansão do mercado e financiamento de ESCOs – companhias que oferecem serviços de economia de energia a empresas, condomínios, com a contrapartida de pagamento destas com parte da redução de gastos com tarifas de energia;

Não existem destaques.

Não existem propostas de síntese.

Texto Original

Incentivar disseminação de selagem de eficiência de edifícios, nos moldes do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL;

Destaques**Aditiva**

CE - Incentivar disseminação de selagem de eficiência (**qualquer edificação**) de edifícios, nos moldes do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL;

PR - Incentivar disseminação de selagem de eficiência de edifícios (**edificações verticais e horizontais no âmbito industrial, comercial, condomínios residenciais e empresariais**), nos moldes do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL;

RR - Incentivar disseminação de selagem de eficiência de edifícios, nos moldes do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL; **incluindo as indústrias de reciclagem.**

Propostas de Síntese

9 - Incentivar disseminação de selagem de eficiência de edifícios (edificações verticais e horizontais no âmbito industrial, comercial, condomínios residenciais e empresariais), nos moldes do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL.

Texto Original

Oferecer treinamento sob a temática de construções mais sustentáveis para profissionais da área, como arquitetos, engenheiros, pequenos empreiteiros e pedreiros;

Destaques**Substitutiva**

DF - Oferecer treinamento sob a temática de construções mais sustentáveis para profissionais da área, como arquitetos, engenheiros, **pequenos empreiteiros e pedreiros outros profissionais do ramo, bem como a utilização de materiais construtivos alternativos ao concreto, a saber, superadobe, ocas em bambu e palha nos moldes indígenas;**

PA - Oferecer treinamento sob a temática de construções mais sustentáveis para profissionais da área, como arquitetos, engenheiros, pequenos empreiteiros, e pedreiros **e multiplicadores, realizado pelos órgãos competentes;**

SC - **Oferecer Criar programas de** treinamento **e pesquisa** sobre a temática de construções mais sustentáveis para profissionais da área, como arquitetos, engenheiros, pequenos empreiteiros e pedreiros;

Propostas de Síntese

10 - Criar programas de treinamento e pesquisa sobre a temática de construções mais sustentáveis para profissionais da área, como arquitetos, engenheiros, empreiteiros, pedreiros e outros profissionais do ramo, bem como sobre a utilização de materiais construtivos alternativos ao concreto, a saber, superadobe, ocas em bambu e palha nos moldes indígenas.

Texto Original

Incentivar o desenvolvimento e maior disseminação de utensílios e eletrodomésticos mais eficientes, como geladeiras – grandes consumidoras de energia elétrica;



Destaques

Supressão Total da Proposta

SC - Supressão Total da Proposta

Supressão Parcial

MG - Incentivar o desenvolvimento e maior disseminação de utensílios e eletrodomésticos mais eficientes; **como geladeiras — grandes consumidoras de energia elétrica;**

Propostas de Síntese

11 - Supressão Total da Proposta. (Incentivar o desenvolvimento e maior disseminação de utensílios e eletrodomésticos mais eficientes, como geladeiras – grandes consumidoras de energia elétrica;)

12 - Incentivar o desenvolvimento e maior disseminação de utensílios e eletrodomésticos mais eficientes.

Texto Original

Disseminar a necessidade de cuidados ao trabalhar com gases refrigerantes como HFCs, CFCs, HCFCs que possuem elevado potencial de aquecimento global, por ocasião de reparos, manutenção, transporte e disposição final de geladeiras e equipamentos de ar condicionado.

Destaques

Substitutiva

RR - Oferecer treinamentos quanto Disseminar a necessidade de cuidados ao trabalhar com gases refrigerantes como HFCs, CFCs, HCFCs que possuem elevado potencial de aquecimento global, por ocasião de reparos, manutenção, transporte e disposição final de geladeiras e equipamentos de ar condicionado.

SC - Disseminar a necessidade Criar programas de conscientização de cuidados ao trabalhar com gases refrigerantes como HFCs, CFCs, HCFCs que possuem elevado potencial de aquecimento global **e destruição da camada de ozônio**, por ocasião de reparos, manutenção, transporte e disposição final de geladeiras e equipamentos de ar condicionado;

Aditiva

ES - Disseminar a necessidade de cuidados ao trabalhar com Incentivar pesquisas para a substituição dos gases refrigerantes como HFCs, CFCs, HCFCs que possuem elevado potencial de aquecimento global, por ocasião de reparos, manutenção, transporte e disposição final de geladeiras e equipamentos de ar condicionado.

Propostas de Síntese

13 - Criar programas de conscientização e oferecer treinamento sobre os cuidados necessários ao se trabalhar com gases refrigerantes como HFCs, CFCs, HCFCs, que possuem elevado potencial de aquecimento global, por ocasião de reparos, manutenção, transporte e disposição final de geladeiras e equipamentos de ar condicionado e incentivar pesquisas para a substituição destes gases.

Texto Original

Apoiar os municípios na elaboração de legislação específica, estimulando projetos e edificações ambientalmente sustentáveis.

Destaques

Substitutiva

PB - 1.5.12 Apoiar os municípios na elaboração de legislação específica, **estimulando projetos planos diretores participativos** e edificações ambientalmente sustentáveis.

PE - Apoiar os municípios na elaboração de legislação específica, estimulando Planos Diretores Participativos de medidas que estimulem projetos urbanos sustentáveis e o uso de materiais, formas e elementos arquitetônicos bioclimáticos, além de sistemas alternativos de geração de energia (solar, térmica e fotovoltaica) o reuso da água e a captação de água da chuva, aplicando o conceito e avaliações periódicas de performance energética e manutenção preventiva de edifícios

RR - Estimular nos municípios a implantação e elaboração de legislação específica; **que viabilize estimulando** projetos e edificações ambientalmente sustentáveis.

Aditiva

AM - Apoiar os municípios na elaboração de legislação específica, estimulando **a execução dos** projetos e edificações ambientalmente sustentáveis.

MS - 1.5.12 Apoiar os municípios na elaboração e **na efetivação** da legislação específica, estimulando projetos e edificações ambientalmente sustentáveis **e acessíveis, propiciando cursos e palestras aos seus técnicos, com a participação de toda sociedade técnica.**

PA - Apoiar **a destinação de recursos específicos para** os municípios na elaboração de legislação específica, estimulando projetos e edificações ambientalmente sustentáveis.

PR - Apoiar os municípios na elaboração de legislação específica, estimulando projetos e edificações ambientalmente sustentáveis, **e expandir a infra-estrutura bioclimática da arborização urbana e incentivar as calçadas ecológicas, através de isenções ou reduções tributárias para aquelas que efetivamente o fizerem;**

Propostas de Síntese

14 - Apoiar e estimular os municípios a implantarem e elaborarem legislação específica, inclusive Planos Diretores Participativos, que viabilize projetos e edificações ambientalmente sustentáveis e o uso de materiais, formas e elementos arquitetônicos bioclimáticos, além de sistemas alternativos de geração de energia (solar, térmica e fotovoltaica), do reuso da água e da captação de água da chuva, aplicando avaliações periódicas de performance energética e manutenção preventiva de edifícios, através de isenções ou reduções tributárias para aquelas que efetivamente o fizerem e da destinação de recursos específicos.

Novas Propostas

PR - Otimizar o uso da água tratada e do tratamento de esgoto com tecnologias alternativas com o objetivo de economizar energia;

AC - Realizar programas de “projetos inteligentes” de moradias populares

AL - Incentivar a difusão de fornos e fogões solares;

AP - Tornar obrigatória a utilização de energias alternativas para iluminação pública, áreas comuns, e ambientes externos de edifícios e residências nas regiões com potencial de insolação que torne possível e viável.

CE - Investimentos em tecnologias de aplicação residencial / escolas e criação de linhas de financiamento para tecnologias de baixo impacto.

CE - Incentivar as práticas de usos de materiais recicláveis nas edificações.

DF - Promover e implantar políticas de casas populares ambientalmente sustentáveis.

MA - Melhorar a informação à expedição de licenças para extração mineral, principalmente areia e seixos, por parte do DNPM;

Intensificar a fiscalização quanto às licenças ambientais emitidas para as empresas de construção civil;

Implantar e gerenciar projetos de habitação ambientalmente correta;

Promover a revisão da lei de parcelamento do solo (que sejam contempladas as questões de implantação de condomínios fechados);

Fomentar e incentivar a aplicação de sistemas de refrigeração ambiente com modelos ecologicamente adequados como modelos DLTIER ou STIRLING utilizando a energia solar captada por edifícios;

Garantir que as empresas da construção civil que extraem areia e argila cumpram o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, estabelecido pela legislação ambiental;

Criar incentivos para que as populações de baixa renda recebam projetos arquitetônicos para reformas ou construções, pelas escolas de engenharia e arquitetura com soluções de ventilação e iluminação natural;

Criar legislação que obrigue os condomínios e grandes projetos imobiliários a construir cisternas para a retenção de águas pluviais, com relação de m² de construção por m³ de cisternas.

Estabelecer obrigatoriedade de criação e manutenção de área verde proporcional à área construída em condomínios.

MA - Intensificar a fiscalização quanto às licenças ambientais emitidas para as empresas de construção civil;

MA - Implantar e gerenciar projetos de habitação ambientalmente correta;

MA - Fomentar e incentivar a aplicação de sistemas de refrigeração ambiente com modelos ecologicamente adequados como modelos DLTIER ou STIRLING utilizando a energia solar captada por edifícios;

MA - Criar incentivos para que as populações de baixa renda recebam projetos arquitetônicos para reformas ou construções, pelas escolas de engenharia e arquitetura com soluções de ventilação e iluminação natural;

MA - Fomentar e incentivar economicamente o desenvolvimento e a produção de equipamentos que reduzam o consumo de energia elétrica na área de iluminação doméstica, comercial, industrial;

MG - Incentivar o setor de construção civil o uso de materiais alternativos ecológicos nas construções.

MG - Incentivar o setor de construção civil o uso de materiais alternativos ecológicos nas construções;

MG - Incentivar o uso de energia solar e coleta de águas pluviais nas construções, mediante redução de IPTU.

MG - Incentivar a utilização de energia solar nas casas e aproveitamento de gás metano proveniente de resíduos sólidos.

MG - Eficiência energética. Que as novas construções sejam por lei sustentáveis, a saber: aquecimento solar, modelos arquitetônicos que propiciem uma iluminação natural, evitando o uso de lâmpadas durante o dia; reaproveitamento da água da chuva.

MG - Criar incentivo fiscal pelo uso de energia renovável em habitações, empresas e entes federados.

MS - Promover orientações técnicas para o uso correto de fios em edificações residenciais (com apoio das três esferas de governo);

MS - Estabelecer diretrizes para o projeto arquitetônico, principalmente no setor público, adequando a eficiência energética ao melhor condicionamento ambiental;

MS - Impor padrões de eficiência para edifícios e equipamentos;

MS - Apoiar a elaboração de legislação específica nos municípios para estimular projetos e edificações ambientalmente sustentáveis;

MS - Adotar ações que visem à eficiência energética, como por exemplo, a iluminação e controle térmico eficiente em prédios residenciais e comerciais, a troca de equipamentos obsoletos que consumam mais energia, entre outros, subsidiando a troca de equipamentos mais antigos por mais eficientes;

MS - Facilitar e incentivar o uso de sensores de luminosidade;

MS - Proibir o uso de madeiras de espécies nativas na construção civil e indústria, incentivando o uso do aço em substituição à madeira em estrutura de coberturas e também incentivar o uso de OSB (tábua ecológica) na fabricação de formas para concreto armado.

MS - Elaborar um plano de implantação de energia solar em órgãos públicos;

PA - Tornar obrigatórias, em projetos habitacionais encaminhados aos ministérios, bem como outras esferas de governo, as soluções de aproveitamento de águas pluviais, iluminação e aquecimentos naturais nas unidades habitacionais, em projetos coletivos e individualizados;

PA - Criar subsídios governamentais para o financiamento das soluções ecologicamente corretas nas unidades e conjuntos habitacionais;

PA - Tornar obrigatórias, em projetos habitacionais encaminhados aos ministérios, bem como outras esferas de governo, as soluções de urbanização, tais como: a arborização de lotes, o tratamento da drenagem pluvial – com a construção obrigatória de ETAs.

PB - Proibir o uso de espécies naturais da mata atlântica, para escoramento pelo setor da construção civil;

PR - Adequar as edificações públicas e os projetos de habitação popular e orientar construções particulares para o uso de energia solar, utilização de materiais recicláveis e captação de água da chuva;

PR - Estimular projetos de edificações auto-sustentáveis com incentivos fiscais que deverão ser convertidos em pagamentos, para melhorar a eficiência nas edificações populares, através do uso de tecnologias ambientalmente corretas;

PR - Instituir oficialmente linhas de crédito para financiamento de edificações que contemplem mecanismos de construções com materiais alternativos e que utilizem de forma ambientalmente correta a água, energia e luz solar;

PR - Divulgar princípios básicos de bioarquitetura e conceitos de auto-sustentabilidade e estimular projetos de edificações visando a eficiência energética de forma sustentável, inclusive através de incentivo fiscal. O incentivo deverá contemplar a isenção ou diminuição de alíquotas nos órgãos municipais, estaduais e federais a serem revertidos em projetos com uso de tecnologias ambientalmente corretas nas edificações populares;

PR - Utilizar manta térmica feita de material reciclável em edificações antigas e novas tanto para resfriar o ambiente, quanto para proteger da baixa temperatura;

PR - Implantar equipamentos para captação de energia solar, utilizando materiais alternativos (garrafas pet), para aquecimento de água em edificações residenciais, conjuntos habitacionais, prédios públicos e prédios comerciais;

PR - Formar agentes municipais como técnicos do meio ambiente com conhecimentos de gestão e gerenciamento, para fiscalização efetiva de obras e emissão de resíduos;



PR - Instituir programa oficial de crédito para financiamento da aquisição de equipamentos de energia e aquecimento solar, preferencialmente de materiais recicláveis;

PR - Elaborar lei para:

- Obrigar que os projetos de edificações públicas e particulares acima de 100 m² adotem técnicas de aproveitamento da luz natural e das águas pluviais, bem como o reuso das águas servidas;

- Obrigar em edificações já construídas, a adoção de técnicas de aproveitamento da luz natural pelos estabelecimentos comerciais e industriais;

- Constar nos códigos de obra dos municípios a obrigatoriedade de dispositivos para o aproveitamento da luz solar nas edificações (desde clarabóias zenitais até aquecedores solares), implantação de abertura de ventilação de teto nas edificações e a melhoria da arquitetura dos edifícios urbanos e rurais com a descrição já no projeto dos itens que reduzem o consumo de energia com a obrigatoriedade das concessionárias elétricas de fiscalizarem cada obra nova;

- Inserir no plano diretor a obrigatoriedade do uso da energia solar e eólica e melhorar a arquitetura dos edifícios urbanos e rurais com a descrição já no projeto dos itens que reduzem o consumo de energia;

PR - Incorporar nas edificações o uso de técnicas de eficiência energética e conforto térmico sustentável;

PR - Estimular a produção de sistemas de aquecedor solar com o objetivo de aumentar o uso e baratear o custo, vincular sua instalação aos projetos e programas governamentais (conjuntos habitacionais, instituições públicas, escolas e creches), bem como viabilizar recursos para a sua implantação no uso doméstico, em pequenas propriedades, entidades sociais, empresas, possibilitando o acesso a todos os cidadãos e cidadãs;

PR - Regular e promover o uso racional de energia nos prédios públicos, dos governos federal, estadual e municipal, como exemplo a ser seguido;

PR - Incentivar os setores produtivos para:

- Readequação de instalações e substituição de máquinas e equipamentos por de baixo consumo de energia;

- Para melhoria e eficiência de seus equipamentos elétricos;

- Desenvolver campanhas para readequação de moradias e mudança de hábitos pessoais, visando o menor consumo de energia;

PR - Determinar a implantação de coleta de água pluvial nos prédios públicos atualmente em construção e em até dois anos nos prédios já existentes, a partir de 300 m², visando reduzir o uso de água tratada;

RJ - Criação de Políticas Públicas que incentivem o uso de Energia Solar, materiais recicláveis e outras medidas com tecnologias limpas nas edificações, incluindo nas casas populares;

RN - Promover a adequação e implementação da construção de domicílios auto-sustentáveis do ponto de vista energético.

RN - Utilizar mecanismos e materiais eco-eficientes no projeto e construção de instituições de ensino.

RN - Promover a adequação e implementação da construção de domicílios auto-sustentáveis do ponto de vista energético.

RS - Promover a redução, re-uso e reciclagem dos resíduos gerados pela construção civil, através do bom uso das matérias-primas evitando o desperdício e o grande volume gerado para disposição final.

RS - Apoiar a elaboração de legislação específica e a inserção em Planos Diretores Participativos e códigos de edificações de medidas que estimulem projetos e edificações ambientalmente sustentáveis;

SC - Incentivar a construção de edificações ecologicamente adequadas;

SP - Estímulo à utilização de projetos arquitetônicos visando a utilização de recursos naturais tais como; ventilação, iluminação, captação de água de chuva, reuso da água e energia solar.

SP - Dar incentivos fiscais visando baratear o preço final de equipamentos ecológicos e eficientes (aquecedores solares, cisternas, equipamentos hidráulicos, aquecedores a gás, etc), utilizados nas construções em geral.

SP - Incentivar e fomentar o uso de sistemas construtivos e materiais de construção mais eficientes energeticamente.

SP - Promover a reutilização e a utilização de sobra de material de construção na construção civil.

SP - Incentivar a produção industrial de equipamentos de redução e reutilização de recursos naturais para construção civil.

SP - Criar uma legislação que obrigue empresas e o Poder Público a adotarem equipamentos e obras eficientes;

SP - Uso de painéis solares nas instituições públicas Federais, Estaduais e Municipais;

Propostas de Síntese

15 - Incentivar e promover a utilização, re-uso e reciclagem dos resíduos gerados pela construção civil, bem como o bom uso das matérias-primas, evitando o desperdício e o grande volume gerado para disposição final, incentivando também o desenvolvimento e a produção industrial de equipamentos de redução e reutilização de recursos naturais destinados a construção civil.

16 - Incentivar a difusão de fornos e fogões solares.

17 - Fomentar e incentivar a adoção de ações que visem à eficiência energética, como por exemplo, a iluminação e controle térmico eficiente em prédios residenciais, comerciais e industriais, bem como em prédios públicos; a troca de equipamentos obsoletos que consomem mais energia; o uso de sensores de luminosidade; dentre outros; subsidiando o desenvolvimento e a produção de equipamentos que reduzam o consumo de energia, bem como a troca de equipamentos mais antigos por mais eficientes e estabelecendo padrões de eficiência para edifícios e equipamentos.

18 - Fomentar e incentivar a aplicação de sistemas de refrigeração ambiente com modelos ecologicamente adequados como modelos DLTIER ou STIRLING utilizando a energia solar captada por edifícios.

19 - Criar uma legislação que obrigue empresas e o Poder Público a adotarem equipamentos e obras eficientes.

20 - Promover a adequação e implementação nas edificações públicas, instituições de ensino, projetos de habitação popular e construções particulares urbanas e rurais do uso de energia solar, de materiais recicláveis e ecológicos, de modelos arquitetônicos que propiciem uma iluminação natural e demais alternativas que promovam o uso racional e reduzam o consumo de energia, da captação da água da chuva e da otimização do uso da água tratada e do processo de tratamento de esgoto e dos resíduos domésticos através de uma melhor destinação e coleta destes resíduos, incentivando e fomentando o uso e desenvolvimento de sistemas construtivos, tecnologias e materiais de construção mais eficientes energeticamente e ambientalmente sustentáveis e estabelecendo, se necessário, regulamentação para que a mesma seja cumprida.

- 21** - Implantar e gerenciar projetos de habitação popular ambientalmente sustentáveis e eficientes, estimulando a realização destes projetos com incentivos fiscais, apoiando a elaboração de legislação específica nos municípios para estimular projetos e edificações ambientalmente sustentáveis e criando ferramentas e incentivos para que as populações de baixa renda tenham acesso a projetos arquitetônicos e de engenharia de reforma ou construção com soluções de ventilação e iluminação natural.
- 22** - Apoiar a elaboração de legislação específica e a inserção em Planos Diretores Participativos e códigos de edificações de medidas que estimulem projetos e edificações ambientalmente sustentáveis.
- 23** - Criar incentivo fiscal para o uso de energia renovável em edifícios residenciais, comerciais e de órgãos públicos, e na iluminação pública, áreas comuns e ambientes externos de edifícios e residências, tornando obrigatório o uso de energia solar em regiões com potencial de insolação que o torne possível e viável.
- 24** - Incorporar nas edificações o uso de técnicas de suficiência energética e conforto térmico sustentável, como por exemplo, o uso de manta térmica feita de material reciclável em edificações antigas e novas, tanto para resfriar o ambiente quanto para aquecê-lo.
- 25** - Estabelecer obrigatoriedade de criação e manutenção de área verde proporcional à área construída em condomínios.
- 26** - Criar subsídios governamentais e linhas de crédito para o financiamento de edificações, que contemplem o uso de materiais de construção alternativos e que utilizem de forma ambientalmente correta a água, a energia e a luz solar; e para a produção e aquisição de equipamentos de energia e aquecimento solar, viabilizando a implantação destes sistemas para o uso doméstico, em pequenas propriedades e em empresas, possibilitando o acesso a todos que o desejarem.
- 27** - Formar agentes municipais como técnicos do meio ambiente com conhecimentos de gestão e gerenciamento, para fiscalização efetiva de obras e emissão de resíduos.
- 28** - Proibir o uso de madeiras de espécies nativas na construção civil e indústria, incentivando o uso do aço em substituição à madeira em estrutura de coberturas e também incentivar o uso de OSB (tábua ecológica) na fabricação de formas para concreto armado.
- 29** - Intensificar a fiscalização quanto às licenças ambientais emitidas para as empresas de construção civil.
- 30** - Melhorar a informação à expedição de licenças para extração mineral, principalmente areia e seixos, por parte do DNPM e garantir que as empresas da construção civil que extraem areia e argila cumpram o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, estabelecido pela legislação ambiental.
-



Indústria

Texto Original

Adotar políticas de mitigação e controle de emissões industriais, por meio de ações conjuntas com associações de classe.

Destaques

Substitutiva

AM - Adotar políticas de mitigação e controle de emissões industriais, por meio de ações conjuntas **dos órgãos competentes, com associações de classe**;

SP - Adotar políticas de mitigação e controle de emissões industriais, **discutido com todos os setores da sociedade envolvida, pesquisa, produção, comercialização, funcionários e consumidores, implantados através por meio** de ações conjuntas com associações de classe.

Aditiva

PB - 1.6.1 Adotar políticas de mitigação e controle de emissões industriais, por meio de ações conjuntas com associações de classe **do setor**;

PI - 1.6.1 Adotar políticas de mitigação e controle de emissões de Gases **de efeito estufa - GEE**, industriais, por meio de ações conjuntas com associações de classe.

SC - Adotar políticas **públicas e privadas** de mitigação e controle de emissões industriais, por meio de ações conjuntas com associações de classe;

Propostas de Síntese

1 - Adotar políticas públicas e privadas de mitigação e controle de emissões industriais de gases de efeito estufa, implantadas através de ações conjuntas com associações de classe e órgãos competentes, envolvendo todos os setores do ciclo produtivo.

Texto Original

Promover o aumento da eficiência de equipamentos propiciando redução no consumo de combustíveis;

Destaques

Supressão Total da Proposta

CE - Promover o aumento da eficiência de equipamentos propiciando redução no consumo de combustíveis; **Supressão Total da Proposta**

Substitutiva

PA - Promover o aumento da eficiência **e eficácia** de equipamentos propiciando redução no consumo **energético de combustíveis**;

Aditiva

MG - Promover o aumento da eficiência de equipamentos propiciando redução no consumo de combustíveis **e energia elétrica**;

PB - 1.6.2 Promover o aumento da eficiência de equipamentos propiciando redução no consumo de combustíveis **fósseis**;

SC - Promover o **desenvolvimento tecnológico visando o** aumento da eficiência de equipamentos **e processos**, propiciando redução no consumo de combustíveis, **matérias primas e insumos**;

SP - Promover o aumento da eficiência de equipamentos propiciando redução no consumo **e poluição** de combustíveis;

Propostas de Síntese

2 - Promover o aumento da eficiência de equipamentos e processos industriais propiciando redução no consumo de combustíveis, energia elétrica, matérias-primas e insumos e evitando a poluição ambiental.

3 - Supressão total da proposta.

Texto Original

Promover o uso ambientalmente adequado dos resíduos agroindustriais na geração de energia, substituindo outros combustíveis;

Destaques

Substitutiva

SC - Promover **o uso ambientalmente adequado tratamento e a gestão ambiental** dos resíduos agroindustriais **na para a** geração de energia, substituindo outros combustíveis **fósseis e não-renováveis**;

Aditiva

SP - Promover o uso, **a reutilização e a destinação** ambientalmente adequado dos resíduos agroindustriais na geração de energia, substituindo outros combustíveis;

Propostas de Síntese

4 - Promover o uso, a reutilização e a destinação ambientalmente adequados dos resíduos agroindustriais para a geração de energia, substituindo combustíveis fósseis e não-renováveis.

Texto Original

Estimular a redução das emissões nos setores industriais energia intensivos;

Destaques**Substitutiva**

SP - Estimular a redução das **Reduzir as** emissões nos setores industriais energia intensivos;

Aditiva

RO - Estimular a redução das emissões nos setores industriais energia intensivos **beneficiando o setor através de incentivos fiscais;**

RR - Estimular **o desenvolvimento de meios tecnológicos objetivando** a redução das emissões nos setores industriais energia intensivos.

SE - Estimular **na fonte** a redução das emissões nos setores industriais energia intensivos;

Propostas de Síntese

5 - Estimular, na fonte, a redução das emissões de gases de efeito estufa dos setores industriais energia intensivos, através de incentivos fiscais e desenvolvimento de novas tecnologias.

Texto Original

Promover o consumo de combustíveis que provoquem menor emissão de GEE, e/ou substituir combustíveis fósseis por renováveis, desde que de origem legalizada e de atividade licenciada;

Destaques**Supressão Parcial**

SC - Promover o consumo de combustíveis que provoquem menor emissão de GEE, **e/ou substituir combustíveis fósseis por renováveis, desde que de origem legalizada e de atividade licenciada;**

Substitutiva

RS - Promover **o consumo a utilização** de combustíveis que provoquem menor emissão de GEE, e/ou substituir combustíveis fósseis por renováveis, desde que de origem legalizada e de atividade licenciada;

Propostas de Síntese

6 - Promover a utilização de combustíveis que provoquem menor emissão de GEE, e/ou substituir combustíveis fósseis por renováveis, desde que de origem legalizada e de atividade licenciada.

7 - Promover o consumo de combustíveis que provoquem menor emissão de GEE.

Texto Original

Na indústria de cimento, incentivar o uso de matérias-primas que permitam reduzir as emissões de CO₂ por descarbonatação (eco-cimentos) e que ao mesmo tempo permitam reduzir as temperaturas de operação de fornos rotativos, levando a um menor consumo energético e portanto, a uma redução adicional de emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE;

Não existem destaques.

Propostas de Síntese

8 - Na indústria de cimento, incentivar o uso de matérias-primas que permitam reduzir as emissões de CO₂ por descarbonatação (eco-cimentos) e que ao mesmo tempo permitam reduzir as temperaturas de operação de fornos rotativos, levando a um menor consumo energético e portanto, a uma redução adicional de emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE.

Texto Original

Na indústria de fertilizantes, incentivar a produção de insumos menos voláteis e menos solúveis, e de grânulos recobertos por polímeros impermeáveis à passagem de gases, que contribuam para reduzir as emissões de óxidos nitrosos, o que deve ser complementado por boas práticas agrícolas;

Destaques**Supressão Parcial**

SC - Na indústria de fertilizantes, incentivar a produção de insumos menos voláteis e menos solúveis, **e de grânulos recobertos por polímeros impermeáveis à passagem de gases;** que contribuam para reduzir as emissões de óxidos nitrosos, o que deve ser complementado por boas práticas agrícolas;

Propostas de Síntese

9 - Na indústria de fertilizantes, incentivar a produção de insumos menos voláteis e menos solúveis que contribuam para reduzir as emissões de óxidos nitrosos, o que deve ser complementado por boas práticas agrícolas.



Texto Original

Na indústria siderúrgica, incentivar o uso de recurso renovável ao invés de insumos de origem fóssil, desde que de origem legalizada e de atividade licenciada. Incentivar os processos tecnológicos de uso direto da biomassa, que eliminam emissões intermediárias de gases, de compostos orgânicos voláteis e de alcatrão na produção de carvão vegetal;

Destaques

Supressão Parcial

SC - Na indústria siderúrgica, incentivar o uso de recurso renovável ao invés de insumos de origem fóssil, desde que de origem legalizada e de atividade licenciada. **Incentivar os processos tecnológicos de uso direto da biomassa, que eliminam emissões intermediárias de gases, de compostos orgânicos voláteis e de alcatrão na produção de carvão vegetal;**

Substitutiva

GO - Na indústria siderúrgica, incentivar o uso de recurso renovável ao invés de insumos de origem fóssil, desde que **utilizem madeira de reflorestamento** ~~Supressão Total da Proposta~~ e de atividade licenciada. Incentivar os processos tecnológicos de uso direto da biomassa, que eliminam emissões intermediárias de gases, de compostos orgânicos voláteis e de alcatrão na produção de carvão vegetal;

Aditiva

DF - Na indústria siderúrgica, incentivar o uso de recurso renovável ao invés de insumos de origem fóssil, desde que de origem legalizada e de atividade licenciada, **eliminado o uso de carvão vegetal proveniente de vegetação nativa**. Incentivar os processos tecnológicos de uso direto da biomassa, que eliminam emissões intermediárias de gases, de compostos orgânicos voláteis e de alcatrão na produção de carvão vegetal;

Propostas de Síntese

10 - Na indústria siderúrgica, incentivar o uso de recurso renovável ao invés de insumos de origem fóssil, desde que de origem legalizada e de atividade licenciada.

11 - Na indústria siderúrgica, incentivar o uso de recurso renovável ao invés de insumos de origem fóssil, desde que de origem legalizada e de atividade licenciada, eliminando o uso de carvão vegetal proveniente de vegetação nativa e utilizando madeira de reflorestamento. Incentivar os processos tecnológicos de uso direto da biomassa, que eliminam emissões intermediárias de gases, de compostos orgânicos voláteis e de alcatrão na produção de carvão vegetal.

Texto Original

Na indústria extrativa mineral, incentivar a reutilização de rejeitos para diminuir o uso das reservas minerais atenuando a pressão sobre os ecossistemas;

Destaques

Substitutiva

AC - Na indústria extrativa mineral, **incentivar implementar** a reutilização de rejeitos para diminuir o uso das reservas minerais atenuando a pressão sobre os ecossistemas;

Aditiva

PR - Na indústria extrativa mineral, incentivar a reutilização de rejeitos para diminuir o uso das reservas minerais atenuando a pressão sobre os ecossistemas. **Atuar nas normas técnicas vigentes, para que se permita após pesquisas técnico-econômicas, a utilização de rejeitos devidamente normatizados;**

RR - Na indústria extrativa mineral, incentivar **e fiscalizar** a reutilização de rejeitos para diminuir o uso das reservas minerais atenuando a pressão sobre os ecossistemas.

SC - Na indústria extrativa mineral, incentivar a reutilização de rejeitos **e subprodutos** para diminuir o **impacto e** uso das reservas minerais atenuando a pressão sobre os ecossistemas;

Propostas de Síntese

12 - Na indústria extrativa mineral, incentivar, implementar e fiscalizar a reutilização de rejeitos e subprodutos, para diminuir o impacto e o uso das reservas minerais e, conseqüentemente, atenuar a pressão sobre os ecossistemas, adequando as normas técnicas vigentes para que se permita, após pesquisas técnico-econômicas, a utilização destes rejeitos e subprodutos.

Texto Original

Incentivar a implantação de Sistemas de Gestão Integrados na cadeia produtiva das indústrias;

Destaques

Substitutiva

SC - **Incentivar Criar programas de incentivo para** a implantação de Sistemas de Gestão Integrados na cadeia produtiva das indústrias;

Propostas de Síntese

13 - Criar programas de incentivo para a implantação de Sistemas de Gestão Integrados na cadeia produtiva das indústrias.

Texto Original

Incentivar a adoção de inventários de emissões de GEE pelas indústrias e pelos grupos empresariais, a começar pelos setores intensivos em energia e na emissão de GEE;

Destaques**Substitutiva**

RO - Incentivar **instaurar** a adoção de inventários de emissões de GEE pelas indústrias e pelos grupos empresariais, a começar pelos setores intensivos em energia e na emissão de GEE;

SC - Incentivar **criar programas de incentivo** para a adoção de inventários de emissões de GEE pelas indústrias e pelos grupos empresariais, a começar pelos setores intensivos em energia e na emissão de GEE;

Aditiva

MS - 1.6.11 Incentivar a adoção e **apresentar** inventários de emissões de GEE pelas indústrias e pelos grupos empresariais, a começar pelos setores intensivos em energia e na emissão de GEE;

Propostas de Síntese

14 - Criar e instituir programas de incentivo para a adoção e apresentação de inventários de emissões de GEE pelas indústrias e pelos grupos empresariais, a começar pelos setores intensivos em energia e com maior emissão de GEE.

Texto Original

Incentivar a utilização de bioenergia, notadamente nas agroindústrias e indústrias de base florestal;

Destaques**Substitutiva**

SC - Incentivar **criar programas de incentivo para** a utilização de bioenergia, notadamente nas agroindústrias e indústrias de base florestal;

Aditiva

RR - Incentivar a utilização de bioenergia, notadamente nas agroindústrias e indústrias de base florestal **e seus resíduos potencialmente recicláveis.**

Propostas de Síntese

15 - Criar programas de incentivo para a utilização de bioenergia, notadamente nas agroindústrias e indústrias de base florestal, com ênfase para a utilização de seus resíduos potencialmente recicláveis.

Texto Original

Incentivar parcerias empresas–comunidade na produção de bioenergia;

Destaques**Substitutiva**

SC - Incentivar **criar uma política pública com programas de incentivo para** parcerias empresas–comunidade na produção de bioenergia;

Aditiva

CE - Incentivar parcerias empresas–comunidade **e demais setores** na produção de bioenergia;

GO - Incentivar **e promover** parcerias empresas–comunidade na produção de bioenergia;

RO - Incentivar parcerias empresas–comunidade na produção de bioenergia **a partir da abertura de linhas de créditos e incentivos fiscais, mediante a apresentação de projetos de utilização de mão de obra local e que apresente as contas dos rendimentos e invista recursos obtidos com o lucro, na própria comunidade, através de projetos sociais;**

Propostas de Síntese

16 - Criar uma política pública com programas de incentivo e promoção para parcerias empresas–comunidade e demais setores na produção de bioenergia, a partir da abertura de linhas de créditos e incentivos fiscais, mediante a apresentação de projetos de utilização de mão de obra local e que apresente as contas dos rendimentos e invista recursos obtidos com o lucro, na própria comunidade, através de projetos sociais.

Texto Original

Formular o Programa Nacional de Eliminação de Hidroclorofluorcarbonos - HCFCs, em consonância com Decisão do Protocolo de Montreal;

Não existem destaques.

Não existem propostas de síntese.



Texto Original

Trabalhar as múltiplas possibilidades de integração industrial, com ênfase na gestão, a fim de permitir o aproveitamento econômico de resíduos diversos, reduzir o uso de combustíveis fósseis e provocar redução de emissões;

Destaques

Substitutiva

PA - Trabalhar as múltiplas possibilidades de integração industrial, com ênfase na gestão, a fim de permitir o aproveitamento econômico de resíduos diversos, reduzir o uso de combustíveis fósseis, e provocar redução de emissões **e instrumentos econômicos que incentivem ações socioambientais**;

SC - Trabalhar as múltiplas possibilidades de integração industrial, com ênfase na gestão, a fim de permitir o aproveitamento econômico de resíduos diversos, **reduzir o visando a redução e substituição gradativa do** uso de combustíveis fósseis e provocar redução de emissões;

Propostas de Síntese

19 - Trabalhar as múltiplas possibilidades de integração industrial, com ênfase na gestão e utilização de instrumentos econômicos que incentivem ações sócio-ambientais, a fim de permitir o aproveitamento econômico de resíduos diversos, visando a redução gradativa do uso de combustíveis fósseis e, em consequência, provocar a redução de emissões de GEE.

Texto Original

Promover, por meio de articulação com associações de classe do setor, o incentivo a melhorias de processo que possam reduzir o consumo de energia e também as emissões de GEE não diretamente associadas à queima de combustíveis;

Destaques

Aditiva

SC - Promover, por meio de articulação com associações de classe do setor, o incentivo a melhorias de processo **e de produto** que possam reduzir o consumo de energia e também as emissões de GEE não diretamente associadas à queima de combustíveis;

Propostas de Síntese

20 - Promover, por meio de articulação com associações de classe do setor, o incentivo a melhorias de processo e de produto que possam reduzir o consumo de energia e também as emissões de GEE não diretamente associadas à queima de combustíveis.

Texto Original

Estimular a implantação de novas unidades industriais baseadas em tecnologias limpas;

Destaques

Substitutiva

RS - Estimular **o uso de ferramentas baseadas em tecnologias limpas, principalmente quando da** implantação de novas unidades industriais **baseadas em tecnologias limpas**;

SC - Estimular **Criar programas de estímulo** a implantação de novas unidades industriais baseadas em tecnologias limpas;

Aditiva

SE - Estimular a implantação de novas unidades industriais baseadas em tecnologias limpas **criando incentivos fiscais como o ICMS Ecológico**;

Propostas de Síntese

21 - Criar programas de estímulo à implantação de novas unidades industriais e ao uso de ferramentas baseados em tecnologias limpas, através de incentivos fiscais e ICMS ecológico.

Texto Original

Estabelecer diretrizes para incrementar e valorizar a utilização, como matérias-primas, de resíduos industriais, minerários e agropecuários;

Não existem destaques.

Não existem propostas de síntese.

Texto Original

Estimular a criação de um Centro de Pesquisa Nacional sobre Reciclagem, sob a coordenação do Ministério da Ciência e Tecnologia;

Destaques

Substitutiva

RR - Estimular a criação de um Centro de Pesquisa Nacional sobre Reciclagem, sob a coordenação **do Ministério da Ciência e Tecnologia de um Conselho Interministerial.**

SC - **Estimular a criação de Criar** um Centro de Pesquisa Nacional sobre Reciclagem, sob a coordenação **do Ministério da Ciência e Tecnologia interministerial;**

Aditiva

DF - Estimular a criação de um Centro de Pesquisa Nacional sobre Reciclagem **em gestão compartilhada com a sociedade**, sob a coordenação do Ministério da Ciência e Tecnologia **e do Ministério do Meio Ambiente;**

GO - **Estimular a criação de: Criar** um Centro de Pesquisa Nacional sobre Reciclagem, sob a coordenação do Ministério da Ciência e Tecnologia; **, e Ministério do Meio Ambiente;**

MS - 1.6.19 Estimular a criação de um Centro de Pesquisa Nacional sobre Reciclagem, sob a coordenação do Ministério da Ciência e Tecnologia, **a curto prazo;**

MS - 1.6.19 Estimular a criação de um Centro de Pesquisa Nacional sobre Reciclagem, sob a coordenação do Ministério da Ciência e Tecnologia, **a curto prazo;**

SP - Estimular a criação de um Centro de Pesquisa Nacional sobre Reciclagem, sob a coordenação do Ministério da Ciência e Tecnologia **e do Ministério do Meio Ambiente;**

Propostas de Síntese

22 - Estimular a criação de um Centro de Pesquisa Nacional sobre Reciclagem, sob a coordenação um Conselho Interministerial.

23 - Estimular a criação, a curto prazo, de um Centro de Pesquisa Nacional sobre Reciclagem, em gestão compartilhada com a sociedade, sob a coordenação do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério do Meio Ambiente.

Texto Original

Na indústria de construção civil, estimular a reciclagem de resíduos de construção e de demolição, reduzindo os impactos negativos de sua deposição em aterros;

Destaques

Supressão Parcial

PB - 1.6.20 Na indústria de construção civil, estimular a reciclagem **de resíduos de construção e de demolição**, reduzindo os impactos negativos de sua deposição em aterros;

Substitutiva

PR - Na indústria de construção civil, estimular a **redução da produção de resíduos, evitar desperdícios de materiais, além da** reciclagem de resíduos de construção e de demolição, reduzindo os impactos negativos **da implantação geral à de sua** deposição em aterros;

RS - Na indústria de construção civil, **estimular fiscalizar a aplicação da resolução do conama 307/2002 para a adoção de medidas para** a reciclagem de resíduos de construção e de demolição, reduzindo os impactos negativos de sua deposição em aterros;

Aditiva

GO - Na indústria de construção civil, estimular a reciclagem de resíduos de construção e de demolição, **a partir do canteiro de obras**, reduzindo os impactos negativos de sua **deposição em aterros; disposição final;**

MS - 1.6.20 Na indústria de construção civil, estimular a reciclagem de resíduos de construção e de demolição, **reutilizando todos os resíduos em obras pertinentes**, reduzindo os impactos negativos de sua deposição em aterros;

Propostas de Síntese

24 - Na indústria de construção civil, estimular a reciclagem, reduzindo os impactos negativos de sua deposição em aterros.

25 - Na indústria de construção civil, fiscalizar a aplicação da Resolução CONAMA 307/2002; estimular a redução da produção, a reutilização e a reciclagem de resíduos de construção e de demolição; além de evitar desperdícios de materiais, reduzindo os impactos negativos de sua disposição final.

Texto Original

Estimular a reciclagem de pavimento asfáltico;

Destaques

Supressão Total da Proposta

PB - Supressão Total da Proposta

Aditiva

GO - Estimular a reciclagem de pavimento asfáltico; **e novas tecnologias ambientalmente corretas;**

MG - Estimular a reciclagem de pavimento asfáltico **e a produção de cimentos especiais de baixo custo para viabilizar a pavimentação de vias públicas urbanas e estradas;**

PR - Estimular a reciclagem de pavimento asfáltico, **através de incentivos fiscais na aquisição de equipamentos recicladores;**



Propostas de Síntese

17 - Estimular a reciclagem de pavimento asfáltico e a utilização de novas tecnologias ambientalmente corretas para a produção de cimentos especiais de baixo custo que viabilize a pavimentação de vias públicas urbanas e estradas, inclusive através de incentivos fiscais na aquisição de equipamentos.

18 - Supressão Total da Proposta

Texto Original

Estimular a reciclagem de cinzas volantes (provenientes de caldeiras que queimam, carvão em leito fluidizado) e de cinzas de grelha no setor termo-elétrico e em outras indústrias, reduzindo a emissão de GEE pela menor pressão sobre fontes de matéria-prima nova;

Destaques

Supressão Parcial

SC - Estimular a reciclagem de cinzas volantes (**provenientes de caldeiras que queimam, carvão em leito fluidizado**) e de cinzas de grelha no setor termo-elétrico e em outras indústrias, reduzindo a emissão de GEE pela menor pressão sobre fontes de matéria-prima **nova**;

Propostas de Síntese

26 - Estimular a reciclagem de cinzas volantes e de cinzas de grelha no setor termo-elétrico e em outras indústrias, reduzindo a emissão de GEE pela menor pressão sobre fontes de matéria-prima.

Texto Original

Estimular o uso de gás carbônico oriundo de processos fermentativos em usinas de álcool em carbonatos, aditivo de bebidas e em processos de aceleração da fotossíntese;

Não existem destaques.

Não existem propostas de síntese.

Texto Original

Estimular pesquisas e processos inovadores para utilização econômica de resíduos de fosfogesso da indústria de fertilizantes, contribuindo indiretamente para reduzir emissões por integração de usos e economia de matérias-primas;

Destaques

Substitutiva

RR - Estimular Fomentar pesquisas e processos inovadores para utilização econômica de resíduos de fosfogesso da indústria de fertilizantes, contribuindo indiretamente para reduzir emissões por integração de usos e economia de matérias-primas.

Propostas de Síntese

27 - Fomentar pesquisas e processos inovadores para utilização econômica de resíduos de fosfogesso da indústria de fertilizantes, contribuindo indiretamente para reduzir emissões por integração de usos e economia de matérias-primas.

Texto Original

Incentivar o treinamento e a implementação nas empresas de técnicas de logística reversa direcionadas a bens de pós-consumo com ênfase em redução de emissões de GEE;

Destaques

Substitutiva

SC - Incentivar o Criar programas de incentivo ao treinamento e a implementação nas empresas de técnicas de logística reversa direcionadas a bens de pós-consumo com ênfase em redução de emissões de GEE;

Propostas de Síntese

28 - Criar programas de incentivo ao treinamento e à implementação nas empresas de técnicas de logística reversa direcionadas a bens de pós-consumo com ênfase em redução de emissões de GEE.

Texto Original

Incentivar a utilização ambientalmente adequada de resíduos sólidos, como material particulado coletado, escórias de altos-fornos e resíduos de aciaria, finos de carvão e lamas, priorizando suprimir a disposição em aterros desses materiais;

Destaques

Aditiva

RR - Incentivar **o treinamento objetivando** a utilização ambientalmente adequada de resíduos sólidos, como material particulado coletado, escórias de altos-fornos e resíduos de aciaria, finos de carvão e lamas, priorizando suprimir a disposição em aterros desses materiais.

Propostas de Síntese

29 - Incentivar o treinamento objetivando a utilização ambientalmente adequada de resíduos sólidos, como material particulado coletado, escórias de altos-fornos e resíduos de aciaria, finos de carvão e lamas, priorizando suprimir a disposição em aterros desses materiais.

Texto Original

Estabelecer políticas de uso dos resíduos de um setor industrial como matéria-prima de outras, como por exemplo, utilização de resíduos de aciaria na indústria de cimento;

Destaques

Substitutiva

PR - Estabelecer políticas de uso dos resíduos de um setor industrial **aproveitando-os** como matéria-prima **para outros setores formando um ciclo fechado de produção, inertizando resíduos não aproveitáveis, por exemplo, disposição de resíduos anteriormente (montante) à captação; de outras, como por exemplo, utilização de resíduos de aciaria na indústria de cimento;**

RR - **Estabelecer Otimizar** políticas de uso dos resíduos de um setor industrial como matéria-prima de outras, como por exemplo, utilização de resíduos de aciaria na indústria de cimento.

Propostas de Síntese

30 - Estabelecer e, quando for o caso, otimizar políticas de uso dos resíduos de um setor industrial aproveitando-os como matéria-prima para outros setores formando um ciclo fechado de produção.

Texto Original

Nas indústrias que produzem e utilizam ácido nítrico, incentivar a apresentação de projetos de MDL que visem a redução de emissões de óxido nítrico (N₂O) pela sua conversão catalítica a compostos químicos não – GEE.

Destaques

Substitutiva

SC - Nas indústrias que produzem e utilizam ácido nítrico, incentivar **a apresentação de projetos de MDL que visem a sistemas de** redução de emissões **de óxido nítrico (N₂O) pela sua conversão catalítica a compostos químicos não – GEE diretas e indiretas.**

Propostas de Síntese

31 - Nas indústrias que produzem e utilizam ácido nítrico, incentivar utilização de sistemas de redução de emissões diretas e indiretas.

Texto Original

Nova Proposta

Destaques

Aditiva

CE - Implantar programa de controle de emissões de poluentes (quantificação, qualificação e fiscalização) em todos os segmentos.

CE - Trabalhar as múltiplas possibilidades de integração industrial, com ênfase na gestão a fim de permitir o aproveitamento econômico de resíduos recicláveis; substituindo o uso de combustíveis fósseis por formas de energia, com o uso de tecnologias limpas para reduzir a emissões de gases tóxicos

DF - Implantar políticas de compensação baseadas no princípio poluidor pagador.

GO - Instalar rede de monitoramento da qualidade do ar e divulgar nos veículos de comunicações resultados aferidos, com implantação de política restritiva ao funcionamento do empreendimento que comprovadamente ultrapassaram os limites dos índices aceitáveis de geração dos resíduos poluentes;

MG - Garantir das indústrias, a carboneutralização das atividades poluidoras e de degradação do meio ambiente.

MG - Normatizar, fiscalizar e responsabilizar as empresas pela destinação dos resíduos gerados pelo processo produtivo e em todo o ciclo de vida do produto.

MG - Vincular a aprovação de novas instalações industriais à existência de um projeto de destinação dos resíduos gerados em todo o ciclo de vida do produto, da produção ao consumo e pós-consumo e criar mecanismos de adequação das indústrias existentes.

MS - Trabalhar as múltiplas possibilidades de integração industrial, com ênfase na gestão a fim de permitir o aproveitamento econômico de resíduos diversos, deslocando o uso de combustível fóssil e provocar redução de emissões e implantação de sistema de coleta seletiva;

MS - Instalar e fiscalizar equipamentos de controle de efluentes (sólidos, líquidos ou gasosos) em todas as indústrias, sempre que necessário;

MS - Trabalhar as múltiplas possibilidades de integração industrial, com ênfase na gestão, a fim de permitir o aproveitamento econômico de resíduos diversos, deslocando o uso de combustível fóssil e reduzindo emissões;

PA - Incentivar a indústria e o comércio a oferecerem desconto na aquisição de novos equipamentos de ar condicionado, refrigerador, freezer, assim como oferecer bônus na devolução de eletrodomésticos usados que possuam gases refrigerantes como HCFCs, CFCs, de elevado potencial de aquecimento global e de destruição da camada de ozônio.



PB - 1.1.61. Aperfeiçoar o processo de licenciamento ambiental;

PB - 1.2.69. Estimular a atividade de produção de espécies nativas com finalidade ao uso em construção civis e móveis;

PI - Prover incentivos, para implementar ações de P+L (Produção mais limpa) em todo o setor produtivo.

PR - Estabelecer critérios para certificação de indústrias que façam neutralização de suas emissões de GEEs, bem como critérios para recebimento de créditos de ICMS e IPI para indústrias que reduzem seus impactos, com criação de selos de qualidade ambiental;

PR - Incentivar:

- as incubadoras de pesquisa tecnológica dirigidas à diversificação de processo produtivo;

- o desenvolvimento pelas indústrias de equipamentos elétricos mais eficientes e baratos;

- programas de educação ambiental nas indústrias;

- implantação de sistemas de co-geração de energia com o aproveitamento dos excedentes de calor das caldeiras industriais e outros geradores de energia;

PR - Compensar a emissão de CO₂ por meio de recuperação florestal com o plantio de espécies nativas nos processos industriais e/ou portuários;

PR - Exigir em todos os processos de licenciamento ambiental a implantação de planos de redução de emissões de GEE;

PR - Estimular a produção de cerâmicas à frio, utilizando o processo de solo cimentos/cal prensado à frio, para minimizar o uso de qualquer energia usada em olarias para queima;

PR - Adotar o princípio do poluidor-pagador para as indústrias, como forma destas investirem na produção de embalagens ambientalmente corretas, com o aumento de alíquota de impostos para os produtos que tenham como resíduo final materiais que não sejam recicláveis, e que os recursos para mitigar o aquecimento global advenham em maior quantidade das indústrias que poluem e lucram com esta poluição;

PR - Propor a fiscalização efetiva no controle dos parâmetros de emissão de efluentes industriais com relação ao teor de nitratos e fósforo;

PR - Propor a fiscalização efetiva no controle dos parâmetros de emissão de efluentes industriais com relação ao teor de nitratos e fósforo;

RO - Incentivar a adoção da gestão ambiental nas empresas;

RO - Oferecer incentivos às empresas que por iniciativa própria encontram maneiras mais eficazes, menos poluentes e utilizam os produtos naturais com menor desperdício;

RO - Implantar medidas enérgicas para que as grandes empresas diminuam a emissão de gases poluentes de GEE;

RR - Estabelecer diretrizes para incrementar, valorizar e a utilização da coleta seletiva dos resíduos produzido pelo homem nas plantas industriais.

SC - Coibir a implantação de plantas industriais onde não há comprovação da reutilização dos rejeitos e subprodutos, quando aplicável, mediante estudos e inventário de GEE.

SC - Fazer cumprir a co-responsabilidade das indústrias (pública e privada), quanto ao recolhimento e destinação adequada dos resíduos e sucatas oriundos de seus produtos.

SC - Aplicar os recursos provenientes das medidas mitigatórias dos impactos ambientais causados pelos empreendimentos industriais na própria região de ocorrência.

SC - Criar plano de controle na produção, distribuição e uso de fertilizantes nitrogenados.

SC - Criar e aperfeiçoar instrumentos que permitam fiscalizar efetivamente a emissão de GEE pelos agentes e atividades poluidores.

SP - Estabelecer normas mais restritivas para as emissões industriais e garantindo a eficiência da Fiscalização.

SP - Criar um sistema de monitoramento on-line das indústrias e outros poluidores ambientais, que seja aberto e público;

SP - Limitar ou proibir a fabricação e importação de eletrodomésticos que utilizem CFC's, HCFC's ou HFC's.

SP - Introduzir, no processo do licenciamento ambiental, dados sobre a emissão de gases de efeito estufa;

SP - Alterar a lei 6803/80 (zoneamento industrial), ou criar lei específica com o fim de instituir um fundo público destinado a: Realização de avaliações e estudos epidemiológicos locais; criação de um sistema de prevenção, proteção e tratamento da saúde da população do entorno e dos trabalhadores da região industrial; Avaliação dos impactos diretos e indiretos das atividades industriais; Instituição de um sistema de mitigação dos impactos diretos e indiretos decorrentes das atividades industriais, independentemente da responsabilidade do empreendedor. Para a gestão do referido fundo deverá haver a participação efetiva da sociedade civil organizada, de forma tripartite, do qual faça parte, inclusive, instituições especializadas na pesquisa e na avaliação dos impactos sobre a saúde humana.

SP - Promover a diminuição das emissões de gases do efeito estufa e aerossóis para a melhoria da qualidade do ar.

SP - Criar projeto de lei que obrigue as empresas a implantar projetos de absorção / reaproveitamento de resíduos que possam ser utilizados como matéria prima para fabricação de produtos com estudos preliminares de compatibilidade ambiental das ações.

Propostas de Síntese

32 - Implantar políticas de mitigação de gases de efeito estufa baseadas no princípio do poluidor pagador e no desenvolvimento sustentável da região do empreendimento.

33 - Aperfeiçoar o processo de licenciamento ambiental, exigindo a elaboração de inventários de GEE e a implementação de planos de redução de emissões de GEE, e aperfeiçoar, ainda, o processo de fiscalização, garantindo que os dados do monitoramento das indústrias sejam disponibilizados on-line.

34 - Estabelecer critérios para certificação de indústrias que façam mitigação e neutralização das emissões de GEEs.

35 - Criar plano de controle na produção, distribuição e uso de fertilizantes nitrogenados e geração de efluentes.

36 - Incentivar a adoção da gestão ambiental nas empresas, com ênfase para a elaboração de inventário de GEE, a substituição de combustíveis fósseis por fontes renováveis de energia e a gestão adequada dos resíduos, considerando, ainda, a co-responsabilidade da indústria em todo o ciclo de vida do produto.

37 - Limitar ou proibir a fabricação e importação de equipamentos e eletrodomésticos que utilizem CFCs, HCFCs ou HFCs e criar incentivos para a substituição de equipamentos e eletrodomésticos usados que contenham esses gases.

38 - Estimular a produção de cerâmicas à frio, utilizando o processo de solo cimentos/cal prensado à frio, para minimizar o uso de qualquer energia usada em olarias para queima.

39 - Alterar a lei 6803/80 para instituir um fundo público, com controle social, destinado a realização de avaliações e estudos epidemiológicos locais; criação de um sistema de prevenção, proteção e tratamento da saúde de trabalhadores e população local; e a avaliação dos impactos diretos e indiretos das atividades industriais.

- 40** - Promover a integração industrial, com ênfase na gestão, a fim de permitir o aproveitamento econômico de resíduos diversos e ações de produção mais limpa.
 - 42** - Propor a fiscalização efetiva no controle dos parâmetros de emissão de efluentes industriais com relação ao teor de nitratos e fósforo;
 - 43** - Vincular a aprovação de novas instalações industriais à existência de um projeto de destinação dos resíduos gerados em todo o ciclo de vida do produto, da produção ao consumo e pós-consumo, e criar mecanismos de adequação das indústrias existentes.
 - 44** - Trabalhar as múltiplas possibilidades de integração industrial, com ênfase na gestão, a fim de permitir o aproveitamento econômico de resíduos recicláveis, inclusive como matéria-prima, e a substituição dos combustíveis fósseis por formas de energia renovável, com o uso de tecnologias limpas para reduzir as emissões de gases tóxicos, realizando estudos preliminares de compatibilidade ambiental das ações.
 - 45** - Estabelecer diretrizes para incrementar e valorizar a utilização da coleta seletiva dos resíduos produzido pelo homem nas plantas industriais.
-



Transporte

Texto Original

Incentivar sistemas mais eficientes de transporte coletivo, com maior conforto para os usuários, tarifas acessíveis, substituição da frota em menor espaço de tempo, melhor formação e condições de trabalho para os condutores, bem como planejamento mais eficiente de rotas e integração;

Destaques

Substitutiva

CE - Incentivar sistemas **mais eficientes** de transporte coletivo, com **maior**-conforto para os usuários, tarifas acessíveis, substituição da frota em menor espaço de tempo, melhor formação e condições de trabalho **para os condutores, bem como e** planejamento mais eficiente de rotas e integração;

SC - Incentivar sistemas mais eficientes de transporte coletivo, com **maior conforto qualidade, segurança e ergonomia** para os usuários, tarifas acessíveis, substituição da frota em menor espaço de tempo, melhor formação e condições de trabalho para os condutores, bem como planejamento mais eficiente de rotas e integração, **com o objetivo de reduzir a circulação de veículos automotores particulares;**

Aditiva

MS - 1.7.1 Incentivar e **cobrar** sistemas mais eficientes de transporte coletivo, com maior conforto para os usuários, tarifas acessíveis, substituição da frota em menor espaço de tempo, melhor formação e condições de trabalho para os condutores, bem como planejamento mais eficiente de rotas e integração;

PA - Incentivar, **através de instrumentos econômicos**, sistemas mais eficientes de transporte coletivo, com maior conforto para os usuários, tarifas acessíveis, substituição da frota em menor espaço de tempo, melhor formação e condições de trabalho para os condutores, bem como planejamento mais eficiente de rotas e **terminais de** integração;

PB - 1.7.1 Incentivar sistemas mais eficientes de transporte coletivo, com maior conforto e **acessibilidade** para os usuários, tarifas acessíveis, substituição da frota em menor espaço de tempo, melhor formação e condições de trabalho para os condutores, bem como planejamento mais eficiente de rotas e integração;

PR - Incentivar sistemas mais eficientes de transporte coletivo, com maior conforto para os usuários, tarifas acessíveis, substituição da frota em menor espaço de tempo, melhor formação e condições de trabalho para os condutores, **priorizando e incentivando o uso de veículos de transporte movidos à energia elétrica, como trólebus e bondes**, bem como planejamento mais eficiente de rotas e integração, **tendo como prioridade municípios em áreas de mananciais em regiões metropolitanas. EX: Quatro Barras-PR;**

RS - Incentivar sistemas mais eficientes de transporte coletivo, com maior conforto para os usuários, tarifas acessíveis, **aperfeiçoamento de sistemas de informação aos usuários**, substituição da frota em menor espaço de tempo, melhor formação e condições de trabalho para os condutores, bem como planejamento mais eficiente de rotas e integração;

SP - **Fomentar, investir e** Incentivar sistemas mais eficientes de transporte coletivo, **de preferência sistemas de trens urbanos e metrô**s, com maior conforto para os usuários, tarifas acessíveis, substituição da frota em menor espaço de tempo, melhor formação e condições de trabalho para os condutores, bem como planejamento mais eficiente de rotas e integração;

Propostas de Síntese

1 - Incentivar sistemas mais eficientes de transporte coletivo, com preferência para sistemas de trens urbanos, bondes e metrô, com maior conforto, acessibilidade, qualidade, segurança, ergonomia e tarifas acessíveis para os usuários, aperfeiçoamento de sistemas de informação aos usuários, substituição da frota em menor espaço de tempo, fornecendo melhor formação e condições de trabalho para os condutores, bem como planejamento mais eficiente de rotas e integração.

Texto Original

Apoiar a substituição gradual de frota de transportes públicos e veículos do governo por outros movidos a biocombustíveis e que apresentem maior eficiência energética;

Destaques

Substitutiva

PA - **Apoiar Incentivar efetivamente** a substituição gradual de frota de transportes públicos e veículos do governo por outros movidos a biocombustíveis e que apresentem maior eficiência energética;

PR - **Apoiar a substituição gradual de Substituir gradualmente a** frota de transportes públicos e **de** veículos **em não conformidade com as normas de emissão de gases estufa do governo** por outros movidos a biocombustíveis e que apresentem maior eficiência energética;

SP - Apoiar e **incentivar** a substituição **gradual** de frota de transportes públicos e veículos do governo por outros movidos a biocombustíveis e que apresentem maior eficiência energética;

Aditiva

DF - Apoiar a substituição gradual de frota de transportes públicos e veículos do governo por outros movidos a biocombustíveis **entre outras fontes de energias sustentáveis** e que apresentem maior eficiência energética;

GO - Apoiar e **implementar** a substituição **e/ou adaptação** gradual de frota de transportes públicos e veículos do governo por outros movidos a biocombustíveis e que apresentem maior eficiência energética; **com o mínimo de 50% até 2020;**

MS - 1.7.2 **Incentivar** a substituição gradual da frota de transportes públicos e veículos do governo **movidos a combustíveis fósseis** por outros que apresentem maior eficiência energética e **menos poluentes;**

SC - Apoiar a substituição gradual de frota de transportes **coletivos** públicos e veículos do governo por outros movidos a biocombustíveis e que apresentem maior eficiência energética **qualitativa;**

Propostas de Síntese

2 - Apoiar e incentivar a substituição ou adaptação gradual de frota de transportes públicos e veículos do governo por outros movidos a biocombustíveis entre outras energias renováveis, e que apresentem maior eficiência energética.

Texto Original

Fomentar formas de transporte não motorizado, como o estímulo ao uso da bicicleta e correspondente implantação de ciclovias em cidades brasileiras;

Destaques

Aditiva

PA - Fomentar, **de acordo com as necessidades do município**, formas de transporte não motorizado, como o estímulo ao uso da bicicleta e correspondente implantação de ciclovias em cidades brasileiras;

PR - Fomentar formas de transporte não motorizado, como o estímulo ao uso da bicicleta, **tendo como exemplo o repasse dos recursos referentes ao vale-transporte pelas empresas aos funcionários por optarem por ir trabalhar de bicicleta** e correspondente implantação de ciclovias em cidades brasileiras;

SE - Fomentar formas de transporte não motorizado, como o estímulo ao uso da bicicleta e correspondente implantação e **manutenção** de ciclovias em cidades brasileiras, **bem como implantação de bicicletários e vestiários em empresas e órgãos públicos e privados**;

Propostas de Síntese

3 - Fomentar, de acordo com as necessidades do município, formas de transporte não motorizado, como o estímulo ao uso da bicicleta, tendo como exemplo o repasse dos recursos referentes ao vale-transporte pelas empresas aos funcionários por optarem por ir trabalhar de bicicleta e correspondente implantação e manutenção de ciclovias em cidades brasileiras, bem como implantação de bicicletários e vestiários em empresas e órgãos públicos e privados.

Texto Original

Valorizar os modais ferroviários e aquaviários, tanto em termos de transporte de passageiros como de cargas, tendo como horizonte, entre outros, a ampliação de iniciativas como a do projeto em estudo de trem-bala entre as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo;

Destaques

Supressão Total da Proposta

SC - Supressão Total da Proposta

Supressão Parcial

MA - Valorizar os modais ferroviários e aquaviários, tanto em termos de transporte de passageiros como de cargas, **tendo como horizonte, entre outros, a ampliação de iniciativas como a do projeto em estudo de trem-bala entre as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo**;

Substitutiva

AM - **Valorizar Reformular a matriz de transportes, incentivando** os modais ferroviários e aquaviários, tanto em termos de transporte de passageiros como de cargas, tendo como horizonte, entre outros, a ampliação de iniciativas como a do projeto em estudo de trem-bala entre as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo;

CE - Valorizar os **multimodais modais** ferroviários e aquaviários, tanto em termos de transporte de passageiros como de cargas, tendo como horizonte, entre outros, a ampliação de iniciativas como a do projeto em estudo de trem-bala entre as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo;

MS - 1.7.4 Valorizar os modais ferroviário e hidroviário, **promovendo a integração desses com o rodoviário**, tanto em termos de transporte de passageiros como de cargas, **observando que o modal rodoviário congestiona as rodovias, provocando mortes e maior poluição, considerando, ainda, que é o mais caro entre os modais, tendo como** Este horizonte **entre outros, a ampliação** amplia as iniciativas como a do projeto em estudo de trem-bala entre as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo;

PR - Valorizar os modais ferroviários e aquaviários, tanto em termos de transporte de passageiros como de cargas, tendo como horizonte, entre outros, a ampliação de iniciativas como a do projeto em estudo de trem-bala **em todo o território nacional e incentivar pesquisa para implementação de motores de hidrogênio como geradores de eletricidade entre as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo; já contantes no plano viário nacional e a priorização do estudo e implantação de terminais intermodais masi eficientes**;

Aditiva

RJ - Valorizar os modais ferroviários e aquaviários, tanto em termos de transporte de passageiros como de cargas, tendo como horizonte, entre outros, a ampliação de iniciativas como a do projeto em estudo de trem-bala entre as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo **e a implantação do eixo ferroviário paralelo ao eixo rodoviário a ser implantado no estado do Rio de Janeiro**;

RR - Valorizar os modais ferroviários e aquaviários **priorizando a utilização de energias limpas**, tanto em termos de transporte de passageiros como de cargas, tendo como horizonte, entre outros, a ampliação de iniciativas como a do projeto em estudo de trem-bala entre as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Propostas de Síntese

4 - Supressão Total da Proposta

5 - Reformular a matriz de transportes, incentivando os modais ferroviários e aquaviários, promovendo a integração desses com o rodoviário, priorizando a utilização de energias limpas, tanto em termos de transporte de passageiros como de cargas.



Texto Original

Incentivar ações de planejamento urbano que considerem a redução de deslocamentos dos cidadãos, por meio da desconcentração urbana, com respectiva previsão em planos diretores municipais;

Destaques

Substitutiva

AM - Incentivar ações de planejamento urbano que considerem a redução de deslocamentos dos cidadãos, por meio da desconcentração **de serviços urbanos, urbana**; com respectiva previsão em planos diretores municipais;

MS - 1.7.5 **Incentivar** Cobrar ações de planejamento urbano que considerem a redução de deslocamentos dos cidadãos, por meio da desconcentração urbana, com respectiva previsão em planos diretores municipais;

Aditiva

PB - 1.7.5 Incentivar ações de planejamento urbano **e rural** que considerem a redução de deslocamentos dos cidadãos, por meio da desconcentração urbana, com respectiva previsão em planos diretores municipais **em harmonia com a lei de acessibilidade**;

Propostas de Síntese

6 - Incentivar e cobrar ações de planejamento urbano que considerem a redução de deslocamentos dos cidadãos, por meio da desconcentração de serviços urbanos, com respectiva previsão em planos diretores municipais.

Texto Original

Promover maior interação com o setor automobilístico no sentido de incentivar uma maior eficiência energética de veículos automotores;

Destaques

Supressão Total da Proposta

ES - Promover maior interação com o setor automobilístico no sentido de incentivar uma maior eficiência energética de veículos automotores;**Supressão Total da Proposta**

Substitutiva

PR - **Promover Incentivar uma** maior interação com o setor automobilístico no sentido de incentivar uma maior eficiência energética de veículos automotores;

SC - **Promover maior interação com Propor política de eficiência para** o setor automobilístico no sentido de incentivar uma maior eficiência energética de veículos automotores;

Aditiva

PA - Promover maior interação com o setor automobilístico no sentido de incentivar, **através da redução de impostos para as indústrias montadoras**, uma maior eficiência energética de veículos automotores;

Propostas de Síntese

7 - Supressão Total da Proposta

8 - Promover maior interação com o setor automobilístico no sentido de incentivar, através da redução de impostos para as montadoras, uma maior eficiência energética de veículos automotores.

Texto Original

Fomentar a base institucional e disseminação de conhecimentos necessários para o desenvolvimento de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL associados a emissões evitadas no transporte coletivo por meio de uso de biocombustíveis e/ou arranjos organizacionais;

Destaques

Supressão Total da Proposta

GO - **Supressão Total da Proposta**

Substitutiva

PA - Fomentar a base institucional e disseminação de conhecimentos necessários para o desenvolvimento de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL associados a emissões evitadas no transporte coletivo por meio de uso de biocombustíveis, **e/ou** arranjos organizacionais **e substituição de frotas, aplicando as leis existentes de forma efetiva**;

SC - Fomentar a base institucional e disseminação de conhecimentos necessários para o desenvolvimento de projetos **de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL sustentáveis e de eficiência energética** associados a emissões evitadas no transporte coletivo por meio de uso de biocombustíveis e/ou arranjos organizacionais;

Propostas de Síntese

9 - Supressão Total da Proposta

10 - Fomentar a base institucional e disseminação de conhecimentos necessários para o desenvolvimento de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL, sustentáveis e de eficiência energética, associados a emissões evitadas no transporte coletivo por meio de uso de biocombustíveis, arranjos organizacionais e substituição de frotas.

Texto Original

Estabelecer medidas que desestimulem o uso de veículos individuais em centros urbanos e áreas residenciais;

Destaques**Supressão Total da Proposta**

PR - Estabelecer medidas que desestimulem o uso de veículos individuais em centros urbanos e áreas residenciais;**Supressão Total da Proposta**

Substitutiva

RR - **Estabelecer Incentivar** medidas que desestimulem o uso de veículos individuais em centros urbanos e áreas residenciais.

SP - Estabelecer medidas compensatórias que estimulem o uso de veículos **individuais** particulares de forma coletiva. **que desestimulem o uso de veículos individuais** em centros urbanos e áreas residenciais;

Aditiva

RO - Estabelecer medidas que desestimulem o uso de veículos movidos a combustíveis fósseis individuais em centros urbanos e áreas residenciais;

Propostas de Síntese

11 - Supressão Total da Proposta

12 - Estabelecer e incentivar medidas que desestimulem o uso de veículos individuais em centros urbanos e áreas residenciais.

Texto Original

Promover a disseminação das vantagens do uso de transporte público;

Destaques**Supressão Total da Proposta**

AM - Promover a disseminação das vantagens do uso de transporte público;**Supressão Total da Proposta**

SC - **Supressão Total da Proposta****Aditiva**

CE - Promover a disseminação das vantagens do uso de transporte público **e não poluentes**;

MS - 1.7.9 Promover a disseminação das vantagens e incentivar o uso de transporte público;

PR - Promover a disseminação das vantagens do uso de transporte público **e alternativos**;

RS - Promover a disseminação das vantagens do uso de transporte público **com qualidade**;

Propostas de Síntese

13 - Supressão Total da Proposta

14 - Promover a disseminação das vantagens e incentivar o uso de transporte público com qualidade, não poluentes e alternativos.

Texto Original

Propor incentivos fiscais para a fabricação e uso de veículos híbridos, que apresentem menores emissões de gases poluentes;

Destaques**Supressão Total da Proposta**

AM - Propor incentivos fiscais para a fabricação e uso de veículos híbridos, que apresentem menores emissões de gases poluentes;**Supressão Total da Proposta**

Substitutiva

MS - 7.10 **Propor Disponibilizar** incentivos fiscais para a fabricação e uso de veículos híbridos, que apresentem menores emissões de gases poluentes;

SC - Propor **incentivos fiscais desoneração tributária** para a fabricação e uso de veículos híbridos, que apresentem menores emissões de gases poluentes;

Aditiva

RJ - Propor incentivos fiscais para a fabricação e uso de veículos híbridos, **inclusive elétricos**, que apresentem menores emissões de gases poluentes;

Propostas de Síntese

15 - Supressão Total da Proposta

16 - Propor incentivos fiscais para a fabricação e uso de veículos híbridos, inclusive elétricos, que apresentem menores emissões de gases poluentes.

Texto Original

Promover o conceito de mobilidade, que visa promover melhorias no deslocamento em cidades brasileiras, tornando-as mais acessíveis a seus habitantes, inclusive os que possuem dificuldades de locomoção, e contribuindo para a significativa mudança nos hábitos e padrões de consumo de energia e combustíveis;



Destaques

Substitutiva

AC - Promover o conceito de Fomentar a mobilidade urbana, que **visa** vise promover melhorias no deslocamento em cidades brasileiras, tornando-as mais acessíveis a seus habitantes, inclusive os que possuem dificuldades de locomoção, e contribuindo para a significativa mudança nos hábitos e padrões de consumo de energia e combustíveis

MS - 1.7.11 Promover o conceito de mobilidade, que visa **promover** melhorias no deslocamento em cidades brasileiras, tornando-as mais acessíveis a seus habitantes, inclusive os que possuem dificuldades de locomoção, e contribuindo para a significativa mudança nos hábitos e padrões de consumo de energia e combustíveis e obrigando os profissionais a fazerem cursos na área de acessibilidade

PA - Promover o conceito de mobilidade, que visa **promover incentivar** melhorias no deslocamento em cidades brasileiras, tornando-as mais acessíveis a seus habitantes, inclusive os que possuem dificuldades de locomoção, e contribuindo para a significativa mudança nos hábitos e padrões de consumo de energia e combustíveis;

PB - 1.7.11 REVER o conceito de mobilidade, que visa promover melhorias no deslocamento em cidades brasileiras, tornando-as mais acessíveis a seus habitantes, inclusive os que possuem dificuldades de locomoção, e contribuindo para a significativa mudança nos hábitos e padrões de consumo de energia e combustíveis;

SC - Promover o conceito de acessibilidade, caminhabilidade e mobilidade, que visa promover melhorias no deslocamento em cidades brasileiras, **tornando-as mais acessíveis a seus habitantes, inclusive os que possuem dificuldades de locomoção**, e contribuindo para a significativa mudança nos hábitos e padrões de consumo de energia e combustíveis;

Aditiva

AM - Promover o conceito de mobilidade, que visa promover melhorias nas calçadas e vias de acesso no deslocamento em cidades brasileiras, tornando-as mais acessíveis a seus habitantes, inclusive os que possuem dificuldades de locomoção, e contribuindo para a significativa mudança nos hábitos e padrões de consumo de energia e combustíveis;

ES - Promover o conceito de mobilidade, que visa **promover incentivar** melhorias no deslocamento em cidades brasileiras, tornando-as mais acessíveis a seus habitantes, inclusive os que possuem dificuldades de locomoção, e contribuindo para a significativa mudança nos hábitos e padrões de consumo de energia e combustíveis;

Propostas de Síntese

17 - Rever o conceito de mobilidade, que visa promover melhorias no deslocamento em cidades brasileiras, tornando-as mais acessíveis aos seus habitantes, inclusive os que possuem dificuldades de locomoção, contribuindo para a significativa mudança nos hábitos e padrões de consumo de energia e combustíveis.

18 - Promover o conceito de mobilidade urbana, visando promover melhorias no deslocamento em cidades brasileiras, tornando-as mais acessíveis a seus habitantes, inclusive aos que possuem dificuldades de locomoção, contribuindo para a significativa mudança nos hábitos e padrões de consumo de energia e combustíveis.

Texto Original

Promover o planejamento urbano que incorpore a redução das emissões de gases de efeito estufa como componente estrutural das cidades e áreas urbanas do futuro;

Destaques

Substitutiva

SC - Promover o planejamento urbano que incorpore a redução das emissões de **gases de efeito estufa poluentes** como componente estrutural das cidades e áreas urbanas do futuro;

Aditiva

PR - Promover o planejamento urbano que incorpore a redução das emissões de gases de efeito estufa como componente estrutural das cidades e áreas urbanas do futuro **principalmente pela expansão da arborização urbana com pesquisas de novos meios de transporte e implantação imediata de novas tecnologias descobertas como projeto piloto**;

Propostas de Síntese

19 - Promover o planejamento urbano que incorpore a redução das emissões de gases de efeito estufa e poluentes como componente estrutural das cidades e áreas urbanas do futuro.

Texto Original

Prover incentivos econômicos para a compra de veículos automotivos e equipamentos que tenham menor consumo de combustível e de energia, inclusive de frotas cativas, transporte coletivo e veículos oficiais;

Destaques

Supressão Total da Proposta

AM - Prover incentivos econômicos para a compra de veículos automotivos e equipamentos que tenham menor consumo de combustível e de energia, inclusive de frotas cativas, transporte coletivo e veículos oficiais;**Supressão Total da Proposta**

PR - Prover incentivos econômicos para a compra de veículos automotivos e equipamentos que tenham menor consumo de combustível e de energia, inclusive de frotas cativas, transporte coletivo e veículos oficiais;**Supressão Total da Proposta**

Substitutiva

MS - 1.7.13 Prover incentivos econômicos para a **compra** fabricação de veículos automotivos e equipamentos que tenham menor consumo de combustível e de energia;

PB - 1.7.13 Prover incentivos econômicos para a compra de veículos automotivos e equipamentos que tenham **usem biocombustíveis menor consumo de combustível e de energia**, inclusive de frotas cativas, transporte coletivo e veículos oficiais;

Aditiva

ES - Prover **Conceder** incentivos **econômicos fiscais** para a compra de veículos automotivos e equipamentos que tenham menor consumo de combustível e de energia, inclusive de frotas cativas, transporte coletivo e veículos oficiais;

GO - Prover incentivos econômicos para a compra **e/ou conversão** de veículos automotivos e equipamentos que tenham menor consumo de combustível e de energia, inclusive de frotas cativas, transporte coletivo e veículos oficiais;

PA - Prover incentivos econômicos para a compra de veículos automotivos e equipamentos que tenham menor consumo de combustível e de energia, inclusive de frotas cativas, transporte coletivo e veículos oficiais, **bem como para a manutenção de frotas e fortalecer a inspeção veicular no tocante às emissões de gases**;

Propostas de Síntese

20 - Supressão Total da Proposta

21 - Prover incentivos econômicos e fiscais para a fabricação de veículos automotivos e equipamentos que tenham menor consumo de combustível e de energia.

22 - Prover incentivos econômicos e fiscais para a compra de veículos automotivos e equipamentos que tenham menor consumo de combustível e de energia, inclusive de frotas cativas, transporte coletivo e veículos oficiais.

Texto Original

Acompanhar a elaboração e implementação dos Planos Diretores de Transporte e Mobilidade Urbana junto às médias e grandes cidades brasileiras.

Destaques**Supressão Parcial**

GO - Acompanhar a elaboração e implementação dos Planos Diretores de Transporte e Mobilidade Urbana junto **às médias e grandes** cidades brasileiras.

SC - Acompanhar a elaboração e implementação dos Planos Diretores de Transporte e Mobilidade Urbana junto às **médias e grandes** cidades brasileiras.

Substitutiva

AM - **Estimular a sociedade civil a** acompanhar a elaboração e implementação **das leis específicas dos Planos Diretores** de Transporte e Mobilidade Urbana junto às médias e grandes cidades brasileiras.

PA - Acompanhar a elaboração e implementação dos Planos Diretores de Transporte e Mobilidade Urbana **junto às médias e grandes nas** cidades brasileiras **como um todo**.

PB - 1.7.14 Acompanhar a elaboração **e implantação implementação** dos Planos Diretores **municipais participativos com atenção especial aos temas: de Transporte Mobilidade** Urbana e rural, junto às **médias e grandes** cidades brasileiras.

Aditiva

AC - Acompanhar a elaboração e implementação dos Planos Diretores de Transporte e Mobilidade Urbana junto às **pequenas**, médias e grandes cidades brasileiras.

MS - 1.7.14 **Exigir e** acompanhar a elaboração e implementação dos Planos Diretores de Transporte e Mobilidade Urbana junto às médias e grandes cidades brasileiras e **implementar seu respectivo conselho**.

SE - Acompanhar a elaboração e implementação dos Planos Diretores de Transporte e Mobilidade Urbana junto às **pequenas**, médias e grandes cidades brasileiras.

Propostas de Síntese

23 - Acompanhar a elaboração e implementação dos Planos Diretores de Transporte e Mobilidade Urbana junto às cidades brasileiras, estimulando a participação da sociedade civil em sua elaboração.

Novas Propostas

AL - Incentivar os projetos intermodais de transporte coletivo;

AL - Criar subsídios para reduzir o custo do transporte coletivo;

AL - Ampliar e resgatar as linhas ferroviárias para o transporte urbano e intermunicipal;

AL - Incentivar o uso do gás natural como combustível reduzindo a poluição do meio ambiente;

AM - Estabelecer uma moratória para as obras de reconstrução da Rodovia BR 319 pelos menos entre o trecho Careiro Castanho e Humaitá (AM) para que a sociedade civil, órgãos governamentais, não governamentais e demais atores envolvidos avaliem as alternativas de transporte que melhor atendam a necessidade de ligação entre o Amazonas e a Região Centro – Sul - do Brasil, considerando seus impactos e benefícios ambientais, sociais e econômicos, bem como a melhoria da qualidade de vida para as populações a serem afetadas pelas obras;

AM - Reestruturar a malha aeroviária, aquaviária, rodoviária e ferroviária visando a melhoria do transporte do país;

AM - Promover eficaz interação entre governo e sociedade através de medidas socioeducativas, visando minimizar mediante ações de conscientização, a utilização desnecessária de veículos particulares;

AM - Priorizar o modal ferroviário para a promoção de desenvolvimento sustentável em áreas com elevado risco de impacto ambiental;

AM - Reduzir para 5 anos o tempo de uso dos veículos de transporte coletivo e que sejam feitas manutenções semestrais a fim de reduzir a emissão de gases poluentes;

AM - Fiscalizar efetivamente os transportes coletivos aquaviários pelos órgãos competentes;

AM - Implementação de estudos socioambientais de logística necessárias para que os principais rios navegáveis brasileiros, principalmente da Amazônia possam ser utilizados como hidrovia;

AM - Paralisar e reavaliar a construção e reconstrução das rodovias previstas no PAC para a Amazônia, com potencial gerador de grandes extensões de desmatamentos e emissão de GEE – Gases de Efeito Estufa, priorizando alternativas de transporte mais viáveis do ponto de vista social, ambiental e econômico como as ferrovias e hidrovias;



AM - Paralisar a construção e reconstrução das rodovias previstas no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) para a região amazônica, que tenham potencial de gerar grandes extensões de desmatamento e emissão de GEE, reavaliando e priorizando alternativas de transporte mais viáveis do ponto de vista ambiental, social e econômico, como as ferrovias e hidrovias;

AP - Incentivar a utilização de transporte alternativo como triciclos e motos híbridos elétricos.

CE - Implementar o uso de catalizadores em transportes alternativos e o uso das ferrovias, intensificar a fiscalização de veículos automotores emissores de CO₂ e fumaça negra, melhorar o transporte público e incentivar o uso de bicicletas.

DF - Priorizar o modal ferroviário para a promoção do desenvolvimento sustentável em áreas com elevado risco de degradação ambiental em todos os biomas brasileiros.

ES - Planejar e investir mais recursos financeiros para a recuperação e ampliação da malha rodoviária, ferroviária e aquaviária.

ES - Adequar a resolução CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente - que trata das emissões de veículos automotores, visando a adoção de novas tecnologias para maior eficiência energética dos motores.

GO - MDL- (Mecanismos de Desenvolvimento Limpo) nas cidades incentivar a redução da emissão de gases de efeito estufa e a geração de créditos de carbono;

GO - Obrigar empresas transporte a utilizar em 5% da frota, combustível limpo, tais como, gás natural, biodiesel e álcool até 2010;

GO - Implantar o plano de controle da poluição veicular, através da inspeção, visando um maior controle quando à poluição veicular e instalação de rede de monitoramento da qualidade do ar;

MA - Ampliar o transporte ferroviário para produção agrícola e de passageiros; - Estabelecer por Lei que, a partir de 2012, os automóveis brasileiros e importados que circulem em solo brasileiro sejam produzidos para alcançar a velocidade máxima de 120 km/h, objetivando salvar vidas a curto e longo prazo e diminuir o efeito estufa. - Estabelecer Política Pública de transporte coletivo (gratuito e urbano de qualidade), como forma de diminuição da poluição (sonora, resíduos sólidos, gases, entre outros) provocada pelo excesso de veículos automotores, com as devidas campanhas educativas para a esta política.

MA - Estabelecer por Lei que, a partir de 2012, os automóveis brasileiros e importados que circulem em solo brasileiro sejam produzidos para alcançar a velocidade máxima de 120 km/h, objetivando salvar vidas a curto e longo prazo e diminuir o efeito estufa.

MA - Ampliar o transporte ferroviário para produção agrícola e de passageiros;

MA - Estabelecer Política Pública de transporte coletivo (gratuito e urbano de qualidade), como forma de diminuição da poluição (sonora, resíduos sólidos, gases, entre outros) provocada pelo excesso de veículos automotores, com as devidas campanhas educativas para a esta política.

MA - Criar política de incentivo à implantação de ciclovias;

MG - Adequação de potência de motor e da legislação, educação no trânsito, mobilização, investimento na renovação da frota, educação e sensibilização de motoristas e pedestres. Incentivar ao uso do biodiesel em veículos leves, gestão mais contundente a questão do combustível alternativo. Investir em transporte coletivo de qualidade, com mão de obra qualificada.

MG - Garantir e aumentar a fiscalização em ônibus, caminhões e veículos leves para assegurar uma boa regulação do motor e conseqüente queima mais eficiente de combustíveis.

MG - Criar e executar políticas públicas visando a viabilização de pistas de caminhadas e ciclovias.

MG - Melhorar a qualidade e a quantidade dos transportes coletivos priorizando a utilização de combustíveis alternativos.

MG - Revitalizar, criar e expandir novas linhas para transporte ferroviário de cargas e passageiros.

MG - Priorizar a criação e execução de política nacional de transporte público e coletivo reduzindo a quantidade de automóveis nas ruas e melhorando o trânsito das cidades.

MG - Integrar o interior do País por meio do incentivo aos transportes nos modos ferroviário e fluvial.

MG - Criar e executar políticas públicas que priorizem e incentivem o desenvolvimento de tecnologias para a produção de veículos não poluentes como o elétrico, a hidrogênio, entre outros.

MG - Criar e executar políticas públicas para a criação e ampliação de novas linhas de trens metropolitanos nas grandes cidades para o transporte de passageiros.

MG - Criar leis mais rígidas quanto à emissão de gases poluentes pelo transporte em geral, e que tenha uma fiscalização mais efetiva.

MG - Investimento em pesquisa científica.

MG - Incentivo na aquisição de veículos para a renovação da frota de coletivos com combustíveis alternativos.

MG - Criar mecanismos que incentivem a carona solidária.

MG - Garantir e respeitar o direito dos usuários dos transportes coletivos como ônibus, trens e metrô à qualidade dos serviços bem como a implantação da tarifa reduzida e integrada nas regiões metropolitanas.

MG - Incentivo a: transporte solidário, carona programada, transportes alternativos como bicicleta, caminhadas em pequenos percursos;

MG - Aproveitamento de malhas ferroviárias;

MS - Criar novas ciclovias nos municípios e um projeto para incentivar o uso de bicicleta, com isso diminuiria o uso do carro, diminuindo o acúmulo de carbono na atmosfera, sendo um meio de transporte limpo que ajuda a evitar a poluição do nosso ar;

MS - Promover ações de mudança de hábito de uso de transporte e de padrões de consumo de energia e combustíveis para a população;

MS - Ampliar, por meio de programas governamentais específicos, o patamar de investimentos no incremento ao uso de transportes coletivos, especialmente naqueles menos poluentes, atrelando tais ações ao desenvolvimento de fontes alternativas de combustíveis.

MS - Acompanhar a elaboração e implementação de Planos Diretores de Transporte e Mobilidade junto às médias e grandes cidades brasileiras;

MT - Acompanhar a elaboração e implementação dos planos diretores de transporte e mobilidade junto às pequenas, médias e grandes cidades brasileiras e que também contemple às pessoas com necessidades especiais promovendo a inclusão social destas levando em consideração o Plano de Urbanização e Paisagismo do município.

PA - Aplicar imediatamente as leis que tratam das questões direcionadas à inspeção veicular da frota circulante quanto ao controle da emissão de gases poluentes e ruídos, conforme prescreve a Portaria 85/96 do Ibama, e mais o artigo 104 e artigo 131 parágrafo 3º do CTB, e demais leis municipais que regulamentam o transporte público individual e coletivo de passageiros;

PA - Construir, conservar e melhorar as condições das estradas vicinais para o escoamento da produção agrícola;

PE - Incentivar a elaboração e a implementação de Planos Diretores de Transporte que considerem sistemas eficientes de redução das emissões de gases de efeito estufa incorporando o conceito de mobilidade urbana, priorizando o transporte coletivo, com maior conforto para os usuários, tarifas acessíveis, substituição da frota em menor espaço de tempo, melhor formação e condições de trabalho para os condutores

PI - Implementar instrumentos de avaliação e controle de gases de efeito estufa decorrentes de transportes coletivos e particulares que não estão no padrão de qualidade exigido.

PR - Coibir a construção de novas rodovias, dentro ou no entorno de unidades de conservação da mata atlântica considerando que a participação do modal rodoviário na matriz de transporte nacional brasileiro é estimada em 61,1% e que segundo os padrões e diretrizes internacionais, um país com as dimensões do Brasil deveria ter no máximo 41%;

- PR** - Produzir etanol, revendo o processo de produção da cana, evitando queimadas frequentes. Incentivar a fabricação de veículos movidos a etanol na montadoras dos estados, aumentando o seu uso;
- PR** - Promover o uso de biocombustível em substituição ao combustível fóssil e aumentar a adição de biodiesel ao diesel;
- PR** - Criar metas progressivas para o não uso de combustíveis fósseis nos carros de empresas e do poder público. Que as novas aquisições de veículos públicos se limitem a veículos movidos à energia renovável (biodiesel, elétricos, etc);
- PR** - Criar política governamental de incentivo à troca de carros impróprios para uso, por veículos movidos a biodiesel com redução de impostos e incentivar o transporte urbano ecologicamente correto;
- PR** - Incentivar investimentos em transporte coletivo elétrico e estimular o desenvolvimento tecnológico de veículos elétricos e outros sem combustão interna tanto para uso coletivo como individual;
- PR** - Investir na expansão da malha ferroviária nacional de passageiros e de transporte de carga, adequando os veículos para tecnologias modernas, bem como equipar tais veículos com motores a hidrogênio, incentivando financeiramente universidades e pesquisadores para concretizar esse objetivo;
- PR** - Criar legislação que torne obrigatório ao motorista de transporte pesado (ônibus e caminhões) desligar o motor enquanto o veículo estiver parado e promover a fiscalização em terminais e rodovias;
- PR** - Implantar nos Planos Diretores dos municípios a melhoria do transporte público, como planejamento do transporte como um todo e o planejamento urbano com vistas à redução de deslocamentos;
- PR** - Viabilizar rodízios a partir de 2008, conforme a frota de veículos dos municípios e de veículo pro proprietário, investindo no transporte coletivo de qualidade, criando legislação no ano seguinte (2009), que contemple a viabilização dos rodízios;
- PR** - Estabelecer disposição legal que determine que as empresas de transportes de carga e de passageiros se responsabilizem por plantar reservas florestais correspondentes ao número de veículos utilizados;
- PR** - Estabelecer políticas alternativas para o transporte, conscientizando, incentivando e priorizando o transporte coletivo urbano e intermunicipal em todos os municípios, abrangendo os pequenos municípios, melhorando a sua qualidade, bem como a das estradas e barateando os pedágios, como forma de diminuir a quantidade de veículos nas ruas e nas rodovias, diminuindo a poluição sonora além de colaborar com a fluidez do tráfego;
- PR** - Incentivar a intensificação de sistemas de transporte coletivo e redução gradativa da produção e uso de veículos de transporte individual;
- RJ** - Formulação de Políticas Públicas que incentivem modalidades de transporte limpo e saudável, sendo no âmbito Municipal: as Cicloviárias; e no âmbito Estadual/Federal: Ferrovias e nos âmbitos Municipal, Estadual e Federal: Hidrovias; com a utilização de combustíveis menos poluentes, com incentivos fiscais para transferência de transporte de carga das rodovias para as ferrovias.
- RJ** - Acompanhar e interferir na elaboração e implementação dos Planos Diretores de Transporte e Mobilidade Urbana junto às cidades brasileiras com mais de 100.000 habitantes e as situadas em regiões metropolitanas e de desenvolvimento integrado, visando os aspectos de integração intermodal que contemple o uso de combustível alternativo;
- RN** - Implementar políticas que melhorem e estimulem o uso de transporte público de massa com integração dos sistemas, utilizando energia alternativa.
- RN** - Priorizar o transporte público ou coletivo (trem, metrô, ônibus, balsa) e criação de rodízio veicular.
- RN** - Ampliar em âmbito estadual o transporte ferroviário e garantir sua qualidade, com a finalidade de reduzir a emissão de gases do efeito estufa.
- RN** - Privilegiar o uso gradual de biocombustíveis na frota automotiva.
- RS** - Propor incentivos fiscais para fabricação de veículos com o uso de energia de fontes renováveis e uso de veículos híbridos que apresentam menores emissões de gases poluentes.
- SC** - Incentivar investimentos em novas tecnologias e transferência de tecnologias limpa ou alternativas que possibilitem a redução no consumo de combustíveis fósseis, em especial no que se refere ao transporte;
- SC** - Reduzir o IPI/ICMS na montagem/comercialização de bicicletas visando aumentar sua aquisição e uso.
- SC** - Promover, valorizar e implantar a mudança gradativa no modelo de logística e infra-estrutura de transporte de cargas e passageiros passando do sistema de rodovias para ferrovias e hidrovias.
- SC** - Promover campanhas de educação no sentido de incentivar caronas solidárias.
- SC** - Ampliar e estruturar a fiscalização sobre emissões de gases de veículos automotivos e aplicar os recursos das multas provenientes no fomento de pesquisa em tecnologias de redução dos gases veiculares.
- SE** - PROMOVER A FISCALIZAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES COM MAIS DE 3 ANOS DE USO NO QUE SE REFERE À SUA REGULAÇÃO PARA EMISSÃO DE MENOS GASES POLUENTES.
- SP** - O Poder Público deve implantar um sistema de transporte coletivo eficiente e sustentável, incentivando a diminuição da utilização de veículos automotores, para mitigar os efeitos poluidores e efeito estufa, contribuindo para qualidade de vida.
- SP** - O Poder Público deve ampliar a fiscalização e o controle do uso de embarcações fluviais e marítimas.
- SP** - Os três níveis de Governo (municipal, estadual e federal) deverão priorizar políticas públicas que invistam na agilização de implantação de linhas de metrô e trens metropolitanos e que também promovam parcerias com setores empresariais e de pesquisa e promover a desoneração fiscal do metrô.
- SP** - As políticas de transporte devem ter como um objetivo, substituir os atuais meios de transporte coletivo e de carga por aqueles que utilizem combustíveis de menor potencial poluidor em emissão de gases, vapores e partículas que se acumulam na atmosfera (ex. álcool, biogás, energia elétrica, hidrogênio, etc.).
- SP** - Os cidadãos devem exigir, fiscalizar e apoiar medidas que contribuam para potencializar o transporte coletivo e sua qualidade e também, fazer sua parte, optando, sempre que possível, por deslocamentos em transportes coletivos, transporte solidário, hidroviário, bicicleta e a pé
- SP** - Prefeitura, Estado e Governo Federal devem: desenvolver políticas de incentivos fiscais à fabricação de bicicletas e outros veículos "limpos"
- SP** - As Empresas e Escolas e condomínios devem incentivar e apoiar o uso de bicicletas como meio de transporte, instalar bicicletários, trabalhar educação para o trânsito e estimular caronas entre funcionários, estudantes e familiares.
- SP** - Prefeitura, Estado e Governo Federal devem: regulamentar o uso de veículos "limpos", do biocombustível, realizar a inspeção veicular e mudar legislação sobre limite de enxofre no óleo diesel para 50 ppm.
- SP** - Maior eficiência do transporte público urbano para estimular o transporte coletivo.
- SP** - Incentivar o transporte coletivo, com a utilização de combustíveis sustentáveis e de transportes alternativos não poluentes como a bicicleta, criando e implementando um plano de mobilidade urbana.
- SP** - Criação de Cicloviárias e toda a infra-estrutura para usuários de bicicletas como estacionamentos, principalmente em estações de trem e banheiros com chuveiros.
- SP** - Construção de novas malhas ferroviárias, reformas, conservação e manutenção das malhas ferroviárias existentes e conexão com as estações de metrô. Regionalização do metrô.



SP - Obrigatoriedade de equipamentos anti-poliuição para veículos motorizados, novos e antigos, bem como fiscalização e multas a infratores.

SP - Criação de usinas de Bio-Combustível.

SP - Política de incentivo a produção e financiamentos a veículos movidos a hidrogênio e eletricidade.

SP - Acordos internacionais para instalação de ferrovias e hidrovias com alta tecnologia, preferencialmente sem o uso de combustíveis fósseis.

SP - Revitalização de Ferrovias e Implantação de Hidrovias para escoamento de produção brasileira e minimização de uso de combustíveis fósseis e uso de rodovias.

SP - Incentivar e apoiar a instalação de metrô e ciclovias nos centros urbanos, como formas de redução do consumo tanto dos combustíveis fósseis como dos biocombustíveis.

SP - Fomentar junto às competências do Poder Público e Iniciativa Privada, a utilização do transporte hidroviário, a partir do aproveitamento estratégico do Rio Tietê em sua extensão que possibilite o escoamento de grãos, sólidos e líquidos, principalmente nas maiores distâncias, desafogando o modal rodoviário e promovendo um ganho ambiental de grande escala já que a emissão de gases poluentes será bastante reduzida com essa transferência de operações de transportes de cargas de um modal poluente como é o transporte por rodovias, passando para um modal tecnicamente bem menos poluente como são as hidrovias.

TO - Incentivar as fábricas automobilísticas a produzirem transportes movidos a combustíveis limpos.

TO - Propor às indústrias automobilísticas a fabricação de veículos de todo porte que consumam menos combustíveis, ou seja mais eficiente, estabelecendo o mínimo de km/L rodado e estabelecendo prazo para a implementação da lei;

Propostas de Síntese

24 - Priorizar a criação de uma Política Nacional de Transportes Coletivos Urbanos, visando oferecer um transporte coletivo urbano de qualidade, melhorar a qualidade e a quantidade dos transportes coletivos, priorizando a utilização de combustíveis alternativos, criando subsídios para reduzir preço, incentivando a aquisição de veículos para a renovação da frota, com investimentos em veículos elétricos; Incentivar ainda, a integração dos sistemas e criação e ampliação de novas linhas de trens metropolitanos nas grandes cidades; a elaboração e a implementação de Planos Diretores de Transporte que considerem sistemas eficientes de redução das emissões de gases de efeito estufa incorporando o conceito de mobilidade urbana, priorizando o transporte coletivo, com maior conforto para os usuários, tarifas acessíveis, substituição da frota em menor espaço de tempo, melhor formação e condições de trabalho para os condutores.

25 - Criação de ciclovias e projetos para incentivar o uso de bicicleta e toda a infra-estrutura para usuários de bicicletas como estacionamentos, principalmente em estações de trem e banheiros com chuveiros e propor incentivos fiscais para a fabricação de bicicletas.

26 - Propor a paralisação e reavaliar a construção e reconstrução das rodovias previstas no PAC para a Amazônia, estabelecendo uma moratória para as obras de reconstrução da Rodovia BR 319, pelo menos entre o trecho Careiro Castanho e Humaitá (AM), para que a sociedade civil, órgãos governamentais, não governamentais e demais atores envolvidos avaliem as alternativas de transporte que melhor atendam a necessidade de ligação entre o Amazonas e a Região Centro – Sul do Brasil e coibir a construção de novas rodovias, dentro ou no entorno de unidades de conservação.

27 - Promover o uso de biocombustível, com criação de usinas de biocombustível, e gás natural em substituição ao combustível fóssil, aumentar a adição de biodiesel ao diesel, promovendo uma política de uso do biodiesel em veículos leves, com educação e sensibilização de motoristas e pedestres, bem como, aumentar a fiscalização em ônibus, caminhões e veículos, criando política governamental de incentivo à troca de carros e propor norma legal de redução do limite de enxofre no óleo diesel para 50 ppm, incentivando ainda, fábricas automobilísticas a produzirem veículos movidos a combustíveis limpos e adequar a resolução CONAMA que trata das emissões de veículos automotores, visando a adoção de novas tecnologias para maior eficiência energética.

28 - Planejar e investir mais recursos financeiros para a recuperação e ampliação da malha rodoviária, ferroviária e aquaviária visando a melhoria do transporte do país, revitalizando, criando e expandindo novas linhas para transporte ferroviário de cargas e passageiros possibilitando integração com os transportes urbanos e buscando acordos internacionais para instalação de ferrovias e hidrovias com alta tecnologia.

29 - Promover estudos socioambientais buscando logística necessária para os principais rios navegáveis brasileiros, promovendo implantação de hidrovias para escoamento de produção e fomentar junto ao Poder Público e Iniciativa Privada, a utilização do transporte hidroviário fiscalizando efetivamente os transportes coletivos aquaviários.

30 - Promover eficaz interação entre governo e sociedade através de medidas socioeducativas, promovendo ações de mudança de hábito de uso de transporte e de padrões de consumo de energia e combustíveis para a população, visando minimizar mediante ações de conscientização, a utilização desnecessária de veículos particulares, incentivando a utilização de transporte alternativo como triciclos e motos híbridos elétricos e criando mecanismos que incentivem a carona solidária.

31 - Implantar o plano de controle da poluição veicular, através da inspeção e promoção da obrigatoriedade de equipamentos anti-poliuição para veículos, criando leis mais rígidas quanto à emissão de gases poluentes pelo transporte em geral e substituindo os atuais meios de transporte coletivo e de carga por aqueles que utilizem combustíveis de menor potencial poluidor.

32 - Propor legislação, que determine que, a partir de 2012, os automóveis brasileiros e importados que circulem em solo brasileiro sejam produzidos para alcançar a velocidade máxima de 120 km/h.

33 - Estabelecer disposição legal que determine que as empresas de transportes de cargas e passageiros se responsabilizem por plantar reservas florestais correspondentes ao número de veículos utilizados.

Recursos Hídricos

Texto Original

Fortalecer o Monitoramento Hidrometeorológico, por meio de uma rede de estações com operação estável para produção de dados contínuos e confiáveis que permitam conhecer, cada vez melhor, a situação de quantidade e qualidade da água no país e as influências no regime hidrológico em função de ações antrópicas e de alterações climáticas. Esses dados alimentam um banco de informações hidrológicas que dá suporte a projetos de infra-estrutura, à gestão dos recursos hídricos e à tomada de decisão em situações de eventos críticos e extremos para as ações necessárias, com vistas à minimização dos efeitos danosos de secas e enchentes;

Destaques

Aditiva

ES - Fortalecer o Monitoramento Hidrometeorológico, por meio de uma rede de estações com operação estável para produção de dados contínuos e confiáveis que permitam conhecer, cada vez melhor, a situação de quantidade e qualidade da água no país e as influências no regime hidrológico em função de ações antrópicas e de alterações climáticas. Esses dados alimentam um banco de informações hidrológicas que dá suporte a projetos de infra-estrutura, à gestão dos recursos hídricos e **uso do solo** e à tomada de decisão em situações de eventos críticos e extremos para as ações necessárias, com vistas à minimização dos efeitos danosos de secas e enchentes;

MS - 2.2.1 Fortalecer o Monitoramento Hidrometeorológico e **ampliar em regiões onde não existe**, por meio de uma rede de estações com operação estável para produção de dados contínuos e confiáveis que permitam conhecer, cada vez melhor, a situação de quantidade e qualidade da água no país e as influências no regime hidrológico em função de ações antrópicas e de alterações climáticas. Esses dados alimentam um banco de informações hidrológicas que dá suporte a projetos de infra-estrutura, à gestão dos recursos hídricos e à tomada de decisão em situações de eventos críticos e extremos para as ações necessárias, com vistas à minimização dos efeitos danosos de secas e enchentes;

PA - Fortalecer **garantindo recursos financeiros e humanos na proporção das necessidades geográficas**, o Monitoramento Hidrometeorológico, por meio de uma rede de estações com operação estável para produção de dados contínuos e confiáveis que permitam conhecer, cada vez melhor, a situação de quantidade e qualidade da água no país e as influências no regime hidrológico em função de ações antrópicas e de alterações climáticas. Esses dados alimentam um banco de informações hidrológicas que dá suporte a projetos de infra-estrutura, à gestão dos recursos hídricos e à tomada de decisão em situações de eventos críticos e extremos para as ações necessárias, com vistas à minimização dos efeitos danosos de secas e enchentes; -

PB - 2.2.1 **Ampliar os recursos financeiros para** Fortalecer o Monitoramento Hidrometeorológico **nos estados e municípios do Nordeste – Polígono das Secas**, por meio de uma rede de estações com operação estável para produção de dados contínuos e confiáveis que permitam conhecer, cada vez melhor, a situação de quantidade e qualidade da água no país e as influências no regime hidrológico em função de ações antrópicas e de alterações climáticas. Esses dados alimentam um banco de informações hidrológicas que dá suporte a projetos de infra-estrutura, à gestão dos recursos hídricos e à tomada de decisão em situações de eventos críticos e extremos para as ações necessárias, com vistas à minimização dos efeitos danosos de secas e enchentes;

PR - Fortalecer **e implantar em rios considerados estratégicos (mananciais de abastecimento e/ou onde exista conflito pelo uso da água)** o Monitoramento Hidrometeorológico, por meio de uma rede de estações com operação estável para produção de dados contínuos e confiáveis que permitam conhecer, cada vez melhor, a situação de quantidade e qualidade da água no país e as influências no regime hidrológico em função de ações antrópicas e de alterações climáticas. Esses dados alimentam um banco de informações hidrológicas que dá suporte a projetos de infra-estrutura, à gestão dos recursos hídricos e à tomada de decisão em situações de eventos críticos e extremos para as ações necessárias, com vistas à minimização dos efeitos danosos de secas e enchentes;

SE - Fortalecer o Monitoramento Hidrometeorológico, por meio de uma rede de estações com operação estável para produção de dados contínuos e confiáveis que permitam conhecer, cada vez melhor, a situação de quantidade e qualidade da água no país e as influências no regime hidrológico em função de ações antrópicas e de alterações climáticas. Esses dados alimentam um banco de informações hidrológicas que dá suporte a projetos de infra-estrutura, à gestão dos recursos hídricos e à tomada de decisão em situações de eventos críticos e extremos para as ações necessárias, com vistas à minimização dos efeitos danosos de secas e enchentes **com os resultados disponíveis para o público em geral, inclusive na internet**;

Propostas de Síntese

57 - Fortalecer o Monitoramento Hidrometeorológico em âmbito nacional, garantindo recursos financeiros e humanos, baseado em uma rede de estações com operação estável para produção de dados contínuos e confiáveis que permitam conhecer, cada vez melhor, a situação de quantidade e qualidade da água no país e as influências no regime hidrológico em função de ações antrópicas e de alterações climáticas. Esses dados alimentam um banco de informações hidrológicas que dá suporte a projetos de infra-estrutura, à gestão dos recursos hídricos e uso do solo e à tomada de decisão em situações de eventos críticos e extremos para as ações necessárias, com vistas à minimização dos efeitos danosos de secas e enchentes;

Texto Original

Promover a compreensão sobre a importância do monitoramento hidrometeorológico pelo estado e pela sociedade;

Destaques

Supressão Total da Proposta

MS

Aditiva

AC - Promover a compreensão **e divulgação** sobre a importância do monitoramento hidrometeorológico pelo estado e pela sociedade

ES - Promover a compreensão sobre a importância do monitoramento hidrometeorológico pelo **estado Estado** e pela sociedade;

PA - Promover a compreensão sobre a importância do monitoramento hidrometeorológico **pelos estados, municípios** e pela sociedade;



Propostas de Síntese

68 - Promover a compreensão e divulgação sobre a importância do monitoramento hidrometeorológico pelo poder público em todas as suas esferas e pela sociedade

Texto Original

Promover ampla articulação com instituições nacionais e internacionais que produzem dados e informações hidrometeorológicas para facilitar o intercâmbio de informações e a disponibilização de dados para a sociedade, conforme estipula a resolução 40 da Organização Meteorológica Mundial – OMM;

Destaques

Supressão Total da Proposta

CE - Promover ampla articulação com instituições nacionais e internacionais que produzem dados e informações hidrometeorológicas para facilitar o intercâmbio de informações e a disponibilização de dados para a sociedade, conforme estipula a resolução 40 da Organização Meteorológica Mundial – OMM; **Supressão Total da Proposta**

Aditiva

PA - Promover ampla articulação com instituições nacionais e internacionais que produzem dados e informações hidrometeorológicas para facilitar o intercâmbio de informações e a disponibilização de **forma gratuita de** dados para a sociedade, conforme estipula a resolução 40 da Organização Meteorológica Mundial – OMM;

Propostas de Síntese

69 - Supressão Total da Proposta

70 - Promover ampla articulação com instituições nacionais e internacionais que produzem dados e informações hidrometeorológicas para facilitar o intercâmbio de informações e a disponibilização de forma gratuita de dados para a sociedade, conforme estipula a resolução 40 da Organização Meteorológica Mundial – OMM;

Texto Original

Disponibilizar dados e informações à sociedade por meio das Tecnologias da Informação, com vistas a viabilizar a implantação de Sistemas de Informação locais, além de promover o intercâmbio de informações hidrológicas disponíveis nas diversas bases de dados;

Destaques

Substitutiva

PR - **Sistematizar as informações existentes em níveis locais e disponibilizá-las** Disponibilizar dados e informações à sociedade por meio das Tecnologias da Informação, com vistas a viabilizar a implantação de Sistemas de Informação locais, além de promover o intercâmbio de informações hidrológicas disponíveis nas diversas bases de dados;

Aditiva

TO - Disponibilizar **e difundir** dados e informações à sociedade por meio das Tecnologias da Informação, com vistas a viabilizar a implantação de Sistemas de Informação locais, além de promover o intercâmbio de informações hidrológicas disponíveis nas diversas bases de dados;

Propostas de Síntese

73 - Disponibilizar e difundir dados e informações à sociedade por meio das Tecnologias da Informação, com vistas a viabilizar a implantação de Sistemas de Informação locais, além de promover o intercâmbio de informações hidrológicas disponíveis nas diversas bases de dados;

Texto Original

Apoiar a implantação do Programa de modernização da rede hidrometeorológica nacional elaborado pela Agência Nacional de Águas – ANA;

Destaques

Supressão Total da Proposta

MS - 2.2.5 Apoiar a implantação do Programa de modernização da rede hidrometeorológica nacional elaborado pela Agência Nacional de Águas – ANA; **Supressão Total da Proposta**

Substitutiva

SC - **Apoiar Cooperar com** a implantação do Programa de modernização da rede hidrometeorológica nacional elaborado pela Agência Nacional de Águas – ANA;

Aditiva

RJ - Apoiar **e fomentar** a implantação do Programa de modernização da rede hidrometeorológica nacional elaborado pela Agência Nacional de Águas – ANA;

Propostas de Síntese

74 - Apoiar e fomentar a implantação do Programa de modernização da rede hidrometeorológica nacional elaborado pela Agência Nacional de Águas – ANA;

Texto Original

Fomentar o monitoramento ambiental, em especial, das águas superficiais e subterrâneas;

Destaques**Substitutiva**

MS - 2.2.6 **Fomentar** Criar e fortalecer o monitoramento ambiental, em especial, das águas superficiais e subterrâneas;

PB - 2.2.6. **Fomentar** Elaborar o zoneamento hídrico objetivando o monitoramento ambiental, em especial, das águas superficiais e subterrâneas;

Aditiva

ES - Fomentar o monitoramento ambiental, em especial, das águas superficiais e subterrâneas, **envolvendo os órgãos Federal, Estaduais e Municipais de Meio Ambiente;**

GO - Fomentar o monitoramento ambiental, **e criar laboratórios para análise**, em especial, das águas superficiais e subterrâneas; **prioritariamente em áreas urbanas;**

PA - Fomentar o monitoramento ambiental pelo **Estado e Municípios**, em especial, das águas superficiais e subterrâneas;

SC - **Implantar e** fomentar o monitoramento ambiental, em especial, das águas superficiais e subterrâneas;

SE - Fomentar **mapeamento e** o monitoramento ambiental, em especial, das águas superficiais e subterrâneas;

Propostas de Síntese

71 - Fomentar o monitoramento ambiental, em especial, das águas superficiais e subterrâneas, envolvendo órgãos federais, estaduais e municipais de meio ambiente;

Texto Original

Implementar um sistema de previsão e alerta para eventos hidrológicos críticos;

Destaques**Supressão Total da Proposta**

MS

Aditiva

AM - **Implantar e** implementar **nos meios de comunicação e nas escolas** um sistema de previsão e alerta para eventos hidrológicos críticos;

CE - Implementar um sistema de previsão e alerta para eventos hidrológicos críticos **com plano de ação emergencial;**

ES - Implementar um sistema de previsão e alerta para eventos hidrológicos críticos **e emergências ambientais;**

PA - Implementar um sistema de previsão e alerta para eventos hidrológicos críticos, **integrado com a defesa civil local;**

RJ - Implementar um sistema **nacional** de previsão e alerta para eventos hidrológicos críticos;

SE - Implementar um sistema de previsão e alerta para eventos hidrológicos críticos, **além de fortalecer e estimular a criação dos comitês municipais de defesa civil;**

TO - **Implementar um sistema de previsão e alerta para eventos hidrológicos críticos, com destaque as barragens;**

Propostas de Síntese

72 - Implementar um sistema nacional de previsão e alerta para eventos hidrológicos críticos, integrado aos órgãos de defesa civil, com plano de ação emergencial;

Texto Original

Incentivar medidas não-estruturais e estruturais contra eventos extremos, como enchentes, secas e erosão, com a construção de novas estruturas tais como barragens, reservatórios, adutoras, que deverão ser bem gerenciadas e usadas de forma eficiente.

Destaques**Substitutiva**

RS - Incentivar medidas não-estruturais e estruturais contra eventos extremos, como enchentes, secas e erosão, **garantindo a proteção e reposição da mata ciliar dos corpos hídricos, e estratégias de melhoramentos ambiental a longo prazo e, com** a construção de novas estruturas tais como barragens, reservatórios, adutoras, que deverão ser bem gerenciadas e usadas de forma eficiente;

Aditiva

ES - Incentivar medidas não-estruturais e estruturais contra eventos extremos, como enchentes, secas e erosão, com a construção de novas estruturas tais como barragens, reservatórios, adutoras, que deverão ser bem **construídas, gerenciadas, e fiscalizadas e** usadas de forma eficiente.

PA - Incentivar medidas não-estruturais e estruturais contra eventos extremos, como enchentes, secas e erosão, com a construção de novas estruturas tais como barragens, reservatórios, adutoras e **infra-estrutura das vicinais que cortam os mananciais**, que deverão ser bem gerenciadas e usadas de forma eficiente.

RJ - Incentivar medidas não-estruturais e estruturais contra eventos extremos, como enchentes, secas e erosão, com a construção de novas estruturas tais como barragens, reservatórios **de cheia e de estiagem, bacias de detenção, reflorestamento e atuação de recuperação de áreas degradadas**, adutoras, que deverão ser bem gerenciadas e usadas de forma eficiente, **contemplando estudo prévio, licenciamento e novas tecnologias sustentáveis.**

TO - Incentivar medidas não-estruturais e estruturais contra eventos extremos, como enchentes, secas e erosão, com a construção de novas estruturas tais como barragens, reservatórios, adutoras, **terraços e taludes** que deverão ser bem gerenciadas e usadas de forma eficiente, **com responsabilidade social e ambiental.**



Propostas de Síntese

77 - Incentivar medidas estruturais e não-estruturais contra eventos extremos, como enchentes, secas e erosão, garantindo a proteção e reposição da mata ciliar dos corpos hídricos, com estratégias de melhoramentos ambiental a longo prazo e com a construção de novas estruturas tais como barragens, reservatórios, adutoras, infra-estrutura das vicinais que cortam os mananciais, que deverão ser bem construídas, gerenciadas e fiscalizadas de forma eficiente, contemplando estudo prévio, licenciamento e novas tecnologias sustentáveis.;

Texto Original

Ampliar as ações do Plano Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, PAN-Brasil, e desenvolver mais pesquisas que demonstrem a relação entre o manejo inadequado dos solos e da água e a desertificação, consolidando as ações de gestão ambiental, visando minimizar o processo de desertificação;

Destaques

Substitutiva

PE - Ampliar as ações do Plano Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, PAN-Brasil; divulgar mais informações sobre a relação entre o manejo inadequado dos solos e da água com a desertificação e desenvolver mais pesquisas que possam mitigar os efeitos desse processo, consolidando as ações de gestão ambiental.

Aditiva

MS - 2.2.9 Ampliar e efetivar as ações do Plano Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, PAN-Brasil, e desenvolver mais pesquisas que demonstrem a relação entre o manejo inadequado dos solos e da água e a desertificação, consolidando as ações de gestão ambiental, visando minimizar o processo de desertificação;

MT - Ampliar as ações do Plano Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, PAN-Brasil, e desenvolver mais pesquisas que demonstrem a relação entre o manejo inadequado dos solos e da água e a desertificação, consolidando as ações de gestão ambiental integrada, visando minimizar o processo de desertificação e a recuperação das áreas degradadas, considerando o manejo da fauna e da flora;

PB - 2.2.9 Garantir recursos para Ampliar as ações do Plano Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, PAN-Brasil, e desenvolver mais pesquisas que demonstrem a relação entre o manejo inadequado dos solos e da água e a desertificação, consolidando as ações de gestão ambiental, visando minimizar o processo de desertificação;

RS - Ampliar as ações do Plano Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, PAN-Brasil, e desenvolver mais pesquisas que demonstrem a relação entre o manejo inadequado dos solos e da água e a desertificação, consolidando as ações de gestão ambiental, visando minimizar o processo de desertificação e o comprometimento dos recursos hídricos existentes, lênticos e/ou lóticos, da bacia hidrográfica correspondente;

Propostas de Síntese

78 - Garantir recursos para ampliar as ações do Plano Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, PAN-Brasil, e desenvolver mais pesquisas que demonstrem a relação entre o manejo inadequado dos solos e da água e a desertificação, consolidando as ações de gestão ambiental integrada, visando minimizar o processo de desertificação, recuperar as áreas degradadas e reduzir o comprometimento dos recursos hídricos existentes

Texto Original

Desenvolver, utilizar e aperfeiçoar metodologias já utilizadas de gestão comunitária de sistemas alternativos e difusos de acesso à água (dessalinização, barragens subterrâneas, cisternas etc), considerando sua sustentabilidade ambiental, econômica e social; a exemplo do que vem desenvolvendo o Programa Água Doce;

Destaques

Supressão Parcial

MS - 2.2.10 Desenvolver, utilizar e aperfeiçoar metodologias já utilizadas de gestão comunitária de sistemas alternativos e difusos de acesso à água (dessalinização, barragens subterrâneas, cisternas etc), considerando sua sustentabilidade ambiental, econômica e social; a exemplo do que vem desenvolvendo o Programa Água Doce.

Aditiva

PA - Desenvolver, utilizar e aperfeiçoar metodologias já utilizadas de gestão comunitária de sistemas alternativos e difusos de acesso à água (dessalinização, barragens subterrâneas, cisternas etc) e tratamento de esgoto sanitário considerando sua sustentabilidade ambiental, econômica e social; a exemplo do que vem desenvolvendo o Programa Água Doce;

RJ - Desenvolver, utilizar e aperfeiçoar metodologias já utilizadas de gestão comunitária de sistemas alternativos e difusos de acesso à água (dessalinização, barragens subterrâneas, cisternas etc), considerando sua sustentabilidade ambiental, econômica e social; a exemplo do que vem desenvolvendo o Programa Água Doce e outros;

Propostas de Síntese

79 - Desenvolver, utilizar e aperfeiçoar metodologias já utilizadas de gestão comunitária de sistemas alternativos e difusos de acesso à água (dessalinização, barragens subterrâneas, cisternas etc), considerando sua sustentabilidade ambiental, econômica e social; a exemplo do que vem desenvolvendo o Programa Água Doce e outros.

Texto Original

Definir estratégias de planejamento coordenado de tecnologias alternativas de acesso à água (sistemas de dessalinização, cisternas, barragens subterrâneas);

Destaques**Supressão Total da Proposta****MS****Aditiva****CE** - Definir estratégias de planejamento coordenado de tecnologias alternativas de acesso à água (sistemas de dessalinização, cisternas, barragens subterrâneas, etc.);**GO** - Definir estratégias de planejamento coordenado de tecnologias alternativas de acesso à água (sistemas de dessalinização, cisternas, barragens subterrâneas, etc.);**MT** - Definir estratégias de planejamento coordenado de tecnologias alternativas **e recursos públicos** de acesso à água (sistemas de dessalinização, cisternas, barragens subterrâneas);**RJ** - Definir estratégias de planejamento coordenado de tecnologias alternativas de acesso à água (sistemas de dessalinização, cisternas, barragens subterrâneas) **e criar um programa de desenvolvimento de recuperação de poços tubulares, submetidos ao licenciamento;****Propostas de Síntese****80** - Definir estratégias de planejamento coordenado de tecnologias alternativas de acesso à água (sistemas de dessalinização, cisternas, barragens subterrâneas, etc) e garantir recursos públicos para as mesmas;**Texto Original**

Incentivar a gestão e o ordenamento territorial em regiões e bacias hidrográficas;

Destaques**Substitutiva****MS** - 2.2.12 **Incentivar Implementar** a gestão e o ordenamento territorial em regiões e **por** bacias hidrográficas;**Aditiva****ES** - **Incentivar Implementar e fortalecer** a gestão e o ordenamento territorial em regiões e bacias hidrográficas;**PA** - Incentivar a gestão e o ordenamento territorial em regiões e bacias hidrográficas **promovendo a criação de comitês;****PB** - 2.2.12 Incentivar **através dos Comitês** a gestão e o ordenamento territorial em regiões e bacias hidrográficas;**RJ** - Incentivar **e implementar** a gestão e o ordenamento territorial em regiões e bacias hidrográficas;**RS** - Incentivar a gestão e o ordenamento territorial em regiões e bacias hidrográficas **e manter na íntegra a lei federal 6.634/79, que estabelece 150 km como limite de faixa de fronteira, para proteger várias nascentes de rios vitais para o Bioma Pampa, bem como as áreas úmidas, banhados e o aquífero Guarani;****SE** - **Fomentar e** Incentivar **a pesquisa** a gestão e o ordenamento territorial em regiões e bacias hidrográficas;**TO** - **Incentivar Implementar** a gestão e o ordenamento territorial em regiões e bacias hidrográficas;**Propostas de Síntese****101** - Fomentar e fortalecer a gestão e o ordenamento territorial em regiões e bacias hidrográficas**Texto Original**

Fortalecer o Sistema Nacional de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos (SINGREH);

Destaques**Supressão Total da Proposta****AC** - Fortalecer o Sistema Nacional de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos (SINGREH); **Supressão Total da Proposta****Substitutiva****RS** - **Fortalecer o Sistema Nacional de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos (SINGREH) Incentivar a implementação do Sistema de Recursos Hídricos a nível nacional e estadual, em especial os entes do sistema (comitês, conselhos de recursos hídricos, agência de bacia e órgãos gestores), e as ferramentas de gestão (planos, enquadramento, outorga, cadastro de usuários e cobrança);****Propostas de Síntese****102** - Fortalecer o Sistema Nacional de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos (SINGREH); Supressão Total da Proposta;**103** - Fortalecer o Sistema Nacional de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos (SINGREH);**Texto Original**

Estimular a integração dos planos estratégicos de recursos hídricos (nacional e estaduais) e planos de bacia hidrográfica com os demais instrumentos de planejamento e de gestão territorial que possuem interveniência significativa nas condições quali-quantitativas das águas (ZEE, Planos Diretores Municipais, Planos de Saneamento, Áreas de Preservação Permanente - APPs em zonas de recargas de aquíferos etc);

Destaques**Aditiva****MS** - 2.2.14 Estimular a integração dos planos estratégicos de recursos hídricos (nacional e estaduais) e planos de bacia hidrográfica com os demais instrumentos de planejamento e de gestão territorial que possuem interveniência significativa nas condições quali-quantitativas das águas (ZEE, Planos Diretores Municipais, Planos de Saneamento, Áreas de Preservação Permanente - APPs em zonas de recargas de aquíferos, Unidades de Conservação etc);



SE - Estimular a **criação e/ou** integração dos planos estratégicos de recursos hídricos (nacional e estaduais) e planos de bacia hidrográfica com os demais instrumentos de planejamento e de gestão territorial que possuem interveniência significativa nas condições quali-quantitativas das águas (ZEE, Planos Diretores Municipais, Planos de Saneamento, Áreas de Preservação Permanente - APPs em zonas de recargas de aquíferos etc);

Propostas de Síntese

104 - Estimular a integração dos planos estratégicos de recursos hídricos (nacional e estaduais) e planos de bacia hidrográfica com os demais instrumentos de planejamento e de gestão territorial que possuem interveniência significativa nas condições quali-quantitativas das águas (ZEE, Planos Diretores Municipais, Planos de Saneamento, Áreas de Preservação Permanente - APPs em zonas de recargas de aquíferos, Unidades de Conservação etc);

Texto Original

Promover o debate sobre os efeitos das mudanças climáticas e suas interferências no regime hídrico, incluindo-o nas pautas dos organismos colegiados do SINGREH (CNRH, CERHs e Comitês de Bacia) e do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

Destaques

Substitutiva

GO - Promover o debate sobre os efeitos das mudanças climáticas e suas interferências no regime hídrico, incluindo-o nas pautas dos organismos colegiados do Sistema **Nacional de Gerenciamento dos recursos Hídricos** SINGREH (**CNRH, CERHs e Comitês de Bacia**) e do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

Aditiva

ES - Promover o debate sobre **as causas e** os efeitos das mudanças climáticas e suas interferências no regime hídrico **e nos processos de desertificação**, incluindo-os nas pautas dos organismos colegiados do SINGREH (CNRH, CERHs e Comitês de Bacia) e do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

RS - Promover o debate sobre os efeitos das mudanças climáticas e suas interferências no regime hídrico, incluindo-o nas pautas dos organismos colegiados do SINGREH (CNRH, CERHs e Comitês de Bacia) e do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, **Sistema Nacional de Ensino e órgãos de controle social**;

SE - Promover o debate através **de consultas públicas** sobre os efeitos das mudanças climáticas e suas interferências no regime hídrico, incluindo-o nas pautas dos organismos colegiados do SINGREH (CNRH, CERHs e Comitês de Bacia) e do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

Propostas de Síntese

105 - Promover o debate sobre os efeitos das mudanças climáticas e suas interferências no regime hídrico, incluindo-o nas pautas dos organismos colegiados do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos - SINGREH e do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

Texto Original

Promover o reaproveitamento e o re-uso da água nos meios rural (cisternas de placa) e urbano, especialmente nas regiões metropolitanas que sofrem de estresse hídrico e que, no entanto, dispõem de índices favoráveis de precipitação;

Destaques

Substitutiva

MS - 2.2.16 **Implantar um Programa que torne obrigatório Promover** o reaproveitamento e o re-uso da água nos meios rural (cisternas de placa) e urbano, especialmente nas regiões metropolitanas que sofrem de estresse hídrico e que, no entanto, dispõem de índices favoráveis de precipitação;

MT - Promover o reaproveitamento e o re-uso da água nos meios rural (cisternas de placa) e urbano, especialmente nas regiões metropolitanas que sofrem de estresse hídrico **obedecendo os critérios** e que, no entanto, dispõem de índices favoráveis de precipitação;

PR - **Promover Fomentar** o reaproveitamento e o re-uso da água nos meios rural (**cisternas de placa**) e urbano, **especialmente nas regiões metropolitanas que sofrem de estresse hídrico e que, no entanto, dispõem de índices favoráveis de precipitação**;

RJ - Promover o reaproveitamento e o re-uso da água nos meios rural (cisternas de placa) **e estimular a obrigatoriedade do reuso de águas de chuva nos centros urbanos, e urbano**, especialmente nas regiões metropolitanas que sofrem de estresse hídrico e que, no entanto, dispõem de índices favoráveis de precipitação, **incluindo o reuso de esgoto sanitário e aumento da infiltração da água de chuva com o reflorestamento, bacias de recarga e outras similares**;

RS - Promover **e financiar** o reaproveitamento e o re-uso da água nos meios rural (**cisternas de placa**) e urbano, especialmente nas regiões metropolitanas que sofrem de estresse hídrico e que, no entanto, dispõem de índices favoráveis de precipitação;

Aditiva

CE - Promover o reaproveitamento e o re-uso da água nos meios rural (cisternas de placa) e **tornar obrigatório o reuso no meio urbano** urbano, especialmente nas regiões metropolitanas que sofrem de estresse hídrico e que, no entanto, dispõem de índices favoráveis de precipitação **e incentivar as empresas e as companhias de saneamento a praticar o reuso e respeitando a legislação**;

ES - Promover o reaproveitamento e o re-uso da água nos meios rural (cisternas de placa), **e urbano e industrial**, especialmente nas regiões metropolitanas que sofrem de estresse hídrico e que, no entanto, dispõem de índices favoráveis de precipitação, **criando-se e adotando-se, para tal, instrumentos técnicos e jurídicos**;

SC - Promover **e fomentar tecnologias de captação de água da chuva**, o reaproveitamento e o re-uso da água nos meios rural (cisternas de placa) e urbano, especialmente nas regiões metropolitanas que sofrem de estresse hídrico e que, no entanto, dispõem de índices favoráveis de precipitação;

Propostas de Síntese

106 - Promover o reaproveitamento e o re-uso da água nos meios rural (cisternas de placa) e tornar obrigatório o reuso no meio urbano, especialmente nas regiões metropolitanas que sofrem de estresse hídrico e que, no

entanto, dispõem de índices favoráveis de precipitação e incentivar as empresas e as companhias de saneamento a praticar o reuso e respeitando a legislação

107 - Fomentar e promover o reaproveitamento e o re-uso da água nos meios rural, urbano e industrial, especialmente nas regiões metropolitanas que sofrem de estresse hídrico e que, no entanto, dispõem de índices favoráveis de precipitação, criando-se e adotando-se, para tal, instrumentos técnicos e jurídicos

Texto Original

Promover a capilarização do SINGREH, estimulando os municípios na recuperação e manejo sustentável de micro-bacias, bem como a atuação desses municípios nos Comitês de Bacia Hidrográfica de forma articulada e integrada com os Consórcios Intermunicipais e os Conselhos Municipais de meio ambiente, saúde e saneamento, de forma a consolidar estratégias de planejamento e gestão conjuntas voltadas à mitigação e adaptação ante os efeitos das mudanças climáticas.

Destaques

Substitutiva

AC - Fortalecer o SINGREH promovendo sua capilarização, estimulando os municípios na recuperação e manejo sustentável de micro-bacias, bem como a atuação desses municípios nos Comitês de Bacia Hidrográfica de forma articulada e integrada com os Consórcios Intermunicipais e os Conselhos Municipais de meio ambiente, saúde e saneamento, de forma a consolidar estratégias de planejamento e gestão conjuntas voltadas à mitigação e adaptação ante os efeitos das mudanças climáticas.

RS - Promover a capilarização do SINGREH, estimulando **ações conjuntas entre** os municípios, **os comitês de Bacias Hidrográficas, consórcios intermunicipais e os conselhos municipais de Meio Ambiente**, na recuperação e manejo sustentável de **micro- bacias hidrográficas, bem como a atuação desses municípios nos Comitês de Bacia Hidrográfica de forma articulada e integrada com os Consórcios Intermunicipais e os Conselhos Municipais de meio ambiente, saúde e saneamento**, de forma a consolidar estratégias de planejamento e gestão conjuntas voltadas à mitigação e adaptação ante os efeitos das mudanças climáticas;

Aditiva

GO - Promover a capilarização do SINGREH, estimulando os municípios na recuperação e manejo sustentável de **micro-bacias**, bem como a atuação desses municípios nos Comitês de Bacia Hidrográfica de forma articulada e integrada com os Consórcios Intermunicipais e os Conselhos Municipais de meio ambiente, saúde e saneamento, e **educação**, de forma a consolidar estratégias de planejamento e gestão conjuntas voltadas à mitigação e adaptação ante os efeitos das mudanças climáticas.

MA - Promover a capilarização do SINGREH, estimulando os municípios na recuperação e manejo sustentável de micro-bacias, bem como a atuação desses municípios nos Comitês de Bacia Hidrográfica de forma articulada e integrada com os Consórcios Intermunicipais e os Conselhos Municipais de meio ambiente, saúde e saneamento **e de desenvolvimento sustentável**, de forma a consolidar estratégias de planejamento e gestão conjuntas voltadas à mitigação e adaptação ante os efeitos das mudanças climáticas.

RJ - Promover a capilarização do SINGREH, estimulando os municípios na recuperação e manejo sustentável de micro-bacias, bem como a atuação desses municípios nos Comitês de Bacia Hidrográfica de forma articulada e integrada com os Consórcios Intermunicipais e os Conselhos Municipais de meio ambiente, saúde e saneamento **e fóruns de Agenda 21**, de forma a consolidar estratégias de planejamento e gestão conjuntas voltadas à mitigação e adaptação ante os efeitos das mudanças climáticas.

Propostas de Síntese

108 - Promover a capilarização do SINGREH, estimulando os municípios na recuperação e manejo sustentável de micro-bacias, bem como a atuação desses municípios nos Comitês de Bacia Hidrográfica de forma articulada e integrada com os Consórcios Intermunicipais e os Conselhos Municipais de meio ambiente, saúde, saneamento, educação, desenvolvimento sustentável e fóruns de Agenda 21 de forma a consolidar estratégias de planejamento e gestão conjuntas voltadas à mitigação e adaptação ante os efeitos das mudanças climáticas.

Texto Original

Nova Proposta

Destaques

Aditiva

AC - Criar linha de crédito específica para que se fomente a recuperação e restauração das matas ciliares, mananciais e nascentes, além de provimento de capacitação aos detentores deste crédito.

AC - Criar um banco de dados com informações sobre os recursos hídricos (igarapés, lagos e rios) dos municípios, e disponibiliza-las para a sociedade.

AC - Proporcionar o fortalecimento dos setores produtivos dependentes de recursos hídricos no sentido do uso racional dos mesmos através de desenvolvimento de tecnologias que minimizem os impactos ambientais.

AC - Criar uma política de recuperação, manutenção e manejo dos lagos, lagoas, açudes e represas para promover e assegurar a segurança alimentar das comunidades locais.

AC - Elaborar um plano para a Amazônia Legal que desenvolva pesquisas que demonstrem a relação entre o manejo inadequado dos solos e da água, consolidando as ações de gestão ambiental para prevenção a desertificação.

AC - Realizar conferência binacional Peru/Acre em defesa bacia do rioJuruá

AC - Criar conselhos de bacias hidrográficas nas escolas, postos de saúde, igrejas e associações civis organizadas.

AL - Cancelar as obras do projeto de Transposição das águas do rio São Francisco;

AL - Viabilizar recursos técnicos e financeiros para dragagem nos trechos assoreados do rio São Francisco e de outros corpos d'água, precedidos dos estudos prévios de avaliação de impactos ambientais;

AL - Ampliar e divulgar o "Programa Água Doce Zero", que, entre outras metas, trata da dessalinização da água e o aproveitamento da água salobra em cultivos de "Atriplex" (planta forrageira, de ambientes áridos, que se desenvolve bem em solos com alto teor de sal) e organismos aquáticos (como peixes e camarões);



- AL** - Viabilizar a implantação de estruturas hídricas para a captação e o armazenamento de água (barragens subterrâneas, mandalas e muretas de pedras) nas Áreas Susceptíveis à Desertificação;
- AL** - Construir um modelo de gestão compartilhada do Canal do Sertão que se constitua em instrumento de combate à desertificação;
- AL** - Realizar oficinas sobre revitalização do São Francisco, com a ampla participação da sociedade;
- AL** - Implementar políticas de preservação de matas ciliares, enfatizando as nascentes, inclusive em áreas adjacentes às reservas indígenas;
- AL** - Incentivar o desenvolvimento e a utilização de novas tecnologias para o reuso da água servida na irrigação agrícola, residências e outros fins;
- AL** - Promover créditos para tecnologias adaptadas ao semi-árido;
- AL** - Implantar mini-adutoras em localidades ribeirinhas, indígenas, quilombolas e assentamentos em geral, que são abastecidas com caminhão pipa;
- AM** - Criar dotação orçamentária destinada ao meio ambiente, seja para fins de mitigação ou prevenção de degradação nos municípios de forma obrigatória a exemplo da educação, saúde, etc.;
- AM** - Realizar estudos e mapeamento de impacto ambiental nas nascentes de rios, igarapés, taludes, encostas e cobertura arbórea das cidades e que indiquem alternativas de soluções dos diagnósticos apresentados;
- AP** - [] Garantir que a recuperação dos corpos d'água contaminados por atividades de mineração, garimpo e desmatamento em áreas degradadas seja efetivamente executada pelo agente infrator dentro das normas legais vigentes.
- BA** - Ampliar a parceria com a ASA-Articulação no Semi-Árido Brasileiro e outras organizações afins, com vistas a aumentar o tempo de formação para as famílias beneficiárias do P1MC-Programa 1 Milhão de Cisternas.
- BA** - Atualizar o Atlas da desertificação e mitigação dos efeitos da seca, dispô-lo na forma digital na internet;
- BA** - Implementar ações que busquem a otimização do uso da água no setor da agricultura irrigada, mediante a adoção de tecnologias mais eficientes, bem como do manejo, tendo em vista que elevadas demandas do setor agrícola constituem o principal vetor de conflitos potenciais por usos múltiplos da água no país.
- BA** - Criar mecanismos de fortalecimento do PAN (Plano de Ação Nacional de Combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca), destinando recursos para o incentivo, apoio e replicação das experiências exitosas de combate e minimização dos efeitos da desertificação (recuperação de áreas degradadas, sistemas agroflorestais, entre outros) nas regiões consideradas como áreas suscetíveis, regiões semi-áridas, sub-úmidas e secas;
- CE** - Cisternas de placas, construção de açudes e reservatórios, divulgação e aplicação da Lei 9.433/97 para uma distribuição consciente da água, continuidade do P1MC e efetivação de novas parcerias entre governo e sociedade civil para a construção de novas cisternas e calçadão e garantir a manutenção dos dessalinizadores existentes.
- CE** - Realizar levantamento da oferta hídrica e da demanda prevendo as fontes de abastecimento disponíveis, priorizando os usos de forma racional e sustentável, desenvolvendo ações de políticas públicas para reservação e conservação dos recursos hídricos e propondo medidas alternativas para disponibilizar água para o abastecimento e a sustentabilidade no campo;
- CE** - Promover a discussão sobre a importância do monitoramento hidroambiental pelo estado e pela sociedade, havendo uma ampla articulação com instituições nacionais e internacionais que produzem dados e informações hidroambientais para facilitar o intercâmbio de informações e a disponibilização de dados à sociedade, conforme estipula a resolução 40 da Organização Meteorológica Mundial – OMM. As informações devem ser divulgadas em uma linguagem acessível dentro de um calendário sistemático discutido com a sociedade;
- CE** - Monitorar sistematicamente e divulgar publicamente os resultados analisados, em relação aos efluentes lançados nos corpos hídricos;
- CE** - Fortalecer a gestão dos recursos hídricos ao processo contínuo de educação ambiental.
- CE** - Preservar e recuperar a mata ciliar dos corpos hídricos e promover o desassoreamento mediante estudos prévios integrando a bioengenharia urbanística e estudos ambientais específicos.
- CE** - Desenvolver programas para a preservação dos aquíferos, das bacias hidrográficas e das nascentes e mananciais;
- CE** - Criar um programa de uso racional e econômico da água com estudos sobre reuso;
- CE** - Criar fórum regional/local de desertificação (ASD) trabalhado em conjunto com o GPCD;
- CE** - Agilizar o processo de formação da comissão nacional de combate à desertificação;
- CE** - Promover campanhas sobre a questão da desertificação (causas e efeitos e soluções);
- CE** - Ampliar a participação de todos os segmentos organizados da sociedade para o estabelecimento e análise de políticas públicas para o combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca;
- CE** - Disponibilizar informações acerca do tema à sociedade inserida na área de atuação do pan-brasil;
- CE** - Estabelecer mecanismos legais que garantam formas de captação de águas pluviais objetivando controle de enchentes e recarga de aquíferos.
- CE** - Promover a sinergia entre as convenções que discutam as questões da desertificação nacional e internacional (combate à desertificação, diversidade biológica e mudanças climáticas);
- CE** - Dar prosseguimento a elaboração e implementação implementar o sistema de alerta precoce de combate à desertificação em todas as ASD[1], divulgando os resultados obtidos pelo sistema por meio da mídia;
- [1] ASD : Áreas Susceptíveis à Desertificação
- CE** - Alocar recursos para a publicação no Brasil do Projeto Waves, (Avaliação da Água e Vulnerabilidade dos Ecossistemas e da Sociedade no Semi-árido do Nordeste do Brasil) que teve apoio do CNPQ, Banco Mundial, UFC, FUNCEME e do Projeto Arizona (EEUU).
- CE** - Instituir legislação específica para empresas, incentivando a adoção de práticas de combate às causas e efeitos da desertificação, criando mecanismos compensatórios.
- CE** - Adequar o pan-brasil as novas realidades socioeconômicas da população residente nas ASD (Áreas Susceptíveis à Desertificação);
- CE** - Adequar a área de abrangência do PAN-BRASIL frente às perspectivas de mudanças climáticas que indicam aumento das áreas suscetíveis à seca, intensificação da aridez e expansão das ASD.
- DF** - Promover a criação e implementação de Unidades de Conservação específicas voltadas para a proteção de mananciais, nascentes, áreas de recarga de aquíferos, reservatórios de água e áreas de infiltração.
- DF** - Promover a elaboração de um mapa de ameaças e vulnerabilidade com relação às áreas de nascentes, cursos de água, reservatórios, áreas de infiltração, especialmente com relação ao depósito de resíduos.
- DF** - Estabelecer em todo serviço público de distribuição de água, energia, e em todas as empresas que se utilizam dos recursos naturais, levando em consideração os municípios aos quais estão instalados, royalt de 0,5% para serem investidos em projetos socio-ambientais tecnológicos, que diminuam os seus potenciais impactos sobre os ecossistemas.
- ES** - Fortalecer as estruturas técnicas e operacionais dos órgãos de meio ambiente em âmbitos Federal, Estaduais e Municipais, para que possam viabilizar a execução de ações de gestão ambiental que repercutam positivamente na gestão dos recursos hídricos.
- MA** - Implantar política de incentivos para aproveitamento de águas pluviais e re-uso de águas servidas;

- MA** - Revitalizar o rio Parnaíba com maior fiscalização de suas áreas;
- MA** - Estabelecer os parâmetros de ocorrência natural nos níveis de base físico, químico e biológico da área de influência de toda e qualquer bacia;
- MA** - Elaborar e implementar plano de recuperação das matas ciliares com combate às atividades que geram assoreamento e poluição;
- MA** - Estruturar os Comitês das Bacias Hidrográficas existentes.
- MG** - Incentivar, de acordo com os critérios da lei, a construção de barragens de 1 a 50 hectares para viabilizar a irrigação e perenizar os rios, restando as águas das chuvas;
- MG** - Criação e ampliação de programas de incentivo à conservação dos solos e mananciais de água;
- MG** - Fortalecer, reconhecer e popularizar os comitês de bacias hidrográficas;
- MG** - Criação de programas no meio rural de incentivo à conservação e proteção dos recursos hídricos, com destaque para as nascentes, veredas e áreas de relevância quanto à biodiversidade;
- MG** - Criar incentivos para domicílios, indústrias e comércio que utilizam o aproveitamento da água de chuva e o reuso da água residual;
- MG** - Aumentar os investimentos em saneamento ambiental na região metropolitana dentro do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Universalização do abastecimento de água da coleta e tratamento de esgotos e resíduos sólidos, além da drenagem pluvial de todas as sub-bacias, envolvendo os níveis estadual e federal;
- MG** - Criação de legislação específica para revegetação de reservatórios, com democratização dos projetos de piscicultura com aprovação de projetos usando os recursos públicos;
- MG** - Orientar os empreendimentos no sentido de captação e uso de água de chuva;
- MG** - Revitalização da bacia e sub-bacias do Rio São Francisco, especificando no município de Ribeirão das Neves a revitalização do Ribeirão da Mata;
- MG** - Encaminhar ao Legislativo, projeto de lei que determine que cada município faça o cadastramento e monitoramento de suas nascentes atuando de forma conjunta com os Comitês de Bacia;
- MG** - Implementar um efetivo programa de gerenciamento dos recursos hídricos a fim de quantificar e qualificar os cursos d'água, determinando suas possíveis aplicações segundo, principalmente a sua vazão e sua qualidade. Além disso, incluir como uma meta do monitoramento a disponibilização de informação para a população, órgãos de pesquisas e outros (grupo matriz energética e uso da água);
- MG** - Estudo mais amplo, levando em consideração bacias e sub-bacias e estudo dos impactos e submetidos a referendo popular, antes de ser liberadas pelos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, para todo o tipo de atividades consideradas altamente poluidoras.
- MG** - Avaliar de forma integrada os empreendimentos que causam impactos ambientais em uma mesma bacia hidrográfica;
- MG** - Incentivo ao uso múltiplo de barragens, a fim de propiciar o desenvolvimento socioeconômico da região;
- MG** - Políticas de incentivo à captação e utilização das águas pluviais para irrigação e dessedentação de animais, assim como a utilização de métodos de irrigação mais econômicos e eficazes. Dando a estes produtores além de incentivos fiscais, meios que facilitem aquisição de novos equipamentos de irrigação através de linhas de créditos específicos, com juros acessíveis, independentemente da categoria, desde que não seja latifundiário;
- MG** - Implantação de um programa de perenização de rios e córregos através de pequenas barragens de contenção e de outras práticas agrícolas como a construção de terraços, curvas de nível, bacias de captação de água de chuva (barraginhas);
- MS** - Buscar a melhoria, para o controle e a fiscalização do uso de recursos hídricos, por meio da sistematização, disponibilização e uso de informações hídricas e hidrológicas em tempo real pelo órgão gestor, usuários e a sociedade em geral;
- MS** - Aparelhar e capacitar centros analíticos de quantidade e qualidade de águas para gerar informações subsidiando ações de controle ambiental, de fiscalização, outorga e cobrança pelo uso dos recursos hídricos estaduais;
- MS** - Promover políticas públicas para manutenção ecológica das nascentes, através dos órgãos ambientais;
- MS** - Viabilizar a integração entre países na gestão dos recursos hídricos transfronteiriços com ações voltadas à fiscalização do desmatamento, carvoarias, pesca predatória e saneamento básico, através de financiamentos governamentais e programas federais e internacionais como, por exemplo, o Pnud, Pnuma, GEF e Mercosul, entre outros existentes; Também buscar a melhoria do controle e fiscalização de uso dos recursos hídricos, propiciando apoio aos órgãos gestores do Estado de MS e municípios para que efetivamente fiscalizem as atividades ilegais nas margens dos rios estaduais do Estado de Mato Grosso do Sul e rios transfronteiriços;
- MS** - Fortalecer as relações entre os setores público e privado no controle e monitoramento de dados meteorológicos e hidrológicos;
- MS** - Implementar tarifa de cobrança pelo real consumo da água tratada (pagar somente o valor consumido);
- MS** - Estimular, por meio de incentivos fiscais, a construção de cisternas com captação das águas pluviais nas áreas urbanas e rurais, em especial, nas bacias mais impactadas pela impermeabilização, para a captação de águas pluviais, buscando atender a demanda das atividades agropastoris, implantar rede de coleta de águas pluviais com dissipadores de energia nos locais de entradas nos cursos d'água, criar faixa marginal de 100 metros de cada lado dos mananciais superficiais que drenam suas águas para o Pantanal (Patrimônio Natural da Humanidade) e indenizar os 70 metros com recursos internacionais e, ainda, estabelecer subsídios para empresas para reduzir o consumo de água;
- MS** - Viabilizar fontes de recursos internacionais e federal para ampliar, aparelhar e manter laboratórios descentralizados de controle ambiental de limnologia, ecotoxicologia, cromatografia, metais pesados e sedimentometria para diagnosticar e resolver problemas de acidentes ambientais e disponibilizar informações aos municípios e usuários de recursos hídricos;
- MS** - Tornar obrigatória a utilização de bacias hidrográficas com unidade de planejamento em projetos de desenvolvimento sustentável, criar o PPP para revitalizar e proteger as microbacias, incluindo o poder público federal para financiar e o governo estadual e municipais para coordenar e dar apoio com implementos, além de participação dos órgãos (Ibama, Semac), com fiscalização e orientação;
- MS** - Garantir efetiva transparência da aplicação dos recursos destinados à recuperação do rio Taquari, com anuência da população envolvida e promovendo políticas públicas para a obtenção de recursos necessários à recuperação socioeconômica e ambiental para conservação da bacia.
- MS** - Incluir no ZEE (Zoneamento Ecológico-Econômico) o planejamento quanto à utilização dos rios para a construção de Usinas Hidroelétricas (UHEs) e Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs);
- MS** - Proibir totalmente a instalação de usinas hidrelétricas nos rios Taquari, Coxim e Jauru, em Mato Grosso do Sul, devido ao fato de serem rios riquíssimos em espécies de peixes nobres e por estarem na bacia pantaneira;
- MS** - Fortalecer programas de preservação e racionalização do uso e apropriação dos recursos hídricos através da adoção dos princípios do poluidor-pagador e consumidor-pagador;
- MS** - Viabilizar fontes de recursos internacionais e federal para ampliar, aparelhar e manter laboratórios descentralizados de controle ambiental de limnologia, ecotoxicologia, cromatografia, metais pesados e sedimentometria para diagnosticar e resolver problemas de acidentes ambientais e disponibilizar informações aos municípios e usuários de recursos hídricos;
- MS** - Promover a revitalização total de toda a Bacia do Rio Taquari (parte alta, média, baixa);
- MS** - Elaborar um manual técnico de manutenção para conservação de estradas, que contemplem a preocupação para eliminação de carreamento de sedimentos para cursos d'água;



- MS** - Elaborar projetos para implantação de coleta da água da chuva para uso doméstico;
- MS** - Criar dispositivos jurídicos legais onde toda e qualquer edificação de residências ou Cohabs com recursos dos cofres públicos devem ser contempladas nas plantas dos referidos projetos com um sistema de captação de águas pluviais e armazenamento em cisternas para usos diversos;
- MS** - Buscar a melhoria do controle e da fiscalização do uso dos recursos hídricos, por meio da sistematização e uso de informações em tempo real pelo órgão gestor, usuários e a sociedade em geral;
- MS** - Promover o aproveitamento e o reúso da água no meio rural através da construção de cisternas;
- MT** - Promover preservação e a recuperação de nascentes e viabilizar recursos financeiros através da secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente.
- MT** - Coordenar o manejo do solo com o manejo da água, da flora, da fauna, de possíveis impactos dos defensivos agrícolas (agrotóxicos e insumos químicos) e poluentes industriais, que são os principais responsáveis pelas suas contaminações
- MT** - Implementar gestão em áreas sujeitas a eventos hidrológicos ou climáticos críticos, visando identificar as áreas vulneráveis e organizar ações e intervenções de forma integrada e multidisciplinar para minimização dos impactos ambientais, sociais, econômicos e na saúde;
- MT** - Avaliar e monitorar periodicamente impactos ocasionados por diferentes formas de ocupações na área de drenagem dos recursos hídricos, garantindo a sustentabilidade dos mesmos.
- PA** - Intensificar a fiscalização e gerenciamento dos balneários, rios, nascentes e igarapés da região de todo o território brasileiro;
- PA** - Ordenar as áreas de preservação permanente dos cursos d'água evitando a modificação do seu leito, com barragens, destruição das margens.
- PA** - Desenvolver projetos de saneamento básico, com tratamento de esgoto, com prazo de entrega determinado, sofrendo penalidade pelo o não cumprimento do prazo;
- PA** - Criar política de controle e proteção das águas amazônicas no que diz respeito aos detritos despejados pelos barcos, assim como do contrabando feito por navios estrangeiros;
- PA** - Difundir a legislação do Código das Águas e fomentar a criação dos comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito do Plano Nacional de Recursos Hídricos.
- PA** - Regular e fiscalizar o funcionamento de lava-jatos, oficinas mecânicas e congêneres pelo órgão ambiental competente e que os estabelecimentos autorizados exibam uma identificação externa bem visível da autorização do órgão ambiental;
- PA** - Intensificar a fiscalização dos mananciais e reservatórios de água para abastecimento público e avaliar o risco de contaminação dos reservatórios que se encontra em áreas que sofrerão inundações;
- PA** - Fomentar projetos de conservação das nascentes, dos rios, lagos, furos, igapós e igarapés nos territórios dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais por eles mesmos.
- PA** - Criar um programa de apoio a conservação dos solos, águas e manejo de micro-bacias.
- PA** - Desburocratizar a concessão de outorga das águas para a implantação de projetos de piscicultura nos assentamentos;
- PB** - 2.2.18. Promover a fiscalização de barragens e mananciais já existentes de modo a assegurar o abastecimento da população local.
- PB** - 2.2.26. Implantar sistemas de captação de água de chuvas em prédios públicos e empresas privadas, especialmente nas escolas, de forma a contribuir para o armazenamento e disponibilidade de água de qualidade;
- PB** - 2.2.31. Capacitar recursos humanos para a gestão das águas, intensificando a educação ambiental nas escolas;
- PB** - 2.2.35. Realizar a manutenção dos dessalinizadores existentes nos Municípios com apoio técnico especializado e capacitação dos seus respectivos operadores e desenvolver técnicas para o reaproveitamento do rejeito da água dessalinizada;
- PB** - 2.2.38. Revitalizar as bacias hidrográficas da região nordeste;
- PB** - 2.2.41. Efetivar o projeto de Integração do Rio São Francisco para o Nordeste Setentrional, garantindo a sustentabilidade do mesmo;
- PB** - Efetivar o projeto de Integração do Rio São Francisco para o Nordeste Setentrional, garantindo a sustentabilidade do mesmo;
- PB** - Ampliar o Programa de 1 Milhão de Cisternas – P1MC.;
- PB** - Expandir o saneamento básico na zona rural e urbana para evitar a contaminação das águas;
- PB** - Implantar programas de recuperação de nascentes e alimentação natural do lençol freático e aquífero do semi-árido;
- PE** - Garantir ações efetivas de gestão e conservação dos mananciais hídricos (superficiais e subterrâneos) através de medidas estruturais (obras) e não estruturais (adaptação) frente às mudanças climáticas. (revitalização de bacias hidrográficas; oferta hídrica universalizada; oferta de água para a produção agropecuária, com ênfase para os pequenos produtores; coleta e tratamento de esgotos; fortalecimento institucional dos órgãos de controle dos recursos hídricos e ambientais nas três esferas de governo; fortalecimento do SISNAMA, com ênfase na esfera municipal; criação e fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas)
- PE** - Integrar as Políticas Públicas Ambientais nas três esferas de Governo. (Habitação; Meio Ambiente; Recursos Hídricos; Gerenciamento Costeiro; Saúde; Redução de Risco)
- PE** - Revitalização de Bacias Hidrográficas: - a) Revitalizar e recuperar a bacia do Rio São Francisco na ordem de investimento de 3:1 (para cada R\$ 1,00 investido na transposição devem ser aplicados R\$ 3,00 na revitalização e recomposição da Bacia do São Francisco). - b) Revitalizar, desassorear e desobstruir as micro-bacias hidrográficas, através da recuperação das nascentes, rios e riachos com implantação de matas ciliares.
- PI** - Incluir a Região Norte do Piauí no Programa um milhão de cisternas (PUMC).
- PI** - Fortalecer e implementar os Comitês de Bacias Hidrográficas.
- PI** - Dar continuidade aos trabalhos de microbacias hidrográficas no núcleo ampliado de desertificação de Gilbués;
- PI** - Elaborar o Plano de Combate a Desertificação e mitigação dos efeitos da seca de forma participativa;
- PR** - Promover o uso racional, coleta e reutilização das águas de maneira geral em habitações urbanas e rurais em regiões que sofrem pela deficiência hídrica em algum período do ano;
- PR** - Destinar recursos e promover a proteção de mananciais, especialmente de abastecimento público, através de programas de uso e conservação de solo e recomposição da mata ciliar;
- PR** - Exigir e incentivar, através dos mecanismos de tributação, financiamento e descontos, a racionalização do uso, coleta e reutilização das águas pluviais em construções urbanas, rurais, escolas, órgãos públicos, bem como na agricultura, com o estímulo à captação e tanques de armazenamento para consumo;
- PR** - Fazer cumprir a legislação ambiental no que se refere à proteção de nascentes, matas ciliares e encostas, exigindo a recuperação daquelas que estejam alteradas. Envolver, além dos órgãos ambientais, as secretarias de agricultura, de educação, ONGS e toda a sociedade civil nessas ações;
- RJ** - Garantir a recuperação do recurso hídrico antes da sua utilização em manejos e transposições.
- RN** - Implementar o plano já existente (no âmbito do MMA e DNOCS) para uso das águas da bacia do Jaguaribe na área da chapada do Apodi.

- RN** - Criar mecanismos legais que disciplinem o uso das águas, com especial atenção ao dimensionamento adequado de estações de bombeamento, emprego de técnicas de irrigação adequadas e o uso da água em atividades agroindustriais.
- RN** - Criar programas de incentivo ao uso de águas pluviais, inclusive nas áreas urbanas, para atividades domésticas e produtivas (Ex.: cisternas).
- RN** - Disponibilizar infra-estrutura hídrica para a produção agropecuária sustentável nos assentamentos de pequenas propriedades e comunidades rurais.
- RN** - Regularizar oferta de recursos hídricos em comunidades rurais, segundo sistemas simplificados de abastecimento de água, implementando políticas de uso sustentável dos recursos hídricos nessas regiões.
- RN** - Promover políticas de estímulo para o reuso de água de acordo com a legislação em vigor.
- RN** - Implantar, imediatamente, programas de despoluição e monitoramento das bacias hidrográficas.
- RN** - Criar políticas de incentivo para a construção de pequenas barragens em áreas de declive entre 5% e 25% que estejam em processos de desertificação para possibilitar a diminuição do assoreamento das áreas mais baixas, promovendo uma maior retenção e permeabilidade da água no solo elevando o lençol freático de forma a facilitar o povoamento de espécies vegetais nativas.
- RN** - Agilizar o processo de implantação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Piranhas-Açú, com participação e controle social, priorizando o uso da água para o consumo humano e agricultura familiar agroecológica.
- RN** - Criar lei obrigando a implantação de aeradores em trechos de rios que tiveram suas águas barradas, a fim de permitir a oxigenação.
- RN** - Garantir recursos financeiros no orçamento da União para que o Governo Federal implante o Plano Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação aos Efeitos da Seca.
- RN** - Garantir por lei que os recursos arrecadados pelo Imposto Territorial Rural (ITR) sejam utilizados na recuperação de áreas em processo de desertificação e Áreas Susceptíveis à Desertificação.
- RN** - Promover planos de avaliação dos recursos hídricos, com ênfase na avaliação quantitativa, qualitativa e vulnerabilidade de aquíferos em relação ao avanço do mar.
- RN** - Realizar estudos técnicos que possibilitem a viabilização da transposição das águas do Rio Jaguaribe para a Chapada do Apodi, para irrigação sustentável e evitar desertificação.
- RN** - Realizar estudos técnicos que possibilitem a viabilização da transposição das águas do Rio Jaguaribe para a Chapada do Apodi, para irrigação sustentável e evitar desertificação.
- RN** - Revitalizar todas as áreas degradadas com espécies nativas e proteger os corpos d'água, através de criação ou fortalecimento de programas interinstitucionais, nos três níveis de governo, criando Comitês de Bacias, utilizando a educação ambiental, envolvendo os movimentos sociais organizados, empresas, educadores, poder público, assim como os meios de comunicação diversos, promovendo palestras, oficinas e seminários.
- RN** - Garantir recursos nos três níveis de governo para, em parceria com as organizações de base e setor produtivo, recuperar as matas ciliares e desassorear rios, riachos e reservatórios, através de um plano de gestão amplo.
- RN** - Formular políticas públicas de desenvolvimento regional, articuladas e adequadas às potencialidades e às fragilidades ambientais da região do semi-árido.
- RN** - Implantar o sistema de alerta precoce e previsão de seca nas áreas em processo de desertificação e nas Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASDs).
- RN** - Promover planos de avaliação dos recursos hídricos, com ênfase na avaliação quantitativa, qualitativa e vulnerabilidade de aquíferos em relação ao avanço do mar.
- RN** - Criar ou ampliar redes de coleta, tratamento e destino final de efluentes domésticos, de aquíicultura, agropecuários e industriais, através de mecanismos que evitem a poluição do meio ambiente.
- RO** - Implantar até o ano de 2015, 100% de esgotos e aterros sanitários em todas as cidades banhadas por recursos hídricos;
- RO** - Promover a delimitação e demarcação das áreas de preservação das COLEÇÕES hídricas, conforme o disposto no Código Florestal Brasileiro, bem como a devida revitalização da área degradada;
- RO** - Isolar e recuperar as nascentes reflorestando as matas ciliares e possibilitando a sua reabilitação;
- RO** - Priorizar a preservação dos recursos hídricos com a recuperação dos igarapés e nascentes;
- RO** - Incentivar e promover projetos de recuperação de áreas degradadas, mananciais de água, com a participação da comunidade e Ministério Público;
- RO** - Realizar um diagnóstico sobre os recursos hídricos, promovendo a gestão e o ordenamento territorial em regiões e bacias hidrográficas para melhorar o controle sobre a qualidade da água;
- RO** - Realizar estudos de viabilidade sobre a repotencialização de usinas hidrelétricas, visando evitar a construção de novas hidrelétricas, para comprovar ou não a sua viabilidade sócio-ambiental;
- RO** - Incluir os municípios de Guajará Mirim e Nova Mamoré, na área de influencia direta dos impactos ambientais e sociais que poderão ser afetados pelas usinas do Complexo Rio Madeira.
- RO** - Realizar novos estudos de impacto ambiental, especificamente para o Complexo Madeira, com pesquisadores de notório saber em relação às Mudanças Climáticas, para garantir que a vida útil desses empreendimentos não será afetada por eventuais mudanças bruscas (como enchentes decamilenares e o assoreamento) no regime de nossas águas. Esses estudos também devem corroborar a viabilidade desses empreendimentos considerando os impactos sinérgicos de TODAS as outras obras projetadas para Amazônia.
- RR** - Criar e/ou fortalecer programas de monitoramento dos recursos hídricos nas áreas de assentamento e pólos de desenvolvimento agropecuário ou industrial.
- RR** - Incentivar e promover a captação de água da chuva para sua reutilização em geral.
- RS** - Garantir o funcionamento dos comitês de bacias hidrográficas existentes como principal instância de gestão dos recursos hídricos, com ênfase na resolução de conflitos pelo uso da água;
- RS** - Desenvolver um sistema de monitoramento do aquífero guarani, em conjunto com todos os países sul americanos em cujo subsolo ele exista, elaborar acordos plurinacionais para o seu aproveitamento compartilhado, de forma racional, e zelar pela sua preservação e não contaminação;
- SC** - Fortalecer, expandir e democratizar os comitês de gerenciamento de bacias hidrográficas e implementar imediatamente a política nacional e estadual de recursos hídricos.
- SC** - Criar mecanismos para o uso criterioso da água desestimulando o desperdício, mediante o fomento à realização de pesquisas para criação de tecnologias que reduzam a demanda e aumentem as possibilidades de reuso, sobretudo naquelas regiões onde a disponibilidade de água superficial é considerada crítica.
- SC** - Estabelecer e aplicar critérios de regulamentação e fiscalização da exploração e uso da água priorizando o uso coletivo e abastecimento humano.
- SC** - Criar consórcios territoriais para tratar de questões ambientais, preferencialmente respeitando as bacias hidrográficas.
- SC** - Capacitar os representantes da comunidade local, participantes dos comitês de bacias, visando a socialização do conhecimento acerca da gestão pública e participativa dos recursos hídricos.



SC - Criar estratégias de manutenção da cobertura vegetal para conservação e ou preservação das áreas de recargas dos mananciais hídricos e matas ciliares.

SE - Apoio das 3 esferas governamentais a movimentos sociais em prol da revitalização de rios e riachos.

SE - Criar legislação específica que garanta a sustentabilidade mínima na retirada de água em corpos d'água com projetos de transposição.

SE - Fomentar e incentivar o enquadramento dos corpos d'água das bacias hidrográficas objetivando o uso adequado e sustentável das suas águas

SE - Fortalecer as ações mitigadoras que influenciam na revitalização das bacias hidrográficas.

SE - Ampliação do programa nacional de cisternas, beneficiando as famílias de baixa renda na zona urbana com reservatórios de 8.000 litros d'água

SE - Fortalecimento da gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos através dos comitês de bacias hidrográficas atuando de forma compartilhada nos territórios.

SE - PROMOVER MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ATRAVÉS DA SUBSTITUIÇÃO DE REDES ANTIGAS OU OBSOLETAS POR SISTEMAS DE ABASTECIMENTO MAIS MODERNOS, INCENTIVANDO AINDA A PESQUISA POR NOVAS TECNOLOGIAS DE MODO A MINIMIZAR O DESPERDÍCIO E USO DA ÁGUA.

SP - O Poder Público deve realizar o planejamento e a implantação de projetos considerando as bacias hidrográficas do território.

SP - O Poder Público deve ampliar a fiscalização de nascentes e cursos d'água.

SP - Promover e incentivar o uso de alagados (wetlands) para tratamento de resíduos líquidos.

SP - Penalizar e coibir o uso irregular de energia e água.

SP - O Poder Público deve promover e incentivar o reuso da água.

SP - O Poder Público deve promover acesso às informações técnicas produzidas sobre os mananciais em vocabulário acessível para divulgação nos fóruns sócio-ambientais.

SP - O Poder Público deve considerar a unidade de planejamento territorial por bacia hidrográfica.

SP - Que os recursos naturais brasileiros, relativos à água e energia sejam de uso e exploração nacional.

SP - O Poder Público deve promover o planejamento integrado das ações que envolvem recursos hídricos, a gestão de áreas verdes e o plano diretor das regiões da cidade.

SP - O Poder Público deve ampliar a fiscalização; coibir as ações para aterramento de nascentes, incentivar os municípios a promover denúncias ao Ministério Público deste crime ambiental.

SP - O Poder Público deve ampliar e instalar medidores do nível da represa e de índices pluviométricos.

SP - Utilizar mini-estações de tratamento de esgoto.

SP - Implantação e ampliação pelas concessionárias de saneamento básico da rede de esgoto e de tratamento com biotecnologia, sem despejo na via pública.

SP - Que a liberação, pelo governo federal, dos recursos para saneamento básico esteja vinculada a padrões de eficiência do sistema.

SP - Alterar legislação, implementar coletas e tratamento de esgoto com técnicas alternativas para as áreas passíveis de regularização para evitar a poluição de recursos hídricos

SP - Aumento da rede de monitoramento necessária para os estudos que indiquem a disponibilidade hídrica e de seus impactos (postos hidrometeorológicos, fluviográficos, sedimentométricos e piezométricos).

SP - Águas Superficiais e de abastecimento público: Combate à poluição difusa nos ambientes urbanos e na agricultura.

SP - Estabelecimento de incentivos à iniciativas de uso racional e reuso da água, inclusive com redução nos impostos incidentes sobre equipamentos destinados à esse fim.

SP - Incentivo à redução do consumo de água, com isenção de tarifa de serviços para pequenos consumidores, conforme relatório da ONU que prevê 45 litros/dia de água sem qualquer tipo de cobrança de serviço e outros impostos e taxas.

SP - Implantação plena dos instrumentos de gestão, estabelecidos pelas Leis de Recursos Hídricos (Federal e Estadual): cobrança pelo uso da água; compensação dos municípios (regulamentação das agências reguladoras de água).

SP - Integração entre os entes federativos em ações de licenciamento, outorga e fiscalização, implantando nos municípios a gestão do licenciamento municipal para empreendimentos de impactos locais.

SP - Manutenção das características hidrológicas dos rios ainda não impactados por obras de barramento e contenção, tais como: barragens, transposição de águas e outras; e implantações de projetos e ações que garantam as características ecológicas do ecossistema e a sua recuperação.

SP - Promover a inclusão das nascentes e cabeceiras dos principais corpos d'água que compõe as UC's, reservas indígenas e áreas quilombolas, ou garantir que estas áreas sejam efetivamente preservadas/conservadas, viabilizando a preservação destes mananciais, de forma quantitativa e qualitativa, como estratégia indispensável ao abastecimento deste insubstituível recurso natural, essencial para a sobrevivência das atuais e futuras gerações e fundamental para a qualidade de vida e dinâmica socioeconômica destas comunidades.

SP - A sociedade através de mecanismos promoverá mobilização para formação de políticas públicas para preservação dos mananciais, implantando áreas verdes e destinação correta de resíduos sólidos e tratamento de efluentes.

SP - Fortalecer o monitoramento dos indicadores de estiagens prolongadas no meio rural e urbana.

SP - Promover o zoneamento hidro-agrícola, monitorar as áreas irrigadas e promover os estudos para difusão de valores de consumo de água das culturas irrigáveis.

SP - Realizar o zoneamento de áreas inundáveis, bem como, a implementação dos estudos e normas quanto ao uso do solo condizente com a convivência com as cheias.

SP - Promover e incentivar a gestão e o ordenamento territorial em regiões e bacias hidrográficas.

SP - Promover a inclusão das nascentes e cabeceiras dos principais corpos d'água que compõe as UC's, reservas indígenas e áreas quilombolas, ou garantir que estas áreas sejam efetivamente preservadas/conservadas, viabilizando a preservação destes mananciais, de forma quantitativa e qualitativa, como estratégia indispensável ao abastecimento deste insubstituível recurso natural.

SP - Intensificar o controle e rever os parâmetros de emissões de esgotos e poluentes domésticos para os canais dos mangues, rios e outros corpos d'água.

SP - Intensificar o controle e rever os parâmetros de emissões de esgotos e poluentes domésticos para os canais dos mangues, rios e outros corpos d'água.

SP - Cabe as empresas e órgãos públicos orientar o uso irregular de energia e água;

TO - Promover e contemplar o plano nacional de revitalização das bacias da SRHU-MMA(secretaria de recursos hídricos e meio ambiente urbano) especificamente o programa de revitalização da Bacia Tocantins-Araguaia, que é a segunda maior do Brasil, desenvolvida pela ANA e SINGREH (Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos), **com a participação da tripartite.**

Propostas de Síntese

- 1** - Propor política e mecanismos legais de incentivo a iniciativas de uso racional da água, de aproveitamento de águas pluviais e re-uso de águas servidas com redução nos impostos incidentes sobre equipamentos para tais fins;
- 2** - Promover instrumentos de controle e a fiscalização do uso de recursos hídricos para abastecimento público. Estabelecer e aplicar critérios de regulamentação e fiscalização da exploração e uso da água priorizando o uso coletivo e abastecimento humano com disponibilização e uso de informações hídricas e hidrológicas.
- 3** - Apoiar os Comitês das Bacias Hidrográficas existentes e tornar obrigatória a utilização de bacias hidrográficas com unidade de planejamento para gestão e o ordenamento territorial.
- 4** - Desenvolver e implementar o Plano Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas, com ações de recuperação de mata ciliar, despoluição e monitoramento .
- 5** - Ampliar o Programa de 1 Milhão de Cisternas – P1MC, com captação de águas das chuvas (reservatórios de 8.000 litros d'água) estendendo sua atuação para as famílias de baixa renda na zona urbana, empresas e prédios públicos, em especial nas regiões de semi-árido e nas bacias mais impactadas pela impermeabilização.
- 6** - Construir poços artesianos, barragens subterrâneas, tanques de pedra, cisternas domiciliares e outras possíveis formas de captação de água na zona rural, inclusive por meio da dessalinização de água subterrânea, a exemplo do Programa Água Doce / Sede Zero.
- 7** - Garantir recursos técnico-financeiros para recuperação e restauração das matas ciliares, mananciais e nascentes de rios além de dragagem dos trechos assoreados dos demais corpos d'água.
- 8** - Cancelar as obras do projeto de Transposição das águas do rio São Francisco.
- 9** - Garantir a sustentabilidade mínima e a manutenção das características hidrológicas dos rios ainda não impactados por obras de barramento e contenção, tais como: barragens, transposição de águas e outras, realizando estudos que garantam a viabilidade destas obras e implantando projetos e ações que garantam as características ecológicas do ecossistema e, quando necessário, a sua recuperação.
- 10** - Revitalizar a bacia e as sub-bacias do Rio São Francisco, através da recuperação de suas nascentes, rios e riachos com implantação de matas ciliares, realizando oficinas com ampla participação da sociedade e destinando recursos técnicos e financeiros para a sua realização bem como para a dragagem dos trechos assoreados, precedida de estudos prévios de avaliação de impactos ambientais.
- 11** - Efetivar o projeto de Integração do Rio São Francisco para o Nordeste Setentrional, garantindo a sustentabilidade do mesmo.
- 14** - Incentivar pesquisas que possibilitem o diagnóstico ambiental das bacias hidrográficas, o enquadramento dos corpos hídricos, identificação e mapeamento de ameaças e vulnerabilidades, de modo a favorecer o manejo integrado, levando em consideração a possibilidade de ocorrência de eventos hidrológicos ou climáticos críticos.
- 15** - Inserir a temática da água como um dos temas prioritários nas ações de educação ambiental.
- 16** - Incentivar o desenvolvimento de tecnologias de otimização do uso da água e de reuso da água servida no setor de agricultura irrigada.
- 17** - Elaborar e implementar um plano para a Amazônia Legal com base em pesquisa sobre o manejo adequado do solo e da água, consolidando ações de gestão ambiental para prevenção do processo de desertificação.
- 18** - Implementar de forma participativa as propostas constantes no PAN-Brasil, destacando os seguintes pontos: a) promover campanhas junto aos diversos segmentos da sociedade civil, sobre a questão da desertificação; b) adequar o PAN-Brasil às novas realidades socioeconômicas da população residentes nas Áreas Suscetíveis à Desertificação-ASDs; c) instituir legislação específica para empresas, incentivando a adoção de práticas de combate às causas e efeitos da desertificação, criando mecanismos compensatórios; d) implementar o sistema de alerta precoce e previsão de seca nas ASDs
- 19** - Garantir recursos financeiros no orçamento da União para a construção de pequenas barragens nas Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASD), viabilizando uma maior permeabilidade e retenção da água no solo
- 20** - Atualizar o Atlas da desertificação e mitigação dos efeitos da seca e dispô-lo em formato digital
- 21** - Implementar o plano já existente para a viabilização da transposição das águas da bacia do Jaguaribe na área da chapada do Apodi, para irrigação sustentável e evitar desertificação.
- 22** - Construir um modelo de gestão compartilhada do Canal do Sertão que se constitua em instrumento de combate à desertificação.
- 23** - Incentivar, estabelecer e implementar, através de medidas estruturais e não-estruturais, o manejo integrado das bacias hidrográficas, promovendo a recuperação e a conservação dos recursos hídricos, garantindo a disponibilidade de água para as comunidades locais e o envolvimento das mesmas no processo de gestão das águas.
- 24** - Implementar políticas de recuperação e a preservação das matas ciliares, das áreas de nascentes, das veredas, das áreas de recarga de aquíferos e das áreas de relevância quanto à biodiversidade, bem como de despoluição e recuperação dos corpos hídricos.
- 25** - Fortalecer as estruturas técnicas e operacionais dos órgãos de meio ambiente em âmbitos Federal, Estaduais e Municipais, para que possam viabilizar a execução de ações de gestão ambiental que repercutam positivamente na gestão dos recursos hídricos, entre elas, o cadastramento e monitoramento das nascentes e a fiscalização.



26 - Desenvolver programas para a preservação das águas subterrâneas, intensificando a fiscalização e o planejamento do uso dos lençóis freáticos.

27 - Fortalecer programas de recuperação e conservação dos recursos hídricos através da adoção dos princípios do poluidor-pagador e consumidor-pagador.

67 - Viabilizar a integração entre países na gestão dos recursos hídricos transfronteiriços com ações voltadas à fiscalização do desmatamento, carvoarias, pesca predatória e saneamento básico, através de financiamentos governamentais e programas federais e internacionais como, por exemplo, o Pnud, Pnuma, GEF e Mercosul, entre outros existentes, e apoiar os órgãos gestores dos Estados e municípios para que efetivamente fiscalizem as atividades ilegais nas margens dos rios estaduais e transfronteiriços.

110 - Promover a manutenção dos sistemas de abastecimento de água, por meio da substituição de redes antigas ou obsoletas por sistemas de abastecimento mais modernos, de modo a minimizar o desperdício de água.

111 - Alterar a legislação, implementar a coleta e o tratamento de esgoto com técnicas alternativas; utilização de mini-estações de tratamento e a promoção e incentivo do uso de alagados (wetlands) para tratamento de resíduos líquidos.

113 - Regularizar a oferta de recursos hídricos em comunidades rurais, segundo sistemas simplificados de abastecimento de água, como a implantação de mini-adutoras em localidades abastecidas com caminhão pipa, como as ribeirinhas, indígenas, quilombolas e assentamentos em geral e implementar políticas de uso sustentável dos recursos hídricos nessas regiões.

114 - Desenvolver projetos de saneamento básico incluindo o tratamento de esgotos, com prazo de entrega determinado, sofrendo penalidade pelo não cumprimento do prazo, a fim de expandir o saneamento básico na zona rural e urbana. Atingir a meta de implantação, até o ano de 2015, 100% de esgotos e aterros sanitários em todas as cidades banhadas por recursos hídricos.

116 - Criar ou ampliar redes de coleta, tratamento e destino final de efluentes domésticos, de aquicultura, agropecuários e industriais, por intermédio de mecanismos que evitem a poluição do meio ambiente. Para os canais dos mangues, rios e outros corpos d'água, intensificar o controle e rever os parâmetros de emissões de esgotos e poluentes domésticos.

117 - Buscar a integração dos entes federativos em ações de licenciamento, outorga e fiscalização, buscando a implantação, nos municípios, da gestão do licenciamento municipal para empreendimentos de impactos locais. .

119 - Criar uma política de recuperação, manutenção e manejo dos lagos, lagoas, açudes e represas para promover e assegurar a segurança alimentar das comunidades locais.

120 - Realizar conferência binacional Peru/Acre em defesa bacia do rio Juruá.

121 - Implantar mini-adutoras em localidades ribeirinhas, indígenas, quilombolas e assentamentos em geral, que são abastecidas com caminhão pipa;

122 - Garantir que a recuperação dos corpos d'água contaminados por atividades de mineração, garimpo e desmatamento em áreas degradadas seja efetivamente executada pelo agente infrator dentro das normas legais vigentes.

123 - Monitorar sistematicamente e divulgar publicamente os resultados analisados, em relação aos efluentes lançados nos corpos hídricos;

124 - Estabelecer em todo serviço público de distribuição de água, energia, e em todas as empresas que se utilizam dos recursos naturais, levando em consideração os municípios aos quais estão instalados, royalties de 0,5% para serem investidos em projetos socio-ambientais tecnológicos, que diminuam os seus potenciais impactos sobre os ecossistemas.

125 - Realizar estudos de impacto ambiental mais amplos, levando em consideração bacias e sub-bacias, e submetê-los a referendo popular, antes de liberar atividades com alto potencial poluidor, pelos órgãos públicos federais, estaduais e municipais.

126 - Incentivo ao uso múltiplo de barragens, a fim de propiciar o desenvolvimento socioeconômico da região em que estão localizados.

127 - Promover a revitalização total da bacia do Rio Taquari (parte alta, média, baixa) e garantir efetiva transparência na aplicação dos recursos destinados à sua recuperação socioeconômica e ambiental, com anuência da população envolvida.

128 - Incluir no ZEE (Zoneamento Ecológico-Econômico) o planejamento quanto à utilização dos rios para a construção de Usinas Hidroelétricas (UHEs) e Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs);

129 - Proibir totalmente a instalação de usinas hidrelétricas nos rios Taquari, Coxim e Jauru, em Mato Grosso do Sul, devido ao fato de serem rios riquíssimos em espécies de peixes nobres e por estarem na bacia pantaneira;

130 - Coordenar o manejo do solo com o manejo da água, da flora, da fauna, para mitigar possíveis impactos dos defensivos agrícolas (agrotóxicos e insumos químicos) e poluentes industriais, que são os principais responsáveis pelas suas contaminações

131 - Implementar gestão em áreas sujeitas a eventos hidrológicos ou climáticos críticos, visando identificar as áreas vulneráveis e organizar ações e intervenções de forma integrada e multidisciplinar para minimização dos impactos ambientais, sociais, econômicos e na saúde;

- 132** - Criar política de controle e proteção das águas amazônicas no que diz respeito aos detritos despejados pelos barcos, assim como do contrabando feito por navios estrangeiros
- 133** - Fomentar projetos de conservação das nascentes, dos rios, lagos, furos, igapós e igarapés nos territórios dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais por eles mesmos.
- 134** - Criar um programa de apoio à conservação dos solos, águas e manejo de micro-bacias.
- 135** - Implantar sistemas de captação de água de chuvas em prédios públicos e empresas privadas, especialmente nas escolas, de forma a contribuir para o armazenamento e disponibilidade de água de qualidade;
- 136** - Realizar a manutenção dos dessalinizadores existentes nos Municípios com apoio técnico especializado e capacitação dos seus respectivos operadores e implementar técnicas para o reaproveitamento do rejeito da água dessalinizada;
- 137** - Integrar as Políticas Públicas Ambientais nas três esferas de Governo. (Habitação; Meio Ambiente; Recursos Hídricos; Gerenciamento Costeiro; Saúde; Redução de Risco)
- 138** - Garantir a recuperação do recurso hídrico antes da sua utilização em manejos e transposições.
- 139** - Agilizar o processo de implantação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Piranhas-Açú, com participação e controle social, priorizando o uso da água para o consumo humano e agricultura familiar agroecológica.
- 140** - Criar lei obrigando a implantação de aeradores em trechos de rios que tiveram suas águas barradas, a fim de permitir a oxigenação.
- 141** - Revitalizar todas as áreas degradadas com espécies nativas e proteger os corpos d'água, através de criação ou fortalecimento de programas interinstitucionais, nos três níveis de governo, criando Comitês de Bacias, utilizando a educação ambiental, envolvendo os movimentos sociais organizados, empresas, educadores, poder público, assim como os meios de comunicação diversos, promovendo palestras, oficinas e seminários.
- 142** - Realizar estudos de viabilidade sobre a repotencialização de usinas hidrelétricas, visando evitar a construção de novas hidrelétricas, para comprovar ou não a sua viabilidade sócio-ambiental
- 143** - Incluir os municípios de Guajará Mirim e Nova Mamoré, na área de influencia direta dos impactos ambientais e sociais que poderão ser afetados pelas usinas do Complexo Rio Madeira.
- 144** - Realizar novos estudos de impacto ambiental, especificamente para o Complexo Madeira, com pesquisadores de notório saber em relação às Mudanças Climáticas, para garantir que a vida útil desses empreendimentos não será afetada por eventuais mudanças bruscas (como enchentes decamilenares e o assoreamento) no regime de nossas águas. Esses estudos também devem corroborar a viabilidade desses empreendimentos considerando os impactos sinérgicos de TODAS as outras obras projetadas para Amazônia.
- 145** - Criar consórcios territoriais para tratar de questões ambientais, preferencialmente respeitando as bacias hidrográficas.
- 146** - Promover acesso às informações técnicas produzidas sobre os mananciais em vocabulário acessível para divulgação nos fóruns sócio-ambientais.
- 147** - Que os recursos naturais brasileiros, relativos à água e energia sejam de uso e exploração nacional.
- 148** - Promover a implantação plena dos instrumentos de gestão, estabelecidos pelas Leis de Recursos Hídricos (Federal e Estaduais): cobrança pelo uso da água; compensação dos municípios (regulamentação das agências reguladoras de água).
- 149** - Promover o programa de revitalização da bacia Tocantins-Araguaia, que é a segunda maior do Brasil, com a participação da tripartite.
-



Saúde

Texto Original

Promover, em conjunto com o Conselho Nacional de Saúde, CONAMA, o Conselho Nacional das Cidades, a I Conferência Nacional de Saúde Ambiental em 2009.

Destaques

Substitutiva

RJ - Promover, em conjunto com o Conselho Nacional de Saúde, **CONAMA, MMA, MEC**, o Conselho Nacional das Cidades, **Conselho Nacional de Recursos Hídricos e demais Ministérios**, a I Conferência Nacional de Saúde Ambiental em 2009.

Aditiva

AC - Promover, em conjunto com o Conselho Nacional de Saúde, MMA, o Conselho Nacional das Cidades, a I Conferência Nacional de Saúde Ambiental em 2009, **com participação das populações indígenas**

AL - Promover, em conjunto com o Conselho Nacional de Saúde, **o Conselho Nacional do Meio Ambiente**, CONAMA, o Conselho Nacional das Cidades, a I Conferência Nacional de Saúde **e Saneamento** Ambiental em 2009.

ES - Promover, em conjunto com o **Conselho Nacional de Saúde - Ministério da Saúde, CONAMA o MMA**, o **Conselho Nacional das Cidades - Ministério das Cidades** a I Conferência Nacional de Saúde Ambiental em 2009, **sugerindo-se que sejam ouvidos os Conselhos Nacionais: de Saúde, de Meio Ambiente, de Recursos Hídricos e das Cidades.**

SC - Promover, em conjunto com o Conselho Nacional de Saúde, CONAMA, o Conselho Nacional das Cidades, a I Conferência Nacional de Saúde Ambiental em 2009 e **respectivas etapas preparatórias;**

Propostas de Síntese

1 - Promover, em conjunto com o Ministério da Saúde, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Educação e o Ministério das Cidades, a I Conferência Nacional de Saúde Ambiental em 2009, sugerindo-se que sejam ouvidos os Conselhos Nacionais de Saúde, do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e das Cidades.

Texto Original

Aperfeiçoar os programas de controle de doenças e agravos de ampla dispersão no país e sensíveis ao clima, com destaque às doenças endêmicas, em especial a malária e a dengue;

Destaques

Substitutiva

AP - Desenvolver sistemas de alerta prévio para doenças e epidemias, **com a participação de áreas afins das universidades**, com atenção para aquelas transmitidas por vetores (malária, dengue, outras) e de veiculação hídrica (cólera, outras);

DF - Aperfeiçoar os programas de controle de doenças e agravos de ampla dispersão no país e sensíveis ao clima, com destaque às doenças endêmicas **transmitidas por vetores e roedores, em especial a malária e a dengue;**

MS - 2.1.2 Aperfeiçoar e **efetivar** os programas de controle de doenças **infecciosas** e agravos de ampla dispersão **no país regional** e sensíveis ao clima, com destaque às doenças endêmicas, em especial a malária e a dengue, **com altos níveis de endemidade e sensíveis ao clima, incluindo principalmente as aldeias e comunidades indígenas;**

PA - **Aperfeiçoar Exigir que as três esferas de governo priorizem e aumentem os recursos** dos programas de controle de doenças e agravos de ampla dispersão no país, **de acordo com as suas diversidades regionais**, e sensíveis ao clima, com destaque às doenças endêmicas, em especial a malária e a dengue **e febre amarela;**

Aditiva

AC - Aperfeiçoar os programas de controle de doenças e agravos de dispersão no país e sensíveis ao clima, com destaque às doenças endêmicas, em especial a malária e a dengue febre amarela, **leishmaniose e leptospirose.**

AM - Aperfeiçoar os programas de **prevenção e** controle de doenças e agravos de ampla dispersão no país e sensíveis ao clima, com destaque às doenças endêmicas, em especial a malária e a dengue;

ES - Aperfeiçoar **e fortalecer** os programas de **prevenção e** controle de doenças e agravos de ampla dispersão no país e sensíveis ao clima, com destaque às doenças endêmicas, em especial a malária, e a dengue **e a febre amarela;**

MA - Aperfeiçoar os programas de controle de doenças e agravos de ampla dispersão no país e sensíveis ao clima, com destaque às doenças endêmicas, em especial a malária e a dengue **e febre amarela**

RJ - Aperfeiçoar os programas de controle de doenças e agravos de ampla dispersão no país e sensíveis ao clima, com destaque às doenças endêmicas, em especial a malária e a dengue **e outras de acordo com a região;**

RR - Aperfeiçoar os programas de controle de doenças e agravos de ampla dispersão no país e sensíveis ao clima, com destaque às doenças endêmicas, em especial a malária, dengue **e doença de chagas.**

RS - **Criar e** aperfeiçoar os programas **para estudos epidemiológicos, de prevenção** e de controle de doenças e agravos de ampla dispersão no país e sensíveis ao clima, com destaque às doenças endêmicas, em especial a malária e a dengue;

SE - Aperfeiçoar os programas de controle de doenças e agravos de ampla dispersão no país e sensíveis ao clima, com destaque às doenças endêmicas, em especial a malária e a dengue **tratando as endemias de forma igual levando-se em conta o alto índice de mortalidade nas endemias, chagas – esquistossomose que matam mais que a dengue;**

Propostas de Síntese

2 - Aperfeiçoar e efetivar os programas de estudos epidemiológicos, de prevenção e controle de doenças e agravos de ampla dispersão no país, de acordo com as suas diversidades regionais, e sensíveis ao clima, com destaque às doenças endêmicas, em especial a malária, a dengue e a febre amarela, as doenças transmitidas por vetores e roedores e de veiculação hídrica (cólera e outras).

Texto Original

Criar sistemas de alerta precoce, conjugando a previsão de eventos climáticos extremos com mapas de vulnerabilidade e planos de contingência que incluam assistência de saúde em caráter especial.

Destaques

Supressão Parcial

MS - 2.1.3 Criar sistemas de alerta precoce, conjugando a previsão de eventos climáticos extremos com mapas de vulnerabilidade e **planos de contingência que incluam assistência de saúde em caráter especial**.

Substitutiva

PA - Criar **Exigir que as três esferas de governo em parceria com universidades, institutos, fundações e órgãos afins criem** sistemas de alerta precoce, conjugando a previsão de eventos climáticos extremos com mapas de vulnerabilidade e planos de contingência que incluam assistência de saúde em caráter especial. - Aditiva

ES - Criar sistemas de alerta precoce **e de emergência**, conjugando a previsão de eventos climáticos extremos com mapas de vulnerabilidade e planos de contingência que incluam assistência de saúde em caráter especial.

RJ - Criar **no Ministério da Saúde** sistemas de alerta precoce **e mecanismos para sua realização**, conjugando a previsão de eventos climáticos extremos com mapas de vulnerabilidade e planos de contingência que incluam assistência de saúde em caráter especial **junto aos Ministérios, Secretarias Estaduais e Municipais**.

RR - Criar sistemas de alerta precoce, conjugando a previsão de eventos climáticos extremos com mapas de vulnerabilidade, **elaboração e implementação de Planos de Ação de Emergências para eventos ambientais como fortes ventanias, trombas d'água, tempestades, inundações e secas atípicas** que incluam assistência de saúde em caráter especial.

Propostas de Síntese

3 - Criar nas três esferas de governo e em parceria com universidades, institutos, fundações e órgãos afins, sistemas de alerta precoce, conjugando a previsão de eventos climáticos extremos com mapas de vulnerabilidade, e planos de contingência que incluam assistência de saúde em caráter especial.

Texto Original

Proteger os mananciais e reservatórios de água para abastecimento público, com destaque para àqueles em áreas sujeitas à inundação;

Destaques

Substitutiva

AM - **Identificar, mapear, proteger e fiscalizar através dos órgãos competentes** os mananciais e reservatórios de água para abastecimento público, com destaque para àqueles em áreas sujeitas à inundação;

MT - Proteger os mananciais e reservatórios de água para abastecimento público, **especialmente aqueles que se encontram em áreas degradadas, que sofrem inundações, queimadas ou que estão próximas a aglomerados urbanos, às áreas industriais e áreas de cultivo, garantindo a vigilância e monitoramento da qualidade da água de populações expostas às interferências ambientais com vistas à medição da potabilidade com destaque para àqueles em áreas sujeitas à inundação**;

PA - Proteger **Exigir que as três esferas de governo destinem recursos e em parceria com universidades, institutos, fundações e órgãos afins elaborem planos voltados para a proteção** dos mananciais e reservatórios de água para abastecimento público, com destaque para àqueles em áreas sujeitas às inundações;

RJ - **Assegurar, p**roteger os mananciais e reservatórios de água **com destaque para os de** abastecimento público, **com destaque para àqueles em áreas sujeitas à inundação em todo o território nacional**;

Aditiva

AL - Proteger os **recursos hídricos, principalmente os** mananciais e reservatórios de água para abastecimento público, com destaque para àqueles em áreas sujeitas à inundação;

MS - 2.1.4 Proteger os mananciais e reservatórios de água para abastecimento público, com destaque para àqueles em áreas sujeitas à inundação **através de estruturação dos conselhos municipais com capacitação de recursos humanos e punir com maior rigor as transgressões ambientais, através dos órgãos competentes**;

PR - Proteger os mananciais e reservatórios de água **em todo o território nacional** para abastecimento público, com destaque para àqueles em áreas sujeitas à inundação;

RO - Proteger os mananciais e reservatórios de água para abastecimento público, com destaque para àqueles em áreas sujeitas à inundação **e ações antrópicas**;

SE - Proteger os mananciais e reservatórios de água para abastecimento público **ou não**, com destaque para àqueles em áreas sujeitas à inundação **e intervenções antrópicas**;

TO - **Preservar e conservar** os mananciais e reservatórios de água para abastecimento público, com destaque para àqueles em áreas sujeitas à inundação, **considerando os riscos de contaminação da água**;

Propostas de Síntese

4 - Identificar, mapear, proteger e fiscalizar, por meio dos órgãos competentes, os mananciais e reservatórios de água, com destaque para os de abastecimento público, especialmente aqueles que se encontram em áreas degradadas, que sofrem inundações, queimadas e demais ações antrópicas ou que estão próximas a aglomerados urbanos, às áreas industriais e áreas de cultivo, garantindo a vigilância e monitoramento da qualidade da água de populações expostas às interferências ambientais.



Texto Original

Reduzir a vulnerabilidade social da população sob maior risco de sofrer agravos à saúde em decorrência das mudanças climáticas, por meio de políticas econômicas, educacionais e de habitação;

Destaques

Supressão Parcial

RJ - Reduzir a vulnerabilidade social da população sob **maior** risco de sofrer agravos à saúde em decorrência das mudanças climáticas, por meio de políticas econômicas, educacionais e de habitação;

Substitutiva

PA - **Reduzir Exigir que as três esferas de governo elaborem planos e destinem recursos para a redução** da vulnerabilidade social da população sob maior risco de sofrer agravos à saúde, em decorrência das mudanças climáticas, por meio de políticas econômicas, educacionais, de habitação **sendo fiscalizado pelo controle social**;

RS - Reduzir a vulnerabilidade social da população sob maior risco de sofrer agravos à saúde em decorrência das mudanças climáticas, por meio de políticas econômicas, **de saúde, de educação educacionais e**, de habitação, **de uso e ocupação da terra no meio rural, periurbano e urbano e de reforma agrária**;

Aditiva

ES - Reduzir a vulnerabilidade social da população sob maior risco de sofrer agravos à saúde em decorrência das mudanças climáticas, por meio de políticas **ambientais, sócio-econômicas**, educacionais e de habitação;

MA - Reduzir a vulnerabilidade social da população sob maior risco de sofrer agravos à saúde em decorrência das mudanças climáticas, por meio de políticas econômicas, educacionais **(a partir da educação infantil)** e de habitação;

PB - 2.1.5. Reduzir a vulnerabilidade social da população sob maior risco de sofrer agravos à saúde em decorrência das mudanças climáticas, por meio de políticas **de saúde**, econômicas, educacionais e de habitação;

Propostas de Síntese

5 - Exigir que as três esferas de governo elaborem planos e destinem recursos para a redução da vulnerabilidade social da população sob risco de sofrer agravos à saúde em decorrência das mudanças climáticas, por meio de políticas ambientais, sócio-econômicas, de saúde, de educação, de habitação, de uso e ocupação da terra no meio rural e urbano.

Texto Original

Aumentar a capacidade de atendimento do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Destaques

Substitutiva

PA - **Aumentar Fazer com que o Sistema Nacional de Defesa Civil aumente a** capacidade de atendimento **do Sistema Nacional de Defesa Civil de acordo com o grau de vulnerabilidade regional**;

RJ - Aumentar a capacidade **e viabilizar o de** atendimento do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Aditiva

ES - Aumentar a capacidade de atendimento do Sistema Nacional de Defesa Civil **e do Sistema Único de Saúde**.

MS - 2.1.6 Aumentar a capacidade de atendimento do Sistema Nacional de Defesa Civil **e criar a Defesa Civil Municipal com grupos com ações constantes**;

MT - Aumentar a capacidade de atendimento do Sistema Nacional de Defesa Civil **(estrutura física, equipamentos, pessoas e capacitação), garantindo os repasses financeiros para o COMDEC (Comissão Municipal de Defesa Civil), para seu efetivo funcionamento**.

PI - 2.1.6 - **Fortalecer e** Aumentar a capacidade de atendimento do Sistema Nacional de Defesa Civil **em todos os âmbitos**.

RO - Aumentar a capacidade de atendimento do Sistema Nacional de Defesa Civil **e de saúde**;

RS - Aumentar a capacidade de atendimento do Sistema Nacional de Defesa Civil, **bem como criar fundo para mudanças climáticas**;

TO - Aumentar a capacidade de atendimento do Sistema Nacional de Defesa Civil, **incluindo o apoio a criação de brigadas municipais**.

Propostas de Síntese

6 - Aumentar e fortalecer a capacidade de atendimento do Sistema Nacional de Defesa Civil (estrutura física, equipamentos, pessoas e capacitação), garantindo os repasses financeiros para o COMDEC (Comissão Municipal de Defesa Civil), para seu efetivo funcionamento, incluindo o apoio à criação de brigadas municipais.

Texto Original

Apoiar a realização de pesquisas aplicadas à proteção da saúde decorrente das mudanças climáticas.

Destaques

Substitutiva

MS - 2.1.7 Apoiar a realização de pesquisas aplicadas, **construção da compreensão de como se dá a saúde coletiva, e sua conscientização individual diante das mudanças climáticas à proteção da saúde decorrente das mudanças climáticas**.

PA - **Apoiar Exigir que sejam aplicados os recursos destinados** a realização de pesquisas **aplicadas voltadas à proteção prevenção de doenças e promoção** da saúde, decorrentes das mudanças climáticas, **tendo as mesmas a participação do controle social**.

Aditiva

ES - **Apoiar Fomentar, fortalecer e apoiar** a realização de **estudos e** pesquisas aplicadas à proteção da saúde decorrente das mudanças climáticas.

PI - 02.01.07 - Apoiar **financiar e fiscalizar** a realização de pesquisas aplicadas à proteção da saúde decorrente das mudanças climáticas.

RJ - Apoiar a realização de pesquisas aplicadas à proteção da saúde decorrente das mudanças climáticas **nos âmbitos nacional, estadual e municipal**.

Propostas de Síntese

7 - Fomentar, fortalecer e apoiar a realização de estudos e pesquisas voltados à prevenção de doenças e promoção da saúde decorrentes das mudanças climáticas nos âmbitos municipal, estadual e federal.

Texto Original

Desenvolver bases de dados estatísticos, com informações referentes às condições de saúde e eventos decorrentes de fenômenos climáticos e aspectos ambientais relacionados, contribuindo para a vigilância de doenças agravadas em decorrência das mudanças climáticas;

Destaques**Substitutiva**

PA - Desenvolver **Assegurar que as três esferas de governo disponibilizem para a população, através dos meios de comunicação, os bancos bases** de dados estatísticos **já existentes**, com informações referentes às condições de saúde e eventos decorrentes de fenômenos climáticos e aspectos ambientais relacionados, contribuindo para a vigilância de doenças agravadas em decorrência das mudanças climáticas;

PE - Desenvolver bases de dados estatísticos com informações referentes às condições de saúde e eventos decorrentes das mudanças climáticas e seus aspectos ambientais relacionados, contribuindo para a redução da vulnerabilidade social da população sob maior risco de sofrer agravos à saúde, propiciando a articulação dos Conselhos Nacionais de Saúde, Meio Ambiente e das Cidades, para a realização da I Conferência Nacional de Saúde Ambiental em 2009

Aditiva

AM - Desenvolver, **através das secretarias de saúde e meio ambiente**, bases de dados estatísticos, com informações referentes às condições de saúde e eventos decorrentes de fenômenos climáticos e aspectos ambientais relacionados, contribuindo para a vigilância de doenças agravadas em decorrência das mudanças climáticas;

ES - Desenvolver **e tornar acessíveis à população** bases de dados estatísticos, com informações referentes às condições de saúde e eventos decorrentes de fenômenos climáticos e aspectos ambientais relacionados, contribuindo para a vigilância de doenças agravadas em decorrência das mudanças climáticas;

PR - Desenvolver bases de dados estatísticos, com informações referentes às condições de saúde e eventos decorrentes de fenômenos climáticos e aspectos ambientais relacionados, contribuindo para a vigilância de doenças agravadas em decorrência das mudanças climáticas **e que seja divulgado através dos meios de comunicação à população;**

RJ - Desenvolver bases de dados estatísticos, com **sistema de divulgação das** informações referentes às condições de saúde e eventos decorrentes de fenômenos climáticos e aspectos ambientais relacionados, contribuindo para a vigilância de doenças agravadas em decorrência das mudanças climáticas;

RS - Desenvolver bases de dados estatísticos, **mantidos no âmbito do SUS**, com informações referentes às condições de saúde e eventos decorrentes de fenômenos climáticos e aspectos ambientais relacionados, contribuindo para a vigilância de doenças agravadas em decorrência das mudanças climáticas;

Propostas de Síntese

8 - Desenvolver, e tornar acessíveis à população, bases de dados estatísticos, com informações referentes às condições de saúde e eventos decorrentes das mudanças climáticas e seus aspectos ambientais relacionados, contribuindo para a vigilância de doenças agravadas em decorrência das mudanças climáticas.

Texto Original

Realizar o mapeamento de ameaças, vulnerabilidades das populações expostas e recursos físicos e humanos da rede de atenção à saúde.

Destaques**Substitutiva**

PA - Realizar **Assegurar que as três esferas de governo em parceria com universidades, institutos, fundações e órgãos afins realizem** o mapeamento de ameaças de vulnerabilidades das populações expostas e recursos físicos e humanos da rede de atenção à saúde **com a divulgação dos mapas junto aos conselhos visando a maior participação do controle social.**

Aditiva

RJ - Realizar o mapeamento de ameaças, vulnerabilidades das populações expostas e **garantir recursos financeiros**, físicos e humanos da rede de atenção à saúde **e que este trabalho esteja à disposição pública para consulta de todos os cidadãos.**

Propostas de Síntese

9 - Assegurar que as três esferas de governo, em parceria com universidades, institutos, fundações e órgãos afins, realizem o mapeamento de ameaças, vulnerabilidades das populações expostas e recursos físicos e humanos da rede de atenção à saúde e que este trabalho esteja à disposição pública para participação e controle social.



Texto Original

Elaborar e implantar Planos de Ação de Emergências para eventos ambientais extremos como fortes ventanias, trombas d'água, tempestades, inundações.

Destaques

Substitutiva

MS - 2.1.10 Elaborar e implantar Planos de Ação de Emergências para eventos ambientais extremos como fortes ventanias, trombas d'água, tempestades, inundações. Elaborar e implementar Planos de Emergências para os desastres e catástrofes ambientais como furacões, tempestades, epidemias, secas, incêndios e inundações;

PA - Elaborar e Implantar Assegurar a implantação de Planos de Ação de Emergências para eventos ambientais extremos como fortes ventanias, trombas d'água, tempestades, inundações **respeitando os impactos e alterações regionais da federação.**

RO - Elaborar e implantar Planos de Ação de Emergências preventivos e emergenciais para eventos ambientais extremos como fortes ventanias, trombas d'água, tempestades, inundações.

Aditiva

AM - Elaborar e implantar Planos de Ação de Emergências para eventos ambientais extremos como fortes ventanias, trombas d'água, tempestades, inundações e queimadas.

DF - Elaborar e implantar Planos de Ação de Emergências para eventos ambientais extremos como fortes ventanias, trombas d'água, tempestades, inundações e incêndios.

MT - Elaborar e implantar implementar Planos de Ação de Emergências juntamente com a sociedade civil de cada região para eventos ambientais extremos como fortes ventanias, trombas d'água, tempestades, inundações, **secas, abalos sísmicos, doenças e epidemias.**

PB - 2.1.10. Elaborar e implantar Planos de Ação de Emergências e Urgência de Saúde para eventos ambientais extremos como fortes ventanias, trombas d'água, tempestades, inundações e **relocações.**

RJ - Elaborar e implantar Planos de Ação de Emergências para eventos ambientais extremos como fortes ventanias, trombas d'água, tempestades, inundações e outros fenômenos, incluindo atuações preventivas como o monitoramento ambiental permanente.

SE - Elaborar e implantar Planos de Ação de Emergências para eventos ambientais extremos como fortes ventanias, trombas d'água, tempestades, inundações e períodos de secas.

TO - Elaborar e implantar Planos de Ação de Emergências e Sistemas de Alerta para eventos ambientais extremos como fortes ventanias, trombas d'água, tempestades, inundações, **desertificação.**

Propostas de Síntese

10 - Elaborar e implantar Planos de Ação de Emergência para eventos ambientais extremos como fortes ventanias, trombas d'água, tempestades, inundações e outros fenômenos, como furacões, epidemias, secas, abalos sísmicos e incêndios, incluindo atuações preventivas, como o monitoramento ambiental permanente.

Texto Original

Destaques

Aditiva

AC - Adequar material de divulgação para públicos diferenciados (não alfabetizados, portadores de necessidade especiais e indígenas;

AC - Integrar as políticas, planos, programas e projetos dos setores de saúde e meio ambiente, por meio de um instrumento de cooperação técnica, em todas as esferas de governo.

AC - Capacitar agentes florestais indígenas e comunitários em saúde ambiental.

AC - Ampliar a capacidade de atendimento do SUS com quadro de profissionais especializados capazes de contemplar as demandas de vigilância em saúde Ambiental.

AC - Intensificar os programas e campanhas de saúde pública para os idosos relacionada aos impactos ambientais, por exemplo, poluição sonora, queimadas, etc.

AC - Viabilizar a participação de indígenas nas instituições públicas de meio ambiente e saúde no acompanhamento de seus trabalhos.

AC - Promover junto à comunidade capacitações para os agentes dos programas de saúde para a Educação em Saúde Ambiental.

AC - Fortalecer o eixo de promoção do desenvolvimento sustentável da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), por meio de um programa de ação conjunta entre o Ministério do Meio ambiente e o Ministério da Saúde.

AC - Aumentar os recursos e apoio para projetos voltados a saúde pública (ou) comunitária ambiental.

AC - Constituir comitê de fiscalização ambiental, envolvendo o Ministério Público Estadual, Sec.de Saúde e Meio Ambiente em assuntos relacionados a saúde humana;

AC - Fortalecer a FUNASA no combate à malária, dengue

AC - Trabalhar Educação Ambiental nas unidades hospitalares (gestão de resíduos)

AL - Criar um programa de distribuição de água potável para todas as populações rurais.

AL - Incentivar parcerias entre as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, Agricultura, Educação e Meio Ambiente, enfatizando as atribuições inerentes à vigilância em saúde.

AM - Contemplar nas comissões de defesa civil nas diferentes esferas governamentais uma participação da sociedade civil organizada (ex. associação de moradores, confederação, etc.);

CE - Aumentar a capacidade de atendimento da Defesa Civil

CE - Aumentar a capacidade de absorção sistema de saúde adequando a rede de assistência básica e hospitalar de média e alta complexidade à realidade epidemiológica, criando novos hospitais e postos de atendimento e melhorando e adaptando os já existentes;

CE - Garantir uma política de saneamento ambiental, universalizando o acesso das populações vulneráveis a esse serviço;

DF - Criar o marco regulatório voltado para as atividades de pesquisa, produção e comercialização de produtos fitoterápicos respeitando as características locais.

GO - Incentivar a elaboração e implementação de políticas públicas que integrem às secretarias de Saúde e Meio Ambiente;

- MA** - Promover a articulação efetiva entre a política ambiental e as políticas de saúde, educação, produção agropecuária, saneamento, assistência social;
- MA** - Fomentar o fortalecimento da Política Nacional de Plantas Medicinais e fitoterápicos (Decreto 5.813 de 22/07/06);
- MG** - Capacitar profissionais de todos os segmentos, tornando-os agentes aptos para promover a saúde em suas atividades, tornando-os mobilizadores socioambientais.
- MG** - Manter monitoramento físico/químico e biológico da qualidade do ar e da água, atentos à presença de metais pesados, agroquímicos, radioativos. Este monitoramento deverá formar redes de informações intersetoriais e transversais, considerando as rotas dos ventos, as regiões climáticas e as transferências de poluição entre regiões.
- MG** - Estruturar condições para os refugiados ambientais, antes, durante e após situação de desastre, preparando locais, recursos humanos etc.
- MG** - Financiar a implantação e execução de projetos como o Farmácia Viva, através do cultivo, manejo e preparação de plantas medicinais, condimentares e aromáticas de cultivo orgânico (produção de alimento).
- MG** - Estimular a intersetorialidade e interdisciplinaridade entre os órgãos que possuam interface com as questões relativas à gestão ambiental.
- MG** - Atuar na identificação, subsídios, orientação e remediação de: áreas contaminadas por poluentes atmosféricos; população exposta à poluição atmosférica; antecipar a estrutura para dar suporte a pronto atendimento em prontos socorros e internações em hospitais, decorrentes da poluição atmosférica.
- MG** - Sistematizar e disponibilizar informações acerca das modificações climáticas (por exemplo, inversões térmicas intensas), que influenciam na incidência de graves problemas de saúde: enfermidades alérgicas, cancerígenas, pulmonares e outras.
- MG** - Estabelecer metas de redução de emissão de poluentes quando da formulação de políticas públicas, modulando pela condição socioeconômica, considerando: equidade - investir mais onde a carência é maior (tratar desigualmente os desiguais); integralidade - articular entre políticas públicas: saúde, meio-ambiente, infra-estrutura e saneamento.
- MG** - Incentivo ao uso de fossa séptica e financiamento para pessoas de baixa renda;
- MS** - Reconhecer e dar condições ao agricultor (como profissão de maior importância na saúde holística), tanto na produção regenerativa no ambiente quando no resgate da saúde via alimentos produzidos com o conhecimento agroecológico.
- MS** - Elaborar Plano de Políticas Econômicas e Educacionais e de Habitação para reduzir a vulnerabilidade social da população;
- MS** - Monitorar a espacialidade dos índices de contaminação e prever ações conjuntas entre as esferas públicas e privadas;
- MS** - Promover e fortalecer o saneamento ambiental permitindo o acesso de toda a população a esse serviço;
- MS** - Implantar kits sanitários nas comunidades de baixa renda;
- MS** - Aumentar a capacidade de suporte do sistema de saúde, criando novos hospitais e postos de atendimento e melhorando e adaptando os já existentes para que doenças infecto-contagiosas sejam detectadas com maior rapidez;
- MS** - Garantir acompanhamento pelos órgãos competentes, tais como: Gerência Municipal de Saúde, Gerência Municipal de Meio Ambiente e fiscalização pelos conselhos na implementação da lei que estabelece as diretrizes para prestação de serviços de saneamento básico e a Política Federal de Saneamento Básico em todos os municípios.
- MS** - Verificar e fiscalizar a contaminação de metais pesados (mercúrio e outros) na população, através de dados de consultórios odontológicos, hospitais e clínicas;
- MS** - Implantar política de controle de dados sobre pessoas intoxicadas com produtos pulverizados nas lavouras e fortalecer a segurança do trabalho rural;
- MS** - Estruturar e desenvolver a divulgação no segmento regulado sobre a problemática dos Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde (RSSS) e a importância do programa de seu gerenciamento, responsabilidade civil, criminal e sanitária;
- MS** - Realizar pesquisas e integrar os Agentes de Saúde para que promovam / multipliquem a educação ambiental nas propriedades rurais;
- MS** - Realizar campanha massiva, com a participação social direta no planejamento e execução, sobre a prevenção combate e minimização de impactos da febre amarela;
- MT** - Promover ações que estimulem os auto cuidados de saúde ao nível de atenção primária de saúde, priorizando aqueles agravos que são resultantes das mudanças climáticas (infecções respiratórias, verminose, doenças de pele e outras)
- MT** - Fortalecer o sistema de vigilância do uso indiscriminado de agrotóxicos e produtos tóxicos veterinários usados na produção animal, envolvendo os setores de saúde, agricultura, trabalho e meio ambiente, desenvolvendo ações inter-setoriais que visem a sensibilização dos perigos para a saúde e para o ambiente decorrente de sua utilização
- PA** - Assegurar que as três esferas de governo destinem recursos e em parceria com universidades, institutos, fundações e órgãos afins realizem estudos e pesquisas em áreas amazônicas sensíveis às alterações climáticas e seus efeitos sobre as doenças endêmicas ocorrentes na região.
- PB** - 2.2.50. Exigir de todos os órgãos o cadastramento dos carros-pipa e o monitoramento da qualidade da água distribuídas para consumo humano, conforme portaria 518;
- PR** - Envolver os municípios para que com seus governantes (prefeitos e vereadores) apoiem ações que envolvam (saúde e meio ambiente) que essas ações sejam desenvolvidas pelas unidades básicas de saúde (postos de saúde) com profissionais envolvidos, como agentes, enfermeiros, serviços social, etc.;
- PR** - Estabelecer uma parceria entre a ANVISA (Agência nacional de vigilância sanitária) e demais órgãos ambientais no sentido de intensificar o monitoramento da qualidade da água nas três esferas de governo, promovendo a contratação de pessoal técnico qualificado de forma transparente, através de concurso público;
- RJ** - Fazer cumprir a Lei dentro do Plano Diretor, garantindo o Saneamento Ambiental;
- RJ** - Garantir por meio de concurso público contingente mínimo para atuar como agente de endemias;
- RJ** - Estimular e implantar através do Ministério da Saúde nas esferas federal, estadual e municipal um sistema de tratamento ambulatorial e preventivo que utilize práticas da fitoterapia, contemplando a capacitação de profissionais para tal fim.
- RO** - Elaborar campanhas educativas alertando sobre o impacto das queimadas;
- RO** - Incentivar o uso de fitoterapia associada à campanhas de educação ambiental de saúde;
- RS** - Articular uma rede de atenção integral à vigilância em saúde ambiental, através do SUS, em todas as esferas (municipais, federais, estaduais) com ênfase nas ações educativas e preventivas;
- RS** - Incentivar as pesquisas e utilização de plantas medicinais para controle e prevenção de doenças.
- SC** - Desenvolver planos de ação emergencial com a participação da sociedade civil, integrando-os com sistemas internacionais de informações meteorológicas e que contemplem a capacitação e aparelhamento da defesa civil e das comunidades para o enfrentamento de eventos climáticos extremos e a criação de linhas de créditos para financiar projetos de recuperação de áreas atingidas.
- SC** - Desenvolver e fortalecer os programas integrados de pesquisas científicas regionais para identificação e combate de problemas de saúde associados às mudanças climáticas e da emissão de poluentes oriundos de combustíveis fósseis e da geração de gases do efeito estufa com a participação da sociedade.



SC - Fortalecer as Coordenadorias Regionais de Defesa Civil.

SC - Apoio de pessoal qualificado estatal (público) para iniciativas locais.

SC - Qualificação de pessoal técnico (ONG's, instituições de ensino, iniciativa privada) em todos os âmbitos, para suporte.

SC - Desenvolver um fundo de recursos emergenciais de natureza governamental para auxiliar as regiões atingidas por eventos climáticos extremos, com o acompanhamento de entidades da sociedade civil em relação à execução e aplicação de recursos.

SC - Articular a gestão da qualidade do ar nas cidades com os programas de redução de emissões de GEE e de combate às mudanças climáticas.

SC - Estabelecer políticas internacionais que coíbam o comércio internacional de produtos e substâncias químicas que causem danos ambientais e/ou à saúde pública em seus países de origem.

SC - Exigir instrumento comprobatório (certificação e declaração) de não agressão ao meio ambiente e à saúde pública para produtos agrícolas junto ao comércio internacional.

SE - Promover através de parcerias governo federal estadual e municipal, campanhas sobre a aplicação correta do uso de agrotóxicos e suas consequências e incentivos para aquisição de equipamentos de proteção pessoal para os trabalhadores rurais.

SE - Apoio a pesquisa e prevenção de doenças relacionadas as mudanças climáticas pela utilização de agrotóxicos

SE - Criação de Políticas publicas para formação e apoio às praticas complementares de saúde e meio ambiente, promovendo saúde e gerando renda, principalmente nas comunidades vulneráveis aos problemas decorrentes dos efeitos climáticos

SP - Integração das políticas (públicas) de saúde e meio ambiente, viabilizando indicadores de saúde ambiental, para priorizar estratégias de ação.

SP - Promover com urgência Programas de Saneamento para a Zona Rural, como conceito de medida preventiva de saúde, minimizando as contaminações e disseminações de doenças.

SP - Fortalecer e ampliar o atendimento de saúde às populações rurais, comunidades tradicionais e população indígena.

SP - Promover meios e mecanismos para a obtenção de recursos para atender as demandas das propostas 01, 02, 03 e 04.

TO - Implementar, via SUS, uma série de atividades para ampliação da saúde preventiva do trabalhador exposto a radiação solar, especialmente disponibilizar protetor solar.

Propostas de Síntese

11 - Fortalecer e aumentar a capacidade de atendimento e de aparelhamento da Defesa Civil, contemplando a participação da sociedade nas comissões de defesa civil, integrando-a com sistemas internacionais de informações meteorológicas para o enfrentamento de eventos climáticos extremos, além de estruturar condições para os refugiados ambientais.

12 - Estimular a intersetorialidade e interdisciplinaridade entre os órgãos públicos, para articulação das políticas, planos, programas e projetos dos setores de saúde, meio ambiente, agricultura, educação, saneamento, assistência social, por meio de instrumento de cooperação técnica, com apoio técnico para implementação da Política Federal de Saneamento Básico e da Política Nacional de Promoção da Saúde, fortalecendo as ações da FUNASA no combate à malária e dengue.

14 - Articular uma rede de atenção integral para a vigilância em saúde ambiental e estratégias de ação por meio de indicadores de saúde ambiental, dando suporte ao pronto atendimento nos prontos socorros e hospitais e ampliando o atendimento às populações rurais, indígenas e comunidades tradicionais.

15 - Capacitar profissionais de todos os segmentos (agricultores, agentes florestais indígenas, comunitários, ONGs, instituições de ensino, iniciativa privada) para apoio às praticas complementares de saúde e meio ambiente, tornando-os mobilizadores socioambientais e inserir o trabalho com educação ambiental nas unidades hospitalares.

16 - Implantar políticas de controle, com metas de redução para emissão de gases de GEE, e de monitoramento, contemplando dados e redes de informações a respeito dos índices de contaminação da população e do ambiente, com ênfase para a qualidade do ar e os poluentes atmosféricos.

17 - Promover, por meio de parcerias entre o governo federal, estadual e municipal, campanhas de saúde pública, com a participação social direta no planejamento e execução, relacionadas à problemática dos resíduos sólidos e aos impactos das mudanças climáticas e ambientais, sistematizando, disponibilizando as informações, e produzindo material diferenciado para os diversos públicos (idosos, não alfabetizados, portadores de necessidades especiais, indígenas, trabalhadores rurais).

19 - Ampliar a capacidade de atendimento do SUS, com quadro de profissionais especializados capazes de contemplar as demandas de vigilância em saúde ambiental, como construção de novos postos de saúde, de hospitais, além de aumentar recursos para ampliar programas de saúde preventiva da população, disponibilizando kits sanitários e equipamentos de proteção individual (EPIs) para o trabalhador, principalmente os que trabalham expostos à radiação solar, de forma a reduzir os problemas de saúde consequentes às mudanças climáticas.

Zona Costeira e Marinha

Texto Original

Aplicar as previsões de elevação do nível do mar para o estabelecimento de mecanismos de adaptação que incluam a definição das zonas ou faixas de migração dos ecossistemas, internalizando-as nos instrumentos de planejamento e gestão territorial/ambiental;

Não existem destaques.

Propostas de Síntese

1 - Aplicar as previsões de elevação do nível do mar para o estabelecimento de mecanismos de adaptação que incluam a definição das zonas ou faixas de migração dos ecossistemas, internalizando-as nos instrumentos de planejamento e gestão territorial/ambiental;

Texto Original

Promover mecanismos para a proteção e conservação da feição apicum como parte do ecossistema manguezal, como faixa de migração da feição arbórea do ecossistema devido aos eventos de elevação do nível do mar;

Destaques

Substitutiva

RJ - Promover **Criar e implantar** mecanismos para a proteção e conservação da feição apicum como parte do ecossistema manguezal, como faixa de migração da feição arbórea do ecossistema devido aos eventos de elevação do nível do mar;

Aditiva

MA - Promover mecanismos para a proteção e conservação da feição apicum **e marismas** como parte do ecossistema manguezal, como faixa de migração da feição arbórea do ecossistema devido aos eventos de elevação do nível do mar;

Propostas de Síntese

2 - Promover mecanismos para a preservação, a proteção e conservação da feição apicum e marismas como parte do ecossistema manguezal, como faixa de migração da feição arbórea do ecossistema devido aos eventos de elevação do nível do mar;

Texto Original

Criação de sistemas de alerta precoce, conjugando-se a previsão de eventos climáticos extremos com mapas de vulnerabilidade e planos de contingência que envolvam assistência em caráter especial;

Destaques

Substitutiva

CE - Criação de **Criar** sistemas de alerta precoce, **com ampla divulgação e acessibilidade, inclusive de linguagem e visual**, conjugando-se a previsão de eventos climáticos extremos com mapas de vulnerabilidade, **de risco socioambiental** e planos de contingência que envolvam assistência em caráter especial;

Propostas de Síntese

3 - Criar sistemas de alerta precoce, com ampla divulgação e acessibilidade, inclusive de linguagem visual conjugando-se a previsão de eventos climáticos extremos com mapas de vulnerabilidade, de risco socioambiental e planos de contingência que envolvam assistência em caráter especial;

Texto Original

Definir mecanismos para aplicação do Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE integrado aos demais instrumentos de ordenamento e controle, a exemplo do plano diretor, plano de manejo e licenciamento, como medida de adaptação à mudança climática;

Destaques

Aditiva

RS - Definir mecanismos para aplicação do Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE integrado aos demais instrumentos de ordenamento e controle, a exemplo do plano diretor, plano de manejo e licenciamento **e plano de recursos hídricos**, como medida de adaptação à mudança climática;

Propostas de Síntese

4 - Definir mecanismos para aplicação do Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE integrado aos demais instrumentos de ordenamento e controle, a exemplo do plano diretor, plano de manejo e licenciamento, plano de recursos hídricos, como medida de adaptação à mudança climática;



Texto Original

Fortalecer a implantação do Projeto Orla na perspectiva de identificar áreas de restrição ao uso e ocupação, em especial nas áreas do patrimônio da União;

Destaques

Substitutiva

CE - Fortalecer a implantação do Projeto Orla na perspectiva de identificar áreas de restrição ao uso e ocupação **e para regularização fundiária, criando mecanismos de controle da ocupação sustentável dessas áreas, em especial nas áreas do patrimônio do patrimônio** da União;

Aditiva

PA - Fortalecer **e acelerar** a implantação do Projeto Orla, **incluindo a orla fluvial e lacustre**, na perspectiva de identificar áreas de restrição ao uso e ocupação, em especial nas áreas do patrimônio da União;

Propostas de Síntese

5 - Fortalecer a implantação do Projeto Orla, incluindo a orla fluvial e lacustre, na perspectiva de identificar áreas de restrição ao uso, ocupação e para regularização fundiária, criando mecanismos de controle da ocupação sustentável dessas áreas do patrimônio da União;

Texto Original

Propor um programa de controle e monitoramento da erosão costeira em face da ocupação humana nas áreas de risco à inundação e de vulnerabilidade à elevação do nível do mar;

Destaques

Substitutiva

PA - **Propor Criar** um programa de controle e monitoramento da erosão **costeira** em face da ocupação humana nas áreas de risco à inundação e de vulnerabilidade à elevação do nível do mar **e rios**;

PR - Propor um programa de controle e monitoramento da erosão costeira em face da ocupação humana **considerando os processos físicos costeiros e variação de linhas de costa nas áreas de risco à inundação e de vulnerabilidade à elevação do nível do mar**;

SP - Propor um **Criar e implementar um** programa de controle e monitoramento da erosão costeira em face da ocupação humana nas áreas de risco à inundação e de vulnerabilidade à elevação do nível do mar;

Aditiva

ES - **Propor Fortalecer e, quando não existir, criar no âmbito dos Estados e Municípios costeiros**, um programa de controle e monitoramento da erosão costeira em face da ocupação humana nas áreas de risco à inundação e de vulnerabilidade à elevação do nível do mar;

RJ - Propor **a criação e implantação de** um programa de controle e monitoramento da erosão costeira **incluindo o monitoramento permanente de dados oceanográficos** em face da ocupação humana nas áreas de risco à inundação e de vulnerabilidade à elevação do nível do mar, **qualificando as populações localizadas em área de risco ambiental para situações de sinistro ambiental**;

Propostas de Síntese

6 - Criar e implementar um programa de controle e monitoramento da erosão costeira em face da ocupação humana, considerando os processos físicos costeiros e a variação de linhas de costa nas áreas de risco à inundação e de vulnerabilidade à elevação do nível do mar e rios;

Texto Original

Apoiar o desenvolvimento e aperfeiçoamento de programas de monitoramento oceanográfico e meteorológico costeiro, a exemplo do Sistema Global de Observação dos Oceanos, no país (GOOS/Brasil);

Destaques

Aditiva

PR - Apoiar o desenvolvimento e aperfeiçoamento de programas de monitoramento oceanográfico **com relação aos parâmetros químicos, físicos, geológicos, biológicos** e meteorológico costeiro, a exemplo do Sistema Global de Observação dos Oceanos, no país (GOOS/Brasil) **com a participação de agremiações e cooperativas ligadas à pesca**;

Propostas de Síntese

7 - Apoiar o desenvolvimento e aperfeiçoamento de programas de monitoramento oceanográfico com relação aos parâmetros químicos, físicos, geológicos, biológicos e meteorológico costeiro, a exemplo do Sistema Global de Observação dos Oceanos, no país (GOOS/Brasil), com a participação de agremiações e cooperativas ligadas à pesca;

Texto Original

Dar continuidade ao Programa de Monitoramento dos Corais – Reef Check, considerando o branqueamento e mortalidade como indicadores das alterações climáticas e incluir os dados na rede mundial de monitoramento;

Destaques

Aditiva

RJ - Dar continuidade ao Programa de Monitoramento dos Corais – Reef Check, considerando o branqueamento e mortalidade como indicadores das alterações climáticas **com a demarcação de uma faixa marginal de proteção** e incluir os dados na rede mundial de monitoramento;

Propostas de Síntese

8 - Dar continuidade ao Programa de Monitoramento dos Corais – Reef Check, considerando o branqueamento e mortalidade como indicadores das alterações climáticas com a demarcação de uma faixa marginal de proteção e incluir os dados na rede mundial de monitoramento;

Texto Original

Monitorar a distribuição de espécies costeiras em todos os ecossistemas de baixa altitude, incluindo os manguezais, restingas, lagoas costeiras, entre outros;

Destaques**Substitutiva**

PR - Monitorar a distribuição de espécies costeiras em todos os ecossistemas **estuarinos e costeiros, de baixa altitude**; incluindo os manguezais, restingas, lagoas costeiras, **entre outros**;

Aditiva

PA - Monitorar a distribuição de espécies costeiras, **fluviais e lacustres** em todos os ecossistemas de baixa altitude, incluindo os manguezais, restingas, lagoas costeiras, entre outros, **além de levantamento sobre o impacto de esforço de pesca sobre determinadas espécies**;

Propostas de Síntese

9 - Monitorar a distribuição de espécies costeiras em todos os ecossistemas estuarinos e costeiros, incluindo os manguezais, restingas, lagoas costeiras; além de levantamento sobre o impacto de esforço de pesca sobre determinadas espécies;

Texto Original

Apoiar a criação de Unidades de Conservação na Zona Costeira e Marinha.

Destaques**Substitutiva**

SP - **Criar fundos específicos para consolidação das Unidades de Conservação na Zona Costeira e Marinha por meio da fiscalização, planos de manejo e gestão, bem como definir um plano de metas para criação e implementação de novas UCs de zonas costeiras marinhas, especialmente, em áreas de manguezais, recifes de corais, ilhas oceânicas e espaços contínuos que unam os diversos ecossistemas costeiros.**

Aditiva

AL - Apoiar a criação de Unidades de Conservação na Zona Costeira e Marinha **e promover a gestão adequada e sustentável das Unidades existentes, inclusive elaborar os seus planos de manejo**;

PR - Apoiar a criação de Unidades de Conservação na Zona Costeira e Marinha, **bem como assegurar o Plano de Manejo conforme Lei SNUC nº 9985/2000.**

Propostas de Síntese

10 - Apoiar a criação de unidades de Conservação na Zona Costeira e Marinha e usar fundos específicos para consolidação dessas unidades, promovendo a fiscalização, planos de manejo e gestão, bem como definir um plano de metas para criação e implementação de novas UCs na zona costeira e marinha, especialmente, em áreas de manguezais, recifes de corais, ilhas oceânicas e espaços contínuos que unam os diversos ecossistemas costeiros;

Texto Original**Destaques****Aditiva**

AC - Intensificar a fiscalização contra pesca ilegal

AL - Adotar estratégias para impedir a privatização da região costeira, inclusive adotando medidas enérgicas para impedir quaisquer construções, e promover a retirada de obstáculos que impeçam o livre acesso das pessoas às praias, manguezais e cursos d'água, além da navegabilidade nos mesmos;

AL - Preservar e recuperar áreas degradadas de vegetação de restinga, dunas e manguezais.

AL - Intensificar a fiscalização nos projetos de aquicultura em manguezais e suas áreas de influência;

ES - Fortalecer e apoiar tecnicamente os laboratórios dos órgãos do meio ambiente para que possam realizar o monitoramento do estado da qualidade do meio físico e biótico das águas interiores, costeiras e marinhas.

MA - Intensificar a fiscalização em áreas de arraste de camarão e aumentar a área de exclusão de captura;

MA - Criar RESEX marinha;

MA - Criar grupos de estudos sobre reprodução e preservação da fauna marinha, e quando necessário, criar períodos de defeso (ex: troca do casco do caranguejo nos meses de outubro, novembro e dezembro).

MA - Combater a extração de calcário marinho reduzindo-a a nível zero, no prazo de cinco anos, em toda a costa nacional.

MG - Formalizar parceria entre os pescadores artesanais e ribeirinhos com órgãos governamentais e sociedade civil para criação de peixes nativos que têm condições de serem criados em tanques redes, promovendo geração de trabalho e renda para esses segmentos sociais e repovoando os lagos das hidrelétricas;

PA - Solicitar o apoio das três esferas de Governo visando o incentivo ao ordenamento pesqueiro e territorial tomando como base a ampliação dos Acordos de Pesca comunitários;



- PA** - Intensificar a fiscalização nos estabelecimentos comerciais de pescado, dos atravessadores e represas para criação de pescados;
- PA** - Tornar público o Projeto de Lei da pesca que tramita no Senado Federal;
- PA** - Equipar e capacitar a assistência técnica pesqueira e aquícola;
- PA** - Implementar um programa de revitalização de organizações sociais de pescadores;
- PA** - Garantir o seguro-desemprego dos caranguejeiros e adequação do período de defeso na Portaria 40/2006 do IBAMA.
- PB** - Recuperar as áreas degradadas nos sistemas costeiros por meio de ações de cobrança financeira dos agentes causadores, exigindo responsabilização e aplicação da legislação ambiental;
- PE** - Garantir ações efetivas de gestão e conservação dos Ecossistemas Costeiros e Zona Litorânea, através de medidas preventivas e corretivas frente às mudanças climáticas. (Mosaico de Unidades de Conservação Marinhas e Estuarinas; monitoramento da linha de costa; identificação das áreas de maior vulnerabilidade, garantindo a conservação e proteção das mesmas, com responsabilidade social; aplicação do Zoneamento Econômico Ecológico integrado aos instrumentos de planejamento e controle urbano)
- PR** - Melhoramento da fiscalização e vigilância por satélites (outros dispositivos) da lavagem de navios em mares brasileiros e internacionais e aprimoramento das Leis e Tratados Internacionais;
- PR** - Criação e implementação de um programa de monitoramento de fauna e flora visando verificar impactos antrópicos nos ecossistemas estuários costeiros, principalmente em áreas de interesse portuário e turístico e de áreas urbanas;
- RJ** - Elaborar mapa de sensibilidade ambiental dos municípios, garantindo o trabalho do pescador artesanal;
- RN** - Aumentar o rigor da fiscalização e das punições sobre a atividade da carcinicultura.
- RN** - Definir estratégias para as áreas críticas de erosão marinha levando em consideração o aprofundamento do conhecimento destas áreas, o planejamento de sua ocupação e educar ambientalmente as populações afetadas pelas mudanças climáticas.
- RN** - Promover diretrizes para o desenvolvimento sustentável na zona costeira, impedindo o predomínio de interesses empresariais e privatizantes nas nossas praias.
- RN** - Implantar obras de infra-estrutura para a proteção da zona costeira e seu patrimônio com o mapeamento daquelas passíveis de inundação pelo avanço do mar.
- RN** - Implantar um plano de ordenamento e monitoramento dos ecossistemas de proteção da zona costeira, visando a contenção da erosão, desmatamento e proteção às dunas.
- RN** - Desenvolver o Plano de Recuperação de Áreas de Manguezais, a fim de contribuir para a mitigação das conseqüências do avanço do mar.
- RN** - Recuperar os ecossistemas estuarinos degradados, com a retirada dos empreendimentos da carcinicultura das áreas de manguezais.
- RN** - Dotar os órgãos públicos competentes do SISNAMA de capacidade de sensoramento remoto, com a finalidade de aumentar as ações de fiscalização contra as ocupações irregulares bem como outras agressões na faixa terrestre da zona costeira.
- RN** - Coibir construções em áreas de risco de erosão costeira, definindo a obrigatoriedade dos municípios observarem tais regras nos Planos Diretores e Agenda 21.
- RN** - Fiscalizar e aplicar efetivamente a legislação que regulamenta as atividades de pesca, salineira, aquíicultura e todas e quaisquer atividades extrativistas nas zonas costeiras.
- RN** - Incentivar o envio de dados pelas entidades aderentes do Sistema de Coleta de Dados Oceanográficos ao Banco Nacional de Dados Oceanográficos (BNDO).
- RN** - Efetivar, no âmbito da ANVISA, o controle sanitário dos portos, no que concerne a potabilidade da água, água de lastro, resíduos sólidos e óleos lubrificantes das embarcações.
- RN** - Garantir os propósitos das Áreas de Preservação Permanente (APPs) na zona costeira, através de mecanismos de planejamento e ação, inclusive com a remoção de empreendimentos e atividades instaladas e desenvolvidas atualmente nestas áreas.
- RN** - Criar novas reservas extrativistas marinhas para preservar o modo de vida, o território de moradia e o espaço de trabalho das comunidades tradicionais de pescadores artesanais.
- RN** - Cobrar dos gestores das três esferas governamentais medidas efetivas e eficazes, dentre elas criação, divulgação e fortalecimento de "ouvidorias" de meio ambiente, para combater as ações criminosas cometidas contra a natureza em toda a zona costeira.
- RN** - Ampliar a participação do Brasil no Sistema Global de Observação dos Oceanos (GOOS), com: aquisição e instalação de um maior quantitativo de equipamentos que compõem as diversas redes de coleta de dados que integram o sistema; maior alocação de recursos financeiros e capacitação de um maior quantitativo humano para o Programa GOOS - Brasil.
- SC** - Integrar pesquisas em desenvolvimento para identificar a vulnerabilidade do país e de suas áreas metropolitanas à elevação do nível do mar, através de uma rede informatizada de dados e de pesquisadores.
- SC** - Subsidiar as pesquisas de tecnologias alternativas com ênfase na aquíicultura e pesca sustentáveis com a participação das comunidades locais e tradicionais que dependem da região costeira para seu sustento.
- SC** - Promover o fortalecimento e criação de redes ou outras formas de articulação de instituições para a defesa dos direitos humanos no litoral, incluindo a defesa da integridade física e moral de lideranças ambientalistas participantes da gestão de unidades de conservação.
- SE** - Intensificar a fiscalização nos manguezais principalmente nas fazendas de camarão (ou criação), evitando principalmente o desmatamento de novas áreas
- SE** - Implementar a política nacional de gerenciamento costeiro nos estados e municípios
- SP** - Exigir a adoção de novas tecnologias mais limpas na renovação de licença para as atividades industriais e portuárias.
- SP** - Estabelecer instrumentos para a aplicação mais rigorosa das normativas de controle de poluição e de zoneamento territorial relativas principalmente à área industrial e portuária.
- SP** - Otimizar e revitalizar de forma sustentável as áreas portuárias, sem prejuízo do desenvolvimento de suas atividades, evitando a devastação das áreas ambientais existentes.
- SP** - Estimular a implementação do Turismo Sustentável como estratégia de desenvolvimento limpo na zona costeira.
- SP** - Fortalecer e estimular a implementação dos Planos Estaduais e Municipais de gerenciamento costeiro.

Propostas de Síntese

- 11** - Criar novas reservas extrativistas marinhas para preservar o modo de vida, o território de moradia e o espaço de trabalho das comunidades tradicionais de pescadores artesanais;
- 12** - Preservar e recuperar áreas degradadas de vegetação de restinga, dunas, manguezais e ecossistemas estuarinos e recuperar as áreas degradadas nos sistemas costeiros por meio de ações de cobrança financeira dos agentes causadores, exigindo responsabilização e aplicação da legislação ambiental;

- 13** - Criação e implementação de um programa de monitoramento de fauna e flora visando verificar impactos antrópicos nos ecossistemas ripários, costeiros e marinhos, principalmente em áreas de interesse portuário, turístico e áreas urbanas, apoiando tecnicamente os laboratórios dos órgãos do meio ambiente para que possam realizá-lo;
- 14** - Criar grupos de estudos sobre reprodução e preservação da fauna marinha, e quando necessário, criar períodos de defeso, bem como elaborar mapas de sensibilidade ambiental dos municípios, garantindo o trabalho do pescador artesanal;
- 15** - Coibir construções em áreas de risco de erosão costeira, definindo a obrigatoriedade dos municípios observarem as regras dos Planos Diretores e Agenda 21, garantindo os propósitos das Áreas de Preservação Permanente (APPs) na zona costeira, através de mecanismos de planejamento e ação, inclusive com a remoção de empreendimentos e atividades instaladas e desenvolvidas nestas áreas;
- 16** - Intensificar o rigor da fiscalização e das punições nos projetos de aqüicultura e carcinicultura em manguezais e suas áreas de influência, evitando principalmente o desmatamento de novas áreas;
- 17** - Intensificar a fiscalização em áreas de arraste de camarão e aumentar a área de exclusão de captura;
- 18** - Incentivar o envio de dados pelas entidades do Sistema de Coleta de Dados Oceanográficos ao Banco Nacional de Dados Oceanográficos (BNDO), ampliando a participação do Brasil no Sistema Global de Observação dos Oceanos (GOOS), com aquisição e instalação de um maior quantitativo de equipamentos que compõem as diversas redes de coleta de dados que integram o sistema, com maior alocação de recursos financeiros e capacitação de um maior quantitativo humano para o Programa GOOS - Brasil;
- 19** - Implementar a Política Nacional de Gerenciamento Costeiro nos estados e municípios, fortalecendo e estimulando a consolidação dos Planos Estaduais e Municipais de gerenciamento costeiro, promovendo o desenvolvimento sustentável e coibindo interesses empresariais e privatizantes das praias;
- 20** - Subsidiar as pesquisas de tecnologias alternativas, com ênfase na aqüicultura e pesca sustentáveis, com a participação das comunidades locais e tradicionais;
- 21** - Garantir ações efetivas de gestão e conservação dos ecossistemas costeiros e zona litorânea, através de medidas preventivas e corretivas frente às mudanças climáticas, aplicando o Zoneamento Econômico Ecológico, integrado aos instrumentos de planejamento e controle urbano;
- 22** - Exigir a adoção de novas tecnologias mais limpas na renovação de licença para as atividades portuárias, a otimização e revitalização do porto organizado, sem prejuízo do desenvolvimento de suas atividades, evitando a devastação das áreas ambientais adjacentes existentes;
- 23** - Efetivar, no âmbito da ANVISA, o controle sanitário dos portos, no que concerne a potabilidade da água, água de lastro, resíduos sólidos e óleos lubrificantes das embarcações, estabelecendo instrumentos para a aplicação mais rigorosa das normativas de controle de poluição e de zoneamento territorial relativas à atividade portuária;
- 24** - Combater a extração de calcário marinho em toda a costa nacional;
- 25** - Solicitar o apoio das três esferas de Governo, visando o incentivo ao ordenamento pesqueiro e territorial tomando como base a ampliação dos Acordos de Pesca Comunitários e fiscalização e aplicação da legislação que regulamenta as atividades de pesca, salineira, aqüicultura e todas e quaisquer atividades extrativistas nas zonas costeiras;
- 26** - Estimular a implementação do Turismo Sustentável como estratégia de desenvolvimento limpo na zona costeira;
- 27** - Implementar um programa de revitalização de organizações sociais de pescadores, fortalecer e criar redes de instituições para a defesa dos direitos humanos no litoral, incluindo a defesa da integridade física e moral de lideranças ambientalistas participantes da gestão de unidades de conservação;
- 29** - Criar, divulgar e fortalecer "ouvidorias" de meio ambiente, para combater as ações criminosas cometidas contra a natureza em toda a zona costeira;
- 31** - Implantar obras de infra-estrutura para a proteção da zona costeira e seu patrimônio com o mapeamento daquelas passíveis de inundação pelo avanço do mar;
- 32** - Melhorar a fiscalização e vigilância por satélites e outros dispositivos, da lavagem de navios em mares brasileiros e aprimorar as leis e Tratados Internacionais;
- 33** - Promover a retirada de obstáculos que impeçam o livre acesso das pessoas às praias, manguezais e cursos d'água, além da navegabilidade nos mesmos e dotar os órgãos públicos competentes do SISNAMA de capacidade de sensoriamento remoto, com a finalidade de aumentar as ações de fiscalização contra as ocupações irregulares, bem como outras agressões na faixa terrestre da zona costeira;
- 34** - Definição de estratégias para as áreas críticas de erosão marinha com o mapeamento daquelas passíveis de inundação, criando uma rede informatizada de dados e de pesquisadores;



Agropecuária

Texto Original

Apoiar as pesquisas que mensurem a influência da mudança do clima nas alterações de aptidão das áreas agricultáveis para as diferentes culturas e criações;

Destaques

Aditiva

AM - Apoiar **órgãos e instituições de ensino, pesquisa e extensão (públicos e privados), no incentivo e desenvolvimento** de pesquisas que mensurem a influência da mudança do clima nas alterações de aptidão das áreas agricultáveis para as diferentes culturas e criações; Apoiar as pesquisas que mensurem a influência da mudança do clima nas alterações de aptidão das áreas agricultáveis para as diferentes culturas e criações; **desenvolvendo desta forma, respostas às demandas de produção e utilização racional do meio ambiente.**

CE - Apoiar as pesquisas que mensurem a influência da mudança do clima nas alterações de aptidão das áreas agricultáveis para as diferentes culturas e criações **e, a partir destas, desenvolver e implementar, no mais curto prazo possível, projetos de extensão rural;**

ES - Apoiar as pesquisas que mensurem a influência da **desertificação e da** mudança do clima nas alterações de aptidão das áreas agricultáveis para as diferentes culturas e criações;

TO - Apoiar as pesquisas que mensurem a influência da mudança do clima nas alterações de aptidão das áreas agricultáveis para as diferentes culturas e criações **nas diferentes regiões;**

Propostas de Síntese

1 - Apoiar órgãos e instituições de ensino, pesquisa e extensão (públicos e privados), no incentivo e desenvolvimento de pesquisas que mensurem a influência da mudança do clima e da desertificação nas alterações de aptidão das áreas agricultáveis para as diferentes culturas e criações, em diferentes regiões, desenvolvendo desta forma, respostas às demandas de produção e utilização racional do meio ambiente.

Texto Original

Incentivar a adoção de práticas que utilizem o desenvolvimento sustentável, como a agro-ecologia, o plantio direto e os sistemas agro-florestais, para se reduzir a vulnerabilidade à mudança do clima e aumentar a capacidade de adaptação na agricultura;

Destaques

Substitutiva

AM - Incentivar a adoção de práticas que utilizem o desenvolvimento sustentável, como a agro-ecologia, o plantio direto e os sistemas agro-florestais, para se reduzir a vulnerabilidade à mudança do clima e aumentar a capacidade de adaptação na agricultura **e a manutenção de áreas verdes.**

CE - Incentivar a adoção de práticas que utilizem o desenvolvimento sustentável, como a agro-ecologia, o plantio direto e os sistemas **agro-florestais agrossilvipastoris**, para se reduzir a vulnerabilidade à mudança do clima e aumentar a capacidade de adaptação na **agricultura agropecuária, por meio de métodos educativos e culturais;**

PR - Incentivar a adoção de práticas que utilizem o desenvolvimento sustentável, como a agro-ecologia, o **sistema de** plantio direto e os sistemas **agro-florestais agrossilvipastoris, por meio da assistência técnica**, para se reduzir a vulnerabilidade à mudança do clima e aumentar a capacidade de adaptação na agricultura;

SP - Incentivar a adoção de práticas que utilizem o desenvolvimento sustentável, como a agro-ecologia, a **produção em sistemas protegidos**, o plantio direto e os sistemas agro-florestais, para se reduzir a vulnerabilidade à mudança do clima e aumentar a capacidade de adaptação na agricultura;

Aditiva

ES - **Incentivar Fomentar** a adoção de práticas que utilizem o desenvolvimento sustentável, como a agro-ecologia, o plantio direto e os sistemas agro-florestais, para se reduzir a vulnerabilidade **à desertificação e** à mudança do clima e aumentar a capacidade de adaptação na agricultura;

MS - 2.4.2 Incentivar a adoção de práticas que utilizem o desenvolvimento sustentável, como a agroecologia, o plantio direto e os sistemas agroflorestais e **microbacias**, para se reduzir a vulnerabilidade à mudança do clima e aumentar a capacidade de adaptação na agricultura;

Propostas de Síntese

2 - Incentivar a adoção de práticas que utilizem o desenvolvimento sustentável, como a agroecologia, o plantio direto e os sistemas agro-florestais, agrossilvipastoris para se reduzir a vulnerabilidade à mudança do clima, em especial à desertificação. Incentivar, por meio da extensão, da assistência técnica e métodos culturais, a adaptação da agropecuária e de áreas verdes.

Texto Original

Incentivar o emprego do melhoramento genético para o desenvolvimento e criação de raças mais resistentes às temperaturas mais elevadas;

Destaques

Supressão Total da Proposta

MA - **Supressão Total da Proposta**

Substitutiva

MS - 2.4.3 Incentivar o emprego do melhoramento genético na pecuária **empregar o melhoramento genético do rebanho e forrageiras mais adaptadas às mudanças climáticas.**



PB - 2.4.3 Incentivar o emprego do melhoramento genético responsável e sustentável para o desenvolvimento e criação de raças **mais** resistentes às temperaturas mais elevadas;

SC - Incentivar o emprego do melhoramento genético para **o desenvolvimento e criação a seleção** de raças **mais resistentes às temperaturas mais elevadas adaptadas aos efeitos das mudanças climáticas**;

SP - **Orientar as pesquisas de Incentivar o emprego do** melhoramento genético para **a melhoria das raças utilizadas para produção com relação a maior resistência ao aumento das temperaturas o desenvolvimento e criação de raças mais resistentes às temperaturas mais elevadas**;

Aditiva

DF - Incentivar o emprego do melhoramento genético **tradicional** para o desenvolvimento e criação de raças mais resistentes às temperaturas mais elevadas **e adaptadas às condições regionais**;

ES - Incentivar **a pesquisa e** o emprego do melhoramento genético para o desenvolvimento e criação de raças **e cultivares** mais resistentes às temperaturas mais elevadas;

PA - Incentivar o emprego do melhoramento genético para o desenvolvimento e criação de raças mais **produtivas adaptadas à região norte**, resistentes às temperaturas mais elevadas;

PR - Incentivar o emprego do melhoramento genético **já existentes** para o desenvolvimento e criação de raças mais resistentes às temperaturas mais elevadas, **destinando o resultado às Secretarias Municipais de Agricultura**;

RS - Incentivar o emprego do melhoramento genético, **respeitando as leis de biossegurança nacionais**, para o desenvolvimento e criação de raças mais resistentes às temperaturas mais elevadas;

SE - Incentivar o emprego do melhoramento genético para o desenvolvimento e criação de raças mais resistentes às temperaturas mais elevadas, **bem como a criação de novas variedades agrícolas com o mesmo fim**;

Propostas de Síntese

3 - Supressão Total da Proposta

4 - Incentivar a pesquisa e o emprego do melhoramento genético responsável e sustentável, respeitando as leis de biossegurança para o desenvolvimento e criação de raças e espécies forrageiras resistentes às temperaturas mais elevadas e mais adaptadas as mudanças climáticas, considerando as condições regionais.

Texto Original

Promover o uso de técnicas de climatização que tornem amena a temperatura das instalações, destinadas à criação de animais;

Destaques

Supressão Total da Proposta

PA - Promover o uso de técnicas de climatização que tornem amena a temperatura das instalações, destinadas à criação de animais;**Supressão Total da Proposta**

PR - Promover o uso de técnicas de climatização que tornem amena a temperatura das instalações, destinadas à criação de animais;**Supressão Total da Proposta**

Substitutiva

SC - **Promover Realizar pesquisa e extensão, capacitação profissional para implementar junto aos produtores** o uso de técnicas de climatização **sustentáveis** que tornem amena a temperatura das instalações, destinadas à criação de animais;

Aditiva

AC - Promover o uso de técnicas de climatização que tornem amena a temperatura das instalações, destinadas à criação de animais **e residências humanas**

DF - Promover o uso de técnicas **naturais** de climatização que tornem amena a temperatura das instalações, destinadas à criação de animais;

MA - Promover o uso de técnicas de climatização que tornem amena a temperatura das instalações **e dos agroecossistemas** destinadas à criação de animais;

Propostas de Síntese

5 - Supressão Total da Proposta

6 - Realizar pesquisa, extensão e capacitação profissional para implementar, junto aos produtores, o uso de técnicas de climatização sustentáveis que tornem amena a temperatura das instalações e dos agroecossistemas, destinadas à criação de animais.

Texto Original

Apoiar a realização de estudos que busquem identificar medidas de adaptação das atividades agropecuárias aos efeitos adversos da mudança do clima;

Destaques

Supressão Total da Proposta

MA - **Supressão Total da Proposta**

PA - Apoiar a realização de estudos que busquem identificar medidas de adaptação das atividades agropecuárias aos efeitos adversos da mudança do clima;**Supressão Total da Proposta**

PR - Apoiar a realização de estudos que busquem identificar medidas de adaptação das atividades agropecuárias aos efeitos adversos da mudança do clima;**Supressão Total da Proposta**

Aditiva

AM - Apoiar a realização de estudos que busquem identificar medidas de adaptação das atividades agropecuárias aos efeitos adversos da mudança do clima, **divulgando e esclarecendo os resultados obtidos**.



ES - Apoiar a realização de estudos que busquem identificar medidas de adaptação das atividades agropecuárias aos efeitos adversos da **desertificação e da** mudança do clima;

Propostas de Síntese

7 - Supressão Total da Proposta

8 - Apoiar a realização de estudos que busquem identificar medidas de adaptação das atividades agropecuárias aos efeitos adversos da mudança do clima e da desertificação, divulgando e esclarecendo os resultados obtidos.

Texto Original

Avaliar os impactos socioeconômicos de curto e médio prazo dos diferentes cenários climáticos estabelecidos para a agricultura;

Destaques

Substitutiva

CE - Avaliar os impactos socioeconômicos **e ambientais** de curto e médio prazo dos diferentes cenários climáticos estabelecidos para a **agricultura agropecuária**;

SC - **Avaliar Realizar e apoiar estudos de avaliação de ações mitigadoras dos** impactos socioeconômicos de curto e médio prazo dos diferentes cenários climáticos estabelecidos para a agricultura;

Aditiva

ES - Avaliar os impactos socioeconômicos de curto, **e** médio **e longo** prazo dos diferentes cenários climáticos estabelecidos para a agricultura;

RJ - **Identificar e** Avaliar os impactos socioeconômicos de curto e médio prazo dos diferentes cenários climáticos estabelecidos para a agricultura;

RS - Avaliar os impactos socioeconômicos de curto e médio prazo dos diferentes cenários climáticos estabelecidos para a agricultura **e abastecimento**;

SE - **fomentar pesquisas para** Avaliar os impactos socioeconômicos de curto e médio prazo dos diferentes cenários climáticos estabelecidos para a agricultura **em especial agricultura familiar**;

Propostas de Síntese

9 - Realizar e apoiar estudos de avaliação dos impactos socioeconômicos de curto, médio e longo prazo dos diferentes cenários climáticos estabelecidos para a agropecuária e abastecimento, incluindo a agricultura familiar.

Texto Original

Promover a associação entre os sistemas de previsão climática e os sistema de previsão agrícola e de plantio, de forma a reduzir o risco agrícola;

Não existem destaques.

Não existem propostas de síntese.

Texto Original

Enfatizar o uso do zoneamento ecológico-econômico como instrumento primordial durante o estabelecimento de critérios para um melhor ordenamento dos plantios agrícolas;

Destaques

Substitutiva

MS - 2.4.8-**Enfatizar Implantar o** uso do zoneamento **ecológico-econômico agroecológico** como instrumento primordial durante o estabelecimento de critérios para um melhor ordenamento dos plantios agrícolas;

PA - **Enfatizar o uso do Usar o** zoneamento ecológico-econômico como instrumento **primordial para estabelecer critérios para o melhor ordenamento do território, como base para redução da reserva legal em áreas de consolidação durante o estabelecimento de critérios para um melhor ordenamento dos plantios agrícolas**;

SP - **Implantar Enfatizar** o uso do zoneamento ecológico-econômico como instrumento primordial durante o estabelecimento de critérios para um melhor ordenamento **e financiamento** dos plantios agrícolas;

Aditiva

GO - Enfatizar **e acelerar** o uso do zoneamento ecológico-econômico como instrumento primordial durante o estabelecimento de critérios para um melhor ordenamento dos plantios agrícolas;

RO - **Aplicar** o uso do zoneamento ecológico-econômico como instrumento primordial durante o estabelecimento de critérios para um melhor ordenamento dos plantios agrícolas;

RS - Enfatizar o uso do zoneamento ecológico-econômico como instrumento primordial durante o estabelecimento de critérios para um melhor ordenamento dos plantios agrícolas, **fortalecer equipes técnicas na realização de zoneamento ecológico-econômico, privilegiando critérios sociais, culturais e ambientais, no ordenamento dos plantios agrícolas**;

Propostas de Síntese

10 - Enfatizar o uso do zoneamento ecológico-econômico como instrumento primordial de estabelecimento de critérios para o melhor ordenamento e financiamento dos plantios agrícolas, priorizando critérios sociais, culturais e ambientais.

Texto Original

Avaliar a interação entre balanço hídrico e agricultura, pois o primeiro terá grande influência na agricultura;

Destaques**Supressão Total da Proposta**

PA - Avaliar a interação entre balanço hídrico e agricultura, pois o primeiro terá grande influência na agricultura; **Supressão Total da Proposta**

Supressão Parcial

SC - Avaliar a interação entre balanço hídrico e agricultura; **pois o primeiro terá grande influência na agricultura;**

Substitutiva

CE - Avaliar a interação entre balanço hídrico e **agricultura agropecuária pois o primeiro terá grande influência na agricultura disciplinando a atividade de acordo com a disponibilidade hídrica;**

MT - Avaliar a interação entre balanço hídrico e **agricultura térmica na agricultura**, pois **o primeiro terá ambos terão** grande influência na agricultura;

Aditiva

PB - 2.4.9 Avaliar a interação entre balanço hídrico e agricultura, pois o primeiro terá grande influência sobre a produção agrícola;

RS - Avaliar a interação entre balanço hídrico e agricultura, pois o primeiro terá grande influência na agricultura **e abastecimento;**

TO - Avaliar a interação entre balanço hídrico e agricultura, pois o primeiro terá grande influência na agricultura, **com responsabilidade social e ambiental;**

Propostas de Síntese

11 - Supressão Total da Proposta

12 - Avaliar a interação entre balanço hídrico e agropecuária, disciplinando a atividade de acordo com a disponibilidade hídrica com responsabilidade social e ambiental.

Texto Original

Implementar ações para otimização do uso da água em cultivos irrigados, mediante a adoção de tecnologias e manejo mais eficientes;

Destaques**Substitutiva**

PR - Implementar ações para otimização do uso da água em cultivos irrigados, **mediante** a adoção de tecnologias e manejo mais eficientes, **mediante aplicação das normas legais;**

Aditiva

CE - Implementar ações para otimização do uso da água em cultivos irrigados, mediante a adoção de tecnologias e manejo mais eficientes, **incluindo o reuso de água;**

ES - Implementar ações para otimização **e fiscalização** do uso da água em cultivos irrigados, mediante a adoção de tecnologias e manejo mais eficientes;

RJ - Implementar ações para otimização do uso da água em cultivos irrigados, mediante a adoção de tecnologias **sustentáveis estimulando seu reuso** e manejo mais eficientes;

Propostas de Síntese

13 - Implementar ações para otimização e fiscalização do uso da água em cultivos irrigados, mediante a adoção de tecnologias sustentáveis estimulando seu reuso e manejo mais eficientes.

Texto Original

Implementar ações para conservação de solos e água e manejo de micro-bacias no meio rural;

Destaques**Aditiva**

CE - Implementar **programas, projetos e** ações para conservação de solos e água e manejo de micro-bacias no meio rural;

ES - Implementar ações para conservação de solos e água e manejo de micro-bacias no meio rural, **incluindo ações de incentivo aos produtores que estão contemplando essas ações em suas práticas produtivas, envolvendo o controle do poder público;**

PR - Implementar **com envolvimento da população urbana e rural,** ações **de incentivo e conscientização** para conservação de solos e água e manejo de micro-bacias no meio rural;

RS - Implementar ações para conservação de solos e água e manejo de micro-bacias no meio rural, **sobretudo nas áreas já atingidas pela produção de eucalipto;**

TO - Implementar **Promover, gerenciar e monitorar** ações para conservação de solos e água e manejo de micro-bacias no meio rural **e urbano;**

Propostas de Síntese

14 - Implementar programas, projetos e ações para conservação de solos e água e manejo de micro-bacias no meio rural (ênfase nas áreas de plantio de monocultura) e incentivar os produtores rurais que já praticam essas ações em suas propriedades rurais.



Texto Original

Implementar ações para gestão de demandas, resolução de conflitos, uso múltiplo e Integrado de recursos hídricos;

Destaques

Supressão Parcial

ES - Implementar ações para gestão de demandas; **e para a** resolução de conflitos **provenientes do** uso múltiplo e Integrado de recursos hídricos;

Aditiva

MG - Implementar ações para gestão de demandas, resolução de conflitos, uso múltiplo e Integrado de recursos hídricos, **junto aos Comitês e Bacias Hidrográficas;**

SE - Implementar ações para gestão **participativa e descentralizada** de demandas, resolução de conflitos, uso múltiplo e Integrado de recursos hídricos;

Propostas de Síntese

15 - Implementar ações para gestão participativa e descentralizada de demandas, resolução de conflitos, provenientes do uso múltiplo e Integrado de recursos hídricos, em conjunto aos Comitês de Bacias Hidrográficas.

Texto Original

Incentivar e fortalecer os projetos de produção de biocombustível, associados à agricultura familiar e às comunidades tradicionais;

Destaques

Supressão Total da Proposta

RJ

RS - Incentivar e fortalecer os projetos de produção de biocombustível, associados à agricultura familiar e às comunidades tradicionais;

Substitutiva

CE - Incentivar e fortalecer os projetos de produção de biocombustível **por meio de uma cadeia produtiva que inclua a** associados à agricultura familiar e **às as** comunidades tradicionais **com garantia de assistência técnica;**

MG - Incentivar e fortalecer os projetos de produção de **biocombustível biodiesel**, associados à agricultura familiar e às comunidades tradicionais;

PA - Incentivar e fortalecer **através de estudo de viabilidade econômico e social**, os projetos de produção de **biocombustível; agrocombustível**, associados à agricultura familiar e às comunidades tradicionais;

PR - Incentivar e fortalecer os projetos de produção de **energia alternativa, integrando a diversificação da propriedade agrícola biocombustível**, associados à agricultura familiar e às comunidades tradicionais;

Aditiva

RR - Incentivar e fortalecer os projetos de produção de biocombustível, associados à agricultura familiar e às comunidades tradicionais **com espécies nativas;**

SC - Incentivar e fortalecer os projetos de produção de biocombustível, associados à agricultura familiar e às comunidades tradicionais **oferecendo subsídios visando a sua sustentabilidade.**

SP - Incentivar e fortalecer os projetos de **ordenamento e zoneamento das atividades** de produção de biocombustível, associados à agricultura familiar e às comunidades tradicionais;

Propostas de Síntese

16 - Supressão total da proposta

17 - Incentivar e fortalecer por meio de estudos de viabilidade econômico e social, os projetos de produção de energia alternativa, integrando a diversificação da propriedade agrícola (como produção de biocombustível) associados à agricultura familiar e às comunidades tradicionais, com espécies nativas, oferecendo subsídios visando a sua sustentabilidade.

Texto Original

Apoiar projetos de pequenos produtores e comunidades locais voltados para produção de óleos vegetais provenientes de espécies oleaginosas nativas, em áreas do Nordeste brasileiro mais suscetíveis à seca, para uso como biocombustível;

Destaques

Supressão Total da Proposta

RJ

Substitutiva

AM - Apoiar projetos de pequenos produtores e comunidades locais voltados para produção de óleos **e resinas** vegetais provenientes de espécies oleaginosas nativas, em áreas do **Norte e** Nordeste brasileiro **mais suscetíveis à seca**, para uso como biocombustível;

RR - Apoiar projetos de **agricultores familiares pequenos produtores** e comunidades locais voltados para produção de óleos vegetais provenientes de espécies oleaginosas nativas, **nas regiões Norte e** Nordeste brasileiro mais suscetíveis à seca, para uso como biocombustível;

RS - Apoiar projetos de pequenos produtores e comunidades locais voltados para **a produção de subsistência e a** produção de óleos vegetais, **como meio de renda secundária utilizando provenientes de** espécies **oleaginosas** nativas, em áreas do Nordeste brasileiro mais suscetíveis à seca, **para uso como biocombustível;**

Aditiva

CE - Apoiar projetos de pequenos produtores e comunidades locais voltados para produção de óleos vegetais provenientes de espécies oleaginosas nativas, em áreas do Nordeste brasileiro mais suscetíveis à seca, para uso como biocombustível **aproveitando os subprodutos em adubos e complementação de rações animais;**

ES - **Apoiar Fomentar com recursos técnicos, financeiros e materiais** projetos de pequenos produtores e comunidades locais voltados para produção de óleos vegetais provenientes de espécies oleaginosas nativas, em áreas **do Nordeste brasileiro** mais suscetíveis à seca, **em especial as do Nordeste brasileiro** para uso como biocombustível;

GO - Apoiar projetos de pequenos produtores e comunidades locais voltados para produção de óleos vegetais provenientes de espécies oleaginosas nativas, em **toda território nacional áreas do Nordeste brasileiro mais suscetíveis à seca**, para uso como biocombustível;

PA - Apoiar projetos de pequenos produtores e comunidades locais voltados para produção de óleos vegetais provenientes de espécies oleaginosas nativas, em áreas **da Amazônia e** do Nordeste brasileiro mais suscetíveis à seca, para uso como biocombustível;

PB - 2.4.14 Apoiar projetos de pequenos produtores e comunidades locais voltados para produção de óleos vegetais provenientes de espécies oleaginosas nativas, em áreas do Nordeste brasileiro mais suscetíveis à seca, para uso como biocombustível, **de forma que não comprometa as áreas de cultivo de subsistência;**

SP - Apoiar projetos de pequenos produtores e comunidades locais voltados para produção de óleos vegetais provenientes de espécies oleaginosas nativas, em áreas do Nordeste brasileiro mais suscetíveis à seca, para uso como biocombustível **e realizar ordenamento e zoneamento das atividades de produção do biocombustível;**

Propostas de Síntese

18 - Supressão total da proposta.

19 - Apoiar projetos de pequenos produtores e realizar zoneamento das atividades de produção de biocombustível em comunidades locais, voltados para a pequena produção de óleos vegetais e resinas, provenientes de espécies oleaginosas nativas. aproveitando os subprodutos em adubos e complementação de rações animais, em todo o Território Nacional, em especial nas regiões mais suscetíveis à seca.

Texto Original

Promover um programa de remuneração por serviços ambientais prestados diretamente pelos povos e comunidades tradicionais;

Destaques**Supressão Total da Proposta**

RJ

Substitutiva

AC - Promover um programa de remuneração por serviços ambientais prestados diretamente **pelos povos, pelas** comunidades tradicionais, **pequenos agricultores e posseiros**

AM - Promover **e incentivar um** programas de remuneração por serviços ambientais prestados diretamente pelos povos e comunidades tradicionais;

MS - 2.4.15 Promover um programa de **remuneração incentivo** por serviços ambientais para povos e comunidades tradicionais;

PA - Promover um programa de remuneração por serviços ambientais prestados por **produtores rurais, diretamente** pelos povos **indígenas** e comunidades tradicionais;

PR - Promover **incentivos (apoio técnico, estrutural e fiscal)um programa de remuneração por serviços às ações** ambientais **prestados diretamente desenvolvidas** pelos povos e comunidades tradicionais;

Aditiva

CE - Promover um programa de **incentivo e** remuneração por serviços ambientais prestados diretamente pelos povos e comunidades tradicionais, **incluindo na execução as organizações dos mesmos, com acompanhamento e avaliação permanente desses serviços;**

GO - Promover um programa de remuneração por serviços ambientais prestados diretamente pelos povos e comunidades tradicionais; **e produtores rurais;**

RR - Promover um programa de remuneração por serviços ambientais prestados diretamente pelos povos **indígenas, não indígenas e comunidades tradicionais.**

RS - Promover um programa de remuneração, **através de suas organizações representativas,** por serviços ambientais, **com preferência para aqueles,** prestados diretamente pelos povos e comunidades tradicionais;

SC - Promover um programa de remuneração por serviços ambientais prestados diretamente pelos povos **indígenas,** comunidades tradicionais, **agricultura familiar e comunidades quilombolas.**

Propostas de Síntese

20 - Supressão Total da Proposta

21 - Promover programa de incentivo remunerando serviços ambientais prestados pelos produtores rurais, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, com acompanhamento e avaliação permanente desses serviços pelas organizações representativas dos mesmos, .

Texto Original

Implementar a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.

Destaques**Aditiva**

PA - Implementar a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, **agricultores familiares, produtores rurais e pescadores artesanais.**



RR - Implementar a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos **indígenas, não indígenas** e Comunidades Tradicionais.

RS - Implementar a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, **com protagonismo e controle social das comunidades tradicionais**;

SC - Implementar a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais **e comunidades quilombolas**.

Propostas de Síntese

22 - Implementar a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, incluindo povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, agricultores familiares, produtores rurais e pescadores artesanais, com controle social de suas representações.

Texto Original

Nova Proposta

Destaques

Aditiva

AC - Disponibilizar para os pequenos produtores as técnicas de melhoramento genético

AC - Implantar Sistemas Agroflorestais em áreas alteradas

AC - Implementar o programa Pro-ambiente como uma política pública sociambiental produtiva.

AC - Reduzir gradativamente do ITR para produtor rural que tenha sua área produtiva e ecologicamente correta.

AC - Garantir assistência técnica para a recuperação de áreas alteradas, para produção como o uso de leguminosas (adubação verde) e outras tecnologias alternativas.

AC - Garantir crédito para pequenos produtores com seguro em casos de sinistros, acidentes climáticos e ambientais.

AC - Incentivar programas que fortaleçam as relações, culturais e econômicos nas regiões que estão sofrendo impacto devido à construção das rodovias municipais, estaduais e federais.

AC - Elaborar políticas de incentivo ao manejo florestal comunitário, com a criação de oficinas serrarias mercenárias comunitárias, de forma a agregar valor aos produtos florestais e aumentar o lucro dos povos da floresta e dos assentamentos humanos.

AC - Implementar ações de utilização do uso da água e manejo de micro-bacia no meio rural.

AC - Fortalecer projetos de produção de biocombustível associados à agricultura familiar em comunidades tradicionais.

AC - Fazer estudo de impacto ambiental para povos assentamento agropecuários.

AC - Programa de incentivo de alternativa ao fogo

AC - Incentivo para criação de animais de pequenos portes

AC - Incentivar os produtores agrícolas e extrativistas a criação da RPPN

AC - Trabalhar políticas de recuperação de áreas degradadas

AC - Trabalhar a questão das práticas orgânicas, acabando com uso de agrotóxico

AC - Criar programa de sombreamento de pastagem

AC - Fortalecer e ampliar a aquicultura e apicultura

AC - Implantar programa de agricultura orgânica

AC - Programa de defesa sanitária da lagarta mandarová

AC - Investir na produção de espécies (silvestres e domésticas) que garantam segurança alimentar

AC - Fortalecer da agricultura familiar

AC - Programa de reflorestamento que gere renda para o produtor

AC - Programa de recuperação de áreas degradadas

AC - Reaproveitar áreas degradadas com plantio de lavouras e reflorestamento

AC - Criar programa de recuperação de pastagem através de consórcio de espécies arbóreas com leguminosas

AC - Implantar programa de silvicultura

AC - Implantar programa de manejo da Bacia Leiteira

AC - Ampliar a estrutura da produção do Grupo de Produtores Orgânicos

AC - Regular o PROAMBIENTE propiciando a criação de linhas de crédito para financiamento do programa

AC - Criar programa de incentivo à agricultura (produção de alimentos)

AL - Incentivar a diversificação de culturas adaptáveis ao semi-árido, buscando a garantia da sustentabilidade e a segurança alimentar;

AL - Criar um seguro estiação, a exemplo do salário que os pescadores artesanais têm no período do defeso, para pequenos agricultores familiares, mas que sejam adotadas formas de fiscalização do uso desse salário;

AL - Promover um programa de banco de sementes a serem distribuídas com os agricultores de baixa renda;

AL - Criar um programa orientado para apoiar a perfuração de poços nas áreas rurais;

AL - Construir e utilizar indicadores de combate à desertificação como elementos de avaliação para obtenção de crédito rural;

AL - Criar programa de compensação pelos serviços ambientais prestados pela agroecologia;

AL - Promover e divulgar estudos sobre os possíveis impactos causados pela cultura da algaroba no semi-árido;

AL - Incentivar pesquisas cuja meta seja o desenvolvimento de técnicas que impeçam a completa impermeabilização do solo;

AM - Viabilizar a realização e/ou conclusão do Zoneamento Ecológico-econômico;

AM - Incentivar estudos de manejo sustentável dos recursos florestais não madeireiros, desenvolvendo estratégias econômicas para as populações tradicionais, que garantam a manutenção racional das florestas;

AM - Viabilizar estudos de manejo de fauna silvestre, como estratégia econômica para populações tradicionais na Amazônia;

AM - Implantar sistema de fiscalização e monitoramento junto aos agentes financeiros para evitar custeio de atividades irregulares conforme a legislação ambiental;

AM - Exigir das instituições de fomento de projetos agropecuários licença ambiental para evitar desmatamentos desordenados na Amazônia;

CE - Utilizar o conhecimento regional e/ou empírico das populações do campo e comunidades tradicionais para o desenvolvimento e melhoria das atividades agrossilvipastoris.

- CE** - Promover e desenvolver espécies vegetais resistentes nativas, capazes de produzir alimentação estratégica para provir o rebanho na estiagem.
- CE** - Capacitar agentes multiplicadores estaduais/regionais e locais no combate à desertificação;
- CE** - Implementar abatimento dos impostos dos produtos ecologicamente corretos.
- DF** - Implementar linhas de financiamento e políticas de incentivo voltadas para manutenção e/ou revitalização de recursos ambientais em áreas agrícolas, proporcionais ao tamanho do espaço protegido ou revitalizado.
- DF** - Inibir a conversão de áreas de vegetação nativa em novas fronteiras agrícolas e/ou áreas de expansão urbana garantindo uma política agroecológica.
- DF** - Implementar programas de substituição gradativa do uso de agrotóxicos e adubos químicos de larga escala.
- MA** - Elaborar o III Plano de reforma agrária;
- MA** - Fomentar isenção de impostos de produtos de origem extrativista (babaçu e seus derivados, macaúba, piqui e outros);
- MA** - Destinar para a reforma agrária terras das fazendas que realizam o trabalho escravo;
- MA** - Reformular a legislação referente a reserva legal em projetos de desmate em monoculturas, sendo ampliada para 40%;
- MA** - Ampliar as linhas de crédito para a agricultura familiar, garantindo o assessoramento técnico e incentivando sua utilização pelos beneficiários;
- MA** - Realizar cursos de capacitação em agricultura orgânica para os extensionistas, a fim de trabalharem com agricultores familiares;
- MA** - Criar programa que assegure a assessoria técnica e incentive o uso de práticas baseadas nos princípios da agroecologia, especialmente junto à agricultura familiar, valorizando o saber local e práticas produtivas sustentáveis;
- MA** - Incentivar a agricultura periurbana;
- MA** - Incentivar e promover a criação de gado leiteiro com desburocratização para linha de crédito bancário para as famílias que têm sua renda com base na agricultura familiar.
- MA** - Transformar o Programa PROAMBIENTE em política pública, assegurando sua continuidade e ampliação;
- MA** - Implantar a homeopatia na agricultura.
- MA** - Desenvolver estratégia de gestão de recursos e geração de alternativas produtivas que permita eliminar legalmente a prática das queimadas em dez anos.
- MG** - Equipar melhor os órgãos ligados à questão agrícola e ambiental;
- MG** - Estabelecer mecanismos de mercado que remunere o proprietário rural pela conservação e/ou ampliação de áreas naturais;
- MG** - Priorizar e incentivar a agricultura familiar orgânica e a agroecologia;
- MG** - Criar campanhas de incentivo à compostagem para hortas comunitárias, hortas residenciais e jardins em geral;
- MG** - Criar um sistema de compensação ambiental que considere os danos ambientais dos projetos de produção de carne nos moldes já existentes para projetos industriais e comerciais;
- MG** - Capacitação de pequenos agricultores no plantio em áreas degradadas a ser realizada pelas universidades e centros de ensino, através de visitas técnicas e cursos descentralizados, em parceria com órgãos de extensão rural (EMATER, EPAMIG, EMBRAPA, etc.);
- MG** - Educação ambiental junto aos produtores rurais para prevenção e controle de queimadas na prática agrícola;
- MG** - Impedir o aumento indiscriminado dos plantios de eucalipto;
- MG** - Plantar árvores nativas, auxiliando com fiscalização e zoneamento;
- MG** - Trabalhar na mudança de hábito de queima de pastagens e lotes;
- MG** - Incentivar os produtores de bovinos e suínos a ter um biodigestor na propriedade, e se adequarem à venda dos créditos de carbono gerados;
- MG** - Tornar de conhecimento público e acessível o cadastro das empresas licenciadas pelo estado e pela união em especial as que fabricam e ou comercializam agrotóxicos, objetivando o controle pela sociedade com a finalidade de buscar formas de reduzir o uso do agrotóxico;
- MG** - Conscientização dos agricultores para o perigo das queimadas, importância do reflorestamento com mata nativa, proteção das matas de topo, matas ciliares;
- MG** - Promover a articulação com os agricultores para a diminuição do uso e agrotóxicos, usando como referência as entidades que produzem alimentos sem utilização de agrotóxicos;
- MG** - Criar mecanismos que incentivem o plantio direto na agricultura e o controle natural de pragas através de ecocréditos com tarifas reduzidas, redução de impostos e outros;
- MG** - Adoção de medidas para a recuperação e a reabilitação de áreas em processo crítico de degradação.
- MG** - Criar mecanismos que incentivem o plantio direto na agricultura e o controle natural de pragas através de ecocréditos com tarifas reduzidas, redução de impostos e outros.
- MG** - Criar incentivos, mecanismos e subsídios ao pequeno produtor;
- MS** - Implantar programas voltados para agricultura familiar e comunidades tradicionais visando a adoção de cultivares adaptadas e sua inserção na política nacional para uso de biocombustíveis.
- MS** - Implantar uma política nacional para o pequeno agricultor e promover assistência técnica extensiva e cursos de capacitação, recursos financeiros para agricultura com área de dois hectares acima.
- MS** - Incluir todas as pessoas maiores e capazes, incluídas nos programas sociais federais, estaduais e municipais, em ações que contribuam com a recuperação do meio ambiente.
- MS** - Regularizar a responsabilidade jurídica das empresas que detêm as patentes sobre as biotecnologias em organismos geneticamente modificados, quando estes contaminarem plantações convencionais que não optarem por esta opção tecnológica, e forem contaminadas
- MS** - Implantar programa de recuperação e manutenção das nascentes e córregos. Fiscalizar as propriedades onde existem nascentes/ matas ciliares e dar apoio ao proprietário para o reflorestamento;
- MS** - Estimular e instituir mecanismos econômicos e outras formas de incentivos visando a implantação de projetos de silvicultura e agrosilvopastoris, como instrumento de estímulo à produção diversificada madeireira e não-madeireira, principalmente de empresas;
- MS** - Utilizar Sistemas Agroflorestais como fonte de renda e preservação do meio ambiente;
- MS** - Capacitar e montar uma equipe técnica capaz de acompanhar as atividades desenvolvidas nas propriedades, fazendo visitas regularmente e trabalhando com os produtores práticas conservacionistas como manejo e conservação do solo, isolamento das Áreas de Preservação Permanentes e Reserva Legal;
- MS** - Incentivar a implantação da agricultura orgânica e da agroecologia, levando em conta as especificidades regionais;
- MS** - Substituir progressivamente uso de agrotóxicos por controle biológicos, promovendo a educação e sensibilização dos proprietários rurais em parceria com o município e instituições de pesquisas (universidades);
- MS** - Verticalizar a propriedade rural – fomentar a diversificação de cultivos e implementar a agricultura familiar;



- MS** - Criar condições para a produção, manejo florestal e comercialização de recursos naturais, para seu uso sustentável, gerando renda, empregos e conservação ambiental com certificação;
- MS** - Exigir a incorporação da variável ambiental (respeito à legislação ambiental) em projetos de produção de culturas que visem à produção de biocombustível;
- MS** - Promover o fomento de culturas nas áreas urbanas;
- MS** - Propor a eliminação gradual do uso do fogo em práticas agropecuárias;
- MT** - Estimular a criação de programas regionais para o desenvolvimento de alternativas em função do potencial local como: agro extrativismo, piscicultura, eco turismo, etc. Inclusive nas terras indígenas e das populações tradicionais.
- MT** - Não autorizar licença para desmatamento de mata nativa quando o objetivo for reflorestamento com espécies exóticas
- MT** - Ampliar os recursos existentes destinados a projetos da agricultura familiar de sistemas agro florestais.
- PA** - Desenvolver proposta de assessoramento técnico adequado por parte dos órgãos competentes para os produtores que trabalham com agricultura, como uso, correto de inseticidas, herbicidas (Agrotóxicos) e controle biológico de pragas,
- PA** - Incentivar e disponibiliza investimentos voltados para ações agropecuárias, bem como: manejos (solos, florestas, animais e recursos hídricos) produção, industrialização e comercialização ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável, voltados para a Amazônia.
- PA** - Difundir e financiar tecnologias de trituração de capoeiras (TIPITAMBA/EMBRAPA) para a agricultura familiar;
- PB** - 2.4.17. Monitorar a qualidade da água nas áreas irrigadas para garantir a sustentabilidade do sistema agrícola;
- PB** - 2.4.18. Ampliar e apoiar projetos para fomentar a produção de suporte forrageiro com espécies nativas para o manejo sustentável do desenvolvimento agropecuário;
- PB** - 1.2.42. Identificar espécies e áreas mais adequadas para produção de biocombustíveis;
- PI** - Monitorar o uso da biotecnologia na agropecuária a fim de controle das pesquisas transgênicas.
- PI** - Criar e implantar políticas públicas referentes à prevenção e contenção dos processos de desertificação;
- PR** - Destinar orçamento para viabilizar estudos que promovam ações do setor agropecuário para a redução das causas das mudanças climáticas, bem como que busquem medidas de adaptação a estas mudanças;
- PR** - Implantar lei de monitoramento de matas ciliares para liberação de financiamentos agropecuários;
- PR** - Promover assistência técnica e incentivos aos pequenos agricultores, para que os mesmos possam se adaptar às possíveis alterações das atividades agrícolas, evitando, assim, uma nova expropriação no campo;
- PR** - Desenvolver programas de subsídios a pequenos e médios agricultores para incentivar a produção de grãos e outros produtos destinados à alimentação humana, de forma a conter o êxodo rural e a manutenção das comunidades rurais e tradicionais;
- PR** - Desenvolver técnicas alternativas para a colheita da cana-de-açúcar que exclua a queima do canavial, sem reduzir oferta de mão de obra aos trabalhadores rurais.
- PR** - Instituir incentivos fiscais para a instação de biodigestores nas áreas de criação de gado bovino e suíno, com informação e apoio tecnológico dos órgãos competentes. Onde não for economicamente viável, que sejam viabilizadas alternativas de produção menos impactantes, como leite seco de dejetos para a suinocultura e pecuária ao ar livre;
- PR** - Incluir na Reforma Tributária a variável ambiental, desonerando propriedades rurais que utilizem práticas agroecológicas e/ou as que mantenham cobertura de mata nativa;
- RJ** - Fomentar a sociabilidade comunitária e atividades de uso do solo pautadas em práticas conservacionistas;
- RN** - Implementar a reforma agrária, com crédito e assistência técnica adequados à realidade local.
- RN** - Criar uma linha de crédito para promover a agroecologia na agricultura familiar.
- RN** - Incentivar a criação de abelhas dos gêneros Apis (com ferrão) e Melipona (sem ferrão), de modo sustentável aos agricultores.
- RN** - Elaborar diagnóstico sobre impacto da agropecuária nas margens dos rios.
- RN** - Ampliar e garantir crédito e investimento para promover a agricultura familiar agroecológica.
- RN** - Garantir recursos e incentivar o combate à desertificação através de mecanismos de compensação aos agricultores familiares pelos serviços de reflorestamento de espécies nativas.
- RN** - Fomentar técnicas adequadas de manejo de solo e irrigação às condições ambientais do semi-árido, com a devida prevenção dos processos de salinização; e substituir os métodos antigos de irrigação por outros que utilizem menos água e energia através de incentivos governamentais.
- RN** - Estimular a prática da agricultura familiar agroecológica, através de subsídios e assistência técnica permanente, como forma de garantir a segurança e sustentabilidade alimentar das populações de baixa renda.
- RN** - Capacitar recursos humanos em gestão de recursos naturais e de impactos ambientais visando a formação de multiplicadores e garantia de acessoria técnico-ambiental permanente aos agricultores no manejo sustentável e práticas agroecológicas.
- RN** - Ampliar a política de compensação financeira (linhas de crédito, diminuição de taxa de juros, bônus de adimplência e renegociação de dívidas) para os produtores rurais que se qualificarem e manejarem corretamente a caatinga com o objetivo de frear o desmatamento.
- RN** - Incentivar a caprino/ovinocultura em regime semi-intensivo, visando a redução da área de pastagem, do consumo de água e o impacto no solo em relação à criação de bovinos.
- RN** - Evitar o uso indevido de agrotóxicos, através de uma política de fiscalização eficaz, permitindo sua comercialização somente mediante a apresentação de receituário agrônomo, inclusive punindo os infratores.
- RN** - Incentivar a apicultura como atividade pecuária da agricultura familiar agroecológica, visando rapidez do reflorestamento, assim como fonte de renda sustentável e agroecológica.
- RN** - Propor alternativas de cooperação técnica, convênio, acordo, etc, e garantir assistência veterinária a criadores do semi-árido.
- RN** - Elaborar e implantar zoneamento ecológico-econômico, possibilitando uma maior racionalização na criação de programas e projetos de desenvolvimento no semi-árido.
- RO** - Incentivar e subsidiar a produção e comercialização de produtos orgânicos;
- RO** - Incentivar a agricultura familiar por meio de educação ambiental e oferecimento de subsídios, incentivos como compra de equipamentos e produção de mudas de vegetação nativa;
- RO** - Fortalecer as instituições de assistência técnica para desenvolver uma política ambiental.
- RO** - Identificar as iniciativas de produção agroecológicas e de produção de agroenergia renovável existentes para divulgação e difusão potencializando propriedades referenciais;
- RO** - Criar centro de estudos pedagógicos para desenvolver uma política de educação ambiental popular que capacite o pequeno produtor a aplicar métodos agroecológicos e promova a aproximação entre o conhecimento tradicional e científico de máximo aproveitamento natural;
- RO** - Fomentar o turismo rural e a capacitação dos produtores para essa modalidade;



- RO** - Oferecer estrutura para as atividades dos festivais eco-festivais temáticos comunitários populares de modo a promover a valorização dos produtos locais (e comunidades);
- RO** - Criar mecanismos de reserva orçamentária pública e de captação extra de recursos para subsidiar investimentos na assessoria técnica e logística do pequeno produtor, com devido controle social de gastos agregado a colegiados afins;
- RO** - Valorizar a agricultura familiar por meio da educação ambiental e incentivar a criação de viveiros, células e comunitários para a restauração ecológica em áreas de preservação permanente e reserva legal para a produção de mudas;
- RO** - Incentivar e fomentar a produção e comercialização de produtos orgânicos e florestais.
- RR** - Regular o incentivo de crédito de carbono para os produtores que executam preservação das áreas nativas.
- RR** - Incentivar e fortalecer os projetos de silvicultura regional com espécies nativas e cultivo de plantas medicinais e de uso para a indústria de cosméticos associados à agricultura familiar, às comunidades tradicionais e Povos Indígenas.
- RR** - Implementar, fortalecer e garantir o controle fitossanitário nas regiões de fronteira.
- RR** - Fomentar a pesquisa científica de bioprospecção visando à melhor utilização das espécies nativas;
- RR** - Fortalecer as políticas voltadas para agregar valor à produção agrícola dos assentamentos rurais através de programas de beneficiamento, comercialização e certificação.
- RS** - Disponibilizar e ampliar recursos via Poder Executivo e Legislativo para os povos e comunidades tradicionais;
- RS** - Incentivar a produção cooperativa de pequenas propriedades visando à agroecologia como forma sustentável de produção;
- RS** - Incentivar políticas e ações alternativas ao monocultivo de arbóreas, buscando a implantação e preservação de sistemas econômicos adaptados à realidade cultural das regiões;
- RS** - Criar estratégias para a dessedentação do gado às margens dos mananciais hídricos, para disciplinar o uso da mata ciliar que se interpõe entre as áreas de pecuária e os mananciais hídricos.
- SC** - Desenvolver estudos visando ajustar o calendário agrícola às alterações climáticas já observadas e realizar readequações em termos de cultivares.
- SC** - Incentivar políticas agrícolas e ampliar programas de incentivo fiscal e/ou creditício à adoção de sistemas agro-ecológicos de produção nas propriedades rurais.
- SC** - Fomentar a adoção de princípios agro-ecológicos em cultivo de alimentos e jardinagem, associada ao uso de espécies nativas, sem o uso de adubos nitrogenados de alta solubilidade, de agrotóxicos e de organismos geneticamente modificados.
- SC** - Fomentar a diversificação das atividades agrícolas desempenhadas nas propriedades para diminuir a vulnerabilidade com relação às intempéries climáticas.
- SC** - Adotar formas de compensação ambiental para coibir a emissão dos gases do efeito estufa decorrente da atividade de criação de animais de produção confinados e em larga escala.
- SC** - Adotar formas de compensação ambiental utilizando tecnologias sustentáveis aplicáveis no local do dano ambiental.
- SC** - Estabelecer políticas públicas de incentivo a adoção de técnicas de cultivo alternativo -adubação orgânica, reflorestamento, adubos não-nitrogenados, outras técnicas alternativas ecológicas, com o uso racional de compostos nitrogenados, e redução gradativa do uso de agrotóxicos, associada à utilização de espécies agro-alimentares e florestais. Estas políticas resultarão no aumento da biodiversidade, através de trabalhos de sensibilização acerca do tema, tanto para os produtores como para os consumidores.
- SE** - Substituir o uso de agrotóxicos e pesticidas por defensivos e fertilizantes agrícolas orgânicos na agricultura familiar.
- SE** - Apoiar as associações agrícolas a fiscalizar as reservas ambientais.
- SP** - Proibição de desmatamento de novas áreas e incentivo a utilização de áreas já existentes para a agricultura.
- SP** - Programa Nacional da erradicação das queimadas;
- SP** - O Poder Público deve promover e fomentar a implantação de programas de agricultura urbana e peri-urbana, estimulando práticas agroecológicas.
- SP** - Fortalecer a agricultura promovendo a transição para um modelo de produção sustentável, adequando e fortalecendo as políticas públicas de zoneamento agrícola e os sistemas de produção familiar.
- SP** - Incentivar e capacitar produtores em sistema agro-silvo-pastoril e apicultura.
- SP** - Adotar sistemas agrícolas baseados no consorciamento e na rotação de culturas. Estimular o plantio direto com o controle biológico de pragas e com a adoção de sistemas agroecológicos, além do uso de adubação verde para a reposição dos nutrientes dos solos nos períodos de entressafra.
- SP** - Incentivar a substituição das lavouras temporárias por lavouras perenes, as quais, normalmente, requerem menor movimentação dos solos e estimular a agro-silvicultura, respeitando o zoneamento agrícola e as classes de capacidade de uso do solo.
- SP** - Implementar um Zoneamento Agrícola, em consonância com uma Política Nacional de Mudanças Climáticas.
- SP** - Intensificar a fiscalização do licenciamento ambiental para projetos agropecuários.
- SP** - Proibição imediata dos financiamentos com recursos públicos para as atividades de produção pecuária, em sistema extensivo, produções destinadas a Biocombustíveis ou não, a partir de soja ou Cana-de-açúcar, além de reflorestamentos com espécies exóticas (Ex. Eucalipto), atividades madeireiras nas áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade brasileira.
- SP** - Obrigatoriamente os assentamentos de reforma agrária no Bioma Amazônico, devem ser feitos, após estudos de sustentabilidade, na forma de Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável ou Exploração Sustentável das Florestas Nacionais;
- TO** - Implementar ações visando o aumento da produtividade de culturas irrigadas de forma sustentável, através de incentivo a pesquisa, a utilização e a difusão de novas tecnologias em perímetros irrigados públicos e privados.
- TO** - Intensificar ações de avaliação e controle do uso na irrigação nas áreas com sensibilidade do solo e da biodiversidade.

Propostas de Síntese

23 - Destinar orçamento para viabilizar estudos que promovam ações do setor agropecuário e nos assentamentos agropecuários para a redução das causas das mudanças climáticas, ajustamento do calendário agrícola e adoção de cultivares adaptadas, de forma a buscar medidas de adaptação às mudanças do clima, como, por exemplo: estudos de bioprospecção com espécies nativas, manejo sustentável dos recursos florestais e culturas irrigadas de forma sustentável.

25 - Elaborar diagnóstico sobre impacto da agropecuária nas margens dos rios, disciplinando o acesso do gado, além de monitorar a qualidade da água nas áreas irrigadas para garantir a sustentabilidade do sistema agrícola.

27 - Promover e desenvolver espécies vegetais resistentes nativas, capazes de produzir alimentação para provir o rebanho na estiagem.



28 - Criar programa de recuperação de áreas degradadas, com recuperação de pastagem através de consórcio de espécies arbóreas, como políticas de incentivo ao manejo florestal comunitário.

29 - Incentivar estudos de fauna silvestre e de manejo sustentável dos recursos florestais não madeireiros, desenvolvendo estratégias econômicas para as populações tradicionais, que garantam a manutenção racional das florestas.

31 - Criar centro de estudos pedagógicos para desenvolver uma política de educação ambiental popular que capacite o pequeno produtor a aplicar métodos agroecológicos, a prevenir e controlar queimadas, promovendo a aproximação entre o conhecimento tradicional e científico de máximo aproveitamento natural, incentivando a criação de viveiros, células e comunitários para a restauração ecológica em áreas de preservação permanente e reserva legal e para a produção de mudas.

32 - Implementar programas de substituição gradativa do uso de agrotóxicos e adubos químicos de larga escala, incentivando técnicas de controle biológico, promovendo a educação e sensibilização dos proprietários rurais e através de uma política de fiscalização eficaz da comercialização de agrotóxicos.

34 - Garantir assistência técnica aos agricultores, disponibilizando produtos e técnicas alternativas que incluam: adubação verde, alternativa ao fogo, sombreamento de pastagem, defesa sanitária da lagarta mandarová, silvicultura, manejo da Bacia Leiteira, técnicas de melhoramento genético, banco de sementes, homeopatia na agricultura, perfuração de poços, biodigestores e eco-festivais temáticos comunitários.

36 - Incentivar e fomentar comercialização de produtos orgânicos e florestais, estabelecer mecanismos de mercado que remunere o proprietário rural pela conservação e ampliação de áreas naturais, e incentivos que visem a implantação de projetos de silvicultura e agrosilvopastoris.

38 - Estabelecer incentivos fiscais para produtor rural que tenha sua área produtiva e ecologicamente correta, para o plantio direto, para produtos ecologicamente corretos, para produtos de origem extrativista, para produção de espécies (silvestres e domésticas) que garantam segurança alimentar, para criação de animais de pequenos porte, para os projetos de silvicultura regional com espécies nativas, para o cultivo de plantas medicinais, para o reflorestamento que gere renda, para a piscicultura e o eco-turismo, garantir crédito para pequenos produtores com seguro e regulamentar o incentivo de crédito de carbono para os produtores que executam preservação das áreas nativas.

39 - Ampliar o Programa PROAMBIENTE (Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural)

40 - Implementar linhas de financiamento e políticas de incentivo a agricultura familiar, a criação de gado leiteiro, aos manejos (solos, florestas, animais e recursos hídricos), a produção, industrialização e comercialização ambientalmente correta, a programas de subsídios a pequenos e médios agricultores para incentivar a produção de grãos e outros produtos destinados à alimentação promover a agroecologia na agricultura familiar, adubação orgânica, reflorestamento e adubos não-nitrogenados e para os produtores rurais que se qualificarem e manejarem corretamente os biomas com o objetivo de frear o desmatamento

41 - Fortalecer as políticas voltadas para agregar valor à produção agrícola dos assentamentos rurais através de programas de beneficiamento, comercialização e certificação.

43 - Fiscalizar e avaliar o licenciamento ambiental para projetos agropecuários e controle do uso na irrigação em áreas com sensibilidade do solo e da biodiversidade, áreas de nascentes/matias ciliares além de inibir a conversão de áreas de vegetação nativa em novas fronteiras agrícolas e/ou áreas de expansão urbana garantindo uma política agroecológica, de formar a apoiar produtores na recuperação e manutenção das nascentes e córregos.

44 - Adotar formas de compensação ambiental para coibir a emissão dos gases do efeito estufa decorrente da atividade de criação de animais e projetos de produção de carne, utilizando tecnologias sustentáveis, para os produtores rurais que se qualificarem e manejarem corretamente a caatinga com o objetivo de frear o desmatamento, para os serviços de reflorestamento de espécies nativas, e pelos ganhos ambientais da agroecologia.

47 - Implementar, fortalecer e garantir o controle fitossanitário nas regiões de fronteira.

48 - Implantar sistema de fiscalização e monitoramento junto aos agentes financeiros para evitar custeio de atividades irregulares conforme a legislação ambiental e exigir das instituições de fomento de projetos agropecuários licença ambiental para evitar desmatamentos desordenados em todo o território nacional, em especial na Amazônia, matas ciliares, além de impedir o plantio de monoculturas como do eucalipto.

49 - Monitorar o uso da biotecnologia na agropecuária e regulamentar a responsabilidade jurídica das empresas que detêm as patentes sobre as biotecnologias em organismos geneticamente modificados, quando estes contarem plantações convencionais que não optarem por esta opção tecnológica.

51 - Elaborar e implantar zoneamento ecológico-econômico, em consonância com uma Política Nacional de Mudanças Climáticas possibilitando uma maior racionalização na criação de programas e projetos de desenvolvimento nas várias regiões e, especialmente, no semi-árido.

52 - Incentivar políticas agrícolas e ampliar programas de incentivo fiscal e/ou crédito à adoção de produção sustentável, como agroenergia renovável, a apicultura e sistemas agroecológicos, baseados no consorciamento e na rotação de culturas de produção nas propriedades rurais, fomentando a adoção de princípios agroecológicos em cultivo de alimentos e jardinagem, associada ao uso de espécies nativas.

53 - Incentivar a diversificação de culturas adaptáveis ao semi-árido, buscando a garantia da sustentabilidade e a segurança alimentar.

54 - Criar programa de capacitação permanente de pequenos agricultores no plantio em áreas degradadas através de subsídios e assistência técnica (como compra de equipamentos e produção de mudas de vegetação nativa), em cooperação técnica com órgãos de extensão rural (EMATER, EPAMIG, EMBRAPA, etc.), como forma de garantir renda, segurança e sustentabilidade alimentar das populações de baixa renda.

55 - Incentivar a substituição das lavouras temporárias por lavouras perenes, as quais, normalmente, requerem menor movimentação dos solos e estimular a agrosilvicultura, respeitando o zoneamento agrícola e as classes de capacidade de uso do solo.

57 - Criar um seguro estiagem para pequenos agricultores familiares, (a exemplo do salário que os pescadores artesanais no período do defeso), com monitoramento e fiscalização para recebimento desse salário.



Assentamentos Humanos

Texto Original

Mapear os riscos e as vulnerabilidades dos assentamentos humanos frente às mudanças climáticas e implementar políticas públicas de adaptação, com foco inicial em populações de menor renda e suscetíveis a maiores riscos de sofrerem impactos negativos do aquecimento global;

Destaques

Substitutiva

AM - Mapear os riscos e as vulnerabilidades dos assentamentos humanos frente às mudanças climáticas **criando e implementando e implementar** políticas públicas **para utilização racional de adaptação**, com foco **na manutenção da qualidade de vida e manutenção racional do meio ambiente, atendendo inicialmente inicial em** populações de menor renda e suscetíveis a maiores riscos de sofrerem impactos negativos do aquecimento global;

DF - Mapear **as ameaças, vulnerabilidades e recursos os riscos e as vulnerabilidades** dos assentamentos humanos frente às mudanças climáticas e implementar políticas públicas de adaptação, com foco inicial em populações de menor renda e suscetíveis a maiores riscos de sofrerem impactos negativos do aquecimento global, **como por exemplo, inundações e alagamentos**;

MS - 2.5.1 Mapear os riscos e as vulnerabilidades das mudanças climáticas e implementar políticas públicas de adaptação, **com foco inicial em populações de menor renda e suscetíveis a maiores riscos de sofrerem impactos negativos do aquecimento global** principalmente, das populações de menor renda e maior risco social;

Aditiva

CE - Mapear **e classificar** os riscos e as vulnerabilidades dos assentamentos humanos frente às mudanças climáticas e implementar políticas públicas de adaptação **e mitigação**, com foco inicial em populações de menor renda e suscetíveis a maiores riscos de sofrerem impactos negativos do aquecimento global;

Propostas de Síntese

14 - Mapear e priorizar as ameaças, os riscos e as vulnerabilidades dos assentamentos humanos frente às mudanças climáticas, implementando políticas públicas de adaptação, com foco inicial em populações de menor renda e naquelas suscetíveis a maiores riscos de sofrerem os impactos negativos do aquecimento global.

Texto Original

Acompanhar a elaboração e implementação dos Planos Diretores de Transporte e Mobilidade Urbana junto às cidades brasileiras com mais de 100.000 habitantes e as situadas em regiões metropolitanas e de desenvolvimento integrado;

Destaques

Substitutiva

AP - Acompanhar, **juntamente com as Universidades Públicas e comunidades locais**, a elaboração e implementação dos Planos Diretores de Transporte e Mobilidade junto às médias e grandes cidades brasileiras;

MS - 2.5.2 Acompanhar a elaboração e implementação dos Planos Diretores de Transporte e Mobilidade Urbana junto às cidades brasileiras com mais de 20.000 ~~100.000~~ habitantes para todas as regiões para um futuro e **as situadas em regiões metropolitanas e de desenvolvimento integrado nas médias e grandes cidades brasileiras**;

PA - Acompanhar a elaboração e implementação dos Planos Diretores de Transporte e Mobilidade Urbana junto às cidades brasileiras **com mais de a partir de 100.000 20.000** habitantes e as situadas em regiões metropolitanas e de desenvolvimento integrado

SE - **Acompanhar Incentivar** a elaboração e implementação dos Planos Diretores de Transporte e Mobilidade Urbana **participativos** junto às cidades brasileiras com mais de ~~100.000 20.000~~ habitantes e as situadas em regiões metropolitanas e de desenvolvimento integrado;

Aditiva

RS - Acompanhar a elaboração e implementação dos Planos Diretores de Transporte e Mobilidade Urbana junto às cidades brasileiras com mais de 100.000 habitantes e as situadas em regiões metropolitanas **e regiões de alto risco ambiental** e de desenvolvimento integrado;

Propostas de Síntese

15 - Acompanhar e incentivar, juntamente com as Universidades e comunidades locais, a elaboração e implementação dos Planos Diretores de Transporte e Mobilidade Urbana participativos, junto às cidades brasileiras com mais de 20.000 habitantes e às situadas em regiões metropolitanas e de desenvolvimento integrado.

Texto Original

Fortalecer e integrar o saneamento, a gestão ambiental e a gestão de recursos hídricos no meio urbano;

Destaques

Aditiva

CE - Fortalecer e integrar o saneamento, a gestão ambiental e a gestão de recursos hídricos no meio urbano **e rural**;

PA - Fortalecer e integrar **plano municipal, estadual, e federal** de saneamento básico e **recursos hídricos**, a gestão ambiental e a gestão de recursos hídricos no meio urbano **e rural**;

PI - 2.5.3 Fortalecer e integrar o Saneamento, a Gestão Ambiental e a gestão de Recursos Hídricos no Meio Urbano **e Rural**.

PR - Fortalecer, **garantir** e integrar o saneamento, a gestão ambiental e a gestão de recursos hídricos no meio urbano **e rural**;

RJ - Fortalecer e integrar **com controle social** o saneamento **ambiental**, a gestão ambiental e a gestão de recursos hídricos **nos meios urbanos e rurais**;

RS - Fortalecer e integrar o saneamento, a gestão ambiental e a gestão de recursos hídricos no meio urbano **e rural**;
SP - Fortalecer e integrar o saneamento, a gestão ambiental e a gestão de recursos hídricos no meio urbano **e rural**;
TO - Fortalecer e integrar o saneamento, a gestão ambiental e a gestão de recursos hídricos no meio urbano **e rural**;

Propostas de Síntese

16 - Fortalecer e integrar, com controle social, o saneamento, a gestão ambiental e a gestão de recursos hídricos nos meios urbano e rural;

Texto Original

Fortalecer a Política Nacional de Saneamento Ambiental;

Destaques

Aditiva

AM - Fortalecer **e criar mecanismos de fiscalização da** Política Nacional de Saneamento Ambiental;

PR - Fortalecer a Política Nacional, **Estadual e Regional** de Saneamento Ambiental;

RS - Fortalecer a Política Nacional de Saneamento Ambiental **e apoiar a implementação da Lei 11.445/2007, que estabelece as diretrizes para a prestação dos serviços de saneamento básico e a Política Federal de Saneamento Básico**;

SE - Fortalecer **e implementar** a Política Nacional de Saneamento Ambiental;

Propostas de Síntese

17 - Apoiar a implementação da Política Federal de Saneamento Básico e criar mecanismos de fiscalização da Lei 11.445/2007, que a instituiu;

Texto Original

Apoiar a implementação do Estatuto da Cidade;

Destaques

Aditiva

AM - Apoiar a implementação **e a divulgação** do Estatuto da Cidade;

CE - Apoiar a implementação do Estatuto da Cidade **garantindo a divulgação nos diversos meios de comunicação incluindo a linguagem universal**;

PA - Apoiar a implementação **e a divulgação** do Estatuto da Cidade **de forma participativa**;

RR - Apoiar a **divulgação** do Estatuto da Cidade **(Lei 10.257)**;

RS - Apoiar a implementação do Estatuto da Cidade, **destacando as áreas de interesse social, cultural e ambiental e o mapa dos territórios de comunidades tradicionais (terreiros de matriz africana, quilombos, pescadores, índios, etc.)**;

Propostas de Síntese

18 - Apoiar a implementação e a divulgação do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) de forma participativa;

Texto Original

Avaliar a implementação da Agenda 21 Brasileira;

Destaques

Substitutiva

MG - **Avaliar Readequar** a implementação da Agenda 21 Brasileira;

Aditiva

SE - **Implementar e** Avaliar a **implementação da** Agenda 21 **Brasileira nos municípios brasileiros**;

Propostas de Síntese

1 - Implementar, avaliar e readequar a implementação da Agenda 21 Brasileira e a Agenda 21 nos municípios brasileiros;

Texto Original

Fortalecer e ampliar os processos de Agenda 21 Local e a Rede Brasileira de Agendas 21 Locais em todo território nacional;

Destaques

Supressão Total da Proposta

RS - Fortalecer e ampliar os processos de Agenda 21 Local e a Rede Brasileira de Agendas 21 Locais em todo território nacional;

Aditiva

PR - Fortalecer, **executar** e ampliar os processos de Agenda 21 Local e a Rede Brasileira de Agendas 21 Locais em todo território nacional;

TO - Fortalecer e ampliar os processos de Agenda 21 Local e a Rede Brasileira de Agendas 21 Locais em todo território nacional **em integração com a agenda 21 global**;



Propostas de Síntese

2 - Supressão Total da Proposta

3 - Fortalecer e ampliar os processos de Agenda 21 Local e a Rede Brasileira de Agendas 21 Locais em todo território nacional, em integração com a Agenda 21 Global;

Texto Original

Fortalecer iniciativas de construção conjunta de Agenda 21 Local, ZEE e Plano Diretor Participativo;

Destaques

Aditiva

RJ - Fortalecer iniciativas de construção conjunta de Agenda 21 Local, ZEE e Plano Diretor Participativo **e Coletivos Educadores;**

RR - Fortalecer iniciativas de construção conjunta de Agenda 21 Local, ZEE e Plano Diretor Participativo **e plano diretor de saneamento ambiental.**

TO - Fortalecer iniciativas de construção conjunta de Agenda 21 Local, ZEE e Plano Diretor Participativo, **conforme legislação vigente;**

Propostas de Síntese

5 - Fortalecer iniciativas de construção conjunta de Agenda 21 Local, ZEE, Plano Diretor Participativo, Plano Diretor de Saneamento Ambiental, integrando com os Coletivos Educadores.

Texto Original

Adotar a Agenda 21 como instrumento transversal de integração de ações, projetos e programas voltados para a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima;

Destaques

Substitutiva

SE - **Adotar Executar** a Agenda 21 como instrumento transversal de integração de ações, projetos e programas voltados para a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima;

Propostas de Síntese

7 - Adotar a Agenda 21 como instrumento transversal de integração de ações, projetos e programas voltados para a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima;

Texto Original

Apoiar a implementação da Lei 11.445/ 2007, que estabelece as diretrizes para a prestação dos serviços de saneamento básico e a Política Federal de Saneamento Básico;

Destaques

Substitutiva

MS - 2.5.10 **Apoiar** Fortalecer a implementação da Lei 11.445/ 2007, que estabelece as diretrizes para a prestação dos serviços de saneamento básico e a Política Federal de Saneamento Básico;

Aditiva

AM - Apoiar a implementação **e a divulgação** da Lei 11.445/ 2007, que estabelece as diretrizes para a prestação dos serviços de saneamento básico e a Política Federal de Saneamento Básico;

SE - Apoiar **a implementação e implementar a intersetorialidade** da Lei 11.445/ 2007, que estabelece as diretrizes para a prestação dos serviços de saneamento básico e a Política Federal de Saneamento Básico **e as parcerias públicas e privadas - PPP;**

Propostas de Síntese

19 - Apoiar, fortalecer e divulgar a implementação da intersetorialidade da Lei 11.445/ 2007, que estabelece as diretrizes para a prestação dos serviços de saneamento básico e a Política Federal de Saneamento Básico e as parcerias público-privadas - PPP;

Texto Original

Apoiar as ações referentes à regularização fundiária no meio urbano;

Não existem destaques.

Propostas de Síntese

20 - Apoiar as ações referentes à regularização fundiária no meio urbano;

Texto Original

Apoiar a elaboração de legislação específica e a inserção em Planos Diretores Participativos de medidas que estimulem projetos e edificações ambientalmente sustentáveis;

Destaques

Substitutiva

CE - Criar Apoiar a elaboração de legislação específica e a inserção em Planos Diretores Participativos de medidas que estimulem projetos e edificações ambientalmente sustentáveis;

SC - Apoiar Promover a elaboração de legislação específica e a inserção em Planos Diretores Participativos de medidas que estimulem projetos e edificações ambientalmente sustentáveis;

Aditiva

SP - Apoiar a elaboração de legislação específica e a inserção em Planos Diretores Participativos de medidas que estimulem e **implementem** projetos e edificações ambientalmente sustentáveis, **sistemas de transporte alternativos, coletas e tratamentos de esgoto;**

Propostas de Síntese

21 - Apoiar e promover a elaboração de legislação específica e a inserção em Planos Diretores Participativos de medidas que estimulem projetos e edificações ambientalmente sustentáveis, sistemas de transporte alternativos e sistemas de saneamento ambientalmente adequados;

Texto Original

Fomentar ações de ampliação de parques urbanos e de áreas verdes em cidades brasileiras;

Destaques

Substitutiva

AM - Fomentar ações de **ampliação** de parques urbanos e de áreas verdes em cidades brasileiras **observando as especificidades brasileiras;**

SC - Realizar e fomentar ações de **implantação, ampliação, manutenção e recuperação** de parques urbanos, **praças e de áreas verdes e demais espaços territoriais especialmente protegidos (APPs e UCs) no meio urbano em cidades brasileiras;**

Aditiva

AC - Fomentar ações de ampliação, **estruturação e regularização** de parques urbanos e de áreas verdes, **arborização urbana e quintais verdes** em cidades brasileiras;

GO - Fomentar ações de ampliação **recuperação e conservação** de parques urbanos e de áreas verdes em cidades brasileiras;

MG - Fomentar **através de aportes financeiros** ações de **implantação** e ampliação de parques urbanos e de áreas verdes **nas em** cidades **brasileiras;**

MS - 2.5.13 Fomentar ações de ampliação de parques urbanos e de áreas verdes em cidades brasileiras **e as áreas de preservação permanente com incentivo de educação ambiental e incentivar o sistema: adote uma árvore para que cuidem do meio ambiente.**

PR - Fomentar ações de ampliação de parques urbanos **e rurais, arborização urbana** e de áreas verdes em cidades brasileiras;

RJ - Fomentar ações de ampliação de parques urbanos e de áreas verdes **e de unidades de conservação** em cidades brasileiras;

TO - Fomentar ações de ampliação de parques urbanos e de áreas verdes em cidades brasileiras **de forma participativa;**

Propostas de Síntese

22 - Fomentar ações de implantação, ampliação, manutenção e recuperação de parques urbanos e de áreas verdes em cidades brasileiras e arborização urbana, de forma participativa;

Texto Original

Elaborar mecanismos, critérios, indicadores para avaliar a sustentabilidade das políticas públicas nas diferentes esferas governamentais;

Destaques

Substitutiva

AM - Elaborar e apoiar mecanismos e critérios, **pesquisas e monitoramento dos** indicadores para avaliar a sustentabilidade das políticas públicas nas diferentes esferas governamentais;

Aditiva

GO - Elaborar e divulgar os mecanismos, critérios, indicadores para avaliar a sustentabilidade das políticas públicas nas diferentes esferas governamentais;

MG - Elaborar mecanismos, critérios, indicadores para avaliar a sustentabilidade das políticas públicas nas diferentes esferas governamentais **de forma integrada e dar publicidade;**

RJ - Elaborar mecanismos, **inclusive de controle social,** critérios, indicadores para avaliar a sustentabilidade das políticas públicas nas diferentes esferas governamentais;

Propostas de Síntese

23 - Elaborar mecanismos, critérios e indicadores para avaliar a sustentabilidade das políticas públicas nas diferentes esferas governamentais, monitorando-os permanentemente, de forma contínua, dando divulgação e publicidade, com controle social;

Texto Original

Criar e implementar um sistema nacional de certificação de processos de Agenda 21 Local;



Destaques

Supressão Total da Proposta

RS - Criar e implementar um sistema nacional de certificação de processos de Agenda 21 Local;

Aditiva

AM - Criar e implementar um sistema nacional de certificação de processos de Agenda 21 Local com participação da sociedade civil e efetiva divulgação;

GO - Criar, divulgar e implementar um sistema nacional de certificação de processos de Agenda 21 Local;

RJ - Criar e implementar um sistema público nacional de certificação de processos de Agenda 21 Local, enfocando as diferenças regionais;

Propostas de Síntese

8 - Supressão Total da Proposta

9 - Criar e implementar um sistema público nacional de certificação de processos de Agenda 21 Local com participação da sociedade civil e efetiva divulgação, enfocando as diferenças regionais;

Texto Original

Adotar como critério de prioridade no acesso aos recursos públicos os projetos definidos por meio de processos de planejamento participativo como, por exemplo, a Agenda 21, Plano Diretor, Gestar;

Destaques

Aditiva

AC - Adotar como critério de prioridade no acesso aos recursos públicos os projetos definidos por meio de processos de planejamento participativo como, por exemplo, a Agenda 21, Plano Diretor, Gestar, ordenamento e ZEE.

AM - Adotar como critério de prioridade no acesso aos recursos públicos os projetos definidos por meio de processos de planejamento participativo como, por exemplo, a Agenda 21, Plano Diretor, Gestar, e Estatuto das Cidades;

PR - Adotar como critério de prioridade no acesso aos recursos públicos os projetos definidos por meio de processos de planejamento participativo como, por exemplo, a Agenda 21, Plano Diretor, Gestar, DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável) do Banco do Brasil;

SP - Adotar como critério de prioridade no acesso aos recursos públicos os projetos definidos por meio de processos de planejamento participativo como, por exemplo, a Agenda 21, Plano Diretor, Gestar; Consórcios territoriais – CONSAD's;

Propostas de Síntese

10 - Adotar como critério de prioridade o acesso aos recursos públicos, os projetos definidos por meio de processos de planejamento participativo como, por exemplo, a Agenda 21, Plano Diretor, Gestar, Ordenamento Territorial, ZEE, DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável) do Banco do Brasil e Consórcios Territoriais – CONSAD's;

Texto Original

Estabelecer uma rede de detecção precoce de mudanças climáticas com o apoio de povos e comunidades tradicionais.

Destaques

Substitutiva

RJ - Estabelecer uma rede de detecção precoce de mudanças climáticas com o apoio a participação de povos e comunidades tradicionais.

Aditiva

AM - Estabelecer uma rede de detecção precoce de mudanças climáticas com o apoio de povos e comunidades tradicionais, mestiços, caboclos e afro-descendentes;

RS - Estabelecer uma rede de detecção precoce de mudanças climáticas com o apoio de povos e comunidades tradicionais, a comunidade consultada deve saber o que é e para onde estão indo as pesquisas que estão sendo feitas pela academia e sociedade, estes dados devem ser obtidos com consentimento prévio da mesma. Para publicação dos resultados deve ser dado o consentimento e os dados não devem ser usados como domínio público, sem a aquiescência da comunidade.

SC - Estabelecer uma rede de detecção precoce de mudanças climáticas com o apoio de povos e comunidades tradicionais e comunidades quilombolas.

Propostas de Síntese

24 - Estabelecer uma rede de detecção precoce de mudanças climáticas com a participação de povos e comunidades tradicionais, quilombolas, mestiços, caboclos e afro-descendentes, com o consentimento prévio dos mesmos.

Texto Original

AC - Criar programa de arborização das ruas

AL - Efetuar o ordenamento do uso e ocupação dos solos, com destaque para a urbanização das favelas que não estejam em áreas de risco ou de preservação;

AM - Incentivar a utilização de parques urbanos e áreas verdes para práticas sócio-culturais e desportivas que tenham como foco a manutenção desses espaços;

AM - Implementar ações estruturadas de gestão ambiental nos estados e municípios com foco na execução descentralizada e participativa em integração com órgãos de regularização ambiental (municipal, estadual e federal);

AM - Fomentar a criação de Planos Diretores de Desenvolvimento e Zoneamento Ambiental em todos os municípios do Brasil;

AM - Incentivar a verticalização das áreas urbanas de forma a inibir a expansão horizontal das cidades;

AM - Apoiar os municípios e regiões metropolitanas em infra-estrutura para o saneamento ambiental (pavimentação de estradas, esgotamento sanitário, sistema de coleta seletiva e implantação de aterros sanitários) independente do limite pré-estabelecido pelo IBGE quanto ao número de habitantes, com investimentos do Governo Federal;

AM - Priorizar a manutenção de matas ciliares em processos de urbanização;

AP - Ampliar a necessidade de Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal a todos os Municípios e não tão somente aos que possuam acima de 20.000 habitantes;

AP - Elaborar legislação específica quantificando no loteamento urbano com a obrigatoriedade a necessidade de arborização.

AP - Incentivar a implantação de áreas arborizadas (com espécies adequadas e regionais) favorecendo microclima e o seqüestro de carbono em loteamentos, conjuntos habitacionais.

AP - Alocar mais recurso financeiro para implantação de sistemas de saneamento básico nas regiões com maior vulnerabilidade (Norte e Nordeste) e instituir mecanismos de controle;

CE: Acompanhar a elaboração e implementação dos Planos Diretores de Transporte e Mobilidade junto às pequenas, médias e grandes cidades brasileiras;

CE - Criar políticas de incentivo financeiro e capacitação profissional para catadores de materiais recicláveis.

CE - Promover a implementação de um programa nacional para a criação de Áreas Verdes nos municípios, contemplando matas de rios, parques, lagoas, praças e áreas de lazer com gestão participativa e integrada aos sistemas estadual e municipal de unidades de conservação a serem criados.

CE - Fortalecer programa de incentivo a casa própria para moradores de áreas de risco, com reflorestamento dessas áreas e investimentos em viveiros de mudas para arborização com plantas nativas;

CE - Elaborar uma política de regulamentação e reorganização fundiária de acordo com as características dos ecossistemas;

CE - Promover a elaboração e a implementação de plano diretor de saneamento ambiental que compreenda a drenagem urbana, esgotamento sanitário, abastecimento de água e gestão de resíduos sólidos integrados a um plano diretor de recuperação de matas ciliares e vegetação tampão nas áreas de preservação permanentes e ambientalmente frágeis, nos municípios.

DF - Implementar prioritariamente programas de arborização urbana vinculados a programas de educação ambiental nas cidades brasileiras.

MA - Utilizar tecnologia de pavimentação alternativa de reuso de refugo de entulho que permita a micro drenagem pluvial das ruas adjacentes, proibindo o uso de amianto como material de pavimentação dessas ruas.

MA - Formalizar e manter agenda de interlocução entre os Ministérios de Meio Ambiente, Saúde, Educação, Transporte, Comunicação e Desenvolvimento Agrário para incentivar a execução de projetos relativos aos problemas ambientais e qualidade de vida de jovens em áreas de assentamento;

MA - Aplicar as verbas do Fundo Nacional de Meio Ambiente nos estados e municípios;

MA - Proibir a fabricação de telhas e caixa d'água com matéria-prima a base de amianto, com prazo para troca dos mesmos em escolas e repartições públicas Federais;

MA - Implementar política de zoneamento urbano, rural, pecuário e industrial;

MA - Sugerir a obrigatoriedade da implantação do Plano Diretor em todos os municípios;

MA - Criar Lei Federal que proíba a impermeabilização do solo de mais de 80% dos loteamentos urbanos em todos os municípios do Brasil, via programas de arborização urbana de espécies nativas e reflorestamento de matas ciliares;

MA - Cadastrar as famílias sem teto e/ou em assentamentos precários, para subsidiar uma política de habitação de interesse social em áreas rurais;

MG - Estimular a implantação de ecovilas, descompactando as áreas urbanas;

MG - Fazer a reforma agrária com suporte financeiro e técnico com sustentabilidade ambiental;

MG - Planejamento de ocupação urbana tendo como base o zoneamento ambiental;

MG - Priorizar incentivos para o cumprimento da legislação de uso e ocupação do solo (medidas para diminuir os impactos ambientais do crescimento populacional);

MG - Valorizar a atividade do planejamento urbano;

MG - Ações de governo integradas com objetivos e metas bem definidas visando à melhoria das condições de vida das comunidades locais, desenvolvendo projetos e programas de saneamento básico, água tratada e rede de esgotos, educação ambiental, moradias populares, esportes, cultura, etc;

MG - Incentivar o uso de, bloquetes e paralelepípedos nas ruas, visando privilegiar a permeabilidade e a infiltração.

MG - Implementar instrumentos de planejamento, como o zoneamento ecológico econômico (ZEE) e a avaliação ambiental estratégica (AAE), a fim de compatibilizar nossas vulnerabilidades e potencialidades ao cenário de alterações climáticas.

MG - Fazer cumprir o planejamento urbano através da aplicação da legislação já existente, exigir o cumprimento dos planos diretores e implantar mecanismos visando o cumprimento da legislação ambiental e agrária;

MS - Abrir precedente na área de planejamento urbano para assentamentos e reorganização humana e social a partir do ambiente e com base na sustentabilidade. Planejar bairros e cidades baseando-se em vias de passeio, ciclovias, trens, ônibus, livres de veículos com número de habitantes e na sua sustentabilidade pré-planejada na busca da autonomia total, inclusive energética.

MS - Implantar políticas para a adaptação das populações humanas com base em mapas de risco e vulnerabilidade às mudanças climáticas.

MS - Fortalecer, ampliar e implementar iniciativas de construção conjunta de Agenda 21 local, ZEE e Plano Diretor Participativo como instrumento transversal de integração de ações, projetos e programas voltados para a implementação da Política Nacional Sobre Mudança Climáticas.

MS - Implantar amplo projeto de arborização priorizando espécies nativas em todas as regiões urbanas, visando atender, no mínimo, os índices de Cobertura Arbórea e Cobertura Verde recomendados pela Organização Mundial de Saúde – OMS;

MS - Apoiar a implementação do Estatuto das Cidades com amplo debate nos conselhos competentes e sociedade civil como um todo;

MS - Implantar nos programas habitacionais a obrigatoriedade de constar no projeto sistema de aproveitamento da chuva, bem como seu reuso e redução no consumo de energia elétrica. Nas demais edificações o incentivo seria nas reduções fiscais;

MS - Cumprir a Legislação Ambiental na implantação de novos assentamentos rurais, com referência a projetos de estudo de impactos ambientais, licenciamentos com isolamento das áreas de Reservas Legal e Áreas de Preservação Permanentes (APPs);

MS - Propor a implantação de pisos ecológicos nas vias públicas;

MS - Estimular a elaboração de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), possibilitando uma maior racionalização na criação de programas e projetos de desenvolvimento sustentável com fóruns locais;

MS - Criar o marco regulatório para que o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) seja consultado em todas as iniciativas governamentais de desenvolvimento, de uso sustentável e de preservação, prevendo participação das populações das microbacias;



- MS** - Comprovar a Reserva Legal dos assentamentos rurais existentes;
- MS** - Fomentar o estabelecimento de Cordão Verde de isolamento da área rural para urbana das cidades, visando diminuir impactos na saúde humana;
- MS** - Apoiar a implementação e monitoramento da Lei que estabelece as diretrizes para a prestação de serviços de saneamento básico e para a Política Nacional de Saneamento Básico;
- MS** - Apoiar ações de regularização fundiária nas áreas urbanas;
- MS** - Criar mecanismos, políticas e programas que favoreçam assentamentos humanos (rurais ou urbanos) que valorizem a cultura e produtos típicos regionais;
- MS** - Divulgar técnicas de reuso da água para usos secundários como captação de água das chuvas, segregação do lixo doméstico, uso de materiais como tintas livres de componentes tóxicos e outras práticas sustentáveis, projetos construção acima de 500 m² de construção tenham em seu projeto para captação de águas das chuvas para uso não nobre como lavar carros, calçadas etc.
- MT** - Promover a arborização urbana com espécies nativas de atração de avifauna.
- MT** - Assegurar através de incentivos Estaduais e Federais a implantação de Plano Diretor em todos os municípios, de acordo com a exigência do Ministério das Cidades com a Participação de todos os Segmentos da sociedade.
- MT** - Aplicar e apoiar a utilização, nos instrumentos de planejamento territorial, a exemplo do ZEE e agenda 21 e Plano Diretor Municipal, os resultados de estudos dos impactos potenciais das MCG sobre os ecossistemas.
- MT** - Implantar a metodologia para medir a vulnerabilidade das populações no âmbito regional, considerando parâmetros socioeconômicos, climáticos e epidemiológicos (índice de vulnerabilidade geral), visando amenizar os impactos na saúde.
- PA** - Criar programa de moradia popular em municípios com área de risco ambiental, com pactuação das três esferas;
- PA** - Agilizar a regulamentação fundiária, garantir recursos financeiros e a implantação de ATES (Assistência Técnica e Social) nos assentamentos e acampamentos pelos órgãos competentes;
- PA** - Elaborar estudos para o planejamento de possíveis remanejamentos de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais que serão atingidas pelos impactos ambientais provocados pelas mudanças climáticas com a participação plena e efetiva e o protagonismo dos povos atingidos.
- PA** - Garantir implantação, a expansão e a adequação dos programas de saneamento nos territórios indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, incluindo a instalação de fossas biológicas.
- PB** - 2.5.18. Apoiar projetos de arborização urbana com espécies nativas.
- PB** - 1.1.59. Implantar o Plano Diretor Rural e Urbano florestal;
- PB** - 1.1.71. Atingir 12 metros quadrados de área verde/habitante em 10 anos, através de parques, horto zoobotânico e/ou horto municipal;
- PB** - 2.6.47. Desenvolver projetos de arborização destinados às zonas urbanas no semi-árido;
- PB** - 1.1.75. Incentivar a Criação de Planos Diretores de Arborização Urbana, nos municípios brasileiros;
- PB** - 2.2.21 Subsidiar os pequenos municípios (com menos de 20.000 habitantes) para a construção do Plano Diretor de forma participativa;
- PE** - Criar e implementar leis que tornem obrigatória a pré-seleção domiciliar dos resíduos domésticos (orgânico e inorgânico) e a compostagem dos resíduos sólidos orgânicos, provenientes das feiras livres e mercados públicos e também da parcela orgânica pré-selecionada nos domicílios. Deverá ser contemplado na legislação amplo processo de campanhas educativas para a sociedade em geral
- PR** - Garantir que os Planos Diretores Municipais contemplem a exigência de implantação de toda a infra-estrutura necessária no licenciamento de loteamentos, condomínios e conjuntos habitacionais, parques industriais, tais como: projetos de arborização com espécies nativas, calçadas e imóveis com área mínima permeável, coleta e aproveitamento de água das chuvas, saneamento, aquecimento solar, etc, respeitando as normas de acessibilidade. Em áreas urbanas já consolidadas, que sejam destinados recursos provenientes da União, Estado e municípios para essas ações;
- PR** - Exigir a implantação, nos municípios onde ainda não existam, dos Planos Diretores, levando em consideração, além dos aspectos relacionados ao saneamento básico, a ocupação racional do solo, os aspectos sócio-ambientais e ainda os possíveis impactos das mudanças climáticas;
- PR** - Priorizar a arborização pública e a revitalização de áreas verdes, preferencialmente com espécies nativas, conservando os ambientes protegidos. Evitar a eliminação indiscriminada de árvores exóticas sadias que façam parte da paisagem urbana das cidades, durante o seu ciclo natural de vida;
- PR** - Desenvolver e aprimorar planos de prevenção e de emergência para eventos climáticos e o sistema de coleta e tratamento de dados climáticos, preparando e estruturando a defesa civil para a atuação em emergências ambientais;
- PR** - Prver a obrigatoriedade de plano de drenagem sustentável para todas as cidades, garantindo nos imóveis uma área mínima permeável que permita a intrusão de água no solo. simulando a condição do ambiente natural e diminuindo a intensidade dos alagamentos, com efetiva fiscalização para seu cumprimento;
- PR** - Incentivar e/ou prever nos projetos de planejamento urbano a obrigatoriedade da construção de calçadas ecológicas, obrigando também nos novos loteamentos;
- PR** - Desenvolver, com o apoio do Ministério das Cidades, planos de drenagem sustentável para todos os municípios;
- PR** - Garantir por meio de instrumentos legais e previsão no Plano Diretor, a criação e manutenção de áreas verdes urbanas, a adoção de planos de arborização urbana e de calçadas ecológicas como formas de mitigar as emissões no setor de construção;
- PR** - Incentivar a adoção de ações ambientais urbanas adequadas, tais como: coleta e destinação de resíduos urbanos e industriais; plantio e manejo de arborização urbana; proteção de recursos hídricos e de remanescentes florestais, maximização da permeabilidades do solo, dentre outras, como por exemplo: possibilitar a adoção de ações ambientais alternativas (não usuais ou não previstas em leis e normas), quando adequadas, na solução de problemas ambientais urbanos;
- PR** - Criar no SINIMA cadastro de índice de árvores por habitante das cidades;
- RJ** - Priorizar as questões ambientais nos programas de habitação;
- RJ** - Promover ações no tocante às questões sociais, referentes ao desdobramento das mudanças climáticas incentivando as universidades públicas a promover estudos sobre o tema;
- RN** - Assegurar recursos financeiros para implementação dos Planos Regionais de Desenvolvimento Sustentável.
- RN** - Criar um programa nacional de arborização de todas as áreas urbanas e rurais, que valorize as plantas nativas e preveja o manejo e podas adequadas.
- RN** - Cobrar dos municípios como forma de contrapartida em programas habitacionais do governo Federal, cursos de educação ambiental para os beneficiários e implantação de áreas verdes.
- RN** - Sugerir ao IBGE a revisão da conceituação de área urbana e área rural.
- RN** - Implementar políticas públicas para as comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, no que tange as questões socioambientais.

RN - Estabelecer políticas públicas de saneamento ambiental que visem restringir o desenvolvimento de cianobactérias em mananciais usados para o abastecimento de água das populações.

RN - Monitorar, fiscalizar e capacitar os agricultores a fim de garantir as áreas de preservação dos assentamentos e pequenas propriedades e comunidades rurais.

RO - Ampliar o processo de regularização fundiária urbana e rural;

RO - Incentivar os municípios a criar as secretarias municipais ambientais e código municipal ambiental

RS - Criar uma Agenda 21 específica das Comunidades Tradicionais;

SC - Promover políticas de planejamento e implantação de arborização urbana com espécies nativas, visando a ampliação de áreas verdes.

SC - Desenvolver amplo planejamento urbano, incluindo o Plano Diretor participativo, para prevenir e adaptar as cidades às mudanças provocadas pelos impactos causados pelas mudanças climáticas, levando-se em consideração os aspectos científicos regionais.

SC - Arborizar áreas urbanas para reduzir as ilhas de calor; permitir a infiltração das águas pluviais, conservando a biodiversidade local, como forma de combate às inundações urbanas e melhora do clima urbano.

SC - Conservar e recuperar as matas ciliares no meio urbano como forma de melhorar o micro-clima das cidades e de proteger as populações de eventos extremos relacionados aos cursos de água (fundos de vales)

SC - Garantir o repasse de recursos públicos Estaduais ou Federais para a execução de obras que contemplem:

- 1) a adoção de projetos bioclimáticos e que busquem a otimização do uso da água e energia natural (no caso de produção de edificações);
- 2) a preservação de áreas ou execução de espaços ajardinados em, ao menos, na mesma proporção de áreas construídas;
- 3) a limitação na execução de pavimentos poucos permeáveis, como asfalto e concreto;
- 4) a inclusão de ciclo vias e passeios na execução de ruas e avenidas

SC - Articular a gestão da qualidade do ar nas cidades com os programas de redução de emissões de GEE e de combate às mudanças climáticas.

SC - Promover políticas sociais para assistência de comunidades vulneráveis aos impactos ambientais e coleta de dados que possibilitem diagnósticos às variações climáticas de forma preventiva em busca do desenvolvimento sustentável e qualidade de vida;

SP - O Poder Público deve realocar as populações estabelecidas em áreas de alto risco, preferencialmente para locais próximos, de forma a manter o vínculo social, garantir a ocupação e uso sustentável do solo em áreas urbanizadas. Após a desocupação essas áreas devem ser recuperadas e preservadas.

SP - Os padrões de parcelamento, uso e ocupação do solo devem ser revistos de forma a garantir índices mínimos de área verde por habitante, compatível com o mínimo exigido nos estudos existentes ou preconizados pela OMS.

SP - Os Governos devem estimular, normatizar e implementar programas de arborização e de calçadas verdes para ampliação da área permeável do território.

SP - Desoneração fiscal para a produção de válvulas de descargas que tenham controle de vazão, de torneiras, de chuveiros e outros equipamentos economizadores de água e energia e produzir campanhas de utilização para a população, assim como obrigar a utilização nas obras de manutenção e implantação pelo Poder Público;

SP - Alterar legislação, implementar coleta e tratamento de esgoto com técnicas alternativas para as áreas precárias e passíveis de regularização para evitar a poluição de recursos hídricos;

SP - Que a liberação, pelo governo federal, dos recursos para saneamento básico esteja vinculada a padrões de eficiência do sistema;

SP - Implantação e ampliação pelas concessionárias de saneamento básico da rede de esgoto e de tratamento com biotecnologia, sem despejo na via pública e corpos d'água;

SP - Utilizar mini-estações de tratamento de esgoto;

SP - Dar acesso aos municípios com menos de 150.000 habitantes aos recursos financeiros do Fundo Nacional de Meio Ambiente;

SP - Maior compromisso do setor público (em todas as esferas) com a elaboração e efetivação de planos e metas de curto, médio e longo prazo, com o desenvolvimento econômico, educação, saúde e combate à pobreza;

SP - Efetuar uma avaliação crítica em nível nacional, sobre a implementação dos instrumentos de Estatuto das Cidades nos planos diretores municipais.

SP - Todas as cidades acima de 20.000 (vinte mil) habitantes devem elaborar e socializar o Inventário de Emissão de poluentes e disponibiliza-lo posteriormente através de um banco de dados nacional;

SP - Fortalecer os mecanismos de participação popular, através de meios que viabilizem esta ação, como por exemplo, as Agendas 21 locais.

SP - Criar mecanismos de planejamento e incentivo para a adequada arborização urbana garantindo a diversidade de espécies preferencialmente nativas;

SP - O Poder Público deve promover e incentivar a permeabilização do solo nas cidades.

SP - O Poder Público deve promover leis que estabeleçam diretrizes de uso e parcelamento do solo, favorecendo a drenagem natural dos recursos hídricos através de implantação de áreas verdes em locais planos.

Propostas de Síntese

11 - Criar uma Agenda 21 específica das Comunidades Tradicionais;

12 - Fortalecer, apoiar, ampliar e implementar iniciativas de construção conjunta de Agenda 21 local, ZEE e Plano Diretor Participativo como instrumento transversal de integração de ações, projetos e programas voltados para a implementação da Política Nacional Sobre Mudança Climáticas, inclusive aplicando os resultados de estudos dos impactos potenciais das MCG sobre os ecossistemas;

13 - Fortalecer os mecanismos de participação popular, através de meios que viabilizem esta ação, como por exemplo, as Agendas 21 locais;

25 - Criar programa nacional de arborização urbana, priorizando a utilização de espécies preferencialmente nativas, com gestão participativa, visando atender, no mínimo, os índices de cobertura arbórea e cobertura verde recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS);

26 - Incentivar o ordenamento do uso e ocupação do solo, com destaque para a urbanização das favelas que não estejam em áreas de risco ou de preservação permanente (APP), utilizando como base instrumentos de planejamento, como o ZEE, a Avaliação Ambiental Estratégica e outros, de forma participativa e integrada;



27 - Promover e implantar políticas sociais para a adaptação e assistência das populações humanas, com base em mapas de risco e vulnerabilidade às mudanças climáticas, de forma preventiva em busca do desenvolvimento sustentável e qualidade de vida, fortalecendo os mecanismos de participação popular;

28 - Articular a gestão da qualidade do ar nas cidades, elaborar e socializar o Inventário de Emissão de poluentes e disponibilizá-lo posteriormente, por meio de um banco de dados nacional, e implementar programas de redução de GEE e de combate às mudanças climáticas;

29 - Desenvolver e aprimorar planos de prevenção e de emergência para eventos climáticos e o sistema de coleta e tratamento de dados climáticos, preparando e estruturando a defesa civil para a atuação em emergências ambientais;

30 - Promover ações de governo integradas com objetivos e metas bem definidas visando à melhoria das condições de vida das comunidades, apoiando os municípios e regiões metropolitanas em infra-estrutura para o saneamento ambiental e desenvolvendo projetos e programas de saneamento, tais como: água tratada e rede de esgotos, moradias populares, preservação de matas ciliares em áreas antropizadas, maximização da permeabilidade e infiltração do solo, pavimentação de estradas, planejamento do deslocamento urbano, com ênfase em meios de transportes coletivos e alternativos, não emissores de GEE, incluindo vias de passeio, ciclovias, trens, ônibus;

31 - Sugerir ao IBGE a revisão da conceituação de área urbana e área rural;

32 - Promover leis que estabeleçam diretrizes de uso e parcelamento do solo, favorecendo a drenagem natural dos recursos hídricos através de implantação de áreas verdes;

Ecosistemas Naturais

Texto Original

Expandir áreas protegidas e de conservação ambiental, tais como as unidades de conservação, para proteger a integridade das espécies e dos ecossistemas;

Destaques

Supressão Total da Proposta

SC - Supressão Total da Proposta

Substitutiva

AC - Expandir **e gerenciar com Estados, municípios e ONG's** as áreas protegidas e de conservação ambiental, **visando garantir a tais como as unidades de conservação, para proteger** a integridade das espécies e dos ecossistemas;

AM - Expandir **e manter as** áreas protegidas **com critérios que levem em conta as necessidades locais (ribeirinhos, quilombolas, mestiços, indígenas)** e de conservação ambiental, tais como as unidades de conservação, para proteger a integridade das espécies e dos ecossistemas;

CE - Expandir áreas **protegidas e de conservação ambiental, tais como as unidades de conservação, de proteção integral e de uso sustentável com adoção de educação ambiental e uma maior fiscalização pelos órgãos competentes** para proteger a integridade das espécies e dos ecossistemas;

PA - **Criar**, Expandir **e fiscalizar as** áreas protegidas **e de conservação ambiental, tais como as unidades de conservação**, para **proteger garantir** a integridade das espécies e dos ecossistemas;

PE - Criar, implantar e fortalecer Unidades de Conservação, Jardins Botânicos e Corredores Ecológicos (no âmbito federal, estadual e municipal), em todos biomas, garantindo que sejam efetivamente protegidas priorizando as áreas das florestas primitivas existentes, de forma a garantir que possam cumprir as funções para as quais foram criadas

PR - Expandir áreas protegidas e de conservação ambiental, **incluindo corredor ecológico entre as áreas protegidas e as áreas adjacentes, tais como as unidades de conservação**, para proteger a integridade das espécies e dos ecossistemas;

Propostas de Síntese

1 - Supressão Total da Proposta

2 - Criar, expandir, manter, fiscalizar e gerenciar as áreas protegidas e de conservação ambiental, tais como, unidades de conservação, Jardins Botânicos e Corredores Ecológicos (no âmbito federal, estadual e municipal), visando garantir a integridade das espécies e dos ecossistemas, com adoção de educação ambiental pelos Estados, municípios e ONG's, levando em conta as necessidades locais (ribeirinhos, quilombolas, mestiços, indígenas);

Texto Original

Formar corredores ecológicos integrando mosaicos de diferentes categorias de Unidades de Conservação, integrando as iniciativas particulares de conservação na gestão do desenvolvimento local sustentável;

Destaques

Supressão Total da Proposta

SC - Supressão Total da Proposta

Substitutiva

AC - **Ampliar e delimitar Formar** corredores ecológicos integrando mosaicos de diferentes categorias de Unidades de Conservação, integrando as iniciativas particulares de conservação na gestão do desenvolvimento local sustentável;

MT - Formar corredores ecológicos integrando mosaicos de diferentes **áreas protegidas categorias de Unidades de Conservação, integrando as iniciativas particulares de conservação na gestão do desenvolvimento local sustentável;**

Aditiva

DF - Formar corredores ecológicos **georreferenciados** integrando mosaicos de diferentes categorias de Unidades de Conservação, integrando as iniciativas particulares de conservação na gestão do desenvolvimento local sustentável;

PR - Formar corredores ecológicos integrando **não só** mosaicos de diferentes categorias de Unidades de Conservação, **mas também fragmentos florestais quando próximos**, integrando as iniciativas particulares de conservação na gestão do desenvolvimento local sustentável;

SE - Formar corredores ecológicos integrando mosaicos de diferentes categorias de Unidades de Conservação e **outras áreas protegidas**, integrando as iniciativas particulares de conservação na gestão do desenvolvimento local sustentável;

TO - Formar **e fiscalizar com os órgãos competentes** corredores ecológicos integrando mosaicos de diferentes categorias de Unidades de Conservação, **integrando articulando com** as iniciativas particulares de conservação na gestão do desenvolvimento local sustentável;

Propostas de Síntese

3 - Supressão Total da Proposta.

4 - Formar, ampliar e delimitar corredores ecológicos georreferenciados integrando mosaicos de diferentes categorias de Unidades de Conservação e de fragmentos florestais próximos e outras áreas protegidas, articulando e integrando as iniciativas particulares de conservação na gestão do desenvolvimento local sustentável;

Texto Original

Definir indicadores que permitam o monitoramento do impacto da mudança do clima nas espécies, populações, comunidades e biomas;



Destaques

Aditiva

AM - Definir **que o poder público, juntamente com a sociedade civil estabeleça** indicadores que permitam o monitoramento do impacto da mudança do clima nas espécies, populações, comunidades e biomas;

CE - Definir indicadores que permitam o monitoramento do impacto da mudança do clima nas espécies, populações, comunidades e biomas **com a participação da comunidade local**;

PR - Definir indicadores que permitam o monitoramento do impacto da mudança do clima nas espécies, populações, comunidades e biomas **e das atividades antrópicas nos ecossistemas** ;

RR - Definir indicadores que permitam o monitoramento do impacto da mudança do clima nas espécies, populações, comunidades, **ecossistemas** e biomas.

SE - Definir indicadores **ambientais específicos para cada região brasileira** que permitam o monitoramento do impacto da mudança do clima nas espécies, populações, comunidades e biomas;

Propostas de Síntese

5 - Definir, juntamente com a sociedade civil e comunidades locais, indicadores ambientais específicos para cada região brasileira, que permitam o monitoramento do impacto da mudança do clima nas espécies, populações, comunidades, ecossistemas e biomas, e das atividades antrópicas nos ecossistemas;

Texto Original

Estabelecer políticas e estratégias que resultem no desenvolvimento de um sistema integrado de coleta e preservação de dados de interesse público;

Destaques

Aditiva

MS - 2.6.4 Estabelecer políticas e estratégias que resultem no desenvolvimento de um sistema integrado de coleta e preservação de dados de interesse público, **desde que haja consulta às comunidades interessadas**;

RR - Estabelecer políticas e estratégias que resultem no desenvolvimento de um sistema integrado de coleta, preservação **e divulgação** de dados de interesse público.

TO - Estabelecer políticas e estratégias que resultem no desenvolvimento de um sistema integrado de coleta e preservação de dados de interesse público **nacional**;

Propostas de Síntese

6 - Estabelecer políticas e estratégias que resultem no desenvolvimento de um sistema integrado de coleta e preservação e divulgação de dados de interesse público nacional, desde que haja consulta às comunidades interessadas;

Texto Original

Adotar medidas para reduzir o impacto de outras ameaças, como, por exemplo, fragmentação e destruição de habitat, poluição e introdução de espécies exóticas para aumentar a capacidade adaptativa à mudança do clima ;

Destaques

Supressão Parcial

MG - Adotar medidas para reduzir o impacto de **outras** ameaças, **como, por exemplo**, fragmentação e destruição de habitat, poluição e introdução de espécies exóticas para aumentar a capacidade adaptativa à mudança do clima ;

Substitutiva

CE - Adotar **ações urgentes e permanentes medidas** para reduzir o impacto de outras ameaças, como, por exemplo, fragmentação e destruição de habitat, poluição e introdução de espécies exóticas para aumentar a capacidade adaptativa à mudança do clima ;

Propostas de Síntese

7 - Adotar medidas, como **ações urgentes e permanentes**, para reduzir o impacto de ameaças, fragmentação e destruição de habitat, poluição e introdução de espécies exóticas para aumentar a capacidade adaptativa à mudança do clima;

Texto Original

Reduzir e gerenciar fatores de estresse para espécies e ecossistemas, tais como fragmentação e destruição, super exploração, eutrofização, desertificação e acidificação;

Destaques

Aditiva

CE - Reduzir e gerenciar **e monitorar** fatores de estresse para espécies e ecossistemas, tais como fragmentação e destruição, super exploração, eutrofização, desertificação e acidificação;

Propostas de Síntese

8 - Reduzir, gerenciar e monitorar fatores de estresse para espécies e ecossistemas, tais como fragmentação e destruição, super exploração, eutrofização, desertificação e acidificação;

Texto Original

Gerenciar a conservação dos recursos naturais em resposta à variabilidade climática como forma de preparação para as mudanças abruptas no clima;

Destaques**Aditiva**

CE - Gerenciar **e monitorar** a conservação dos recursos naturais em resposta à variabilidade climática como forma de preparação para as mudanças abruptas no clima;

Propostas de Síntese

9 - Gerenciar e monitorar a conservação dos recursos naturais em resposta à variabilidade climática como forma de preparação para as mudanças abruptas no clima;

Texto Original

Aplicar e apoiar a utilização, nos instrumentos de planejamento territorial, a exemplo do Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE, dos resultados de estudos dos impactos potenciais da mudança do clima sobre os ecossistemas;

Destaques**Substitutiva**

PR - Aplicar, **e** apoiar **e encaminhar obrigatoriamente para** a utilização, nos instrumentos de planejamento territorial, a exemplo do Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE, dos resultados de estudos dos impactos potenciais da mudança do clima sobre os ecossistemas;

Aditiva

AM - Aplicar e apoiar a utilização, nos instrumentos de planejamento territorial, a exemplo do Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE, dos resultados de estudos dos impactos potenciais da mudança do clima sobre os ecossistemas **com a participação da sociedade civil**;

Propostas de Síntese

10 - Aplicar, apoiar e encaminhar obrigatoriamente para a utilização, nos instrumentos de planejamento territorial, a exemplo do Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE, os resultados de estudos dos impactos potenciais da mudança do clima sobre os ecossistemas, com a participação da sociedade civil;

Texto Original

Fomentar atividades e projetos que avaliem os impactos da mudança do clima sobre a biodiversidade;

Destaques**Aditiva**

AM - Fomentar **e divulgar as** atividades e projetos que avaliem os impactos da mudança do clima sobre a biodiversidade;

Propostas de Síntese

11 - Fomentar e divulgar as atividades e projetos que avaliem os impactos da mudança do clima sobre a biodiversidade;

Texto Original

Gerenciar a conservação dos recursos naturais em resposta à variabilidade climática como forma de preparação para as mudanças abruptas no clima;

Destaques**Supressão Total da Proposta**

DF - Supressão Total da Proposta

GO - Supressão Total da Proposta

MG - Supressão Total da Proposta

PB - 2.6.10 Gerenciar a conservação dos recursos naturais em resposta à variabilidade climática como forma de preparação para as mudanças abruptas no clima; (repetido com o item 2.6.7). **Supressão Total da Proposta**

RO - Supressão total da proposta

SC - Supressão Total da Proposta

Propostas de Síntese

12 - Supressão Total da Proposta

Texto Original

Elaborar e implementar plano de ação para ampliar a cobertura e representatividade e melhorar a implementação de unidades de conservação;



Destaques

Substitutiva

CE - Elaborar e implementar **plano de ação para ampliar a cobertura e representatividade e melhorar a implementação e executar com eficiência os Planos de Manejo das unidades de conservação existentes;**

SC - Elaborar e **implementar** plano de ação para ampliar a cobertura e representatividade e melhorar a **implementação consolidação das** unidades de conservação;

Aditiva

MS - 2.6.11 Elaborar e implementar plano de ação para ampliar a cobertura e representatividade e melhorar a implementação de unidades de conservação e **incentivar ações de reflorestamento de áreas degradadas às margens dos córregos e rios**

Propostas de Síntese

13 - Elaborar e implementar plano de ação para ampliar a cobertura, representatividade e melhorar a implementação, consolidação e execução dos Planos de Manejo das unidades de conservação existentes, incentivando ações de reflorestamento de áreas degradadas às margens dos córregos e rios;

Texto Original

Consolidar as unidades de conservação já criadas, melhorando a implementação dessas áreas e permitindo o atendimento de seus objetivos de criação;

Destaques

Supressão Total da Proposta

SC - Supressão Total da Proposta

Aditiva

PA - Consolidar as unidades de conservação já criadas, melhorando **e monitorando** a implementação dessas áreas e permitindo o atendimento de seus objetivos de criação;

PR - **Proteger e consolidar** as unidades de conservação já criadas, **e terras indígenas** melhorando a implementação dessas áreas e permitindo o atendimento de seus objetivos de criação;

SE - Consolidar as unidades de conservação já criadas, **acelerando a regularização fundiária e implementação de instrumentos básicos de gestão como o plano de manejo e conselho gestor** melhorando a implementação dessas áreas e permitindo o atendimento de seus objetivos de criação;

Propostas de Síntese

14 - Supressão Total da Proposta

15 - Proteger e consolidar as unidades de conservação já criadas e terras indígenas, acelerando a regularização fundiária e implementação de instrumentos básicos de gestão como o plano de manejo e conselho gestor, melhorando e monitorando a implementação dessas áreas e permitindo o atendimento de seus objetivos de criação;

Texto Original

Estudar e promover instrumentos socioeconômicos sobre pagamento de serviços ambientais às comunidades tradicionais;

Destaques

Supressão Total da Proposta

SC - Supressão Total da Proposta

Supressão Parcial

RS - Estudar e promover instrumentos socioeconômicos sobre pagamento de serviços ambientais **às comunidades tradicionais;**

Substitutiva

AM - **Estudar e Promover a compensação instrumentos socioeconômicos sobre** pelo pagamento de serviços ambientais às comunidades tradicionais, **caboclos, mestiços e afro-descendentes;**

SE - **Estudar e promover** **Implementar** instrumentos socioeconômicos sobre pagamento de serviços ambientais às comunidades tradicionais;

Propostas de Síntese

16 - Supressão Total da Proposta

17 - Estudar, implementar e promover instrumentos socioeconômicos sobre pagamento de serviços ambientais às comunidades tradicionais, caboclos, mestiços e afro-descendentes;

Texto Original

Fomentar a criação de políticas públicas que contribuam para a conservação de áreas úmidas reconhecidas mundialmente, como é o caso do Pantanal brasileiro;

Destaques

Supressão Parcial

RS - Fomentar a criação de políticas públicas que contribuam para a conservação de áreas úmidas **reconhecidas mundialmente**, como é o caso do Pantanal brasileiro;

Aditiva

AL - Fomentar a criação de políticas públicas que contribuam para a conservação de áreas úmidas **reconhecidas mundialmente**, como é o caso do Pantanal **matogrossense** brasileiro;

PR - Fomentar a criação de políticas públicas que contribuam para a conservação de áreas úmidas reconhecidas mundialmente, como é o caso do Pantanal brasileiro **e áreas de várzeas**;

TO - Fomentar a criação de políticas públicas que contribuam para a conservação de áreas úmidas reconhecidas mundialmente, como é o caso do Pantanal brasileiro **e a Ilha do Bananal**;

Propostas de Síntese

18 - Fomentar a criação de políticas públicas que contribuam para a conservação de áreas úmidas, como é o caso do Pantanal matogrossense brasileiro, áreas de várzeas e a Ilha do Bananal;

Texto Original

Promover a gestão integrada entre os ecossistemas aquáticos continentais e os costeiros;

Destaques**Aditiva**

SE - Promover a gestão **participativa e** integrada entre os ecossistemas aquáticos continentais e os costeiros;

Propostas de Síntese

19 - Promover a gestão participativa e integrada entre os ecossistemas aquáticos continentais e os costeiros;

Texto Original

Incorporar critérios de vulnerabilidade à mudança do clima nas revisões futuras das listas de espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção.

Não existem destaques.

Não existem propostas de Síntese.

Texto Original

Implementar as recomendações indicadas para as Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira que têm relação direta com os efeitos das mudanças climáticas;

Destaques**Supressão Parcial**

RS - Implementar as recomendações indicadas para as Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira **que têm relação direta com os efeitos das mudanças climáticas**;

Aditiva

MG - Implementar, **em caráter de urgência**, as recomendações indicadas para as Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira que têm relação direta com os efeitos das mudanças climáticas;

Propostas de Síntese

20 - Implementar, em caráter de urgência, as recomendações indicadas para as Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira que têm relação direta com os efeitos das mudanças climáticas;

Texto Original

Fomentar estudos e ações nos territórios da Reserva da Biosfera, Mosaicos, Corredores Ecológicos e demais áreas protegidas como proposição de alternativas de áreas de escape e espaços para adaptação as mudanças do clima;

Destaques**Aditiva**

AM - Fomentar **e divulgar** estudos e ações nos territórios da Reserva da Biosfera, Mosaicos, Corredores Ecológicos e demais áreas protegidas como proposição de alternativas de áreas de escape e espaços para adaptação as mudanças do clima;

Propostas de Síntese

21 - Fomentar e divulgar estudos e ações nos territórios da Reserva da Biosfera, Mosaicos, Corredores Ecológicos e demais áreas protegidas como proposição de alternativas de áreas de escape e espaços para adaptação as mudanças do clima;

Texto Original

Manter e restaurar a conexão entre rios e áreas úmidas adjacentes;



Não existem destaques.

Não existem propostas de síntese.

Texto Original

Reduzir as ações de conversão de ecossistemas costeiros para atividades de aquicultura;

Destaques

Aditiva

MS - 2.6.20 Não Reduzir as ações de conversão de ecossistemas costeiros para atividades de aquicultura, desde que tenha acompanhamento do departamento municipal de meio ambiente do município e desenvolver técnicas para a maior produtividade aos pequenos produtores rurais.

PB - 2.6.20 Reduzir as ações de conversão de ecossistemas costeiros para atividades de aquicultura, construções civis e outras.

Propostas de Síntese

22 - Não Reduzir as ações de conversão de ecossistemas costeiros para atividades de aquicultura, desde que tenha acompanhamento do departamento municipal de meio ambiente e desenvolver técnicas para a maior produtividade aos pequenos produtores rurais.

23 - Reduzir as ações de conversão de ecossistemas costeiros para atividades de aquicultura, construções civis e outras.

Texto Original

Estabelecer um sistema e rede de monitoramento e alerta precoce de impactos da mudança do clima sobre a biodiversidade, com participação da academia e da sociedade;

Destaques

Supressão Parcial

SC - Estabelecer um sistema e rede de monitoramento e alerta **precoce** de impactos da mudança do clima sobre a biodiversidade, com participação da academia e da sociedade;

Aditiva

RS - Estabelecer um sistema e rede de monitoramento e alerta precoce de impactos da mudança do clima sobre a biodiversidade, com participação da academia e da sociedade, o qual deve ter a participação direta das comunidades tradicionais envolvidas;

Propostas de Síntese

24 - Estabelecer um sistema e rede de monitoramento e alerta de impactos da mudança do clima sobre a biodiversidade, com participação da academia e da sociedade, o qual deve ter a participação direta das comunidades tradicionais envolvidas;

Texto Original

Promover maior capacitação dos gestores públicos para a conservação dos ecossistemas brasileiros face aos impactos das mudanças climáticas;

Destaques

Substitutiva

RR - Promover maior capacitação dos gestores **e servidores** públicos **do quadro efetivo** para a conservação dos ecossistemas brasileiros face aos impactos das mudanças climáticas.

Aditiva

RO - Promover maior capacitação dos gestores públicos **e sociedade civil** para a conservação dos ecossistemas brasileiros face aos impactos das mudanças climáticas;

SC - Promover maior capacitação dos gestores públicos **e conselheiros** para a conservação dos ecossistemas brasileiros face aos impactos das mudanças climáticas;

Propostas de Síntese

25 - Promover maior capacitação dos gestores e servidores públicos, sociedade civil e conselheiros para a conservação dos ecossistemas brasileiros face aos impactos das mudanças climáticas;

Texto Original

Ampliar ações integradas de prevenção, erradicação e controle de espécies exóticas invasoras que impactam o meio ambiente, a biodiversidade, a agricultura e a saúde humana.

Destaques

Substitutiva

RS - **Ampliar Efetivar** ações integradas de prevenção, erradicação e controle de espécies exóticas invasoras que impactam o meio ambiente, a biodiversidade, a agricultura e a saúde humana.

Propostas de Síntese

26 - Efetivar ações integradas de prevenção, erradicação e controle de espécies exóticas invasoras que impactam o meio ambiente, a biodiversidade, a agricultura e a saúde humana;

Texto Original

Nova Proposta

Destaques

Substitutiva

PA - Apoiar a criação de Unidades de Conservação na Zona Costeira, e Marinha e **Continental**.

PA - Apoiar a criação de Unidades de Conservação na Zona Costeira, e Marinha e **Continental**.

PA - Apoiar a criação de Unidades de Conservação na Zona Costeira, e Marinha e **Continental**.

Aditiva

AC - Programa de Preservação das matas ciliares

AC - Promover políticas de Monitoramento no combate à biopirataria, preservando assim os ecossistemas naturais.

AC - Garantir recursos para a implementação dos planos de manejo das Reservas Extrativistas.

Aprovada

AL - **Incentivar e criar novas Unidades de Conservação (em níveis federal, estaduais, municipais e/ou particulares) da caatinga em todos os Estados onde ocorre este bioma;**

AL - **Proibir a fragmentação de ecossistemas florestais e criar corredores ecológicos em fragmentos já existentes;**

AL - **Criar novas unidades de conservação (nos níveis federal, estaduais e municipais), elaborar e executar seus planos de manejo, assim como rever as categorias de UC previstas para ser implantadas pelo programa de revitalização do rio São Francisco, visando a manutenção de populações tradicionais nas áreas;**

AM - Fortalecer a participação da sociedade civil na gestão dos ecossistemas;

AM - Garantir a prioridade da regularização fundiária nas unidades de conservação de uso sustentável e outros modelos de uso coletivo e que os governos (estadual e federal) aloquem nos orçamentos, recursos para garantir essa regularização fundiária;

AP - [Nova proposta] Estimular a criação de unidades de conservação com o objetivo de salvaguardar o bioma cerrado na Amazônia Legal

BA - Moratória para o Cerrado e Caatinga até a conclusão das pesquisas sobre os impactos ambientais em ambos os biomas.

BA - Aumentar o incentivo financeiro para a formação de Corredores Ecológicos, Projetos de Mosaicos de unidade de conservação, com o Estado, incorporando estes instrumentos em suas políticas públicas de desenvolvimento e em especial no ZEE.

BA - Subsidiar os agricultores do semi-árido brasileiro, a curto e a longo prazo, com o compromisso de permanência no campo e inclusive de reflorestar a caatinga em pelo menos 30% das áreas desmatadas.

BA - **Implantação de reservas legais contíguas às APP's, em áreas que sejam representativas da Biodiversidade, estabelecendo 50% para os biomas Cerrado e Caatinga.**

CE - Nova Proposta: Cobrar dos órgãos competentes de defesa ambiental, mais empenho no monitoramento, fiscalização e execução da lei aos causadores dos crimes ambientais, como também avaliar e divulgar essas ações nos meios de comunicação social para servir de exemplo para outros.

CE - Nova Proposta: Assegurar a manutenção dos biomas mediante a criação de unidades de conservação de proteção integral.

CE - Nova Proposta: Instalar unidades de conservação integral e de uso sustentável para ecossistema caatinga priorizando;

CE - Nova Proposta: Fomentar a criação de políticas públicas, levando em consideração pesquisas que contemple as comunidades específicas, que contribuam com a conservação de áreas úmidas, reconhecidas mundialmente, como é o caso do Pantanal brasileiro, fazendo valer a legislação vigente;

DF - Garantir uma quantidade suficiente de recursos humanos nas Unidades de Conservação, especialmente fiscais, aproveitando os antigos fiscais do IBAMA com experiência.

DF - Criar corredores ecológicos entre unidades de conservação mediante a implantação de mosaico de áreas de preservação permanente a áreas de reserva legal de propriedades rurais.

GO - Nova Proposta: Moralizar a administração das unidades de conservação já existentes, bem como criar plano de manejo para os mesmos. Agilizar o processo de indenização e desapropriação de posseiros e proprietários dentro dos limites das unidades de conservação existentes.

GO - Nova Proposta: Criar políticas que contribuam para a conservação o Cerrado como grande alimentador dos aquíferos e das águas superficiais do Brasil.

GO - Nova Proposta: Criar UCs pelos poderes públicos Federal, Estadual e Municipal e seus respectivos planos se manejos, conforme Lei, Decreto ou ato de criação, diagnosticando a necessidade de proteção integral ao uso sustentável da unidade com especial atenção às áreas de abastecimento público. Incentivar a criação de RPPNs agregando-as da reforma agrária;

MA - Agilizar a aprovação de lei federal de proteção aos babaçuais, assegurando a proibição do corte do cacho do coco;

MA - Agilizar a aprovação de lei federal de proteção aos babaçuais, assegurando a proibição do corte do cacho do coco;

Reconhecer e demarcar o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, abrangendo os estados do MA, PI, TO e BA, e desapropriar áreas vizinhas a estas nascentes;

Punir os latifundiários ou as comunidades indígenas que estão em áreas de proteção ambiental que apóiam o desmatamento florestal e nada fazem para coibir a retirada de madeira na sua propriedade de origem.

MA - Reconhecer e demarcar o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, abrangendo os estados do MA, PI, TO e BA, e desapropriar áreas vizinhas a estas nascentes;

MG - Promover a criação de corredores ecológicos como mecanismo de intercâmbio genético de espécies;

MG - Fortalecimento dos sistemas municipais e os órgãos ligados à questão ambiental para a conservação da biodiversidade;

MG - Incentivar a criação de Unidades de Conservação nas regiões Sul, Campo das Vertentes e Zona da Mata, uma vez que a mesma praticamente não existe, dificultando a conectividade com outros fragmentos florestais protegidos e a gestão em mosaico;

MG - Agilizar os processos de regularização das unidades de conservação já existentes, com estruturação de pessoal e questão fundiária.

MG - Divulgar as leis de proteção à fauna e à flora, naturais e exóticas, para que sejam cumpridas em todos os municípios.

MG - Criação de Unidade de Conservação em áreas de grande incidência de queimadas. Criação de corredores ecológicos entre Unidades de Conservação;



MG - Criar unidade de conservação (corredores ecológicos) e desenvolver leis e programas para cercar as APP's e reservas legais em propriedades que trabalham com animais que provocam impactos ambientais;

MG - Construção e manutenção de aceiro entorno do perímetro das Unidades de Conservação;

MG - Priorizar o cumprimento de abertura das Unidades de Conservação que já possuem o Plano de Manejo para exploração do turismo sustentável e trabalhos de Educação Ambiental com o fim de fortalecer as comunidades do entorno;

MG - Programa de apoio com inserção das comunidades locais na criação e no monitoramento das unidades de conservação;

MG - Programa de apoio com inserção das comunidades locais na criação e no monitoramento das unidades de conservação;

MS - Implantar políticas públicas para reduzir o impacto de outras ameaças, como por exemplo, fragmentação e destruição de habitat, poluição e introdução de espécies exóticas;

MS - Identificar áreas de altas prioridades ecológicas para implantação de novas Unidades de Conservação, para proteger a integridade das espécies e dos ecossistemas, com base inclusive em cenários e distribuição de espécies;

MS - Acelerar e garantir a implantação dos Corredores Ecológicos;

MS - Fortalecer ações de controle e erradicação dos caramujos africanos e do mexilhão-dourado, através dos órgãos competentes;

MS - Integrar resultados de pesquisas dentro e fora das Unidades de Conservação (UCs), incentivando também a realização de pesquisas de longa duração;

MS - Elaborar e implantar os Planos de Manejo das Unidades de Conservação;

MS - Incentivar a criação de Corredores Ecológicos utilizando as áreas de Reserva Legal de propriedades da zona rural;

MS - Identificar, incentivar e criar Unidades de Conservação da natureza (Ucs) em bacias hidrográficas, com previsão de serem utilizadas complementarmente no abastecimento público, e em áreas de relevante interesse ambiental;

MS - Facilitar a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), diminuindo a burocracia;

MS - Criar Unidades de Conservação (UCs) que preservem as nascentes de rios acima de 100km de extensão;

MS - Controlar melhor a poluição, o desmatamento e a exploração dos recursos naturais do Pantanal;

MS - Criar legislação mais restritiva para a exploração das áreas do Cerrado;

MS - Desenvolver um modelo de gestão que promova a manutenção do funcionamento ecológico do Pantanal, mantendo os pulsos de inundação que garantem a expressiva biodiversidade e a cultura da região;

MT - Criar e implementar de novas unidades de conservação divulgação destas e das já criadas anteriormente, maior fiscalização e ações que possam incentivar o ecoturismo com visitação controlada e tecnicamente acompanhada.

MT - Aumentar os tamanhos das APP's e incentivar a conexão entre as áreas, determinando prazos mínimos de isolamento destas áreas para sua recuperação.

PA - **Propor a adoção de uma Política Nacional e Estadual de Pagamento de Serviços Ambientais – PSA, com base no artigo 225, I da Constituição Federal, que dispõe sobre a preservação e restauração dos processos ecológicos essenciais e a promoção do manejo de espécies e ecossistemas e no artigo 225, § 4º da Constituição Federal, que afirma ser a Floresta Amazônica patrimônio nacional.**

PA - **Criar e implementar o plano de utilização e fortalecer os Conselhos Deliberativos das Reservas Extrativistas Marinhas e Florestais envolvendo o governo Estadual e Federal.**

PA - **Criar e implementar unidades de conservação de uso sustentável nas comunidades afro-tradicionais, quilombolas e regiões das ilhas nos Estados**

PA - **Implantar projetos de infraestrutura nas unidades de conservação (Resex, Flona), água, estradas vicinais, energia (micro centrais hidrelétricas), educação, saúde e transporte;**

PB - 2.6.24. Monitorar as áreas de preservação e conservação ambiental, garantindo a fiscalização e proteção desses espaços;

PB - 2.6.28. Criar políticas públicas orientadas à conservação, ao estudo e identificação de espécies ainda não conhecidas do bioma caatinga;

PB - 2.6.31. Mapear, a partir dos levantamentos existentes, as áreas com potencial produtivo (florestal e mineral) para criação de unidades de conservação de uso sustentável;

PB - 2.6.36. Que o CONAMA e o MMA criem indicativos que regulem a utilização dos recursos naturais, do extrativismo para condicionar o repasse de recursos do FNMA, ou de outras fontes ligadas ao MMA;

PB - 2.6.49. Fortalecer políticas públicas voltadas para a convivência com o semi-árido;

PB - 2.6.54. Catalogar, catalogação, publicação e proteção do ecossistema cavernícola (cavernas) localizado na zona da mata paraibana, bem como reflorestamento com vegetação nativa na área onde a caverna está inserida;

PB - 2.6.55. Catalogar, catalogação, publicação e proteção do ecossistema cavernícola (cavernas) localizado na zona da mata paraibana, bem como reflorestamento com vegetação nativa na área onde a caverna está inserida;

PB - 2.6.59. Criar RESEX (Reserva Extrativistas) nos municípios, ou seja Unidade de Conservação de Uso Sustentável;

PB - 1.1.47. Ampliar a criação de áreas de preservação no Bioma caatinga;

PB - 1.1.58. Criar corredores ecológicos ao longo dos rios e entre reservatórios e áreas de preservação;

PB - 1.1.60. Criar parques ecológicos na caatinga;

PB - 1.1.60. Criar parques ecológicos na caatinga;

PB - 1.1.63. Instituir programas e novos incentivos para estimular a criação de RPPN's (Reservas Particulares do Patrimônio Natural por Proprietários Rurais, incluindo apoio no processo de implantação da reserva);

PB - 1.1.72. Estimular a criação de animais silvestres para fins de equilíbrio ambiental;

PB - 1.2.19. Implantação de práticas que visem à conservação e preservação, bem como o manejo sustentável do ecossistema Caatinga, atendendo sempre às exigências e necessidades da população;

PB - 1.2.22. Criação de reservas extrativistas e biológicas como forma de promover a sustentabilidade do bioma caatinga, sua preservação e o eco turismo;

PB - 1.2.24. Revitalização das bacias hidrográficas (matas ciliares) da região áridas com vistas a diminuir o assoreamento;

PB - 1.2.26. Orientação técnica mais efetiva em relação ao manejo sustentável da caatinga e sua capacidade de suporte;

PI - **[Nova Proposta]** Fortalecer a Conferência Nacional de Meio Ambiente, tornando esta, um fórum consultivo e deliberativo.

PI - **[Nova Proposta]** Cumprir e fazer cumprir a legislação ambiental vigente, bem como a Constituição Nacional.

PI - **[Nova Proposta]** Divulgar e incentivar os criadouros comerciais, conservacionistas e amadorísticos.

PR - Nova Proposta **Incentivar programas para a recuperação de áreas úmidas com objetivo de preservar a fauna e a flora ali existente;**

PR - Nova Proposta **Fomentar programa de controle de espécies invasoras para fauna e flora, visando à manutenção e recuperação da biodiversidade local;**

PR - Nova Proposta Incentivar a formação de viveiros de espécies da flora nativas e de macro e microzoologia para atender à restauração ou recuperação de áreas degradadas e arborização das áreas urbanas e rurais;

PR - Iniciar o processo de regularizar fundiária das Unidades de Conservação Federais já decretadas e não implementadas, valorizando a conservação da formação de campos naturais;

PR - Conservar as florestas já existentes, ampliar as áreas de reserva natural, parques e unidades de conservação e a recuperação dos campos nativos e áreas degradadas:

- pela introdução de biotecnologia;

- por meio da criação de áreas protegidas em conjunto com a adoção de medidas e/ou investimentos que solucionem os impactos sócios e econômicos das populações existentes nessas áreas e entornos;

intensificando a fiscalização contra o desmatamento, disponibilizando recursos humanos em quantidade e qualidade suficientes;

PR - Nova Proposta Não utilizar áreas de preservação permanente já regeneradas ou preservadas;

RJ - Divulgar os serviços ambientais fornecidos por áreas protegidas como mecanismos de incentivo a ampliação/criação de outras novas áreas particulares ou públicas e, nas já existentes elaborar e implantar planos de manejo com a participação da comunidade do entorno;

RJ - Criar e executar projetos de restauração dos biomas Caatinga e Cerrado;

RN - Fortalecer os mecanismos de fiscalização e preservação sobre as áreas de interesse espeleológico (grutas e cavernas).

RN - Criar e implementar um plano estratégico pela preservação da caatinga.

RN - Criar linha de crédito e fomentar parcerias para custear a averbação das reservas legais e dos planos de manejo adequados à realidade local.

RN - Incentivar a criação de Unidades de Conservação da natureza no bioma Caatinga, em especial nas áreas em processo de desertificação e nas Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASDs).

RN - Elaborar e implantar um programa de manejo, uso e conservação da biodiversidade, baseado na preservação e implantação e/ou manutenção de bancos de sementes para trocas, resgate de plantas nativas e conhecimentos populares.

RN - Criar unidades de conservação (UCs) nas áreas em processo de desertificação.

RN - Agilizar a criação e implementação da Política Nacional de Combate à Desertificação incluindo: Conselho Nacional de Combate à Desertificação; Fundo Nacional; Secretaria Executiva; Coordenadoria Técnica, Seminário Nacional de Combate à Desertificação; Comitê de Revisão da Implementação; Comitê de Inovação Tecnológica voltado para o enfrentamento do combate à desertificação.

RN - Atualizar e implementar o plano estratégico para a preservação da mata atlântica.

RN - Criar mecanismos de preservação dos ecossistemas lacustres, bem como estabelecer suas zonas de amortecimento.

RO - [Nova Proposta] Criar e implementar programas de auto sustentabilidade nos entornos das reservas por órgãos de projetos florestais, estaduais e municipais, com orçamento, com fins de proteção de UC e terras indígenas;

RO - [Nova Proposta] Criar e implementar programas de auto sustentabilidade nos entornos das reservas por órgãos de projetos florestais, estaduais e municipais, com orçamento, com fins de proteção de UC e terras indígenas;

RS - Fomentar a criação de políticas públicas que contribuam para a conservação de biomas em risco, como o Bioma Pampa;

RS - Incentivar políticas de ação integradora e de inserção da comunidade de entorno das unidades de conservação, fomentando o conhecimento e apropriação simbólica da área pela comunidade;

SC - Nova Proposta - Elevar o percentual do território brasileiro legalmente protegido, através da criação de novas UCs naquelas zonas prioritárias à conservação da biodiversidade, assim como de corredores ecológicos que permitam integrar as diferentes áreas legalmente protegidas.

SC - Nova Proposta - Acelerar o processo de regulamentação da Lei da Mata Atlântica que prevê, dentre outros dispositivos, a criação de instrumentos de apoio e incentivo financeiro aos proprietários de remanescentes de florestas nativas (princípio do “conservador/recebedor”), além das áreas de reserva legal e de preservação permanente previstas em lei.

SC - Nova Proposta - Garantir a proteção dos remanescentes da mata atlântica.

SC - Nova Proposta - Promover a preservação e a conservação de áreas naturais, assim como a recuperação de áreas degradadas, por meio de políticas públicas de incentivos e da sensibilização das comunidades.

SC - Nova Proposta - Implantar, efetivamente as UC's de proteção integral e de uso sustentável já existentes, dando condições de gestão participativa e viabilizando os recursos e mecanismos necessários à regularização fundiária, planos de manejo, conselhos gestores, etc.

SC - Nova Proposta - Aprovar e implementar a Política Nacional de pagamento por serviços ambientais que está sendo elaborada no âmbito do MMA, assim como o PL que institui o Programa Nacional de compensação por serviços ambientais que tramita pelo Congresso Nacional, visando fomentar projetos e ações de recuperação, preservação e uso sustentável de recursos naturais, de modo a beneficiar pequenos agricultores ou integrantes de comunidades tradicionais.

SC - Nova Proposta - Proibir a retirada de seixos rolados de leito de rios, a fim de manter a condição natural dos cursos d'água.

SC - Nova Proposta - Fazer cumprir as exigências legais de os responsáveis pela degradação repararem os danos causados ao meio ambiente, por meio de ações de restauração e ou recuperação.

SP - Incentivar a regularização, implementação e estudos técnicos para zoneamento de Unidades de Conservação.

SP - O poder público deve viabilizar um Plano Nacional de Proteção e Defesa da Fauna e Flora, nas diferentes esferas governamentais, por meio de programas e projetos voltados à preservação de espécies, frente às Mudanças Climáticas;

SP - A fauna deve ser protegida por meio de programas de preservação e recuperação da cobertura vegetal nativa, realizados pelo poder público em parceria com a sociedade civil.

SP - Implantação imediata de Mosaicos de UC's e Reservas Legais, viabilizando a preservação, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais nos Biomas Brasileiros, em especial o Amazônico e o Pantanal.

SP - Intensificar o controle de espécies exóticas invasoras na Zona Costeira e Marinha estabelecendo o monitoramento e mecanismos de controle e erradicação através de fundos, programas e políticas públicas.

SP - Agenda 21 - Estabelecer formas legais para que as RPPNs e áreas preservadas possam ser negociadas no mercado de crédito de carbono;

SP - O Poder Público deve implantar um Plano Nacional de Proteção à Biodiversidade, por meio de programas e projetos voltados à preservação de espécies, nas diferentes esferas do governo, frente às mudanças climáticas.

SP - Relatório minucioso da situação atual do de todos os ecossistemas brasileiro com posterior elaboração de um ZEE (Zoneamento Ecológico-Econômico), – congelamento das áreas que ainda são remanescentes de florestas que de áreas degradadas, para planejamento de correção.

SP - Incentivar estudos e implementação de corredores ecológicos e cinturões verde.

SP - Implantação imediata de Mosaicos de UC's e Reservas e sua fiscalização, viabilizando a Preservação, conservação e o Uso Sustentável dos recursos naturais nos Biomas Brasileiros.



SP - Implantar unidade de conservação em locais identificados e classificados como de importância ambiental devido a suas características físicas, biológicas, paisagísticas, entre outras;

SP - Agenda 21 - Estabelecer formas legais para que as RPPNs e áreas preservadas possam ser negociadas no mercado de crédito de carbono;

SP - Agenda 21 - Incentivar linhas de financiamentos e programas de incentivo fiscal para projetos de recuperação e pesquisa da biodiversidade (aprovação do Projeto de Lei do Imposto de Renda Ecológico);

SP - O Poder Público deve estimular e ampliar a implantação de unidades de conservação, públicas ou privadas.

TO - Fomentar a criação de políticas públicas que contribuam para a conservação do Bioma do Cerrado.

TO - Promover o manejo, recuperação e conservação das áreas vulneráveis, tais como a região do Jalapão e da ilha do Bananal.

TO - Respeitar os prazos estabelecidos para implementação dos planos de manejo das Unidades de Conservação.

TO - Aumentar o efetivo humano e infra-estrutura para os órgãos de proteção ambiental.

Propostas de Síntese

27 - Fomentar a criação de políticas públicas e agilizar ações que contribuam para conservação e restauração dos biomas brasileiros, como a criação de Unidades de Conservação, com orientação técnica ao manejo sustentável, e instituir moratória para o Cerrado e Caatinga até a conclusão das pesquisas sobre os impactos ambientais em ambos os biomas, atendendo sempre às exigências e necessidades da população.

28 - Agilizar a criação e implementação da Política Nacional de Combate à Desertificação, incluindo: Conselho Nacional de Combate à Desertificação; Fundo Nacional; Secretaria Executiva; Coordenadoria Técnica, Seminário Nacional de Combate à Desertificação; Comitê de Revisão da Implementação; Comitê de Inovação Tecnológica voltado para o enfrentamento do combate à desertificação, fortalecendo iniciativas públicas voltadas para a convivência com o semi-árido, incluindo subsídios aos agricultores, com o compromisso de permanência no campo.

29 - Fazer a catalogação, publicação e proteção do ecossistema cavernícola (cavernas), bem como reflorestamento com vegetação nativa na área onde a caverna está inserida, fortalecendo os mecanismos de fiscalização e preservação espeleológico.

30 - Propor a adoção de políticas nacionais de pagamento e compensação por serviços ambientais – PSA, com base no artigo 225, I da Constituição Federal, visando fomentar projetos e ações de recuperação, preservação e uso sustentável de recursos naturais, de modo a beneficiar preferencialmente pequenos agricultores ou integrantes de comunidades tradicionais e povos indígenas incluindo serviços ambientais fornecidos por áreas protegidas.

31 - Criar mecanismos e desenvolver programas de proteção e restauração de Áreas de Preservação Permanente – APP, não utilizando as áreas de preservação permanente já regeneradas ou preservadas, assim como garantir a sua recuperação, por meio de políticas públicas de incentivos e da sensibilização das comunidades.

32 - Agilizar a aprovação de lei federal de proteção aos babaçuais, assegurando a proibição do corte do cacho do coco.

33 - Fomentar a criação de políticas públicas e desenvolver modelo de gestão que promova a manutenção do funcionamento ecológico de áreas úmidas, mantendo os pulsos de inundação que garantem a expressiva biodiversidade e a cultura da região, levando em consideração pesquisas que contemplem as comunidades locais, contribuindo com a conservação de áreas úmidas, reconhecidas mundialmente, como é o caso do Pantanal brasileiro.

34 - Acelerar a criação e garantir a implementação de corredores ecológicos, como mecanismo de intercâmbio genético de espécies, entre unidades de conservação mediante a implantação de mosaicos de áreas de preservação permanente a áreas de reserva legal de propriedades rurais e, ao longo dos rios e entre reservatórios, proibindo a fragmentação de ecossistemas.

35 - Elevar o percentual do território brasileiro legalmente protegido por meio da criação e implementação de Unidades de Conservação, diagnosticando a necessidade de proteção integral ou uso sustentável da unidade, de acordo com mapeamento, dando condições de gestão participativa e viabilizando os recursos e mecanismos necessários à regularização fundiária, planos de manejo, conselhos gestores, estudos técnicos para zoneamento, monitoramento e fiscalização.

36 - Criar e implementar o plano de utilização e fortalecer os Conselhos Deliberativos das Reservas Extrativistas Marinhas e Florestais envolvendo o governo Estadual e Federal, nas comunidades afro-tradicionais, quilombolas e regiões de ilhas.

37 - Incentivar políticas de ação integradora e de inserção da comunidade de entorno das unidades de conservação e fortalecer a participação da sociedade civil na gestão dos ecossistemas, assim como, os sistemas municipais e órgãos ligados à questão ambiental, para a conservação da biodiversidade.

38 - Facilitar a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), através de programas de incentivos e estabelecer formas legais para que sejam negociadas no mercado de carbono.

39 - Reconhecer e demarcar o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, abrangendo os estados do MA, PI, TO e BA, e desapropriar áreas vizinhas a estas nascentes.

40 - Incentivar a criação de Unidades de Conservação nas regiões Sul, Campo das Vertentes e Zona da Mata, uma vez que a mesma praticamente não existe, dificultando a conectividade com outros fragmentos florestais protegidos e a gestão em mosaico.

41 - Implantar políticas públicas para reduzir o impacto de ameaças, como fragmentação, destruição e poluição de habitat e fortalecer programas e ações de controle e erradicação introdução de espécies exóticas, como caramujo

africano e mexilhão-dourado, estabelecendo o monitoramento e políticas públicas, por meio de fundos e órgãos competentes, visando a manutenção e recuperação da biodiversidade;

42 - Criar indicativos que regulem a utilização dos recursos naturais, do extrativismo para condicionar o repasse de recursos do FNMA, ou de outras fontes ligadas ao MMA;

43 - Elaborar e implantar um programa de manejo, uso e conservação da biodiversidade, desenvolvido pelo poder público, em parceria com a sociedade civil, e viabilizar um Plano Nacional de Proteção e Defesa da Fauna e Flora, nas diferentes esferas governamentais, baseado na preservação, implantação incluindo a manutenção de bancos de sementes para trocas, resgate de plantas nativas e conhecimentos populares.

44 - Acelerar o processo de regulamentação da Lei da Mata Atlântica e atualizar e implementar o plano estratégico para a preservação do bioma, garantindo a proteção dos remanescentes.

45 - Promover o manejo, recuperação e conservação das áreas vulneráveis, tais como a região do Jalapão e da ilha do Bananal.



Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

Texto Original

Fortalecer a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais – Rede Clima, coordenada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT;

Destaques

Substitutiva

RS Fortalecer a Prover incentivos à Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais – Rede Clima, coordenada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT;

Aditiva

AC - Fortalecer as Redes Brasileiras **existentes** de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais – **por exemplo a** Rede Clima, coordenada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT;

PA - Fortalecer **e ampliar** a Rede Brasileira de Pesquisas, **e estudos na Amazônia**, sobre Mudanças Climáticas Globais – Rede Clima, coordenada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT;

PR - Fortalecer a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais – Rede Clima, coordenada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT, **com a participação integrada dos setores de pesquisa, da sociedade civil organizada, setores empresarial e governamental com ampla divulgação de informações em linguagem acessível à coletividade;**

TO - Fortalecer a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais – Rede Clima, **além de criar núcleos regionais geográficos que trabalhem de maneira integrada a rede nacional**, coordenada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT;

Propostas de Síntese

1 - Incentivar, fortalecer a e ampliar as redes brasileiras existentes de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais – Rede Clima, coordenada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT, com a participação integrada dos setores de pesquisa, da sociedade civil organizada, setores empresarial e governamental com ampla divulgação de informações em linguagem acessível à coletividade; além de criar núcleos regionais geográficos que trabalhem de maneira integrada à rede nacional.

Texto Original

Desenvolver pesquisas e estudos no sentido de obter informações sobre fatores de emissão e níveis de atividades dos setores para aperfeiçoar a elaboração do inventário brasileiro de emissões de gases de efeito estufa;

Destaques

Supressão Total da Proposta

CE - Desenvolver pesquisas e estudos no sentido de obter informações sobre fatores de emissão e níveis de atividades dos setores para aperfeiçoar a elaboração do inventário brasileiro de emissões de gases de efeito estufa; **Supressão Total da Proposta;**

Substitutiva

RS - Desenvolver Incentivar **o desenvolvimento de** pesquisas e estudos no sentido de obter informações sobre fatores de emissão e níveis de atividades dos setores para aperfeiçoar a elaboração do inventário brasileiro de emissões de gases de efeito estufa;

Aditiva

AM - Desenvolver pesquisas e estudos no sentido de obter informações sobre fatores de emissão e níveis de atividades dos setores para **intervir e** aperfeiçoar a elaboração do inventário brasileiro de emissões de gases de efeito estufa;

MA - Desenvolver pesquisas e estudos no sentido de obter informações sobre fatores de emissão (**gases e particulados**) em níveis de atividades dos **diversos** setores **produtivos** para aperfeiçoar a elaboração do inventário brasileiro de emissões de gases de efeito estufa;

SP - Desenvolver pesquisas e estudos no sentido de obter informações sobre fatores de emissão e níveis de atividades dos setores para aperfeiçoar a elaboração do inventário brasileiro de emissões de gases de efeito estufa. **Incentivar a elaboração de inventários estaduais e municipais de emissões atmosféricas, destinando recursos financeiros para esta ação;**

Propostas de Síntese

2 - Supressão Total da Proposta.

3 - Incentivar o desenvolvimento de pesquisas e estudos no sentido de obter informações sobre fatores de emissão e níveis de atividades dos diversos setores produtivos para intervir e aperfeiçoar a elaboração do inventário brasileiro de emissões de gases de efeito estufa. Incentivar a elaboração de inventários de emissões atmosféricas, destinando recursos financeiros para esta ação.

Texto Original

Desenvolver pesquisas e estudos em áreas de tecnologia que visem a mitigação das emissões de gases de efeito estufa ou monitoramento dessas emissões;

Destaques

Substitutiva

MA - **Incentivar o desenvolvimento de Desenvolver** pesquisas e estudos **tecnológicos em áreas de tecnologia** que visem a mitigação das emissões de gases de efeito estufa **ou e** monitoramento dessas emissões;



Aditiva

AC - Desenvolver pesquisas e estudos em áreas de tecnologia que visem a mitigação das emissões de gases de efeito estufa **especialmente para queimadas de florestas** ou monitoramento dessas emissões;

CE - Desenvolver pesquisas e estudos em áreas de tecnologia que visem a mitigação das emissões de gases de efeito estufa, **durante a produção (processamento)** ou monitoramento dessas emissões;

DF - Desenvolver pesquisas e estudos em áreas de tecnologia que visem a mitigação das emissões de gases de efeito estufa ou monitoramento dessas emissões **e o desmatamento florestal**;

ES - Desenvolver **Promover o incentivo de** pesquisas e estudos em áreas de tecnologia que visem a mitigação das emissões de gases de efeito estufa ou monitoramento dessas emissões;

PA - Desenvolver pesquisas e estudos **na Amazônia**, em áreas de tecnologia que visem a mitigação das emissões de gases de efeito estufa ou monitoramento dessas emissões;

RO - Desenvolver pesquisas e estudos em áreas de tecnologia que visem a mitigação das emissões de gases de efeito estufa ou monitoramento dessas emissões **TENDO COMO BASE O PROTOCOLO DE KYOTO**;

RS - Desenvolver pesquisas e estudos em áreas de tecnologia que visem à mitigação das emissões de gases de efeito estufa ou monitoramento dessas emissões, **bem como estudos da criação de instrumentos jurídicos que punam as grandes emissões**;

SE - Desenvolver pesquisas e estudos em áreas de tecnologia que visem a mitigação das emissões de gases de efeito estufa ou monitoramento dessas emissões **incentivando, inclusive financeiramente, as estações hidrometeorológicas estaduais e regionais, atuando em Rede**;

Propostas de Síntese

4 - Incentivar e desenvolver pesquisas e estudos tecnológicos que visem a mitigação das emissões de gases de efeito estufa, especialmente para queimadas de florestas e monitoramento dessas emissões, bem como criar instrumentos jurídicos que punam as grandes emissões e incentivar, inclusive financeiramente, as estações hidrometeorológicas estaduais e regionais.

Texto Original

Fomentar atividades e projetos direcionados à construção de indicadores que possibilitem estabelecer estratégias de monitoramento da mudança do clima e da implementação de medidas mitigadoras e de adaptação;

Destaques

Substitutiva

CE - ~~Fomentar atividades e projetos direcionados à construção de indicadores que possibilitem estabelecer estratégias de monitoramento da mudança do clima e da implementação de~~ **Implementar** medidas mitigadoras e de adaptação;

MA - Fomentar atividades e projetos direcionados à **identificação construção** de indicadores **ambientais** que possibilitem estabelecer estratégias de monitoramento da mudança do clima e da implementação de medidas mitigadoras e de adaptação;

Aditiva

DF - Fomentar atividades e projetos direcionados à construção de indicadores **regionais e determinação de padrões e parâmetros** que possibilitem estabelecer estratégias de monitoramento da mudança do clima e da implementação de medidas mitigadoras e de adaptação **que respeitem a vocação ambiental da área**;

MS - 3.1.4 Fomentar atividades e projetos direcionados à construção de indicadores que possibilitem estabelecer estratégias de monitoramento da mudança do clima e da implementação de medidas mitigadoras e de adaptação **e aumentar o efetivo de fiscalização e capacitação, desenvolvendo cursos para os moradores da região**

PI - 03.01.04 - Fomentar atividades e projetos direcionados à construção de indicadores que possibilitem estabelecer estratégias de monitoramento da mudança do clima e da implementação de medidas **preventivas** mitigadoras e de adaptação;

Propostas de Síntese

5 - Fomentar atividades e projetos direcionados à identificação de indicadores ambientais regionais e determinação de padrões e parâmetros que possibilitem estabelecer estratégias de monitoramento da mudança do clima e implementar medidas de mitigadoras e de adaptação que respeitem a vocação ambiental da área, aumentar a fiscalização e capacitação, desenvolvendo cursos para os moradores da região.

Texto Original

Estimular estudos bio-geográficos que incluam predições de ocorrência de espécies em associação à mudança do clima, pelo uso de Sistemas de Informação Georreferenciados;

Destaques

Substitutiva

AC - Estimular estudos bio-geográficos que incluam predições de ocorrência de espécies em associação à mudança do clima, **por exemplo o SIG, pelo uso de Sistemas de Informação Georreferenciados**

AL - Estimular estudos ~~bio-geográficos~~ **biogeográficos e genéticos** que incluam predições de ocorrência de espécies em associação à mudança do clima, pelo uso de Sistemas de Informação Georreferenciados;

PA - Estimular **Fomentar** estudos bio-geográficos **continentais e costeiros** que incluam predições de ocorrência de espécies em associação à mudança do clima, pelo uso de Sistemas de Informação Georreferenciados;

PR - Estimular estudos bio-geográficos que incluam predições de ocorrência de espécies em associação à mudança do clima, pelo uso ~~de Sistemas de Informação Georreferenciados;~~ **de dados georreferenciados e sistemas de informações geográficas (SIG), com a participação integrada dos setores de pesquisa, da sociedade civil organizada, setores empresarial e governamental com ampla divulgação de informações em linguagem acessível à coletividade**; - **RS**

Estimular Desenvolver estudos bio-geográficos que incluam predições de ocorrência de espécies em associação à mudança do clima, pelo uso de Sistemas de Informação Georreferenciados;



SC - Estimular estudos bio-geográficos **que incluam para** predições de ocorrência de espécies **em associação associadas** à mudança do clima, pelo uso de Sistemas de Informação Georreferenciados;

Aditiva

AM - Estimular estudos bio-geográficos que incluam predições de ocorrência de espécies em associação à mudança do clima, pelo uso de Sistemas de Informação Georreferenciados **dando ênfase ao bioma amazônico**;

MS - 3.1.5 Estimular estudos bio-geográficos que incluam predições de ocorrência de espécies **de flora e fauna** em associação à mudança do clima, pelo uso de Sistemas de Informação Georreferenciados;

Propostas de Síntese

6 - Fomentar e estimular estudos biogeográficos e genéticos, continentais e costeiros, que incluam predições de ocorrência de espécies de flora e fauna associadas à mudança do clima, pelo uso de dados georreferenciados e sistemas de informações geográficas (SIG), com a participação integrada dos setores de pesquisa, da sociedade civil organizada, setores empresarial e governamental com ampla divulgação de informações em linguagem acessível à coletividade;

Texto Original

Prover incentivos, inclusive financeiros, para as pesquisas relacionadas aos impactos potenciais e atuais da mudança do clima;

Destaques

Supressão Parcial

SC - Prover incentivos, **inclusive** financeiros, para as pesquisas relacionadas aos impactos **potenciais e atuais** da mudança do clima;

Substitutiva

AM - Prover incentivos, **inclusive principalmente** financeiros, para as pesquisas relacionadas aos impactos **ambientais das atividades desenvolvidas e focos prioritários** potenciais e atuais da mudança do clima;

PR - Prover incentivos, **inclusive financeiros, e recursos financeiros suficientes e adequados** para as pesquisas relacionadas aos impactos potenciais e atuais da mudança do clima, **mediante projetos aprovados pelos colegiados respectivos e com ampla divulgação em linguagem acessível à coletividade**;

RJ - Prover **Captar** incentivos, inclusive financeiros, **para as pesquisas relacionadas aos das atividades empresariais geradoras de impactos climáticos** potenciais e atuais **para a rede clima fomentar medidas mitigadoras a nível local da mudança do clima**;

RO - Prover incentivos, **inclusive principalmente** financeiros, para as pesquisas **regionais** relacionadas aos **estudos de vulnerabilidade, mitigação e adaptação dos** impactos potenciais e atuais da mudança do clima;

Aditiva

CE - Prover incentivos, inclusive financeiros, para as pesquisas **e fórmula de produção ecológica** relacionadas **a produtos ecologicamente corretos** aos impactos potenciais e atuais da mudança do clima;

MS - 3.1.6 Prover incentivos, inclusive financeiros, **oficiais ou em parceria**, para as pesquisas relacionadas aos impactos potenciais e atuais da mudança do clima, **incluindo incentivos e recursos que deverão ser distribuídos em microrregiões**;

Propostas de Síntese

7 - Captar incentivos, principalmente financeiros, das atividades empresariais geradoras de impactos climáticos, distribuídos em microrregiões, provendo recursos para pesquisas e produção ecológica com focos prioritários, com ampla divulgação à coletividade.

Texto Original

Fomentar tecnologias inovadoras, especialmente na área da energia, desenvolvendo fontes renováveis: eólica, foto-voltaica, termosolar, geotérmica, hidrelétrica e biomassa;

Destaques

Substitutiva

AM - Fomentar tecnologias inovadoras, especialmente na área da energia, desenvolvendo fontes renováveis: eólica, foto-voltaica, termosolar, geotérmica, **hidrelétrica** e biomassa **implantando e implementando principalmente nas comunidades ribeirinhas e moradores de áreas onde não houver fonte de energia, verificando as especificidades de cada localidade**;

AP - Cooperar na promoção e transferência de tecnologias **alternativas e inovadoras inovações**, especialmente na área da energia, desenvolvendo fontes renováveis: eólica, foto-voltaica, térmica solar, geotérmica, hidrelétrica PCH (Pequenas Centrais Hidroelétricas) e biomassa.

DF - Fomentar tecnologias inovadoras, **a serem aplicadas em micro projetos regionais** especialmente na área da energia, desenvolvendo fontes renováveis: eólica, foto-voltaica, termosolar, geotérmica, **hidrelétrica** e biomassa;

MA - **Criar oportunidades econômicas que propiciem o desenvolvimento e implantação de tecnologias energéticas limpas com geração de renda e inclusão social, incentivando parceria público-privada a fim de fomentar inovações tecnológicas. Fomentar tecnologias inovadoras, especialmente na área da energia, desenvolvendo fontes renováveis: eólica, foto-voltaica, termosolar, geotérmica, hidrelétrica e biomassa**;

RO - Fomentar tecnologias inovadoras, especialmente na área da energia, desenvolvendo fontes renováveis: eólica, foto-voltaica, termosolar, geotérmica, **hidrelétrica hídricas** e biomassa;

RR - Fomentar tecnologias inovadoras **para o aproveitamento de fontes energéticas alternativas e bioconstruções, especialmente na área da energia, desenvolvendo fontes renováveis: eólica, foto-voltaica, termosolar, geotérmica, hidrelétrica e biomassa**;

SC - Fomentar tecnologias inovadoras, **especialmente na área da de** energia, **desenvolvendo com** fontes renováveis: eólica, foto-voltaica, termosolar, geotérmica, hidrelétrica e biomassa;



Aditiva

MS - 3.1.7 Fomentar tecnologias inovadoras, especialmente na área da energia, desenvolvendo fontes renováveis: eólica, foto-voltaica, termosolar, geotérmica, hidrelétrica e biomassa e estimular o desenvolvimento de tecnologias específicas na área de fontes renováveis de energia;

PA - Fomentar tecnologias inovadoras, especialmente na área da energia, desenvolvendo fontes renováveis sustentáveis adequadas às realidades sócio-ambientais da região da Amazônia: eólica, foto-voltaica, termosolar, geotérmica, hidrelétrica e biomassa;

PR - Fomentar tecnologias inovadoras, especialmente na área da energia, desenvolvendo fontes renováveis: eólica, foto-voltaica, termosolar, geotérmica, hidrelétrica e biomassa residual da atividade agrosilvopastoril, reutilização da água, priorizando a implantação nas comunidades de menor índice de desenvolvimento humano (IDH). Exigindo licenciamento ambiental (conforme os termos das Leis) com medidas mitigadoras e compensatórias para monoculturas de alta escala;

Propostas de Síntese

8 - Fomentar e incentivar a parceria público-privada para o desenvolvimento de tecnologias alternativas e inovadoras, com fontes renováveis sustentáveis adequadas às realidades sócio-ambientais da região: eólica, foto-voltaica, termosolar, geotérmica, hidrelétrica (Pequenas Centrais Hidroelétricas) e biomassa residual da atividade agrosilvopastoril, reutilização da água, priorizando a implantação nas comunidades de menor índice de desenvolvimento humano (IDH), nas comunidades ribeirinhas e moradores de áreas onde não houver fonte de energia, propiciando o desenvolvimento e implantação de tecnologias energéticas limpas com geração de renda e inclusão social.

Texto Original

Realizar pesquisas sobre espécies resistentes à seca e ao calor, tendo em vista a possibilidade de migração e deslocamento de culturas;

Destaques

Supressão Total da Proposta

CE - Realizar pesquisas sobre espécies resistentes à seca e ao calor, tendo em vista a possibilidade de migração e deslocamento de culturas;**Supressão Total da Proposta**

Substitutiva

AM - Realizar pesquisas sobre espécies resistentes à seca e ao calor, tendo em vista a possibilidade de migração e deslocamento e/ou extinção de culturas com relevância dada as áreas expostas à sazonalidades;

MT - Realizar pesquisas Pesquisar sobre espécies resistentes à seca e ao calor, tendo em vista a possibilidade de migração buscando a conservação ex situ das espécies sensíveis às mudanças climáticas, visando monitorar possíveis migrações e deslocamento de culturas;

RO - Realizar pesquisas sobre espécies resistentes à seca e ao calor, aos efeitos das mudanças climáticas tendo em vista a possibilidade de migração e deslocamento de culturas buscando a manutenção dos biomas;

Aditiva

AC - Realizar pesquisas e intercâmbio de informações com outros países sobre espécies resistentes à seca e ao calor, tendo em vista a possibilidade de migração e deslocamento de culturas

AL - Realizar pesquisas sobre espécies resistentes à seca e ao calor, nas mais diversas áreas, incluindo a área da saúde, tendo em vista a possibilidade de modificações, de migração e deslocamento de culturas;

DF - Realizar pesquisas sobre espécies resistentes à seca e ao calor, tendo em vista a possibilidade de migração e deslocamento de culturas que sejam de interesse socioeconômico local e não agridam o ecossistema receptor;

ES - Realizar Ampliar as pesquisas sobre espécies e cultivares resistentes à seca e ao calor, tendo em vista a possibilidade de migração e deslocamento de culturas;

MA - Realizar pesquisas sobre espécies resistentes à seca e ao calor, tendo em vista a possibilidade de migração e deslocamento de culturas; inclusive, alimentares que levem em consideração a segurança

PB - 3.1.8 Realizar pesquisas sobre espécies resistentes à seca e ao calor, tendo em vista a possibilidade de migração e deslocamento e/ou substituição de culturas;

RS - Realizar pesquisas sobre espécies resistentes à seca e ao calor, tendo em vista a possibilidade de migração e deslocamento de culturas, considerando o impacto destas no ambiente.

Propostas de Síntese

9 - Supressão Total da Proposta

10 - Realizar e ampliar as pesquisas e intercâmbio de informações com outros países sobre espécies e cultivares resistentes aos efeitos das mudanças climáticas, inclusive na área de saúde, tendo em vista a possibilidade de modificações de migração, buscando a conservação ex situ das espécies sensíveis às mudanças climáticas, visando monitorar possíveis migrações, deslocamento, substituição e/ ou extinção de culturas, que sejam de interesse socioeconômico inclusive, alimentar, considerando o impacto destas no ambiente.



Texto Original

Promover estudos para mitigação da intrusão de água salina nos lençóis subterrâneos que abastecem grande parte das cidades litorâneas do país;

Destaques

Supressão Total da Proposta

CE - Promover estudos para mitigação da intrusão de água salina nos lençóis subterrâneos que abastecem grande parte das cidades litorâneas do país;**Supressão Total da Proposta**

Supressão Parcial

ES - Promover estudos para mitigação da intrusão de água salina nos lençóis subterrâneos **que abastecem grande parte das cidades litorâneas do país;**

RO - Promover estudos para mitigação da intrusão de água salina nos lençóis subterrâneos **que abastecem grande parte das cidades litorâneas do país;**

Aditiva

AP - Promover estudos estratégicos para mitigação da intrusão de água salina e água poluída nos lençóis subterrâneos que abastecem grande parte das cidades litorâneas do país.

PR - Promover estudos para mitigação da intrusão de água salina nos lençóis subterrâneos que abastecem grande parte das cidades litorâneas do país **com a participação da sociedade civil organizada;**

Propostas de Síntese

11 - Supressão Total da Proposta

12 - Promover estudos estratégicos, com a participação da sociedade civil organizada, para mitigação da intrusão de água salina e água poluída nos lençóis subterrâneos.

Texto Original

Pesquisar e implantar alternativas para o abastecimento de água no semi-árido;

Destaques

Supressão Total da Proposta

CE - Pesquisar e implantar alternativas para o abastecimento de água no semi-árido;**Supressão Total da Proposta**

Supressão Parcial

PI - 03.01.10 - Pesquisar e implantar alternativas para o abastecimento **de** água no semi-árido;

Substitutiva

AM - Pesquisar, **e implantar e implementar** alternativas para o abastecimento de água no semi-árido **que realmente levem benefícios as comunidades pobres locais;**

MS - 3.1.10 Pesquisar e implantar alternativas para o abastecimento de água no **semi-árido em áreas de risco de salinização ou carência hídrica.**

PI - 03.01.10 - Pesquisar e implantar alternativas para o abastecimento **de da** água no semi-árido;

RO - Pesquisar e implantar alternativas **e fortalecer os programas já existentes** para o abastecimento de água **no semi-árido bem como o seu reuso;**

SE - Pesquisar e implantar alternativas para **convivência com o semi-árido visando à captação e abastecimento de água, energia alternativa e melhoramento da produção agrícola o abastecimento de água no semi-árido;**

Aditiva

DF - Pesquisar e implantar **com a participação da comunidade, respeitando a peculiaridade e particularidade local,** alternativas para o abastecimento **e distribuição racional** de água no semi-árido;

MT - Pesquisar e implantar alternativas para o abastecimento de água no semi-árido **e em regiões onde houver escassez de água , de forma sustentável;**

PA - Pesquisar e implantar alternativas para o abastecimento de água no semi-árido **brasileiro;**

PB - 3.1.10 Pesquisar e implantar alternativas para o abastecimento de água no semi-árido **e implementar as já existentes;**

PI - 03.01.10 - Pesquisar e implantar alternativas para o abastecimento **e uso racional** de água no semi-árido;

PR - Pesquisar e implantar alternativas para o abastecimento de água no semi-árido, **e nas demais áreas sob ameaça de desertificação, tais como: captação de águas da chuva, utilização de cisternas e reutilização da água;**

Propostas de Síntese

13 - Supressão Total da Proposta

14 - Pesquisar, implantar e implementar alternativas e fortalecer os programas já existentes, com a participação da comunidade, respeitando a peculiaridade e particularidade local, para o abastecimento e uso racional de água, energia alternativa e melhoramento da produção agrícola no semi-árido, e nas demais áreas sob ameaça de desertificação, salinização ou carência hídrica, bem como o seu reuso.



Texto Original

Apoiar estudos sobre cenários possíveis e prováveis de alteração das condições climáticas nas diferentes partes do território nacional, com vistas à elaboração de insumos para as políticas públicas de adaptação à mudança do clima;

Destaques

Substitutiva

AC - Apoiar Fortalecer estudos sobre cenários possíveis e prováveis de alteração das condições climáticas nas diferentes partes do território nacional, com vistas à elaboração de insumos para as políticas públicas de adaptação à mudança do clima

MS - 3.1.11 Apoiar Fornecer apoio técnico para a realização de ensaios sobre os cenários possíveis e prováveis de alteração das condições climáticas nas diferentes partes do território nacional, com vistas à elaboração de insumos para as políticas públicas de adaptação à mudança do clima;

SC - Promover e apoiar estudos sobre cenários possíveis e prováveis de alteração das condições climáticas nas diferentes partes do território nacional, com vistas à elaboração de **insumos informações ambientais** para as políticas públicas de adaptação à mudança do clima;

Aditiva

DF - Estabelecer e apoiar estudos sobre cenários possíveis e prováveis de alteração das condições climáticas nas diferentes partes do território nacional, com vistas à elaboração de insumos para as políticas públicas de adaptação à mudança do clima;

PA - Apoiar estudos sobre cenários possíveis e prováveis de alteração das condições climáticas nas diferentes partes do território nacional, com ênfase à savanização da Amazônia - com vistas à elaboração de insumos para as políticas públicas de adaptação à mudança do clima;

Propostas de Síntese

15 - Promover, fortalecer, estabelecer e fornecer apoio técnico e estudos sobre cenários possíveis e prováveis de alteração das condições climáticas nas diferentes partes do território nacional, com ênfase à savanização da Amazônia, com vistas à elaboração de informações ambientais para as políticas públicas de adaptação à mudança do clima;

Texto Original

Definir metodologias e elaborar mapas de impactos e vulnerabilidade para os principais biomas brasileiros, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisões sobre medidas de adaptação ;

Destaques

Substitutiva

DF - Definir metodologias e elaborar mapas de impactos e vulnerabilidade para os principais todos os biomas brasileiros, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisões sobre medidas de adaptação ;

MA - Definir metodologias e elaborar mapas estratégicos de impactos e vulnerabilidade para os principais biomas brasileiros, **estabelecendo os níveis de bases (caracterização física, química e biológica)**, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisões sobre medidas de adaptação; **identificando ecossistemas salva vidas (com elevado índice de pbreza)**

RO - Definir desenvolver metodologias voltadas para as realidades locais e elaborar mapas de impactos e vulnerabilidade para **os principais** biomas brasileiros, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisões sobre medidas de **mitigação e** adaptação ;

SC - Definir metodologias e elaborar mapas estudos de impactos e vulnerabilidade para os **principais** biomas brasileiros, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisões sobre medidas de adaptação;

Aditiva

AM - Definir metodologias e elaborar mapas de impactos e vulnerabilidade para os principais biomas brasileiros, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisões sobre medidas de adaptação, considerando no bioma amazônico, o arco do desmatamento e do povoamento adensado, como área prioritária ;

PA - Definir metodologias e elaborar mapas de impactos e vulnerabilidade para os principais biomas brasileiros e com ênfase no bioma Amazônia, objetivo de subsidiar a tomada de decisões sobre medidas de adaptação ;

RJ - Definir metodologias e elaborar mapas de impactos e vulnerabilidade para os principais biomas brasileiros, com o objetivo de criar uma rede de alerta para subsidiar a tomada de decisões sobre medidas de adaptação ;

TO - Definir metodologias e elaborar mapas de impactos e vulnerabilidade dos biomas brasileiros, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisões sobre medidas de adaptação;

Propostas de Síntese

16 - Definir e desenvolver metodologias voltadas para as realidades locais e elaborar mapas estratégicos de impactos e vulnerabilidade para todos os biomas brasileiros, estabelecendo os níveis de bases (caracterização física, química e biológica), com o objetivo de criar uma rede de alerta para subsidiar a tomada de decisões sobre medidas de mitigação e adaptação; considerando o arco do desmatamento, do povoamento adensado, dos ecossistemas salva vidas como áreas prioritárias.

Texto Original

Desenvolver sistemas de análise, síntese e visualização de dados que permitam o monitoramento da perda de biodiversidade em função da mudança do clima e a adoção de medidas preventivas;

Destaques

Supressão Parcial

SC - Desenvolver sistemas de análise, síntese e visualização de dados que permitam o monitoramento da perda de biodiversidade em função da mudança do clima e a adoção de medidas preventivas;



Substitutiva

RO - Desenvolver sistemas de análise, síntese e visualização de dados disponibilizando-os para a sociedade que permitam permitindo o monitoramento da perda de biodiversidade em função da mudança do clima e a adoção de medidas preventivas;

Aditiva

PR - Desenvolver sistemas de análise, síntese e visualização de dados que permitam o monitoramento da perda de biodiversidade em função da mudança do clima e a adoção de medidas preventivas, tais como: implantação de centros de triagem e reabilitação de fauna silvestre, capacitação de pessoal técnico e agricultores para a proteção de fauna e flora, proibição de queimadas, proteção de habitats, criação e implantação de áreas protegidas e Unidades de Conservação, com ampla divulgação dos resultados;

Propostas de Síntese

17 - Desenvolver sistemas de análise, síntese e visualização de dados disponibilizando-os para a sociedade permitindo o monitoramento da perda de biodiversidade em função da mudança do clima e a adoção de medidas preventivas, tais como: implantação de centros de triagem e reabilitação de fauna silvestre, capacitação de pessoal técnico e agricultores para a proteção de fauna e flora, proibição de queimadas, proteção de habitats, criação e implantação de áreas protegidas e Unidades de Conservação, com ampla divulgação dos resultados.

Texto Original

Fomentar estudos sobre tendências de migração populacional da fauna em função da mudança do clima e seus potenciais impactos sobre os ecossistemas;

Destaques

Substitutiva

MA - **Implementar Fomentar** estudos sobre tendências de migração populacional da fauna e flora em função da mudança do clima e seus potenciais impactos sobre os ecossistemas; e investir em projetos de turismo e pesca

PA - Fomentar estudos sobre tendências de dinâmica migração populacional da fauna em função da mudança do clima e seus potenciais impactos sobre os ecossistemas;

Aditiva

AL - Fomentar estudos sobre tendências de migração populacional da fauna e da flora, em função da mudança do clima e seus potenciais impactos sobre os ecossistemas, além de estudar medidas facilitadoras para a reintrodução dessas espécies, utilizando Unidades de Conservação (RPPN, por exemplo) certificadas e homologadas junto aos órgãos ambientais competentes;

ES - Fomentar estudos sobre tendências de migração populacional humana e da fauna em função da mudança do clima e seus potenciais impactos sobre os ecossistemas;

PB - 3.1.14 Fomentar estudos sobre tendências de migração populacional da fauna em função da mudança do clima e seus potenciais impactos sobre os ecossistemas, incluindo-se aí os seres humanos;

Propostas de Síntese

18 - Fomentar e implementar estudos sobre tendências da dinâmica de migração populacional humana, da fauna e da flora, em função da mudança do clima e seus potenciais impactos sobre os ecossistemas, além de estudar medidas facilitadoras para a reintrodução das espécies, utilizando as Unidades de Conservação.

Texto Original

Promover ampla articulação com outras instituições nacionais e internacionais que produzem dados e informações hidrometeorológicas para facilitar o intercâmbio de informações e a disponibilização de dados para a sociedade;

Destaques

Supressão Total da Proposta

PB - 03.01.15 – **Promover ampla articulação com outras instituições nacionais e internacionais que produzem dados e informações hidrometeorológicas para facilitar o intercâmbio de informações e a disponibilização de dados para a sociedade** **Supressão Total da Proposta**

Substitutiva

AM - Promover ampla articulação **com outras** – entre as instituições nacionais e internacionais que produzem dados e informações hidrometeorológicas para facilitar o intercâmbio de informações e a disponibilização de dados para a sociedade;

RJ - Promover ampla articulação **com outras para** instituições nacionais e internacionais que produzem dados e informações hidrometeorológicas para facilitar o intercâmbio de informações e a disponibilização de dados para a sociedade;

SC - Promover ampla articulação com **outras as** instituições **nacionais e internacionais** que produzem **dados e** informações hidrometeorológicas **para facilitar o intercâmbio de informações e promovendo** a disponibilização de **dados informações** para a sociedade;

Aditiva

AL - Promover ampla articulação com outras instituições nacionais e internacionais que produzem dados e informações **hidrometeorológicas hidrometeorológicas** para facilitar o intercâmbio de informações e a disponibilização de dados para a sociedade divulgando experiências de êxitos;

RO - Promover ampla articulação com outras instituições nacionais e internacionais que produzem dados e informações hidrometeorológicas para facilitar o intercâmbio de informações e a disponibilização de dados para a sociedade **EM LINGUAGEM ACESSÍVEL AO PÚBLICO LEIGO E COM AMPLA DIVULGAÇÃO;**

Propostas de Síntese

19 - Supressão Total da Proposta



20 - Promover ampla articulação entre as instituições nacionais e internacionais que produzem dados e informações hidrometeorológicas para facilitar o intercâmbio de informações, disponibilizando-as para a sociedade em linguagem acessível, tornando públicas as experiências de êxitos.

Texto Original

Fomentar estudos para subsidiar a interpretação dos fenômenos da mudança do clima e, posteriormente, direcionar/auxiliar o planejamento do uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos em regiões de vulnerabilidade ambiental e hídrica;

Destaques

Substitutiva

AP - Fortalecer o Monitoramento Hidrometeorológico através de uma rede de estações com operação estável para produção de dados contínuos e confiáveis que permitam conhecer, cada vez melhor, a situação de quantidade e qualidade da água no país e as influências no regime hidrológico em função de ações antrópicas e de alterações climáticas, assim como para aferir possíveis mudanças climáticas

DF - Fomentar estudos para subsidiar a interpretação dos fenômenos da mudança do clima e, posteriormente, direcionar/**auxiliar implementar** o planejamento do uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos em regiões de vulnerabilidade ambiental e hídrica;

PR - Fomentar estudos para subsidiar a interpretação dos fenômenos da mudança do clima **e, posteriormente, direcionar/auxiliar** o planejamento do uso dos recursos hídricos superficiais **e subterrâneos e preservar com cuidados especiais as águas subterrâneas** em **especial nas** regiões de vulnerabilidade ambiental e hídrica;

RO - Fomentar **Desenvolver** estudos para subsidiar a interpretação dos fenômenos da mudança do clima e, posteriormente, **direcionar/auxiliar** no planejamento do uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos em regiões de vulnerabilidade ambiental e hídrica **ANTES DA CONCRETIZAÇÃO DE OBRAS COM POTENCIAL IMPACTO AO MEIO-AMBIENTE;**

Aditiva

MA - **Alocar recursos para Fomentar** estudos para subsidiar a interpretação dos fenômenos da mudança do clima e, posteriormente, direcionar/auxiliar o planejamento do uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos em regiões de vulnerabilidade ambiental e hídrica;

PB - 3.1.16 Fomentar estudos para subsidiar a interpretação dos fenômenos da mudança do clima e, posteriormente, direcionar/auxiliar o planejamento do uso dos solos e dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos em regiões de vulnerabilidade ambiental e hídrica;

Propostas de Síntese

21 - Fomentar, desenvolver, fortalecer o monitoramento hidrometeorológico através de uma rede de estações com operação estável para produção de dados contínuos, subsidiando a interpretação dos fenômenos da mudança do clima e direcionar/auxiliar a implementar o planejamento do uso dos solos e dos recursos hídricos superficiais, preservando com cuidados especiais as águas subterrâneas em especial nas regiões de vulnerabilidade ambiental e hídrica.

Texto Original

Fazer a Avaliação de Necessidades Tecnológicas do Brasil, em relação à mitigação e à adaptação às mudanças Climáticas;

Destaques

Substitutiva

PA - Fazer a Avaliação de Necessidades Tecnológicas **do Brasil, na/para a Amazônia,** em relação à mitigação e à adaptação às mudanças Climáticas;

RJ - Fazer a Avaliação de Necessidades **Tecnológicas de Tecnologias Sociais** do Brasil, em relação à mitigação e à adaptação às mudanças Climáticas;

SC - Fazer a **Avaliação de Avaliar as** necessidades Tecnológicas do Brasil, em relação à mitigação e à adaptação às mudanças Climáticas;

Aditiva

DF - Fazer a avaliação **a cada três anos** de Necessidades Tecnológicas **em todas as regiões** do Brasil, em relação à mitigação e à adaptação às mudanças Climáticas;

MA - Fazer a Avaliação de Necessidades Tecnológicas do Brasil **e desenvolver políticas públicas,** em relação à mitigação e à adaptação às mudanças Climáticas;

PR - Fazer a Avaliação de Necessidades Tecnológicas do Brasil, em relação à mitigação e à adaptação às mudanças Climáticas, **por Unidades Hidrográficas;**

RO - Fazer a Avaliação de Necessidades Tecnológicas do Brasil, em relação à mitigação e à adaptação às mudanças Climáticas **FOMENTANDO PROJETOS E INVESTIMENTOS PARA IMPLEMENTÁ-LAS;**

Propostas de Síntese

22 - Avaliar a cada três anos as necessidades de Tecnologias Sociais em todas as regiões do Brasil, por Unidades Hidrográficas, desenvolvendo políticas públicas e fomentando projetos em relação à mitigação e à adaptação às Mudanças Climáticas.



Texto Original

Fortalecer o Centro de Previsão do Tempo e Estudos do Clima – CPTEC/INPE, particularmente em suas atividades relacionadas ao desenvolvimento da capacidade de modelagem climática no Brasil;

Destaques

Substitutiva

RO - Fortalecer **o Centro de Previsão do Tempo e Estudos do Clima – CPTEC/INPE, particularmente em suas os centros de pesquisas cujas atividades estão** relacionadas ao desenvolvimento **da capacidade** de modelagem climática no Brasil;

Aditiva

AC - Fortalecer o Centro de Previsão do Tempo e Estudos do Clima – CPTEC/INPE, particularmente em suas atividades relacionadas ao desenvolvimento da capacidade de modelagem climática no Brasil, **implementar e capacitar núcleos estaduais**

MA - Fortalecer **e ampliar** o Centro de Previsão do Tempo e Estudos do Clima – CPTEC/INPE, **e outros centros de pesquisas nos estados da Amazônia Legal** particularmente em suas atividades relacionadas ao desenvolvimento da capacidade de modelagem climática no Brasil;

PA - Fortalecer o Centro de Previsão do Tempo e Estudos do Clima – CPTEC/INPE **e ampliação e modernização da rede hidrometeorológica da Amazônia**, particularmente em suas atividades relacionadas ao desenvolvimento da capacidade de modelagem climática no Brasil;

PR - Fortalecer o Centro de Previsão do Tempo e Estudos do Clima – CPTEC/INPE, particularmente em suas atividades relacionadas ao desenvolvimento da capacidade de modelagem climática no Brasil, **de formas integrada com as universidades e centros de pesquisa, garantindo a ampla divulgação dos resultados da pesquisa e implantar um sistema nacional de previsão e controle de catástrofes;**

TO - Fortalecer o Centro de Previsão do Tempo e Estudos do Clima – CPTEC/INPE **e redes estaduais** particularmente em suas atividades relacionadas ao desenvolvimento da capacidade de modelagem climática no Brasil;

Propostas de Síntese

23 - Fortalecer e ampliar o Centro de Previsão do Tempo e Estudos do Clima – CPTEC/INPE, as redes estaduais, a rede hidrometeorológica da Amazônia e os centros de pesquisas cujas atividades estão relacionadas ao desenvolvimento da capacidade de modelagem climática no Brasil, de formas integrada com as universidades e centros de pesquisa, garantindo ampla divulgação dos resultados da pesquisa, além de implantar um sistema nacional de previsão e controle de catástrofes.

Texto Original

Fortalecer pesquisas e estudos de vulnerabilidade e adaptação relativos a setores estratégicos.

Destaques

Supressão Total da Proposta

PA - Fortalecer pesquisas e estudos de vulnerabilidade e adaptação relativos a setores estratégicos. **Supressão Total da Proposta**

Substitutiva

AC - Fortalecer pesquisas e estudos de vulnerabilidade e adaptação relativos **a setores as áreas estratégicas estratégicas como sistemas agroflorestais, recursos hídricos e biodiversidade**

AM - Fortalecer pesquisas e estudos de vulnerabilidade e adaptação relativos **aos impactos associados à mudança do clima no Brasil, com ênfase na Amazônia; a setores estratégicos.**

MA - Fortalecer, **desenvolver e ampliar** pesquisas e estudos de vulnerabilidade e adaptação relativos a setores estratégicos.

Aditiva

AL - Fortalecer pesquisas e estudos de vulnerabilidade e adaptação relativos a setores estratégicos, **objeto da III CNMA;**

ES - Fortalecer pesquisas e estudos de vulnerabilidade e adaptação relativos a setores estratégicos **com a ampla participação da sociedade civil organizada**.

MS - 3.1.19 Fortalecer pesquisas e estudos de vulnerabilidade e adaptação relativos a setores estratégicos, **propor aos governos federal, estadual e municipal investimentos maciço destinada a política ambiental para que possam desempenhar bem seu papel;**

SP - Fortalecer pesquisas e estudos de vulnerabilidade e adaptação relativos a setores estratégicos, **Desenvolver rede integrada de instituições federais, estaduais e municipais, com recursos públicos Federais e Estaduais, pesquisando a vulnerabilidade das regiões e as ações de controle e mitigação;**

Propostas de Síntese

24 - Supressão Total da Proposta

25 - Fortalecer, desenvolver e ampliar as pesquisas e estudos de vulnerabilidade, adaptação e ações de controle relativos aos impactos associados à mudança do clima no Brasil, integrando as instituições federais, estaduais, municipais e a sociedade civil organizada e as áreas estratégicas, como sistemas agroflorestais, recursos hídricos e biodiversidade.

Texto Original

Nova Proposta

Destaques

Substitutiva

PR - Usar **Implantar programas de** incentivos econômicos para a **pesquisa e** introdução de tecnologias e equipamentos **mais eficientes; que reduzam o consumo de eletricidade e energia, em todos os setores consumidores;**



Aditiva

- AC** - Fortalecer, **subsidiar** e **manter pesquisas para** a participação de produtos da biodiversidade na produção de combustível alternativo;
- AC** - Realizar estudos de viabilidade econômica e sócio-ambiental para prospecção de petróleo na região junto às comunidades urbana e rural
- AC** - Identificar tecnologias e quantificar as emissões de gases para reduzir o efeito estufa no setor agropéculário apoiando os projetos de pesquisa existentes e incentivando o desenvolvimento de novos projetos;
- AL** - **Criar e investir em políticas voltadas para pesquisas científicas no bioma caatinga e nos demais biomas brasileiros;**
- AL** - **Investir em pesquisas de novas fontes de energia, tendo como objetivos substituir a energia gerada por hidroelétricas e promover a revitalização dos rios;**
- AL** - **Fomentar e financiar pesquisas sobre os impactos das hidroelétricas no Baixo São Francisco focando a determinação da vazão ecológica do rio São Francisco, a recuperação das várzeas, as cheias artificiais, a recuperação da biodiversidade nos ecossistemas da bacia hidrográfica, a erosão marinha e a redução do fluxo hidrossedimentométrico;**
- AL** - **Desenvolver programas de implantação de biodigestores em pequenas propriedades rurais visando a sustentabilidade das famílias, beneficiadas com gás e energia;**
- AL** - **Pesquisar novas tecnologias para o uso do sal retirado da dessalinização da água, aproveitando experiências de êxito;**
- AL** - **Fomentar projetos de mitigação dos impactos e adaptação às mudanças climáticas, priorizando os municípios, ONGs e movimentos sociais;**
- AL** - **Divulgar e incentivar projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo e incentivar a implantação do ICMS ecológico;**
- AL** - **Vincular o percentual de 2 % do orçamento federal destinados a programas de pesquisas nos biomas brasileiros;**
- AL** - **Criar programas de pesquisas induzidas nas áreas de meio ambiente;**
- AL** - **Criar uma Rede de Informações sobre projetos de pesquisas e desenvolvimento tecnológico.**
- AL** - **Incentivar e promover o desenvolvimento de projetos de pesquisas nas Unidades de Conservação;**
- AM** - Aprimorar o sistema de monitoramento de desmatamento da floresta amazônica e disponibilizar os dados produzidos;
- AM** - Criar redes regionais, locais e comunitárias, ligadas à Rede Clima do Ministério da Ciência e Tecnologia;
- AM** - Disponibilizar editais de financiamento para pesquisa e projetos no âmbito das ciências humanas e sociais relacionadas às mudanças climáticas de fomento estadual e federal;
- AM** - Fortalecer as instituições de ensino e pesquisa que desenvolvem projetos no âmbito da pesquisa básica e aplicada em relação aos aspectos das mudanças climáticas;
- AM** - Pesquisar e desenvolver tecnologias voltadas a iniciativas sustentáveis de uso dos recursos naturais;
- AM** - Criar fomentos para estudos sobre as tendências nacionais, regionais, municipais e locais que tratem da migração populacional da fauna, devido às mudanças climáticas e seus impactos sobre a variedade do ecossistema;
- AM** - Expandir o desenvolvimento biotecnológico para o fortalecimento do estudo da fauna e flora dentro dos centros científicos;
- AM** - Pesquisar e monitorar o papel dos sistemas agroflorestais na mitigação das mudanças climáticas;
- AM** - Providenciar pesquisa aplicada de forma a gerar estudo em áreas de desmatamento e desenvolver projetos que possam gerar capacitação dos pequenos produtores, de modo que possa melhorar a cadeia produtiva e consequentemente melhorar a vida do pequeno produtor.
- AM** - Incrementar as estruturas tecnológicas e humanas dos órgãos de monitoramento e fiscalização para o incremento das ações de auditoria e monitoramento a fim de coibir o desmatamento e a extração de madeira ilegal na Amazônia com a participação do SIPAM;
- AM** - Incentivar as instituições financiadoras de pesquisa e escolas superiores a direcionar linhas de pesquisa de mestrados e doutorandos no sentido de proceder novas alternativas de acesso a água, planejamento e gestão das bacias hidrográficas; planejamento e gestão direcionadas a mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas; e energias alternativas;
- AP** - **[Nova Proposta]** Promover estudos estratégicos e **implementação de ações** para a mitigação da poluição das águas subterrâneas que abastece as cidades, **proibindo a construção e o uso de sumidouros e a obrigatoriedade de fossas sépticas.**
- AP** - Nova Proposta **Fomentar a criação de um banco de dados e de uma Rede para troca de informações hidrológicas para além** de atuar como base de instrumento de gestão, monitorar as mudanças climáticas e seus efeitos, como alterações nos regimes de chuva e as características hidrológicas dos rios, como pré-requisito para o planejamento de longo prazo.
- AP** - **Fomentar pesquisas de manejo florestal, principalmente de espécies nativas, priorizando frutíferas que gerem resíduos utilizáveis no abastecimento de fornos, caldeiras, etc. (como o açaí na Amazônia, por exemplo)**
- BA** - Fomentar pesquisas científicas no desenvolvimento e mecanismos para o aumento da eficiência energética e conversão de energia;
- BA** - Apoie financeiramente pesquisas, desenvolvimento e inovação que visem o uso de tecnologias limpas e sustentáveis para a melhoria da eficiência energética como instrumento eficiente de combate e mitigação dos efeitos da seca e desertificação;
- BA** - Incentivar a pesquisa de espécies nativas da Mata Atlântica, em substituição à cultura do eucalipto, para a produção de celulose;
- BA** - Realizar estudos sobre os modelos de produção, identificando o impacto sobre o processo de desertificação do solo e propor alternativas de manejo adequado;
- CE** - Nova Proposta: Cooperar e **incentivar os estudos locais, pesquisadores e cientistas** na promoção e transferência de tecnologias inovadoras, especialmente na área de produção sustentável ou a geração de produtos biodegradáveis;
- CE** - Nova Proposta: Promover incentivos econômicos para as empresas que introduzam tecnologias e equipamentos que minimizem impacto negativo dos produtos gerados.
- CE** - Nova Proposta: Discutir/implantar pesquisas já existentes e indicar novas linhas de pesquisas e financiamentos para ações de convivência com o semi-árido;
- CE** - Nova Proposta: Incentivar a geração de conhecimentos científicos e sua difusão sobre o bioma caatinga visando a sustentabilidade;
- CE** - Nova Proposta: Fomento a pesquisa científica nas áreas de desertificação de forma adequada para atenuar a problemática, não restringindo a coordenação dos projetos para doutores;
- CE** - Nova Proposta: Incentivo e financiamento a pesquisa científica voltada ao semi-árido com foco na desertificação e implementação de disciplina com foco para o bioma caatinga.
- CE** - Nova Proposta: Garantir, a nível de ministério, o financiamento para realização de pesquisas das vulnerabilidades dos ecossistemas brasileiros e dos assentamentos humanos às mudanças climáticas globais nas esferas municipais, estaduais e federais.
- CE** - Nova Proposta: Apoiar e garantir recursos federais para realização de ensaios sobre os cenários possíveis e prováveis de alterações das condições climáticas nas diferentes partes do território nacional, com vistas à elaboração de insumos para as políticas públicas de adaptação às mudanças climáticas.
- CE** - Nova Proposta: Criar um fundo em âmbito federal/estadual e municipal para pesquisa de ação de restauração ambiental do bioma caatinga, utilizando recursos de compensação ambiental, multa ambiental etc.;



CE - Nova Proposta: Instituir financiamentos (ciências e tecnologias, mma, mda/saf etc.) para apoiar projetos de organizações não governamentais, que desenvolvem trabalhos/pesquisas dentro da temática da desertificação e a criação de fundos específicos e permanentes;

CE - Nova Proposta: Definir metodologias para a elaboração de mapas de impacto, vulnerabilidade e adaptação para os principais biomas brasileiros;

CE - Nova Proposta: Desenvolver sistemas de análise, síntese e visualização de dados que permitam o monitoramento da perda de biodiversidade e a adoção de medidas preventivas;

CE - Nova Proposta: Fomentar estudos sobre tendências de migração populacional em função das mudanças climáticas e seus potenciais impactos sobre o ecossistemas.

CE - Nova Proposta: Incentivar e investir na pesquisa acadêmica para a promoção da melhoria dos projetos elaborados.

CE - Nova Proposta: Garantir, a nível de ministério, o financiamento para realização de pesquisas das vulnerabilidades dos ecossistemas brasileiros e dos assentamentos humanos às mudanças climáticas globais nas esferas municipais, estaduais e federais.

CE - Nova Proposta: Realizar pesquisa de Flora e Fauna nativa para desenvolver atividades sustentáveis às comunidades no entorno das áreas florestais.

DF - Incentivar e financiar pesquisas temáticas de interesse socio-ambiental e econômico com a participação dos diversos setores da sociedade.

DF - Criar e organizar base de dados para registrar e tornar disponíveis as novas tecnologias e estudos ambientais, facilitando com isto, a comunicação e o acesso as novas informações.

ES - Nova Proposta **Promover novos incentivos federais para as instituições particulares de ensino superior, direcionando-os à realização de pesquisas e extensão na área de meio ambiente;**

ES - Nova Proposta **Elaborar nova lei que obrigue as empresas de grande porte, exceto as já contempladas pela Lei 9.991/2000, a investirem 1% de sua receita operacional líquida (ROL) anual em pesquisa e desenvolvimento sustentável.**

ES - Nova Proposta **Divulgar os resultados de todos os estudos de mudanças climáticas para todo o Brasil, em linguagem acessível.**

MA - Desenvolver e incentivar novas pesquisas e alternativas de manejo de pastagens (arborização ou pastos arborizados; criação agropastoril e silvipastoril);

MA - Investir sistemática e continuamente em pesquisa e outras tecnologias para aplicação de fontes de energia renováveis priorizando eólica, solar, hidrogênio, maré-motriz, a fim de minimizar o processo de mudanças climáticas globais;

MA - Criar centros de pesquisa ambiental nas Terras Indígena e Quilombola;

MA - Fortalecer e os Programas de extensão universitária, ampliando-os com apoio das Fundações de Amparo à Pesquisa relacionadas a questões ambientais, especialmente nos estados da Amazônia Legal, com aumento do recurso para bolsas de pesquisa e extensão universitária;

MA - Ampliar recursos financeiros para pesquisas de espécies da fauna em risco de extinção (mero, peixe-boi, etc.) em áreas do litoral norte do país, prioritariamente.

MA - Incentivar a divulgação em linguagem popular das pesquisas científicas produzidas em universidades e centros de pesquisa;

MA - Promover estudos para a identificação dos indicadores de desenvolvimento econômico de sustentabilidade ambiental;

MA - Desenvolver trabalhos de pesquisa sobre sucessões ecológicas e os mecanismos de sinergia e feed-back que operam durante a sucessão, a fim de melhor desenvolver metodologias de recuperação de ecossistemas.

MA - Aprofundar e atualizar os estudos de diagnóstico ambiental, identificando e priorizando ações adequadas às realidades locais;

MA - Investir em pesquisas na área pesqueira, em parceria com as colônias de pescadores;

MG - Investimento e pesquisa em fontes alternativas de proteínas, de maneira a reduzir o consumo de carne, leite e derivados pelos motivos ecológicos citados no texto base, como a emissão de gases de efeito estufa e por motivos sociais (a questão da fome), motivos éticos e de saúde;

MG - Apoio e fomento às universidades e centros de pesquisas ao desenvolvimento de pesquisas e tecnologias no cultivo de espécies nativas, bem como divulgar para a sociedade os resultados obtidos (cartilhas, panfletos, palestras, capacitação, publicações, etc.);

MG - Disponibilizar informações de pesquisas científicas através de projetos de extensão;

MG - Promover e fomentar pesquisas que visem tecnologias mais coerentes ambientalmente e adequação de processos produtivos, incentivando empreendedores a respeitar a legislação vigente;

MG - Criação de linhas de financiamento de projetos em nível estadual e federal, de demanda induzida, para pesquisa de impactos ecológicos do aquecimento global e programas de educação ambiental;

MG - Investir em pesquisas alternativas junto às instituições de ensino para a implementação da P+L (hidrogênio, eólica) em parceria com órgãos públicos e privados.

MG - Incentivo fiscal e/ou através de premiações à pesquisa e aos centros tecnológicos para o desenvolvimento de novas tecnologias ou otimização daquelas já existentes, a fim de garantir eficiência na utilização das fontes energéticas existentes.

MG - Incentivo à implantação do uso de energia solar e eólica, incluindo aplicação de recursos públicos em pesquisas a fim de viabilizar a instalação e manutenção dos equipamentos.

MG - Vincular as instituições de ensino superior, centros de pesquisas e instituições da sociedade civil nos processos de elaboração de projetos de MDL (mecanismos de desenvolvimento limpo), para linhas de base LULUCF (uso dos solos, uso alternativo dos solos e florestamento);

MG - Investimento em pesquisa científica.

MG - Propor estudos e pesquisas para busca do conhecimento das potencialidades da flora e preservação da fauna existente no bioma cerrado, mata seca e caatinga;

MG - Elaboração de estudos e relatórios científicos sobre a fauna e flora ameaçadas em razão das mudanças climáticas;

MS - Promover incentivos financeiros a projetos culturais e científicos, com foco no meio ambiente;

MS - Criar o Centro de Tecnologias Ambientais com equipes multidisciplinares e desenvolvimento de projetos e atividades que visem à melhoria da qualidade de vida de grupos sociais com fragilidade socioambiental;

MS - Captar recursos e incentivos financeiros junto às instituições internacionais, federais, estaduais, municipais e privadas para desenvolvimento de pesquisas voltadas ao levantamento e monitoramento de recursos da fauna e flora;

MS - Fomentar e estimular pesquisas tecnológicas que visem o aprimoramento e novas alternativas de uso de recursos renováveis;

MS - Apoiar e promover a realização de pesquisas sobre as vulnerabilidades dos ecossistemas brasileiros e dos assentamentos humanos às mudanças climáticas globais;

MS - Realizar estudos sobre o manejo da espécie de peixe tucunaré;

MS - Mapear os riscos e as vulnerabilidade às mudanças climáticas e implementar políticas para a adaptação, principalmente, das populações de menor renda e maior risco social;

MS - Garantir incentivos fiscais para o estudo e produção em larga escala de defensivos biológicos;



- MS** - Criar um fundo setorial para pesquisas e estudos sobre emissões de gases do efeito estufa e mudanças climáticas;
- MS** - Incentivar a pesquisa para produção de energia renovável com preço acessível, a ser utilizada em residências.
- MS** - Financiar pesquisas sobre fontes de energia alternativa para pequenas propriedades, como a geração de energia através de roda d'água entre outras;
- MS** - Incentivar a pesquisa e o uso de materiais ecologicamente corretos;
- MS** - Implantar museus das espécies existentes em biomas e regiões do Brasil para subsidiar pesquisas;
- MS** - Criar um banco de dados socioeconômico e ambiental para: unificação de dados; inclusão de dados sobre Geossistema e Sistemas Antrópicos; disponibilização dos dados em um local ou departamento público; inclusão de bases de dados do IMAM, IAGRO, Embrapa e universidades;
- MS** - Promover incentivos aos órgãos de financiamento para que favoreçam projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), como o crédito de carbono, entre outros;
- MS** - Apoiar a realização de pesquisas das vulnerabilidades dos ecossistemas brasileiros e dos assentamentos humanos às mudanças climáticas globais;
- MS** - Fomentar atividades de projetos que avaliem os possíveis indicadores de monitoramento das mudanças climáticas e a implementação de medidas mitigadoras e de adaptação.
- MS** - Criar centros integrados de pesquisa sistêmica que foquem a aplicação do conhecimento dentro dos princípios da sustentabilidade na orientação das políticas públicas e no direcionamento dos investimentos privados dentro da responsabilidade socioambiental.
- MS** - Desenvolver tecnologias seguindo os requisitos legais e normativos, para tratamento do esgoto e resíduos orgânicos.
- MT** - Fomentar pesquisas junto as instituições de ensino técnico e superior pública e privada, na identificação e manejo sustentável de espécies da flora sob Sistemas Agroflorestais (SAFs), com potenciais na produção e industrialização de alimentos, princípios ativos e fitoterápicos, estruturada na cadeia produtiva e com sistemas alternativos (agroecologia, agricultura natural, biológica, biodinâmica e permacultura).
- MT** - Fomentar pesquisas que definam com maior clareza os impactos das MCG nas bacias hidrográficas.
- MT** - Pesquisar o potencial para implantação da energia limpa, de forma sustentável, considerando as características de cada região.
- MT** - Fortalecer os centros de pesquisas agropecuárias e aumentar os incentivos de controle biológico.
- PA** - **Fortalecer a assistência técnica e difusão de tecnologias, com apoio da EMATER e Agências de Desenvolvimento, para a disseminação de atividades produtivas sustentáveis nas diversas regiões;**
- PA** - **Fomentar pesquisas e monitoramento sobre a qualidade das águas superficiais e subterrâneas na Amazônia;**
- PA** - **Fomentar a capacitação de recursos humanos na Amazônia nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, (CT&I);**
- PA** - **Incentivar pesquisa sobre os efeitos das alterações climáticas sobre a economia regional;**
- PA** - **Criar programas de capacitação comunitária para elaboração de projetos sustentáveis em Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento;**
- PA** - **Elevar os investimentos em pesquisa e atividades de ensino com editais estratégicos para a Amazônia;**
- PA** - **Incentivar e divulgar pesquisas que identifiquem os níveis de captação de carbono por áreas de floresta ou reflorestamento;**
- PA** - **Incentivar a pesquisa da biologia de espécies alternativas, visando a redução de esforço de pesca sobre espécies comerciais e para futuros estudos e fomentos de aquíicultura;**
- PA** - **Apoiar às instituições de pesquisa, ensino e extensão para o desenvolvimento de técnicas voltadas para a produção sustentável por povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.**
- PA** - **Fortalecer a infra-estrutura produtiva e de pesquisa e de Universidades e instituições de pesquisa para a Amazônia**
- PA** - **Incentivar pesquisas voltadas para o aperfeiçoamento das ações agropecuárias, bem como manejos de solos, florestas, animais e recursos hídricos.**
- PA** - **Criar laboratórios regionais de análise de solo e água para apoiar ações de recuperação de áreas degradadas;**
- PB** - 3.1.20 Criação e implementação de um sistema eficaz de alerta climático;
- PB** - 1.3.24 Incentivar a pesquisa de novas formas energéticas renovadas, sócio-econômicamente viáveis.
- PB** - 1.1.27 Promover a integração da produção de conhecimento nos centros de pesquisa e no contexto local;
- PB** - 1.1.39. Ampliar, incentivar e fomentar parcerias entre órgãos públicos municipais e instituições de pesquisas, ONGs, universidades, empresas privadas, programas de governo e sociedade civil, que permitam pesquisas relacionadas a Caatinga, aumentando o conhecimento referente ao bioma e a sua valorização;
- PB** - 1.1.66. Estabelecer programa de pesquisas e estudos sobre os animais da nossa fauna para possível manejo sustentável, visando desestimular o tráfico e o mercado negro (exemplo: tatus, lagartos, roedores, seriemas), envolvendo órgãos Municipais, Estaduais, Federais e Instituições de Pesquisa;
- PB** - 2.2.43. Melhoria e ampliação dos trabalhos de assistência técnica e extensão Rural – ATER; Incentivo a pesquisa e geração de tecnologias apropriadas para a convivência com o semi-árido principalmente no uso da água;
- PB** - 1.2.32. Incentivar a pesquisa e a extensão na área Agroecológica, através das Universidades e entidades de Assistência Técnica, junto aos produtores (as) rurais;
- PE** - Investir na produção e divulgação de informações ambientais associadas às mudanças climáticas, com ênfase no fortalecimento da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais. (programa contínuo e integrado do monitoramento de bacias hidrográficas e da Zona Costeira; fortalecimento dos sistemas de previsão e alerta para eventos críticos).
- PE** - Fomentar atividades, projetos e tecnologias inovadoras direcionadas à construção de indicadores ambientais, que possibilitem estabelecer estratégias de monitoramento da mudança do clima e da implementação de medidas mitigadoras e de adaptação.
- PI** - **[Nova Proposta]** Incentivar a fomentação para pesquisa em biodiversidade e criar listas locais de status de conservação das espécies.
- PI** - **[Nova Proposta]** Desenvolva Pesquisa para adequação de micros sistemas alternativos de irrigação e das fontes de energia alternativa existentes, visando o desenvolvimento de cultivos nas condições naturais da caatinga.
- PI** - **[Nova Proposta]** Criar incentivos governamentais direcionados para pesquisa em áreas degradadas.
- PR** - Nova Proposta **Desenvolver pesquisas e implementar mecanismos de diagnóstico, monitoramento, controle de produtos, artigos e embalagens supérfluos e descartáveis, obrigando os fabricantes a dar-lhes destinação final adequada, em especial as montadoras de veículos automotores quanto estes são abandonados e peças;**
- PR** - Nova Proposta **Realizar pesquisas para identificar áreas inundáveis habitadas, implementando programas de proteção, abrigo e realocação de populações afetadas por catástrofes ambientais;**
- PR** - Nova Proposta **Criar condições de financiamento às pesquisas que permitam estabelecer marcos técnicos iniciais e indicadores de qualidade ambiental para ar, clima, biodiversidade, água, uso do solos e resíduos (geomedicina), viabilizando sua consolidação em relatórios ambientais anuais por município, unidade hidrográfica e estado;**



PR - Nova Proposta Criar lei que possa garantir abatimentos nas contribuições de Imposto de Renda - IR a toda empresa que invista parcela de seu lucro em pesquisas, como incentivo à participação como agentes financiadores de pesquisas ambientais, junto a Universidades e outras Instituições de Pesquisas. Possibilitando desta forma que essas empresas possam exercer seu dever de responsabilidade sócio-ambiental, dinamizando a tecnologia a favor da sociedade e do meio ambiente;

PR - Nova Proposta Implantar mecanismo legal para que os recursos provenientes de multas aplicadas em função de impactos ambientais negativos gerados pelos processos produtivos e de prestação de serviços sejam destinadas a pesquisas em prol de soluções ambientais em locais degradados, com indicadores de desempenho de resultado de projetos por região;

PR - Nova Proposta Priorizar pesquisas em educação ambiental, saúde e qualidade de vida;

PR - Nova Proposta Criar comissão estadual, em parceria com entidades civis, escritórios municipais, regionais, estaduais e federal dos órgãos ambientais e das instituições de ensino (incentivando a integração e transversalidade da pesquisa) para análise de temas pertinentes ao meio ambiente. Os resultados desta pesquisa devem ter divulgação em fóruns, feiras, congressos etc, possibilitando desta forma o acesso ao conhecimento por toda a sociedade;

PR - Nova Proposta Destinar recursos para estudos de viabilidade técnica e sua difusão quanto à aptidão produtiva dos solos e sistemas de cultivos alternativos, como os agroflorestais e outras opções agrícolas, bem como para zoneamento agroflorestal/agroecológico, de forma a garantir a preservação do meio ambiente, evitando a monocultura e buscando garantir o desenvolvimento sustentável do agricultor e da propriedade rural;

PR - Nova Proposta Determinar que as instituições de ensino superior públicas e as escolas profissionalizantes do Estado recebam recursos e aparelhagem, e as privadas, recebam incentivo para realizar pesquisas:

-para o desenvolvimento de novos produtos e materiais a partir de resíduos provenientes da coleta seletiva do lixo domiciliar e da construção civil;

-sobre os efeitos residuais de produtos agrotóxicos em alimentos, nos solos e na água;

-para desenvolver motores automotivos com o emprego de biocombustíveis, obtidos de sementes oleaginosas, da fermentação de resíduos animais e vegetais e ainda de fontes alternativas, como energia elétrica e solar;

-de plantas medicinais, objetivando o desenvolvimento de medicamentos naturais de fácil acesso à população;

-para o desenvolvimento de novos produtos e materiais, a partir de resíduos provenientes da coleta seletiva do lixo domiciliar e da construção civil;

PR - Nova Proposta Criar centros de formação ambiental para disseminação dos conhecimentos e práticas alternativas;

PR - Nova Proposta Garantir maiores recursos para pesquisa e para a fiscalização dos órgãos ambientais;

PR - Nova Proposta Instrumentalizar as instituições de pesquisa, com investimento em aparelhagem técnica e capacitação de pessoal, atendendo as especificidades regionais e de educação e de comunicação e às demandas da comunidade;

PR - Nova Proposta Intensificar pesquisas focando as causas modificadoras dos fatores climáticos e a reabilitação de áreas degradadas, com equilíbrio na distribuição de recursos para pesquisa e para as ações de recuperação ambiental;

PR - Nova Proposta Promover pesquisas e seminários, que aprimorem o conhecimento ambiental e resultem em melhor aproveitamento dos recursos energéticos.

PR - Nova Proposta Investir em pesquisa de espécies alternativas para a produção de biocombustível como alternativa de renda para agricultura familiar, e promover o uso de biocombustível (etanol) em substituição a combustíveis fósseis;

PR - Nova Proposta Realizar estudos de viabilidade quanto à implantação de modelos alternativos de fonte natural de energia (a exemplo da eólica e biodigestores), investir nas mesmas e divulgar as técnicas alternativas, subsidiando e efetivando seu consumo, inclusive com melhoria de técnicas arquitetônicas para aproveitamento de luz natural;

PR - Nova Proposta Realizar, em âmbito estadual e federal, estudos profundos, ouvindo a sociedade civil e universidades, para implantação de usinas hidrelétricas previstas e/ou aprovadas, investindo prioritariamente no melhor aproveitamento da energia elétrica já disponível. Exigir, dentro do processo de licenciamento ambiental, estudos sobre quantificação das emissões, redução e compensação destas em hidroelétricas;

PR - Nova Proposta Fomentar a pesquisa e financiar a implantação de fontes alternativas de energia;

PR - Nova Proposta Promover, incentivar e fomentar instituições de ensino superior e tecnológicas, além de profissionais, no desenvolvimento de pesquisas voltadas para a busca de novas tecnologias e conceitos para habitações à população de baixa renda, divulgando o uso de materiais alternativos e recicláveis e técnicas junto às comunidades;

PR - Nova Proposta Propor às universidades, faculdades, escolas técnicas e afins, a reorganização curricular no que se refere a tecnologias alternativas (pesquisa e extensão) que levem à sustentabilidade das edificações rurais e urbanas;

PR - Nova Proposta Elaborar estudos para efetiva implantação de geração de energia eólica, de captação de águas pluviais e seu reaproveitamento para fins não potáveis nas edificações;

PR - Nova Proposta Criar mecanismos, inclusive de financiamento, para que as universidades apoiem efetivamente a sociedade na produção de conhecimento e sua divulgação através de atividades de extensão nas áreas de/ou para:

Desenvolvimento sustentável;

Arborização urbana;

Biodiversidade;

Desenvolvimento de modelos arquitetônicos mais bem adaptado às nossas condições econômicas e ambientais;

Melhor aproveitamento das áreas urbanas;

Adaptação para enfrentar fenômenos naturais como ciclones e furacões em todas as regiões.

RJ - Fortalecimento das universidades, empresas, fundações, institutos e órgãos de pesquisa, assistência técnica e extensão municipais, estaduais e federais, responsáveis pela produção científica, transferência de tecnologia, execução e monitoramento de políticas de enfrentamento, adaptação e mitigação dos efeitos de mudança do clima;

RJ - Ampliação dos recursos humanos, financeiros e materiais dessas instituições e das instituições de fomento à pesquisa;
EXEMPLOS:

UNIVERSIDADES: UFRJ; UFF; UERJ; UFRRJ; UNIVERSIDADES PARTICULARES.

EMPRESAS/INSTITUTOS/FUNDAÇÕES: PESAGRO; EMATER; EMBRAPA; INT; FIOCRUZ; FEEMA/IEF/SERLA=INEA; IPP; IBAM; FIPERJ; FAPERJ; FUNASA; INCRA; CETEM; CPRM; CENPES;

RJ - Mais recursos para o desenvolvimento de pesquisa na área de energias alternativas (eólica, solar, agro-energia, biocombustíveis);

RJ - Implantar programas de tecnologias socioambientais que visem à adaptação de comunidades localizadas em áreas de vulnerabilidade climática;



RJ - Democratizar o acesso às comunidades populares no desenvolvimento de tecnologias, garantindo direitos nacional e internacionalmente reconhecidos à criação de novas tecnologias que venham diminuir impactos ambientais;

RJ - Articulação dos poderes públicos, dos agentes privados e setores sociais criando mecanismos participativos para a formulação de políticas públicas, aproveitando tecnologias e processos alternativos que possibilitem o máximo aproveitamento dos recursos naturais e materiais dentro da perspectiva social e de sustentabilidade;

RJ - Fomentar centro de pesquisa e de desenvolvimento tecnológicos locais em educação ambiental, agindo localmente pensando globalmente.

RN - Incentivar a pesquisa para o desenvolvimento e o uso de protótipos de energias alternativas.

RN - Criar núcleos regionais de estudos ambientais para formar e capacitar agentes de pesquisas locais com incentivos de bolsas.

RN - Ampliar a rede de marégrafos e ondógrafos na costa brasileira, com aquisição e instalação de mais equipamentos, a fim de melhorar a coleta de dados e a produção de informações oceanográficas.

RN - Pesquisar, selecionar e difundir alternativas tecnológicas, adaptadas às condições do semi-árido para a produção de bens econômicos diversificados e de captação e armazenamento de água.

RN - Promover e estimular os órgãos de pesquisa para que desenvolvam tecnologias onde visem a redução, recuperação e conservação dos solos agricultáveis utilizado pelo setor ceramista.

RN - Incentivar a criação de fundos que fomentem a pesquisa do Bioma Caatinga e implementação de projetos socioambientais para o semi-árido, adotando mecanismos de acompanhamento do processo, avaliação e publicação dos resultados.

RN - Promover e incentivar pesquisas e práticas de reflorestamento, preservação e uso sustentável da vegetação, com elaboração de diagnóstico das microrregiões.

RN - Criar um prêmio nacional para incentivar soluções tecnológicas para a problemática da desertificação.

RN - Promover estudos para identificar pontos críticos rurais e urbanos para as escolhas das áreas destinadas à preservação.

RN - Promover estudos das causas do processo de desertificação do semi-árido com foco no desenvolvimento e alternativas tecnológicas e/ou de processo ambiental e economicamente sustentável.

RO - [Nova Proposta] Promover pesquisas voltadas para a agricultura sustentável com participação das organizações comunitárias no planejamento, implementação, monitoramento e avaliação, priorizando: Aumentar a eficiência no uso e recuperação de áreas degradadas; Desenvolver sistemas agro-florestais; Usar adubação orgânica; Oferecer alternativas em substituição ao uso do fogo; Utilizar sementes de mudas, fiscalizadas, de frutas regionais; Analisar a viabilidade econômica de produtos alternativos; Assegurar recursos para pesquisa e elaboração de projetos na área de reflorestamento; Fomentar o desenvolvimento de tecnologias de proteção e preservação ambiental, com o apoio e cooperação entre universidades, empresas, organizações não governamentais e Governo Federal; Fomentar pesquisas e assessoria técnica em extensão florestal para a qualidade produtiva e gerencial do pequeno agricultor a partir do poder público, com articulação de seus órgãos afins e/ou com a sociedade civil organizada; Fomentar a pesquisa e a extensão acadêmica com a temática do desenvolvimento sustentável com as temáticas afins; Fomentar a implantação de CETEC's para pesquisa na área da cadeia produtiva da base florestal.

RO - [Nova Proposta] Colocar como pré-requisito em editais de projetos de fundos públicos, informações sobre perspectivas de continuidade das ações propostas e retorno efetivo e comprovado às comunidades alvo;

RO - [Nova Proposta] Incentivar a popularização da ciência, com a divulgação de informações de pesquisas em linguagem acessível ao público leigo e através de atividades de extensão;

RO - [Nova Proposta] Incentivar a pesquisa para a preservação e restauração da fauna e da flora nos ecossistemas;

RO - [Nova Proposta] Pesquisar o potencial dos produtos dos biomas brasileiros, especialmente o amazônico, além de criar mecanismo de cooperação externa para garantir a patente legítima;

RO - [NOVA PROPOSTA] Criar um fundo setorial para financiamento de programas e projetos para a formação e fixação de recursos humanos necessários para desenvolver atividades de pesquisa relacionadas à mitigação e adaptação às mudanças climáticas regionais;

RO - [NOVA PROPOSTA] Fomentar o desenvolvimento de modelos regionais para análise de cenários de mudanças climáticas que, em conjunto com os resultados do modelo ETA/CPTEC, subsidiem na tomada de decisão;

RO - [NOVA PROPOSTA] Criar mecanismos legais que vinculem a execução de pesquisa à instituições locais afins com retorno dos dados coletados e dos resultados obtidos à sociedade local.

RO - [NOVA PROPOSTA] Criar, consolidar e integrar as fundações de amparo à pesquisa em todos os estados da federação, com ênfase na região amazônica.

RO - [Nova Proposta] Investir em pesquisa, para a viabilidade técnica, econômica e ambiental do uso de hidrogênio como fonte de energia;

RO - [Nova Proposta] Realizar estudos de viabilidade sobre a repotencialização de usinas hidrelétricas, visando evitar a construção de novas hidrelétricas, para comprovar ou não a sua viabilidade sócio-ambiental;

RO - [Nova Proposta] Incentivar a popularização da ciência, com a divulgação de informações resultantes de projetos de pesquisas em linguagem acessível ao público leigo e através de mídias alternativas;

RO - [Nova Proposta] Fomentar e desenvolver projetos que possam quantificar o potencial pesqueiro e quando necessário realizar o repovoamento dos rios com alevinos de espécies locais;

RR - Fomentar programa de revitalização das matas ciliares em áreas urbanas, para manutenção dos recursos hídricos, através do estímulo a pesquisa e produção de espécies nativas

RS - Evitar o fomento governamental a programas e projetos que ambientalmente não sejam sustentáveis;

RS - Criar um prêmio, nos moldes do Jovem Cientista, com foco nas mudanças climáticas, fortalecendo, dessa forma, o interesse acadêmico no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias relacionadas ao tema;

RS - Estruturar e manter base de pesquisa com literatura relacionada ao tema nas universidades federais ou estaduais e centros de pesquisa do País;

RS - Fomentar a incubação tecnológica para o desenvolvimento de estudos e tecnologias na área.

SC - Nova Proposta - Investir em pesquisas sobre os efeitos das mudanças climáticas na agricultura e nos centros urbanos, e propor ações com vistas à redução das emissões desses setores;

SC - Nova Proposta - Investir em pesquisas sobre as relações das mudanças climáticas na agricultura, pecuária, meio ambiente e saúde humana, visando outras formas de produção de energia e alimentos;

SC - Nova Proposta - Promover a criação de uma rede brasileira de pesquisadores em mudanças climáticas, de modo a possibilitar a integração dos estudos, a troca de experiências e a construção e manutenção de um Sistema Nacional de Informações em Mudanças Climáticas;

SC - Nova Proposta - Promover políticas públicas de incentivo ao crédito de carbono e destinar os recursos advindos de projetos públicos para programas, projetos e ações ecologicamente corretos, socialmente inclusivos e economicamente viáveis voltados ao combate e/ou mitigação das mudanças climáticas;



- SC - Nova Proposta - **Fomento às pesquisas em tecnologias limpas de produção energética;**
- SC - Nova Proposta - **Definição de metodologias e inventários padrão para mapeamento e controle de processos emissores de gases de efeito estufa (G.E.E.) e demais elementos poluentes para as Mudanças Climáticas;**
- SC - Nova Proposta - **Definir parâmetros e padrões de controle, e realizar inventário de emissões atmosférico, para se estabelecer um protocolo que limite a emissão destes gases;**
- SC - Nova Proposta - **Realizar estudo visando quantificar as emissões de GEE e subsidiar a elaboração de programas nacional e estadual de redução das emissões;**
- SC - Nova Proposta - **Ampliar e aperfeiçoar o monitoramento meteorológico e facilitar o acesso às informações pelos agricultores;**
- SC - Nova Proposta - **Destinar os recursos oriundos das multas, compensações ambientais, bem como de TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), compondo um fundo para financiar pesquisas de geração de tecnologias necessárias ao desenvolvimento econômico ambientalmente sustentado, e também para financiar investimentos tecnológicos não poluentes para os pequenos produtores rurais;**
- SC - Nova Proposta - **Aperfeiçoar os sistemas de monitoramento, detecção e informação de eventos climáticos extremos, integrando-os em rede e socializando os dados obtidos;**
- SC - Nova Proposta - **Investir em pesquisas para avaliação dos impactos ambientais em relação à produção e utilização dos biocombustíveis;**
- SC - Nova Proposta - **Pesquisar a utilização do biogás de dejetos suínos; na produção de energia elétrica de consumo comercial e industrial, com desenvolvimento de políticas para sua utilização;**
- SC - Nova Proposta - **Comprometer os setores privados e públicos a realizarem pesquisas e programas, desenvolvendo tecnologias de energia limpa, de baixa emissão de gases do efeito estufa.**
- SC - Nova Proposta - **Fomentar pesquisas para o desenvolvimento de produtos biodegradáveis;**
- SC - Nova Proposta - **Fortalecer e integrar as linhas de pesquisas ligadas às áreas ambientais, lançando editais específicos em relação às Mudanças Climáticas;**
- SC - Nova Proposta - **Criar mecanismos que possam favorecer o controle e a participação da sociedade nas pesquisas associadas às mudanças climáticas, bem como que permitam uma maior publicidade dos resultados e informações obtidos;**
- SC - Nova Proposta - **Desenvolver MDL (mecanismos de desenvolvimento limpo) adequados à realidade nacional. Ex.: plantio de florestas de alta produção;**
- SC - Nova Proposta - **Fomentar e apoiar iniciativas de intercâmbio para desenvolver e difundir as tecnologias para os Mecanismos Flexíveis (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e Implementação Conjunta) seja em nível nacional (municipal, estadual ou federal) e internacional;**
- SC - Nova Proposta - **Criar mecanismos para desburocratizar e agilizar a tramitação dos projetos de Mecanismos Flexíveis (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e Implementação Conjunta).**
- SC - Nova Proposta - **Controlar a emissão de gases (GEE) e poluentes, através do desenvolvimento e otimização de equipamentos em processos adicionais, assim como pela utilização de recursos e ações que visam à redução, diminuição, mitigação, segregação dos gases (GEE) e poluentes.**
- SC - Nova Proposta - **Apoiar iniciativas para o desenvolvimento de tecnologias de proteção e conservação dos recursos hídricos, visando a manutenção dos ecossistemas.**
- SC - Nova Proposta - **Prover incentivos, inclusive financeiros para a pesquisa epistemológica das áreas de fronteira implicadas nas mudanças climáticas, sejam ciências exatas, biológicas, sociais e humanas, econômicas, jurídicas e outras.**
- SC - Nova Proposta - **Promover pesquisas sobre os processos que geram emissões de GEE por hidrelétricas em áreas de florestas e divulgar/justificar as metodologias adotadas.**
- SC - Nova Proposta - **Definir fundo específico para pesquisa em mudanças climáticas.**
- SC - Nova Proposta - **Promover pesquisas sobre emissões de GEE por hidrelétricas e divulgar/justificar as metodologias mais apropriadas para esses cálculos.**
- SC - Nova Proposta - **Ampliar programas de pesquisa para desenvolvimento de tecnologias limpas de reutilização de resíduos de construção civil.**
- SC - Nova Proposta - **Criar programas para pesquisa e aplicação de insumos e matérias-primas alternativas para a construção civil.**
- SC - Nova Proposta - **Criar programas de pesquisa para o desenvolvimento tecnológico e aproveitamento total do resíduo orgânico para a produção de energia e fertilizantes.**
- SC - Nova Proposta - **Desenvolver pesquisas aplicadas para transformação dos resíduos em subprodutos.**
- SC - Nova Proposta - **Fomentar pesquisas sobre o papel das florestas nativas, do desmatamento e dos serviços ambientais no quadro das mudanças climáticas, com vistas à definição e/ou fortalecimento de políticas de compensação e incentivo à manutenção de remanescentes florestais e criação de programas de restauração da biodiversidade com espécies da fauna e flora nativas;**
- SC - Nova Proposta - **Ampliar pesquisa científica, com incentivo aos usuários, para reutilização dos recursos hídricos superficiais em seus processos produtivos, minimizando as perdas de água.**
- SE - **Promover pesquisas tecnológicas para o reaproveitamento de áreas industriais devolutas visando, por exemplo, a instalação de novas alternativas de produção de energia**
- SP - Destinar maiores investimentos em tecnologia para aquisição e tratamento de informações ambientais.
- SP - Ampliar o apoio tecnológico para as pequenas e médias empresas desenvolverem técnicas e ambientalmente corretas;
- SP - Incentivar a pesquisa tecnológica visando à obtenção de energia renovável a custos mais competitivos;
- SP - Aprofundar estudos, divulgá-los e identificar as áreas mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas, para permitir a revisão e atualização das políticas gerais de desenvolvimento e as medidas específicas para adaptação;
- SP - Estudar a eficácia e os impactos ambientais de combustíveis de fontes renováveis;
- SP - Garantir a participação de especialistas, da sociedade civil e do setor empresarial nas discussões internacionais das mudanças climáticas;
- SP - Destinar recursos federais para estudos que identifiquem e mapeiem as condições atuais dos dados ambientais regionais e aponte soluções para interromper o processo de degradação, tornando público estes estudos;
- SP - Garantir que os recursos compensatórios repassados aos municípios pela União, destine 30% o Fundo Municipal de Desenvolvimento Sustentável e/ou Fundo Municipal de Meio Ambiente, para o gerenciamento, aplicação e liberação destes recursos na forma de financiamento reembolsáveis e não reembolsáveis, para Projetos e Programas de Desenvolvimento Sustentáveis locais, visando ações mitigadoras ou de adaptação às mudanças climáticas; e que 20%, sejam obrigatoriamente destinados ao fortalecimento das estruturas que compõem o SISNAMA local;
- SP - Quebra de patentes e estímulo ao desenvolvimento e trocas de processos e tecnologias que permitam a redução da emissão de GEE;



- SP** - Banco de micro crédito de créditos de carbono destinado a fomentar pequenos e médios empresários, municípios e outras iniciativas;
- SP** - Fomentar a pesquisa e tecnologia da produção de energia elétrica via célula-combustível com hidrogênio de hidrólise solar.
- SP** - Estimular pesquisas sobre impactos das mudanças climáticas nos recursos pesqueiros visando estabelecer políticas de ordenamento de pesca sustentável.
- SP** - Criar linhas de crédito para financiamentos e incentivos fiscais ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e mitigação de gases causadores de efeito estufa.
- SP** - Divulgar e incentivar a elaboração e implantação de projetos de créditos de carbono, mantendo um cadastro de projetos de redução de emissões de GEE e de captação de CO₂.
- SP** - Investimento do Governo Federal nas instituições de pesquisa científica para novas descobertas na área de reaproveitamento e destinação dos resíduos sólidos.
- TO** - Realizar pesquisa sobre a diversidade biológica com objetivo de subsidiar a implementação de políticas públicas para proteção e adaptação;
- TO** - Fomentar e incentivar projetos que desenvolvam programas de gestão ambiental, sustentabilidade e produção mais limpa, voltados para micro, pequenas e médias empresas com parceria das entidades, **ONGs e associações que tenham responsabilidade social e ambiental;**
- TO** - Aumentar os recursos disponíveis para pesquisas nas áreas de mudanças climáticas e dar incentivo a iniciativa **pública** e privada e instituições de ensino para investir em projetos e pesquisas do gênero, **inclusive de seqüestro de carbono, com parceria das entidades, ONGs e associações que tenham responsabilidade social e ambiental;**
- TO** - Estimular pesquisas na mudança da matriz energética, com foco na utilização de energia e não apenas no combustível.

Propostas de Síntese

26 - Melhorar e ampliar os trabalhos de assistência técnica e extensão Rural – ATER, com incentivo à pesquisa e à geração de tecnologias apropriadas para a convivência com o semi-árido, principalmente no que diz respeito ao uso da água, e pesquisar novas tecnologias para o uso do sal retirado no processo de dessalinização da água, aproveitando as experiências de êxito.

27 - Ampliar e fomentar pesquisas e monitoramento sobre a qualidade das águas superficiais e subterrâneas e sobre reutilização dos recursos hídricos, objetivando minimizar as perdas de água, e promover estudos estratégicos para a redução da poluição das águas subterrâneas, bem como fomentar e intensificar pesquisas focando as causas modificadoras, os impactos dos fatores climáticos nas bacias hidrográficas e a reabilitação de áreas degradadas.

28 - Criar e implementar um sistema eficaz de alerta climático, integrado em rede e permitindo a disponibilização dos dados obtidos, com elaboração de mapas de impacto, vulnerabilidade dos ecossistemas brasileiros e dos assentamentos humanos e adaptação às mudanças climáticas globais.

29 - Criar programas de pesquisas e extensão induzidas nas áreas de meio ambiente, como programas para pesquisa e aplicação de insumos e matérias-primas alternativas para a construção civil e uso de materiais ecologicamente corretos, propondo às universidades, faculdades, escolas técnicas e afins, a reorganização curricular no que se refere a tecnologias alternativas que levem à sustentabilidade das edificações rurais e urbanas.

30 - Criar um prêmio, nos moldes do Jovem Cientista, com foco nas mudanças climáticas, para incentivar soluções tecnológicas, fortalecendo, dessa forma, o interesse acadêmico no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias relacionadas ao tema e promover incentivos financeiros a projetos culturais e científicos, com foco no meio ambiente.

31 - Fortalecer as universidades, empresas, fundações, institutos e órgãos de pesquisa, assistência técnica e extensão municipais, estaduais e federais, responsáveis pela produção científica, transferência de tecnologia, execução e monitoramento de políticas de enfrentamento, adaptação e mitigação dos efeitos de mudança do clima, criando núcleos regionais de estudos ambientais para formar e capacitar agentes de pesquisas locais com incentivos de bolsas, incentivando a popularização da ciência, com a divulgação de informações resultantes de projetos de pesquisas em linguagem acessível ao público leigo e através de atividades de extensão.

32 - Promover e incentivar pesquisas e práticas de reflorestamento, preservação e uso sustentável da vegetação, com elaboração de diagnóstico das microrregiões; pesquisar o potencial dos produtos dos biomas brasileiros, além de criar mecanismo de cooperação externa para garantir a patente legítima e desenvolver trabalhos de pesquisa sobre sucessões ecológicas e os mecanismos de sinergia que operam durante a sucessão, a fim de melhorar e desenvolver metodologias de recuperação de ecossistemas promovendo estudos para identificar pontos críticos rurais e urbanos para as escolhas das áreas para preservação.

33 - Fortalecer os centros de pesquisas agropecuárias, a assistência técnica e difusão de tecnologias, ampliando o apoio da EMATER e Agências de Desenvolvimento Rural, de forma a gerar estudo sobre técnicas sustentáveis e desenvolver projetos que possam gerar capacitação dos pequenos produtores, de pequenas e médias empresas, de modo que possa ser aprimorada a cadeia produtiva, e, conseqüentemente, melhorada a vida do produtor rural.

34 - Investir em pesquisas sobre as relações das mudanças climáticas nos centros urbanos, na agricultura, pecuária, meio ambiente e saúde humana, visando à redução das emissões desses setores e outras formas de produção de energia e alimentos como o aproveitamento total do resíduo orgânico para a produção de energia e fertilizantes.

35 - Criar instrumento pertinente que possa garantir abatimentos nas contribuições do Imposto de Renda - IR à toda empresa que invista parcela de seu lucro em desenvolvimento científico e tecnológico, como incentivo à participação do setor produtivo como agentes financiadores de pesquisas ambientais, junto à universidades e outras Instituições de estudos e pesquisas, possibilitando, desta forma, que essas empresas possam exercer seu dever de responsabilidade sócio-ambiental, dinamizando a tecnologia a favor da sociedade e do meio ambiente.



36 - Criar fundo específico para pesquisa em mudanças climáticas, elevar os investimentos e fortalecer as linhas de pesquisas e atividades nas áreas de mudanças climáticas e dar incentivo às iniciativas pública e privada e instituições de ensino para investir em projetos e pesquisas do gênero, inclusive de seqüestro de carbono, priorizando parcerias com entidades que tenham responsabilidade social e ambiental.

37 - Elaborar nova lei que obrigue as empresas de grande porte, exceto as já contempladas pela Lei 9.991/2000, a investirem 1% de sua receita operacional líquida (ROL) anual em pesquisa e desenvolvimento sustentável.

39 - Incentivar e promover o desenvolvimento de pesquisas nas Unidades de Conservação, bem como estudos sobre diversidade biológica com objetivo de subsidiar a implementação de políticas públicas para sua proteção e adaptação frente às mudanças climáticas.

40 - Estimular pesquisas sobre impactos das mudanças climáticas nos recursos pesqueiros visando estabelecer políticas de ordenamento de pesca sustentável, em parceria com as colônias de pescadores.

41 - Investir em pesquisas para avaliação dos impactos ambientais em relação à produção e utilização dos biocombustíveis e estudar a eficácia, os impactos ambientais e a sustentabilidade dos combustíveis de fontes renováveis.

43 - Investir sistemática e continuamente, incluindo a aplicação de recursos públicos, em pesquisas, estudos e desenvolvimento tecnológico relacionados a fontes de energia renováveis (eólica, biodigestores, solar, hidrogênio, maré-motriz, etc) e seu melhor aproveitamento a fim de minimizar o processo de mudanças climáticas globais.

Educação e Cidadania Ambiental

Texto Original

Incluir a Estratégia de Educação Ambiental no Plano Nacional sobre Mudança do Clima, com a criação de um Grupo de Trabalho específico para delinear-la e implementá-la;

Destaques

Supressão Total da Proposta

DF - Supressão Total da Proposta

Supressão Parcial

AM - Incluir a ~~Estratégia de~~ Educação Ambiental no Plano Nacional sobre Mudança do Clima; **com a criação de um Grupo de Trabalho específico para delinear-la e implementá-la;**

SC - Incluir a ~~Estratégia de~~ Educação Ambiental no Plano Nacional sobre Mudança do Clima, com a criação de um Grupo de Trabalho específico para delinear-la e implementá-la;

Substitutiva

RS - Incluir a Estratégia de Educação Ambiental no Plano Nacional sobre Mudança do Clima, com a criação de um Grupo de Trabalho **específico com representação regional específica** para delinear-la e implementá-la;

Propostas de Síntese

1 - Incluir a Educação Ambiental no Plano Nacional sobre Mudança do Clima, com a criação de um Grupo de Trabalho para delinear-la e implementá-la, com representação regional específica.

2 - Supressão Total da Proposta.

Texto Original

Promover a implementação do SISNEA – Sistema Nacional de Educação como articulador da Estratégia de Educação Ambiental, para consolidar a gestão compartilhada e a capilaridade da formação em educação ambiental, que se constitui em ferramenta facilitadora para o cumprimento das ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas;

Destaques

Supressão Parcial

AM - Promover a implementação do SISNEA – Sistema Nacional de Educação **como articulador da Estratégia de Educação Ambiental**, para consolidar a gestão compartilhada e a capilaridade da formação em educação ambiental, **que se constitui em ferramenta facilitadora** para o cumprimento das ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas;

Substitutiva

AC - ~~Promover a implementação~~ **instituir e implementar do** o SISNEA – Sistema Nacional de Educação Ambiental **como articulador da Estratégia de Educação Ambiental** para articular a gestão compartilhada e a capilaridade da **formação em** educação ambiental, **que se constitui em ferramenta facilitadora para o cumprimento das ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas** criando instrumento de fomento e ampliando a dimensão de EA nos fundos já existentes, garantindo o seu financiamento

Aditiva

ES - Promover a implementação do SISNEA – Sistema Nacional de Educação **Ambiental** como articulador da Estratégia de Educação Ambiental, para consolidar a gestão compartilhada e a capilaridade da formação em educação ambiental, que se constitui em ferramenta facilitadora para o cumprimento das ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas;

PB - 4.1.2 Promover a implementação do SISNEA (Sistema Nacional de Educação **Ambiental**) como articulador da Estratégia de Educação Ambiental, para consolidar a gestão compartilhada e a capilaridade da formação em educação ambiental, que se constitui em ferramenta facilitadora para o cumprimento das ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas;

PR - Promover a implementação do SISNEA – Sistema Nacional de Educação como articulador da Estratégia de Educação Ambiental, **como garantia de dotação orçamentária** para consolidar a gestão compartilhada e a capilaridade da formação em educação ambiental, que se constitui em ferramenta facilitadora para o cumprimento das ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas;

RO - Promover a implementação do SISNEA – Sistema Nacional de Educação **Ambiental** como articulador da Estratégia de Educação Ambiental, para consolidar a gestão compartilhada e a capilaridade da formação em educação ambiental, que se constitui em ferramenta facilitadora para o cumprimento das ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas;

SC - Promover a implementação do SISNEA – Sistema Nacional de Educação **Ambiental** como articulador da Estratégia de Educação Ambiental, para consolidar a gestão compartilhada e a capilaridade da formação em educação ambiental, que se constitui em ferramenta facilitadora para o cumprimento das ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas;

SE - Promover a implementação do SISNEA – Sistema Nacional de Educação como articulador da Estratégia de Educação Ambiental, para consolidar a gestão compartilhada e a capilaridade da formação em educação ambiental **e articulações políticas para garantir a infraestrutura necessária para execução**, que se constitui em ferramenta facilitadora para o cumprimento das ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas;

Propostas de Síntese

3 - Instituir e implementar o SISNEA – Sistema Nacional de Educação Ambiental para articular a gestão compartilhada e a capilaridade da educação ambiental, criando instrumento de fomento para este sistema, para o cumprimento das ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.



Texto Original

Promover a inserção, em todas as instituições de educação superior, da Educação Ambiental como disciplina, ou projeto curricular inter e transdisciplinar obrigatórios, incentivando a presença da educação ambiental nos cursos de bacharelados, para propiciar a formação de profissionais comprometidos com as transformações sócio-ambientais e culturais, com foco especial na formação inicial de professores em todas as licenciaturas, cursos de magistério e pedagogia;

Destaques

Supressão Total da Proposta

AM - Promover a inserção, em todas as instituições de educação superior, da Educação Ambiental como disciplina, ou projeto curricular inter e transdisciplinar obrigatórios, incentivando a presença da educação ambiental nos cursos de bacharelados, para propiciar a formação de profissionais comprometidos com as transformações sócio-ambientais e culturais, com foco especial na formação inicial de professores em todas as licenciaturas, cursos de magistério e pedagogia;

Supressão Parcial

BA - Promover a inserção DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL, em todas as instituições de educação superior, como projeto curricular inter e transdisciplinar obrigatórios, incentivando a presença da educação ambiental nos cursos de bacharelados, para propiciar a formação de profissionais comprometidos com as transformações sócio-ambientais e culturais, com foco especial na formação inicial de professores em todas as licenciaturas, cursos de magistério e pedagogia.

Substitutiva

DF - **Garantir o cumprimento da lei 9795/99 que inclui a Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, e** promover a inserção, em todas as instituições de educação superior, da Educação Ambiental como disciplina, ou projeto curricular inter e transdisciplinar obrigatórios tornando **obrigatória a**, incentivando a presença da educação ambiental nos cursos de bacharelados **e licenciaturas**, para propiciar a formação de profissionais comprometidos com as transformações sócio-ambientais e culturais, com foco especial na formação inicial de professores **em todas as licenciaturas, cursos de magistério e pedagogia;**

MA - Promover a inserção **de cursos de educação ambiental, gestão ambiental e especialização**, em todas as instituições de educação superior, **da tendo a** Educação Ambiental como **disciplina, ou** projeto curricular inter e transdisciplinar obrigatórios, incentivando a presença da educação ambiental nos cursos de bacharelados, para propiciar a formação de profissionais comprometidos com as transformações sócio-ambientais e culturais, com foco especial na formação inicial de professores em todas as licenciaturas, cursos de magistério e pedagogia;

PA - Promover a inserção, em todas as instituições de educação superior, **da** Educação Ambiental **como disciplina, ou projeto curricular inter e transdisciplinar obrigatórios no projeto político pedagógico**, incentivando a presença da educação ambiental nos cursos de **bacharelados graduação**, para propiciar a formação **inicial** de profissionais comprometidos com as transformações sócio-ambientais e culturais, com foco especial na formação **inicial** de professores em todas as licenciaturas; **cursos de magistério e pedagogia;**

PB - 4.1.3 Promover a inserção, em todas as instituições de educação superior, da Educação Ambiental como disciplina, ou projeto curricular inter e transdisciplinar obrigatórios, incentivando a presença da educação ambiental nos cursos de **bacharelados graduação e pós-graduação**, para propiciar a formação de profissionais comprometidos com as transformações sócio-ambientais e culturais, com foco especial na formação inicial de professores em todas as licenciaturas, cursos de magistério e pedagogia;

PR - Promover **a formação em Educação Ambiental de todos os docentes, pesquisadores das instituições de Ensino Superior para propiciar a formação de profissionais comprometidos com as transformações sócio-ambientais e culturais, por meio de práticas inter e transdisciplinares, priorizando os projetos curriculares de todas as licenciaturas e cursos de magistério a inserção, em todas as instituições de educação superior, da Educação Ambiental como disciplina, ou projeto curricular inter e transdisciplinar obrigatórios, incentivando a presença da educação ambiental nos cursos de bacharelados, para propiciar a formação de profissionais comprometidos com as transformações sócio-ambientais e culturais, com foco especial na formação inicial de professores em todas as licenciaturas, cursos de magistério e pedagogia;**

RJ - Promover a inserção, em todas as instituições de educação superior, da Educação Ambiental **como disciplina**, ou projeto curricular inter e transdisciplinar obrigatórios, incentivando a presença da educação ambiental nos cursos de bacharelados, para propiciar a formação de profissionais comprometidos com as transformações sócio-ambientais, **turísticas** e culturais, com foco especial na formação inicial de professores em todas as licenciaturas, cursos de magistério e pedagogia;

RO - Promover a inserção, em todas as instituições de educação superior, da Educação Ambiental como disciplina, ou projeto curricular inter e transdisciplinar obrigatórios, incentivando a presença da educação ambiental nos cursos de bacharelados, **tecnólogo e bacharelado**, para propiciar a formação de profissionais comprometidos com as transformações sócio-ambientais e culturais, com foco especial na formação inicial de professores **em todas as licenciaturas, cursos de magistério e pedagogia;**

RR - Promover a inserção, em todas as instituições de educação superior, da Educação Ambiental como disciplina **obrigatória em todos os currículos, ou e** projeto curricular inter e transdisciplinar **obrigatórios**, incentivando a presença da educação ambiental nos cursos de bacharelados **e licenciaturas**, para propiciar a formação de profissionais comprometidos com as transformações sócio-ambientais e culturais, com foco especial na formação inicial de professores em todas as licenciaturas, cursos de magistério e pedagogia;

SE - Promover a inserção, em todas as instituições de educação superior **e extensão universitária**, da Educação Ambiental como disciplina, ou projeto curricular inter e transdisciplinar obrigatórios, incentivando a presença da educação ambiental **em todos os cursos nos cursos de bacharelados**, para propiciar a formação de profissionais comprometidos com as transformações sócio-ambientais e culturais, com foco especial na formação inicial de professores em todas as licenciaturas, cursos de magistério e pedagogia;

Aditiva

AC - Promover a inserção, em todas as instituições de educação superior, da Educação Ambiental como disciplina, ou projeto curricular inter e transdisciplinar obrigatórios, incentivando a presença da educação ambiental nos cursos de bacharelados, para propiciar a formação de profissionais comprometidos com as transformações sócio-ambientais e culturais, com foco especial na formação inicial de professores em todas as licenciaturas, cursos de magistério e pedagogia **e garantir a transversalidade da educação ambiental nos outros níveis e modalidades de ensino como prevê a lei 9795**

AL - Promover a inserção, em todas as instituições de educação superior, da Educação Ambiental como disciplina, ou projeto curricular inter e transdisciplinar obrigatórios **dos cursos de nível superior de graduação, tecnológicos e de pós-graduação**, incentivando a presença da educação ambiental nos cursos de bacharelados, para propiciar a formação de profissionais comprometidos com as transformações sócio-ambientais e culturais, com foco especial na formação inicial de professores em todas as licenciaturas, cursos de magistério e pedagogia;

RS - Promover a inserção, em todas as instituições de educação superior, da Educação Ambiental como disciplina, ou projeto curricular inter e transdisciplinar obrigatórios, incentivando a presença da educação ambiental nos cursos de bacharelados, **cursos de pós-graduações**, para propiciar a formação de profissionais comprometidos com as transformações sócio-ambientais e culturais, com foco especial na formação inicial de professores em todas as licenciaturas, cursos de magistério e pedagogia;

SP - Promover a inserção, em todas as instituições de educação superior, da Educação Ambiental, **inclusive**, como disciplina, ou projeto curricular inter e transdisciplinar obrigatórios, incentivando a presença da educação ambiental nos cursos de bacharelados, para propiciar a formação de profissionais comprometidos com as transformações sócio-ambientais e culturais, com foco especial na formação inicial de professores em todas as licenciaturas, cursos de magistério e pedagogia;

Propostas de Síntese

34 - Supressão Total da Proposta

35 - Promover a inserção, em todas as instituições de educação superior, da Educação Ambiental, como disciplina, ou projeto curricular inter e transdisciplinar obrigatórios, incentivando a presença da educação ambiental nas graduações e pós-graduações, para propiciar a formação de profissionais comprometidos com as transformações sócio-ambientais e culturais, com foco especial na formação inicial de professores em todas as licenciaturas, cursos de magistério e pedagogia

36 - Promover a formação em Educação Ambiental de todos os docentes e pesquisadores das instituições de Ensino Superior para propiciar a formação de profissionais comprometidos com as transformações socioambientais e culturais, por meio de práticas inter e transdisciplinares, priorizando os projetos curriculares de todas as licenciaturas e cursos de magistério

Texto Original

Promover a formação continuada em educação ambiental das equipes gestoras, técnicas e docentes, promovendo o seu enraizamento nas estruturas governamentais e capacitando para a abordagem e criação de políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas;

Destaques

Substitutiva

AM - Promover **e incentivar** a formação continuada em educação ambiental das equipes **gestoras técnicas e docentes, escolares - docentes e administrativas** - promovendo o seu enraizamento nas estruturas governamentais e capacitando para a abordagem e criação de políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas;

SC - Promover **Realizar** a formação continuada em educação ambiental das equipes gestoras, técnicas e docentes, promovendo o seu enraizamento nas estruturas governamentais e capacitando para a abordagem e criação de políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas;

Aditiva

MA - Promover a formação continuada em educação ambiental das equipes gestoras, técnicas e docentes, **bem como dos conselhos deliberativos de políticas públicas**, promovendo o seu enraizamento nas estruturas governamentais e capacitando para a abordagem e criação de políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas;

PI - 4.1.4- Promover a formação continuada em educação ambiental das equipes gestoras, técnicas e docentes, promovendo o seu enraizamento nas estruturas governamentais **e privadas** e capacitando para a abordagem e criação de políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas;

PR - Promover **e garantir** a formação continuada em educação ambiental das equipes gestoras, técnicas e docentes, promovendo o seu enraizamento nas estruturas governamentais e capacitando para a **sua ação efetiva, para** abordagem e criação de políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas;

SE - Promover a formação continuada em educação ambiental das equipes gestoras, técnicas, docentes **e educadores ambientais formais e não formais**, promovendo o seu enraizamento nas estruturas governamentais e capacitando para a abordagem e criação de políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas;

Propostas de Síntese

37 - Promover a formação continuada em educação ambiental das equipes gestoras, técnicas e docentes e educadores ambientais formais e não-formais, bem como dos conselhos deliberativos e consultivos de políticas públicas, promovendo o seu enraizamento nas estruturas governamentais e capacitando para a abordagem e criação de políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas

Texto Original

Promover a formação de Educadores Ambientais Populares por meio dos Coletivos Educadores e Com-Vidas na comunidade (Círculos de Aprendizagem Participativa sobre Meio Ambiente e Qualidade de Vida), em todo o tecido social, buscando sinergia das ações de instituições de base territorial;

Destaques

Substitutiva

PB - 4.1.5 Promover **o fortalecimento dos programas coletivos educadores e Com-Vidas nas diversas comunidades, com apoio à** formação de Educadores Ambientais Populares **por meio dos Coletivos Educadores e Com-Vidas na comunidade (Círculos de Aprendizagem Participativa sobre Meio Ambiente e Qualidade de Vida)**, em todo o tecido social, buscando sinergia das ações de instituições de base territorial;

Aditiva

AM - Promover **e incentivar** a formação de Educadores Ambientais Populares por meio dos Coletivos Educadores e Com-Vidas na comunidade (Círculos de Aprendizagem Participativa sobre Meio Ambiente e Qualidade de Vida), **a partir das experiências locais** em todo o tecido social, buscando sinergia das ações de instituições de base territorial;

DF - Promover a formação de Educadores Ambientais Populares por meio dos Coletivos Educadores, **Coletivos Jovens pelo Meio Ambiente** e Com-Vidas na comunidade (Círculos de Aprendizagem Participativa sobre Meio Ambiente e Qualidade de Vida), em todo o tecido social, buscando sinergia das ações de instituições de base territorial;



GO - Promover a formação de Educadores Ambientais Populares por meio dos Coletivos Educadores e **Com-Vidas e outros seguimentos sociais** na comunidade (Círculos de Aprendizagem Participativa sobre Meio Ambiente e Qualidade de Vida), em todo o tecido social, buscando sinergia das ações de instituições de base territorial;

MA - Promover a formação de Educadores Ambientais Populares por meio dos Coletivos Educadores, **redes ambientais** e Com-Vidas na comunidade (Círculos de Aprendizagem Participativa sobre Meio Ambiente e Qualidade de Vida), em todo o tecido social, buscando sinergia das ações de instituições de base territorial;

PA - Promover a formação **continuada** de Educadores Ambientais Populares por meio dos Coletivos Educadores e Com-Vidas na comunidade (Círculos de Aprendizagem Participativa sobre Meio Ambiente e Qualidade de Vida), em todo o tecido social, buscando sinergia das ações de instituições de base territorial;

PR - Promover **através do Fundo Nacional de Educação Ambiental** a formação de Educadores Ambientais Populares **e representantes de associações de moradores** por meio dos Coletivos Educadores e Com-Vidas na comunidade **e das redes de Educação Ambiental** (Círculos de Aprendizagem Participativa sobre Meio Ambiente e Qualidade de Vida), em todo o tecido social, buscando sinergia das ações de instituições de base territorial;

SC - Promover a formação de Educadores Ambientais Populares por meio dos Coletivos Educadores e Com-Vidas na comunidade (Círculos de Aprendizagem Participativa sobre Meio Ambiente e Qualidade de Vida), **Coletivos Jovens de Meio Ambiente** em todo o tecido social, buscando sinergia das ações de instituições de base territorial;

TO - Promover a formação de Educadores Ambientais Populares por meio dos Coletivos Educadores e Com-Vidas na comunidade (Círculos de Aprendizagem Participativa sobre Meio Ambiente e Qualidade de Vida) **e CIEA (comissão interinstitucional de educação ambiental)**, em todo o tecido social, buscando sinergia das ações de instituições de base territorial;

Propostas de Síntese

38 - Promover, através do Fundo Nacional de Educação Ambiental, dentre outras fontes de financiamento, a formação e o fortalecimento de Educadores Ambientais Populares, representantes de associações de moradores, Coletivos Educadores, Com-Vidas na comunidade e nas escolas, Coletivos Jovens e das redes de Educação Ambiental, em todo o tecido social, a partir das experiências locais, buscando sinergia das ações de instituições de base territorial.

Texto Original

Apoiar ações de educação ambiental preventivas e transformadoras para além de ações mitigadoras e adaptativas, utilizando metodologias participativas, na elaboração de projetos e programas que visem o manejo sustentável, o desenvolvimento de ações junto às comunidades locais no manejo e utilização da agroecologia;

Destaques

Substitutiva

MS - Apoiar ações de Educação Ambiental, com metodologias participativas, na elaboração de projetos e programas que visem o manejo sustentável, priorizando a capacitação de jovens e adultos e desenvolvendo ações junto às comunidades locais no manejo e utilização da agroecologia;

RO - **Apoiar Executar** ações de educação ambiental preventivas e transformadoras para além de ações mitigadoras e adaptativas, utilizando metodologias participativas, na elaboração de projetos e programas que visem o manejo sustentável, o desenvolvimento de ações junto às comunidades **locais rurais** no manejo e utilização da agroecologia;

Aditiva

SE - Apoiar ações de educação ambiental preventivas e transformadoras para além de ações mitigadoras e adaptativas, utilizando metodologias participativas **saberes populares/tradicionais**, na elaboração de projetos e programas que visem o manejo sustentável, o desenvolvimento de ações junto às comunidades locais no manejo e utilização da agroecologia;

Propostas de Síntese

39 - Apoiar ações de Educação Ambiental preventivas e transformadoras para além de ações mitigadoras e adaptativas, utilizando metodologias participativas e saberes populares e tradicionais na elaboração de projetos e programas que visem o manejo sustentável, o desenvolvimento de ações junto às comunidades locais e utilização da agroecologia.

Texto Original

Promover a inclusão da Educação Ambiental nos projetos político-pedagógicos dos estabelecimentos de ensino, bem como a abordagem integrada das mudanças climáticas nos sistemas de ensino, buscando articulação com as instâncias organizadas, como as Com-vidas (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas), os Conselhos de Escola e Grêmios Estudantis;

Destaques

Substitutiva

AC - **Promover a inclusão da Incluir a** Educação Ambiental nos projetos político-pedagógicos dos estabelecimentos de ensino, bem como a abordagem integrada **às mudanças de comportamento socio-econômico-ambiental que refletem diretamente no aquecimento global nos sistemas de ensino**, buscando articulação com as instâncias organizadas, como as Com-vidas (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas), os Conselhos de Escola e Grêmios Estudantis;

AM - Promover **e efetivar a organização dos COM-VIDAS, grêmios estudantis e Coletivos Jovens de Meio Ambiente e** a inclusão da Educação Ambiental nos projetos político-pedagógicos dos estabelecimentos de ensino, **bem como a abordagem integrada das incluindo a temática** mudanças climáticas nos **currículos; sistemas de ensino; buscando articulação com as instâncias organizadas; como as Com-vidas (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas); os Conselhos de Escola e Grêmios Estudantis;**

AP - **Incluir a Educação Ambiental como temática a ser tratada** nos projetos político-pedagógicos dos estabelecimentos de ensino da educação básica, **bem como a abordagem integrada das mudanças climáticas nos sistemas de ensino, buscando articulação com as**

instâncias organizadas como as Com-vidas – Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida com os Conselhos de Escola, Conselhos Comunitários, Grêmios Estudantis.

DF - Promover a inclusão da Educação Ambiental nos projetos político-pedagógicos dos estabelecimentos de ensino, **independente da sua vertente de ação**, bem como a abordagem integrada das mudanças climáticas nos sistemas de ensino, buscando articulação com as instâncias organizadas, como as Com-vidas (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas), os Conselhos de Escola e Grêmios Estudantis, **APAMs e APMs**;

MA - Promover a inclusão da Educação Ambiental nos projetos político-pedagógicos dos estabelecimentos de ensino, bem como a abordagem integrada das mudanças climáticas nos sistemas de ensino, buscando articulação com as instâncias organizadas, como as Com-vidas (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas), os Conselhos de Escola e Grêmios Estudantis, **em parceria com sindicatos, igrejas e entidades comunitárias**;

PA - Promover a inclusão **de projetos de** Educação Ambiental nos projetos político-pedagógicos dos estabelecimentos de ensino, bem como a abordagem integrada das mudanças climáticas nos sistemas de ensino, buscando articulação com as instâncias organizadas, como as Com-vidas (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas), os Conselhos de Escola e Grêmios Estudantis;

RO - Promover **a inclusão da Educação Ambiental formação continuada de educadores ambientais** nos projetos político-pedagógicos dos estabelecimentos de ensino, bem como a abordagem integrada das mudanças climáticas nos sistemas de ensino, buscando articulação com as instâncias organizadas, como as Com-vidas (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas), os Conselhos de Escola e Grêmios Estudantis;

SC - Promover **e efetivar nas instituições sociais e nos estabelecimentos de ensino** a inclusão da Educação Ambiental nos projetos político-pedagógicos dos estabelecimentos de ensino, bem como a abordagem integrada das mudanças climáticas nos sistemas de ensino, buscando articulação com as instâncias organizadas, como as Com-vidas (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas), os Conselhos de Escola e Grêmios Estudantis **e Coletivos Jovens de Meio Ambiente**;

SE - **Viabilizar permanentemente Promover** a inclusão e **inserção da** Educação Ambiental **obrigatória** nos projetos político-pedagógicos dos estabelecimentos de ensino, bem como a abordagem integrada das mudanças climáticas nos sistemas de ensino, buscando articulação com as instâncias organizadas, como as Com-vidas (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas), os Conselhos de Escola e Grêmios Estudantis;

SP - **Promover Tornar obrigatória** a inclusão da Educação Ambiental nos projetos político-pedagógicos dos estabelecimentos de ensino, bem como a abordagem integrada das mudanças climáticas nos sistemas de ensino, buscando articulação com as instâncias organizadas, como as Com-vidas (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas), os Conselhos de Escola e Grêmios Estudantis **e Coletivos jovens**;

Aditiva

GO - Promover a inclusão da Educação Ambiental nos projetos político-pedagógicos dos estabelecimentos de ensino, bem como a abordagem integrada das mudanças climáticas nos sistemas de ensino, buscando articulação com as instâncias organizadas, como as Com-vidas (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas), os Conselhos de Escola e Grêmios Estudantis; **viabilizando recursos**;

PB - 4.1.7 Promover a inclusão da Educação Ambiental nos projetos político-pedagógicos dos estabelecimentos de ensino **em todos os níveis, inclusive a educação profissional**, bem como a abordagem integrada das mudanças climáticas nos sistemas de ensino, buscando articulação com as instâncias organizadas, como as Com-vidas (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas), os Conselhos de Escola e Grêmios Estudantis;

RJ - Promover a inclusão da Educação Ambiental nos projetos político-pedagógicos dos estabelecimentos de ensino, bem como a abordagem integrada das mudanças climáticas nos sistemas de ensino, buscando articulação com as instâncias organizadas, como as Com-vidas (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas), os Conselhos de Escola e Grêmios Estudantis **e os fóruns comunitários de Agenda 21**;

RS - Promover a inclusão da Educação Ambiental nos projetos político pedagógicos dos estabelecimentos de ensino, bem como a abordagem integrada das mudanças climáticas nos sistemas de ensino, buscando articulação com as instâncias organizadas, como as Com-vidas (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas), os Conselhos de Escola e Grêmios Estudantis, **organizações associativas, comunitárias e pontos de cultura que desenvolvam trabalhos nas perspectivas da pedagogia social**;

Propostas de Síntese

40 - Incluir a Educação Ambiental nos projetos político-pedagógicos dos estabelecimentos de ensino, bem como a abordagem integrada das mudanças socioeconômicas e ambientais relacionadas ao aquecimento global nos sistemas de ensino, buscando articulação com as instâncias organizadas, como as Com-vidas (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas), os fóruns locais de Agenda 21, os conselhos e grêmios estudantis e os Coletivos Jovens de Meio Ambiente.

Texto Original

Sistematizar e consolidar a ação de Formação Continuada em Agenda 21, adequando o seu conteúdo ao contexto da mudança do clima;

Destaques

Substitutiva

AM - **Conhecer, adotar e** sistematizar e consolidar a ação de Formação Continuada em Agenda 21, **como instrumento transversal para integrar ações de formação continuada desta**, adequando o seu conteúdo **ao contexto da** mudança **climáticas para promoção da política e do programa Nacional de Mudanças Climáticas; do clima**;

PA - **Sistematizar e consolidar a Garantir a implantação da** ação de Formação Continuada em Agenda 21 **Local**, adequando o seu conteúdo ao contexto da mudança do clima;

Aditiva

AC - Sistematizar e consolidar a ação de Formação Continuada em Agenda 21, adequando o seu conteúdo ao contexto da mudança do clima; **bem como adaptando às diversas transformações dos vários seguimentos sociais**

SE - Sistematizar e consolidar a ação de Formação Continuada em Agenda 21 **Coletivos Educadores e Com-Vidas, como forma de viabilizar projetos e ações relacionados a mudança do clima**, adequando o seu conteúdo ao contexto da mudança do clima;

TO - Sistematizar e consolidar a ação de Formação Continuada em Agenda 21, adequando o seu conteúdo ao contexto da mudança do clima **e a realidade local**;



Propostas de Síntese

41 - Sistematizar, consolidar e garantir a ação de Formação Continuada em Agenda 21, bem como dos Coletivos Educadores e Com-Vidas, para a promoção da Política e do Programa Nacional de Mudanças Climáticas, adequando o conteúdo às diferentes realidades locais.

Texto Original

Adotar a Agenda 21 como um instrumento transversal de integração de ações, projetos e programas voltados para a implementação da Política e do Plano Nacional de Mudança do Clima;

Destaques

Supressão Total da Proposta

AM - Adotar a Agenda 21 como um instrumento transversal de integração de ações, projetos e programas voltados para a implementação da Política e do Plano Nacional de Mudança do Clima;**Supressão Total da Proposta**

Supressão Parcial

SE - Adotar a Agenda 21 como um **canal de participação instrumento transversal** de integração de ações, **criando editais público nacionais e estaduais para o financiamento de planos de ação oriundos de processos de agendas 21 locais, territoriais, etc, devidamente avaliados para a execução de** projetos e programas **com interface na voltados para a** implementação da Política e do Plano Nacional de Mudança do Clima;

Aditiva

PA - Adotar a Agenda 21 **Local** como um instrumento transversal de integração de ações, projetos e programas voltados para a implementação da Política e do Plano Nacional de Mudança do Clima;

RS - Adotar a Agenda 21 como um instrumento transversal de integração de ações, projetos e programas voltados para a implementação da Política e do Plano Nacional de Mudança do Clima, **agilizando a inclusão de regiões emergenciais de impacto urbano;**

Propostas de Síntese

50 - Supressão Total da Proposta

51 - Adotar a Agenda 21 como um canal de participação e um instrumento transversal de integração de ações, criando editais públicos para o financiamento de ações do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável oriundo de processos de Agendas 21 Locais, territoriais, etc, com interface na implementação da Política e do Plano Nacional de Mudança do Clima, priorizando regiões emergenciais em áreas urbanas.

Texto Original

Estabelecer ações comuns entre a Rede Brasileira de Agendas 21 Locais, os Fóruns de Agenda 21, o Fórum Nacional de Mudanças Climáticas e Fóruns Estaduais de Mudanças Climáticas a nível local, estadual e nacional;

Destaques

Substitutiva

AC - Estabelecer ações comuns **a nível local, estadual e nacional** entre a Rede Brasileira de Agendas 21 Locais, os Fóruns de Agenda 21, o Fórum Nacional de Mudanças Climáticas e Fóruns Estaduais de Mudanças Climáticas **a nível local, estadual e nacional**

SP - Estabelecer ações comuns entre a Rede **Paulista de Educação Ambiental, a Rede Brasileira de Educação Ambiental**, a Rede Brasileira de Agendas 21 Locais, os Fóruns de Agenda 21, o Fórum Nacional de Mudanças Climáticas e Fóruns Estaduais de Mudanças Climáticas a nível local, estadual e nacional;

Aditiva

PA - Estabelecer, **apoiar e fortalecer** ações comuns entre a Rede Brasileira de Agendas 21 Locais, os Fóruns de Agenda 21, o Fórum Nacional de Mudanças Climáticas e Fóruns Estaduais de Mudanças Climáticas a nível local, estadual e nacional;

RS - Estabelecer ações comuns entre a Rede Brasileira de Agendas 21 Locais, os Fóruns de Agenda 21, o Fórum Nacional de Mudanças Climáticas e Fóruns Estaduais de Mudanças Climáticas a nível local, **municipal**, estadual e nacional;

SE - Estabelecer ações comuns entre a Rede Brasileira de Agendas 21 Locais, os Fóruns de Agenda 21, o Fórum Nacional de Mudanças Climáticas e Fóruns Estaduais de Mudanças Climáticas a nível local, estadual e nacional **e fomentar o fortalecimento dos Fóruns ambientais de maneira geral;**

Propostas de Síntese

42 - Estabelecer, apoiar e fortalecer ações comuns entre a Rede Brasileira de Educação Ambiental, a Rede Brasileira de Agendas 21 Locais, os Fóruns de Agenda 21 Local, o Fórum Nacional de Mudanças Climáticas e Fóruns de Mudanças Climáticas a nível local, estadual e nacional;



Texto Original

Apoiar e fortalecer ações de mobilização, consolidação e ampliação da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais, estabelecendo diálogo permanente sobre a criação e implementação de políticas públicas relacionadas à mudança do clima;

Destaques

Aditiva

AC - Apoiar e fortalecer ações de mobilização, consolidação e ampliação da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais, estabelecendo diálogo permanente sobre a criação e implementação de **Agendas 21 locais e** políticas públicas relacionadas à mudança do clima

MG - Apoiar **financeiramente** e fortalecer ações de mobilização, consolidação e ampliação da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais, estabelecendo diálogo permanente sobre a criação e implementação de políticas públicas relacionadas à mudança do clima;

PB - 4.1.11 **Mapear**, apoiar e fortalecer ações de mobilização, consolidação e ampliação da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais, estabelecendo diálogo permanente sobre a criação e implementação de políticas públicas relacionadas à mudança do clima;

Propostas de Síntese

43 - Apoiar, fomentar e fortalecer ações de mobilização, consolidação e ampliação da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais, estabelecendo diálogo permanente sobre a criação e implementação de Agendas 21 locais e políticas públicas relacionadas à mudança do clima;

Texto Original

Fortalecer a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 e adequá-la ao contexto para tratamento do tema - mudança do clima-, pensando o planejamento do desenvolvimento sustentável do país e criando um Grupo de Trabalho de Mudanças Climáticas;

Não existem destaques.

Não existem propostas de síntese.

Texto Original

Identificar universidades que possam se constituir em centros de excelência em pesquisa e formação continuada no tema mudança do clima;

Destaques

Substitutiva

DF - Identificar **e incentivar as instituições de ensino superior e técnico, público e privado universidades** que possam se constituir em centros de excelência em pesquisa e formação continuada no tema mudança do clima;

MA - Identificar **e apoiar as universidades instituições de ensino superior para que criem que possam se constituir em** centros de excelência (**ensino, pesquisa e extensão**) **em pesquisa** e formação continuada, **promovendo intercâmbio entre as universidades que já se destacam** no tema mudança do clima;

PA - Identificar **universidades instituições governamentais e não governamentais** que possam se constituir em centros de excelência em pesquisa e formação continuada no tema mudança do clima;

PR - Identificar **e divulgar sistematicamente entidades e/ou instituições de ensino superior universidades** que possam se constituir em centros de excelência em pesquisa e formação continuada no tema mudança do clima;

SC - Identificar **universidades instituições de ensino superior e pesquisa** que possam se constituir em centros de excelência em pesquisa, e formação continuada **e extensão** no tema mudança do clima;

SP - **Identificar universidades que possam se constituir em centros de excelência em pesquisa e formação continuada no tema mudança do clima;**

Criar e implementar Centros de Referência em pesquisa e formação em Educação Ambiental e em especial no tema de mudança climática articulados com organizações da sociedade civil de forma a compatibilizar as necessidades específicas destas, quer seja por apoio material, estrutural, financeiro e/ou formulação de atividades e ou projetos em conjunto;

Aditiva

AM - Identificar **e criar parcerias com as** universidades **públicas e privadas** que possam se constituir em centros de excelência em pesquisa e formação continuada no tema mudança do clima;

ES - **Identificar Incentivar** universidades **e institutos** que possam se constituir em centros de excelência em pesquisa e formação continuada no tema mudança do clima;

MG - Identificar **e investir recursos financeiros em** universidades **e institutos tecnológicos** que possam se constituir em centros de excelência em pesquisa e formação continuada no tema mudança do clima;

PB - 4.1.13. Identificar **e estimular** universidades **e outras instituições** que possam se constituir em centros de excelência em pesquisa e formação continuada no tema mudança do clima, **nas diversas regiões do país;**

RJ - Identificar universidades **e centros tecnológicos** que possam se constituir em centros de excelência em pesquisa e formação continuada no tema mudança do clima;

RO - Identificar **e promover recursos financeiros ás** universidades que possam se constituir em centros de excelência em pesquisa e formação continuada no tema mudança do clima;

RS - Identificar universidades **e outros centros de pesquisa e ensino** que possam se constituir em centros de excelência em pesquisa e formação continuada no tema mudança do clima;

TO - Identificar **e fomentar** universidades **e outras instituições comprometidas com as questões ambientais para** que possam se constituir em centros de excelência em pesquisa e formação continuada no tema mudança do clima;



Propostas de Síntese

44 - Identificar, fomentar e promover o intercâmbio entre instituições de ensino superior, pesquisa e tecnologia que possam se constituir em centros de excelência em pesquisa e formação continuada no tema mudança do clima, articulando-as com a sociedade civil.

Texto Original

Avaliar as mídias mais adequadas para veiculação de informações sobre mudança do clima considerando as especificidades locais e regionais;

Destaques

Supressão Total da Proposta

AC - Avaliar as mídias mais adequadas para veiculação de informações sobre mudança do clima considerando as especificidades locais e regionais

Substitutiva

DF - ~~Avaliar as mídias mais adequadas para veiculação de informações sobre mudança do clima considerando as especificidades locais e regionais~~ **Promover a educomunicação para inserir o tema mudanças climáticas em todos os meios de comunicação a partir de planos participativos de marketing e comunicação, com ênfase nas rádios e televisões públicas e privadas e considerando as especificidades locais e regionais;**

PB - 4.1.14. ~~Avaliar~~ **identificar** as mídias **mais adequadas** para veiculação de informações sobre mudança do clima considerando as especificidades locais e regionais;

SP - ~~Avaliar as mídias mais adequadas para veiculação de informações sobre mudança do clima considerando as especificidades locais e regionais;~~

Elaborar Planos de comunicação específica para setores chaves provendo os meios de comunicação com conteúdos em formatos adequados para a difusão dos temas relacionados a EA e em especial a mudança do clima, considerando as especificidades locais e regionais;

Aditiva

AL - ~~Avaliar~~ **Utilizar** as mídias mais adequadas para veiculação de informações sobre mudança do clima considerando as especificidades locais e regionais;

ES - ~~Avaliar~~ **Propor um plano de comunicação ambiental contínuo, abrangendo todos os setores e temas, garantindo espaços na programação as mídias dos diversos meios de comunicação públicos e privados** mais adequadas **para** a veiculação de informações sobre mudança do clima considerando as especificidades locais e regionais;

RJ - Avaliar as mídias mais adequadas, **incluindo as comunitárias**, para veiculação de informações sobre mudança do clima considerando as especificidades locais e regionais;

RR - Avaliar **periodicamente** as mídias mais adequadas para veiculação de informações sobre mudança do clima considerando as especificidades locais e regionais

SC - **Identificar**, avaliar **e utilizar** as mídias mais adequadas para veiculação de informações sobre mudança do clima considerando as especificidades locais e regionais, **de acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental;**

SE - Avaliar **todas** as mídias **mais adequadas** para veiculação de informações sobre mudança do clima considerando as especificidades locais e regionais;

Propostas de Síntese

46 - Supressão Total da Proposta

47 - Elaborar planos de comunicação participativos e de educomunicação específicos para setores-chave, identificando e provendo os meios de comunicação com conteúdos e formatos adequados para a difusão dos temas relacionados à Educação Ambiental, e em especial à mudança do clima, considerando as especificidades locais e regionais

Texto Original

Alimentar os meios de comunicação com conteúdos em formatos adequados para a difusão dos temas relacionados à mudança do clima;

Destaques

Supressão Total da Proposta

ES - Alimentar os meios de comunicação com conteúdos em formatos adequados para a difusão dos temas relacionados à mudança do clima;**Supressão Total da Proposta**

Supressão Parcial

RR - Alimentar **subsidiar** os meios de comunicação com conteúdos em formatos adequados para a difusão dos temas relacionados à mudança do clima

Substitutiva

AM - ~~Alimentar~~ **Criar mecanismos que viabilize a intervenção** nos meios de comunicação com conteúdos em formatos adequados para a difusão dos temas relacionados à mudança do clima;

AP - Disponibilizar dados e informações ~~através de um Sistema de Informações Geográficas~~ à sociedade por meio das Tecnologias da Informação e capacitação de multiplicadores (difusores) ambientais, com vistas a viabilizar a implantação e operação de Sistemas de Informação locais, além de promover o intercâmbio sistemático de informações hidrológicas, biológicas, geológicas, químicas e sociológicas disponíveis nas diversas bases de dados.

Aditiva

MA - Alimentar os meios de comunicação com **os** conteúdos **criado em parceria pelos três setores (sociedade civil, empresarial e público)** em formatos adequados para a difusão dos temas relacionados à mudança do clima;

PB - 4.1.15. **Preparar e** alimentar os meios de comunicação com conteúdos em formatos adequados para a difusão dos temas relacionados à mudança do clima;

Propostas de Síntese

48 - Supressão Total da Proposta por já estar contemplada no item anterior (04.01.14)

49 - Disponibilizar à sociedade dados e informações através de um Sistema de Informações Geográficas, criado em parceria pelos três setores (sociedade civil, empresarial e público), utilizando tecnologia da informação e capacitação de multiplicadores (difusores) ambientais, com vistas a viabilizar a implantação e operação de sistemas de informação locais, além de promover o intercâmbio sistemático de informações hidrológicas, biológicas, geológicas, químicas e sociológicas disponíveis nas diversas bases de dados.

Texto Original

Elaborar Planos de comunicação específicos para setores chaves em relação à mudança do clima;

Destaques

Supressão Total da Proposta

ES - Elaborar Planos de comunicação específicos para setores chaves em relação à mudança do clima;**Supressão Total da Proposta**

PR - Elaborar Planos de comunicação específicos para setores chaves em relação à mudança do clima;**Supressão Total da Proposta**

Aditiva

SC - Elaborar **e implementar** Planos de comunicação específicos para setores chaves em relação à mudança do clima;

TO - Elaborar Planos de comunicação específicos para setores chaves em relação à mudança do clima **bem como complementar a legislação vigente adicionando o conteúdo meio ambiente como matéria obrigatória de editoria e incluindo como serviço de utilidade pública;**

Propostas de Síntese

52 - Supressão Total da Proposta

53 - Elaborar e implementar planos de comunicação específicos para setores-chave em relação à mudança do clima, bem como complementar a legislação vigente, adicionando o meio ambiente como matéria obrigatória de editoria, incluindo-o como serviço de utilidade pública

Texto Original

Fortalecer as redes existentes e, se necessário, criar uma rede específica para facilitar o intercâmbio de informação sobre mudança do clima entre setores e diversas bases de dados, bem como disponibilizar tais dados para a sociedade por meio de tecnologias de informação, com vistas a viabilizar a implantação de Sistemas de Informação locais;

Destaques

Substitutiva

PR - Fortalecer as redes existentes **e, se necessário**, criar uma rede específica para facilitar o intercâmbio de informação sobre mudança do clima entre setores e diversas bases de dados, bem como **garantir disponibilizar** tais dados para a sociedade por meio de tecnologias de informação, com vistas a viabilizar a implantação de Sistemas de Informação locais;

RO - Fortalecer as redes existentes e **por meio de tecnologias de massa com vista a se necessário**, criar uma rede específica para facilitar o intercâmbio de informação sobre mudança do clima entre setores e diversas bases de dados, bem como disponibilizar tais dados para a sociedade por meio de tecnologias de informação, com vistas a viabilizar a implantação de Sistemas de Informação locais;

Aditiva

AM - Fortalecer as redes existentes **em todas as regiões** e, se necessário, criar uma rede específica para facilitar o intercâmbio de informação sobre mudança do clima entre setores e diversas bases de dados, bem como disponibilizar tais dados para a sociedade por meio de tecnologias de informação, com vistas a viabilizar a implantação de Sistemas de Informação locais;

MA - Fortalecer as redes existentes e, se necessário, criar uma rede específica para facilitar o intercâmbio de informação sobre mudança do clima entre setores e diversas bases de dados, bem como disponibilizar tais dados para a sociedade por meio de tecnologias de informação, com vistas a viabilizar a implantação de Sistemas de Informação locais, **destacando as Salas Verdes**

MS - Fortalecimento das redes existentes e criação de uma rede específica que facilitem o intercâmbio de informação entre setores e diversas bases de dados, bem como a disponibilização de tais dados à sociedade **e municípios** por meio de tecnologias de informação, com vistas a viabilizar a implantação de Sistemas de Informação locais.

PA - Fortalecer as redes existentes e, se necessário, criar uma rede específica para facilitar o intercâmbio de informação **e formação dos residentes da área urbana e rural** sobre mudança do clima entre setores e diversas bases de dados, bem como disponibilizar tais dados para a sociedade por meio de tecnologias de informação, com vistas a viabilizar a implantação de Sistemas de Informação locais;

SC - Fortalecer as redes existentes e, se necessário, criar uma rede específica para facilitar o intercâmbio de informação sobre mudança do clima entre setores e diversas bases de dados, bem como disponibilizar tais dados para a sociedade por meio de tecnologias de informação, com vistas a viabilizar a implantação de Sistemas de Informação **locais integrados pela mesma base de dados;**

SP - Fortalecer as redes **de Educação Ambiental** existentes e, **bem como criar novas, quando necessário, para atender as especificidades locais** se necessário, criar uma rede específica para facilitar o intercâmbio de informação sobre mudança do clima entre setores e diversas bases de dados, bem como disponibilizar tais dados para a sociedade por meio de tecnologias de informação, com vistas a viabilizar a implantação de Sistemas de Informação locais;

TO - Fortalecer as redes existentes e, se necessário, criar **uma rede** específicas para facilitar o intercâmbio de informação sobre mudança do clima entre setores e diversas bases de dados, bem como disponibilizar tais dados para a sociedade por meio de tecnologias de informação, com vistas a viabilizar a implantação de Sistemas de Informação locais;



Propostas de Síntese

54 - Fortalecer as redes de Educação Ambiental existentes, bem como criar novas, quando necessário, para atender as especificidades locais, facilitar o intercâmbio de informação sobre mudança do clima entre setores, bem como disponibilizar dados para a sociedade, por meio de tecnologias de informação que viabilizem sistemas de informação locais integrados pela mesma base de dados, fortalecendo as Salas Verdes.

Texto Original

Elaborar materiais de divulgação (CDs, folhetos, etc.), boletins periódicos de aspectos técnicos, notícias e informações recentes sobre mudança do clima tema;

Destaques

Supressão Total da Proposta

AC - Elaborar materiais de divulgação (CDs, folhetos, etc.), boletins periódicos de aspectos técnicos, notícias e informações recentes sobre mudança do clima tema **Supressão Total da Proposta**

Supressão Parcial

AL - Elaborar materiais de divulgação (CDs, folhetos, etc.), boletins periódicos de aspectos técnicos, notícias e informações recentes sobre mudança do clima **tema com ênfase nas questões regionais e locais;**

Substitutiva

MA - Elaborar materiais de divulgação (CDs, folhetos, etc.), boletins periódicos de aspectos **científicos-tecnológicos técnicos**, notícias e informações recentes sobre mudança do clima, **acessíveis e adequados a todos os cidadãos, respeitando as características regionais e a lei de acessibilidade. tema;**

SC - Elaborar materiais de divulgação (**CDs, folhetos, etc.**), boletins periódicos de aspectos técnicos, notícias e informações recentes sobre mudança do clima tema **a divulgação e conscientização socioambiental; o envolvimento popular pela educação ambiental; esclarecimento e conscientização sobre legislação ambiental, fiscalização e problemas ambientais;**

SP - Elaborar materiais de divulgação (CDs, folhetos, etc.), boletins periódicos de **caráter técnico científico ou não**, notícias e informações recentes sobre mudança do clima e Educação Ambiental em geral; **a tema;**

Aditiva

ES - Elaborar, **divulgar e implantar campanhas, através do Poder Público Federal, de sensibilização ambiental e produzir** materiais de **divulgação informação** (CDs, folhetos, etc.), boletins periódicos **de aspectos técnicos**, notícias e informações recentes sobre mudança do clima **tema, utilizando os diversos meios de comunicação disponíveis;**

MG - Elaborar materiais de divulgação (CDs, folhetos, etc.), boletins periódicos de aspectos técnicos, **em linguagem acessível**, notícias e informações recentes sobre mudança do clima **tema;**

PA - Elaborar materiais de divulgação (CDs, folhetos, etc.), boletins periódicos de aspectos técnicos, notícias e informações **em linguagem popular**, recentes sobre mudança do clima tema;

RO - Elaborar materiais de divulgação (CDs, folhetos, etc.), boletins periódicos de aspectos técnicos **e pedagógicos**, notícias e informações recentes sobre mudança do clima tema;

RR - Elaborar materiais de divulgação (CDs, folhetos, etc.), boletins periódicos de aspectos técnicos, notícias e informações recentes sobre mudança do clima, **que atendam também portadores de deficiência.**

RS - Elaborar materiais de divulgação (CDs, folhetos, etc.), boletins periódicos de aspectos técnicos, notícias e informações recentes sobre mudança do clima, **que também contemplem a criação de uma Agenda 21 específica às comunidades tradicionais;**

SE - Elaborar **e distribuir** materiais de divulgação (CDs, folhetos, etc.), boletins periódicos de aspectos técnicos, notícias e informações recentes sobre mudança do clima tema **por meio de materiais ecologicamente corretos e através de métodos alternativos (atividades lúdicas, vinhetas de rádio e áudio-visuais);**

TO - Elaborar, **mapear, e distribuir** materiais de divulgação (CDs, folhetos, etc.), boletins periódicos de **aspectos conteúdos** Técnicos, notícias e informações recentes sobre mudança do clima **com ênfase pedagógica**

Propostas de Síntese

55 - Supressão Total da Proposta

56 - Desenvolver campanhas de Educação Ambiental, com a produção de materiais e divulgação de informações recentes sobre mudança do clima, em linguagem acessível, com ênfase nas questões regionais e locais, e que também contemplem a criação de uma Agenda 21 específica às comunidades tradicionais.

Texto Original

Identificar necessidades de informação e comunicação sobre mudança do clima;

Destaques

Supressão Total da Proposta

AM - Identificar necessidades de informação e comunicação sobre mudança do clima; **Supressão Total da Proposta**

ES - Identificar necessidades de informação e comunicação sobre mudança do clima; **Supressão Total da Proposta**

PB - **Supressão Total da Proposta**

Aditiva

PR - Identificar necessidades de informação e comunicação sobre mudança do clima **e dos fatores que nela tem influência;**

Propostas de Síntese

57 - Supressão Total da Proposta



58 - Identificar necessidades de informação e comunicação sobre mudança do clima e dos fatores que nela tem influência

Texto Original

Distribuir aos setores interessados materiais sobre os temas relacionados à mudança do clima considerados importantes para aprimoramento da informação e sensibilização;

Destaques

Supressão Total da Proposta

SE

Supressão Parcial

PB - 4.1.20. Distribuir **aos setores interessados** materiais sobre os temas relacionados à mudança do clima considerados importantes para aprimoramento da informação e sensibilização;

Substitutiva

AM - **Distribuir aos setores interessados Disponibilizar para a sociedade** materiais sobre os temas relacionados à mudança do clima considerados importantes para aprimoramento da informação e sensibilização;

DF - Distribuir **aos setores interessados a todos os setores públicos e privados, comuidade e instituições de ensino público e privado**, materiais sobre os temas relacionados à mudança do clima considerados importantes para aprimoramento da informação e sensibilização;

PR - Distribuir **material sobre temas voltados as questões ambientais, e fornecer suporte técnico aos diversos setores (públicos, privados e sociais) condicionando a estes melhor aproveitamento em seus projetos ambientais aos setores interessados materiais sobre os temas relacionados à mudança do clima considerados importantes para aprimoramento da informação e sensibilização**;

RS - **Distribuir aos Promover a todos os** setores **interessados** materiais sobre os temas relacionados à mudança do clima considerados importantes para aprimoramento da informação e sensibilização;

Aditiva

ES - **Elaborar e** distribuir, **através dos órgãos competentes**, aos setores **interessados da sociedade mais vulneráveis**, materiais sobre os temas relacionados à mudança do clima considerados importantes para aprimoramento da informação e sensibilização;

Propostas de Síntese

59 - Supressão Total da Proposta

60 - Elaborar e distribuir, através dos órgãos competentes, especialmente aos setores da sociedade mais vulneráveis, materiais relacionados à mudança do clima considerados importantes para aprimoramento da informação, sensibilização e aprimoramento de projetos ambientais.

Texto Original

Disponibilizar dados e informações à sociedade por meio das Tecnologias da Informação, bem como fomentar a implantação de Sistemas de Informação locais, além de promover o intercâmbio de informações sobre eventos climáticos extremos;

Destaques

Aditiva

MA - Disponibilizar dados e informações à sociedade por meio das Tecnologias da Informação, bem como fomentar a implantação de Sistemas de Informação locais, além de promover o intercâmbio de formas a respeitar a lei de acessibilidade de informações sobre eventos climáticos extremos **que todas as informações, capacitação, audiências públicas, conferências, palestras e seminários promovidos com objetivos de informar, esclarecer e/ou capacitar a população se façam respeitar a lei de acessibilidade de forma transparente e efetiva com o tema meio ambiente**;

MS - 4.1.29. Disponibilizar dados e informações à sociedade por meio das Tecnologias da Informação, bem como fomentar a implantação de Sistemas de Informação locais, além de promover o intercâmbio de informações sobre eventos climáticos extremos e **hidrológicos**, para que os estados e municípios possam desenvolver seus planos de ação frente à mudança do clima. **Realizar palestras em entidades, escolas e comunidades onde a população possa ter acesso ao problema e se conscientizar**

PR - Disponibilizar dados e informações à sociedade por meio das Tecnologias da Informação (**Portal do Cidadão**), bem como fomentar a implantação de Sistemas de Informação locais, além de promover o intercâmbio de informações sobre eventos climáticos extremos;

RJ - Disponibilizar dados e informações à sociedade por meio das Tecnologias da Informação, bem como fomentar a implantação de Sistemas de Informação locais **e georreferenciadas**, além de promover o intercâmbio de informações sobre eventos climáticos extremos;

Propostas de Síntese

61 - Disponibilizar à sociedade e promover o intercâmbio de dados entre os diversos sistemas de informação locais sobre eventos climáticos extremos, com a promoção de capacitação, audiências públicas, conferências, palestras e seminários para esclarecer e/ou capacitar a população de forma transparente e efetiva.

Texto Original

Propor um modelo geral de capacitação básica sobre mitigação e adaptação à mudança do clima;

Destaques

Supressão Total da Proposta

ES - Propor um modelo geral de capacitação básica sobre mitigação e adaptação à mudança do clima;**Supressão Total da Proposta**



Substitutiva

AM - Propor um **programa de formação modelo-geral de capacitação** básica sobre mitigação e adaptação à mudança do clima;

PB-4.1.22. Propor um modelo **gerais específico** de capacitação básica sobre mitigação e adaptação à mudança do clima, **de acordo com cada região**;

SC - Propor **um** modelos **gerais** de **formação e** capacitação básica **continuada** sobre mitigação e adaptação à mudança **do-clima climáticas nas diferentes escalas com ênfase nos seus contextos regionais**;

Aditiva

AL - Propor um modelo geral de capacitação básica sobre mitigação e adaptação à mudança do clima, **possibilitando adaptações às condições regionais e locais**;

DF - Propor um modelo geral de capacitação básica sobre mitigação e adaptação à mudança do clima **promovendo atividades de capacitação específicas para cada setor e sistema considerados no Plano mediante a integração de todos os setores públicos e privados para a criação de núcleos de educação ambiental em no mínimo um parque ecológico por município e no DF, no mínimo, um por região administrativa**;

MA - Propor um modelo geral **e/ou alternativo** de capacitação básica sobre mitigação e adaptação à mudança do clima, **respeitando as características regionais**

PR - Propor **e criar** um modelo geral de capacitação básica sobre mitigação e adaptação à mudança do clima;

RS - Propor um modelo geral de capacitação básica sobre mitigação e adaptação à mudança do clima **para a formação e capacitação do movimento popular comunitário**;

SE - Propor **instrumento de formação** um modelo geral de capacitação básica sobre mitigação e adaptação à mudança do clima **de acordo com as realidades locais**;

TO - Propor um modelo geral de capacitação básica sobre mitigação e adaptação à mudança do clima, **elaborado por representantes do SISNEA**;

Propostas de Síntese

62 - Supressão Total da Proposta

63 - Propor um modelo geral de capacitação básica sobre mitigação e adaptação às mudanças do clima, adequado às condições regionais e locais, específico para cada setor e sistemas considerados no Plano, buscando a integração de setores públicos e privados e a criação de núcleos de Educação Ambiental.

Texto Original

Promover atividades de capacitação específicas para cada setor e sistema considerados no Plano;

Destaques

Supressão Total da Proposta

AM - Promover atividades de capacitação específicas para cada setor e sistema considerados no Plano; **Supressão Total da Proposta**

DF - **Supressão Total da Proposta**

ES - Promover atividades de capacitação específicas para cada setor e sistema considerados no Plano; **Supressão Total da Proposta**

Supressão Parcial

AL - Promover atividades de **formação específica continuada capacitação específicas** para cada setor e sistema considerados no Plano;

Substitutiva

MA - Promover atividades de capacitação **técnica** específicas para **cada setor- os setores público, sociedade civil organizada e empresarial e sistema considerados no Plano**;

PA - Promover atividades de capacitação **específicas ambiental** para **cada setor todos os setores** e sistemas considerados no Plano;

SP - Promover atividades de capacitação **específicas para cada setor e sistema considerados no Plano; que atendam as especificidades e contextos socioeconômicos e ambientais em relação as mudanças climáticas e Educação Ambiental**;

Aditiva

PB - 4.1.23. Promover atividades de capacitação específicas para cada setor e sistema considerados no Plano **Nacional sobre mudanças climáticas**;

RS - Promover atividades de capacitação específicas para cada setor e sistema considerados no Plano **Nacional sobre mudança do clima**;

SC - Promover atividades de **formação e** capacitação específicas **continuada** para cada setor e sistema considerados no Plano **Nacional sobre Mudanças do Clima**;

Propostas de Síntese

64 - Supressão Total da Proposta

65 - Promover atividades de capacitação e Educação Ambiental específicas para cada setor e sistema considerados no Plano Nacional sobre Mudanças do Clima, de forma a atender as especificidades e contextos socioeconômicos e ambientais em relação às mudanças climáticas.

Texto Original

Promover a capacidade de adaptação de comunidades pobres e vulneráveis às variações à mudança do clima, bem como colaborar com dados para discussão sobre indicadores, metodologias e políticas que irão dar suporte para melhorias sustentáveis da qualidade de vida de comunidades;

Destaques

Supressão Parcial

ES - Promover **a capacidade de adaptação de um programa de Educação Ambiental destinado às** comunidades **pobres e** vulneráveis às variações à mudança do clima, bem como colaborar com dados para discussão sobre indicadores, metodologias e políticas que irão dar suporte para melhorias sustentáveis da qualidade de vida **de comunidades**;

PB - 4.1.24. Promover a capacidade de adaptação de comunidades **pobres e vulneráveis** às variações à mudança do clima, bem como colaborar com dados para discussão sobre indicadores, metodologias e políticas que irão dar suporte para melhorias sustentáveis da qualidade de vida de comunidades;

Substitutiva

AC - Promover a capacidade de adaptação de comunidades pobres e vulneráveis às variações à mudança do clima, bem como Definir políticas sociais para garantir a sustentabilidade possibilitando a transformação da realidade e da qualidade de vida de comunidades em situação de risco social e ambiental Colaborar com dados para discussão sobre indicadores, metodologias e políticas que irão dar suporte para melhorias sustentáveis da qualidade de vida de comunidades

DF - Promover a capacidade de adaptação de comunidades pobres e vulneráveis às variações à mudança do clima, bem como colaborar com dados para discussão sobre indicadores, metodologias e políticas que irão dar suporte para melhorias sustentáveis da qualidade de vida e sustentabilidade de comunidades com vulnerabilidade socioambiental;

MA - Promover a capacitação capacidade de adaptação de comunidades **carentes pobres e sensíveis vulneráveis às variações à mudança do clima, bem como colaborar a colaboração com dados para discussão sobre indicadores, metodologias e políticas que irão dar **suporte sustentação** para melhorias sustentáveis da qualidade de vida de comunidades;**

PA - Promover através de projetos, programas e ações, a capacidade de adaptação de comunidades **pobres menos favorecidas e vulneráveis às variações à mudança do clima, bem como colaborar com dados para discussão sobre indicadores, metodologias e políticas que irão dar suporte para melhorias sustentáveis da qualidade de vida de comunidades;**

PR - Promover Garantir a capacidade de adaptação de comunidades pobres e vulneráveis às variações à mudança do clima, bem como colaborar com dados para discussão sobre indicadores, metodologias e políticas que irão dar suporte para melhorias sustentáveis da qualidade de vida de comunidades;

RJ - Promover a capacidade de adaptação de comunidades **pobres e vulneráveis às variações à mudança do clima, bem como colaborar com dados para discussão sobre indicadores, metodologias e políticas que irão dar suporte para melhorias sustentáveis da qualidade de vida de comunidades e promoção da justiça ambiental;**

RO - Promover a capacidade de adaptação de comunidades pobres e capacitação de participação social e adaptação de comunidades vulneráveis às variações à mudança do clima, bem como colaborar com dados para discussão sobre indicadores, metodologias e políticas que irão dar suporte para melhorias sustentáveis da qualidade de vida de comunidades;

RR - Promover a capacidade proporcionar de a adaptação de comunidades **pobres de baixa renda e vulneráveis às variações à mudança do clima, bem como colaborar com dados para discussão sobre indicadores, metodologias e políticas que irão dar suporte para melhorias sustentáveis da qualidade de vida de comunidades;**

RS - Promover a capacidade de adaptação de comunidades pobres, tradicionais e de pescadores, e vulneráveis às variações à mudança do clima, que todas sejam socorridas e avisadas dignamente bem antes das mesmas acontecerem nas comunidades, bem como colaborar com dados para discussão sobre indicadores, metodologias e políticas que irão dar suporte para melhorias sustentáveis da qualidade de vida de comunidades;

Propostas de Síntese

66 - Definir políticas sociais para a sustentabilidade e a promoção da justiça ambiental, possibilitando a transformação da realidade e da qualidade de vida de comunidades em situação de risco decorrente das mudanças climáticas.

67 - Promover a capacidade de adaptação, por meio de um programa de Educação Ambiental destinado às comunidades vulneráveis às variações à mudança do clima, definindo indicadores e metodologias que darão suporte para melhorias sustentáveis da qualidade de vida.

Texto Original

Difundir medidas prioritárias que desenvolvam a capacidade de adaptação de comunidades pobres e vulneráveis aos impactos das variações climáticas;

Destaques

Supressão Total da Proposta

AC - Difundir medidas prioritárias que desenvolvam a capacidade de adaptação de comunidades pobres e vulneráveis aos impactos das variações climáticas;**Supressão Total da Proposta**

DF - Supressão Total da Proposta

Supressão Parcial

PB - 4.1.25. Difundir medidas prioritárias que desenvolvam a capacidade de adaptação de comunidades **pobres e vulneráveis** aos impactos das variações climáticas;

Substitutiva

PA - Difundir medidas prioritárias que desenvolvam a capacidade de adaptação de comunidades **pobres menos favorecidas** e vulneráveis aos impactos das variações climáticas;

RO - Difundir medidas prioritárias que desenvolvam a capacidade de adaptação de comunidades pobres e capacitação de participação social e adaptação de comunidades vulneráveis aos impactos das variações climáticas;

SP - Difundir medidas prioritárias Desenvolver planos de contingência que desenvolvam a capacidade de adaptação de comunidades **pobres e mais vulneráveis** aos impactos das variações climáticas;

Aditiva

ES - Difundir Propor medidas prioritárias que desenvolvam a capacidade de incentivo à adaptação de comunidades **pobres e vulneráveis, aos impactos das variações climáticas sensibilizando os administradores públicos em todas as esferas de governo. ;**

RS - Difundir medidas prioritárias que desenvolvam a capacidade de adaptação de comunidades pobres e vulneráveis aos impactos das variações climáticas, respeitando suas particularidades culturais conforme o Decreto nº 6.040/2007;



Propostas de Síntese

68 - Supressão Total da Proposta

69 - Desenvolver Planos de Contingência participativos, propondo medidas prioritárias de adaptação de comunidades vulneráveis aos impactos das variações climáticas, inclusive respeitando particularidades culturais, conforme o Decreto nº 6.040/2007 - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Texto Original

Identificar parcerias internacionais para troca de experiências relativas à capacitação e divulgação em mudança do clima;

Destaques

Substitutiva

PA - Identificar **parcerias e promover parcerias locais, nacionais e** internacionais para troca de experiências relativas à capacitação e divulgação em mudança do clima;

RS - Identificar **e manter** parcerias **locais, nacionais e** internacionais para troca de experiências relativas à capacitação e **divulgação-obtenção de informações e soluções sobre em** mudança do clima;

Aditiva

DF - Identificar parcerias internacionais para troca de experiências relativas à capacitação e divulgação em mudança do clima **peelo governo federal, estadual, municipal e distrital**;

GO - Identificar **e estabelecer** parcerias internacionais para troca de experiências relativas à capacitação e divulgação em mudança do clima;

MA - Identificar parcerias internacionais **e nacionais** para troca de experiências relativas à capacitação e divulgação em mudança do clima;

PB - 4.1.26. Identificar parcerias **nacionais** e internacionais, **conforme acordos ou tratados**, para troca de experiências relativas à capacitação e divulgação em mudança do clima;

PR - Identificar parcerias **nacionais e** internacionais para troca de experiências relativas à capacitação e divulgação em mudança do clima, **considerando as especificidades locais**;

SP - Identificar parcerias internacionais para troca de experiências em **educação ambiental** relativas à capacitação e divulgação em mudança do clima;

TO - Identificar parcerias internacionais para troca de experiências relativas à capacitação, **captação de recursos** e divulgação em mudança do clima;

Propostas de Síntese

70 - Identificar parcerias nacionais e internacionais, conforme acordos ou tratados, para troca de experiências relativas à educação ambiental, capacitação, e divulgação em relação às mudanças do clima, bem como captação de recursos, considerando especificidades locais.

Texto Original

Estimular a adoção de programas, práticas e ações pelo setor privado e por organizações da sociedade que contribuam para as adaptações à mudança do clima;

Destaques

Substitutiva

DF - **Estimular a adoção de Adotar** programas, práticas e ações pelo setor privado e por organizações da sociedade que contribuam para as adaptações à mudança do clima;

PB - 4.1.27. **Estimular** implementar e fiscalizar **a adoção de** programas, práticas e ações DESENVOLVIDAS pelo setor privado e por organizações **governamentais e não governamentais** da sociedade que contribuam para as adaptações à mudança do clima;

SC - Estimular a adoção de **programas políticas**, práticas e ações pelo setor privado e por organizações da sociedade que contribuam para as adaptações à mudança do clima;

SE - **Estimular Realizar** a adoção de programas, práticas e ações pelo setor privado e por organizações da sociedade que contribuam para as adaptações à mudança do clima;

Aditiva

AM - Estimular a adoção de programas **e projetos que disseminem** práticas e ações pelo setor privado e por organizações da sociedade que contribuam para as adaptações à mudança do clima;

AP - Disseminar boas práticas de produção agropecuária e silvicultura **pautadas em um** planejamento integrado da propriedade, **no uso racional do solo e da água, no manejo integrado de pragas e doenças, na produção diversificada, dentre outras formas de produção eficientes no sequestro de CO₂ na atmosfera.** Bem como a criação de animais silvestres **pautada em programas pilotos** acompanhados e regulados pelos **órgãos ambientais competentes.**

PR - Estimular **e garantir** a adoção de programas, práticas e ações pelo setor privado e por organizações da sociedade, **governamental e não governamental**, que contribuam para as adaptações à mudança do clima;

Propostas de Síntese

71 - Incentivar a adoção de programas, práticas e ações pelo setor privado, por organizações da sociedade governamentais e não-governamentais, que disseminem práticas e contribuam para as adaptações às mudanças do clima.



Texto Original

Fortalecer a cooperação para ações coordenadas em nível macro regional para mitigação e adaptação à mudança do clima.

Destaques

Supressão Total da Proposta

PA - Fortalecer a cooperação para ações coordenadas em nível macro regional para mitigação e adaptação à mudança do clima. **Supressão Total da Proposta**

Supressão Parcial

PB - 4.1.28. Fortalecer a cooperação para ações coordenadas em nível **macro** regional para mitigação e adaptação à mudança do clima.

Aditiva

ES - Fortalecer a cooperação **técnico-financeira** para ações coordenadas em nível macro regional para mitigação e adaptação à mudança do clima.

RS - Fortalecer a cooperação para ações coordenadas em nível macro **e micro** regional para mitigação e adaptação à mudança do clima.

Propostas de Síntese

72 - Supressão Total da Proposta

73 - Fortalecer a cooperação técnico-financeira para ações coordenadas, em níveis macro e micro regionais, para mitigação e adaptação às mudanças do clima.

Texto Original

Nova Proposta

AL - Promover **ações educativas divulgando a compreensão sobre** a importância do monitoramento hidrometeorológico pelo **estado Estado e pela para a** sociedade;

AC - Garantir a produção e difusão de conteúdos informativos e educativos sobre mudanças climáticas, considerando as linguagens e meios adequados e acessíveis aos diferentes públicos

AC - Ampliar e fomentar programas de formação de formadores para mudanças de comportamento e ao modelo de produção e consumo e uso dos recursos naturais

AC - Criar instrumento legal de reconhecimento das estruturas e processos de educação ambiental não formal (Centros, Escolas de Educação Ambiental, Coletivos Educadores)

AC - Implementar a formação em nível técnico de educadores ambientais nas comunidades

AC - Incluir em horário nobre gratuito nos meios de comunicação campanhas de conscientização/interação sobre mudanças climáticas

AC - Realizar conferências infanto-juvenis de Meio Ambiente, envolvendo os gestores escolares no processo

AC - Programa de incentivo fiscal às empresas que implantarem programas de educação ambiental

AC - Ampliar as linhas de financiamento e dos editais do FNMA para elaboração e implementação das Agendas 21 locais

AC - Fortalecer e reestruturar os Fóruns já existentes da Agenda 21 nos municípios que não estão atuando

AC - Institucionalizar o PRONEA por meio de instrumento legal que preveja a sua revisão periódica e participativa, e o seu aprimoramento para enfrentar as mudanças climáticas, vinculando-o ao PPA. Plano plurianual

AC - Criar e implementar o PAC de Educação Ambiental

AC - Apoiar, fomentar e subsidiar as associações comunitárias, através de ações locais de educação ambiental, envolvendo a comunidade no processo

AC - Definir meios de financiamento para garantir a inclusão de conteúdos educativos ambientais nos meios de comunicação

AC - Oferecer cursos de educação ambiental as pessoas atuadas por crimes ambientais, enfatizando as conseqüências que elevam a degradação do meio ambiente e mudanças climáticas

AC - Apoiar as iniciativas voltadas à elaboração e implementação das Agendas 21 locais bem como o Plano de Intervenção em Áreas Alteradas como instrumento de mitigação das mudanças climáticas

AC - Incentivar a criação da Agenda 21 nos municípios do Estado do Acre onde ainda não exista

AC - Programa de incentivo a coleta seletiva através de cooperativas de catadores

AC - Criar mecanismos institucionais que obriguem a pesquisadores e suas instituições a deixarem cópia de materiais produzidos junto às comunidades pesquisadas ou onde se desenvolvem projetos (dados coletados sobre a Floresta Estadual do Antimary não são socializados com a comunidade)

AC - Projeto de difusão de materiais didáticos acessíveis às comunidades sobre as informações ambientais focando crianças, jovens e adultos

AC - Capacitar a sociedade civil organizada para a participação qualificada em processos de gestão ambiental

AC - Fortalecer e ampliar as parcerias entre ONG's e órgãos governamentais

AC - Desburocratizar pesquisas na Amazônia para universidades federais e estaduais

AC - Capacitar presidentes de sindicatos e entidades similares sobre educação ambiental e elaboração de projetos

AC - Incentivar associações de produtores rurais a desenvolverem projetos de educação ambiental na zona rural com o apoio de entidades ligadas à área

AC - Institucionalizar a Educação Ambiental nas Secretarias de Educação (criação de uma gerencia em cada secretaria)

AC - Implementar nos bairros "ecomícios" (eventos e shows com caráter cultural, educativos e ambientais)

AC - Fomentar a implementação da agenda ambiental nas indústrias e comércio

AC - Trabalhar Educação Ambiental nas unidades hospitalares (gestão de resíduos)

AC - Criar um programa de Especialização, mestrado e doutorado em E.A. nas Universidades Públicas e privadas

AC - Fortalecer a educação ambiental no ensino formal e trabalhar o tema direto com as populações

AC - Utilizar continuamente as capacitações adquiridas no PNC (Programa Nacional de Capacitação) e aplicar na gestão ambiental

AC - Inserir disciplina ambiental no currículo das escolas urbanas e rurais



- AC** - Capacitar os técnicos das secretarias de obras estadual e municipal em “Projetos inteligentes” de construção de moradias
- AC** - Criar Programa de conscientização das comunidades tradicionais em relação ao uso dos recursos naturais e ao combate da biopirataria
- AC** - Incentivar a formação de equipe voluntária de educadores ambientais
- AC** - Realizar campanha de conscientização sobre o mercado de carbono
- AC** - Criar programa de educação ambiental obrigatório no currículo escolar de incentivo às práticas individuais de racionamento de água e energia, uso da água da chuva ampliado para a população em geral
- ACv** Desenvolver projetos para socializar a produção de biodiesel
- AC** - Realizar campanha de conscientização sobre preservação das matas ciliares e outras áreas protegidas pela legislação ambiental
- AL** - Incentivar a implantação de um Programa de Educação Ambiental com vistas à redução da produção de lixo, em que haja coleta seletiva, gerando emprego e renda a partir do lixo reciclado, estimulando o trabalho em cooperativas e usinas de beneficiamento, proporcionando oportunidade de remoção das famílias que moram nos lixões;
- AL** - Ampliar a divulgação de material sobre conduta consciente em ambientes recifais;
- AL** - Incentivar e fortalecer projetos de educação ambiental, destinados às comunidades em geral e às escolas, para participarem de atividades junto aos Comitês de Bacias Hidrográficas e às Unidades de Conservação, bem como em programas de recuperação de áreas degradadas;
- AL** - Implantar, intensificar e fortalecer os NEA (Núcleos de Educação Ambiental) nas instituições de ensino, Unidades de Conservação, bacias hidrográficas, e nas várias organizações das comunidades humanas;
- AL** - Investir na formação, em Educação Ambiental, de membros dos Movimentos Sociais, como Sindicatos, ONG, e organizações dos povos e comunidades tradicionais;
- AL** - Divulgar e fomentar a Educação Ambiental, com o fortalecimento da rede de fundos socioambientais e sua conexão com as instâncias estaduais e regionais formuladoras de Políticas e Programas públicos de Educação Ambiental, bem como as formas de captação de recursos para financiamento de projetos socioambientais; promover a divulgação dos fundos socioambientais públicos, facilitando o acesso de todos os interessados aos financiamentos de projetos de Educação Ambiental;
- AL** - Investir em um amplo programa de comunicação com a sociedade, incluindo a divulgação das leis ambientais, informando sobre as formas de ser fiscal ambiental, canais de contato com as instituições responsáveis pela fiscalização e aquelas que podem ser parceiras no controle da sociedade sobre as instituições;
- AL** - Rever a Lei 9.795/99, da Política Nacional de Educação Ambiental, no tocante à dotação orçamentária, garantindo verbas para a sua execução;
- AL** - Divulgar o programa do MMA sobre capacitação de gestores municipais de meio ambiente e incentivar a participação nos mesmos;
- AL** - Inserir a temática ambiental nas políticas públicas de saúde e capacitar os profissionais na área de saúde, em especial os agentes de saúde, para atuarem junto à comunidade em programas de conscientização ambiental;
- AL** - Criar um canal de comunicação eficiente para que a comunidade seja ouvida e orientada sobre temas ligados às questões ambientais e o uso correto dos recursos naturais;
- AL** - Implantar e fortalecer o Programa “Vamos cuidar do Brasil”, com as escolas formando a infância e a juventude na compreensão e construção do desenvolvimento sustentável;
- AL** - Institucionalização do Programa Nacional de Educação Ambiental, prevendo o seu aprimoramento continuado por meio de revisões periódicas;
- AL** - Intensificar os programas de extensão na área do Meio Ambiente e de Educação Ambiental no Ensino Superior, com articulação comunitária;
- AL** - Criar Fundos de Educação Ambiental (municipais, estaduais e federal), com ampliação da dimensão da Educação Ambiental em todos os Fundos e projetos por eles financiados;
- AL** - Promover a formação de educadores ambientais, incentivando a cultura dos povos tradicionais a fim de que não se perca a riqueza cultural;
- AL** - Implementar um programa de educação ambiental dirigido para a realidade do semi-árido, em que seja produzido material didático a ser utilizado em oficinas de trabalho com agricultore(a)s e a criação de pólos educacionais tecnológicos, priorizando a formação do público jovem da zona rural;
- AL** - Criar meios de informação sobre o combate à desertificação nas escolas, inclusive das comunidades indígenas;
- AL** - Promover Seminários sobre desertificação para comunidades urbanas e rurais, ampliando a discussão do tema para a educação formal, preparando, inicialmente, professores dos ensinos fundamental, médio e superior;
- AL** - Capacitar lideranças e jovens indígenas para a fiscalização das queimadas e desmatamentos em seus territórios, com acompanhamento dos órgãos competentes;
- AL** - Priorizar e incentivar o turismo ambientalmente sustentável.
- AL** - Efetuar um trabalho de conscientização e fortalecer a fiscalização sobre o comércio ilegal de animais silvestres;
- AL** - Intensificar os programas de extensão, com articulação comunitária, implantando projetos na área de Meio Ambiente, nos Ensinos Fundamental, Médio e Superior;
- AM** - Criar um sistema de Rede de Educação Ambiental no Estado e incentivar as já existentes;
- AM** - Criar Políticas Públicas e de fortalecimento dos parques e áreas preservadas nas zonas urbanas (para suporte a prática da educação ambiental);
- AM** - Apoiar e fortalecer ações de comunicação entre escola e comunidade de forma a contribuir para a divulgação das mudanças climáticas, consolidando o sentimento de cidadania, na troca de experiência, para o enfrentamento das mudanças sócio-ambientais.
- AM** - Estimular parcerias entre os municípios do estado, secretárias e órgãos de formato para qualificação ao nível de pós-graduação em Educação Ambiental, nos municípios do interior;
- AM** - Inserir a Educação Ambiental nos cursos de Pós-graduação em educação para incentivar pesquisa dos temas transversais entre eles os de Mudança Climática;
- AM** - Instituir a prática da transversalidade nos estágios curriculares dos cursos de formação de professores para permitir a discussão das mudanças climáticas no contexto da educação ambiental;
- AM** - Promover a formação continuada da temática Educação ambiental em todas as licenciaturas com foco na formação inicial dos professores dos cursos de pedagogia e magistério superior;
- AM** - Fomentar programas e projetos de incentivos a comunidades através de gestão compartilhada, para o enfrentamento das mudanças climáticas;
- AM** - Estimular e apoiar a criação de políticas e programas de educação ambiental municipais, a luz da política e programas Nacional e Estadual;

- AM** - Incorporar os diversos saberes e visões sobre o meio ambiente na Educação Ambiental, promovendo a interação entre o conhecimento popular tradicional e científico;
- AM** - Responsabilizar o setor privado pela adaptação e mitigação à mudança do clima subsidiando ações de educação ambiental;
- AM** - Criar Políticas Públicas e de fortalecimento dos parques e áreas preservadas nas zonas urbanas (para suporte a prática da educação ambiental).
- AM** - Apoiar e fortalecer ações de comunicação entre escola e comunidade de forma a contribuir para a divulgação das mudanças climáticas, consolidando o sentimento de cidadania, na troca de experiência, para o enfrentamento das mudanças sócio-ambientais;
- AM** - Promover e efetivar a temática da educação ambiental em todas as instituições de educação superior, através de projetos inter e transdisciplinares para incentivar, mudanças, melhorias e transformações nas ações individuais e/ou coletivas dentro e fora destas;
- AM** - Promover por parte do poder público em todas as esferas campanhas de conscientização e fiscalização junto as populações que habitam as áreas afetadas por desmatamento desordenado e inadequados para as atividades agrícolas principalmente as áreas próximas as nascentes dos igarapés segundo a lei de APP, incluindo as terras indígenas;
- AM** - Promover a parceria entre o MMA, órgãos estaduais e municipais, visando a criação de conselhos, fundos e códigos ambientais municipais no âmbito da Amazônia Legal com enfoque participativo;
- AM** - Assegurar a representação dos movimentos indígenas, mestiços, caboclos e afro-descendentes nos conselhos municipais, estaduais e nacional de meio ambiente;
- AM** - Criar o Dia Brasileiro de Redução dos Gases Poluentes do Meio Ambiente;
- AM** - Promover campanha de promoção na mídia sobre a inviabilidade do desenvolvimento de projetos na Amazônia de monoculturas visando a produção de biocombustíveis;
- AM** - Divulgar **através dos meios de comunicação**, técnicas de re-uso de água para usos secundários, captação de água da chuva, coleta seletiva de lixo, uso de materiais livres de componentes tóxicos e adoção de práticas sustentáveis;
- AM** - Fomentar a criação de agências 21 nas escolas através da criação de comitês de vida (Comissão de meio ambiente e qualidade de vida);
- AM** - Popularizar de forma sistemática a discussão sobre o tema "mudanças climáticas" nas escolas dos segmentos fundamental e médio, e comunidades;
- AM** - Promover, apoiar e divulgar a capacitação dos segmentos da sociedade civil para a conservação dos ecossistemas brasileiros face aos impactos das mudanças climáticas;
- AM** - Divulgar **através dos meios de comunicação**, técnicas de re-uso de água para usos secundários, captação de água da chuva, coleta seletiva de lixo, uso de materiais livres de componentes tóxicos e adoção de práticas sustentáveis;
- AM** - Incentivar nas entidades de ensino a adoção, como tema transversal, da prática da agroecologia;
- AM** - Sensibilizar a sociedade, através de campanhas de educação ambiental e dos meios de comunicação sobre o uso de embalagens não recicláveis e/ou não retornáveis e as sacolas plásticas;
- AP** - Incluir na transversalidade dos projetos políticos pedagógicos, em todos os níveis de ensino, iniciando pela da educação básica, o ecoturismo, com base na Educação Ambiental e como alternativa econômica para as comunidades.
- AP** - Criar e fortalecer os fundos estaduais de Meio Ambiente com vistas a provisão e aplicação de recursos financeiros para fomento de projetos e ações de Educação Ambiental.
- BA** - Formação de agentes socioambientais para atuarem junto às comunidades tradicionais que vivem nas áreas de influência e de entorno das Unidades de Conservação.
- BA** - Implantar programas de divulgação, esclarecimento e incentivo ao produtor rural para sensibilizá-lo sobre a importância da reserva legal e APP's em sua propriedade.
- CE** - Criar e implementar núcleos de trabalho com material didático nos governos municipais, estaduais e federal, além da criação de política de formação nos currículos escolares que contemplem as singularidades regionais no ensino básico e superior com educação ambiental agroecológica básica e contextualizada
- CE** - Criar fundos de investimentos provenientes da arrecadação de multas aplicadas aos impactantes para que sejam investidos em educação ambiental.
- CE** - Respeitar as potencialidades do semi-árido por meio da conscientização, acompanhamento técnico e incentivo.
- CE** - Fortalecer as instituições educacionais e criar projetos para crianças, jovens e adultos em educação ambiental.
- CE** - Promover nos currículos escolares a disseminação da legislação ambiental.
- CE** - Transferência de recursos financeiros do Estado e da União de forma sistemática para o apoio a projetos de educação ambiental a exemplo das pastas de Educação, Saúde e Assistência Social.
- CE** - Fazer cumprir e fiscalizar os instrumentos de gestão, com controle, uso, preservação e conservação dos recursos hídricos através da educação ambiental para uma melhor eficiência na gestão participativa das águas.
- CE** - Que os poderes públicos municipal, estadual e federal reconhecendo os colaboradores das ações socioambientais como ONG, Associações, sociedades devidamente regulamentadas com os órgãos de licenciamento tenham apoio técnico logístico e passem a ser para execução da Educação Ambiental;
- CE** - Realizar seminários para debater a educação ambiental no ensino formal.
- CE** - Elaborar políticas públicas de educação contextualizada no semi-árido em todos os níveis e modalidades de ensino;
- CE** - Enfatizar no currículo do sistema de ensino nas ASD e novas áreas sujeitas à desertificação a temática de combate à desertificação como tema transversal.
- CE** - Discutir e propor ações sinérgicas com outras áreas do conhecimento e setoriais (floresta, agricultura, pecuária, mineração, recursos hídricos, energia, dentre outras);
- CE** - Implantar um Programa de Educação Ambiental nas escolas.
- CE** - Implantar um programa específico de Educação Ambiental, considerando a realidade de cada assentamento humano em áreas rurais e urbanas
- CE** - Implementar nos currículos das escolas de ensino fundamental e médio dos municípios o ensino de técnicas agroecológicas e agroflorestais de produção agrossilvipastoris.
- CE** - Pesquisar alternativas de incentivo à mudança de atitude em todos os segmentos de produção e consumo, para que aconteça a conscientização ecológica.
- CE** - Identificar e difundir, divulgar, amplamente, tecnologias e iniciar cursos de qualificação de agentes ambientais para adolescentes e jovens procedimentos adequados para reduzir ao mínimo os resíduos;
- CE** - Fortalecer a gestão dos recursos hídricos ao processo contínuo de educação ambiental.
- DF** - Constituir a comissão interinstitucional de Educação Ambiental do DF (CIEIA-DF) com o objetivo de coordenar, construir o programa e implementar a política de Educação Ambiental.



DF - Formar núcleos de educação ambiental nas diretorias regionais de ensino, composto por professores para que estimulem, acompanhem e apoiem as ações ou projetos de Educação Ambiental realizado nas escolas, fomentando o desenvolvimento de metodologias e pesquisas na comunidade escolar.

DF - Criar mecanismos de financiamento públicos e privados para garantir a destinação de recursos para o desenvolvimento efetivo da Educação Ambiental no âmbito formal e não-formal.

DF - Promover a implementação do SISNEA – Sistema Nacional de Educação como articulador da Estratégia de Educação Ambiental, para consolidar a gestão compartilhada e a capilaridade da formação em educação ambiental, que se constitui em ferramenta facilitadora para o cumprimento das ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, priorizando a revisão do decreto que regulamenta a PNEA, a institucionalização do PRONEA por meio de instrumento legal que preveja sua revisão periódica e participativa, a criação de mecanismos de financiamento da Educação Ambiental e o debate público para a construção dos sistema;

ES - Priorizar a revisão da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA); a institucionalização do Programa Nacional de Educação Ambiental e sua revisão participativa periódica;

ES - Criar e fortalecer fundos para financiamentos a projetos de Educação Ambiental crítica, emancipatória, e interdisciplinar.

ES - Incentivar e apoiar projetos de educomunicação sócio-ambiental e cultural, com o objetivo de incluir os setores locais, de forma participativa, nas questões relativas às mudanças climáticas.

ES - Divulgar e fortalecer o Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental (SIBEA) e as Redes de Educação Ambiental como um dos principais veículos para disponibilização e troca de informações sócio-ambientais.

ES - Incluir no Plano Nacional de Mudanças Climáticas um programa de formação continuada para todos os setores da sociedade, respeitadas as características locais e regionais.

ES - Rediscutir, em todas as instâncias e fóruns da sociedade civil organizada, setor público e empresarial, o atual modelo de desenvolvimento predatório e excludente com vistas a estabelecer novos padrões de produção e consumo.

GO - Reavaliar e divulgar a implantação da Agenda 21 Brasileira;

GO - Dotar as Universidades Públicas e Centros Tecnológicos Públicos para que possam se constituírem em centros de excelência em pesquisa e formação continuada em mudanças climáticas e educação ambiental.

GO - Estimular a sociedade civil organizada ou não, a participação em fóruns, audiências públicas, conferências e debates, a fim de proporcionar capacitação, definição e socialização de metas e trabalhos;

GO - Elaborar mecanismos de participação popular por meio de produção de material informativo impresso e audiovisual a cargo dos órgãos Federais, Estaduais e Municipais em conjunto com a comunidade e os empresários e divulga-los em meios de comunicação;

GO - Incentivar a Educação Ambiental voltada para o setor empresarial a cumprir a legislação vigente;

GO - Capacitar educadores, profissionais de saúde, comunidade em geral e membros de conselhos, visando desenvolver as questões ambientais de forma efetiva e construtiva;

GO - Incluir os beneficiários dos programas sociais em projetos de educação ambiental, com objetivo de melhoria de renda e inclusão social;

GO - Estimular uma integração maior das comunidades com ações sócio-ambientais, visando a valorização das áreas de preservação e unidades de conservação;

GO - Garantir a implementação da política de Educação Ambiental do setor público, incentivar o terceiro setor, fiscalização e divulgar ações do setor empresarial;

GO - Criar programas de integração e ações culturais, esportivas e de lazer, usando ferramentas ecopedagógicas com intuito de envolver a comunidade as questões socioambientais.

GO - Reconhecer a prestação de serviço ambiental dos proprietários de áreas ribeirinhas pela preservação das áreas de preservação de suas propriedades, para fim de recebimento de compensação ambiental;

GO - Incluir o estudo de todos os biomas brasileiros como conteúdo obrigatório em todos os cursos técnicos e superiores relacionados a área de agrárias. Levar conhecimento sobre esses biomas a profissionais que possuem o alto poder de transformá-los.

GO - Oferecer para as pessoas que residem em áreas ribeirinhas capacitação e suportes técnico-financeiro para que retirem sua subsistência sem causar danos ao meio ambiente;

MA - Divulgar informações sobre educação ambiental e legislação indígena no entorno das Terras Indígenas;

MA - Criar e apoiar projetos alternativos e permanentes de desenvolvimento sustentável em gênero, etnia e raça, de jovens e adultos de comunidades rurais e pesqueiras financiadas pelo governo federal;

MA - Capacitar agentes indígenas e outros para o monitoramento ambiental;

MA - Confeccionar e distribuir material didático pedagógico complementar sobre educação ambiental para profissionais de educação formal e não formal, em parceria com as prefeituras; poder aquisitivo.

MA - Criar e fortalecer os núcleos de educação ambiental nos sistemas S (SENAI, SEBRAE, SENAR, SESC, SESI);

MA - Sensibilizar, orientar e capacitar de forma continuada os gestores municipais na criação dos órgãos ambientais

MA - Implantar programas de capacitação permanentes em Gestão Ambiental e Educação Ambiental para os órgãos públicos, entidades da sociedade civil, comunidade e conselhos de meio ambiente com dotação orçamentária dos fundos estaduais do meio ambiente e/ou parcerias público-privadas- PPP;

MA - Incluir a obrigatoriedade do estudo da PNEA (Política Nacional de Educação Ambiental) (Lei 9.795/99) do PRONEA (Programa Nacional de Educação Ambiental) e do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global na ementa dos cursos de graduação e pós-graduação;

MA - Implantar Núcleos de Educação Ambiental em todas as unidades federativas descentralizando-as das instituições públicas, abrindo espaço para a participação da sociedade civil e iniciativa privada;

MA - Capacitar e sensibilizar populações ribeirinhas acerca de práticas sustentáveis;

MA - Divulgar o acesso à venda de crédito de carbono (palestras, seminários);

MA - Disseminar a legislação ambiental à população em todos os níveis, criando, desta forma, espaços de organização para sensibilização e para somar esforços aos gestores municipais de meio ambiente;

MA - Aproximar os órgãos de gestão ambiental aos órgãos de segurança pública para a sensibilização e comprometimento dos agentes da polícia e da guarda municipal na fiscalização e averiguação de crimes ambientais;

MA - Incentivar a criação de Coletivos Educadores, Salas Verdes e outros instrumentos da EA para sensibilizar e multiplicar as informações ambientais;

MA - Melhorar a divulgação da realização de audiências públicas relativas a processos de licenciamento para garantir ampla participação da sociedade civil;

MA - Publicar a legislação ambiental na forma de livretos para divulgação ampla na sociedade civil;

- MA** - Promover campanhas com premiação para as escolas que desenvolvam projetos ambientais;
- MA** - Divulgar as pesquisas tecnológicas às comunidades rurais para produção sustentável;
- MA** - Envolver as comunidades na fiscalização e preservação das áreas de conservação;
- MA** - Introduzir a legislação básica no currículo do ensino médio e universidades (direito ambiental, penal, criminal e civil);
- MA** - Articular, junto ao Ministério das Comunicações, revisão dos mecanismos de concessão de meios de comunicação para que os mesmos se tornem instrumentos de mudança de valores, notadamente de promoção da Educação Ambiental;
- MA** - Criar lei federal que obrigue as empresas de comunicação a disponibilizarem pelo menos cinco minutos por dia de seu horário comercial para divulgação de projetos ambientais realizados pela Sociedade Civil Organizada;
- MA** - Legislar sobre a obrigatoriedade dos meios de comunicação criarem programas ambientais diários para divulgar os problemas e soluções ambientais nas três esferas em um tempo mínimo de uma hora, divididos em pequenos programas ao longo do dia;
- MA** - Institucionalizar o projeto eco-político-pedagógico em todos os níveis de ensino efetivando a previsão legal das leis federais nº9.394/96 e 9.795/99;
- MA** - Criar um folheto sobre direito ambiental (direitos e deveres) em linguagem popular, não-jurídica;
- MA** - Criar nos municípios junto a parcerias estadual, federal e setor empresarial patronal as Brigadas Ambientais adulto e mirim com apoio logístico e financeiro;
- MA** - Implantar em cada Estado da União um programa específico de Educação Ambiental para agricultores, que visem à conscientização contra o uso do fogo e a promoção de alternativas agrícolas sem a prática de queimadas;
- MA** - Fomentar financeiramente ações das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida – COM-VIDAS, nas escolas, mediante convênios com as prefeituras.
- MA** - Disponibilizar recursos às comunidades agrícolas e pesquisa para a implementação de projetos em educação ambiental permanente priorizando crianças e adolescentes de baixo
- MA** - Ampliar as campanhas de sensibilização em nível nacional, incentivando uma redução significativa do consumo energético público, doméstico e empresarial;
- MA** - Criar instrumentos que possibilitem o acesso e permanência ao Ensino Superior com a concessão de bolsas integrais aos povos indígenas e quilombolas, levando em consideração a manutenção da cultura destas comunidades;
- MA** - Ampliar o Programa de Capacitação, de forma periódica, para os gestores ambientais, as associações, os sindicatos, as OSCIP's, ONG's e os conselhos de meio ambiente, para elaboração de projetos para captação de recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente, do Turismo e outros, priorizando as regiões com menores índices de captação;
- MA** - Incluir na grade curricular dos cursos técnicos voltados para a agropecuária a disciplina de agricultura familiar;
- MA** - Criar Lei federal obrigando todas as concessionárias e empresas de energia elétrica e de distribuição de água e tratamento de esgoto a realizar programa permanente de educação ambiental nos municípios afetados ou contemplados pelas suas atividades com a aplicação de no mínimo 0,5% da receita líquida da empresa nesses programas;
- MG** - Criar um canal de Tv aberto específico para o meio ambiente e educação ambiental, valorizando a divulgação do meio ambiente com programação diária, veiculando notícias locais, regionais, estaduais, nacionais e mundiais;
- MG** - Ampliar os espaços de denúncias de iniciativa popular, exemplo: audiências públicas com o Ministério Público Estadual e Federal;
- MG** - Criar políticas humanizadoras, com a participação dos vivenciadores das comunidades tradicionais, sejam elas, quilombolas, indígenas, comunidades de terreiro, comunidades ribeirinhas, colônias de pescadores e outros.
- MG** - Criar espaços ambientais próprios para manifestações culturais e religiosas das comunidades tradicionais, e o resgate das já existentes sejam eles ameríndios e de matrizes africanas, quilombolas, indígenas, comunidades de terreiro, comunidades ribeirinhas, colônias de pescadores e outros.
- MG** - Estabelecer, com os vivenciadores, parceria com os empreendedores de modo a criar alternativas sustentáveis de geração de emprego e renda para comunidades tradicionais. Ex. colônias de pescadores, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, comunidades de terreiro etc.
- MG** - Criar e implementar, com a participação dos vivenciadores, a formação continuada para gestores públicos, priorizando os interesses das comunidades tradicionais e indígenas, quilombolas, comunidades de terreiro, comunidades ribeirinhas, colônias de pescadores e outros.
- MG** - Promover caravanas apoiadas pela academia, governos federal, estadual e municipal para a troca de experiências e saberes junto às comunidades tradicionais e propriedades rurais com ênfase na recuperação e preservação ambiental.
- MG** - Educação ambiental em todos os níveis educacionais.
- MG** - Envolver os empresários e a sociedade na educação ambiental nas escolas públicas.
- MG** - Eliminar o uso de descartáveis em eventos em geral.
- MG** - Criar o Selo Educação Ambiental. O presente selo pode ser criado nas três esferas do poder, dependendo da amplitude e especificidade que se queira alcançar. Destinado para empresas que desenvolvem ações e projetos ambientais tanto em escolas de ensino fundamental e médio escolas públicas e particulares, sociedade civil bem como apoiando financeiramente ONG's ambientais por deduções de impostos a serem definidos.
- MG** - Promover a sensibilização ambiental da juventude da zona rural.
- MG** - Estimular as escolas a oferecerem uma muda de árvore para cada criança no 1º dia de aula para ser adotada e cuidada durante o ano letivo e ser avaliada no final do mesmo.
- MG** - Criar políticas públicas de capacitação dos aposentados para atuarem na educação ambiental.
- MG** - Apoiar a Comunidade Indígena não aldeada na luta pelo resgate de suas terras.
- MG** - Construir centro de educação ambiental nas comunidades indígenas.
- MG** - Garantir o direito à remuneração aos indígenas e populações tradicionais através de normas legais para trabalharem como educadores ambientais nas unidades de conservação, parques e nas escolas e que tenham o direito de utilizarem essas áreas para o seu desenvolvimento sustentável e práticas culturais.
- MG** - Criar uma política pública de educação e ação ambiental, em todos os níveis federativos, como a Lei Rouanet (cultura). Essas políticas devem ser contextualizadas e emancipatórias.
- MG** - Formar uma comissão permanente de educação ambiental, em todos os níveis federativos e de educação (desde o primário ao superior) para subsidiar informações ao corpo docente das escolas, faculdades e universidades.
- MG** - Trabalhar práticas de consumo consciente, conhecer melhor o código de defesa do consumidor, conhecer a cadeia produtiva do produto consumido, bem como as empresas que o produzem; incentivar práticas de produção mais limpa nas empresas (produtos e serviços), melhorar a correlação entre produção e serviços mais limpos e consumo consciente, reciclagem, recusa de produtos desnecessários, como sacolas plásticas, consumir produtos e bens mais duráveis e sustentáveis, ou seja, modificar os atuais paradigmas culturais.
- MG** - Incentivar o consumo de produtos locais, artesanais, etc.



- MG** - Incentivar escolas e centros educativos a produzir e/ou consumir alimentos e merendas escolares com produtos da região.
- MG** - Criar e fortalecer fóruns regionais de políticas de defesa ambiental.
- MG** - Desenvolver programas de incentivos nas escolas para o plantio de árvores nativas e frutíferas e criar parcerias com empresas privadas possibilitando aquisição das mudas através de doações e apoio dos órgãos técnicos competentes.
- MG** - Criar infra-estrutura nos municípios para realização de campanhas permanentes de educação ambiental.
- MG** - Adaptar o perfil dos órgãos de fiscalização e regularização ambiental para primeiro ensinar, estabelecer metas e só depois punir.
- MG** - Maiores investimentos em propagandas de educação ambiental como forma de conscientização.
- MG** - Incentivar ações práticas junto às comunidades; Inclusão das pessoas nos processos decisórios; Ações que provoquem mudanças de atitudes.
- MG** - Implantar a Agenda 21 em todos os níveis da sociedade.
- MG** - Criar cargo específico para auxiliar os projetos de Educação Ambiental e coordenar as ações nas escolas.
- MG** - Capacitar os diversos agentes públicos, como os agentes comunitários e os agentes de saúde para atuarem também como educadores ambientais.
- MG** - Destinar, pelo menos, 50% do ICMS ecológico, obrigatoriamente para programas de Educação Ambiental, a serem realizados pelas prefeituras.
- MG** - Criar o Imposto de Renda Ecológico que possibilite a doação para programas de Educação Ambiental e Agenda 21 nos moldes do atual sistema de incentivo à cultura e ao Estatuto da Criança e do Adolescente.
- MG** - Implantar e fiscalizar programas de educação ambiental em todos os órgãos públicos, a exemplo do A3P e do Projeto Ambientação do Estado de Minas Gerais.
- MG** - Criar programas de preparação de professores, em todos os níveis de ensino, para se tornarem educadores ambientais.
- MG** - Desenvolver, dentro dos programas de Educação Ambiental, atividades que visem identificar os fatores ambientais locais que contribuem para as mudanças climáticas e propor soluções.
- MG** - Ampliar e destinar recursos para a implementação do Programa Coletivo Educadores do Ministério do Meio Ambiente em todo o país.
- MG** - Fiscalizar e controlar a qualidade do ar (local) e informar à comunidade através de campanhas educativas de forma ampla, plena e irrestrita.
- MG** - Adequar o sistema educacional, que possibilite a prática efetiva da Educação Ambiental, através da capacitação da comunidade escolar e universitária e de programas universais e permanentes de conscientização ambiental.
- MG** - Estimular e incentivar programas e ações de Educação Ambiental formal e informal, promovidos pela sociedade civil.
- MG** - Ampliar o uso da mídia, pelas instâncias governamentais para promover a educação ambiental.
- MG** - Incentivar a organização social para desenvolver, implantar e monitorar ações sócio-ambientais que busquem a melhoria na vida da comunidade, nos moldes da Agenda 21.
- MG** - Ampliar os investimentos no programa de Agenda 21 do MMA e no fomento para a construção de processos de Agenda 21 locais.
- MG** - Implantar a divulgação obrigatória em rede nacional de Rádio e TV com dicas diárias sobre consumo consciente, de trinta segundos, em horário de significativa audiência.
- MG** - Motivar a criação de viveiros florestais nas escolas (públicas e particulares) com intuito educativo, desde a coleta de sementes até o plantio.
- MG** - Apoiar as ações da Rede Brasileira de Educação Ambiental e seus elos estaduais.
- MG** - Destinar verbas específicas para implementar, consolidar as Agendas 21 para as comunidades tradicionais de terreiros.
- MG** - Ampliar e destinar recursos para a implementação e consolidação dos coletivos jovens de meio ambiente do Ministério do Meio Ambiente em todo o País.
- MG** - Criar mecanismos para a co-responsabilização das indústrias quanto à logística reversa para o reuso dos resíduos pós-consumo de produtos e embalagens.
- MG** - Valorizar a extensão universitária e de institutos tecnológicos, pelas três esferas governamentais, como suporte na mitigação ou adaptação aos impactos ambientais, no contexto inerente à interação e respeito para com a comunidade, através do aumento do número de bolsas, do aumento do seu valor, bem como a difusão de informações dos programas de extensão existentes.
- MG** - Realizar campanhas educativas para a redução do uso de sacolas e embalagens plásticas como pet e tetra.
- MG** - Implantar programa de educação ambiental empresarial de acordo com os padrões e diretrizes da política de educação ambiental existente voltado para produções mais limpas.
- MG** - Criar mecanismos de sensibilização da população para a co-responsabilidade da gestão de seu território, através da construção e implementação da Agenda 21.
- MG** - Aperfeiçoamento das Políticas Ambientais:
- Solicitar que os municípios tenham em seu corpo técnico, profissionais de meio ambiente de nível médio e superior;
 - Seminários regionais periódicos para capacitação de gestores públicos de meio ambiente;
 - Políticas de educação ambiental mais próximas e mais eficientes.
- MG** - Incentivar as Agendas 21 já existentes.
- MG** - Fomentar as políticas públicas referentes aos fundos municipais de meio ambiente.
- MG** - Incentivo às compras sustentáveis (produção mais limpa);
- MG** - Proposta de educação ambiental local efetiva e a necessidade de reforma agrária, com ênfase no combate ao desmatamento, transformando o indivíduo do meio rural em agente participativo para conservação do meio ambiente.
- MG** - Exigir maior participação das universidades nas questões ambientais.
- MG** - Criar programas de motivação para a reutilização de óleos e outros resíduos para a produção de sabão ecológico.
- MG** - Criar campanhas de redução do desperdício de alimentos;
- MG** - Implementar programas educativos contínuos sobre hábitos alimentares e uso de fontes alternativas de proteínas, tendo em vista a redução do consumo de carne;
- MG** - Trabalhar na direção de modificar hábitos da sociedade para um consumo consciente;
- MG** - Expandir a Agenda 21 em todos os municípios mineiros, e todos os Estados da Federação;
- MG** - Uso das rádios comunitárias nas mobilizações e informações de interesse socioambiental;
- MG** - Promover a redução do consumismo, a reutilização e reciclagem de insumos, contribuindo assim para a manutenção do equilíbrio ecológico e climático;
- MG** - Ampliar e destinar recursos para a implementação do Programa Coletivo Educadores do Ministério do Meio Ambiente em todo o país;

- MG** - Fiscalizar e controlar a qualidade do ar (local) e informar à comunidade através de campanhas educativas de forma ampla, plena e irrestrita;
- MG** - Adequar o sistema educacional, que possibilite a prática efetiva da Educação Ambiental, através da capacitação da comunidade escolar e universitária e de programas universais e permanentes de conscientização ambiental;
- MG** - Estimular e incentivar programas e ações de Educação Ambiental formal e informal, promovidos pela sociedade civil;
- MG** - Ampliar o uso da mídia, pelas instâncias governamentais para promover a educação ambiental;
- MG** - Ampliar os investimentos no programa de Agenda 21 do MMA e no fomento para a construção de processos de Agenda 21 locais;
- MG** - Incentivar a interação entre os órgãos ambientais e produtores por meio de programas de extensão ambiental (sensibilização, capacitação e fomento);
- MG** - Investir em educação socioambiental, por meio de capacitação de gestores ambientais e editores de informação (soluções);
- MG** - Fortalecer os instrumentos de fiscalização ambiental e controle social das políticas públicas de meio ambiente;
- MG** - Garantir a participação das comunidades de baixa renda nos processos decisórios (educação ambiental consciente, geração de trabalho e renda, etc.);
- MG** - Participação da sociedade civil em programas e projetos dos órgãos ambientais;
- MG** - Implementar a educação ambiental na educação infantil, ensino fundamental e médio, na graduação e pós-graduação (universidades) e promover a educação continuada de professores;
- MG** - Orientar as empresas a adotarem políticas socioambientais com base na ética e na responsabilidade social, promovendo a adequação ambiental de suas atividades;
- MG** - Divulgação das questões ambientais na mídia, especialmente de empresas poluidoras;
- MG** - Difundir a prática das compras públicas sustentáveis;
- MG** - Programa de apoio com inserção das comunidades locais na criação e no monitoramento das unidades de conservação;
- MG** - Maior interação entre as instituições de ensino superior com a realidade local e regional através de projetos de pesquisa e extensão, garantindo benefícios para as comunidades locais;
- MG** - Incentivar mudanças no padrão do uso de agrotóxicos e aumento da fiscalização desde a compra até o descarte das embalagens;
- MG** - Estender o Programa A3P (Agenda Ambiental da Administração Pública) nas 3 esferas do governo;
- MG** - Fomentar programas e políticas de incentivo ao uso da água e seu reuso e da energia nos diversos setores da sociedade;
- MG** - Promover campanha educativa que esclareça as comunidades locais sobre a criação e o manejo das unidades de conservação para regulamentar o ecoturismo e a atividade sustentável de turismo;
- MG** - Incentivo à fiscalização popular;
- MG** - Programas de conscientização e sensibilização nas escolas, comunidades com os assuntos abrangendo todos os assuntos abordados pelo texto base estadual e texto base nacional;
- MG** - Incentivar nos municípios a construção e implementação de Agendas 21 Locais e Estaduais juntamente com um plano diretor mais efetivo. O plano diretor trabalhando o zoneamento e Agenda 21 o planejamento estratégico local;
- MG** - Promover políticas públicas integradas e estimular a geração de emprego e renda de forma mais efetiva;
- MG** - Implementação de programas de educação ambiental nos municípios com grande aumento populacional abordando temas relacionados ao consumo excessivo de recursos naturais, mudanças no padrão de consumo, geração de resíduos, efluentes e emissão, consumo de produtos com vida útil mais longa e projetos com a participação da comunidade para relacionar problemas ambientais, sociais e econômicos de cada regional do município;
- MG** - Controle da taxa de natalidade através de programas educativos que abordem o tema "sexualidade" e "sexo" de forma complexa e bastante abrangente. Desenvolver programas para que todas as mulheres tenham o direito de escolher quando e quantos filhos (de acordo com suas condições financeiras) desejam ter através de métodos contraceptivos que atinjam principalmente às famílias de baixa renda e/ou com menor conhecimento sobre o assunto;
- MG** - Implementação de programas de Educação Ambiental que contemplam ações de conscientização e sensibilização voltadas para a importância da preservação ambiental e consumo consciente. Estes programas devem ser executados de forma contínua nas escolas e comunidades;
- MG** - Difusão de educação ambiental e do planejamento familiar, planejamento urbano, rigor no cumprimento da legislação ambiental;
- MG** - Criar mecanismos que promovam a integração das políticas públicas;
- MG** - Incentivar, com orientação do órgão ambiental competente, o cidadão a plantar e manter uma ou mais árvores na calçada em frente seu domicílio através de descontos tributários;
- MG** - Legalizar a obrigatoriedade da implementação da agenda 21 nos municípios aliada à institucionalização legal do fórum local;
- MG** - Criar no SISEMA/MG um departamento de Agenda 21 para apoio técnico e financeiro na construção de Agendas 21 locais e Estadual;
- MG** - Propor e executar políticas públicas de controle do êxodo rural, levando ao homem do campo condições favoráveis à sobrevivência, educação e qualidade de vida;
- MG** - Criar e executar políticas públicas que favoreçam a educação ambiental em todos os extratos sociais nas três esferas do governo;
- MG** - Fomentar em todos os extratos sociais o consumo responsável e a produção mais limpa, através da educação ambiental;
- MG** - Evitar o desperdício através de investimentos na logística da cadeia de produção.
- MG** - Criar políticas públicas que garantam o controle da taxa de natalidade através de programas educativos que abordem o tema "sexualidade" e "sexo" de forma complexa e bastante abrangente;
- MG** - Criar mecanismos de maior vigor na punição para os infratores de leis ambientais.
- MG** - Divulgar e ampliar o programa do governo federal "Coletivo Educadores", buscando a capacitação de líderes, identificados em cada comunidade.
- MG** - Implantar e divulgar incentivos fiscais para a área ambiental.
- MG** - Investir mais na divulgação do resultado desta conferência para toda população, colocando em todos os meios de comunicação.
- MG** - Sistema alternativo de baixo custo (materiais recicláveis) para a geração de energia para pequenos produtores. Realização de cursos de capacitação para a fabricação destes sistemas.
- MG** - Sistema alternativo de baixo custo (materiais recicláveis) para a geração de energia para pequenos produtores. Realização de cursos de capacitação para a fabricação destes sistemas.
- MG** - Criação de um centro de estudos para divulgar e disseminar o uso de energias renováveis priorizando as de baixo custo, a saber: biodigestores, energia solar: aquecimento, mini-destilarias de álcool, eficiência energética.



MG - É preciso educar e orientar os novos empreendedores, no momento de produzir energias relativamente renováveis, a cumprir normas que contemplem o gerenciamento de impactos ambientais, no caso de produção do biodiesel, considerem a diversidade da cultura, evitando a monocultura, evitando o cansaço da terra, que levará à provável desertificação.

MG - Rever o sistema de formação de profissionais nas universidades que trabalham apenas com os conceitos da agricultura moderna, negando a agricultura de base ecológica;

MG - Incentivar, com orientação do órgão ambiental competente, o cidadão a plantar e manter uma ou mais árvores na calçada em frente seu domicílio através de descontos tributários;

MG - Sugere-se a realização de um trabalho de sensibilização e mobilização dos gestores públicos e da sociedade civil por parte dos governos federal, estadual e municipal com relação às medidas mitigadoras mínimas para a erradicação de lixões e recuperação das respectivas áreas.

MG - Sugere-se a realização de um trabalho de sensibilização e mobilização dos gestores públicos e da sociedade civil por parte dos governos federal, estadual e municipal com relação às medidas mitigadoras mínimas para a erradicação de lixões e recuperação das respectivas áreas.

MG - Trabalhar a educação da população nas questões de compostagem de resíduos, nas comunidades rurais.

MG - Priorização à educação ambiental voltada à questão do manejo do solo. Capacitação dos técnicos para que possam transmitir as noções aos pecuaristas e agricultores;

MG - Orientar os produtores rurais de forma efetiva quanto à importância de conservar as áreas de preservação permanente e Reservas Legais, visando a preservação dos recursos naturais principalmente os Recursos Hídricos;

MS - Criar o PAC – Plano de Aceleração do Crescimento da Educação Ambiental, para o enfrentamento das mudanças socioambientais planetárias, decorrentes ou potencializadas pelo aquecimento global (proposta do Comitê Assessor do Órgão Gestor da PNEA), assegurando que os Estados e municípios sejam beneficiados com participação na elaboração e desenvolvimento e que os recursos possam ser acessados por entidades não-governamentais;

MS - Articular a criação, consolidação e divulgação de fontes e fundos de financiamento comprometidos com a Educação Ambiental, como o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Rede de Fundos Socioambientais, juntamente com os ministérios do Meio Ambiente, Agricultura e da Educação, que pautem e dialoguem com as instâncias coletivas, bem como com as formuladoras e coordenadoras das políticas e programas de Educação Ambiental;

MS - 4.1.6 Institucionalizar e promover a transversalização da Educação Ambiental na gestão das organizações governamentais e não-governamentais, com apoio financeiro;

MS - Sensibilizar produtores rurais para recomposição das matas ciliares;

MS - Divulgar ações socioambientais na imprensa, promovendo campanhas nos meios de comunicação de massa, de conscientização do uso dos recursos naturais com a criação de um banco de dados para disponibilizar, nos meios de comunicação, projetos ambientais desenvolvidos nos municípios da região pantaneira, promovendo o conhecimento da legislação ambiental à comunidade através da mídia e da capacitação de educadores, ensinando esse tema desde o início da escolaridade e despertando as noções de respeito que levam ao afeto pela natureza e interesse da população em denunciar crimes ambientais;

MS - Garantir a produção de materiais informativos para realização de palestras (folders, cartilhas ambientais);

MS - Desenvolver um sistema de cursos ambientais para as crianças que estudam no Ensino Fundamental e ampliar para o ensino médio, abrangendo as escolas municipais e estaduais e realizar campanha e mutirão para coletar todo lixo às margens dos rios, implantando uma política voltada à educação ambiental, através de projetos de adoção de córregos e rios para o plantio de mudas por alunos de escolas municipais e estaduais;

MS - Formar uma parceria para uma defesa efetiva do meio ambiente, envolvendo, além dos municípios, os Estados e a União, mediante um programa incrementado de educação ambiental e exercício da cidadania;

MS - Promover mutirões de replantio de mudas e realizar campanhas educativas para sensibilizar a população através da imprensa escrita e falada e nas escolas, visando coibir atividades ilegais relacionadas à exploração florestal, queimadas, desmatamentos e outras formas de uso irregular dos recursos naturais;

MS - Promover capacitação ambiental aos educandos, por meio de parcerias, e trabalhar a conscientização da comunidade para a preservação do meio ambiente, elaborar e implantar projetos específicos de educação ambiental que visem a valorização e a proteção de ambientes naturais conservados e preservados e a resolução de problemas pontuais ou sazonais;

MS - Promover ampla campanha em Mato Grosso do Sul e no Brasil para esclarecer sobre os biomas encontrados na Serra da Bodoquena (se realmente é bioma ou remanescente de Mata Atlântica, ou trata-se de Cerrado), discutir sobre o endemismo das espécies, história, relação com o Pantanal conhecer a opinião da sociedade e contar com a participação das escolas;

MS - Promover ações, programas e projetos de resgate, registro, valorização e divulgação das tradições culinárias e culturais regionais;

MS - Implantar projetos culturais (danças, teatro etc.) com foco na educação ambiental;

MS - Implantar um Programa de Educação Ambiental nas escolas rurais, com palestras e minicursos para os moradores rurais, enfocando o manejo correto do solo (para evitar queimadas e desmatamentos) e desenvolvimento sustentável, em parceria com os sindicatos e associações do Estado de MS e buscar apoio do governo federal e universidades para capacitação de técnicos municipais para auxiliar na legislação de uso e ocupação do solo;

MS - Agilizar e implementar os projetos de Educação Ambiental do convênio de fortalecimento do FMMA/FNMA-MMA;

MS - Ampliar as relações interinstitucionais com instituições de pesquisa, Organizações Não-Governamentais (Ongs) e associações de classe, dentre outros objetivando atender as necessidades e qualificar técnica e socialmente as ações da municipalidade;

MS - Estruturar e implantar ações de educação ambiental nas escolas enfocando a sustentabilidade, as problemáticas ambientais locais, bem como os problemas relacionados aos usos e ocupações para os ecossistemas e para a saúde humana;

MS - Fortalecer as relações interinstitucionais para realização de campanhas de educação ambiental atingindo todos os setores da sociedade;

MS - Criar e valorizar cursos de formação continuada em educação ambiental como forma de aprimorar e disseminar novas formas de ações para entendimento das mudanças climáticas, com formação continuada com parcerias entre secretarias de Educação, de Meio Ambiente e organizações da sociedade civil e criação de uma equipe multidisciplinar para promover a formação nas estruturas governamentais, capacitando grupos para abordagem pública sobre as mudanças climáticas e ambientais, sob a responsabilidade das secretarias de Meio Ambiente;

MS - Criar incentivos fiscais para empresas que adotem projetos e ações de educação ambiental e coleta seletiva;

MS - Capacitar a sociedade como um todo, através dos centros de ensino e pesquisa, Ongs nacionais e internacionais, respeitando tratados bilaterais, e apoiar ações de sensibilização ambiental em regiões fronteiriças;

MS - Criar o Sistema Sul-Mato-Grossense de Educação Ambiental, em conformidade com o Sistema Nacional de Educação Ambiental;

MS - Promover concurso de projetos de educação ambiental na rede escolar como forma de estimular a participação dos alunos e apresentar bons exemplos para serem seguidos por outros segmentos da sociedade;

MS - Promover eventos locais e regionais (seminários, congressos) abordando o tema: mudanças climáticas;

- MS** - Desenvolver as Agendas 21 Municipais e implantar a Agenda 21 “otimizada”;
- MS** - Promover campanhas de uso racional de energia, realizando campanhas educativas sobre o consumo de energia elétrica e troca de lâmpadas incandescentes para fluorescentes e energia alternativa em níveis municipal / estadual / federal;
- MS** - Articular a criação, consolidação e divulgação de fontes e fundos de financiamentos comprometidos com a educação ambiental e daqueles com acessibilidade das instâncias coletivas, assim como de instituições municipais de educação ambiental, disponibilizando recursos financeiros oriundos de compensação ambiental pública e/ou privada para aquisição de equipamentos, melhoria da infra-estrutura, manutenção, atividades de pesquisa e educação ambiental nos parques municipais;
- MS** - Desenvolver cursos de Agentes Indigenistas com embasamento antropológico e ambiental, com apoio de instituições parceiras atuantes em questões indígenas;
- MS** - Incentivar todos os segmentos da administração pública para compra e consumo de papel reciclado;
- MS** - Inserir em todas as instituições de educação superior a educação ambiental como disciplina obrigatória, para propiciar a formação de profissionais comprometidos com as transformações socioambientais e culturais;
- MS** - Incluir a Educação Ambiental no Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas, criando um Grupo de Trabalho (GT), com âmbito também nos Estados e municípios brasileiros, para delinear e implementar estratégias educativas;
- MS** - Criar um Plano de Educação Ambiental como proposta curricular para o Ensino Regular;
- MS** - Capacitar os produtores agrícolas sobre técnicas de manejo que evitam uso de agrotóxicos, promovendo capacitação sobre recolhimento de embalagens vazias de agrotóxicos, fortalecendo e criando campanhas e iniciativas de conscientização ambiental para uso adequado de agrotóxicos, para não pulverizar agro químicos prejudiciais às famílias assentadas e ao meio ambiente e para preservar e conservar mananciais, nascentes, matas ciliares e solos;
- MS** - Apoiar ações de Educação Ambiental, com metodologias participativas, na elaboração de projetos e programas que visem o manejo sustentável, priorizando a capacitação de jovens e adultos e desenvolvendo ações junto às comunidades locais no manejo e utilização da agroecologia;
- MS** - Apoiar os produtores rurais e comunidades indígenas, no sentido capacitá-los por meio de cursos e palestras com temática ambiental;
- MS** - Investir em capacitação constante de professores e projetos de conscientização da população;
- MS** - Fortalecer as instituições públicas de extensão rural, visando a capacitação do pequeno produtor, gerando produção e renda, fixando-o ao campo e diminuindo a degradação ambiental;
- MS** - Realizar uma feira de ciências incluindo a educação ambiental e criar um grupo permanente para criação de soluções, devendo haver a cobrança. Fazer um compromisso para por em prática as propostas, incluindo e agilizando a educação ambiental;
- MS** - Capacitar um representante da comunidade para estar repassando, através de palestras, a importância do monitoramento hidrometeorológico para a sociedade e inserir no currículo escolar este assunto;
- MS** - Garantir maior aplicação de recursos públicos na área de educação, como investimento preventivo;
- MS** - Promover a comunicação, informação e discussão das causas e efeitos, bem como das necessidades de adaptação e mitigação em relação às mudanças climáticas;
- MS** - Elaborar parâmetros e diretrizes para formulação de políticas educacionais e a produção interativa de programas e campanhas educativas socioambientais;
- MS** - Promover Educação Ambiental para macro-monitoramento;
- MS** - Disponibilizar recursos financeiros oriundos de compensação ambiental públicos e/ou privados para aquisição de equipamentos, melhoria da infra-estrutura, manutenção, atividades de pesquisa e educação ambiental nos parques municipais;
- MS** - Inserir a carga horária para desenvolvimento de projetos de meio ambiente, para aulas práticas e prever seguro obrigatório para cada aluno que participe das atividades;
- MS** - Criar programas de atividades de visitação em áreas protegidas;
- MS** - Fortalecer as ações e projetos de educação ambiental que promovem a sensibilização e o conceito dos 3Rs (Reduzir, Reutilizar, Reciclar);
- MS** - Realizar pesquisas e integrar os Agentes de Saúde para que promovam / multipliquem a educação ambiental nas propriedades rurais;
- MS** - Capacitar agentes públicos para gestão dos recursos hídricos em microbacias.
- MS** - Incentivar a produção de livros / produtos que apresentem pesquisas sobre mudanças climáticas, bem como levantamento de fauna e flora dos Estados e regiões do Brasil;
- MS** - Integrar os grupos de educação ambiental existentes com a rede de ensino, com estrutura, material humano e orçamento.
- MS** - Criação de escolas com cursos profissionalizantes, voltadas para a atividade agropecuária, com recursos do governo federal e estadual.
- MS** - Promover campanha para disseminar a importância da preservação e uso sustentável das espécies do bioma Cerrado;
- MS** - Elevar e aumentar o pagamento de compensação ambiental para integração entre a educação ambiental e a biodiversidade.
- MS** - Incentivar universidades para criação e/ou adequação de *currículo* de cursos para que possam atender áreas específicas à gestão de recursos hídricos, mudanças climáticas, hidrogeologia, intermediação de conflitos de usos de recurso hídrico, participação e mobilização social e inserir no âmbito escolar de base o programa de desenvolvimento de recursos hídricos, com comprometimento municipal;
- MT** - Oferecer curso de qualificação para educadores e lideranças comunitárias que tenham interesse em desenvolver projetos voltados para mudanças climáticas, disponibilizando recursos financeiros para o desenvolvimento.
- MT** - Desenvolver mecanismos de divulgação contínua dos estudos técnicos sobre o processo de mudanças climáticas de forma didática para o fortalecimento de intercâmbio com a sociedade civil.
- MT** - Incluir a estratégia de Educação Ambiental no Plano Nacional de Mudanças Climáticas com a criação de um Grupo de Trabalho específico e permanente para delinear, implantá-la e implementá-la.
- MT** - Implementar o SISNEA- Sistema Nacional de Educação como articulador da Estratégia de Educação Ambiental, para consolidar a gestão compartilhada e a capilaridade da formação em educação ambiental, que se constitui em estratégia facilitadora para o cumprimento das ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas;
- MT** - Articular a criação, a consolidação e a divulgação de fontes e fundos de financiamento comprometidos com a Educação Ambiental, como o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), Fundo Nacional de Educação (FNDE) e a Rede de Fundos Socioambientais, que pautem e dialoguem com as instâncias coletivas, bem como com as formuladoras e coordenadoras das políticas e programas de Educação Ambiental;
- MT** - Institucionalizar e transversalizar a Educação Ambiental na gestão das organizações governamentais
- MT** - Inserir, em todas as instituições de educação Básica e superior, a Educação Ambiental, ou projeto curricular inter e transdisciplinar obrigatórios, incentivando a presença da Educação ambiental nos cursos de graduação para propiciar a formação de profissionais comprometidos com as transformações socioambientais e culturais, com foco especial para a formação inicial de professores e de todas as licenciaturas.



MT - Financiar a formação de Educadores Ambientais Populares por meio dos Coletivos Educadores e Com-vidas, das organizações sociais, das instituições de ensino na comunidade (Círculos de Aprendizagem Participativa sobre Meio Ambiente e Qualidade de Vida), em todo o tecido social, que sinergizem as ações das instituições de uma base territorial.

MT - Apoiar técnica e financeiramente projetos sócio-educacionais que visem mitigar o processo de mudanças climáticas.

MT - Garantir que os órgãos governamentais ligados ao Meio Ambiente nas esferas federal, estadual e municipal priorizam e fortaleçam ações de Educação ambiental, visando prevenir crimes ambientais.

MT - Apoiar técnica e financeiramente as iniciativas indígenas socioambientais relacionadas a educação ambiental nas esferas municipal, estadual e federal.

MT - Fortalecer e incentivar a participação da população étnico raciais e comunidades tradicionais na construção de políticas públicas em Educação Ambiental nas esferas municipal, estadual e federal.

MT - Assegurar pelos governos; municipal e estadual e em todas as instituições de ensino superior a realização de cursos de capacitação em Educação Ambiental, de forma continuada para docentes da Educação Básica, assegurando a inserção de todas as áreas do conhecimento.

MT - Elaborar, implantar e implementar projetos de Educação ambiental voltados para a divulgação dos impactos causados pelo desmatamento e as queimadas e a relação direta que tem com o efeito estufa, as mudanças climáticas e a saúde das populações.

MT - Criar e disseminar políticas voltadas para o consumo responsável, envolvendo o meio empresarial e os consumidores, visando mudanças de atitudes em prol da mitigação do efeito estufa e das mudanças climáticas.

MT - Exigir o cumprimento das responsabilidades social e ambiental do setor empresarial, promovendo ações e formação voltadas para a Educação Ambiental

MT - Aplicar e apoiar a utilização, nos instrumentos de planejamento territorial, a exemplo do ZEE e agenda 21 e Plano Diretor Municipal, os resultados de estudos dos impactos potenciais das MCG sobre os ecossistemas.

MT - Apoiar e incentivar financeiramente ações de Educação Ambiental, com metodologias participativas, na elaboração e execução de projetos e programas que visem o manejo sustentável e o fortalecimento da identidade cultural, priorizando a formação e capacitação de jovens e adultos e desenvolvendo ações em parcerias com as comunidades locais, com monitoramento e avaliação dos projetos financiados junto às comunidades locais no manejo e utilização da agroecologia.

MT - Incluir a Educação Ambiental de forma prática e interdisciplinar nos projetos político-pedagógicos dos estabelecimentos de ensino, bem como a abordagem integrada das mudanças climáticas nos sistemas de ensino, buscando articulação com as instâncias organizadas como as Com-vidas (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida) com os Conselhos de Escola (C.D.C.E) e Grêmios Estudantis;

MT - Garantir por meio de políticas públicas o apoio técnico-financeiro às iniciativas educacionais relacionadas à sócio-agroecologia, bem como projetos pilotos de implantação de técnicas rurais sustentáveis

MT - Mobilizar, sensibilizar e apoiar a população para a participação em fóruns, conferências e outros processos participativos e deliberativos relacionados à Educação Ambiental e Mudanças Climáticas;

MT - Promover cursos de capacitação melhorando a tecnologia no campo que visem o fortalecimento da agricultura familiar, respeitando a Sustentabilidade sócio ambiental.

PA - Expandir as escolas agrotécnicas com ênfase no desenvolvimento sustentável;

PA - Garantir nas empresas, mecanismos para disseminação da educação ambiental entre os empregados e empregadores. A criação da CIMA-Comissão Interna de Meio Ambiente, com representantes dos empregados e empregadores.

PA - Garantir recursos para a criação dos fundos municipais, estaduais e federal de meio ambiente, com ênfase na educação ambiental, para garantir a execução e a sustentabilidade das ações de educação ambiental nos municípios que se destinem à capacitação, criação de metodologias, execução de projetos no âmbito do ensino formal;

PA - Elaborar Programa de capacitação através de curso de especialização em educação ambiental com ênfase em mudanças climáticas para professores de todos os níveis de ensino sendo implementado por meio de parceria entre MMA, MEC, Universidades Públicas e Privadas, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e de Meio Ambiente e ONG's.

PA - Garantir que os livros didáticos das diversas disciplinas do currículo Nacional, Regional e Local abordem em seus conteúdos informações sobre o meio ambiente e sobre as "Mudanças Climáticas" globais, viabilizando a aplicabilidade da educação ambiental de forma multi, inter e transdisciplinar, informativas e educativas relativas ao meio ambiente.

PA - Alterar a Legislação aplicada aos recursos do PAC, destinados à Educação Ambiental sejam geridos diretamente pelos municípios.

PA - Garantir o apoio pedagógico e financeiro às ações desenvolvidas pelo CJ's.

PA - Garantir a responsabilidade das empresas em relação às questões ambientais e o financiamento dessas empresas em projetos educativos nas escolas.

PA - Implantar imediatamente os 4 passos iniciais do PAC da Educação Ambiental, conforme proposta do comitê assessor do órgão gestor.

PA - Revisar o decreto que regulamenta a PNEA, definindo melhor a competência e a composição do comitê assessor.

PA - Institucionalizar o PRO-NEA, por meio de instrumento legal e forte, que preveja a sua revisão periódica e participativa, assim como sua vinculação ao PPA.

PA - Criar, garantir e fortalecer de mecanismos efetivos transparentes e descentralizados de fomento e financiamento da EA

PA - Aprovar e implantar um Sistema Nacional de Educação Ambiental (SISNEA), que dê organicidade e promova sinergia entre as diversas iniciativas de EA de todo país

PA - Incentivar o fortalecimento institucional e apoiar os projetos das organizações indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais com oficinas e seminários e a criação e implementação de políticas públicas para melhorar a qualidade de vida, preparando-os para a melhor gestão ambiental territorial.

PA - Exigir a implementação da formação continuada em educação ambiental, bem como promover orientações por partes de técnicos aos produtores, povos e populações do campo e da floresta na forma de melhor desenvolver as cadeias de produção da sócio-biodiversidade.

PA - Qualificar os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a participação no Fórum Social Mundial e nos fóruns de acompanhamento de mudanças climáticas e no desenvolvimento de políticas de compensação ambiental.

PA - Criar e implementar escolas profissionalizantes e de ensino fundamental noturno em territórios de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

PA - Implantar política de educação ambiental com colônias de pescadores, moradores ribeirinhos e donos de embarcações de transporte de passageiros e carga, criando normas para as embarcações de passageiros, onde os mesmos sejam obrigados a passar a informação sobre a preservação do meio ambiente aos seus usuários e obrigatoriedade de construir containers nos seus porões para armazenar os seus resíduos.

PA - Criar a escola de pesca artesanal na pedagogia da alternância

PA - Divulgar em campanhas de educação ambiental as técnicas de re-uso de água para usos secundários, captação de água da chuva, redução e coleta seletiva de lixo, uso de materiais livres de componentes tóxicos e adoção de práticas sustentáveis;

PA - Divulgar em campanhas de educação ambiental as técnicas de re-uso de água para usos secundários, captação de água da chuva, redução e coleta seletiva de lixo, uso de materiais livres de componentes tóxicos e adoção de práticas sustentáveis;

PB - 4.1.29. Ampliar e fortalecer os programas Coletivos Educadores e Com-Vidas para a formação de Educadores Ambientais Populares.

PB - 4.1.30. Implementar as Políticas Públicas de Meio Ambiente, fortalecendo a Educação Ambiental no processo de gestão através do SISNAMA.

PB - 4.1.31. Usar mecanismos legais para a preservação do Bioma Caatinga, dentro de um programa de Educação Ambiental que trabalhe com as escolas, de forma integrada com outros programas ambientais;

PB - 4.1.33. Incentivar as Secretarias de Educação dos municípios para investirem em currículos voltados para o local, regional, estadual, nacional e global;

PB - 4.1.34. Capacitar os profissionais de Educação continuamente para a implantação de uma política municipal de Educação Ambiental. Essa deve ser iniciada nas escolas, e posteriormente, abrangendo o todo da sociedade civil;

PB - 4.1.35. Incluir o bioma caatinga como tema transversal no currículo dos sistemas de ensino público municipal e estadual.

PB - 4.1.36. Motivador o retorno das rádios comunitárias e/ou melhor, desenvolvimento destas emissoras dentro dos princípios de liberdade de expressão e de participação social enfocando o tema ambiental;

PB - 4.1.37. Estimular as indústrias, hospitais, clínicas e lojas a promover a formação de seus gestores e funcionários em educação ambiental.

PB - 4.1.38. Exigir dos autores e editores de livros didáticos e Atlas a revisão dos conteúdos voltados aos biomas nordestinos, principalmente ao bioma caatinga, uma vez que os conceitos expostos não condizem com a realidade e retratam preconceitos e desvalorização do bioma caatinga e dos catingueiros e caatingueiras;

PB - 4.1.39. Implementar, através do setor público, privado e sociedade civil, programas de formação em educação ambiental para os diversos setores da sociedade, especialmente para líderes comunitários, sindicalistas, ONG's e catadores – (artigo 225 da constituição federal de 1988);

PB - 4.1.41. Incentivar as universidades a serem exemplos de sustentabilidade, implantando:

- Política institucional de meio ambiente;
- Gestão integrada de resíduos sólidos;
- Tratamento de efluentes gerados, principalmente em laboratórios;
- Programas de arborização permanente com plantas nativas e frutíferas;
- Criar áreas de preservação ambiental nos campi;
- Elaborar e implantar plano de gerenciamento de resíduos sólidos de serviços de saúde;
- Inserir a dimensão ambiental nos currículos das licenciaturas de forma a possibilitar a consecução dos objetivos da política nacional e estadual de educação ambiental.

PB - 4.1.42. Realizar campanhas educacionais em parceria com o comércio sobre o descarte e a devolução de produtos que contenha radioatividade;

PB - 4.1.43. Desenvolver programas de incentivo e formação profissional para a sociedade urbana e rural, buscando o melhoramento da agricultura;

PB - 4.1.45. Desenvolver práticas educativas voltadas à capacitação do agricultor quanto ao uso adequado do solo;

PB - 4.1.47. Potencializar os meios de divulgação das estratégias de convivência com o Semi – árido, por meio dos temas transversais e por ações práticas no ambiente escolar e entorno;

PB - 4.1.49. Implantar e tornar eficiente os serviços de Centros Regionais de Educação Ambiental;

PB - 4.1.50. Implantar campanhas de conscientização junto aos proprietários de veículos automotores para o plantio de árvores como forma compensatória da sua própria poluição (seqüestro decarbono);

PB - 4.1.52. Estruturar e melhorar a logística de atendimento dos pontos turístico do Estado;

PB - 4.1.53. Adequar a matriz curricular do ensino para a realidade local, visando à melhoria da convivência do homem com meio;

PB - 4.1.54. Formar agentes ambientais voluntários para auxiliar no processo de fiscalização ambiental nas áreas dos municípios;

PB - 4.1.56. Criar a Universidade do Sertão;

PB - 4.1.57. Criar incentivos para elaboração e implantação da AGENDA 21;

PB - 4.1.58. Garantir, através de incentivos, a criação e cumprimento da agenda ambiental de administração pública municipal (A3P).

PB - 4.1.59. Implementação de programas educativos nos meios de comunicação LOCAIS, relativos às questões ambientais;

PB - 4.1.61. Garantir a regulamentação dos 3 R's, Reduzir, Reciclar e Reutilizar;

PB - 4.1.62. Oficializar a Coordenação de Educação Ambiental nas Secretarias de Educação dos municípios para fortalecer e acompanhar o desenvolvimento da educação ambiental e Agenda 21 nas escolas;

PB - 4.1.63. Implantar um Centro de Referência em Tecnológica e Educação Ambiental, visando sensibilizar e capacitar a população para as questões inerentes ao meio ambiente;

PB - 1.1.31. Apoiar e divulgar as experiências realizadas na comunidade escolar e ONG, sobre a proteção, preservação e o uso sustentável da biodiversidade;

PB - 1.1.68. Aproveitar agente de endemia no diagnóstico de problemas ambientais para também ser agente educador ambiental e de fiscalização, com treinamento adequado;

PB - 2.6.34. Capacitar agentes multiplicadores locais do meio ambiente no desenvolvimento rural sustentável;

PB - 2.6.44. Desenvolver a cultura de compreensão da natureza do semi-árido;

PB - 2.6.56. Promover uma conscientização das populações ribeirinhas dos mangues, visando desenvolver a proteção desses ecossistemas, como também uma atividade econômica sustentável na região para geração de renda;

PB - 2.6.62. Desenvolver um trabalho extra-classe com os alunos das redes municipais e estadual de ensino, incluindo visitas aos laboratórios ambientais e unidades demonstrativas para exploração da biodiversidade;

PB - 1.2.32. Incentivar a pesquisa e a extensão na área Agroecológica, através das Universidades e entidades de Assistência Técnica, junto aos produtores (as) rurais;

PB - 2.2.34. Desenvolver cursos de formação profissional para a sociedade urbana e rural buscando desenvolver o melhoramento da agricultura;

PB - 2.2.33. Desenvolver junto à escola e a sociedade civil ações de sensibilização para a consciência ambiental com relação à água;

PE - Desenvolver programas e ações educativas permanentes, envolvendo a temática desertificação e convivência com o semi-árido de forma interdisciplinar e contextualizada, em parcerias com instituições de ensino, órgãos públicos de pesquisa e extensão, instituições da sociedade civil, povos indígenas e comunidades tradicionais, a partir de recursos didáticos e tecnológicos adequados, criando um sistema eficiente de comunicação e difusão dessa temática



PE - Garantir ações efetivas das três esferas de governo, para a capacitação e especialização de educadores do sistema público de ensino (baseada no modelo problematizador de Paulo Freire), bem como capacitação de agentes e gestores ambientais, produtores rurais e urbanos, respeitando as realidades locais.

PE - Implantar programas de educação ambiental contínua, inter e transdisciplinar nas escolas, nos diversos níveis, garantindo a formação continuada de professores, bem como a capacitação e/ou treinamento dos facilitadores

PE - Disponibilizar recursos federais e estaduais para sensibilizar, disseminar, implementar e fiscalizar práticas de produção mais limpa para as micro, pequenas e médias empresas, na indústria, comércio, serviços públicos e privados

PI - Fomentar projetos de auto-gestão em entidades associativas e cooperativistas com suporte técnico do CIEA/PNEA, (assentamentos rurais).

PI - Desenvolver projetos de capacitação na área de educação ambiental para os pequenos, médios e grandes agricultores no processo da produção agropecuária.

PI - Criar programa de avaliação e premiação das escolas públicas e particulares que se destaquem no ensino e na conscientização ambiental.

PI - Implementar a educação ambiental no trânsito, obrigando todas as empresas de transportes, a implantarem coletores de lixo e sacolas biodegradáveis, bem como realizar campanhas educativas.

PI - Elaborar e implementar um Plano de Educação Ambiental específico para as áreas susceptíveis a desertificação;

PR - Garantir através de legislação dotação orçamentária nos três níveis de governo, para viabilização às ações de educação e cidadania ambiental;

PR - Institucionalizar a Conferência do Meio Ambiente com periodicidade para sua realização de 2 ou 3 anos como um processo integrado, com instâncias municipal, regional, estadual e federal; organizada por comissão organizadora independente e colegiada; como instrumento permanente que propicie a difusão das ações e o acompanhamento da execução das deliberações. As funções, responsabilidades, recursos e constituição devem ser definidos em lei. Deve ter caráter deliberativo e continuado, tendo por função, dentre outras, o planejamento e a realização da Conferência, o diagnóstico da realidade do tema definido como prioritário, o acompanhamento do uso de recursos naturais, a formação continuada dos participantes; campanhas de promoção dos direitos e do controle social, eleição dos membros dos Conselhos de Meio Ambiente nas três esferas, políticas de comunicação e informação e acompanhamento dos resultados;

PR - Cobrar das Universidades programa de formação sócio ambiental na grades curriculares, de todos os cursos, com foco na temática Mudanças Climáticas;

PR - Incorporar no currículo do ensino fundamental, médio, e cursos técnicos, tratamento especial sobre o tema mudanças climáticas. E nas universidades que o tema seja incorporado de forma concreta nos cursos de engenharia e arquitetura, assim como também, o aproveitamento de energia solar e captação de águas pluviais nas edificações;

PR - Desenvolver programa de capacitação e formação de pessoas de diferentes segmentos da sociedade, criando uma rede estadual de difusão da educação ambiental por meio de parcerias com as instituições de ensino superior, Secretaria de Estado da Educação, instituições governamentais e privadas, de modo a fortalecer a preservação das culturas locais com práticas sócio ambientais. Capacitar a todos sobre a temática mudanças climáticas e suas consequências para a humanidade e o planeta;

PR - Vincular as linhas de crédito com o nível de sustentabilidade (recuperação das matas ciliares, reservas legais e nascentes) das propriedades rurais, e a situação sócio ambiental e financeira do produtor;

PR - Prever nos orçamentos das três esferas de governo, valores específicos para a educação ambiental, além da criação de uma lei que incentive a apresentação de projetos ambientais pelas escolas e estimule os professores a desenvolverem, por meio de incentivo financeiro (bolsa de estudos), projetos extra classe, em parceria com as instituições de ensino superior;

PR - Implantar no Estado uma política de educação ambiental, formal e não formal, responsabilizando também as administrações municipais. Desenvolver programa que vise à integração institucional, e a troca de experiências entre grupos organizados;

PR - Estabelecer uma política de Estado de educação ambiental, em parceria com o Ministério Público que deve ser executada pelas administrações públicas, como política permanente;

PR - Realizar diagnóstico sócio ambiental por município, para avaliar e definir ações. Para a execução, contratar e/ou capacitar, na área ambiental, funcionários da vigilância sanitária e líderes comunitários, através do órgão ambiental competente;

PR - Implantar de forma efetiva, programas permanentes sobre produção, comercialização e consumo responsável, visando a diminuição dos impactos negativos sobre o meio ambiente. Promover ações que resultem na incorporação destes hábitos no cotidiano de cada cidadão:

- Criar na população a cultura por hábitos de consumo sustentável e alimentar saudável, através de programas de divulgação com este fim;

- Elaborar programas para redução da produção de materiais descartáveis e para o consumo sustentável. E incrementação de programas de seleção, reutilização e de reciclagem;

- Informar através dos meios de comunicação, sobre a existência de produtos que causam impacto ambiental, como pilhas e lâmpadas fluorescente. Informar à população sobre a responsabilidade do fabricante no gerenciamento destes produtos, ampliar e divulgar de forma ampla os pontos de coleta;

- Elaborar lei que obrigue os fabricantes a acrescentarem aos rótulos de seus produtos, informações sobre o tempo de decomposição das embalagens, contribuindo assim para o consumo consciente;

- Inibir o comércio e utilização de embalagens descartáveis. Ampliar o programa de embalagens retornáveis e sacolas permanente

Promover campanhas e políticas de reuso da água;

PR - Adotar a Agenda Ambiental na Administração Pública nas três esferas e instâncias de governo;

PR - Incentivar a pesquisa de um novo modelo de renda, com referencia no modo de produção sustentável. Popularizar a pesquisa científica que favoreça o meio ambiente, como a produção orgânica, a criação de espécimes nativos, a produção de plantas medicinais, bem como o investimento no desenvolvimento de tecnologias limpas;

PR - Adotar nos colégios que possuem laboratório de informática, programas, métodos e materiais que incentivem os alunos a elaborar e entregar trabalhos em forma informatizada, reduzindo desta forma a utilização de papel. Aplicar a utilização, por exemplo, de pendrive, disquete, etc.;

PR - Elaborar legislação que obrigue os setores produtivos, principalmente as empresas com elevado potencial poluidor, a contribuir em ações de educação ambiental, atendendo as demandas existentes, agindo em parceria com as escolas e garantindo qualidade de vida dentro da própria instituição;

PR - Criar programas de incentivo para professores/as do ensino fundamental e médio para desenvolverem projetos de Educação Ambiental, com remuneração específica, em parceria com a iniciativa privada e com previsão de horas atividades para esse fim;

PR - Conferir maior clareza e objetividade à legislação ambiental no que diz respeito aos deveres individuais e coletivos do cidadão;

PR - Fiscalizar o cumprimento da legislação:

- No que diz respeito à Educação Ambiental e a implementação do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), garantindo que tais questões sejam trabalhadas como conteúdos transversais e interdisciplinares nos currículos do Ensino Fundamental, Médio e Superior;

- Quanto ao descarte de lixo com alta toxicidade;

- No controle da rotulagem de produtos que tenham em sua composição organismos geneticamente modificados;

PR - Vincular parte do ICMS Ecológico e os recursos advindos de multas ambientais a projetos de educação sócio ambiental (inclusive com práticas agroecológicas) e retorno do dinheiro dos Autos de Infração aos municípios de origem, definindo o repasse da parcela do valor ou percentual do ICMS ecológico;

PR - Elaborar política permanente, assegurada em lei federal, tornando obrigatória e gratuita, a veiculação nos horários nobres, nos veículos de comunicação do Estado e ou em outros, de campanhas e programas, de formação, informação e sensibilização sobre a necessidade da preservação ambiental Complementar essas informações e ações em um site que disponibilize estas e outras informações e serviços ambientais (disque denúncia, informações de licenciamento ambiental, link com entidades ambientalistas, etc);

PR - Organizar cursos de formação para associações de moradores, entidades eclesiais, pastorais, grupos de mães e de jovens, qualificando estes grupos, para que estes possam ser multiplicadores em métodos e metodologias de Educação Ambiental na comunidade;

PR - Criar Centros Territoriais de Educação Ambiental para produtores e trabalhadores rurais onde se promova, capacitação sobre questões legais, técnicas, alternativas sustentáveis, assim como também, sobre a necessidade de reduzir o uso de agrotóxicos, e não utilizar sementes transgênicas na agricultura paranaense, mostrando os seus malefícios para o meio ambiente e para a saúde humana;

PR - Criar Centros Territoriais de Educação Ambiental para produtores e trabalhadores rurais onde se promova, capacitação sobre questões legais, técnicas, alternativas sustentáveis, assim como também, sobre a necessidade de reduzir o uso de agrotóxicos, e não utilizar sementes transgênicas na agricultura paranaense, mostrando os seus malefícios para o meio ambiente e para a saúde humana;

PR - Incentivar e estabelecer parcerias entre instituições de ensino públicas e privadas, ongs, agricultores, empresários, cooperativas, comércio e sindicatos, setor de saúde dos municípios, entre outros, visando o desenvolvimento de projetos relacionados à educação ambiental, com incentivo fiscais;

PR - Compartilhar a responsabilidade das instituições de ensino, através de parceria entre o poder público e as instituições, igrejas, associações de bairros, dentre outras, no trabalho de conscientização ambiental;

PR - Incentivar a formação de pesquisadores em educação ambiental em todas as esferas, fornecendo bolsas de estudo e fomento para a realização das pesquisas, inclusive possibilitando acesso a material bibliográfico;

PR - Criar a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA) em todos os estados nacionais na atuação para formação de educadores ambientais e desenvolvimento de projetos favoráveis do meio ambiente;

PR - Atrair a elaboração e o desenvolvimento de programas de educação ambiental à concessão de financiamentos do governo federal a empresas e entidades, governamentais ou não que se proponham a executar obras e/ou ações em comunidades ou regiões;

PR - Identificar universidades públicas e particulares para que possam promover cursos específicos de educação e gestão ambiental, sendo este voltado para diretores e professores dos ensinos fundamental e médio;

PR - Articular a criação, consolidação e divulgação de fontes e fundos de financiamentos comprometidos com a e.a como o fundo nacional de meio ambiente (fnma), fundo nacional de desenvolvimento da educação (fnde) e a rede de fundos socioambientais que pautem e dialoguem com as instâncias coletivas, bem como com as formuladores e coordenadoras das políticas e programas de Educação Ambiental;

PR - Criar o PAC-EA - Plano de Aceleração do Crescimento da Educação Ambiental, para o enfrentamento das mudanças socioambientais planetárias, e também promover a revisão do decreto que regulamenta a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) definindo melhor o papel e competências; a institucionalização do programa nacional de educação ambiental (pronea) por meio de um instrumento legal forte que reveja sua revisão periódica e participativa; debate público, aprovação e implantação do sistema nacional de educação ambiental (sisnea) que de organicidade e promova sinergia entre diversas iniciativas de Educação Ambiental em todo país;

PR - Instituir a formação de agenda 21 local em todos os municípios brasileiros;

PR - Articular ações de educação ambiental da agenda 21 com efetiva participação do controle social através dos conselhos de meio ambiente, nos 03-três níveis de governo;

PR - Fortalecer os Conselhos de Meio Ambiente nas três esferas de Governo, com caráter deliberativo, consultivo e fiscalizador, como mecanismo de gestão e controle social na área ambiental e para a efetivação das medidas que devem ser adotadas;

PR - Institucionalizar por lei nos três níveis e instâncias de governo as Conferências do Meio Ambiente e fortalecê-las como mecanismo de gestão e controle social na área ambiental, adotando medidas para sua efetivação;

PR - Abrir espaço para divulgação dos resultados das Conferências do Meio Ambiente na TV pública;

PR - Transparência, informação e formação sobre as ações ambientais públicas, como instrumentos facilitadores de controle social;

PR - Informar a população em geral quanto às causas e efeitos do aquecimento global e das formas possíveis da participação de cada um, especialmente através de palestras nas associações de moradores e agricultores, em linguagem adequada, de forma que atinja a comunidade, os movimentos sociais, a sociedade civil organizada, e as diferentes instâncias de governo;

PR - Ampliar a integração de ações dos Governos federal, estadual e municipal;

PR - Estruturar um sistema de formação e informação que inclua criação de grupo de estudos sobre as questões ambientais por unidade hidrográfica. Com a utilização dos meios públicos de comunicação, e de espaços compulsórios nos meios privados (de pelo menos meia hora por dia), e espaço em jornais e revistas, em posição ou horário de destaque, para temas relacionados às questões ambientais, e de adequação dos serviços públicos;

PR - Alterar a legislação visando facilitar a implantação de meios de comunicação popular e dar condições adequadas de funcionamento a rádios comunitárias e jornais de circulação local;

PR - Incentivar a criação nos Municípios dos Comitês Gestores ou Conselhos da Juventude em Defesa do Meio Ambiente, garantindo aos jovens a participação na gestão das políticas do meio ambiente;

PR - Definir que os órgãos do meio ambiente e as instituições de ensino público e privado sejam os indutores e divulgadores das políticas do meio ambiente;

PR - Incentivar a criação e a estruturação dos setores técnicos ambientais nas prefeituras;



PR - Fortalecer os órgãos ambientais federal, através de concurso e valorização das carreiras. Investir em equipamentos, veículos e infra-estrutura para fazer cumprir a legislação ambiental, para combater com eficiência os crimes ambientais e atender as novas demandas decorrentes das mudanças climáticas;

PR - Implantar instrumentos de controle social das políticas públicas sobre mudanças climáticas e garantir a divulgação das mesmas;

PR - Divulgar as ações e estimular a participação dos vários segmentos da sociedade nos Fóruns Estaduais de Mudanças Climáticas;

PR - Adotar uma sede itinerante para os Fóruns de Mudanças Climáticas, descentralizar as suas ações, e divulgar as suas atribuições e atividades;

PR - Fortalecer os Fundos ambientais e aplicar recursos na capacitação e qualificação dos membros dos Conselhos e nas ações e políticas públicas permanentes;

PR - Efetivar ações para inibir a corrupção e ingerência política e outras atitudes que desestimulem a participação popular. Entre tais ações podemos destacar rigor nas punições, fiscalização rigorosa, efetivação da lei, melhorias nos equipamentos e recursos humanos;

PR - Desenvolver oficinas e cursos para capacitação em fóruns locais, de forma a efetivar as práticas de educação ambiental;

PR - Apoiar o Projeto de Emenda Constitucional de para reconhecimento do Cerrado, e Caatinga e campos naturais como Biomas Nacionais e Patrimônios Naturais Nacionais, e que atenda as necessidades das comunidades tradicionais;

PR - Divulgar e informar através de campanha aos usuários, sobre o uso racional de energia com incentivo à instalação de aquecedores solares;

PR - Criar como política pública, nas intuições de ensino, programas de formação continuada e campanhas na grande mídia, sobre os impactos ambientais causados pela exploração industrial da energia elétrica e sobre as vantagens de outras fontes limpas a serem utilizadas (exemplo: energia solar), com vistas a uma concepção de sustentabilidade do uso dos recursos naturais;

PR - Fazer o diagnóstico da situação atual das áreas de reserva legal e de preservação permanente em assentamentos rurais procedendo à adequação sócioambiental das mesmas e implantando programas e projetos de educação ambiental;

PR - Incentivo à implementação de programas de agentes comunitários ambientais, com o objetivo de fomentar a educação ambiental nas populações tradicionais, através do intercâmbio de conhecimentos necessários para uma correta conservação e manutenção de ecossistemas naturais;

PR - Incentivar os setores produtivos para:

- Readequação de instalações e substituição de máquinas e equipamentos por de baixo consumo de energia;

- Para melhoria e eficiência de seus equipamentos elétricos;

- Desenvolver campanhas para readequação de moradias e mudança de hábitos pessoais, visando o menor consumo de energia;

PR - Incrementar e efetivar sistemas de aplicação de educação ambiental nas esferas cabíveis para estimular o conhecimento nos programas de gerenciamento de resíduos;

PR - Promover ações de conscientização, orientação e sensibilização para o uso adequado dos quintais residenciais, para controle da elevação da impermeabilidade do solo;

RJ - Ampliar, também no horário nobre, o compromisso das TVs e rádios públicos com programação voltada para temas ambientais;

RJ - Garantir também no horário nobre que os meios de comunicação divulguem informações sobre as questões relativas às mudanças climáticas, sobre indicadores de qualidade do ar, da água etc., de forma clara, relacionando seus efeitos na saúde humana;

RJ - Divulgar informações sobre o potencial da reciclagem do óleo de cozinha e de outros produtos, incentivando sua implantação para gerar renda para as escolas e comunidades, em parceria com os catadores;

RJ - Divulgação de prestação de contas sobre as propostas, das I e II Conferências, que já foram implantadas e garantir a implantação de todas as demais;

RJ - Criar o PAC – Plano de Aceleração do Crescimento – da Educação Ambiental, para o enfrentamento das mudanças socioambientais planetárias, decorrentes ou potencializadas pelo aquecimento global;

RJ - Introduzir os novos conceitos (como mitigação, prevenção,...) relativos às mudanças climáticas nos projetos de EA;

RJ - Implantar, imediatamente, os quatro passos iniciais do PAC da Educação Ambiental, conforme proposta do Comitê Assessor do Órgão gestor da PNEA: Passo 1: revisão do decreto que regulamenta a PNEA, definindo melhor o papel/competência/composição do Comitê Assessor; Passo 2: institucionalização do ProNEA por meio de instrumento legal forte que preveja a sua revisão periódica e participativa e sua vinculação ao PPA; Passo 3: criação e fortalecimento de mecanismos efetivos, transparentes e descentralizados de fomento e financiamento da EA; Passo 4: debate público, aprovação e implantação de um Sistema Nacional de Educação Ambiental (SisNEA), que dê organicidade e promova sinergia entre as diversas iniciativas de EA em todo país;

RJ - Articular a criação, consolidação e divulgação de fontes e fundos de financiamento comprometidos com a EA, como o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Rede de Fundos Socioambientais, que pautem e dialoguem com as instâncias coletivas, bem como com as formuladoras e coordenadoras das políticas e programas de EA;

RJ - Introdução, nas instituições e comunidades, da nova visão sócio-ambiental do que seja o processo educativo que inclui o uso de novas estratégias, tecnologias e ferramentas de mídia e comunicação (educo-comunicação), com dotação orçamentária contingenciada;

RJ - Garantir que a seleção de livros didáticos considere obrigatoriamente os aspectos étnicos, sócio-ambientais e éticos, de forma a atender a diversidade cultural;

RJ - Ampliar os fóruns de divulgação e debate sobre grandes empreendimentos, tais como a liberação da monocultura de eucalipto e o COMPERJ, para que a população possa ser informada, opinar e influir nas decisões;

RJ - Garantir que as secretarias de educação do Estado e dos Municípios adotem programas de formação continuada nos formatos lato sensu e stricto sensu, para os professores de toda a rede pública e privada;

RJ - Garantir que parte dos Royalties do Petróleo seja aplicada em projetos ambientais com EA;

RJ - Que sejam repensados os projetos político-pedagógicos das escolas incorporando as questões ambientais;

RJ - Implantar projetos de EA nas comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas e outras), com abordagem participativa;

RJ - Implantar projetos de EA nas comunidades em situação de risco com abordagem participativa, considerando sinistro ambiental e migração interna;

RJ - Realização de concursos públicos para técnicos ambientais garantindo o trabalho de profissionais da área;

RJ - Garantir que o cumprimento das Metas do Milênio seja prioridade dos governos;

RJ - Garantia de que todas as prefeituras tenham suas secretarias de meio ambiente, que implementem suas Agendas 21 e incentivem práticas locais de EA, bem como as “Salas Verdes” e os “Coletivos Educadores” através de dotação orçamentária;

- RJ - Disseminar a EA nas entidades religiosas de todas as crenças e promover estudos que levem à definição de Espaços Sagrados nos planos de manejo das Unidades de Conservação com coleta regular de resíduos e gestão compartilhada com grupos religiosos;
- RJ - Criação de um programa de educação ambiental em comunidades religiosas independentemente do credo;
- RJ - Fazer com que todo município que receba Royalties de Petróleo, destine 10% destes valores para implementação do Plano de Ação definido nos Fóruns da Agenda 21 Locais;
- RJ - Promover a formação continuada em educação ambiental nas comunidades tradicionais, terreiros, quilombolas, caiçaras, indígenas, através de equipes gestoras e docentes;
- RJ - Promover ações e processos de educação ambiental de forma dialógica dirigida a populações residentes no entorno e nas áreas de unidades de conservação, considerando os interesses, anseios e valores das suas populações;
- RJ - Implantação de rádios, TVs e outros meios de comunicação comunitárias em fóruns estabelecidos na Agenda 21, nos municípios que tenham o sistema municipal de meio ambiente, em parceria com os Ministérios de Meio Ambiente, MEC e Ciência e Tecnologia, secretarias municipais e estaduais do meio ambiente;
- RJ - Criar rede de entidade voltado à educação ambiental a nível nacional, de modo a democratizar a informação, seus resultados e suas ações;
- RJ - Implementar a obrigatoriedade de palestras de educação ambiental para todos os infratores ambientais a nível municipal, estadual e federal, facilitando o conhecimento de leis ambientais e evitando a reincidência de atos contra a natureza;
- RJ - Estimular a criação de um sistema que utilize medicação produzida na fitoterapia, estimulando a relação conhecimento acadêmico e saberes populares com processo de tratamentos, acompanhamento e prevenção de doenças;
- RJ - Criar uma rede integrando agentes ambientais e agentes de saúde para o controle de vetores e de doenças como a dengue, as pragas provocadas por espécies exóticas, entre outras;
- RJ - Tornar deliberativos os conselhos das Unidades de Conservação de Proteção Integral, garantindo ampla participação popular nesses espaços;
- RJ - Integrar as discussões da Agenda 21 Local com as Medidas de Desenvolvimento Limpo (MDL);
- RJ - Promover debates, consultas e audiências públicas, a fim de buscar alteração na legislação para possibilitar a permanência concreta de comunidades tradicionais em APP's e nas Unidades de Proteção Integral, garantindo recursos para o desenvolvimento sustentável destas comunidades;
- RJ - Criar incentivos para TVs e rádios comunitárias criarem e ampliem programações voltadas para a proteção do meio ambiente;
- RJ - Promover ações e processos de educação ambiental de forma dialógica dirigida a populações residentes no entorno e nas áreas das Unidades de Conservação, considerando os interesses, anseios e valores das suas populações;
- RJ - Comprometer os delegados a trazerem as resoluções da III CNMA relativas a EA, para serem apresentadas GIEA, bem como em outros fóruns;
- RJ - Promover um projeto de resgate em saber popular a respeito de ervas medicinais em medicina popular e que este conhecimento seja sistematizado e popularizado;
- RN - Incentivar práticas agrícolas, através de cursos de capacitação, que reduzam as queimadas no processo produtivo, tais como: plantio direto de culturas perenes e anuais, plantio consorciado com vegetação nativa, controle biológico de pragas, alternativas de colheitas sem queimadas.
- RN - Alterar a legislação para que os municípios só recebam os recursos do Fundo de Participação Municipal se constituírem conselhos municipais de meio ambiente com comprovado trabalho ambiental.
- RN - Realizar um mapeamento de instituições, ONG's, projetos, etc.. Que atuem na área de educação ambiental a fim de integrar e socializar ações e propostas pedagógicas que forneçam subsídios práticos e teóricos para os profissionais da área de educação.
- RN - Viabilizar a criação de Núcleos de Educação Ambiental em cidades pólos para difusão e informação de Educação Ambiental.
- RN - Intensificar a divulgação na mídia da educação ambiental utilizando os recursos disponibilizados pelo poder público e pela parceria com empresas privadas (formar comissão sobre esses temas).
- RN - Desenvolver e incentivar campanhas de sensibilização, nas escolas e nas associações comunitárias, para o uso racional da água e coleta de resíduos sólidos.
- RN - Estimular a educação urbano-ambiental da população utilizando-se todos os meios de comunicação.
- RN - Fortalecer e valorizar a educação contextualizada à realidade local, ou seja, conhecendo o ecossistema regional (por exemplo, no semi-árido o bioma caatinga), buscando a troca de conhecimento e saberes entre os diferentes setores da sociedade.
- RN - Promover campanhas educativas para sensibilizar, conscientizar e educar eticamente voltadas para a população numa perspectiva de cooperação, solidariedade, fraternidade e justiça valorizando a cultura, a natureza e a vida, que seja capaz de repensar os padrões de produção, consumo e distribuição de riquezas.
- RN - Implantar nos assentamentos políticas públicas voltadas para educação ambiental e desenvolvimento sustentável.
- RN - Criar programa radiofônico permanente e usar os meios de comunicações (mídia escrita e falada) para divulgar as idéias sobre as ações, práticas e iniciativas de respeito, conservação, preservação e cuidados com meio ambiente, através de artistas, atores, radialistas e personalidades diversas.
- RN - Apoiar grupos artísticos regionais e locais para trabalhar de forma lúdica a preservação e conservação do meio Ambiente.
- RN - Promover a maior divulgação de plenárias, audiências e consultas públicas de cunho ambiental, a fim de aumentar a participação social em tais eventos.
- RN - Investir na infra-estrutura tais como materiais, equipamentos, veículos; e na qualificação de pessoal dos órgãos ambientais ligados ao SISNAMA.
- RN - Descentralizar a gestão ambiental por meio do apoio à criação dos sistemas municipais de meio ambiente, com estrutura mínima de Secretaria de Meio Ambiente e Conselhos Municipais de Meio Ambiente.
- RN - Estimular a implementação da A3P (Agenda Ambiental da Administração Pública) nas três esferas da administração pública.
- RN - Desenvolver cursos e programas para os produtores rurais com objetivo de estimular o correto manuseio dos recursos naturais e a auto gestão.
- RN - Criar ações de governo visando fortalecer parcerias entre sindicatos, comunidades tradicionais e associações dos assentamentos rurais para que atuem nas questões ambientais.
- RN - Propor a inserção no orçamento da união de recurso específico destinado a implementação e estruturação dos Sistemas Municipais do Meio Ambiente (SISMUMA).
- RN - Criar os mecanismos legais para que haja a obrigatoriedade de se destinar percentual de royalties de petróleo para compor fundos municipais de meio ambiente.
- RN - Incentivar e garantir o protagonismo juvenil nos projetos e ações relacionados às questões socioambientais, inclusive na Conferência Nacional/Estadual do Meio Ambiente.



- RN - Criar dias nacionais de mutirão de limpeza das praias.
- RN - Implantar, fortalecer ou ampliar o Programa Escola Aberta de acordo com as comissões de meio ambiente e qualidade de vida (com-vida) nas escolas nos municípios, de uma forma integrada escola e comunidade.
- RN - Realizar censo (trianual) para avaliar e, conseqüentemente, qualificar as atividades de educação ambiental desenvolvidas tanto no âmbito da educação formal quanto da não formal.
- RN - Promover nas universidades cursos de pós-graduação em educação ambiental e em recursos naturais, com vistas às regiões semi-áridas.
- RN - Sensibilizar as prefeituras, câmaras municipais, e conselhos comunitários e demais segmentos da sociedade civil organizada sobre os efeitos das mudanças climáticas nas áreas de preservação ambiental, com destaque para o avanço do mar e nas áreas suscetíveis à desertificação.
- RN - Fixar nos planos de ação das secretarias municipais e estadual de educação, ações que envolvam temáticas ambientais, incluindo nos três níveis de ensino a “educação ambiental” e assegurar a prática pedagógica desse ensino.
- RN - Incorporar e intensificar nos programas de qualificação profissional ferramentas que incentivem as mudanças de hábitos e costumes referentes às questões ambientais.
- RN - Criar, manter ou estruturar Escritórios regionais, nos moldes da Central do Cidadão, do IDEMA, IBAMA, DNPM e demais órgãos componentes do SISNAMA em espaço comum para atendimento ao interior do estado nas cidades-pólo regionais.
- RN - Fortalecer a política de educação ambiental a partir da reestruturação da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – CIEA.
- RN - Fomentar programas não formais de educação ambiental voltados para os movimentos sociais.
- RN - Divulgar as propostas aprovadas nas conferências, congressos, seminários, fóruns, e outros eventos de forma a tornar acessível aos delegados o acompanhamento das mesmas.
- RN - Criar políticas de educação ambiental, visando o envolvimento das comunidades escolares urbanas e rurais, ONG’s, órgãos públicos e privados, para que haja um único discurso, considerando o saber popular e a contextualização da cultura de cada região.
- RN - Credenciar e capacitar pescadores e ribeirinhos para atuação como agentes ambientais de lagoas, rios e mares, em período de defeso ou prestando serviços junto aos órgãos competentes, auxiliando na fiscalização, como forma de aperfeiçoamento profissional.
- RN - Criar mecanismos de vigilância ambiental no sentido de educar tripulações e passageiros de embarcações marinhas e fluviais para acondicionarem, transportarem e recondicionarem para a coleta pública todos os resíduos sólidos produzidos a bordo, inclusive óleos lubrificantes.
- RN - Implementar as ações dos agentes multiplicadores capacitados em educação ambiental para atuar no combate à desertificação.
- RN - Articular ações de educação ambiental rural e urbana visando a sustentabilidade ambiental e o combate à desertificação.
- RN - Fortalecer a política nacional de combate à desertificação promovendo a educação popular e formal para a convivência com o semi-árido e voltada para a produção agroecológica e qualificação profissional no campo, criando e implementado um programa de reflorestamento com espécies nativas.
- RN - Garantir investimentos em educação para convivência com semi-árido utilizando metodologias integradas e participativas.
- RN - Criar mecanismos de fortalecimento da comunicação e do fluxo de informações sobre a desertificação nas Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASDs), através de parcerias entre os movimentos sociais, órgãos do SISNAMA, universidades, escolas, poder público e privado.
- RN - Intensificar a qualificação profissional da mulher de forma que ela sinta-se parceira preponderante nas mudanças de hábitos e costumes referentes às questões ambientais.
- RN - Incluir na estrutura das Conferências Nacionais, a partir desta III, Grupos de Trabalho (GTs) específicos sobre desertificação, dado o potencial de crescimento das áreas desertificadas ou em desertificação a necessidade de ampliação, sensibilização e divulgação do problema em âmbito nacional e o fortalecimento do PAN-Brasil.
- RN - Fomentar cursos de capacitação e aperfeiçoamento para técnicos agrícolas e agricultores familiares que visem o uso adequado do solo, evitando, assim, o desgaste e degradação do mesmo.
- RO - [Novo proposta] Constituir, recompor e capacitar conselhos municipais de meio ambiente – CONDEMA, para captar fundos municipais de meio ambiente gerenciados pelo CONDEMA, priorizando o uso destas verbas em projetos de educação ambiental;
- RO - [Novo proposta] Viabilizar a ação conjunta dos órgãos governamentais, não governamentais e colegiados públicos de saúde, meio ambiente e educação para trabalharem com a sociedade na preservação do meio ambiente e da humanidade;
- RO - [Novo proposta] Criar, dar transparência e ampliar fundos Nacionais, Estaduais e Municipais de Meio Ambiente que executem projetos envolvendo as comunidades, escolas e associações na preservação e conservação do meio ambiente.
- RO - [Novo proposta] Incluir nos conteúdos programáticos das disciplinas do ensino fundamental e médio a educação ambiental enfatizando as temáticas das mudanças climáticas;
- RO - [Novo proposta] Instalação de postos de coleta seletiva sob administração de prefeituras municipais desenvolvendo campanhas de reciclagem nas escolas, associações, empresas, órgãos governamentais e ong’s, visando a redução de dejetos que são descartados no lixo, tendo em vista a política dos 5 “R” – reciclar, reaproveitar, reutilizar, reduzir e repensar;
- RO - [Novo proposta] Difundir através de diferentes estratégias metodológicas de Educação Ambiental, em todos os níveis da sociedade, idéias e exemplos de atitudes e mudança de valores pessoais, que possam contribuir para a redução do aquecimento global, cobrando do poder público a tarefa de fiscalização;
- RO - [Novo proposta] Criar comitês de discussões permanentes nas escolas, comunidades, associações de bairros, partidos políticos, igrejas e sindicatos, associações de pecuaristas e produtores rurais, sobre questões ambientais, bem como a elaboração de projetos de ação para preservação do Meio Ambiente;
- RO - [Novo proposta] Assegurar a utilização do espaço reservado à divulgação do Meio Ambiente, previsto na legislação, para ações de Educação Ambiental;
- RO - [Novo proposta] Construir e fomentar mecanismos de comprometimento social (conscientização da co-responsabilidade) com os moradores dos bairros, distritos, cidades, reservas extrativistas e estados mais afetados por crimes ambientais;
- RO - [Novo proposta] Institucionalizar dentro das secretarias estaduais e municipais da divisão ou departamento com a finalidade de elaborar programas de educação ambiental para serem executados em níveis de ensino da rede pública e privada em todos os níveis de ensino. Em consonância com o programa “vamos cuidar do Brasil com as escolas”, com intuito de articulamos juntos com o PRONEA e a PNEA 9795/99;

- RO - [Novo proposta] Destinar os recursos advindos das compensações financeiras provenientes de conversão de multas e alocar recursos do FMMA de acordo com o que preconiza seu decreto de criação para ações de educação ambiental;
- RO - [Novo proposta] Criar incentivo financeiro a ser avaliado pelos conselhos municipais de meio ambiente, para uso em projetos a serem executados em ações educativas sendo desenvolvido pelo órgão a executar;
- RO - [Novo proposta] Desenvolver projetos de educação ambiental em áreas degradadas como elemento de restauração ambiental, aliado a outras políticas públicas;
- RO - Avaliar as mídias adequadas para veiculação de informações sobre mudança do clima considerando as especificidades locais e regionais, elaborando materiais de divulgação (CDs, folhetos, etc.), sobre mudanças do clima de responsabilidade dos governos: Federal, Estadual e Municipal;
- RO - [Novo proposta] Utilizar propostas construídas legitimamente nas Conferências de Meio Ambiente para subsidiar as ações de conselhos, colegiados e comissões de Meio Ambiente, Saúde, Educação e Recursos Hídricos, nas diversas instâncias de governo, de modo a responder na prática às demandas construídas.
- RO - Esclarecer a sociedade sobre a importância do uso de biocombustíveis e outras fontes de energia renovável;
- RO - Incentivar a popularização da ciência, com a divulgação de informações resultantes de projetos de pesquisas em linguagem acessível ao público leigo e através de mídias alternativas;
- RO - Desenvolver um projeto de educomunicação socioambiental para sensibilização da população sobre: queima de lixo urbano, disposição de resíduos em nascentes, corpos de água e sobre os impactos de grandes obras. Sensibilizar a população e aplicar a legislação já existente;
- RO - Desenvolver campanhas de conscientização objetivando a recuperação de áreas degradadas e das matas ciliares;
- RO - Fortalecer e construir mecanismos que garantam a participação, implementação e o controle de gestão socioambiental;
- RO - Desenvolver um projeto de educomunicação socioambiental para sensibilização da população sobre: queima de lixo urbano, disposição de resíduos em nascentes, corpos de água e sobre os impactos de grandes obras. Sensibilizar a população e aplicar a legislação já existente;
- RO - Esclarecer a sociedade sobre a importância do uso de biocombustíveis e outras fontes de energia renovável;
- RO - Organizar campanhas sobre os impactos do uso de agrotóxicos no meio ambiente e nos seres humanos e subsidiar a produção de defensivos orgânicos através das plantas medicinais;
- RO - Criar sistemas de formação e capacitação para populações do entorno de mananciais hídricos visando a conservação e a reabilitação de áreas degradadas;
- RR - Maior participação do Governo, nas esferas municipal, estadual e federal, e da iniciativa privada no que se refere à educação ambiental, com processos de formação continuada participativa e emancipatória, através de campanhas, ações, convênios e parcerias e outros, direcionadas a todos os segmentos da sociedade
- RR - Criar o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) da educação ambiental para enfrentamento das mudanças sócio-ambientais planetárias decorrentes ou potencializadas pelo aquecimento global
- RR - Contemplar no SISNEA a criação de sistema único de informações e coordenação das ações entre os Órgãos Ambientais (IBAMA, SEMAs, INCRA, Polícia Federal dentre outros), com acesso a população, para uma melhor sintonia entre as ações
- RR - Incentivar e fomentar a participação da sociedade civil organizada nas discussões de políticas públicas ambientais internacionais, através de audiências públicas que antecedam a ratificação pelo Congresso Nacional, possibilitando a divulgação em conferências, fóruns, conselhos, entre outros
- RS - Enfatizar e organizar a Educação Ambiental de maneira inter-estrutural (entre os vários órgãos da administração municipal, estadual e federal) e interdisciplinar, bem como ser executada de maneira continuada;
- RS - Evitar a substituição da bibliografia existente (troca de todos os livros das bibliotecas públicas), em função da reforma ortográfica, apenas acrescentando erratas às palavras que serão modificadas, evitando o desperdício de recursos naturais e econômicos;
- RS - Utilizar os grandes eventos públicos de massa para divulgar programas e ações de Educação Ambiental;
- RS - Divulgar CDs, boletins periódicos e notícias nas escolas da academia de polícia militar, formação de oficiais e formações de soldados da Polícia Militar;
- RS - Reforçar a presença das comunidades tradicionais de matriz africana e suas prioridades nas formulações de políticas públicas afirmadas no Decreto nº 6.040/2007;
- RS - Criar políticas públicas que propiciem o fomento e a inserção da temática ambiental, de forma transversal, às ações e projetos de abordagem educacional popular não-formal, comunitária e cooperativada;
- RS - Criar programas de conscientização desde a reciclagem de lixo e a limpeza de nossos riachos e outros na escola, porque o pobre também paga impostos de tudo, mas não tem muitas vezes a metade dos seus direitos respeitados como ser humano. "Isso também é Meio Ambiente";
- RS - Difundir medidas prioritárias que desenvolvam a capacidade de adaptação para a população em situação de risco e vulnerabilidade social aos impactos das variações climáticas;
- RS - Propiciar o debate, o estudo e exercício de práticas e paradigmas socioambientais que possibilitem a mudança da relação homem-natureza numa direção mais ecológica e menos exploradora do homem para com as demais formas de vida. Neste objetivo buscar desenvolver uma ideia de ecologia profunda, num entendimento do respeito à natureza e a todas as formas de vida por ela mesma e não somente numa proposta de preservação do meio ambiente;
- RS - Utilizar, preferencialmente, materiais ecológicos (por exemplo: papel reciclado) em todas as repartições públicas do País;
- RS - Buscar a experiência de atores sociais que tenham uma prática que implique em mais respeito na relação homem-natureza para construir novos paradigmas nesta relação, para reverter este conhecimento em benefício do planeta como um todo;
- RS - Estabelecer parcerias concretas de cunho jurídico e legal entre Município, Estado e União para ações e capacitação em Educação Ambiental, principalmente nas regiões de impacto ambiental urbano relacionadas à mudança do clima;
- RS - Apoiar, incentivar e financiar as iniciativas de Educação Ambiental já existentes a nível local e comunitário, assim como aquelas que vierem a ser implantadas a partir de saberes e experiências locais.
- SC - Implementar e divulgar a Agenda 21 Local, Estadual e Nacional para que sejam estudadas conscientemente e postas em práticas por todos os habitantes do Brasil;
- SC - Que a Agenda 21: seja estudada, revista e trabalhada pelo instrumento da educação ambiental conscientemente para que seja posta em prática por todos os habitantes do planeta;
- SC - Capacitar e sensibilizar os profissionais da educação, a sociedade civil organizada, a comunidade em geral e demais multiplicadores da rede pública e privada, sobre os diversos aspectos ambientais, relacionados às mudanças climáticas. A capacitação desencadeará parcerias entre Ministério Público, Organizações Governamentais e de Terceiro Setor e pessoas voluntárias, na busca da formação prática;



- SC - Propor o estabelecimento de políticas de consumo consciente e sustentável mediante os princípios de educação ambiental em todos os níveis, junto às respectivas áreas;
- SC - Incentivar e criar programas de mudanças de hábito, especialmente o consumo de alimentos agroecológicos e/ou oriundos da agricultura familiar e das fontes de proteína vegetal;
- SC - Incentivar e criar programas e ações de sensibilização para o consumo consciente de bens e serviços em todo país para a redução de gases do efeito estufa;
- SC - Criar políticas internacionais de educação ambiental que incentivem ao consumo consciente e sustentável;
- SC - Garantir dentro dos 25% dos recursos destinados a aplicação para educação nos municípios, no mínimo 5% específico para programas de educação ambiental;
- SC - Sensibilizar a sociedade sobre a importância da recuperação das matas ciliares, das unidades de conservação urbanas ou não e da vegetação nativa, como instrumento de sustentabilidade da vida, para biodiversidade local, a fim de que se possa estimular a preservação e recuperação das áreas consideradas de preservação permanente e toda a biota que nela se encontra, através da destinação de recursos orçamentários;
- SC - Despertar a consciência das pessoas sobre atitudes pessoais que possam contribuir com a redução das emissões de gases do efeito estufa e de combate ao aquecimento global;
- SC - Difundir, por meio de diferentes programas continuados e participativos de Educação Ambiental, em todos os níveis da sociedade, idéias e exemplos sobre as atitudes pessoais de valores, que possam contribuir com a redução de gases do efeito estufa e de combate ao aquecimento global;
- SC - Educar para mudança de hábitos e valores, por meio da sensibilização da sociedade em todos os seus segmentos, para produção e o consumo adequado de produtos e a adoção de comportamentos que contribuam para redução de gases de efeito estufa, do aquecimento global e das alterações climáticas e ambientais, cobrando do poder público a tarefa de fiscalização;
- SC - Educar a população e os administradores públicos, para implantação e ampliação do transporte ferroviário; hidroviário e ciclovias, incentivando o consumo de combustíveis menos poluentes, favorecendo, as tecnologias limpas;
- SC - Envolver e viabilizar a participação da comunidade em políticas efetivas e contínuas, sobre a importância do uso de biocombustíveis e outras fontes de energia renovável para a redução de gases do efeito estufa. Esta atitude promoverá mudanças de comportamento/ atitudes, com o objetivo de contribuir com a redução das emissões de dióxido de carbono e de combate ao aquecimento global;
- SC - Formular e implementar programas de redução de consumo de recursos naturais;
- SC - Utilizar os meios de comunicação, conforme rege os princípios da Lei de Educação Ambiental, que se refere à difusão e socialização de informações;
- SC - Incluir a problemática ambiental no cotidiano das pessoas durante o processo de educação;
- SC - Cumprir o que determina o artigo 42, caput, da Lei 4771/65: "... nenhuma autoridade poderá permitir a adoção de livros escolares de leitura que não contemham textos de educação florestal, previamente aprovados pelo Conselho Federal de Educação, ouvido o órgão florestal competente";
- SC - Inserir a temática Educação Ambiental na perspectiva da abordagem sistêmica e holística, conscientizadora, crítica, emancipatória referente às mudanças climáticas em cursos de formação profissional de áreas diversas;
- SC - Utilizar meios de divulgações referentes às questões ambientais por intermédio da mídia, cumprindo a legislação em especial por em prática a Lei 4.771/65, que determina no parágrafo 1º do art. 42 que "as estações de rádio e televisão incluirão, obrigatoriamente, em suas programações, textos e dispositivos de interesse florestal, aprovados pelo órgão competente no limite mínimo de cinco (5) minutos semanais, distribuídos ou não em diferentes dias";
- SC - Empoderamento da sociedade civil na participação dos movimentos ambientais;
- SC - Socializar as informações técnicas e científicas numa linguagem acessível;
- SC - Criar mecanismos (regulamentação de Lei, normatização) que garantam recursos financeiros para investimentos que viabilizem as ações de EA;
- SC - Exigir a aplicação do que dispõe a Lei Federal 9.795/99, no que se refere a produção e veiculação em meios de comunicação de matérias de temática ambiental com ênfase em mudanças climáticas;
- SC - Criar mecanismos (conselhos municipais e ou secretarias e departamentos) de co-responsabilidades das instituições, inclusive de cunho executivo, nas ações de educação e nas práticas de sustentabilidade ambiental, incluindo sanções ao não cumprimento das normas estabelecidas (bloqueio de repasses de recursos para projetos) às prefeituras que não tenham políticas de destinação final adequada de resíduos;
- SC - Criar, ampliar, e fortalecer mecanismos de formação rural visando a integração de conhecimentos, práticas e saberes tanto acadêmicos como populares que visem a mitigação e adaptação à mudança climática, enfocando a agroecologia, o consumo saudável e a produção familiar;
- SC - Promover a formação continuada em EA de legisladores em todos os níveis, capacitando para a abordagem e criação de legislação relacionada às mudanças climáticas;
- SC - Preservar e conservar de áreas naturais assim como a recuperação de áreas degradadas, através de políticas públicas de incentivos e da sensibilização das comunidades realizando palestras, cursos, seminários, fóruns e assistência técnica em meio ambiente;
- SC - Criar fóruns, conselhos e outras instâncias visando o aprofundamento sobre a compreensão de necessidade da transformação da estrutura social brasileira nos aspectos de consumo, distribuição de renda, produção e outros aspectos vinculados com as mudanças climáticas e desequilíbrios ecológicos;
- SC - Criar o PAC - Plano de Aceleração do Crescimento da Educação Ambiental, para o enfrentamento das mudanças socioambientais planetárias, decorrentes ou potencializadas pelo aquecimento global;
- SC - Implantar, imediatamente, os quatro passos iniciais do PAC da Educação Ambiental, conforme proposta do Comitê Assessor do Órgão Gestor. Passo 1: revisão do decreto que regulamenta a PNEA, definindo melhor o papel/competência/composição do Comitê Assessor. Passo 2: Institucionalização do ProNEA por meio de instrumento legal forte que preveja a sua revisão periódica e participativa e sua vinculação ao PPA. Passo 3: criação e fortalecimento de mecanismos efetivos, transparentes e descentralizados de fomento e financiamento da EA. Passo 4: debate público, aprovação e implantação de um Sistema Nacional de Educação Ambiental (SisNEA), que dê organicidade e promova sinergia entre as diversas iniciativas de EA em todo país;
- SC - Articular a criação, consolidação e divulgação de fontes e fundos de financiamento comprometidos com a Educação Ambiental, como o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) e os Fundos Socioambientais estaduais e municipais, que pautem e dialoguem com as instâncias coletivas, bem como com as formuladoras e coordenadoras das políticas e programas de Educação Ambiental;
- SC - Institucionalizar e promover a transversalização da Educação Ambiental na gestão das organizações governamentais.
- SC - Fortalecer a presença das ciências sociais na formulação dos conceitos e valores na relação do homem / natureza.

SC - Fortalecer, estruturar e capacitar, em todos os aspectos os órgãos competentes, no intuito de fiscalização efetiva, no cumprimento da legislação pertinente e vigente, bem como aos valores éticos e sócio-ambientais.

SC - Implementar campanhas de formação e informação na cadeia produtiva de edificações com vistas a construção com base em produção mais limpa e minimização de resíduos.

SC - Criar um programa público de informação e incentivo para projetos sustentáveis e de produção mais limpa.

SC - Criar programas de capacitação técnica sob a responsabilidade pública e industrial na utilização de fertilizantes nitrogenados, para reduzir as emissões de óxidos nitrosos.

SC - Recuperar e restaurar áreas de vegetação nativa, e esclarecer sua importância e manutenção especialmente em APP's no espaço urbano e rural, por meio de um processo de educação ambiental continuada.

SC - Fortalecer a fiscalização, utilizando metodologias pró-ativas e integradas à educação ambiental e agilizando o monitoramento e identificação das atividades de exploração florestal, coibindo e realizando as autuações nos casos de queimadas, desmatamentos e outros usos irregulares;

SC - Promover e incentivar parceria da sociedade civil, universidades, centros de pesquisa e produtores de mudas com o Ministério Público para envolvimento de jovens infratores em programas de reflorestamento em cumprimento de penas de trabalho comunitário;

SC - Criar programas de conscientização e cuidado para o manuseio de GEE, assim como o transporte e destino de equipamentos e produtos que contenham estes poluentes.

SC - Criação de programas de incentivo ao consumo de produtos agroecológicos que contemplem ações de sensibilização e conscientização do consumidor, de institucionalização do consumo (via merenda escolar, por exemplo) e de redução de custos visando baratear o preço final ao consumidor (através da isenção do ICMS e outros tributos);

SC - Implementar campanhas de formação e informação na cadeia produtiva de edificações com vistas a construção com base em produção mais limpa e minimização de resíduos.

SC - Incentivar a formulação e implementação de programas coletivos e individuais de redução de consumo de energia elétrica, combustíveis fósseis e água.

SC - Implementar campanhas de formação e informação na cadeia produtiva de edificações com vistas a construção com base em produção mais limpa e minimização de resíduos.

SE - Planejar e implementar o Plano de Ação do Crescimento da Educação Ambiental para o enfrentamento das mudanças socioambientais planetárias decorrentes ou potencializadas pelo aquecimento global;

SE - Articular a criação, consolidação e divulgação de fontes e fundos de financiamento comprometidos com a educação ambiental como o Fundo Nacional do Meio Ambiente e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e rede de Fundos Socioambientais que pautem e dialoguem com as instâncias coletivas, bem como com as formuladoras e coordenadoras das políticas e programa de educação ambiental

SE - Institucionalizar e promover a transversalização da educação ambiental na gestão das organizações governamentais;

SE - Mobilizar, sensibilizar e apoiar a participação da população em fóruns, conferências e outros processos participativos e deliberativos relacionados às ações preventivas (educadoras) e transformadoras das condições que geram as mudanças climáticas

SE - Implantar imediatamente os quatro passos iniciais do PAC na educação ambiental conforme proposta do Comitê Assessor do Órgão gestor. Primeiro passo: revisão do Decreto que regulamento o PNEA – Plano Nacional de Educação Ambiental, definindo melhor o papel, competência, composição do Comitê Assessor. Segundo passo: institucionalização do PRONEA – Programa Nacional de Educação Ambiental, por meio de instrumento legal forte que preveja a sua revisão periódica e participativa e sua vinculação ao PPA. Terceiro passo: criação e fortalecimento de mecanismos efetivos, transparentes e descentralizados de fomento e financiamento da educação ambiental. Quarto passo: debate público, aprovação e implantação de um Sistema Nacional de Educação Ambiental - SISNEA, que dê a organicidade e promova sinergia entre as diversas iniciativas de educação ambiental em todo país

SE - IMPLEMENTAR PROGRAMA ADOTE UMA ARVORE, INSTITUIÇÃO DO DIA DE PLANTIO DE MUDAS (ARVORES NATIVAS E FRUTÍFERAS, COM A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL)

SE - Fomentar a educação ambiental como instrumento da gestão em recursos hídricos nos âmbitos municipal, estadual e federal nas bacias hidrográficas.

SP - O Poder Público deve implementar o Plano Nacional de Educação Ambiental para viabilizar a implantação de programas e projetos nas diferentes esferas de governo;

SP - Os Projetos de Educação Ambiental devem contemplar ações que possam ser aplicadas nos lares, comunidades, empresas;

SP - A Educação Ambiental deve promover mudança de paradigmas culturais, morais, éticos e educacionais;

SP - O Poder Público deve incentivar parcerias para criar espaços verdes, de lazer e educação ambiental;

SP - O Poder Público deve desenvolver ações voltadas à área de educação ambiental com apoio de Universidades;

SP - O Poder Público deve incentivar a valorização da riqueza da fauna, através de concursos de fotografias nas escolas;

SP - Implementar curso de Formação de Agentes de Informação com acesso aos dados ambientais amplo e irrestrito para repasse destes à população;

SP - Resolução da ANATEL, estabelecendo inserções de campanhas de educação ambiental para mudanças climáticas em horário nobre, nas mídias televisivas e radiofônicas;

SP - Ampliação pelas concessionárias de saneamento básico de campanha de educação quanto ao uso da água, estabelecendo parcerias com quem couber;

SP - Implantar sistema para disseminação das informações para educação ambiental nas escolas públicas, seja através de folder ou outros meios de comunicação;

SP - Fortalecer, investir e incentivar a capacitação de professores;

SP - Incentivar e priorizar as parcerias entre governos, universidades, empresas e sociedade civil para a implantação de educação ambiental não-formal;

SP - Fomentar o fortalecimento das políticas públicas de educação ambiental;

SP - Incentivar a participação da comunidade e de professores de todos os níveis de ensino nos sistemas de gestão e na execução de ações ambientais;

SP - Articular parcerias para formar e capacitar pessoas que possam atuar nos sistemas educacionais e de gerenciamento ambiental (com destaque para a água), disseminando conhecimentos e práticas voltadas à sustentabilidade;

SP - Produzir material didático sobre as realidades sócio-ambientais regionais, que possa ser trabalhado em escolas e outros locais de ensino-aprendizagem, com linguagem clara e acessível aos diversos públicos;

SP - Incentivar a sinalização ambiental e a alfabetização espacial da população, por meio de, por exemplo: Placas com mensagens ecológicas nas praças das cidades, selecionar as frases por meio de campanha nas escolas ou concurso aberto a toda a comunidade;



Placas indicando locais de interesse ambiental nas cidades e nas áreas rurais, a exemplo de nomes de rios e córregos; árvores importantes; prédios históricos; nascentes; limites de bacias hidrográficas, etc; Mapas com temas ambientais dos municípios em locais públicos, a exemplo de rede de mananciais; rede de abastecimento de água; rede de coleta, afastamento e tratamento de esgotos; parques públicos; cidade da criança; histórico ambiental, etc.;

SP - Popularização das informações sobre as formas de redução da emissão de gases de efeito estufa pelas atividades antrópicas;

SP - Criar incentivos fiscais, mecanismos de financiamento e destinar recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de educação ambiental envolvendo o tema mudanças climáticas, suas causas e efeitos, de forma a criar sensibilização, mobilização e revisão de hábitos;

SP - Formar educadores ambientais para atuar com a temática das mudanças climáticas, propondo programas e projetos de educação ambiental;

SP - Produzir e distribuir materiais didáticos capazes de informar e sensibilizar a população sobre as mudanças climáticas;

SP - Adequar políticas públicas setoriais (energia, transporte, uso de solo, água e florestas) de forma a garantir ou minimizar o combate às mudanças de clima;

SP - Comunicação:- Convidar todos os setores da sociedade brasileira, para discutir responsabilidades relativas aos principais problemas ambientais de cada cidade e dar soluções a eles;

SP - Uso de painéis solares nas instituições públicas Federais, Estaduais e Municipais;

SP - Criar e definir uma política de capacitação de gestores públicos em EA associada a mudanças climáticas;

SP - Destinação de benefícios fiscais para a aplicação em atividades sócio-ambientais (IPI, ICMS, ISS);

SP - Reforma da Política Nacional de Educação Ambiental;

SP - A partir do sexto ano, a Educação ambiental, já tratada como tema transversal, deverá ter a orientação de Coordenadores Ambientais (especialistas em Meio Ambiente e Educação Ambiental) junto ao corpo docente;

SP - Destinar recursos federais para trabalhos de Educação Ambiental através de divulgações científicas, tornando-as populares;

SP - Promover conscientização em massa através de meios de comunicação para toda a população do país, no que se refere à Educação Ambiental;

SP - Aplicar planos empresariais objetivando instruir filhos e funcionários a preservar formas de vegetação e recursos d'água; instruindo também sobre a coleta seletiva, iniciando pelas escolas e todas as entidades; dando subsídios para esta prática, com a doação de uma muda de árvore para cada criança que nascer;

SP - Criar projetos de sensibilização educacional que envolva a mídia em geral, mudando conceitos sociais, consumo, educação, vida;

SP - Fortalecer e Incentivar a Educação Ambiental através de campanhas de conscientização da população sobre as questões ambientais (inserção da Educação Ambiental nas grades curriculares);

SP - Formar agentes ambientais (coletivos educadores, coletivos jovens, COMVIDAS, etc.) especializados para a conscientização da população e pela orientação das atitudes comportamentais comunitárias na área de Educação Ambiental;

SP - Garantir efetivamente a existência de uma educação ambiental continuada em todos os níveis educacionais, implementando de forma ampla a Lei Federal 9795/99;

SP - Estimular nas escolas projetos desenvolvidos por educadores ambientais comprometidos;

SP - Capacitar os agentes de saúde para multiplicação da educação ambiental na sua abordagem rotineira;

SP - Promover Políticas Públicas punitivas para grandes impactantes, juntamente com trabalho de Educação Ambiental através de divulgações científicas e incentivos fiscais.;

SP - Inclusão na grade curricular das Escolas dos temas relativos à água: doenças veiculadas pela água, qualidade e preservação das nascentes, córregos e rios. – encaminhar para o eixo Educação Ambiental;

SP - Promover o consumo consciente da água e da energia em todos os âmbitos, na educação formal e informal. – encaminhar para o eixo Educação Ambiental;

SP - Elaborar projetos de EA que minimizem os riscos as populações mais vulneráveis aos efeitos locais nas mudanças climáticas globais;

SP - Estabelecer através dos planos nacionais de Educação, que os projetos pedagogicos das unidades escolares locais de ensino fundamental incluam o estudo, através de atividades de campo da microbacia hidrográfica da unidade escolar, bem como, das microbacias a montante e a jusante;

SP - Melhor eficiência na capilarização das informações referentes à proteção ambiental;

SP - Estimular parcerias formais entre Centros de Educação Ambiental (Ceas) e Salas Verdes, do Ministério do Meio Ambiente, com Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, a fim de apoiá-los com recursos financeiros na implementação dos seus Projetos Políticos Pedagógicos;

SP - Estimular as diversas mídias a veicularem informações sobre consumo consciente;

SP - Estimular projetos de Educação Ambiental em parceria com a mídia cultural (cinema, teatro, literatura) financiados pela Lei Rouanet;

SP - Direcionar partes das multas ambientais para programas de educação ambiental;

SP - Criar linhas de crédito para programas de qualificação em ecoturismo;

SP - Viabilizar recursos federais para trabalhos de Educação Ambiental e estimular a sua divulgação científica, tornando-os populares;

SP - Elaborar projetos educacionais envolvendo a mídia em geral de modo que ajude a criar uma cultura de consumo sustentável;

SP - Fomentar a criação de coletivos educadores pelo Comitê de Bacias Hidrográficas;

SP - Agenda 21 - Criar dispositivo de divulgação à população, da aplicação do ICMS Ecológico. Medida semelhante para fundos ambientais e de aplicação nos âmbitos estadual e federal;

SP - Incorporar as propostas decididas na III Conferência de Meio Ambiente nas ações da rede nacional das agendas 21;

SP - Agenda 21 - Certificação dos municípios que incorporarem as diretrizes da Agenda 21 na formulação das Políticas Públicas, cujos princípios seriam utilizados no processo de licenciamento dos empreendimentos;

SP - Agenda 21 - As temáticas propostas e contempladas dentro da Conferência devem ser implantadas, preferencialmente, via processos de Agendas 21 para garantir o desenvolvimento local;

SP - Agenda 21 - Criar Frentes Parlamentares Municipal, Estadual e Federal de Agenda 21 locais;

SP - Agenda 21 - Priorizar, para aprovação de recursos federais, projetos fundamentados na Agenda 21;

SP - Agenda 21 - Fortalecer as redes estaduais e a rede brasileira de Agenda 21 locais;

- SP - Agenda 21 - Criar dotação orçamentária nas três esferas de governo para apoiar a implantação de Agendas 21;
- SP - Agenda 21 - Criar, no âmbito, das Secretarias estaduais do Meio Ambiente, estrutura administrativa, com equipe técnica capacitada, específica para a Agenda 21;
- SP - Agenda 21 - As temáticas propostas, contempladas dentro da Conferência, devem ser implantadas via processos de AGs. 21, para garantir desenvolvimento local;
- SP - Promover e intensificar as campanhas publicas, para o esclarecimento e envolvimento da população, para aquisição de eletro domésticos com consumo econômico, classificados nos padrões dos grupos A, B ou C estabelecidos pelo INMETRO, incentivando a pratica da troca de aparelho velho, servindo de entrada na compra de um aparelho novo.
- SP - Cabe a Sociedade Civil e a cada cidadão, no âmbito de suas atividades, reduzir o consumo de energia e água, incorporando, na medida de suas possibilidades, o uso de energias limpas e renováveis, como biocombustível, energia solar, aproveitamento da água da chuva, reuso da água (chuveiros, lavatórios, máquinas de lavar roupa) para descargas, lavagem de áreas externas, etc.
- SP - Educação Ambiental/Trânsito - Instituir como disciplina obrigatória nas escolas de 1º. e 2º. Grau e cursos para adultos (conscientização em longo prazo).
- SP - Cabe a Sociedade Civil e ao Poder Público promover o consumo consciente da água e da energia em todos os âmbitos, na educação formal e informal.
- SP - Educação Ambiental/Trânsito - Instituir como disciplina obrigatória nas escolas de 1º. e 2º. Grau e cursos para adultos (conscientização em longo prazo).
- SP - Fomentar a política de educação ambiental nas escolas públicas, em caráter multidisciplinar.
- SP - Promover e intensificar as campanhas publicas, para o esclarecimento e envolvimento da população, para aquisição de eletro domésticos com consumo econômico, classificados nos padrões dos grupos A, B ou C estabelecidos pelo INMETRO, incentivando a pratica da troca de aparelho velho, servindo de entrada na compra de um aparelho novo.
- SP - Incentivo para a criação de uma propaganda ambiental efetiva a ser veiculada nos meios de comunicação de massa.
- SP - Agenda 21 - Desonerar os produtos reciclados através da redução ou isenção de impostos;
- SP - Elaborar programas educativos intersetoriais permanentes para o incentivo do consumo responsável através de mídias diversas que divulgue de forma adequada e acessível a população.
- TO - Fomento à Educação ambiental, com fortalecimento da REDE de Fundos Sócio-ambientais e suas conexões com as instâncias estaduais e regionais formuladoras de políticas e programas públicos de educação ambiental; com a criação de um Fundo Nacional de Educação Ambiental e com ampliação da dimensão da educação ambiental de todos os fundos e projetos por eles financiados;
- TO - Institucionalização do ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental, prevendo o seu aprimoramento continuado por meio de revisões periódicas;
- TO - Estímulo ao estabelecimento de mecanismos e instrumentos voltados ao Plano de Crescimento da Educação Ambiental, para o enfrentamento das mudanças sócio- ambientais globais;
- TO - Fortalecer, implementar o programa juventude e meio ambiente para subsidiar os CJMA(Coletivo Jovens pelo Meio Ambiente) nos Estados com educação ambiental informal e educomunicação com ações mitigadoras das mudanças do clima local;
- TO - Promover programas de Educação Ambiental informal que tenham como foco a informação, a sensibilização e a participação da sociedade nas discussões e decisões relativas à alterações na legislação ambiental que afetem diretamente o direito ao Meio Ambiente sadio e equilibrado;
- TO - Desenvolver educação ambiental formal e informal direcionada a mudança de comportamento que ajudem na diminuição do aquecimento global com participação popular, incluindo entidades que prestam assistência técnica agropecuária.

Propostas de Síntese

- 4** - Realizar mapeamento das diversas instituições, programas e projetos da área de educação ambiental, a fim de integrar e socializar ações e propostas pedagógicas que forneçam subsídios práticos e teóricos para os diferentes atores da educação ambiental.
- 5** - Elaborar campanhas, programas e projetos de educomunicação socioambiental, com a produção e difusão de conteúdos informativos e educativos sobre temáticas ambientais, tais como mudanças climáticas, experiências realizadas na comunidade escolar e ONG, atividades ilegais relacionadas à exploração florestal, re-uso de água para usos secundários, captação de água da chuva, desertificação, coleta seletiva de lixo, minimização de resíduos, uso de embalagens não recicláveis e/ou não retornáveis e as sacolas plásticas, o comércio ilegal de animais silvestres, uso de materiais livres de componentes tóxicos, adoção de práticas e projetos sustentáveis, produção mais limpa, divulgação de pesquisas tecnológicas e dos resultados da CNMA, criação e o manejo das unidades de conservação, preservação dos biomas, das matas ciliares, reserva legal, APP's e outras áreas protegidas, produção e consumo sustentáveis, popularização da legislação e outros; considerando as linguagens e meios adequados e acessíveis aos diferentes públicos, em horário nobre gratuito nos meios de comunicação, bem como campanhas em nível local (comunidades, escolas, povos indígenas e populações tradicionais, etc), com utilização de diversos meios de comunicação, tais como: rádios comunitárias, públicas e privadas, TVs públicas e privadas, jornais, boletins informativos, eventos, internet e materiais informativos, com possibilidade de criação de incentivos legais para subsidiar campanhas em todos os níveis.
- 9** - Implantar e fortalecer o Programa "Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas", comunidades escolares, a infância e a juventude para a compreensão e construção de sociedades sustentáveis.
- 12** - Criar mecanismos de vigilância e controle ambiental para programas de coleta seletiva, gestão de resíduos e reciclagem, com de ações de educação ambiental e fortalecimento cooperativas de reciclagem
- 13** - Criar mecanismos institucionais, financeiros e de fomento para pesquisas na área ambiental, especialmente relacionadas as mudanças climáticas e educação ambiental, e para popularização dos resultados, valorizando nestes processos a extensão universitária, institutos tecnológicos, assistência técnica e benefícios para as comunidades locais.
- 14** - Incentivar e fortalecer a participação da sociedade civil organizada – comunidades tradicionais, povos indígenas, ongs, redes, associações comunitárias, entidades religiosas, comunidades em situação de risco, movimentos e grupos sociais, sindicatos, representações de classe - nas discussões de políticas públicas ambientais nacionais e



internacionais, através de audiências públicas, participação em conselhos, comitês e fóruns, parcerias com órgãos governamentais, projetos de educação ambiental, possibilitando a divulgação em conferências, fóruns, conselhos, entre outros; promovendo a interação entre o conhecimento popular tradicional e científico; divulgar as redes e sistemas existentes; com apoio técnico e financeiro

15 - Estimular a implementação da A3P (Agenda Ambiental da Administração Pública) nas três esferas da administração pública, nas indústrias e comércio, através de incentivos fiscais, mapeamento e divulgação das experiências exitosas.

16 - Incentivar a responsabilidade das empresas em relação às questões ambientais e o financiamento dessas empresas para projetos educativos, com discussão sobre novos padrões de produção e consumo junto à sociedade e ao setor público, com incentivo à criação de CIMAs- Comissões Internas de Meio Ambiente.

18 - Fortalecer a abordagem da gestão dos recursos hídricos no processo contínuo de educação ambiental para uma melhor eficiência na gestão participativa das águas: criando Coletivos Educadores integrados aos Comitês de Bacias Hidrográficas; bem como articulando os projetos pedagógicos das unidades escolares e as atividades de campo na microbacia hidrográfica da unidade escolar, realizando atividades em Comitês de bacias hidrográficas e unidades de conservação, e, ainda, abordando a importância de programas de proteção às áreas de preservação permanente, reservas legais, recuperação de áreas degradadas para a qualidade e preservação das nascentes, córregos e rios, abordando instrumentos de gestão, monitoramento, controle, uso, preservação e conservação dos recursos hídricos

20 - Promover Políticas Públicas de Educação Ambiental formal e não formal sinérgicas e transversais com outras áreas do conhecimento e setores, por meio do fortalecimento dos entes do SISNEA, do SISNAMA e da sociedade civil organizada, bem como de parceria com estes, da utilização de metodologias integradas e participativas e da divulgação das ações realizadas, contemplando temas de interface como: ecoturismo sustentável, produção e consumo sustentável, combate à desertificação, saúde pública, agroecologia, tecnologias limpas, cultura, educação para o trânsito, recursos hídricos, mudanças climáticas e outros, garantindo recursos financeiros, humanos e logísticos para a implementação.

22 - Promover ações educativas que visem o consumo consciente da água e da energia em todos os âmbitos, visando a divulgação, disseminação e acesso a fontes de energias renováveis de baixo custo, o fortalecimento da gestão de recursos hídricos e o cumprimento de normas e financiamento de ações por parte de empreendedores.

26 - Mobilizar e apoiar a participação da população em fóruns, conferências e outros processos participativos e deliberativos relacionados às ações educadoras e transformadoras das condições que geram as mudanças climáticas, por meio de projetos e formações em Educação Ambiental, adequação de políticas públicas setoriais, capacitação de gestores no tema, campanhas, difusão de boas práticas, popularização da temática, conservação dos ecossistemas e inclusão da Educação Ambiental na Política e Plano Nacional sobre Mudança do Clima.

29 - Intensificar a qualificação profissional da mulher de forma que ela sinta-se parceira preponderante nas mudanças de hábitos e costumes referentes às questões ambientais.

30 - Criar incentivos, linhas de financiamento e dotações orçamentárias nas três esferas de governo para elaboração e implementação das Agendas 21 locais;

31 - Ampliar os investimentos no Programa Agenda 21 do MMA e ampliar os editais do FNMA para elaboração e implementação das Agendas 21 locais;

32 - Destinar verbas específicas para implantar e consolidar Agendas 21 para as Comunidades Tradicionais e de Terreiros;

33 - Fazer com que todo município que receba royalties de petróleo e de outras atividades, destine 10% destes valores para implementação do Plano de Ação definido nos Fóruns da Agenda 21 Locais;

74 - Priorizar, para aprovação de recursos federais, projetos fundamentados na Agenda 21;

75 - Destinar 1% do Fundo de Participação dos Municípios - FPM Federal e 10% do orçamento dos entes federados para os Fundos Municipais de Meio Ambiente, condicionada a implantação da Agenda 21 e a existência dos Conselhos Municipais do Meio Ambiente;

76 - Fortalecer e reestruturar os Fóruns já existentes de Agendas 21 Locais, incentivando suas ações de planejamento, buscando integrá-las com os Planos Diretores Municipais;

77 - Apoiar as iniciativas voltadas à elaboração e implementação das Agendas 21 locais bem como o Plano de Intervenção em Áreas Alteradas como instrumento de mitigação das mudanças climáticas;

78 - Reavaliar e divulgar a implantação da Agenda 21 Brasileira, bem como ampliar as ações voltadas à construção e divulgação das Agendas 21 de todos os níveis para conscientização de toda população;

79 - Sensibilizar, incentivar e apoiar a organização social para desenvolver, implantar e monitorar ações sócio-ambientais, através da construção e implementação da Agenda 21, e da co-responsabilidade da gestão de seu território;

80 - Legalizar a obrigatoriedade da implementação de Agendas 21 Locais nos Municípios aliada à institucionalização legal dos Fóruns locais;

81 - Sensibilizar e apoiar os Estados a criarem um departamento de Agenda 21, com estrutura administrativa e equipe técnica capacitada, para apoio técnico e financeiro na construção de Agendas 21 Locais e Estaduais;

82 - Aplicar e apoiar a utilização dos resultados de estudos dos impactos potenciais das MCG sobre os ecossistemas, nos instrumentos de planejamento territorial - Plano Diretor Municipal, Agenda 21, ZEE, entre outros, integrando ações definidas em Fóruns de Agenda 21 com Medidas de Desenvolvimento Limpo.

- 83** - Implantação de rádios, TVs e outros meios de comunicação comunitárias em Fóruns de Agendas 21 Locais, nos municípios que tenham Sistema Municipal de Meio Ambiente, em parceria com os Ministérios do Meio Ambiente, da Educação, da Ciência e Tecnologia, das Comunicações, e as secretarias municipais e estaduais do meio ambiente;
- 84** - Certificar os municípios que incorporaram em suas Políticas Públicas as diretrizes e ações definidas em Planos de Ações Locais das Agenda 21 Locais, cujos princípios foram também utilizados nos processos de licenciamento dos empreendimentos locais;
- 85** - Incentivar a criação e implementação de processos de Agendas 21 em todos os níveis da sociedade, nos municípios Brasileiros, com destaque aos Estados do Acre e de Minas Gerais;
- 86** - Fortalecer, através de apoio técnico e dotação orçamentária, Secretarias Municipais de Educação e de Meio Ambiente na elaboração e implementação de programas de Educação Ambiental, Agendas 21 Locais e Escolas, "Salas Verdes" e "Coletivos Educadores", promovendo ainda sua articulação com conselhos de Meio Ambiente para ampliação de mecanismos de participação e controle social em políticas públicas;
- 87** - Implementar as propostas das Conferências Nacionais de Meio Ambiente, preferencialmente através de processos de Agendas 21 Locais, incorporando estas propostas também às ações da Rede Brasileira de Agendas 21;
- 88** - Criar Frentes Parlamentares Municipal, Estadual e Federal para apoio a processos de Agendas 21 Locais;
- 89** - Fortalecer as Redes Estaduais e a Rede Brasileira de Agenda 21 Locais;
- 90** - Implementar o SISNEA- Sistema Nacional de Educação como articulador da Política Nacional de Educação Ambiental, consolidando a gestão compartilhada e a capilaridade da formação em educação ambiental.
- 91** - Criar e articular o PAC da EA (Programa de Aceleração do Crescimento da Educação Ambiental) para enfretamento das mudanças socioambientais decorrentes ou potencializadas pelo aquecimento global;
- 92** - Contemplar no SISNEA a criação de um sistema integrado de informações, dando organicidade às políticas e ações dos órgãos ambientais e educacionais ;
- 93** - Apoiar o processo de descentralização e o enraizamento da Educação Ambiental, inclusive com a criação de Núcleos ou Centros de Educação Ambiental, nos estados, nas cidades e territórios, para maior enraizamento, comunicação e difusão de informações.
- 94** - Fortalecer, incentivar e apoiar as políticas e programas estaduais e municipais de educação ambiental e a gestão compartilhada à luz da PNEA, a partir da criação, reestruturação e fortalecimento da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA) em todos os estados nacionais, incentivando que estas comissões sejam descentralizadas, paritárias.
- 95** - Institucionalizar a EA dentro das secretarias estaduais e municipais de Meio Ambiente e de Educação, como divisão, coordenação ou departamento de Educação Ambiental nas Secretarias de Educação com a finalidade de elaborar programas de educação ambiental formal e não-formal, em consonância com o programa "Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas", com o PRONEA e a PNEA.
- 96** - Realizar concursos públicos voltados cargos e funções técnicas em educação ambiental, garantindo o trabalho de profissionais da área;
- 97** - Assegurar representação dos movimentos indígenas, mestiços, caboclos e afro-descendentes nos conselhos, colegiados, conferências e outros fóruns participativos;
- 98** - Criar instrumento legal de reconhecimento das estruturas e processos de educação ambiental não-formal, como Centros e Escolas de Educação Ambiental, Coletivos Educadores e outros;
- 99** - Desenvolver uma política de educação ambiental portuária, envolvendo colônias de pescadores, ribeirinhos, donos de embarcações e outros, normatizando diretrizes educadoras para questões como o transporte de passageiros e carga, armazenamento de resíduos e outros;
- 100** - Criar e implementar o PAC de Educação Ambiental, contemplando imediatamente os quatro passos inicialmente previstos pelo Comitê Assessor do Órgão Gestor, quais sejam: revisão do Decreto 4.281/02 e da Lei 9.795/99, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA); institucionalização do PRONEA – Programa Nacional de Educação Ambiental, por meio de instrumento legal que preveja a sua revisão periódica e participativa e sua vinculação ao PPA; criação e fortalecimento de mecanismos efetivos, transparentes e descentralizados de fomento e financiamento para a PNEA; e a construção participativa, aprovação e implantação de um Sistema Nacional de Educação Ambiental - SISNEA, que dê a organicidade e promova sinergia entre as diversas iniciativas da educação ambiental em todo país;
- 101** - Rever a Lei 9.795/99, da Política Nacional de Educação Ambiental, no tocante à dotação orçamentária, garantindo verbas para a sua execução, bem como fortalecer e divulgar a Rede de Fundos Socioambientais e sua conexão com instâncias estaduais, regionais, municipais formuladoras de políticas e programas de educação ambiental crítica, emancipatória, e interdisciplinar.
- 102** - Criar os mecanismos legais para que haja a obrigatoriedade de se destinar percentual de royalties de petróleo para compor fundos de meio ambiente e educação ambiental.
- 103** - Articular a criação, consolidação e divulgação de fontes e fundos de financiamento comprometidos com a Educação Ambiental, como o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Rede de Fundos Socioambientais, que pautem e dialoguem com as instâncias coletivas, bem como com as formuladoras e coordenadoras das políticas e programas de Educação Ambiental;



104 - Criar o Fundo Nacional de Educação Ambiental, e criar ou fortalecer e divulgar os Fundos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente e Educação Ambiental, buscando a ampliação da dimensão da educação ambiental nestes e em outros fundos e instâncias coletivas formuladoras e coordenadoras de políticas, programas e projetos por eles financiados, facilitando o acesso de todos os interessados.

105 - Incentivar o fortalecimento institucional e apoiar os projetos das organizações indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais com oficinas e seminários e a criação e implementação de políticas públicas para melhorar a qualidade de vida, preparando-os para a melhor gestão ambiental territorial;

106 - Criar programas de incentivo para a formação de pesquisadores e professores da Educação Básica para: a formação continuada em Educação Ambiental, o acompanhamento de Com-Vidas e Agendas 21 nas escolas e o desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental, prevendo remuneração específica, bolsas de estudo em instituições de ensino superior, previsão de horas atividades exclusivas para esse fim, e fornecimento de bolsas de estudo e fomento para a realização de estudos e pesquisas.

107 - Financiar e apoiar projetos de educação ambiental que fortaleçam a auto-gestão de assentados, entidades associativas e cooperativistas, incentivando a articulação e suporte de instâncias locais;

108 - Na concessão e análise de linhas de crédito, considerar e beneficiar propriedades sustentáveis e que procuram promover ações como a recuperação das matas ciliares, de reservas legais e nascentes, considerando, ainda a situação socioambiental e financeira do requerente;

109 - Elaborar legislação que envolva os setores produtivos, ou responsáveis por empreendimentos com elevado potencial degradante ou poluidor, no custeio de ações e programas de educação ambiental regionais, obrigando-os, ainda, a garantir a qualidade de vida dentro da própria instituição;

110 - Constituir, recompor, capacitar e qualificar membros dos conselhos municipais de meio ambiente – CONDEMA, para a gestão de fundos municipais de meio ambiente, priorizando o uso destas verbas em projetos de educação ambiental e o repasse para instituições que adotam práticas de sustentabilidade ambiental, e incluindo sanções ao não cumprimento das normas ambientais estabelecidas (como o bloqueio de repasses de recursos para projetos).

111 - Garantir o apoio pedagógico e financeiro para a formação de educadores ambientais populares, por meio do fortalecimento e ampliação do Programa de Coletivos Educadores, os Coletivos Jovens de Meio Ambiente e Com-Vidas (círculos de aprendizagem participativa sobre meio ambiente e qualidade de vida nas escolas e comunidades), bem como a outros grupos, coletivos e organizações sociais, das instituições de ensino na comunidade, em todo o tecido social, para que sinergizem as ações das instituições de uma base territorial.

112 - Incentivar o apoio financeiro às ações das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida – COM-VIDAS nas escolas, mediante convênios com o estados e prefeituras e poder público em geral.

113 - Fomentar programas e políticas de incentivo ao uso sustentável da água e seu reuso, bem como redução e consumo sustentável de energia nos diversos setores da sociedade, principalmente nos setores produtivos, criando e difundindo mecanismos para a co-responsabilização dos setores empresariais quanto à logística reversa para resíduos pós-consumo de produtos e embalagens.

114 - Criar políticas públicas que propiciem o fomento da educação ambiental, de forma transversal, bem como de ações e projetos que promovam a abordagem educacional popular não-formal, comunitária e cooperativada das questões ambientais, incluindo o tema mudanças climáticas.

115 - Incentivar e garantir a participação dos jovens na gestão das políticas de meio ambiente, colegiados e conferências, bem como criar nos municípios Comitês Gestores ou Conselhos da Juventude em Defesa do Meio Ambiente;

116 - Implantar, fortalecer ou ampliar o Programa Escola Aberta-MEC, integrando-o com as Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas (Com-Vidas) dos municípios, integrando escola e comunidade.

117 - Desenvolver programas de incentivos, com orientação do órgãos ambientais competentes, para o plantio de árvores nativas e frutíferas, criando parcerias com empresas privadas para aquisição e doação de mudas.

118 - Realizar monitoramento e avaliação periódica com o intuito de qualificar as atividades de educação ambiental desenvolvidas tanto no âmbito da educação formal quanto da não formal.

119 - Adaptar o perfil dos órgãos de fiscalização e regularização ambiental para priorizar a dimensão pedagógica antes da punição, bem como oferecer formação em educação ambiental aos infratores por crimes ambientais, com ênfase às ações que potencializam a degradação do meio ambiente e as mudanças climáticas.

120 - Estimular a implantação e fortalecer Núcleos de Educação Ambiental nas instituições de ensino, unidades de conservação, bacias hidrográficas, Sistemas S (SENAI, SEBRAE, SENAR, SESC, SESI) e nas várias organizações da sociedade, em todas as unidades federativas.

121 - Desenvolver, ampliar e fomentar programas para a formação permanente e continuada, como educadores ambientais, de povos indígenas; quilombolas; pescadores; caiçaras; ribeirinhos; povos e populações do campo e da floresta; produtores rurais e urbanos; agricultores e técnicos agrícolas; catadores; líderes comunitários; associações de moradores; sindicalistas; membros de organizações não governamentais; integrantes de movimentos sociais; entidades eclesiais, pastorais, terreiros e outros grupos religiosos; grupos de mães e de jovens; aposentados; agentes comunitários, ambientais e de saúde; integrantes de Coletivos Jovens e Coletivos Educadores; gestores públicos e conselheiros de

meio ambiente, respeitando as realidades locais e a questão de gênero, valorizando as diversas culturas, incorporando e integrando diversos saberes e visões sobre meio ambiente, estimulando a constituição de instâncias de debate, com abordagem que contemple: métodos de educação ambiental, produção e consumo sustentáveis, tecnologias e práticas sustentáveis, saneamento ambiental, monitoramento ambiental, mudanças climáticas, desertificação e convivência com o semi-árido, por meio de campanhas e parcerias com diversas instituições e setores da sociedade.

122 - Utilizar continuamente as capacitações adquiridas no PNC (Programa Nacional de Capacitação) e aplicar na gestão ambiental.

123 - Capacitar os técnicos das secretarias de obras estadual e municipal em “Projetos inteligentes” de construção de moradias.

124 - Ampliar e fortalecer os programas de Coletivos Educadores e Com-Vidas, bem como as Salas Verdes, para a formação de educadores ambientais populares.

125 - Incentivar e ampliar a participação de todos os setores da sociedade civil organizada em instâncias de divulgação e debate - como audiências públicas, fóruns e outros - sobre questões ambientais amplas, grandes empreendimentos e políticas públicas ambientais internacionais, com o intuito de influenciarem a tomada de decisão.

126 - Incentivar e fortalecer políticas e programas de educação ambiental destinados às escolas e às comunidades em geral, com o objetivo de participarem de projetos e atividades de preservação e conservação de áreas naturais e recuperação de áreas degradadas junto aos Comitês de Bacias Hidrográficas, às unidades de conservação (UCs) e outras instâncias, sensibilizando a sociedade como um todo sobre a importância da preservação dessas unidades, das áreas de preservação permanente, das Reservas Legais, da vegetação nativa e da recuperação das matas ciliares para a manutenção dos recursos hídricos, da biodiversidade local e da sustentabilidade socioambiental e econômica.

127 - Desenvolver ações e processos de educação ambiental, de forma dialógica, dirigidos a comunidades tradicionais e populações residentes no entorno e nas áreas de unidades de conservação, em relação ao uso dos recursos naturais, ao combate à biopirataria e considerando seus interesses, anseios e valores, além de promover a formação de agentes socioambientais para atuarem junto a esses grupos.

128 - Criar políticas e programas para dar suporte a práticas da educação ambiental e visitação pública em parques e áreas protegidas.

129 - Construir e estimular mecanismos de comprometimento social e co-responsabilidade com os moradores dos bairros, distritos, cidades, reservas extrativistas e estados mais afetados por crimes ambientais.

130 - Promover debates, consultas e audiências públicas sobre a possibilidade de alteração na legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e do Código Florestal no que diz respeito à presença de comunidades tradicionais em áreas de preservação permanente e nas unidades de conservação (UCs) de proteção integral, ao caráter consultivo dos conselhos destas unidades e à destinação de recursos para o desenvolvimento sustentável daquelas comunidades, bem como estimular a inserção das comunidades locais na criação e no monitoramento de UCs.

131 - Estimular parcerias formais entre Centros de Educação Ambiental (CEAs) e Salas Verdes do Ministério do Meio Ambiente (MMA) com Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, a fim de apoiá-los com recursos financeiros na implementação dos seus projetos político-pedagógicos (PPP).

132 - Criar Centros Territoriais de Educação Ambiental para produtores e trabalhadores rurais onde se promova capacitação sobre questões legais, técnicas, alternativas sustentáveis, assim como sobre a necessidade de reduzir o uso de agrotóxicos e não utilizar sementes transgênicas na agricultura paranaense, mostrando os seus malefícios para o meio ambiente e para a saúde humana.

133 - Motivar a criação de viveiros florestais nas escolas (públicas e particulares) com intuito educativo, desde a coleta de sementes até o plantio.

134 - Criar, garantir e fortalecer de mecanismos efetivos transparentes e descentralizados de fomento e financiamento da Educação Ambiental, garantindo recursos para a criação dos fundos municipais, estaduais e federal, para a execução e a sustentabilidade da PNEA;

135 - Definir meios de financiamento para garantir a inclusão de conteúdos educativos ambientais nos meios de comunicação;

136 - Envolver o setor privado no custeio de ações de adaptação e mitigação à mudança do clima, bem como em ações preventivas, como as de educação ambiental.

137 - Criar mecanismos de incentivo à ações de educação ambiental a serem realizadas ou financiadas pela iniciativa privada, nos moldes da Lei Rouanet (cultura), incentivando parcerias e entre instituições de ensino, ONGs, agricultores, empresários, cooperativas, comércio e sindicatos, profissionais da saúde, governo, entre outros.

138 - Criar o Selo Educação Ambiental a ser concedido pelas três esferas de governo para as empresas que desenvolverem projetos em consonância com a PNEA e com suas políticas de educação ambiental.

139 - Criar mecanismos de financiamento públicos e privados comprometidos com a educação ambiental constituídos pelas seguintes fontes: fundo de investimentos provenientes da arrecadação de multas aplicadas aos impactantes, ICMS ecológico que se reverta à Educação Ambiental, recursos oriundos de compensação



ambiental pública e/ou privada, e outros a serem empregados em programas de Educação Ambiental, aquisição de equipamentos, melhoria da infra-estrutura e manutenção de Centros de Educação Ambiental, Salas Verdes, estruturas educadoras, parques, atividades de pesquisa e iniciativas a ser implantadas a partir de saberes e experiências locais, comunitárias e outras.

140 - Criar incentivos fiscais (para IPI, ICMS, ISS, IPTU e outros), mecanismos de financiamento para a utilização de produtos sustentáveis no processo produtivo e para a aplicação o desenvolvimento de projetos de educação ambiental envolvendo o tema mudanças climáticas, suas causas e efeitos, de forma a criar sensibilização, mobilização e revisão de paradigmas produtivos, valores e comportamentos;

141 - Fortalecer FNMA-MMA para apoiar a implementação dos projetos de Educação Ambiental por ele conveniados, com o apoio e capacitação para a formulação de projetos e para a prestação de contas;

142 - Garantir maior aplicação de recursos públicos na área de educação, como investimento preventivo, prevendo, nos orçamentos dos órgãos das três esferas de governo, valores específicos para a educação ambiental

143 - Vincular parte do ICMS Ecológico e os recursos advindos de multas ambientais a projetos de educação sócio ambiental (inclusive com práticas agroecológicas) e retorno do dinheiro dos Autos de Infração aos municípios de origem, definindo o repasse da parcela do valor ou percentual do ICMS ecológico

144 - Articular e consolidar a informação e divulgação das fontes e fundos de financiamentos comprometidos com a Educação Ambiental, como o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Rede de Fundos Socioambientais, dialogando com com as instâncias coletivas, bem como com as formuladores e coordenadoras das políticas e programas de Educação Ambiental

145 - Apoiar e incentivar financeiramente ações de Educação Ambiental voltados à execução de projetos e programas que visem ao manejo sustentável, ao fortalecimento da identidade cultural, à formação e capacitação de jovens e adultos, desenvolvendo ações de forma participativa, em parcerias com as comunidades locais, com monitoramento e a avaliação dos projetos financiados junto às comunidades locais no manejo e utilização da agroecologia.

146 - Realizar “ecomícios” (eventos e shows com caráter cultural, educativos e ambientais) e outros eventos, como feiras de ciências sobre a educação ambiental, aproveitando grandes eventos públicos de massa para divulgar programas e ações de Educação Ambiental.

147 - Formular, distribuir e difundir materiais didáticos acessíveis às comunidades sobre as informações ambientais, focando a formação de crianças, jovens e adultos;

148 - Produzir materiais pedagógicos específicos sobre os biomas e desenvolver um programa de educação ambiental sobre a realidade do semi-árido, envolvendo agricultores, comunidades rurais e produtores na troca de saberes, com a criação de pólos educacionais e tecnológicos, e a priorização da formação do público jovem da zona rural;

149 - Desenvolver uma política de formação nos currículos escolares que contemplem as singularidades regionais no ensino básico e superior, inclusive com educação ambiental que aborde técnicas agroecológicas, agricultura familiar, agroflorestais, manejo sustentável do solo e produção agrossilvipastoris e silvipastoris, de forma contextualizada.

150 - Garantir que os livros didáticos das diversas disciplinas do currículo nacional, regional e local abordem em seus conteúdos informações sobre o meio ambiente e sobre as “Mudanças Climáticas” globais, viabilizando a aplicabilidade da educação ambiental de forma multi, inter e transdisciplinar, informativas e educativas relativas ao meio ambiente;

151 - Exigir dos autores e editores de livros didáticos a revisão dos conteúdos voltados aos biomas, principalmente aos nordestinos como a caatinga, uma vez que os conceitos expostos não condizem com a realidade e retratam mitos e preconceitos

152 - Evitar a substituição da bibliografia existente (troca de todos os livros das bibliotecas públicas), em função da reforma ortográfica, apenas acrescentando erratas às palavras que serão modificadas, evitando o desperdício de recursos naturais e econômicos

153 - Cumprir o que determina o artigo 42, caput, da Lei 4771/65: “... nenhuma autoridade poderá permitir a adoção de livros escolares de leitura que não contenham textos de educação florestal, previamente aprovados pelo Conselho Federal de Educação, ouvido o órgão florestal competente”

154 - Investir em um amplo programa de comunicação com a sociedade voltado à divulgação das leis ambientais e daquelas que tutelam comunidades tradicionais, informando sobre as formas e instâncias de fiscalização, canais de contato com as instituições ambientais, jurídicas e policiais, bem como outros órgãos e entidades parceiros no controle da sociedade sobre as instituições

155 - Conferir maior clareza e objetividade à legislação ambiental no que diz respeito aos deveres individuais e coletivos e promover programas de Educação Ambiental informal que tenham como foco a informação, a sensibilização e a participação da sociedade nas discussões e decisões relativas à alterações na legislação ambiental que afetem diretamente o direito ao Meio Ambiente sadio e equilibrado

156 - Reforçar a função educativa dos órgãos de fiscalização e criar mecanismos de maior vigor na punição para os infratores de leis ambientais, implementando ainda a obrigatoriedade da educação ambiental para todos os infratores ambientais a nível municipal, estadual e federal, facilitando o conhecimento de leis ambientais e evitando a reincidência de atos contra o meio ambiente

- 157** - Incentivar o acompanhamento e a fiscalização da implementação do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), garantindo que suas questões sejam trabalhadas como conteúdos transversais e interdisciplinares inclusive nos currículos do Ensino Fundamental, Médio e Superior;
- 158** - Incentivar o acompanhamento e a fiscalização do controle da rotulagem de produtos que tenham em sua composição organismos geneticamente modificados.
- 159** - Incentivar a fiscalização popular e formar agentes ambientais voluntários para auxiliar no processo de fiscalização ambiental;
- 160** - Fortalecer a fiscalização, utilizando metodologias pró-ativas e integradas à educação ambiental e agilizando o monitoramento e identificação das atividades de exploração florestal, coibindo e realizando as autuações nos casos de queimadas, desmatamentos e outros usos irregulares
- 161** - Realizar Conferências Infanto-juvenis pelo Meio Ambiente, envolvendo os gestores escolares para promover a capacitação continuada destes
- 162** - Apoiar e fortalecer ações de comunicação e o diálogo entre escola e comunidades de forma a contribuir para a divulgação das mudanças climáticas, consolidando o sentimento de cidadania, na troca de experiência, para o enfrentamento das mudanças socioambientais globais
- 163** - Ampliar a criação de cursos e qualificar a abordagem da Educação Ambiental em especializações, mestrados e doutorados, incentivando parcerias entre os governos federal, estadual e municipal e incentivando pesquisas, especialmente sobre a mudança climática
- 164** - Instituir a prática da transversalidade nos estágios curriculares dos cursos de formação de professores para permitir a discussão das mudanças climáticas no contexto da educação ambiental
- 165** - Incluir a abordagem do ecoturismo, turismo sustentável e alternativas econômicas sustentáveis para as comunidades na transversalidade dos projetos políticos pedagógicos, em todos os níveis de ensino, e com base na Educação Ambiental.
- 166** - Formar núcleos de educação ambiental ou comissões permanentes de educação ambiental nas diretorias regionais de ensino de todas as unidades federativas e de educação (desde o primário ao superior), compostos por professores e coordenadores ambientais (especialistas em meio ambiente e educação ambiental) para que estimulem, acompanhem e apoiem as ações ou projetos de Educação Ambiental realizado nas escolas, fomentando o desenvolvimento de metodologias e pesquisas na comunidade escolar e formação continuada de docente das escolas e universidades
- 167** - Criar e implementar núcleos de trabalho nos governos municipais, estaduais e federal, para criar e expandir as escolas profissionalizantes nas áreas de agroecologia, manejo sustentável e silvicultura, e adotar na política de formação e nos currículos escolares das escolas urbanas e rurais, materiais didáticos que proponham a revisão dos conceitos da agricultura moderna, e que contemplem as singularidades regionais no ensino básico e superior, por meio de uma educação ambiental agroecológica, de escolas de pesca artesanal, e outros, na perspectiva da pedagogia da alternância
- 168** - Promover nos currículos escolares a disseminação da legislação ambiental
- 169** - Realizar seminários para debater a política de educação ambiental no ensino formal
- 170** - Elaborar políticas públicas de educação contextualizada para o semi-árido, em todos os níveis e modalidades de ensino e incluir o bioma caatinga e a desertificação como temas no currículo dos sistemas de ensino público, de forma interdisciplinar e contextualizada, em parcerias com instituições de ensino, órgãos públicos de pesquisa e extensão, instituições da sociedade civil, povos indígenas e comunidades tradicionais, a partir de recursos didáticos e tecnológicos adequados, criando um sistema eficiente de comunicação e difusão destas temáticas para comunidades urbanas e rurais, formando inicialmente, professores dos ensinos fundamental, médio e superior.
- 171** - Garantir efetivamente a existência de uma educação ambiental continuada em todos os níveis educacionais, implementando de forma ampla a Lei Federal 9795/99
- 172** - Criar e implementar escolas profissionalizantes e de ensino fundamental noturno em territórios de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais
- 173** - Incentivar as universidades a serem exemplos de sustentabilidade, implantando: política institucional de meio ambiente; gestão integrada de resíduos sólidos; tratamento de efluentes gerados, principalmente em laboratórios; programas de arborização permanente com plantas nativas e frutíferas; criação de áreas de preservação ambiental nos campi; elaboração e implantação de plano de gerenciamento de resíduos sólidos de serviços de saúde; inserção da dimensão ambiental nos currículos das licenciaturas de forma a possibilitar a consecução dos objetivos da política nacional e estadual de educação ambiental.
- 174** - Criar a Universidade do Sertão;
- 175** - Promover a capacitação de agentes, monitores, facilitadores e gestores educacionais e ambientais, rurais e urbanos, respeitando as realidades locais;
- 176** - Criar programa de avaliação e premiação das escolas públicas e particulares que se destaquem no ensino e na conscientização ambiental, bem como um concurso de projetos de educação ambiental da rede escolar, incentivando a participação dos alunos e apresentando bons exemplos para serem seguidos por outros segmentos da sociedade;



177 - Implantar uma política voltada à educação ambiental, através de projetos de laboratórios ambientais, visitas à unidades demonstrativas de biodiversidade, adoção de córregos e rios, plantio de mudas por alunos de escolas municipais e estaduais;

178 - Criar um Plano de Educação Ambiental com propostas curriculares para os sistemas de ensino, contemplando a temática mudanças climáticas;

179 - Inserir a carga horária para desenvolvimento de projetos de meio ambiente, para aulas práticas e prever seguro obrigatório para cada aluno que participe das atividades;

181 - Incorporar a temática mudanças climáticas de forma concreta nos cursos de engenharia e arquitetura, assim como também, o aproveitamento de energia solar e captação de águas pluviais nas edificações;

182 - Adotar nos colégios que possuem laboratório de informática, programas, métodos e materiais que incentivem os alunos a elaborar e entregar trabalhos em forma informatizada, reduzindo desta forma a utilização de papel. Aplicar a utilização, por exemplo, de pen-drive, disquete, etc.

183 - Estimular as escolas a oferecerem uma muda de árvore para cada criança no 1º dia de aula para ser adotada e cuidada durante o ano letivo e ser avaliada no final do mesmo.

184 - Desenvolver programas de conscientização e sensibilização nas escolas, comunidades com os assuntos abordados pelos textos-base nacional e estadual;

185 - Criar instrumentos que possibilitem o acesso e permanência ao Ensino Superior com a concessão de bolsas integrais aos povos indígenas e quilombolas, levando em consideração a manutenção da cultura destas comunidades;

186 - Incentivar universidades para criação e/ou adequação de curriculum de cursos para que possam atender áreas específicas à gestão de recursos hídricos, mudanças climáticas, hidrogeologia, intermediação de conflitos de usos de recurso hídrico, participação e mobilização social, para inserir no âmbito escolar de base o programa de desenvolvimento de recursos hídricos

187 - Educar para mudança de hábitos e valores, por meio da sensibilização da sociedade em todos os seus segmentos, para produção, redução do consumo ou consumo sustentável de produtos, adoção de comportamentos que contribuam para redução de gases de efeito estufa, do aquecimento global, divulgando nos meios de comunicação práticas de consumo sustentável, reuso de água para usos secundários, captação de água da chuva, coleta seletiva de lixo, uso de materiais livres de componentes tóxicos e adoção de outras práticas sustentáveis.



Institucionalização e Carta de Responsabilidade Socioambiental

Texto Original

Nova Proposta

Destaques

Aditiva

AC - Ampliar o percentual de participação de indígenas e comunidades tradicionais nas Conferências Estaduais e Nacionais.

CE - Nova Proposta: Fazer a compilação das deliberações aprovadas nas conferências de saúde, saúde do trabalhador, de gestão, recursos humanos, das cidades; que tenham interferência com a questão do meio ambiente, para serem referendadas por esta conferência estadual e nacional;

CE - Nova Proposta: Que as propostas que forem encaminhadas em conferências sejam encaminhadas a todos os gestores nas três esferas de governo especificadas de quem é a obrigação de fazer para que cada um tenha ciência de suas responsabilidades, bem como o resultado dessas propostas sejam divulgados à população para que as ações em prol do meio ambiente sejam de amplo conhecimento nacional.

CE - Nova Proposta: Realizar a compilação das deliberações aprovadas nas conferências da saúde (dos/das trabalhadores (as) e das cidade, que façam interface com a questão ambiental para que integrem a tema da saúde dos /das trabalhadores(as) e o meio ambiente na agenda 21 (estadual e nacional).

MA - Realizar as Conferências Nacionais em diferentes Estados e não só na capital federal;

MA - Institucionalizar as Conferências de Meio Ambiente;

MA - Efetivar e fiscalizar a execução das deliberações geradas nestas conferências;

MG - Proposta de resolução para a Institucionalização da CNMA. A criação por Decreto Presidencial da Conferência Nacional do Meio Ambiente mudou qualitativamente a forma de construção de políticas públicas para o meio ambiente no Brasil. Neste sentido entendemos que a sua institucionalização deve ser apresentada na forma de projeto de lei ao Congresso Nacional, integrando-a ao Sisnama.

Para elaborar esta proposta sugerimos a criação de um grupo de trabalho composto de forma paritária entre os setores representados na Comissão Organizadora Nacional para redigir esta minuta de projeto de lei que deverá conter as seguintes diretrizes:

- 1) Realização da CNMA a cada três anos;
- 2) Obrigatoriedade de realização em todos os 26 estados da federação e no Distrito Federal;
- 3) Obrigatoriedade de realização em cidades com mais de 100 mil habitantes;
- 4) Que as cidades com mais de 100 mil habitantes constituam seus sistemas composto por fundo municipal, o conselho e o órgão gestor municipal do meio ambiente;
- 5) Que as entidades presentes nos processos das conferências realizem posteriormente plenárias para elegerem os conselhos de meio ambiente nos respectivos níveis, (municipal, estadual e federal).

MG - Estabelecer a transversalidade entre os Ministérios para que as decisões da Conferência Nacional de Meio Ambiente sejam cumpridas, independente de qual Ministério seja o responsável pela execução e ainda, que o fato da execução caber a outro Ministério não seja desculpa para a não execução;

MG - Ter uma mobilização antecipada de toda a população para o envolvimento do maior número possível de pessoas na Conferência do Meio Ambiente de Mudanças Climáticas.

MT - Realizar efetivamente as reuniões pós-conferência, com participação obrigatória/preferencial dos delegados, visando ampliar o conhecimento das deliberações e a elaboração de um plano de monitoramento/implementação das ações.

PR - Destinar rubrica específica no Plano Plurianual (PPA) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) com dotação para realização das Conferências do Meio Ambiente, acompanhado pelos Conselhos do Meio Ambiente;

PR - Cumprir todas as propostas aprovadas nas duas primeiras Conferências Estadual e Nacional do Meio Ambiente;

PR - Nova Proposta Realizar semestralmente encontros ou fóruns, municipais regionais e estadual, para acompanhar a implantação das propostas aprovadas nas Conferências;

RJ - Prever recursos financeiros no orçamento federal, estadual e municipal para implementação das deliberações das conferências;

RR - Institucionalizar, através de projeto de lei, a conferência de meio ambiente em todas as esferas governamentais

SC - Nova Proposta - Proporcionar a estruturação de processos participativos como, assembléias, conferências e outras que respeitem o princípio básico de uma construção coletiva com a inclusão de propostas que contemplem diferentes interesses e tempo suficiente para discussão e análise crítica de outras propostas;

SP - Incluir as Conferências do Meio Ambiente como instancia de deliberação sobre as diretrizes para a definição das políticas socioambientais, em consonância com Conselhos de Meio Ambiente cujos componentes sejam eleitos nas respectivas conferências, a cada dois anos, que seriam realizadas nos segundos semestres dos anos ímpares;

SP - As Conferências de Meio Ambiente se estruturariam em quatro etapas: Municipal, Metrôpole, Macroregional da Bacia Hidrográfica, Estadual e Nacional;

Propostas de Síntese

1 - Criar grupo de trabalho, composto paritariamente por representantes da Comissão Organizadora Nacional (sociedade civil e do governo), para sugerir a elaboração de Projeto de Lei ao Congresso Nacional que institucionalize a realização da Conferência Nacional do Meio Ambiente, de forma integrada ao SISNAMA, e aos Conselhos de Meio Ambiente, a cada três anos, obrigatoriamente nos 26 Estados da Federação e no Distrito Federal, e cidades que tenham mais de 100 mil habitantes.

5 - Destinar rubrica específica no Plano Plurianual (PPA) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) com dotação orçamentária para realização das Conferências do Meio Ambiente.

6 - Cumprir todas as deliberações aprovadas nas duas primeiras Conferências Estadual e Nacional do Meio Ambiente, de competência do Ministério do Meio Ambiente, além de fiscalizar a execução das deliberações geradas nestas conferências.



7 - Realizar as Conferências Nacionais em diferentes Estados e não só na capital federal, com mobilização antecipada de toda a população para o envolvimento do maior número possível de pessoas.

8 - Ampliar o percentual de participação de indígenas e comunidades tradicionais nas Conferências Estaduais e Nacionais do Meio Ambiente.

9 - Incluir as Conferências do Meio Ambiente como instância de deliberação sobre as diretrizes das políticas socioambientais, organizadas pelos Conselhos de Meio Ambiente, que terão seus componentes eleitos nas respectivas conferências, realizadas a cada dois anos, nos segundos semestres dos anos ímpares.

10 - Através da institucionalização da CNMA, fazer a interlocução das deliberações aprovadas nas conferências que tenham interferência com a questão do meio ambiente (de saúde, saúde do trabalhador, de gestão, recursos humanos, das cidades) para que sejam referendadas por esta conferência nacional.

11 - Estabelecer a transversalidade entre os Ministérios para que as deliberações da Conferência Nacional de Meio Ambiente sejam cumpridas, e para buscar que as recomendações, de atribuição dos demais ministérios, sejam implementadas.





Ministério do Meio Ambiente - MMA
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental - SAIC
Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental - DCRS
Conferência Nacional do Meio Ambiente - CNMA

Esplanada dos Ministérios – BL "B" – 7º andar – Sala 753
Cep 70068-900 – Brasília/DF
Fone: 55 xx 61 33171500 Fax: 55 xx 61 33171193
e-mail: cnma@mma.gov.br
www.mma.gov.br/conferencianacional

Apoio:



Patrocínio:



Realização nacional:

Comissão
Organizadora
Nacional



Ministério do
Meio Ambiente

